



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Sirlene Ribeiro Alves da Silva

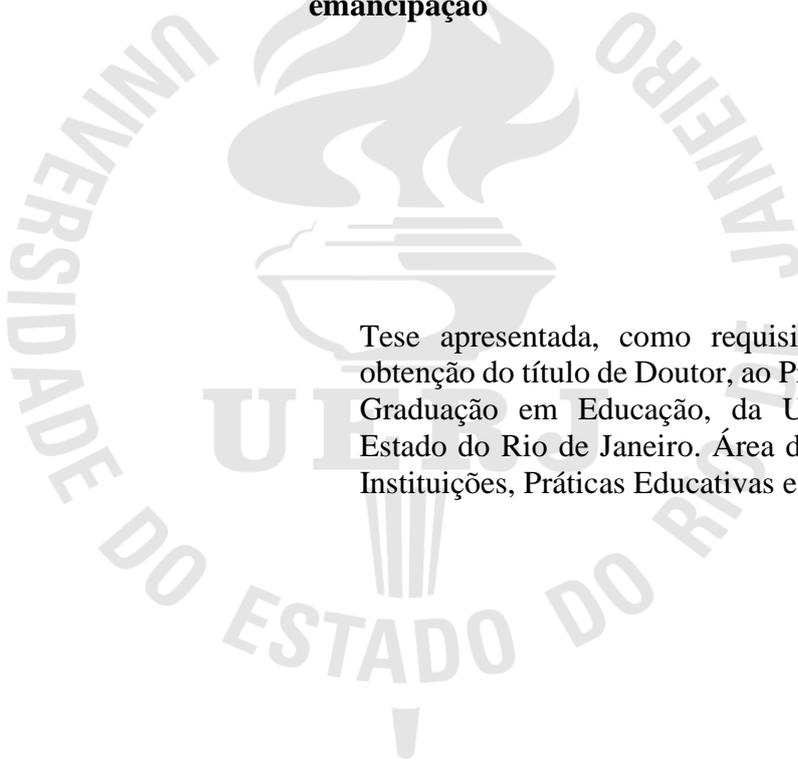
**Para além da liberdade...Abolicionismo e educação como um amplo projeto
de emancipação**

Rio de Janeiro

2023

Sirlene Ribeiro Alves da Silva

**Para além da liberdade... Abolicionismo e educação como um amplo projeto de
emancipação**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientadora: Prof.^a Dra Alexandra Lima da Silva

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Sirlene Ribeiro Alves da
Para além da liberdade... Abolicionismo e educação como um amplo projeto de
emancipação / Sirlene Ribeiro Alves da Silva. – 2023.
334 f.

Orientadora: Alexandra Lima da Silva.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Abolicionismo – Teses. 3. Intelectuais negros –
Teses. I. Silva, Alexandra Lima da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

br

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sirlene Ribeiro Alves da Silva

**Para além da liberdade... Abolicionismo e educação como um amplo projeto de
emancipação**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 13 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Alexandra Lima da Silva (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Blanca Susana Vega Martínez

Universidad Autónoma de San Luis Potosí

Prof.^a Dr.^a. Claudia Maria Costa Alves de Oliveira

Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Paula Leonardi

Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Iamara da Silva Viana

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

Universidade Federal do Piauí

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

In memoriam de Patrícia Teixeira Alves

Thaison Alves dos Santos

Manoel Dias Sant'Anna Ferreira Alves

AGRADECIMENTOS

Existem pessoas que tornam nossa caminhada mais significativa, seja pelo apoio, pela companhia, pelo carinho, por nos tornarem pessoas melhores. Mesmo a escrita de uma tese, uma missão árdua que parece ser solitária, é um processo coletivo. Por isso, agradecer a todas e todos que se fizeram presentes nessa caminhada é necessário:

À Deus, por me fortalecer e capacitar para chegar até o fim desse grande desafio.

Aos meus pais, Inês Ribeiro Alves e Manoel Dias Sant'Anna Ferreira Alves (in memoriam), eterna gratidão por um amor incondicional e por tudo que sou.

À Marcio Camilo da Silva, meu amor, companheiro, amigo, que acreditou mais em mim do que eu mesma.

Às minhas filhas Lara e Louise Alves Camilo da Silva, pela força e alegrias durante esse percurso.

Aos meus irmãos e irmãs, Sergio Andrade Alves, Sandra Andrade Alves, Silvio Ribeiro Alves, Sidney Ribeiro Alves e Susana Ribeiro Alves Freire, pelo carinho e apoio.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas que deixam momentos da minha vida mais colorida, e que vão continuar, junto com minhas filhas, escrevendo essa história.

À Família Ribeiro, meus tios, tias, primos e primas, exemplo de força, luta e resistência.

À Claudia Maria Miranda Santos, um anjo em minha vida.

Às minhas amigas e amigos pelo incentivo, momentos de prazer e descontração, Andreia Melo de Lucena, Fábio de Lucena, Rachel de Farias Martins, André Martins Fazello e Luciane Candido da Silva.

Aos laços acadêmicos e profissionais que se tornaram verdadeiras amizades, Eliane Cruz, Marcelino Rodrigues, Ricardo Riso, Carla Regina Vasconcelos, Camila Nagem, Renata Brasil e Juliana Zarur.

À todo o grupo de pesquisa Eleko, em especial Jéssica Mara Raul, Naiana Lopes, Vinicius Pereira, Giuslane Francisca da Silva, Daiane Brito e Rosi Freitas, pessoas mais que especiais, pelas leituras compartilhadas e conhecimentos trocados.

À professora Alessandra Schueler pelas indicações e sugestão de encaminhamentos.

Às professoras Claudia Alves, Maria Celi Vasconcelos, Blanca Susana Martinez, Paula Leonardi, Iamara Viana e ao professor Ednardo Monti, que compuseram a banca, agradeço a colaboração e consideração.

Em especial, à minha orientadora Alexandra Lima da Silva, por compartilhar essa etapa tão importante da minha formação acadêmica, com tanta sensibilidade, atenção e carinho, fazendo dessa construção um momento singular

RESUMO

SILVA, Sirlene Ribeiro Alves da. *Para além da liberdade... Abolicionismo e educação como um amplo projeto de emancipação*. 2023. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O presente trabalho tem por objetivo investigar o pensamento educacional defendido por intelectuais e organizações abolicionistas, além de suas propostas educacionais desenvolvidas na Província do Rio de Janeiro e na Corte a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, a educação e a abolição passam a ser debatidas, e, por alguns, consideradas como necessárias ao processo de modernização do Império, para alcançar os objetivos de civilidade e do progresso. Diversas instituições educacionais, como a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, e a Escola Militar, apoiaram eventos contra a escravidão e criaram associações abolicionistas, mobilizando um grande número de professores e alunos. Amparado por uma imprensa militante e por conferências públicas, o movimento abolicionista adquiriu um caráter instrutivo, pois desejava mostrar a ineficiência do regime escravista e seus efeitos nefastos para toda sociedade, criaram organizações associativas que tinham o objetivo de libertar e instruir, alcançando, com suas ações, vários setores sociais, dentre eles, as camadas populares. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, apoiada pela imprensa e por outros tipos documentais (diários, cartas, mapas de matrículas, balancetes etc.), esta pesquisa visa compreender como a educação foi pensada e proposta pelo movimento abolicionista, e quais as consequências dessas experiências para educação das classes populares, incluindo a população negra (escravizados, livres ou libertos). Destacando o protagonismo de uma intelectualidade negra, do envolvimento feminino no movimento, e da participação ativa de escravizados/as e libertos/as. Tendo por tese central que a educação teve um papel preponderante no processo de desconstrução das bases da exploração escravista, sendo uma forma diferenciada de militância, defendida e proporcionada por intelectuais e sociedades abolicionistas.

Palavras-chave: Abolicionismo. Educação de negros. Século XIX. Instituições educativas. Intelectualidade negra.

ABSTRACT

SILVA, Sirlene Ribeiro Alves da. *Beyond freedom... Abolitionism and education as a broad project of emancipation*. 2023. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The aim of the present work is to investigate the line of thought on education endorsed by intellectuals and abolitionism organizations, as well as educational proposals developed in the Province of Rio de Janeiro and in the Court from the second half of the XIX century. During that period, education and abolitionism began to be discussed, and, by some, considered as a necessity to the process of modernization of the Empire, so as to reach the objectives of civility and progress. Various educational institutions, such as the Faculty of Medicine, the Polytechnic School, and the Military School, promoted events against slavery and created abolitionist associations, mobilizing a large number of teachers and students. Supported by a militant press and public conferences, the abolitionist movement acquired an instructive character - since it aimed to show the inefficiency of the slave regime and its harmful effects on society - by creating associative organizations that had the objective of liberating and instructing people, therefore reaching, with their actions, several social sectors, and among them, the lower classes. Through a bibliographical and documental research, based on documents from the press and other types of documents (diaries, letters, enrollment maps, balance sheets, etc.), the aim of this research is to understand how education was conceived and proposed by the abolitionist movement, and what were the consequences of these experiences for the education of the lower classes, including the black population (enslaved, free or freed). It highlights the protagonism of a black intelligentsia, the female involvement in the movement, and the active participation of enslaved and freed people. The central thesis is that education played a leading role in the process of deconstructing the bases of slave exploitation, by being a differentiated form of activism, advocated and provided by intellectuals and abolitionist societies.

Keywords: Abolitionism. Black education. XIX century. Educational institutions. Black intellectuality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	André Pinto Rebouças.....	28
Figura 2 –	André e Antônio Rebouças em viagem à Europa em 1861....	36
Figura 3 –	José do Patrocínio.....	49
Figura 4 –	Capa da Revista Illustrada.....	59
Figura 5 –	Detalhe do jornal Gazeta da Tarde.....	63
Figura 6 –	Ilustração no periódico Revista Illustrada em homenagem a Patrocínio.....	68
Figura 7 –	Ilustração no periódico O Mequetrefe.....	70
Figura 8 –	Vicente Ferreira de Souza.....	78
Figura 9 –	Detalhe de jornal.....	81
Figura 10 –	Detalhe do documento Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia: relativa ao anno de 1879.....	87
Figura 11 –	Detalhe do jornal.....	92
Figura 12 –	Detalhe do jornal.....	95
Figura 13 –	Diploma do Centro Humanitário Lauro Sodré com assinatura do presidente Vicente de Souza.....	96
Figura 14 –	Contra-capla da publicação O Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte. Rio de Janeiro, Tipografia De Molarinho e Montalverde, 1879.....	100
Figura 15 –	Detalhe do jornal.....	102
Figura 16 –	Cacilda Francioni de Souza.....	104
Figura 17 –	Ilustração do periódico Revista Illustrada.....	107
Figura 18 –	Detalhe do jornal.....	116
Figura 19 –	Contra-capla do livro Resumo da História Literária, de Cacilda Francioni de Souza.....	119
Figura 20 –	José Agostinho dos Reis.....	123
Figura 21 –	Detalhe do jornal.....	128
Figura 22 –	Detalhe da Carta encaminhada ao Conselheiro João Alfredo..	133
Figura 23 –	Capa da Revista do Instituto Politécnico Brasileiro.....	138

Figura 24 –	Detalhe do jornal.....	144
Figura 25 –	Detalhe do jornal.....	145
Figura 26 –	José Agostinho dos Reis na mesa em que recebeu Albert Einstein.	147
Figura 27 –	Leuzinger, Georges. Escola Central (1866) – Largo do Francisco – Rio de Janeiro.....	152
Figura 28 –	Ferrez, Marc. Obras do abastecimento d’água do Rio de Janeiro: encanamento geral: repuxo, junto à Ponte da Pavuna. [1876-1882].....	154
Figura 29 –	Detalhe do jornal.....	159
Figura 30 –	Ferrez, Marc. Escola Politécnica e estátua de José Bonifácio (1885)	170
Figura 31 –	Detalhe da Carta dirigida aos estudantes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro pelos seus colegas da cidade do Porto, felicitando-os pela abolição da escravatura.....	174
Figura 32 –	Ferrez, Marc. Escola Militar na Urca (1885 circa).....	175
Figura 33 –	Detalhe do jornal.....	186
Figura 34 –	Capa da Revista do Club Acadêmico.....	188
Figura 35 –	Detalhe do jornal.....	189
Figura 36 –	Detalhe do jornal.....	190
Figura 37 –	Hospital da Misericórdia, que abrigou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica a partir de 1813, em aquarela de Thomas Ender.....	195
Figura 38 –	Joaquim Cândido Soares de Meirelles.....	197
Figura 39 –	Joaquim Cândido Soares de Meirelles.....	197
Figura 40 –	PAINEL II – Fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.....	199
Figura 41 –	Capa do Semanário de Saúde Pública.....	200
Figura 42 –	Detalhe do jornal.....	208
Figura 43 –	Contra-capas do livro de M. Durocher.....	211
Figura 44 –	Detalhe do jornal.....	212
Figura 45 –	Fachada da Academia Imperial de Belas Artes e do Conservatório de Música.....	214

Figura 46 –	Detalhe do jornal.....	215
Figura 47 –	Detalhe do jornal.....	215
Figura 48 –	Detalhe do jornal.....	218
Figura 49 –	Homenagem a Viriato Ferreira da Silva.....	219
Figura 50 –	Homenagem a Estevão da Silva.....	224
Figura 51 –	Homenagem a Antônio Firmino Monteiro.....	226
Figura 52 –	Alegoria do Império Brasileiro. Chaves Pinheiro.....	229
Figura 53 –	Detalhe do jornal.....	246
Figura 54 –	Detalhe do periódico.....	249
Figura 55 –	Detalhe do jornal.....	251
Figura 56 –	Detalhe do jornal.....	257
Figura 57 –	Capa do livro Dias da Silva Junior, autor do Silabário Ilustrado.....	258
Figura 58 –	Páginas do livro CONDOCERT, A escravidão dos negros (reflexões).....	259
Figura 59 –	Detalhe do jornal.....	262
Figura 60 –	Capa das Instruções Regulamentares da Escola Noturna do Club dos Libertos de Niterói.....	266
Figura 61 –	Boletim n°. 1 do Club dos Libertos contra a Escravidão de Niterói.....	273
Figura 62 –	Mapa de matrícula do Club dos Libertos.....	275
Figura 63 –	Continuação do mapa de matrícula do Club dos Libertos Niterói.....	276
Figura 64 –	Boletim n°. 2 do Club dos Libertos contra a Escravidão de Niterói.....	279
Figura 65 –	Boletim n°. 3 do Club dos Libertos contra a Escravidão de Niterói.....	281
Figura 66 –	Relatório de inspeção da Escola Noturna do Club dos Libertos.....	285
Figura 67 –	Detalhe do jornal.....	287
Figura 68 –	Capa do livro Catecismo do Bom Republicano (1877).....	289
Figura 69 –	Detalhe do jornal.....	300
Figura 70 –	Estandarte do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes.....	303

Figura 71 –	Detalhe do jornal.....	304
Figura 72 –	Detalhe do jornal.....	306
Figura 73 –	Detalhe do jornal.....	311

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	INTELECTUALIDADE, FORMAÇÃO E DOCÊNCIA COMO PRÁTICA DE LIBERDADE	24
1.1	André Rebouças: educação técnica e reforma social	28
1.1.1	<u>Formação intelectual, luta abolicionista e a construção de sua identidade racial</u>	30
1.1.2	<u>Libertação, democracia rural e educação: basilares de uma reforma social</u>	43
1.2	José do Patrocínio: educação para plena cidadania	49
1.2.1	<u>O filho da Justina – entre letras e defesas</u>	51
1.2.2	<u>A questão educacional na trajetória de Patrocínio</u>	71
1.3	Vicente de Souza: por uma educação operária	78
1.3.1	<u>Formação, docência e militância</u>	80
1.3.2	<u>O caráter educacional de seus discursos e de seu posicionamento</u>	96
1.4	Cacilda Francioni de Souza: por uma educação feminina	104
1.5	José Agostinho dos Reis – pela ciência e pela educação popular	123
1.5.1	<u>Formação, cidadania política e transformação social</u>	125
1.5.2	<u>À ciência e a uma educação popular</u>	142
2	A MOCIDADE ACADÊMICA: ABOLICIONISMOS E ENFRENTAMENTOS NAS INSTITUIÇÕES IMPERIAIS DE EDUCAÇÃO	149
2.1	Escola Politécnica – entre o parlamento e a mobilização popular	151
2.1.1	<u>A consolidação da Engenharia no Brasil e a atuação de engenheiros negros...</u>	152
2.1.2	<u>Mobilizações estudantis</u>	157
2.1.3	<u>Associação Emancipadora da Escola Politécnica</u>	159
2.1.4	<u>Centro Abolicionista da Escola Politécnica</u>	161
2.2	O Tabernáculo da Ciência: profissionalização, intelectualidade e abolicionismo na formação militar	175
2.2.1	<u>Questões raciais dentro do serviço militar</u>	177
2.2.2	<u>O Tabernáculo da Ciência</u>	180

2.2.3	<u>A Mocidade Acadêmica Brasileira</u>	182
2.2.4	<u>Uma sociedade acadêmica</u>	185
2.2.5	<u>O envolvimento dos oficiais</u>	192
2.3	Faculdade de Medicina: a atuação abolicionista de negros e mulheres na formação médica, farmacêutica e de partos	195
2.3.1	<u>Os primórdios da Faculdade de Medicina</u>	195
2.3.2	<u>A participação acadêmica, enfrentamentos e abolicionismos</u>	202
2.3.3	<u>Abolicionismo feminino: atuações e contradições</u>	209
2.4	Academia Imperial de Belas Artes e o Conservatório de Música: a militância através da arte	214
2.4.1	<u>A presença da arte na formação de jovens negros/as e a consolidação de seu ensino</u>	216
2.4.2	<u>A experiência negra acadêmica na formação das Belas Artes</u>	220
3	ESCOLAS ABOLICIONISTAS: POR ONDE COMEÇA A LIBERDADE	232
3.1	A Escola Noturna e Gratuita da Cancellaria, o Club Abolicionista José do Patrocínio e a Caixa Emancipadora	241
3.2	Clube Abolicionista de Riachuelo	256
3.3	Club dos Libertos Contra a Escravidão de Niterói	261
3.4	Club Central dos Libertos	293
3.5	Club Abolicionista Guttemberg	295
3.6	Centro Abolicionista Ferreira de Menezes	301
3.7	Club Abolicionista Bittencourt Sampaio	306
3.8	América Livre – Sociedade Abolicionista de Senhoras	308
3.9	Centro Abolicionista João Clapp	310
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	313
	REFERÊNCIAS	324
	ANEXO A - Estatutos do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes	331
	ANEXO B - Estatutos América Livre – Sociedade Abolicionista de Senhoras	333

INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos na temática deste trabalho, e propriamente no texto de tese, gostaria de pontuar que esta escrita foi realizada por uma mulher que teve sua vida pessoal e profissional totalmente impactada durante a pandemia de Covid-19, principalmente nos anos de 2020 e 2021. As funções de mãe, filha, esposa, educadora e pesquisadora se concentraram no ambiente doméstico, a casa se tornou o espaço em que todas essas atividades se misturaram e exigiram uma nova postura frente ao isolamento social. Todos os medos, dúvidas, anseios e dores, que foram compartilhadas nesse momento pandêmico, estiveram associadas a demandas extras como adaptação ao home office, ao apoio educacional dos filhos, à atenção e amparo aos pais idosos, assim como os cuidados com a higienização e prevenção à doença, aos desafios de uma nova realidade pedagógica, de pesquisa e de produção acadêmica. Fatores esses compartilhados por inúmeros profissionais durante a pandemia, e que sobrecarregam o trabalho e o esgotamento físico e mental de muitos pesquisadores, e principalmente pesquisadoras¹.

Além disso, “a crise sanitária e humanitária” trouxe também um embate social e político, no qual o conhecimento científico foi atacado e desqualificado. Diversas organizações educacionais e científicas tiveram que se posicionar em defesa da ciência frente a um negacionismo que passa a ser institucionalizado e, de certa forma, se tornou um discurso oficial e uma política de Estado². Os cortes das verbas destinadas à área da ciência e tecnologia, os ataques às universidades públicas, o descrédito de certos líderes a organizações históricas como

¹ O relatório da ONU Mulheres, “Whose time to care?” (“De quem é a vez de cuidar?”), em tradução livre para o português) apresenta que tanto homens como mulheres tiveram um aumento significativo de trabalho profissional não remunerado, porém as mulheres enfrentam um consumo maior do seu tempo com o cuidado familiar. Além de ser sinalizado que muitas deixaram seus empregos para cuidar das tarefas familiares, assim como houve um aumento da violência doméstica contra as mulheres. Disponível em: <https://data.unwomen.org/publications/whose-time-care-unpaid-care-and-domestic-work-during-covid-19/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

² O pesquisador Renan Gonçalves Leonel da Silva, da Faculdade de Medicina da USP, desenvolve um projeto que investiga o processo de institucionalização do negacionismo científico e a eficácia das medidas de combate à pandemia em países como Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. Segundo ele, seu estudo estaria centrado em três países democráticos com altos níveis de contaminação e mortes por Covid-19, nos quais as recomendações da OMS não estavam sendo aderidas. Assim, traria como pressuposto que esse resultado estaria relacionado com a produção de desinformação e a produção de um novo movimento: o negacionismo científico como política de Estado, incorporado no discurso oficial de líderes políticos. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/negacionismo-cientifico-a-producao-politica-e-cultural-de-desinformacao/34028/>. Acesso em: 1 fev. 2022.

o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz, são apenas alguns exemplos que demonstram a complexidade do momento social, principalmente para a pesquisa acadêmica, no qual vivenciamos e em que interesses políticos se sobrepõem à preservação da vida.

Apesar de a dor de mais de 600.000 famílias que perderam seus entes queridos, e que infelizmente estou entre elas, este trabalho é sobre a vida. A vida de pessoas que acreditaram na educação como um fator necessário à plena liberdade e de ser capaz de trazer transformação individual e coletiva. Vidas estabelecidas nas relações sociais das pessoas que conviveram em organizações escolares e abolicionistas que lutaram pelo término da exploração escravista. Este trabalho inclui o processo de abolição de escravatura, movimento político e social ímpar na história brasileira, que aqui defendemos seu caráter popular, mas que se estende na trajetória de indivíduos, homens e mulheres, que perceberam a educação como um caminho necessário para sua plena emancipação. Pela liberdade dos cativos, mas, para além da liberdade física, foram pessoas que lutaram por direitos, pela cidadania, por oportunidades políticas, contra o racismo e fizeram da educação seu campo de batalha.

É preciso pontuar neste ano de 2023, comemoramos os 20 anos da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira dentro do currículo da Educação Básica, sendo uma conquista histórica que contribui para que a população negra e seus descendentes se reconheçam, tenham a sua memória, sua história, cultura e identidade valorizadas no processo educacional. E, que, esse trabalho é resultado de um investimento pessoal e acadêmico iniciado na especialização e no mestrado que trabalharam esse disposto legal.

Dessa forma, esse estudo teve como objetivo principal pesquisar intelectuais e organizações abolicionistas que desenvolveram projetos de educação popular, voltados principalmente para negros e seus descendentes (escravizados, libertos e livres), na Província do Rio de Janeiro e na Corte, a partir da segunda metade do século XIX. Ao mapear suas ações, seus principais atores e seus discursos, pretendemos reconhecer os ideais, intenções e resultados desse tipo de engajamento social.

Para auxiliar nessa empreitada, iremos apresentar a trajetória de alguns intelectuais ligados à prática educativa e envolvidos no movimento abolicionista, analisando seus discursos e suas ações; investigando os abolicionismos e os enfrentamentos estabelecidos dentro das instituições imperiais de educação, como a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Escola Militar; identificando e mapeando instituições abolicionistas que desenvolveram experiências pedagógicas, refletindo sobre suas práticas.

Tendo como problemática central: como, em um período escravocrata, momento de intenso embate abolicionista, a educação pôde ter sido utilizada como uma forma de conscientização e emancipação política e social? Nossa principal hipótese: o movimento abolicionista teve um caráter instrutivo e reformador, sendo a educação uma forma diferenciada de militância que foi articulada por intelectuais em diversos clubes e associações e em diferentes tipos de ações.

O caráter instrutivo e reformador está embasado no trabalho de Sandra Graham, (1991) que defende o caráter “instrutivo” da Revolta do Vintém, tomando como base o conceito de explosão instrutiva, de Clifford Geertz, para denominar um momento histórico de mudança política significativa³. De igual forma, acreditamos que o movimento abolicionista desenvolveu esses aspectos ao promover ações que teriam como objetivo a transformação da opinião pública em relação ao sistema escravista através de conferências públicas, de uma imprensa militante e da criação de sociedades abolicionistas, o que possibilitou uma maior participação popular no embate político.

Reforço que, apesar de um grande número de trabalhos sobre o processo abolicionista e de alguns trabalhos esparsos sobre essa temática educacional no movimento e em seus agentes, o papel e o lugar da educação nesse processo ainda carecia de um amplo estudo no campo da historiografia da educação brasileira, mapeando suas ações pedagógicas, assim como seus principais atores, discursos e público alvo, pretendendo reconhecer os ideais, intenções e resultados para a educação das classes populares, para a democratização do ensino e ampliação da cultura letrada nesse período. Com isso, nosso trabalho rompe com a visão tradicional e hegemônica da história da educação brasileira, na qual se privilegia, desde o período colonial, a educação formal instituída pela Igreja e pelo Estado como principais, e quase exclusivos, agentes educativos (FONSECA, 2006). Tanto que durante muito tempo essa característica contribuiu para uma invisibilidade da presença de negros e outros grupos étnicos e sociais na historiografia tradicional, que, até há pouco tempo, eram considerados sob a perspectiva da

³ A autora defende o caráter instrutivo da Revolta do Vintém, que mudou a cultura política desenvolvida até então. A estrutura política do Segundo Reinado tinha se estabelecido sob o domínio de uma elite socialmente coesa, baseada na dependência e no apadrinhamento, em que favores políticos e vantagens eleitorais estavam relacionados. A partir do motim do Vintém, se modificou a compreensão da ação política, não somente na forma como essa poderia ser realizada, mas também pelos atores sociais que poderiam estar envolvidos. O encontro de pessoas simples da sociedade, com jornalistas, médicos, advogados, comerciantes e a elite política (ministros, senadores e deputados) nos acontecimentos que se sucederam nos finais de 1879 e inícios 1880, trouxeram para o debate político algumas estruturas sociais básicas e para as ruas algumas discussões que estariam restritas ao parlamento.

exclusão, do silêncio e da dominação⁴. Em caminho oposto, nossa pesquisa comunga da defesa de Alexandra Lima da Silva (2021), ao demonstrar o desejo por educação de escravizadas/os, libertas/os e pessoas negras livres, refletindo sobre as múltiplas formas de obter conhecimento e as estratégias de acesso à escolarização e à aprendizagem das letras na sociedade oitocentista protagonizadas pela população negra.

Dentro desse contexto, a categoria raça, a qual incluímos também classe e gênero, teve grande importância para o entendimento das relações que se estabelecem na historiografia educacional brasileira, assim como os sentidos e significados que a escola e o acesso às letras representavam para os projetos de liberdade desses sujeitos e grupos sociais. O conceito de interseccionalidade⁵ é aqui compreendido como uma categoria analítica para compreensão dos diferentes tipos de opressão que estruturavam a sociedade escravista. Tomaremos como base o trabalho de Sales Augusto dos Santos (2014) que apresenta a luta antiescravista como um embate contra o próprio racismo, “visto que o preconceito e a discriminação raciais eram inerentes ao escravismo brasileiro” (SANTOS, 2014, p. 28), para refletir sobre a luta antirracista, que não passou despercebida no abolicionismo. Dessa forma, como alguns aspectos levantados por Nilma Lino Gomes (2017)⁶ para se pensar o caráter educador do próprio movimento, fruto da militância que indaga o conhecimento estabelecido, questiona conceitos e possibilita a construção de novos conhecimentos. Portanto, esses são alguns dos pensamentos do Movimento Negro contemporâneo que consideramos necessários para novas contribuições ao campo da História da Educação Brasileira.

Por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, amparada pela imprensa do período e a análise de fontes diversas (requerimentos, estatutos, relatórios da

⁴ Fonseca (2007) trata da invisibilidade da presença de negros na historiografia tradicional da educação brasileira destacando que, apesar de os crescentes estudos sobre a educação dos negros, ainda se faz necessário novas pesquisas que problematizem o lugar ocupado por negros no desenvolvimento escolar brasileiro, e assim possam construir outras formas de narrativas para nossa história que ultrapassem a posição de vítimas e sejam reconhecidos como sujeitos históricos.

⁵ A interseccionalidade surgiu no pensamento feminista negro que contestava a argumentação de que mulheres eram uma classe homogênea que, de uma forma ampla, compartilhavam as mesmas experiências de vida. Kimberlé Crenshaw (2002), jurista negra norte-americana, em 1989 sistematizou o termo, sugerindo que em contextos específicos diferentes categorias, como gênero, raça, sexualidade, religião, classe, entre outras, se contrapõem e interagem, gerando múltiplas formas de discriminação.

⁶ Gomes compreende o “Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil” (GOMES, 2017, p. 14). Essa pesquisa não tem a pretensão de reconhecer o movimento abolicionista como um movimento negro, porém não podemos deixar de admitir o grande número de pessoas negras que estiveram à frente do movimento, inclusive escravizados/as. Essas pessoas, além da luta em prol da abolição, enfrentaram embates racistas e produziram contra-argumentos que colocaram em cheque o preconceito e a discriminação racial que constituíam a base do sistema escravista.

inspeção escolar, mapas de matrículas, balancetes, fotografias, cartas e textos autobiográficos), foi montado um mosaico de informações que auxiliou na compreensão do pensamento e trabalho educacional desenvolvido por intelectuais, instituições e seus agentes. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica do movimento abolicionista, como acesso às bases digitais, como na hemeroteca da Biblioteca Nacional, além de visitas ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), responsável pela guarda dos principais documentos da regência provincial, ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que possui um amplo acervo bibliográfico e iconográfico sobre o período.

Como repertório teórico-metodológico, utilizaremos a conjugação entre a história social e cultural, por meio de Block (2001), Burke (1992; 2005) e Sharpe (1992), compreendendo que os questionamentos do presente direcionam a escrita da história, e o percurso dos grupos excluídos, como a população negra, pode permitir a construção de novas narrativas. A referência histórica sobre a educação no século XIX terá como base o trabalho de Gondra e Schueler (2008) e Vasconcelos (2005); para o movimento abolicionista e seus intelectuais, Moraes (1986), Sena (1983), Alonso (2015) e Pinto (2018). Destaque para proposições contemporâneas com base em Davis (2016), hooks (2013), Gomes (2010; 2017), Santos (2014) e Silva (2021) como importantes fatores para a análise da pesquisa e entendimento das especificidades da população negra no processo educacional. Estabeleceu-se, assim, um amplo debate construindo uma nova perspectiva para o entendimento da história, sendo essa atravessada por disputas e enfrentamentos, nas quais as diferenças sociais, raciais e de gênero sejam percebidas e consideradas.

Um dos mais relevantes estudos nessa linha foi o trabalho de Sidney Chalhoub, *Visões de Liberdade*. Ainda na década de 1990, o autor desfaz o conceito de “escravo-coisa”, apresentando os escravizados como seres humanos complexos, com vivências e desejos, que, por muitas vezes, acessaram o poder judiciário para questionar algumas injustiças que acreditavam sofrer, construindo, dessa forma, visões de liberdade. Essa obra também nos revela a complexidade da sociedade urbana no século XIX, que ia além da conjectura senhor/escravo, e que ser negro nesse período não era sinônimo de escravizado. Já com Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), foi possível ter acesso a um número de intelectuais negros que atuaram na imprensa e fizeram desse instrumento uma forma de transformação de sua realidade social e de participação política, destacando o envolvimento de alguns sujeitos na luta antiescravista. A autora não fala somente de um Abolicionismo, mas de abolicionismos (no plural),

compreendendo que as conexões entre escravidão e liberdade produziram significados particulares nos diferentes sujeitos, afirmando que as ações abolicionistas são mais complexas do que análises generalizantes sobre o posicionamento dos indivíduos no poder legislativo e na imprensa, resumindo que “nem todos os abolicionismos almejavam alcançar as mesmas metas” (PINTO, 2018, p. 244). Trata-se de um aspecto importante em nossa abordagem para considerarmos as diferenças entre os intelectuais e as experiências apresentadas.

Dentro da História da Educação, o trabalho de Marcus Vinicius Fonseca, *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil* (2002), deu ênfase à Lei do Ventre Livre, os debates que motivou e os projetos para atendimento dos ingênuos, destacando a fala de políticos, intelectuais e senhores de escravos, em que reconhece a estratégia de manutenção de um mecanismo de dominação social e racial. A dissertação “*Matéria livre... espírito livre para pensar*”: um estudo das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na província sergipana (1881-1884), de Meirevandra Soares Figuerôa, identificou ações desenvolvidas pela Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Tomás, como palestras, conferências, atividades jornalísticas e instrução de ingênuos. Por outro lado, alguns artigos trouxeram um novo olhar sobre essa temática e sobre a atuação de algumas escolas abolicionistas na Corte e na província fluminense (SILVA, 2017; VILLELA, 2016; SOUZA; TORRES, 2012; ALVES, 2018). Outros artigos apresentam as propostas e a prática educativa defendida por alguns abolicionistas (ALVES, 2019; SCHUELER, 2018; BARRETO, CARDOSO, SILVA, 2015; SILVA, CARDOSO, 2018), dentre os quais se destacam as pesquisas realizadas pelas professoras Heloísa Villela⁷ e Alessandra Schueler⁸.

O estudo de Alonso (2015) situou o abolicionismo como um movimento social que, através de um processo relacional, articulou instituições políticas, espaço público e meios de clandestinidade. Ele não se apresenta como um movimento uniforme, mas como algo fluido, heterogêneo, com diversas frentes de ação, que sofreu embates, conflitos e contramovimentos. Nesse estudo, o movimento abolicionista perpassa por alguns estilos de ativismo, dentre os

⁷ Heloísa de Oliveira Santos Villela desenvolveu duas pesquisas que contribuíram para essa temática. A primeira denominada *Magistério e Ascensão Social de Famílias Negras entre a Escravidão e o Pós-abolição*, e a segunda, *Uma família de educadores de cor: magistério, ascensão social, redes de sociabilidade e projetos abolicionistas na capital fluminense (1860-1910)*, ambas desenvolvidas no campo da historiografia da educação na Universidade Federal Fluminense, que contribuíram para pensar a atuação de professores negros, seus projetos educacionais e participação nos movimentos pela abolição e no pós-abolição.

⁸ A professora Alessandra Frota Martinez Schueler desenvolveu a pesquisa intitulada *Projetos de educação em disputa no período da abolição e pós-abolição (1870-1910): intelectuais negros, imprensa e reformas sociais no Rio de Janeiro*, vinculada à História Social da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

quais destacam-se o trabalho de Abílio Borges, André Rebouças, Luiz Gama, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Apesar de citar a atuação de João Clapp, de sua liderança à frente da Confederação Abolicionista, a autora não conceituou a sua forma de ação como um estilo de ativismo. Porém, reconheceu:

A maior das transgressões foi trazer os escravos para a política. Rebouças sonhava espalhar escolas para libertos pelo país, mas foi Clapp quem criou o Clube dos Libertos de Niterói, baluarte e modelo de empreendimentos similares, e a GT [Gazeta da Tarde] conclamava as associações abolicionistas a fundar as suas escolas. [...] Escolas de letras com professores abolicionistas, de modo que entravam escravos analfabetos e saíam livres e ativistas. (ALONSO, 2015, p. 148).

O estudo de Alonso é um dos referenciais utilizados em nossa pesquisa, pois é um trabalho minucioso que reuniu diversos documentos e analisou o cenário político e social de duas décadas do abolicionismo. Porém, essa pesquisa se distancia desse estudo de Alonso por dar ênfase à educação nesse processo ao compreender que instituições e práticas educativas tiveram um papel preponderante dentro do movimento. Não somente na atuação de João Clapp e Abílio Borges, assim como na formação, envolvimento e na prática pedagógica de Rebouças, Patrocínio, Vicente de Souza, Cacilda Francioni de Souza e José Agostinho dos Reis. Sujeitos negros em que a liderança abolicionista e experiência docente convergiram, atuando em escolas públicas ou privadas na Corte e na Província, esses indivíduos se manifestaram através da imprensa sobre questões sociais, educacionais e raciais, escreveram livros, participaram da vida cultural, criaram clubes e associações abolicionistas e operárias, sendo reconhecidos por sua intelectualidade. De igual forma, a autora reconheceu que a Confederação Abolicionista foi formada por uma maioria de instituições educativas⁹, “associações majoritariamente estudantis, como as que representam escolas superiores” (ALONSO, 2015, p. 203), sem, no entanto, problematizar essa questão.

⁹ A Confederação Abolicionista teve a representação das seguintes organizações: Clube dos Libertos de Niterói (João F. Clapp e João Augusto de Pinho); da Gazeta da Tarde (José do Patrocínio e João F. Serpa Junior); da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (Dr. André Rebouças e Miguel A. Dias); da Libertadora da Escola Militar (Tenente Manoel J. Pereira, Alferes João P. Junqueira Nabuco e Dr. Luiz Valentim da Costa); da Libertadora da Escola de Medicina (José Onofre Muniz Ribeiro, Medeiros Mallet e Amaro Cintra); da Caixa Libertadora José do Patrocínio (Capitão Emilliano Rosa de Senna, Domingos Gomes dos Santos e Abel da Trindade); da Sociedade Abolicionista Cearense (Leonel Nogueira Jaguaribe, Dr. João Paulo G. de Mattos e Adolpho H. Junior); do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes (Julio de Lemos, Procópio Lucio Russell e João F. Serpa Junior); do Clube Abolicionista Gutenberg (Alberto Victor G. da Fonseca, Evaristo Rodrigues da Costa e Luiz Pires); do Clube Tiradentes (Jeronymo Simões e Joaquim Gomes Braga); do Clube dos Empregados do Comércio (Ataliba Clapp, João Bento Alves e Francisco Joaquim Braga); da Caixa Abolicionista Joaquim Nabuco (Jarbas F. das Chagas, José de A. Silva e Luiz Rodrigues da Silva); da Libertadora Pernambucana (Eugenio Bittencourt); da Sociedade Abolicionista Espírito Santense (Alferes Antonio Borges de Athayde Junior, Antonio Gomes Aguirre e Urbano Candido de Vasconcellos); e da Sociedade Libertadora Sul Rio-Grandense (Bruno Gonçalves Chaves, João Pedro Machado e Francisco Octaviano Pereira). Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta da Tarde, 1883. BN- Obras Gerais- II-170,4,17, n.2.

Como nos apresentou Villela, o movimento abolicionista teve grande participação de organizações estudantis:

Numa descrição dos festejos da Lei Áurea em Niterói tem-se a impressão de que se comemorava a vitória de uma causa educacional, tantas eram as escolas com seus standartes, representadas por seus professores e alunos. Com os clubes e sociedades abolicionistas, ao que parece, foi esse contingente de professores e estudantes que garantiu a maior parte (aproximadamente) seis mil presenças registradas na "procissão cívica" pelo jornal. (VILLELA, 2018, p. 358 e 359)

Na Corte não foi diferente, nos festejos em comemoração à Lei Áurea, preparados por um comitê representando a imprensa fluminense, reservou-se um dia para o desfile dos estudantes. Diretores e professores de escolas públicas e privadas de ambos os sexos foram convidados a levar seus alunos e alunas para um préstito dos colégios, que teve até a participação dos príncipes reais, reforçando que a educação foi algo indispensável para o novo tempo que acreditavam estar alcançando (*Gazeta de Notícias*, 20/05/1888, ed. 00140, p. 1).

Apesar de ser significativa essas observações, percebemos o envolvimento de instituições educativas no abolicionismo desde a década de 1860. A primeira passeata abolicionista realizada em 1862 foi organizada pela *Sociedade 2 de Julho*, criada por cinquenta alunos da Faculdade de Medicina na Bahia, a instituição associou a luta pelo fim da escravidão com a comemoração pela independência local (ALONSO, 2015, p. 35). Na década de 1880, o pensamento sobre educação começou a ter contornos mais precisos e ações específicas, como a criação de clubes e associações que tinham por lema a “*Liberdade e instrução*”¹⁰. Além de libertar cativos, essas organizações desenvolviam escolas ou cursos noturnos, confiantes que uma verdadeira emancipação da população negra, livre ou escravizada, só seria possibilitada por meio da inserção social e política através do domínio da cultura letrada.

Ao longo da tese apresentamos como a educação esteve entrelaçada ao movimento abolicionista através de quatro bases de ações: no envolvimento de instituições de ensino tradicionais, no caráter educativo das conferências públicas, por meio de uma imprensa pedagógica e militante e na criação de clubes e associações que tinham por princípio a libertação de escravizados e o desenvolvimento de práticas educativas. Com essas ações, o movimento abolicionista aproximou determinadas camadas populares do debate social e político.

Assim, para efeito de organização, esse trabalho foi estruturado em torno de três capítulos da tese. O primeiro, intitulado *Intelectualidade, formação e docência como prática*

¹⁰ Palavras de João Clapp, presidente do Clube dos Libertos contra a Escravidão de Niterói, publicadas no Boletim nº 2 desse clube, que apresenta um balancete financeiro e administrativo dessa organização, datado em 17/10/1882.

de liberdade, apresentamos a trajetória de cinco pessoas negras que militaram no processo abolicionista. Elas foram influentes lideranças no movimento, destacando sua formação em importantes instituições educacionais imperiais, seus pensamentos sobre educação e abolição, além de suas ações docentes.

A experiência desses sujeitos, enquanto intelectualidade negra no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi atravessada por questões de raça, o que nos auxiliou a compreender a importância da educação para transformação e ascensão social da população negra na busca por cidadania e no combate antirracista. O diferencial para a escolha desse grupo está no seu envolvimento com a docência, pois todos se dedicaram ao trabalho docente, inclusive no momento de maior embate abolicionista, a década de 80 dos oitocentos, sendo referências para seus alunos/as e seus pares.

Dessa forma, apresentamos um resumo biográfico, nos concentrando nas vivências educacionais dos seguintes sujeitos: André Rebouças, José do Patrocínio, Vicente de Souza, Cacilda Francioni de Souza e José Agostinho dos Reis, por reconhecer que tais indivíduos trouxeram importantes contribuições para o pensamento educacional do período, por meio de pronunciamentos, mas principalmente por suas ações, enquanto educadores, diretores de instituições escolares, autores de livros didáticos, entre outras funções pedagógicas.

O segundo capítulo, *Mocidade Acadêmica: abolicionismos e enfrentamentos nas instituições imperiais de educação*, teve como foco a atuação abolicionista, discente e docente, dentro das academias de ensino superior, a Escola Politécnica, a Escola Militar, a Faculdade de Medicina, o Conservatório de Música e a Academia Imperial de Belas Artes. Esse é um campo pouco explorado pela historiografia que espera contribuir para compreensão do posicionamento político dos acadêmicos, destacando os estudantes e professores negros.

A estrutura política do Segundo Reinado se estabeleceu sob o domínio de uma elite socialmente coesa, baseada na dependência e no apadrinhamento, em que favores políticos e vantagens eleitorais estavam relacionados (GRAHAM, 1991), com poucas possibilidades de ascensão social para os grupos populares. Essa estrutura passa a ser questionada pela juventude, inclusive por pessoas negras, de origem humilde, que conseguem romper esse esquema e se inserem nesses espaços de formação (ALVES E SILVA, 2022). Mostrando que a criação de organizações abolicionistas ligadas a essas instituições educativas foi uma forma de enfrentamento da estrutura social escravista, baseada na dominação, exploração e exclusão.

No terceiro capítulo, *Escolas Abolicionistas: por onde começa a liberdade*, teve por objetivo analisar as diversas associações e clubes abolicionistas que desenvolveram propostas

pedagógicas, que englobaram a abertura de escolas e cursos noturnos para as classes populares, assim como outras dinâmicas formativas: produção de periódicos, impressos, discussão de teses, entre outros.

Realizamos um mapeamento das principais instituições, sua região de atuação, as personalidades envolvidas, suas práticas educativas, identificando produções intelectuais deixadas por seus agentes. A concepção de educação e os métodos de ensino adotados por cada organização também foram pesquisadas, revelando práticas pedagógicas voltadas para educação popular, atendendo a crianças, jovens e adultos, sem distinção de condição social, cor, nacionalidade e religião. Compreendemos que as experiências dentro das organizações abolicionistas possibilitaram práticas educativas diferenciadas, uma vez que os aspectos administrativos e burocráticos próprios da instituição (criação de estatutos, eleições, prestações de contas etc.) permitiram vivências e formações mais amplas, nas quais escravizados/as, libertos e libertas, homens e mulheres livres das camadas populares participaram.

Não podemos esquecer que esse movimento educativo passava pela experiência de pessoas negras, marcadas por questões de raça e racismo, que suas vivências e a própria militância indagavam o conhecimento e à estrutura social estabelecida, questionando suas bases e permitindo a construção de novos conhecimentos e práticas (GOMES, 2017).

Assim, um amplo cenário foi historicamente reconstruído permitindo refletir sobre o papel desempenhado pela educação dentro do abolicionismo, suas intenções, silenciamentos e contribuições para a historiografia da educação brasileira e suas configurações nas vidas de homens e mulheres negras/os que fizeram da sua formação e da transmissão do saber uma prática de liberdade.

1 INTELLECTUALIDADE, FORMAÇÃO E DOCÊNCIA COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista.

Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.

bell hooks

O presente capítulo terá como objetivo apresentar a trajetória de cinco pessoas que, além de atuarem no movimento abolicionista, foram lideranças intelectuais, produzindo análises sobre a conjuntura social, política e educacional. Foram formadores de opinião, indicaram problemas, propuseram soluções e tiveram atuações efetivas dentro do campo educacional. Sujeitos com intensa articulação política/cultural que pensaram o mundo social, suas representações e construções, sendo produtores, articuladores, mediadores, divulgadores de determinadas questões no espaço público (SIRINELLI, 2003). Um grupo que se articulou tendo como base a luta antiescravista, apesar das diferenças de origem social, de formação (médicos, jornalistas, engenheiros, professores...), de posicionamento político (conservadores, liberais, monarquistas, republicanos e socialistas), mas que apresentaram ideias e ações que revelam como a educação foi pensada e articulada para desconstrução do sistema de exploração escravista e para a construção de uma nova realidade social.

A formação de um intelectual, seus modos de produção de ideias e suas compreensões da realidade são sempre partilhadas, em conexão com outros atores sociais e organizações, em que o político e o cultural se entrelaçam. De acordo com o Sirinelli, “todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Assim, os meios de sociabilidade, os debates suscitados, as propostas compartilhadas, os laços de amizade, distanciamento, rupturas e inimizades, permeadas pelo afetivo e o ideológico podem e serão objetos de análise. E podemos levantar que, além do abolicionismo, mais dois fatores uniam esse grupo: o seu envolvimento com a educação e a particularidade de serem intelectuais negros/negras.

Mesmo não sendo um grupo homogêneo, possuíam grandes diferenças em suas origens, formações, pensamentos políticos ou partidários, entretanto, a experiência educacional os

aproximava. Isso não somente a nível de profissionalização, todos fizeram do magistério um modo de subsistência (pelo menos por um período de suas vidas), como também na demonstração da importância da educação em suas trajetórias. Ao romper as barreiras impostas pela excludente sociedade escravista, se inseriram em importantes meios de formação da elite imperial, como a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Escola Normal, realizando concursos públicos e trabalhando nesses importantes espaços. Villela (2016; 2018), ao investigar alguns professores secundários negros no século XIX e XX, problematizou o processo de formação de uma identidade profissional, que “agregava uma conotação específica – o ofício de ensinar – com suas funções correlatas: produzir livros didáticos, relatórios, participar de bancas de exames, respondendo ao desafio constituído por demandas institucionais, burocráticas e sociais referentes ao campo de ensino” (VILLELA, 2016, p. 176). De igual forma, o grupo investigado atuou em diversos segmentos do ensino, como o primário e o secundário, mas a maioria fazendo carreira no ensino superior, e inferimos que essa identidade profissional possibilitou um maior domínio e análise do campo educacional, além de fazer dessa área um espaço de militância. Mas, devemos nos atentar que:

seus integrantes pensavam sobre abolição, instrução, cidadania a partir de suas *experiências* (TOMPSON, 1981) e lugares sociais diversos. Embora aparentemente proferissem um discurso comum de valorização da instrução como elemento fundamental na luta pela emancipação, o sentido que cada grupo conferia à finalidade dessa instrução variava de acordo com suas *representações* (CHATIER, 1990) do que era “nação”, “povo brasileiro”, “trabalho”, “bem-estar social”, “progresso”, “cidadania” (VILLELA, 2016, p. 182, grifos do autor).

Além do próprio sentido de liberdade que era diferenciado para cada sujeito, por onde fatores como origem social, gênero e formação possibilitavam diferentes perspectivas. Como nos lembra Pinto, “nem todos os abolicionismos almejavam alcançar as mesmas metas” (PINTO, 2018, p. 244), e nessas trajetórias o papel da educação no processo antiescravista também terá significados diferenciados.

Outro ponto de aproximação desse grupo seria o fato de serem intelectuais negros/negras, nos quais as questões de raça e racismo permeiam suas vivências e suas produções de conhecimento. Compreende-se, então, que a participação política e cultural desses intelectuais, sua militância pelo fim do escravismo, suas defesas e propostas educacionais perpassam pelas suas experiências enquanto pessoas negras, o que lhes possibilitava uma percepção diferenciada da desigualdade racial/social existente. Dessa forma, entendemos que esses intelectuais questionam:

a visão de conhecimento científico desconectado da realidade social e política do país e das demandas colocados pelos movimentos sociais e diferentes setores da sociedade. (...) No seu discurso, na sua produção escrita, na sua intervenção social, literária e acadêmica esses intelectuais expressam um olhar marcado não só pela sua condição de classe, mas, também, pela raça. E mais, a raça na sua intermediação com o gênero, a idade e demais lugares sociais dos quais participam. (GOMES, 2009 p. 428).

Com isso, defendemos que a militância antiescravista, também pode ser compreendida como uma luta contra o racismo. Santos (2014), utilizando as argumentações de Florestan Fernandes e Roger Bastide, afirma que a discriminação e o preconceito racial são estruturantes à exploração escravista: “Ao coisificar o escravizado, a sociedade escravista negava-lhe a condição humana e radicalizava a discriminação racial, porque é da essência do racismo a desumanização do oprimido” (SANTOS, 2014, p. 30). Ainda que, segundo o autor, a prioridade nesse momento era a liberdade e o fim legal da escravidão. Percebemos, através das trajetórias analisadas, que uma das estratégias utilizadas no movimento abolicionista era a desconstrução dessas bases do escravismo. Por isso, a produção intelectual desses sujeitos tenta inverter essa lógica, humanizando escravizados e seus descendentes, e trazendo dados e argumentos econômicos, morais e cognitivos que pudessem contrabalançar as teorias racistas, inclusive através de seu próprio exemplo, se necessário.

De acordo com a ideologia dominante, as pessoas negras eram biologicamente inferiores, sendo o desejo e a capacidade de crescimento intelectual dessas pessoas compreendidas como enfrentamento ao próprio sistema escravista, um ato de contestação e resistência. Dessa forma, utilizaremos o conceito de intelectual negro/negra como categoria analítica para compreender a trajetória, posicionamentos e suas propostas educativas, utilizando a biografia como um instrumento de conhecimento histórico (LEVI, 2005), e a micro-história, nos quais as trajetórias individuais podem ser minuciosamente observadas e compreendidas (GINZBURG, 1989).

Esperamos que ao final deste capítulo essas histórias possam contribuir para mostrar como “a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação” (DAVIS, 2018, p. 109), ponto que durante muito tempo foi negado pela historiografia tradicional. Vamos apresentar, também, como a formação educacional foi um meio de ascensão social para esses indivíduos que serviram de inspiração e exemplo para outros jovens. Que a intelectualidade negra, desde o período escravista, esteve presente nas academias questionando o *status quo* estabelecido e utilizou a educação como uma forma de militância abolicionista, além de pensar propostas e reformas educacionais para as classes populares.

Dessa forma, apresentaremos a trajetória de André Rebouças, mostrando como a educação técnica esteve presente em seus projetos de reforma social; de José do Patrocínio e sua militância para que os escravizados e a classe popular alcançassem a plena cidadania; de Vicente de Souza e a defesa dos trabalhadores, fossem eles livres ou escravizados, lutando no Império e na República pela educação da classe operária; de Cacilda Francioni de Souza na docência e nas letras em defesa da educação feminina; e de José Agostinho dos Reis, que dedicou sua vida ao magistério, ao desenvolvimento científico e à educação popular, saindo da escravidão e conseguindo prestígio nessas áreas.

Essas foram pessoas que durante muito tempo foram invisibilizadas em nossa história. Até mesmo dentro do abolicionismo, no qual tiveram grande atuação como lideranças no movimento antiescravista, foram subjugadas por outros sujeitos que cumpriam as normativas de preservação da memória: homens brancos pertencentes à elite política brasileira. As histórias desses agentes permitem uma nova compreensão da atuação de pessoas negras no período escravista, que ajudam a desconstruir a imagem e o lugar estabelecido de “escravos”, e mostram como a educação não só foi desejada, mas também conquistada e agenciada por uma intelectualidade negra.

1.1 André Rebouças: educação técnica e reforma social

Figura 1 – André Rebouças



Fonte: FLORA e VERISSÍMO (imagem vem antes da apresentação)

Na visão de André Pinto Rebouças (1838 – 1898) a abolição deveria ser sedimentada por reformas sociais e econômicas que pudessem verdadeiramente integrar o ex-escravizado na estrutura social brasileira. Foi um articulador capaz de pensar, estruturar e direcionar os rumos do movimento, desenvolveu diversos projetos que pensavam nos escravizados, libertos, imigrantes e na população carente de uma forma ampla. Além disso, seu desejo pelos estudos e paixão pela arte de ensinar foram a motivação em diferentes momentos de sua vida, seja nos campos de batalha durante a Guerra do Paraguai, seja na Escola Politécnica, no caminho do exílio ou no próprio exílio.

André Rebouças era monarquista, foi um homem de negócios, da imprensa, tendo contato com a elite aristocrática da época, principalmente com a família real. Como engenheiro,

se formou em um contexto de modernização nos modos de produção; como empresário, estabelecia pontes, enxergando possibilidades de empreendimentos; como docente, atento às necessidades individuais e carências sociais. Porém, era um homem negro, com ascendência escrava, em uma sociedade racialmente demarcada, que foi construindo sua identidade racial ao longo dos anos¹¹.

Seu amigo e companheiro de luta Nabuco, resume sua atuação dentro do movimento abolicionista:

De todos, aquele com quem mais intimamente vivi, com quem estabeleci uma verdadeira comunhão de sentimento, foi André Rebouças... Nossa amizade foi por muito tempo a fusão de duas vidas em um só pensamento: a emancipação. Rebouças encarnou, como nenhum outro de nós, o espírito antiescravagista: o espírito inteiro, sistemático, absoluto, sacrificando tudo, sem exceção, que lhe fosse contrário ou suspeito, não se contentando de tomar a questão por um só lado, olhando-a por todos, triangulando-a, por assim dizer -- era uma de suas expressões favoritas -- socialmente, moralmente, economicamente. Ele não tinha, para o público, nem a palavra, nem o estilo, nem a ação; dir-se-ia assim que em um movimento dirigido por oradores, jornalistas, agitadores populares, não lhe podia caber papel algum saliente, no entanto ele teve o mais belo de todos, e calculado por medidas estritamente interiores, psicológicas, o maior, o papel primário, ainda que oculto, do motor, da inspiração que se repartia por todos... não se o via quase, de fora, mas cada um dos que eram vistos estava olhando para ele, sentia-o consigo, em si, regulava-se pelo seu gesto invisível à multidão... sabia que a consciência capaz de resolver todos os problemas da causa só ele a tinha, que só ele entrava na sarça ardente e via o Eterno face a face... É-me tão impossível resumi-lo a ele em um traço como me seria impossível figurar uma trajetória infinita... Depois da Abolição ele sempre teve o pressentimento de que a escravidão causaria uma grande desgraça à dinastia, como assassinara a Lincoln. Seu maior amor talvez tenha sido pelos seus alunos da Politécnica, mas como todas as suas recordações da "Escola" se transformaram em outros tantos tormentos, quando os viu glorificando o 15 de Novembro, que para ele era a desforra de 13 de maio!... (NABUCO, 1988, p. 181 -182)

Destacamos a menção “seu maior amor talvez tenha sido pelos seus alunos da Politécnica”, lugar em que congregou a dedicação ao magistério e a causa da abolição, conseguindo a adesão de grande número de professores e alunos. Sua proposta de divisão territorial é a mais conhecida e divulgada, porém, alguns trabalhos começam a chamar a atenção por suas reivindicações também no campo educacional (SILVA, 2020; PINA, 2017; SCHUELER 2016; SCHUELER e PINTO 2012). Nesse subcapítulo dedicado ao engenheiro e professor negro, vamos abordar sua formação, o exercício no magistério e suas propostas para reformas sociais que englobavam aspectos educacionais. Como fontes de análise observamos seus escritos, através da análise dos seus diários, que revelam detalhes sobre a formação

¹¹ Segundo Maria Alice Resende Carvalho (2013, p. 3), “Em outubro de 1891, André se encontrava em Cannes, onde aguardava a morte do ex-Imperador do Brasil. Foi ali, em intensa correspondência com José Carlos Rodrigues, que pela primeira vez referiu a si mesmo como “o Negro André””.

familiar, relações pessoais e profissionais, seus desejos e anseios, nas quais perpassam por questões de raça e racismo.

No pensamento de Silva e Cardoso, Rebouças está entre os intelectuais no século XIX que se preocuparam com a educação como meio de inclusão social, “na visão do engenheiro, seria um mecanismo viável de ascensão social para negros e imigrantes europeus, cujo desenvolvimento estaria alicerçado no ensino técnico respeitando as especificidades de cada região do país” (SILVA E CARDOSO, 2018, p.2).

Reconhecemos que suas propostas educacionais faziam parte de amplo conjunto de reformas socioeconômicas que pensavam o processo de construção e modernização da nação, momento de transformação do trabalho escravo para o trabalho livre, no qual o acesso à terra era primordial. Defendendo uma educação técnica tanto para o filho da elite como para o trabalhador, onde os ex-escravizados e imigrantes teriam oportunidades, Miranda (2013, p. 177) considera que “suas contribuições guardam enorme atualidade no que tange à crítica a um sistema de dominação econômico-territorial cuja dinâmica revela o caráter permanente de reprodução das desigualdades sociais e espaciais no Brasil”.

1.1.1 Formação intelectual, luta abolicionista e a construção de sua identidade racial

Apesar de deixar um grande material autobiográfico, seus registros sobre sua condição de homem negro em uma sociedade extremamente excludente foram bastante cautelosos. Porém, deixaram pistas com relação à observação das desigualdades sociais e raciais existentes, e do que passava pelo “preconceito de cor”. Nos últimos anos de sua vida, principalmente no autoexílio, a que se submeteu após a Proclamação da República, sua postura mudou, assumindo uma visão mais crítica e reconhecendo sua origem negra/africana. Ao olhar para a formação intelectual de André Pinto Rebouças, darei importância a esse aspecto, de como as relações raciais estabelecidas no seu tempo histórico puderam interferir no seu repertório abolicionista e na formação de uma consciência racial e social.

Descendentes de escravizados, a humilde família Rebouças consegue ascensão social. Gaspar Pereira Rebouças, alfaiate português, e a escrava alforriada natural de Salvador, Rita Basília dos Santos tiveram nove filhos, quatro meninos e cinco meninas. Entre os filhos homens, dos quais temos notícias: Manuel Maurício Rebouças, médico e professor na

Faculdade de Medicina, combatente na Guerra do Paraguai; José Rebouças, formado em regência musical, violinista e compositor; Manuel Maria Rebouças, músico, que se destacou como pedagogo; e Antônio Pereira Rebouças, deputado e membro do Conselho de Estado, pai de André Rebouças.

Antônio Pereira Rebouças (1798 – 1880) foi um homem influente, recebeu o direito de advogar por todo Império em setembro de 1847, ganhou prestígio nos processos de independência nacional e da província da Bahia, como nas revoltas populares ocorridas no recôncavo baiano, como a Sabinada. Em seus diários, André Rebouças registra que o pai combatia o tráfico, “os piratas classificados pela Lei de 7 de Novembro de 1831, e os fabricantes de moedas falsas, de cobre, vulgarmente chamados de chanchan” (REBOUÇAS, 1938, p. 13), também afirma que o pai era perseguido pela elite escravocrata baiana e pelo partido republicano federalista e separatista. De acordo com Silva e Cardoso (2018), Antônio era

um entusiasta do liberalismo, do direito de propriedade e defensor das restrições censitárias para a cidadania. Ele valorizava os “talentos” e “virtudes” individuais, lutava pela entrada de libertos nos cargos públicos mais altos do Estado, desde que comprovassem suas posses. Em função do seu engajamento político nas lutas sociais da regência brasileira, ganhou visibilidade junto aos revoltosos e por este motivo “temia ser identificado como um radical”. (SILVA e CARDOSO, 2018, p. 2, grifos dos autores).

A família Rebouças encontrou seus próprios meios de sobrevivência e aceitação na sociedade imperial. A educação e uma ampla rede de sociabilidade fizeram parte dela, assim como o direito à propriedade, inclusive de escravizados.

André Pinto Rebouças nasceu em 13 de Janeiro de 1838, na cidade de Cachoeira, na região do Recôncavo Baiano, filho do Conselheiro Rebouças e de Carolina Pinto Rebouças. Seu nome foi escolhido em homenagem ao seu avô materno, o comerciante André Pinto da Silveira, que, segundo Rebouças, vivia “caloteado e roubado pelos senhores de engenho, aos quais havia emprestado dinheiro e emprestado mercadorias” (REBOUÇAS, 1938, p. 12).

Em 1846, devido ao cargo político de Antônio Rebouças, a família emigra da Bahia para o Rio de Janeiro, tendo André apenas 8 anos. Os primeiros ensinamentos foram dados por seu pai a ele e a seu irmão Antônio. A ligação entre os irmãos André e Antônio Rebouças parecia ser muito forte, ambos fizeram uma formação similar e estudaram juntos em diversos colégios em Petrópolis e na Corte, lugares em que a presença de crianças negras deveria ser mínima. Com aproximadamente 15 e 16 anos entraram para o curso de engenharia da Escola Militar, sendo classificados nos primeiros lugares da turma (SILVA; CARDOSO, 2018). O senso de

oportunidades fez com que Rebouças pai encaminhasse seus filhos mais velhos para a engenharia, e essa condução, com certeza, influenciou a formação de André Rebouças, sua postura mais técnica e administrativa no movimento e em suas propostas de reformas sociais.

Em 1855, se alistaram como voluntários no 1º Batalhão de Artilharia, e em 1858 já foram promovidos como 2º Tenente do Corpo de Engenheiros. Com apenas 21 anos, André tentou ser professor na Escola da Marinha, declarando seu amor ao magistério:

Requeri minha fé de ofício para apresentar na Escola da Marinha e poder entrar em concurso para vaga de substituto na Sessão de Matemáticas. Na aversão, que tinha à vida militar, e **ao amor ao professorato**, recorri a esse meio para deixar de ir para Escola Militar e de Aplicação no internato da Fortaleza e da Praia Vermelha. A Congregação da Escola da Marinha decidiu que só fossem aceitos formados nessa Escola. (REBOUÇAS, 1938, p. 15, grifos nossos)

Já na Escola Militar, em 1860 pediu auxílio para viagem à Europa para estudar Engenharia Civil. Alguns de seus biógrafos afirmam que teve sua viagem bancada por seu pai, argumentando que a Escola Militar liberou a licença, mas não a custeou, e declarando que essa recusa se dava por conta do preconceito racial. Porém, nos escritos de Rebouças, não encontramos evidências dessas colocações. Chegou a Paris em março de 1861, retornando ao Brasil em novembro de 1862, e “voltou querendo para si um papel misto de engenheiro empreendedor e político reformista” (ALONSO, 2015, p. 24).

Rebouças trabalhou como comissionado do Estado em diversas obras pelo Império. Em suas inúmeras viagens conhece a realidade das cidades e dos interiores brasileiros, o trabalho e os trabalhadores agrários, livres e escravizados. Revela uma curiosidade sobre o âmbito educacional, mencionando em seu diário algumas experiências educativas, como de visitar tanto instituições no exterior quanto no interior do Brasil:

Estivemos na casa de um colono Antônio Boss que espontaneamente criou uma escola, onde leciona aos Domingos em um telheiro de secar fumo. Ao retirarmo-nos entoaram os alunos um Hino religioso, que nos impressionou mui docemente. (REBOUÇAS, 1938, p. 27)

Os laços estabelecidos pela família Rebouças possibilitaram acesso a personalidades de destaque no governo imperial. André Rebouças destaca em seus diários, reuniões ao lado de seu pai com diversos ministros do Império, chega a mencionar nomes de seus familiares, como de seu tio Manuel Maria Rebouças, demonstrando a influência conquistada por essa família negra de ascendência escrava (REBOUÇAS, 1938, p. 65). Porém, também chama a atenção algumas observações com relação aos escravizados, já que ele registra algumas curiosidades

como o uso da *diamba*, fumo entorpecente, ou de dormir ao lado de senzalas e ouvir queixas de maus-tratos pelos escravizados (REBOUÇAS, 1938, p. 54-55):

Assim trafegou em obras por Maranhão, Minas Gerais, Pará, Ceará. Conheceu potentados, presidentes de província, engenheiros de farinha. Deparou com barcos, quebrados, batizados, jacarés. Dormiu tanto nas melhores casas quanto ao relento. Engenheiro Rebouças, o industrioso. (...) Conviveu com elites dos rincões e com escravos, seus assessores nas obras civis. Observá-los ao trabalho acabou por comovê-lo (ALONSO, 2015, p. 25)

Entre maio de 1865 a junho de 1866 estive na Guerra do Paraguai, se tornando primeiro-tenente do corpo de engenheiros do Exército, que lhe possibilitou observar outras dinâmicas sociais, como a precariedade dos acampamentos. A Guerra do Paraguai movimentou o debate sobre a abolição da escravatura, com a possibilidade de libertação para os escravizados que lutassem no lugar dos seus senhores e pelo alistamento de alguns escravizados fugidos, como uma forma de obtenção de sua liberdade. Apesar dos diários de Rebouças pouco mencionarem essa problemática, ela se estabeleceu socialmente, e como um homem atento às questões de seu tempo, é possível que tenha construído uma visão sobre esse assunto.

Entristecido com a morte da mãe, adoeceu e voltou para a Corte em 1866. No Rio de Janeiro tentou novamente uma vaga para professor da Escola Central. Rebouças ainda tentou mobilizar seus contatos e fez requerimento, mas foi impedido de ser aceito como lente da escola. Diante dessa recusa, direcionou seus esforços para outros projetos com seu irmão:

As obras que André Rebouças realizou e que lhe conferiram projeção como engenheiro foram as ligadas ao plano de abastecimento de água na Cidade do Rio de Janeiro, durante a seca de 1870; a construção das docas da Alfândega, onde permaneceu de 1866 até sua demissão, em novembro de 1871; e edificação das Docas D. Pedro II envolvendo enormes conflitos e debates pela imprensa. (CARVALHO, 1996, p. 41)

Em uma dessas obras, em 1867, recebeu um pedido particular vindo de um dos engenheiros que regia para que alforriasse o operário Chico. Não só libertou o escravizado como também passou a pensar mais sobre a escravidão, trabalhando em um projeto de lei sobre impostos, que seria a primeira versão da *Lei de Imposto sobre a Escravatura*. Porém, foi acusado de escravista, e como resposta alforriou a escravizada Guilhermina. Foi a partir desse momento que a escravidão e o abolicionismo entraram definitivamente em sua pauta:

Sou abolicionista de coração e aproveito esta solene ocasião para declará-lo. Não me acusa a consciência ter deixado uma só ocasião de, lavrando pareceres para essa sociedade, fazer propaganda para a abolição dos escravos, e espero em Deus não

morrer sem ter dado ao meu País as mais exuberantes provas da minha dedicação à Santa Causa da Emancipação. (REBOUÇAS, 1938, p. 283)

Apesar de ter dedicado os próximos anos de sua vida à luta antiescravista, somente dois anos depois dessa declaração que Rebouças alforriou os últimos escravizados de sua residência.

A proximidade com a Família Real permitiu observar novos contornos sobre as questões abolicionistas, como o fim da guerra com o Paraguai, a pressão internacional pela Anti-Slavery e os debates pela Lei do Ventre Livre. Em 1870, começou seus estudos para criação de projetos abolicionistas, idealizou a *Associação Central Protetora dos Emancipados*, que desenvolveria a educação dos libertos e seria presidida pelo Conde d'Eu. Apresentou seu projeto ao Visconde de Itaboraí, solicitou ajuda e defendeu suas ideias, circulando na elite imperial, nos gabinetes do parlamento e na sociedade civil.

Paralelamente, os irmãos Rebouças se dedicaram ao desenvolvimento intelectual e profissional como uma forma de combater os preconceitos e as limitações da “cor” em uma sociedade escravista. André e Antônio Rebouças ganharam prestígio no ramo da engenharia e dos negócios, estudavam e propunham inovações no ramo, escreveram em periódicos especializados e na imprensa em geral sobre questões técnicas e científicas, ganhando visibilidade e reconhecimento. Silva (2020) demonstra que em diversos momentos tiveram seus conhecimentos científicos menosprezados por serem homens negros, exemplificando-os em três ocasiões. A primeira refere-se ao estudo feito por Rebouças sobre os diques múltiplos publicado no *Correio Mercantil* (RJ) em 1864, no qual foi apresentado pelos editores do jornal, ligados à ala tradicional da engenharia, de forma depreciada. A segunda, quando os irmãos são convidados pelo governo em 1870 a encontrarem uma solução para a escassez hídrica na Corte Imperial. Apesar da dedicação e esforço, sofreram pressões políticas durante todo o processo de estudo e implementação, seria o que André chamou de “plutocracia”, luta política contra o grupo mais rico, e que teve como consequência o corte no salário de Antônio e posterior destituição da comissão de engenheiros brasileiros proposta pelos irmãos. De acordo com o autor, ambos os fatos estariam relacionados a motivos raciais.

Porém, um poema publicado em 1871, mostra claramente o incômodo causado por ter à frente de grandes obras públicas dois homens negros, evidenciando-se o preconceito com o uso de atributos racistas nos versos. As ofensas foram publicadas no *Diário do Rio de Janeiro* em forma de quartetos, em dois momentos, fazendo referência a uma disputa política pela direção das obras de abastecimento de água.

Pae Feitiço e Pai Quimbombo

Andam em ordem do dia
Dous heróes da mesma grei,
Um famoso nos *feitiços*
O outro no que, não sei.

Tem privilégios aos centos,
Estradas de *Graça e ousa*
Um dizer que tudo alcança
Imitando o Juca Rosa.

Com efeito a imitação
E'orçada com tal manha,
Que o Juca Rosa sucumbe,
O pae Feitiço é quem-ganha.

Poços e diques e mocas,
Tudo está hypothecado
Aos dous cometas opacos,
Das águas sujas do Estado.

Dizem que até da bisnaga
Querem ter um privilegio,
E o pobre do Dr. Freitas
Que ature um tal sacrilegio!...

Que a Graciosa custou,
Fora os luxos e *mão de obra*
Que *aguaceiro* levou:

Tudo isto é compensado
Com vinte *léguas de chão*
E mais um *trilho de ferro*
Para a colonização.

Nas serras de Corityba,
Já bombardêa o ribombo.
Do progresso *rebuçado*,
Nos trilhos de pae Quimbombo.

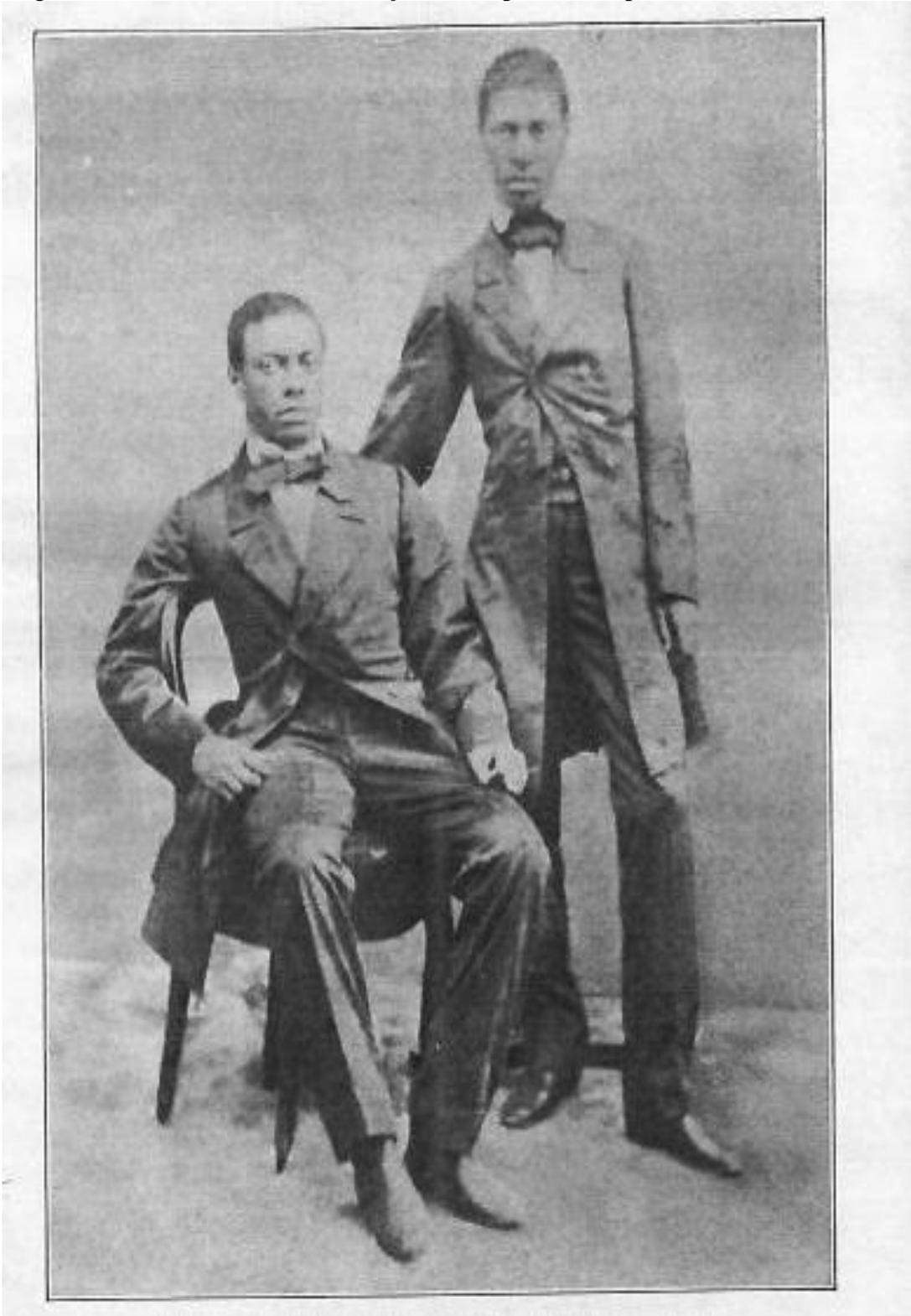
Com os cento e cincoenta contos.
Da via do *Matto-Grosso*
Pae Quimbombo há de fundar
Uma colônia colosso !...

E quem pensa de outra fórmula
Póde mudar de miolo ;
Na época das mócas
Quem não faz trocas é tôle.

Trapiche Macaco

Diário do Rio de Janeiro, ed. 00040, 09/02/1871, p. 2.

Figura 2 – André e Antônio Rebouças em viagem à Europa em 1861.



Fonte: FLORA e VERISSÍMO, p. 47.

Silva (2020) utilizou as anotações do próprio André Rebouças para compreender o fato, Francisco José de Freitas, então engenheiro e fiscal de obras do governo, tinha divergências

técnicas com os irmãos Rebouças, responsáveis pelas obras, com relação ao encanamento do trapicheiro construído para o escoamento da água captada nos poços e mananciais da cidade. Pouco tempo depois, novamente o “pai feitiço e pai quimbombo” entram em cena:

Pai feitiço e pai quimbombo

SONETO.

Quer pai feitiço colocar um esguicho
Das águas sujo do Estado lá no esgoto;
 Pai quimbomboroteia, anda de chouto,
 Enquanto pai feitiço está no nicho.

Privilégios agora? ... só do lixo
 O governo concede do seu molo,
 Porém do trapicheiro? Este biscoito
 Há de roer trazendo seu rabicho.

Não bastam cem ações de micas mócas?
 Pai feitiço ainda quer do trapicheiro
 Vender no cais da sua toca?!...

Muito se vê no Rio de Janeiro! ...
 Nada se faz, sem tricas e sem trocas,
Oh sapiência, escrava do dinheiro! ...
Trapicheiro e macaco
Diário do Rio de Janeiro, ed. 00042, 11/02/1871, p.2.

Outras personalidades políticas entraram na disputa, mas o que nos interessa nesse momento é compreender o fundo racial que se estabelece. André é chamado de “pai feitiço” pelo poder de persuasão e convencimento que possuía ao utilizar os seus conhecimentos técnicos e por ser considerado um privilegiado no ramo da engenharia. Já para Antônio sobrou a representação de “pai quimbombo”, uma espécie de pai do terreiro. Ambos estereotipados, uma conotação pejorativa ligada às religiões de matrizes africanas.

Em nova viagem ao exterior, o contato com a sociedade estadunidense foi um diferencial para André Rebouças. Essa sociedade que lhe encantara com os ideais liberais em contraposição aos privilégios da sociedade aristocrata foi também a que lhe permitiu sentir os preconceitos de cor, sem a camuflagem da sociedade europeia e brasileira. Ali foi impedido de se hospedar em hotéis, frequentar restaurantes, de assistir a óperas... Teve que pedir ajuda ao consulado brasileiro para conseguir um quarto, mesmo assim com a condição de permanecer no aposento e não ir ao restaurante do hotel:

Os Estados Unidos partiram seu espelho. Experiência intensa de uma sociedade, na qual, na ausência das hierarquias aristocráticas, a cor se fizera a marca de distinção, diferenciadora e subordinadora, um estigma. Apreciador de simetrias, exatos dois anos depois de libertar os últimos escravizados de sua casa, deu-se conta de que era também um rebento do tráfico africano. A condição durava indelével na pele. Isso Rebouças aprendeu, literalmente, na carne. (ALONSO, 2015, p. 111)

Tudo isso não foi suficiente para quebrar sua admiração por aquela sociedade. Apesar da discriminação sofrida, a viagem aos Estados Unidos marca sua consciência liberal, “na sua perspectiva, aquele país representava o desenvolvimento social e econômico, a livre iniciativa no âmbito da educação e a moderna civilização industrial” (SCHUELER, 2016, p. 194). Em diversos momentos nos seus diários, Rebouças defende os valores liberais, como o mérito individual na dedicação aos estudos e ao trabalho como uma forma de dignificar o homem livre e possibilitar a modernidade das nações.

André esteve sempre envolvido com a prática docente. Além de auxiliar os irmãos mais novos em sua alfabetização, atuou como professor repetidor¹² auxiliando nos preparatórios para os exames da Escola Militar, além de começar a dar aulas em colégios particulares do Rio de Janeiro, como o Colégio Aquino.

Em 1867, quando passava pela Escola Central, foi informado pelo porteiro das cadeiras vagas para docente, e Rebouças não mediu esforços, mobilizando sua rede de sociabilidade para que assumisse uma das vagas, sendo nomeado em 08 de março de 1867 para a cadeira de Ciências Físicas. Novamente, em 1876, passa a ser professor substituto na Escola Politécnica a convite de José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) para a cadeira de Botânica. Sua efetivação no serviço público demorou, de acordo com Alonso, devido a “canônicas vias da patronagem” e a “qualidade de mulato” (ALONSO, 2015, p. 123 e 124)¹³. Somente nos finais de 1879 fez os exames para obter o diploma e assim concorrer para o cargo de professor efetivo da Escola Politécnica, sendo aprovado em primeiro lugar para a cadeira de Engenharia Civil nos inícios de 1880.

O envolvimento com a campanha abolicionista se estabelece ao final da década de 1870, mas será nos anos 1880, com a tristeza em razão da morte de seu querido irmão Antônio, que estará totalmente mergulhado na causa: no dia 21 de maio de 1880 escreve “Começo os trabalhos para a propaganda abolicionista, que desde muitos anos me preocupavam” (REBOUÇAS, 1938, p. 239). Neste mesmo ano, fala da aproximação com outros importantes nomes na campanha abolicionista, como Joaquim Nabuco, Ferreira de Menezes e Vicente de

¹² Segundo Schueler, professores repetidores eram responsáveis pela transmissão de determinadas disciplinas e conteúdos. De modo geral, eram contratados ou trabalhavam como professores substitutos (SCHUELER, 2016, p. 197).

¹³ Apesar de termos comprovações dessa questão, percebemos que isso ocorreu na vida de outros docentes negros nas instituições imperiais de educação, como José Rubino de Oliveira na Academia de Direito do Largo de São Francisco e Vicente de Souza no Colégio Pedro II. O caso de Rubino é peculiar, ele prestou nove concursos para o cargo, mostrando persistência e autodeterminação, até ser admitido.

Souza, e menciona a criação da *Gazeta da Tarde*¹⁴ e dos seus primeiros artigos para esse periódico sob o título *Emancipação*.

O encontro com José do Patrocínio é incerto. Angela Alonso fala que eles poderiam ter se encontrado pelas ruas do Ouvidor, na redação de um jornal ou no teatro (ALONSO, 2015, p. 122). Já para Schueler (2016) poderia ter ocorrido no curso preparatório para as faculdades, Rebouças enquanto professor repetidor e Patrocínio como aluno bolsista. O fato é que a aproximação de ambos impulsionou o movimento abolicionista:

Difícil imaginar André Rebouças, imerso nos requintes e favores das rodas aristocráticas, de braço com o rei da boêmia, José do Patrocínio. Zé do Pato, espalhafatoso; André, cerimonioso. Patrocínio, o perdulário; Rebouças, o morigerado. Um dos discursos; o outro, de obras. Complementares, viraram até compadres: Rebouças, sem prole, apadrinhou José do Patrocínio Filho. Amizade duradoura, e é difícil imaginar o abolicionismo sem ela. (ALONSO, 2015, p. 122)

No dia 25 de julho, Rebouças assistiu a primeira conferência emancipadora ao lado de Carlos Gomes, seu amigo pessoal, ocasião em que discursou Vicente de Souza. Souza, Rebouças e Patrocínio se tornam, desde então, os principais articulares das *Conferências Emancipadoras*, um trio de homens negros à frente desses eventos que movimentaram o espaço público, propagando os ideais antiescravistas.

Rebouças conhecia o repertório abolicionista internacional com seus eventos de inspiração secular, com declamações, manifestos, panfletos, exposições e passeatas. Vicente de Souza e José do Patrocínio foram os principais discursadores enquanto Rebouças atuava nos bastidores estruturando, divulgando, organizando: “Embora Rebouças não subisse ao palco, Nicolau Moreira várias vezes reverberou suas ideias em discursos contra o “feudalismo bárbaro”, pedindo “a subdivisão do solo e a criação da democracia rural” (ALONSO, 2015, p. 133).

Com Vicente de Souza, volta aos seus planos de organização de uma sociedade abolicionista, e em agosto de 1880 cria a *Associação Central Emancipadora*. No seu Discurso-Manifesto, publicado em anexo ao *Gazeta da Tarde*, Nicolau Moreira, vice-presidente da Associação, fala sobre a questão territorial: “a concentração da propriedade produziu sempre o servilismo e a miséria de populações inteiras, contrastando com a confortabilidade e riquezas de alguns escolhidos” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00069, 28/09/1880, p. 7).

¹⁴ A *Gazeta da Tarde* foi fundada por Ferreira de Menezes, abolicionista negro que morreu precocemente. Lançado em 10 de julho de 1880, nunca lucrou com anúncios de fuga de escravizados, Menezes usou seu jornal para propagar suas ideias em prol da liberdade. Tornou-se o mais importante jornal abolicionista da Corte sob a direção de José do Patrocínio, que assumiu essa função após a morte de seu fundador.

Neste mesmo período é fundada a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, de extração aristocrática e parlamentar, por Joaquim Nabuco, e da qual Rebouças fez parte da comissão responsável por seus estatutos e foi eleito tesoureiro. Essa organização teve como estratégia de ação a criação de um periódico próprio, *O Abolicionista*. André trabalha não somente nos estatutos dessa organização, como no primeiro número do impresso, no qual percebemos a influência de seu pensamento:

O trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do paiz. O nosso território está coberto de latifundios, onde da casa senhorial sahem as ordens para o governo das centenas de animaes humanos que enriquecem o proprietário. Alli, nem religião, nem instrucção, nem moralidade, sem família! (*O Abolicionista*, 01/11/1880, ed. 0001, p. 1)

Rebouças trabalhou intensamente na campanha abolicionista durante toda a década de 1880, não somente nas conferências, nos jornais, mas também no parlamento construindo projetos de lei. O seu trabalho docente não estava afastado dos seus ideais abolicionistas, constatado no primeiro número do *O Abolicionista*, em que foi anunciada a criação da *Associação Emancipadora da Escola Politécnica*, que teve influência e grande atuação de Rebouças¹⁵.

Para além da libertação dos cativos, Rebouças defende outras problemáticas raciais, como a baixa representatividade de homens negros nas candidaturas apoiadas pelo movimento. Em 1882 registra sua angústia: “Só 3 mulatos no Partido Abolicionista. É a minha maior dor!!” (REBOUÇAS, 1938, p. 295). Isso demonstra que mesmo dentro do movimento abolicionista outras desigualdades se sobrepõem.

Naquele ano partiu para o exterior, encontrou com Joaquim Nabuco e estreitou os laços com o abolicionismo internacional. Retornou em 1883, ano em que publicou seu livro *Agricultura Nacional*. Rebouças foi recebido com festa por alunos e professores da Escola Politécnica e por uma comissão do Club dos Libertos de Niterói (*Gazeta da Tarde*, ed. 00049, 03/03/1883, p. 1). Chegou a tempo de participar da fundação da Confederação Abolicionista, da qual é eleito tesoureiro, e que fica responsável, junto com Patrocínio, a redigir seu manifesto. Com João Clapp eleito presidente, Rebouças e Patrocínio “seriam o núcleo duro da C. A.” (ALONSO, 2015, p.203).

A Confederação passa a defender a “Abolição Imediata e sem indenização”. Em seu manifesto pregava a liberdade como direito natural e garantido legalmente, pregava a retórica da compaixão como também do progresso, na qual unia a escravidão, o latifúndio e a

¹⁵ As organizações abolicionistas da Escola Politécnica serão destacadas no próximo capítulo dessa pesquisa.

monocultura como obstáculos à modernização do país. Neste mesmo período, Joaquim Nabuco escreveu seu livro “O abolicionismo”. Em comparação ao Manifesto Abolicionista, Alonso declara: “o livro fundamenta a causa, dava as razões do movimento, o Manifesto indicava uma política, a linha de ação. Braços de um só corpo que apontavam cada qual uma direção” (ALONSO, 2015, p. 206). Porém, a autora não menciona outra importante publicação para o pensamento abolicionista, *Agricultura Nacional*, de Rebouças, publicada no mesmo período, que não somente mostrava-se contrária ao escravismo como propunha uma série de projetos de reformas sociais que visavam a inclusão do negro na sociedade brasileira.

Durante toda a década de 1880, André Rebouças dedicou-se à luta abolicionista e ao ensino, tendo um intenso trabalho na imprensa e nas articulações dentro e fora do parlamento. Registrou em seus escritos a fuga de escravizados, a intervenção da Família Real, na figura da Princesa Isabel e suas manifestações abolicionistas para libertação de Petrópolis. Em 7 de abril de 1888, anotou: “Dou ao Presidente do Conselho João Alfredo cópias do Projeto de Lei de Abolição e de serviços rurais, redigidos em 30 de março” (REBOUÇAS, 1938, p. 311), mostrando sua intensa mobilização para o término da escravidão e desenhando novos rumos para a população negra.

No dia seguinte da proclamação oficial da Lei Áurea, ele já inicia seus estudos para uma “Propaganda Evolucionista Democrática (Democracia rural – Liberdade de Consciência – Liberdade de Comércio)”. Foi reverenciado por seus alunos da Escola Politécnica durante as festividades pela Abolição, apontando em seus escritos o desfile cívico das escolas públicas. A educação para os libertos era pensada nesse momento de fervor abolicionista. Rebouças, em 17 de julho, registra que está redigindo “um projeto de Lei para Educação, Instrução e Elevação do nível moral dos libertos, em contraposição aos projetos de proteção aos fazendeiros e comissários de café” (REBOUÇAS, 1938, p. 315).

Após a abolição sua luta continua de forma intensa, publica artigos contra a indenização dos escravocratas, como também inicia uma série na imprensa denominada *Abolição da Miséria*, dentro da *Revista de Engenharia*, se colocando contrário aos escravistas que agora se mostram democráticos. Rebouças foi solicitado em diversos momentos por sua sensatez e por sua capacidade de pacificador, como em 4 de janeiro de 1889, quando recebe um telegrama de João Clapp solicitando sua presença na Capital. Na Corte, ele aconselha a Manuel Maria de Beaurepaire Pinto Peixoto, liderança da Guarda Negra, a “evitar a violência, e a constituir Sociedades e Clubes para educação, instrução e aperfeiçoamento da Raça Africana” (REBOUÇAS, 1938, p. 325).

A proximidade com a Família Real, faz com que Rebouças, depois da Proclamação, decida acompanhá-la no exílio. Ele demonstra muito carinho pelo Imperador e por toda sua família, chegando a dar aula para o filho primogênito da Princesa Isabel no caminho de Portugal.

Segundo Flora e Veríssimo, depois de jubilado da Escola Politécnica em 1891 (1938, p. 206): “André Rebouças mergulha nos mais variados trabalhos, em 1889 ele queria passar o resto de sua vida ensinando e dedicando-se à higiene pública e economia social. Privado de uma verdadeira atividade, procura mil interesses”. Foi através da sua preocupação com o continente africano que reconhece suas origens africanas e se posiciona frente à exploração racial:

A África foi sempre o continente da escravidão... A cor preta foi sempre apreciada pelos exploradores de homens como uma justificativa de sua iniquidade. ... A cor negra veio salvar essa dificuldade moral... Porque todo criminoso quer ter uma justificativa do seu crime. (REBOUÇAS apud MATTOS, 2013, p. 5).

Rebouças reconhecia a responsabilidade dos europeus e dos americanos no processo de subjugação da África, mas acreditava no potencial civilizatório da evangelização cristã dada a esses povos. De igual forma, acreditava que o Brasil poderia desempenhar um importante papel no desenvolvimento e no progresso africano, e assim pagar uma dívida de gratidão a esse povo. Por isso, em suas correspondências demonstrava-se animado e esperançoso com sua tarefa educativa no continente: “os alemães de camerum estavam a ensinar a cantar os negrinhos; - como o Africano André Rebouças há de recuar por medo do sol e das inclemências do continente de seus preavós!!!!????” (REBOUÇAS apud MATTOS, 2013, p. 8).

Ele desenvolveu um projeto para um livro que seria denominado “*Entorno d’Africa 1889-1893. Propaganda abolicionista socioeconômica – Antropologia – Botânica – Flora Comparada do Brasil e d’Africa – Astronomia, Metereologia, etc.*”, porém seus originais nunca foram encontrados (MATTOS, 2013, p. 11), e continuou defendendo a terra e a divisão territorial como uma de suas principais preocupações:

O horror dos horrores é impedir ao Africano possuir uma nesga de terra na sua própria África. Abolir esta iniquidade e promover a constituição de núcleos de colonos Africanos com família, choupana e um lote de terras de poucos hectares é a primeira dessas reformas humanitárias. (REBOUÇAS apud MATTOS, 2013, p. 15)

Ao final de 1892, Rebouças já demonstrava decepção com a colonização inglesa na África do Sul e suas práticas racista. Mostrou-se indignado ao perceber que os africanos não tinham direitos em suas próprias terras, assim como eram impedidos de ter direitos eleitorais, sendo sujeitados a leis bárbaras como a do uso do açoite. Os atos de espancamentos e violências

cometidos contra os africanos por americanos e europeus fez com que Rebouças passa-se a denominá-los como “os Canibais *Yankees* do Ohio, do Mississipi, do Missouri” (REBOUÇAS apud MATTOS, 2013, p. 13). A autora ainda menciona que o próprio Rebouças começou a ser alvo das práticas racistas e segregacionistas.

Entristecido com todo esse contexto, ele perdeu o entusiasmo e o vigor dos anos de campanha abolicionista, dos inúmeros projetos e da visão encantada sobre o continente africano. Carvalho resume dessa forma sua fase final:

E a história do engenheiro se fecha em seu autoexílio, após muitas cartas trocadas com Nabuco, nas quais sugere que o grande abolicionista assumisse uma crítica mais firme à “escravização” do solo brasileiro, que impedia a autonomia dos produtores rurais e condenava negros e imigrantes brancos à servidão. Nos seus últimos anos de vida, André Rebouças se referia ao Brasil como uma civilização extinta, tal como a Grécia antiga. Extinguira-se porque, quando posta diante da possibilidade de superar o último travo colonial — o monopólio da terra —, insistiu em mantê-lo. Morto o Brasil, matou-se também em Funchal, Cabo Verde, atirando-se de um penhasco no oceano Atlântico, em 1898. (CARVALHO, 2017, p. 15).

1.1.2 Libertação, democracia rural e educação: basilares de uma reforma social

No tópico anterior, focalizamos a formação familiar e intelectual de André Rebouças, destacando sua atuação enquanto educador e abolicionista, experiências atravessadas por questões raciais, assegurando que esses fatores foram decisivos para o desenvolvimento de seu pensamento social. Neste subcapítulo a ênfase será dada à sua proposta educacional, para isso tomaremos como base alguns de seus escritos, principalmente no livro *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Econômica - setembro de 1874 a setembro de 1883*.

De acordo com o anunciado: “o livro, sob o título de *Agricultura Nacional*, faz parte de uma série de Estudos Econômicos já publicados pelo autor, e de grande proveito para os que se entregam ao estudo da ciência moderna e a applicam aos phenômenos sociais do nosso paiz” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00259, 06/11/1883, p. 1). Uma primeira versão desse trabalho foi iniciada na década de 1870, em artigos publicados no *Jornal do Comércio* e no *Novo Mundo*. Relembramos que Rebouças já havia realizado estudos e proposto ações nesse sentido, como a “Lei de Imposto para Escravatura” em 1867 e os “Estatutos para uma Associação Geral Protetora dos Emancipados” de 1870, que deveria cuidar e educar os recém-libertados. Dessa

forma, o livro reúne os estudos, pensamentos e propostas que Rebouças desenvolveu naqueles últimos anos.

Essa obra seria um estudo minucioso dos problemas inerentes à agricultura nacional, discutindo a estrutura financeira que a sustentava, propondo soluções práticas e objetivas que passariam pelo fim do trabalho escravo, a implementação da instrução técnica e a implementação da “democracia rural brasileira”.

Sobre essa obra, Joselice Jucá argumenta:

Por alguma razão incompreensível, talvez por causa do seu estilo técnico pesado, Agricultura Nacional nunca recebeu a atenção merecida se compararmos com outros importantes livros contemporâneos, como o próprio O Abolicionismo de Joaquim Nabuco. Essa omissão é parte do esquecimento no qual a figura e a obra de André Rebouças têm mergulhado ao longo desses cem anos de abolição. A sua proverbial modéstia intelectual poderá ter também contribuído para pouca divulgação dos seus pontos de vista sobre a agricultura nacional e sobre a questão da terra. (JUCÁ, 1988, p. 210).

Além do *O Abolicionismo* e de *Agricultura Nacional*, outra importante publicação desse momento histórico foi o *Manifesto Abolicionista*, todos em circulação no mesmo ano, tendo por base o pensamento de Rebouças em dois desses (*Agricultura Nacional* e *Manifesto Abolicionista*), e sua influência, pela amizade e proximidade com Nabuco no terceiro (*O Abolicionismo*). Dedicado à democracia rural brasileira, a primeira edição de 500 exemplares foi doada à Confederação Abolicionista e comercializada por ela (*Revista de Engenharia*, 1886, p. 2).

Nessa obra, Rebouças propunha uma reformulação econômica e social em um momento crucial de transformação do trabalho escravo para o trabalhador livre, no qual a educação teria extrema relevância:

Necessitamo-nos de instrução e capital. E como não é possível construir escolas, comprar livros e pagar mestres sem capital, é preciso resolver simultaneamente o problema do capital e o problema da instrução: *Não se pode ensinar a ler quem tem fome!*

É preciso capital para a instrução, e capital para a indústria. É preciso dar simultaneamente ao povo – instrução e trabalho. Dar instrução aos brasileiros para que elles conheçam perfeitamente toda extensão de seus direitos e de seus deveres: dar-lhes trabalho para que elles possam ser realmente livres e independentes! (REBOUÇAS, 1883, p.284).

Rebouças acreditava que somente com educação e trabalho digno os indivíduos seriam realmente livres e independentes, conheceriam seus direitos e compreenderiam seus deveres.

Por suas ideias liberais e modernizadoras, se colocou contrário ao conceito de escravização, caracterizada como “uma instituição violenta e cruel, sustentada especialmente

no interesse dos mais fortes, não póde viver indefinidamente a affrontar o direito e a moral, a contrariar o progresso da sociedade” (REBOUÇAS, 1883, p. 178). Criticava a escravidão com base na moral, na religião cristã e da racionalidade econômica, afirmando que o trabalho escravo era menos produtivo do que o trabalho livre, além de acreditar que seus efeitos eram maléficis para toda sociedade, “a escravidão amortece as faculdades do senhor e simultaneamente suprime as da criatura intelligente, que soffre o seu jugo; e a escravidão tudo desmoraliza” (REBOUÇAS, 1883, p. 201).

De igual forma, ampliou o conceito de escravização, explicando o conceito de reescravização, que seria possível através da exploração social, dos baixos salários e de precárias condições de vida:

A escravidão não está no nome mas sim no fato de usufruir do trabalho de miseráveis sem pagar salário ou pagando apenas o estrito necessário para não morrer de fome. Aviltar e minimizar o salário é reescravizar. Mesmo nos países que se supõem altamente civilizados a plutocracia faz todo o possível para reduzir o salário ao mínimo absoluto: a landocracia principalmente é reescravizadora por atavismo, não compreende a agricultura sem escravo ou sem servo da gleba. (REBOUÇAS apud JUCÁ, 1988, p. 209)

Para combater esse esquema de exploração sobre os mais fracos, acreditava ser necessário ao progresso do país uma reorganização latifundiária para transformar o antigo sistema de posse de terra associado à escravidão. Por compreender que a agricultura e a indústria seriam os propulsores do progresso econômico nacional, combatia o monopólio territorial, a monocultura e o sistema escravista como um dos causadores da decadência de determinados produtos agrícolas. Defendeu uma democracia rural que iria beneficiar imigrantes e ex-escravizados, que teriam acesso a pequenas propriedades para o cultivo. O direito à propriedade era um dos seus principais argumentos, segundo Jucá (1988, p. 213), “em aspecto mais importante da ideia de “democratização do solo” de Rebouças, era a divisão da propriedade de terras entre escravos emancipados, colonos e imigrantes. Seria, então, por meio do acesso à terra sua integração na estrutura econômica e social brasileira.

No seu entendimento, esses pequenos produtores seriam amparados por uma centralização agrícola:

A fazenda central permittirá que o emancipado, que o immigrante, por mais pobre que seja, cultive uma dezena de cafeeiros em suas terras, que, no dia, mesmo da colheita, leve os fructos, sem preparação alguma, á fazenda central, e os venda logo, obtendo imediatamente o producto de seus esforços (...) A Fazenda Central funcionará assim, como um grande e poderoso agente de emancipação, de immigração e de colonização (REBOUÇAS, 1883, p. 111-112).

O espírito de associação aliado à livre iniciativa seriam as bases para a construção de uma liberdade individual. Esse conceito foi estruturado no pensamento liberal, no qual o Estado era acusado de transmitir ideias protecionistas, de favoritismo e de ser regulamentista, males do “monopólio governamental”, e que seriam essenciais para “transformação da actual lavoura esclavista, estilizada e rotineira em *indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista*” (REBOUÇAS, 1883, p. 14).

O conceito de centralização agrícola poderia, eventualmente, se transformar numa centralização industrial, adotando novas técnicas para preparação do produto agrícola: recebendo, processando e produzindo produtos brasileiros industrializados, tanto para o consumo interno como para a exportação. Segundo Jucá, esse seria o argumento central para o desenvolvimento econômico: produtos brasileiros “preparados pela indústria nacional, deixando invariavelmente aos agricultores e aos industriais o máximo de lucro possível” (JUCÁ, 1988, p. 213)

Para isso era indispensável a preparação técnica dos trabalhadores, portanto, educação e instrução se tornariam essenciais:

Repitamos ainda mais uma vez: é indispensavel ensinar a ler e escrever e dar um officio a todos os cidadãos brasileiros. É o minimum de instrucção e de educação technica. É o cumprimento mais mesquinho, que se póde dar aos §§ XXXII e XXXIII do art. 179 da constituição brasileira.

As fabricas centraes, as fazendas centraes, os engenhos centraes, com certeza ensinarão, pelo menos, aos seus aprendizes a ler e a escrever; a lavrar e estruturar a terra; a effectuar todas as boas praticas rurais; a dirigir as machinas agricolas, a empregar e concertar, e mesmo a fabricar utensilios e as machinas destinadas a preparar para a exportação e para consumo, o café, o assucar, o algodão e o fumo, e todos os outros produtos da agricultura brasileira. Poderão rivalizar, sem desvantagem, com as melhores escolas technicas e industriaes, não só do Brazil, como de qualquer pais! (REBOUÇAS, 1883, p. 375).

Devido à sua formação, Rebouças acreditava no avanço da ciência e na defesa de um modelo educacional voltado para o científico e para o técnico:

A falta de conhecimentos profissionais é uma fatal realidade para a Agricultura Nacional. Não so a Agricultura, como a Industria, como o Commercio sofrem penúria extrema de conhecimentos technicos ou profissionais. Em todo este vastíssimo Imperio, repitamos: não ha uma escola technical! Não ha uma escola de Agronomia! Não ha um so museo industrial! (REBOUÇAS, 1883, p. 374).

Ou seja, a educação era um aspecto necessário não somente para os trabalhadores e seus filhos, como também para os filhos de uma elite econômica. Por isso, criticava a formação dada aos filhos dos fazendeiros, principalmente os cursos de Direito, que ensinava os jovens sobre literatura e apresentava discussões acadêmicas, mas que afastava os jovens da vida na terra:

Esse moço é um ser perdido para Agricultura. Educado em uma escola technica, ele consideraria o engenho de seu pai como um precioso laboratório, como um campo de estudos, de melhoramentos, de aperfeiçoamentos e de reformas. Nas férias, partilharia o trabalho de seu pai; ajuda-lo-hia com suas luzes; inspirar-lhe-hia o amor das reformas agrícolas; iria predispondo nas mais faceis, e preparando tudo para um futuro melhor. (REBOUÇAS, 1883, p. 357)

De igual forma, defendia o estudo da economia como uma base comum tanto para os trabalhadores rurais quanto para os políticos, compreendendo como estudos necessários a todo cidadão (REBOUÇAS, 1883, p. 312).

Para compensar essa falta, propõe que as fazendas, engenhos e fábricas criassem escolas noturnas e domingueiras para atender a população de ex-escravizados, índios e imigrantes (REBOUÇAS, 1883, p. 374). Não esquecendo de incluir incentivos dentro dos seus projetos de lei para as empresas que “se obrigassem a emancipar o maior número de escravos, a importar o maior número de colonos e manter o melhor systema de educação technica nos seus estabelecimentos” (REBOUÇAS, 1883, p. 272). Ele julgava que a base para a transformação econômica e social no Brasil deveria passar pela libertação da mão de obra escrava e pelo aperfeiçoamento do trabalhador nacional, através da educação técnica e profissional.

O papel educacional da imprensa também foi revisto por ele. Como um homem da imprensa, Rebouças a compreendia como essencial para as reformas que propunha, não somente pelo seu caráter educador, por sua capacidade de informar e de formar, mas por resguardar as liberdades individuais. Ele afirmava que não haveria uma reforma liberal que não fosse realizada pela palavra e pela imprensa, essas seriam as armas necessárias para a transformação social, e não a força bruta (REBOUÇAS, 1883, p.307). A transformação pela palavra exigiria educação, e para atingir esse fim a imprensa cumpriria um papel fundamental:

Até aqui a imprensa tem servido quase exclusivamente á politica militante e ás necessidades de momento, o paiz vai pedindo mais alguma coisa que: ella seja a iniciadora de todos os progressos e promotora de todas as liberdades. A imprensa não póde faltar a esta santa missão, e nós esperamos que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da sua instrucção, de seu engrandecimento e de sua prosperidade! (REBOUÇAS, 1883, p. 359)

Além das argumentações partilhadas em seu livro, Rebouças participou dos preparativos para o *1º Congresso da Instrução do Rio de Janeiro*, no ano de 1883. Acompanhado de Pedro Dias Godinho Paes Leme, eles ficaram responsáveis de emitir um parecer relativo à sessão de instrução primária, secundária e profissional acerca das escolas profissionais e de aprendizado. Em seus pareceres: defenderam a difusão de escolas primárias, com conhecimentos elementares agrícolas; criação de internatos agrícolas, com instrução primária e técnica; instalação de outros

liceus de artes e ofícios; fundação no Liceu de Artes e Ofícios de uma seção dedicada às mulheres e à infância, entre outros fatores (SILVA, 2020, p. 171).

De igual forma, suas ideias estão ligadas ao documento realizado pela *Sociedade Central de Imigração*, da qual foi sócio-fundador e secretário, como a proposta de reforma do ensino técnico em 1887 (SILVA, 2020, p. 176), mostrando-se como um articulador para a reforma educacional que acreditava ser necessária para diferentes frentes.

André Rebouças pensou a educação de uma forma ampla, incluindo aspectos morais e a instrução técnica, atuando em sua defesa por meio de artigos na imprensa, projetos de lei, organização de instituições abolicionistas e na elaboração de livros. A questão educacional sempre chamou sua atenção, por isso a ênfase dada a visitas a organizações educativas no Brasil e no exterior, ou na dedicação dispensada ao trabalho docente, seja com seus irmãos menores, durante a Guerra do Paraguai, dentro da Escola Politécnica ou durante o exílio. Impressiona sua dedicação aos estudos, Rebouças se mostrou um homem inquieto pela busca do conhecimento, revelando, dessa forma, a importância da educação para o desenvolvimento individual, como necessária à população negra e no combate ao preconceito racial que se estabelecia na sociedade imperial.

Dentro das mudanças sociais propostas por Rebouças, o término da escravidão era prioridade, por conseguinte, a exploração territorial, que seria enfrentada por meio de imposto sobre terras improdutivas ou propondo a divisão agrária. O importante é sinalizar que o uso mais igualitário da terra é fundamental para a reforma social proposta por esse intelectual negro, que passava por um refinamento técnico do trabalhador proporcionado pela educação. Assim, o direito à terra e o ensino em diferentes esferas (primário, secundário e técnico) seriam prioridades para uma nova dinâmica social e econômica que poderia modernizar o país, estimulando sua indústria e combatendo o atraso social.

Ao pensar na redistribuição territorial, se colocando contrário ao poderio da grande propriedade rural e em a favor da educação e da instrução técnica, não somente para escravizados e libertos, mas englobando outras camadas populares, Rebouças mexia com as elites brasileiras e sua manutenção do *status quo*. Por isso, pressupomos que apesar de os diversos estudos e projetos desenvolvidos e de toda sua movimentação dentro do parlamento e com a Família Real, não houve interesse nas reformas sociais propostas, principalmente as educacionais e agrárias, pois atingia os privilégios da aristocracia rural. Ainda mais por essas propostas virem de um intelectual negro, que mesmo rompendo os limites da “cor” por meio de

sua dedicação às ciências, à engenharia e ao magistério, trazia incômodos a uma estrutura social extremamente racializada, estratificada e preconceituosa.

1.2 José do Patrocínio: educação para plena cidadania

Figura 3 – José do Patrocínio



Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em:
<https://www.bn.gov.br/en/arquivo/imagem/jose-carlos-patrocinio>.

As diferenças entre José do Patrocínio e André Rebouças são grandes. Patrocínio era muito mais emotivo, sem herança aristocrática, declaradamente republicano e tornou-se a voz popular do abolicionismo. Apesar da questão racial aproximar Patrocínio e Rebouças, as origens e o legado familiar conduziram caminhos diferenciados entre esses dois abolicionistas negros, “era um agitador dionisíaco em contraste com o organizador estóico” (CARVALHO, 1996, p. 15). Havia, porém, uma proximidade afetiva, chegando Rebouças a apadrinhar José Carlos do Patrocínio Filho. Patrocínio não se dedicou ao estudo e à construção de projetos de leis a serem entregues ao parlamento, tinha outra frente de atuação, ligada à imprensa e à mobilização popular. Possuía experiência como docente, deu aulas particulares durante sua formação em farmacêutico e até depois de formado, foi um dos idealizadores e professor na

Escola da Cancellia, importante instituição de educação de negros ligada ao Club Republicano. Assim, Schueler (2018) defende que sua atuação e seu engajamento produziram propostas educacionais, e a articulação entre educação e abolição em seu pensamento pode ser considerada como projeto de reforma social.

A partir dos seus discursos e dos seus artigos jornalísticos que Patrocínio alcançou e mobilizou as classes populares¹⁶ pela causa antiescravista. Também pensou no papel da educação para a transformação da realidade social, principalmente durante os debates sobre a Lei do Ventre Livre e quando a alfabetização passou a ser utilizada como critério para a privação do direito ao voto na Reforma Eleitoral de 1881. Denunciou abusos dentro da Faculdade de Medicina, na formação dos farmacêuticos e dos entraves nessa instituição para os alunos mais pobres, defendendo sua reestruturação. Ele criticou o fechamento de escolas e cursos noturnos para os mais carentes e auxiliou na criação de escolas para negros (escravizados, libertos e livres), que se expandiu para a população em geral. Com esses atos, não deixou de acreditar na função da imprensa para concretização dos seus ideais, utilizando-a como instrumento pedagógico.

Defendo que seu trabalho na imprensa teve um caráter educativo, por entender a educação de forma ampliada e que se estendia para outras instâncias, além da formação escolar. “Uma possibilidade de se analisar o potencial ou a pretensão educativa de um jornal é discutir sobre os conteúdos que faz circular, os modelos, valores e comportamentos que defende” (JINZENJ, 2012, p. 161), pois foi por meio de seus periódicos que Patrocínio alcançou diversas classes, auxiliando na transformação da opinião pública sobre o escravismo, apresentando a crueldade do regime, a experiência e a vivência de escravizados, denunciando crimes de reescravizações, transcrevendo discursos abolicionistas, divulgando biografias de grandes lideranças negras, entre outras ações.

Refletindo sobre o nascimento da imprensa no Brasil, Lustosa afirma que “o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos” (LUSTOSA, 2003, p. 20). Mesmo não estando na primeira metade do século XIX, o questionamento sobre a carência de escolas ainda permanecia, e o caráter instrutivo e pedagógico da imprensa periódica era necessário. Alguns relatos apresentam a importância desses periódicos que serviram como instrumento para o

¹⁶ Isso não quer dizer que as classes populares não se pronunciavam ou não questionavam a opressão do sistema patriarcal escravista. As diversas revoltas populares, como a Revolta dos Malês na Bahia e do Vintém, no Rio de Janeiro, são exemplos desse fato. Porém, no abolicionismo houve uma mobilização que englobou diversos setores sociais (parlamento, organizações civis, imprensa, setores educacionais, entre outros) conseguindo adesão da opinião pública.

letramento de pessoas negras, algumas através do autodidatismo, como no caso de Israel Soares, que aprendeu “a ler em jornais velhos em um canto da cozinha (SOARES apud SENA, 1983, p. 145), que não frequentou escola, mas esteve como presidente de uma organização abolicionista (Caixa Libertadora José do Patrocínio). Em outro relato, temos a experiência de um servente da Academia de Direito do Largo de São Francisco, conhecido como “Zé Quieto”, um homem negro que se dedicava à leitura de jornais na biblioteca após terminar seus serviços. Essa postura era vista como desacato pelo professor Dr. Avellar Brotero, que sempre que percebia essa situação reclamava e arrumava outro serviço para lhe ocupar o tempo (ALMEIDA NOGUEIRA, 1912; PINTO, 2018). Esses exemplos nos fazem refletir sobre outras dinâmicas de acesso à cultura letrada apropriados pela população negra em que a imprensa periódica estava presente.

Em diversos momentos, Patrocínio se posicionou como pessoa negra, combatendo o racismo e o preconceito racial. Desde muito jovem reconheceu suas origens raciais, se aproximou dos escravizados e fez da luta pela liberdade seu principal objetivo de vida. Iremos perceber que o embate antirracista fazia parte da estratégia utilizada em seus jornais, reconhecendo a escravidão como algo ilegal, apresentava os escravizados como sujeitos de direitos, narrando suas trajetórias e iniciativas. Também mantinha viva a memória de personalidades negras, como Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Frederick Douglass e Henrique Dias, exemplos de superação, força e intelectualidade, “o que colaborava para o fortalecimento da autoconfiança dos descendentes de africanos, fossem livres, libertos e, por que não dizer, escravizados” (PINTO, 2015, p. 12).

1.2.1 O filho da Justina – entre letras e defesas

Tinha precisamente 54 anos quando se deixara enfeitiçar pelos encantos de uma negrinha adolescente, entre 12 e 13 anos. Alta e esguia, Justina Maria do Espírito Santo, ao atingir precocemente a puberdade, fizera ferver o sangue do senhor, a quem a idade, batina e tonsura não sofriam os ímpetos sensuais. Talvez ele já a tivesse transferido da Fazenda do Imbé para a casa da cidade com a intenção deliberada de iniciá-la nos segredos do sexo, antes que o fizesse um dos escravos na promiscuidade da senzala. A negrinha adolescente, a julgar pelo nome, devia descender de pais já bem aclimatados na região e cristianizados pelo menos na aparência. O cônego, homem de muitas mulheres, não gozou por longo tempo a sua lua-de-mel, Justina logo engravidara e, aos 13 anos, dava à luz um menino: o “inocente José”, nascido aos 9 de outubro de 1853. No termo de batismo, ele figura como exposto em casa do Cônego Doutor João Carlos Monteiro. Teve como padrinhos o Vigário Cesário Gomes Lírio

e Emereciana Ribeiro do Espírito Santo, que devia ser aparentada com a mãe, talvez avó ou tia da criança. (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p. 4)

A citação acima, apesar da tonalidade e valores imbuídos sobre a questão de gênero e racial, demonstra a dureza e a crueldade do sistema escravista. Mesmo passado anos 81 anos após a abolição, o autor demonstra uma visão sensualizada sobre uma menina negra, assim como o ambiente negro da senzala, questões que, ainda nos dias atuais, homens e mulheres negras tentam combater. Porém, revela o contexto no qual José Carlos do Patrocínio veio ao mundo, em 9 de outubro de 1853, em um quarto na casa paroquial, carregando as marcas dessa sociedade patriarcal escravista. Justina, uma menina, não teve escolha, o pai era uma pessoa influente na sociedade campista que usou seu poder e negou-lhe até o nome, por isso fora batizado como exposto (filho de pais desconhecidos), e somente por uma pequena citação no canto da folha revelava que Patrocínio era filho de Justina.

Mesmo não sendo reconhecido oficialmente pelo pai, herdou seu prenome, e da mãe o Patrocínio em homenagem ao santo patronímico do dia. Conviveu com os cuidados do vigário e de sua mãe até sua partida para a Corte. Evaristo de Moraes fala do dom das palavras como uma herança paterna, João Carlos Monteiro tinha uma excelente oratória, um gênero emocionante que arrancava lágrimas do povo e deixavam seus sermões na memória (MORAES, 1986 p. 286). Formado em Coimbra, o religioso chegara a cônego, além de ser escolhido para examinador sinodal do Bispado do Rio de Janeiro. Possuía um grande domínio rural, a Fazenda de Imbé na Lagoa de Cima, onde Patrocínio cresceu, alternando entre a residência rural e a moradia da cidade, na praça da Matriz de Campos.

Devido ao prestígio e influência foi beneficiado com o trabalho compulsório de 91 “africanos livres”. A Lei de 7 de novembro de 1831, que visava extinguir definitivamente o tráfico transatlântico de escravizados, declarava como livres todos os africanos escravizados, que fora da lei, entraram no território brasileiro, determinando que fossem reexportados. Sem orçamento para ser reenviados à África, os escravizados apreendidos pelas autoridades inglesas e brasileiras, foram tutorados pelo Estado e disponibilizados ao “depósito” de algumas pessoas e instituições privilegiadas, que passaram a explorar seus serviços pelo prazo de 14 anos para aprendizado de ofício, a disciplina do trabalho e da língua do nosso país. Porém, o que de fato aconteceu, foi que muitos foram reescravizados.

Além de atuar na igreja e como fazendeiro, João Carlos Monteiro foi vereador e deputado provincial, também pertencia à maçonaria, e escrevia para imprensa (ALONSO, 2015, p. 114). O vigário tinha outro filho, Cesário Monteiro, um filho de cor branca que recebeu seu o nome e educação em Coimbra. Patrocínio recebeu certa educação, aprendizado das primeiras

letras começou em Campos em 1860 na escola primária regida pelo padre Antunes, e direcionado para o aprendizado de uma profissão, como revelando uma diferenciação entre o tratamento e a preparação educacional entre os irmãos. Patrocínio em uma Conferência em 1884, relata sua experiência enquanto caixeiro, por apenas 6 dias trabalhou no balcão, apesar de defender seu empregador, falando que era uma pessoa excelente, não pode ficar com o emprego, pois, segundo ele, o público não gostava de ser atendido por uma pessoa negra (*Gazeta da Tarde*, 07/04/1884, p. 1). Alessandra Schueler, comparando a biografias de Rebouças e Patrocínio argumenta, “é interessante apontar para as diferenças nos estatutos sociais e de formação entre André Rebouças e José do Patrocínio. Ao último, de filiação ilegítima, como vários outros meninos na sua condição, foi destinado desde cedo para a aprendizagem de ofício” (SCHUELER, 2016, p. 201).

Patrocínio foi criado como um senhorzinho, mas percebendo as relações raciais a sua volta. O despertar de uma consciência enquanto negro, é narrada por seu cunhado Ernesto Sena:

Voltando de um passeio a cavalo em companhia do amigo que mais tarde devia ser o grande abolicionista Carlos de Lacerda, chegara um dia Patrocínio à casa, chamando por um preto velho para que viesse abrir. A demora deste impacientou o menino que, enfurecendo-se, desferiu com o cabo de prata do chicote pesada pancada na cabeça do pobre preto, produzindo-lhe ligeiro ferimento. À noite, regressou de sua fazenda da Lagoa da Cima, o velho vigário, e teve conhecimento do ato cometido pelo filho. Este que dormia, foi despertado por seu pai, o qual, fazendo-lhe uma repreensão pelo mau procedimento que tivera, deu-lhe os mais salutares conselhos em uma prática longa e severa com relação apenas à irritabilidade de seu gênio. As palavras do Vigário Monteiro calaram profundamente no coração do Patrocínio e tal impressão produziram no espírito e na sua consciência, que disse ele anos depois, pareceu-lhe que todo o seu ser se transformara repentinamente, que a razão lhe abrisse novos horizontes, iluminandos pela suavidade de uma luz que era como a precursora do perdão e do arrependimento pela maldade praticada. Data dessa época o seu sincero devotamento por essa raça infeliz a que pertencia e de cuja emancipação se tornou o mais fervoroso e o mais decidido propagandista. (SENA, 1983, p. 300)

O autor afirma que Patrocínio ajudou na fuga de escravizados na cidade de Campos, e ainda da própria fazenda de seu pai, entregando seus poucos recursos a esses indivíduos. Também rogava ao pai contra os castigos aos escravizados. Em um caso em particular, vendo que suas súplicas eram em vão, se atirou escada abaixo, batendo com a cabeça sobre um dos degraus. Assim, cessaram o castigo para socorrer o menino. Ana Flávia Magalhães Pinto lembra que “o convívio com pessoas negras, submetidas ou não à escravidão, deve ter exercido uma influência na formação de sua identidade maior do que o entrevistado por Ernesto Senna, que sobrevalorizou a reprimenda paterna” (PINTO, 2018, p. 117). O temperamento impetuoso de Patrocínio, principalmente na defesa dos escravizados, prejudicou a relação entre pai e filho, de

modo que Sena argumenta: “já tinha na conta de um perturbador dos seus despóticos rigores, de um agitador perigoso, que se tornava necessário arredar para o ponto mais afastado daquele meio em que dominava o interesse ganancioso de um senhor de engenho” (SENA, 1983, p. 301). A reação violenta de Patrocínio contra uma das amantes de seu pai, para defender sua mãe Justina de certos insultos, teve como consequência a ruptura do convívio. Sendo enviado para a Corte em 1868, com apenas 14 anos incompletos. Justina, a partir de então, com 27 anos, passou a trabalhar com quitandeira.

Sua extrema habilidade de fazer amigos, com uma pequena mesada e uma rede de proteção pelos contatos paternos, lhe auxiliaram na Corte. Trabalhou duro na Santa Casa da Misericórdia, que não era somente seu lugar de trabalho como também moradia, tendo casa e comida. Como aprendiz extranumerário, com apoio do Dr. Cristóvão dos Santos, fazia de tudo, desde varrer o chão até aprender a misturar drogas. Realizava plantões dominicais e contava com a ajuda de uma Sociedade Beneficente ligada à Faculdade de Medicina. Quando a farmácia passou a ser administrada para as irmãs de caridade, perdeu o lugar de ficar, a alimentação, além da mesada de seu pai. Amparado pelo Conselheiro Albino de Alvarenga, empregou-lhe na Casa de Saúde do Sr. Baptista dos Santos, e passou a morar numa república de estudantes, com apoio dos amigos Martins Costa e Campos da Paz, onde não pagava nada.

Neste mesmo ano que chega à Corte, em 1868, começa a estudar no Externato Aquino, com a ajuda do Dr. João Pedro de Aquino, como aluno bolsista, fazendo os preparativos para o curso de Farmácia e de Medicina¹⁷ (PATROCÍNIO apud SENA, 1983, p. 302). O Externato Aquino tinha o objetivo a formação secundária, preparação para ofícios técnicos, além de curso acadêmico com matérias dos anos iniciais da Escola Central, da Faculdade de medicina e da Escola da Marinha. Conforme mencionamos, Schueler (2016) supõe que nessa instituição se deu o encontro de Rebouças e Patrocínio, o primeiro como professor repetidor e o segundo como aluno bolsista. Outro aluno do externato que terá grande importância na vida de Patrocínio é João Rodrigues Pacheco Vilanova, do qual falaremos mais adiante.

Sua iniciação nas letras aconteceu em 1871, com 18 anos incompletos, Patrocínio se revelou republicano, escrevendo o poema “À Memória de Tiradentes” publicado em *A República*. Nesse poema não deixa de falar sobre a escravidão e a liberdade:

Levanta-te nas orlas do horizonte
E dize, aos parasitas que rastejam

¹⁷ A partir de 1832, a Faculdade de Medicina passou a expedir títulos de médicos, farmacêuticos e de parteiras. Segundo Schueler (2016), a formação na botica se dava pelo ensino, estudo e aprendizagem na produção dos medicamentos.

(...) Que é tempo de acordar da sonolência,
 Que no mapa do progresso nos oculta.
 Tamandaré gigante acerta a bússola,
 [Acerta] o curso à nau que vaga errante
 Pelo pego d'imunda escravidão,
 Para o sublime mar da utopia
 Onde marulham fervidos, titânios
 Vagalhões de progresso e liberdade.
 (A República apud SILVA, 2006, p. 70)

Nesse periódico se tornou revisor em 1874, e no ano seguinte estreou a coluna *A Vida Fluminense*. Sobre a inclusão de homens negros na imprensa, Schueler argumenta que:

Espaço pedagógico de formação política, os jornais impressos se tornaram lugares de trabalho e de sociabilidade intelectual para os jovens letrados, incluindo vários intelectuais negros, como Luiz Gama, André Rebouças, Ferreira de Menezes, entre outros. (SCHUELER, 2018, p. 159)

Em 1872 ingressou no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina. Depois de formado, Patrocínio, em artigos da imprensa, fala sobre sua experiência na Faculdade de Medicina e as diferenças no curso de Farmácia, aspectos que serão debatidos no próximo tópico.

Para auxiliar no custeio de seus estudos, Patrocínio se envolve com a prática docente:

Entrando para a faculdade de Medicina, como aluno de Farmácia, recebi da sociedade beneficente um auxílio pecuniário de 20\$000. Por outro lado, eu tinha alguns alunos de primeiras letras e, sobretudo, recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Callado. (*Gazeta da Tarde*, 29/05/1884, e. 00124, p. 1)

A aprendizagem da política e das letras nas academias do Império se complementava na participação dos estudantes na publicação de periódicos acadêmicos ou da imprensa comum, assim como na organização de centros de debates, clubes republicanos, abolicionistas e grupos de sociabilidade intelectual (SCHUELER, 2018, p. 157). Auxiliava na construção de uma rede de sociabilidade na sociedade em que viviam, regida por relações de dominação e interdependências, a partir de favores, lealdades, obediência e proteção. No meio universitário, Patrocínio expandiu seu ciclo de amizades. Foi com Demerval da Fonseca, estudante de Medicina, que passou a atuar em folhetins estudantis, como “O Lábaro Acadêmico” e “Os Ferrões”, nos quais já se posicionava contra os partidos, a Igreja e a barbárie do sistema escravista.

De acordo com o discurso de Mario de Alencar ao assumir sua cadeira na Academia Brasileira de Letras em 1906, Patrocínio tinha a intenção de cursar medicina, enfrentando dificuldades impostas por um professor de filosofia:

Patrocínio desejava seguir o curso médico, para o que envidava todos os esforços, esmerando-se no aprendizado dos preparatórios necessários. Conseguiu vencer as barreiras, menos uma: o exame de filosofia. Encontrou aí a oposição obstinada de um frade professor dessa matéria. Frei Saturnino não gostava do estudante e costumava dizer-lhe que sua batina sabia mais filosofia do que todos os compêndios que ele pudesse desvendar. E Patrocínio estancou ante a hostilidade que teve de abandonar as aspirações clínicas e seguir o curso mais modesto. (ANDRADE apud PINTO, 2018, p. 120)

Quando concluiu o curso de Farmácia, Sebastião Calado voltou para Santa Catarina, e novamente Patrocínio passou por dificuldades. Sua única possibilidade era alugar sua carta de Farmácia, e com dramaticidade comenta: “resolvi morrer de fome; não alugaria o título que me custou tanto sacrifício e que representava as únicas alegrias até então experimentadas” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00124, 29/05/1884, p. 1). Neste momento, outro amigo lhe estende a mão, João Rodrigues Pacheco Vilanova, com o qual havia estudado no Externato Aquino, tendo acesso à casa do capitão Emiliano Rosa de Senna. É nesta residência que, segundo ele, “começa a segunda parte da minha vida” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00124, 29/05/1884, p. 1).

Com apenas 21 anos passou a residir e trabalhar nessa casa, sendo preceptor dos filhos mais novos do capitão (Maria Henriqueta, Rosália, Adelaide e Cévola), que demonstra como o “ofício de ensinar, aliás, foi prática corrente em sua vida” (SCHUELER, 2016, p. 201). Nesse ambiente, Patrocínio se aproxima, ainda mais, de questões republicanas e abolicionistas. Sua aproximação com Maria Henriqueta, a jovem Bibi, fez com que fosse afastado dessa residência. Porém, D. Henriqueta auxilia-o, alugando um chalé próximo à sua casa (PINTO, 2018, p. 121).

Seu engajamento profissional na imprensa deslança a partir de janeiro de 1877, quando entra para a *Gazeta de Notícias*. Segundo Motta (2008), foi Demerval da Fonseca, seu amigo dos Os Ferrões, que lhe convidou para apresentar alguns textos para a *Gazeta*. Em “Semana Política”, crônica do parlamento, Patrocínio sob o pseudônimo de Proudhomme, ganhou visibilidade. Patrocínio usa pseudônimo¹⁸, durante toda sua carreira jornalística. *Proudhomme* aparece pela primeira vez na *Gazeta de Notícias*, na coluna *Semana Parlamentar* em 26 de fevereiro de 1877, aonde declara:

Por maiores que sejam os preconceitos em contrario, está no critério dos homens sensatos que é direto a intervenção da imprensa na politica, seja apenas para exercer a critica.

É baseado n’esta convicção que vamos estudar a marcha da nossa vida parlamentar, nos estreitos limites da imparcialidade e da justiça. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00055, 26/02/1877, p.1)

¹⁸ “O que distingue um pseudônimo do nome próprio é sua ficcionalidade, qualidade que faz supor a imaginação criadora de uma realidade contrapondo o ato nomeador original”, muitas vezes usado para garantir o anonimato do autor ou como um ritual iniciador próprio do campo literário, sem encobrir a pessoa que utiliza, em si é um ato criador (MOTTA, 2008, p. 28).

A origem desse pseudônimo, segundo Magalhães Junior (1972), seria uma relação com o Pierre Joseph Proudhon, filósofo político e economista francês com princípios anarquistas, e com sua famosa frase *Qu'est-ce que la Propriété?* ele faz uma analogia entre a escravidão e a propriedade, chegando a admitir a propriedade como um roubo. Além da proximidade do nome, está o uso da frase “A escravidão é um roubo. Todo o dono de escravos é um ladrão”, popularizada por Patrocínio durante a campanha abolicionista (MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p. 42)

Como repórter, Patrocínio vai cobrir a seca no Ceará. Assim como Rebouças, conheceu o interior brasileiro (Pernambuco, Paraíba, Ceará) e suas mazelas, as quais foram retratadas na *Gazeta*. Em 1878, cobriu a descoberta em Macaé de que a última pena capital aplicada no Brasil foi injusta, um fazendeiro e quatro escravizados foram sentenciados pelo assassinato de uma família, cujo verdadeiro homicida assumiu a culpa em seu leito de morte. Dessas experiências, Patrocínio escreve dois romances, *Motta Coqueiro ou A pena de Morte* e *Os Retirantes*, em que tratou de questões sociais, relações raciais entre o latifúndio e a escravidão permeadas pela experiência pessoal, como o romance proibido entre a moça branca e o jovem negro (ALONSO, 2015, p. 117).

Dentro da *Gazeta de Notícias*, Patrocínio se aproxima de Ferreira de Menezes, outro jovem negro que escrevia do periódico. Ambos se envolvem no embate com o projeto Sinimbu¹⁹, que previa uma reforma eleitoral que restringia bastante o acesso da população ao voto, além de fechar várias escolas. A revolta contra o chamado imposto do Vintém, é outra questão na qual Patrocínio e Ferreira de Menezes se posicionam, entre 1879 e 1880.

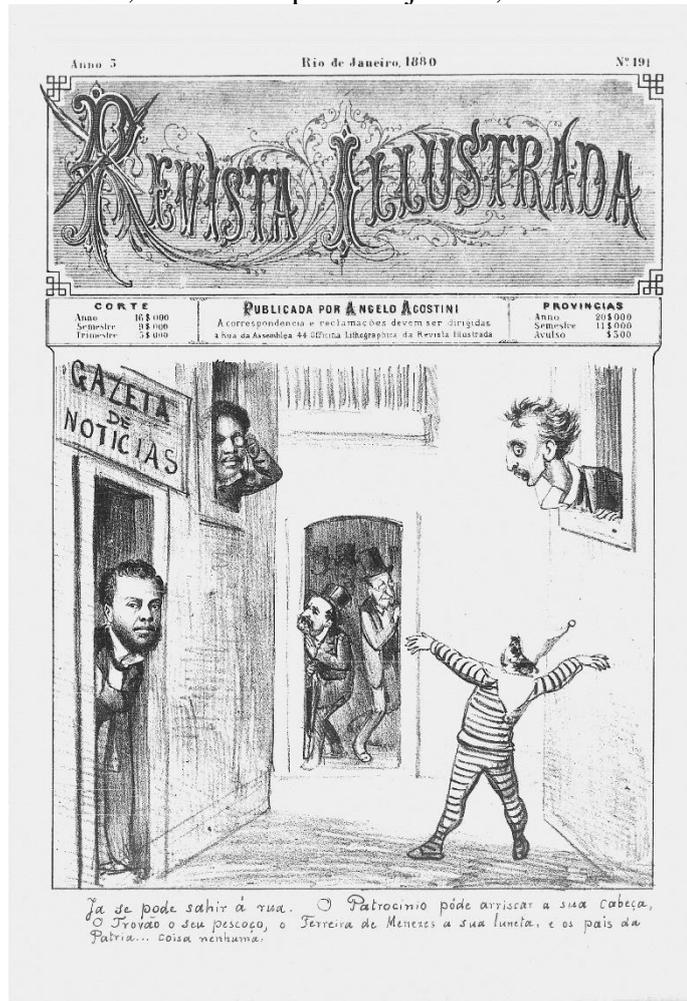
No mês de maio de 1879, Bezerra de Menezes apresentou ao Parlamento a proposta de instituição do imposto de 20 réis (1 vintém) ao preço do bilhete do bonde. Aprovada em 31 de outubro de 1879, a Lei n. 2.940 que, entre outras medidas, previa a cobrança do vintém para a Corte com a finalidade de incrementar as receitas governamentais. Pinto (2018) explica que essa insatisfação vai além de um aumento nas passagens de bondes. Os debates sobre a reforma eleitoral, que, conforme falamos, tinham por intenção a privação do direito ao voto de quem não soubesse ler e escrever, e de grande parcela da população mais pobre, com a comprovação de renda, atreladas a preceitos religiosos, além de algumas arbitrariedades cometidas pelas forças de segurança, assim como o fechamento de alguns cursos noturnos e escolas para classes

¹⁹ “O projeto Sinimbu excluía bastante gente pelo “censo elevado [renda comprovada de 400 mil-réis anuais], a obrigatoriedade de saber ler (mandando ao mesmo tempo fechar escolas) e [...] por motivos de liberdade de consciência em matéria religiosa”. Ocorre, porém, que este acabou oficialmente rejeitado pelo Senado na sessão do dia 12 de novembro de 1879, por ser considerado inconstitucional” (PINTO, 2018, p. 192).

populares, eram alvos de críticas na imprensa. Tudo isso gerou um clima de descontentamento popular, apesar de um vintém representar coisa pouca, ínfima, se tornou uma resposta da população ao não aceitar “nem mais um vintém” (PINTO, 2018, p. 189).

Sendo regulamentada pelo decreto n. 7.565, de 13 de dezembro de 1879, a nova cobrança seria realizada a partir de 1º de janeiro de 1880. Lopes Trovão, proprietário da *Gazeta da Noite*, um republicano radical, conclamava o povo à revolução: “a violência é um direito do povo quando exercido contra as violências do poder” (TROVÃO apud MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p. 84). Ele realizou uma Conferência no dia 21 de dezembro com a presença de vários representantes da imprensa. José do Patrocínio, ocupava um dos camarotes, foi descoberto e aclamado pelo povo, e discursou por cerca de 30 minutos contrário ao novo imposto, assim como sobre a escravidão. Ao final percorreram as ruas do Centro, parando em frente aos escritórios dos jornais *Gazeta da Noite*, *Cruzeiro* e *Gazeta de Notícias*. A partir desse ato, foi marcada uma manifestação popular para o próximo domingo (dia 28) para pedir a suspensão do imposto. No domingo, cerca de cinco mil pessoas apareceram no campo de São Cristóvão e desejavam caminhar pacificamente até o Paço da Boa Vista para entregar um documento ao Imperador pedindo a anulação do imposto, porém foram impedidos por uma tropa policial. Pedro II chegou a mudar de ideia e mandou avisar que receberia uma comissão, mas a liderança do movimento se recusou, não voltariam atrás. Assim, a multidão se dispersou, seguindo as orientações dos organizadores.

Figura 4 – Imagem mostra Patrocínio, Lopes Trovão e Ferreira de Menezes, em seus respectivos jornais, na revolta do Vintém.



Fonte: Revista Ilustrada, janeiro de 1880.

A luta continuou no dia 1º de janeiro, sob a indicação da recusa do pagamento do valor acrescido, ainda que de forma pacífica. Esse cenário não durou muito, nesse mesmo dia ações de violência entre a polícia e os manifestantes se espalharam, trilhos foram arrancados, bondes depredados, animais e condutores feridos... Alguns afirmaram que a violência se iniciou pelos agentes policiais, e não podemos nos esquecer que a força policial já havia sendo denunciada anteriormente. O fato é que esse dia termina com grande número de pessoas presas e feridas, e pelo menos três homens mortos. Ainda nessa noite, Ferreira de Menezes reuniu 24 homens, entre eles Patrocínio, Emiliano Senna, Serpa Junior e Fontoura Xavier, para criar uma Comissão de Paz. Posteriormente, outros participantes, como João Clapp e Paula Ney, entraram em cena e afirmaram que essa comissão não teria intuito político e sim popular. Indicaram médicos para tratar dos feridos, além de advogados para representar os indiciados, e chegaram a ser ouvidos pelo Ministro da Guerra e por parlamentares na Corte. Além da Comissão da Paz, um grupo de

parlamentares se reuniu na residência de Silveiro da Motta. Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, Joaquim Saldanha Marinho, José da Costa Azevedo, Carlos Leôncio de Carvalho, Joaquim Baptista Pereira, Joaquim Nabuco e o anfitrião, e se colocaram como representantes da nação, “mais tarde, todos declararíamos o seu apoio à causa abolicionista ou à republicana, a maioria deles a ambas” (GRAHAM, 1991, p. 221).

Apesar de em alguns aspectos toda essa conjuntura não ter tido o resultado esperado, e sendo seus principais articuladores perseguidos, suas repercussões tiveram efeito sobre as posições políticas posteriores. É possível elencar alguns pontos positivos: reconhecer a importância da mobilização política da massa popular; aprofundar o relacionamento entre um grupo de intelectuais que não estariam diretamente ligados ao poder político; relações entre os representantes populares e parlamentares; além de se vivenciar uma série de ações que puderam ser as bases do movimento abolicionista na década de 1880. De acordo com Claudia Santos:

Nas diversas descrições sobre a Revolta do Vintém, construídas e reconstruídas pelos contemporâneos, memorialistas e historiadores, é possível identificar vários procedimentos que podem ser interpretados como elementos fundadores das manifestações abolicionistas: conferências dos jornalistas nos teatros, seguidas de comícios em praça pública e passeatas pelas principais ruas da cidade, com paradas nas redações dos jornais, quando, então, os “oradores” subiam e falavam para o “povo” aglomerado nas ruas. (SANTOS, 2017, p. 298).

Mesmo a atividade abolicionista mostrando sinais e força nas décadas anteriores, a partir de 1880 passaram a adotar uma nova compreensão do cenário político, de maneira mais pública, buscando uma aproximação das bases populares, da população em geral, sendo esse um poder externo ao parlamento. Isso foi intensificado pelo posicionamento de uma imprensa militante que reconhecia a legitimidade da movimentação popular em defesa dos seus interesses e direitos, sendo essa de extrema importância para a configuração de novo cenário político e social (SANTOS, 2018, p. 298).

A divergência de opinião entre Ferreira de Menezes e Ferreira de Araújo sobre a rejeição do projeto Sinimbu, fez com que o primeiro deixasse definitivamente a *Gazeta de Notícias*, criando, em seguida, a *Gazeta da Tarde*.

Toda mobilização popular alcançada mostrou a força do “Zé Povinho” a Patrocínio, além de aproximá-lo de outros homens, que como ele perceberam que por esse caminho conseguiriam pressionar o governo e conseguir as reformas sociais tão necessárias. A partir de julho de 1880, iniciava uma série de sessões sob o título de Conferências Emancipadoras, na qual, conforme falamos, constam os nomes de Patrocínio, Vicente de Souza e Rebouças, um

trio de homens negros, como líderes. Além das conferências, Patrocínio se envolveu em diversas organizações abolicionistas e se entregou literalmente a essa causa.

Nesse meio tempo, o relacionamento entre Patrocínio e Bibi floresce. Apesar de o capitão Emiliano Sena se mostrar inicialmente contrário ao relacionamento, o casamento aconteceu em 15 de janeiro de 1881 na matriz de São Cristóvão, com o amigo Ferreira de Araújo, da *Gazeta de Notícias*, como padrinho. Ele com 28 anos e ela com apenas 17 anos. Porém, o casamento entre pessoas com condições raciais e sociais distintas trouxe ataques pessoais ao casal. De acordo com Pinto (2018), o jornal *O Corsário*, dirigido por Apulco de Castro, também negro, publicou um artigo rico em ofensas e insultos, que atacava diretamente Patrocínio, mas também Bibi, pautado na diferença social e racial do casal:

Casou-se o Preto Cínico da *Gazeta* e está muito ancho com a lança que meteu em África! Em África não, e aí é que está o mal (...)
 Mas com quem foi casar-se o imaculado apóstolo protetor dos negros, seus parceiros? Procurou porventura fazer a felicidade de uma pretinha sua parenta? Escolheu alguma Dona de sua própria raça, de popa planturosa e catinguenta a valer?
 Pois não! Nessa não caiu o moleque. (...)
 O negrinho quis por força moça bonita, dengosa e... branca. O fato é que alcançou o *desideratum* à medida de seus atrevidos sonhos. (...)
 Quanto à Exma. consorte do ilustre literato-panfleteiro da *Gazeta*, a maior felicidade que como bons cristãos lhe podemos desejar, como presente de bodas – em tão lamentável circunstância – é que Deus lhe *proteja* com uma permanente esterilidade, a fim [de] evitar-lhe cruéis vexames e inevitáveis remorsos. Estes votos são, acreditem de quem não lhe quer mal. (...)
 Que branco case-se com uma negra, vá; lá se avenha. Deve saber o que faz; sua alma, sua palma. Mas que uma jovem e inexperiente menina branca seja vítima de... uma dessas alucinações passageiras é coisa de lastimar e que não se deve consentir de forma alguma. (*O Corsário* apud PINTO, 2018, p. 122 -124).

A diferença mostrada entre os gêneros (o homem branco até poderia se casar com uma negra, mas não o contrário), a forma como é apresentada a mulher negra e moça branca é extremamente diferente, reforçando a crueldade da mentalidade escravista.

Assim como Rebouças, as marcas de um homem negro fizeram com que Patrocínio fosse atacado de diversas formas. Apesar de embates ocorrerem entre homens não negros, quando havia divergências de opiniões e desejavam atacar as pessoas negras, as questões de raça como aspectos físicos ou culturais eram evidenciadas.

Esse foi o caso no embate com Silvio Romero durante as Conferências Emancipadoras, envolvendo também Vicente de Souza (PINTO, 2018). A questão inicial seria um texto de Silvio Romero publicado em janeiro de 1881 na *Revista Brasileira*, intitulado “A questão da emancipação dos escravos”. Nele, Romero não defende a instituição escravista, compreende que mesmo com a Lei do Ventre Livre a emancipação permanecia como algo mal resolvido.

Mas não via como a agitação abolicionista resolveria a questão, atacava principalmente Nabuco e seu pensamento moderador com medidas progressivas que aos poucos chegariam à abolição geral. Também batia no argumento de valorização das pessoas negras, duvidando do seu potencial intelectual nos discursos abolicionistas, no exemplo do Egito como civilização africana, pois, segundo ele, este era “branco”, e não acreditava na possibilidade da África “civilizar-se”. Todos argumentos divulgados pelos abolicionistas em suas conferências, e que compreendemos como argumentos antirracistas. Mesmo atacando diretamente a Joaquim Nabuco, sobrava para Patrocínio, considerado como “sang-mêlé transformado de chofre em vidente e diretor da opinião brasileira” (ROMERO apud PINTO, 2018, p. 126).

Em resposta, Patrocínio se pronunciou na imprensa em várias edições, assim como Vicente de Souza. O debate se acirrou, e pouco depois Romero confessou:

é certo que mais tarde não iria fazer a conferência, por saber da cor negra que ali os Vicentes e Patrocínios, cynicamente hão dado ao debate, fazendo de um problema social — uma questão de raças, eles pardos-escuros, e certo, mas pardos renegados de facto: porque o que fazem pela língua, desmancham com as obras! (*Gazetinha*, 13/02/1881, ed. 00044, p. 2).

Como se pudesse existir uma separação entre a questão racial e social vivenciada pela exploração escravista do período, Romero traz a cor dos participantes para desmerecer seus discursos e conhecimentos.

Em 1881, Patrocínio entra para *Gazeta da Tarde*, jornal do seu amigo Ferreira de Menezes, e que, segundo Schueler (2018), era um jornal abolicionista extremamente radical que contava com a participação de outros abolicionistas negros como Rebouças e Luiz Gama. De acordo com Magalhães Junior (1972), a *Gazeta da Tarde* nasceu das cinzas da *Gazeta da Noite*, quando Lopes Trovão parte definitivamente para França.

Com a ajuda de seu sogro, o capitão Emiliano Senna, Patrocínio adquire a *Gazeta da Tarde* após a morte precoce de Ferreira de Menezes, em 06 de julho de 1881. Durante sua direção, Patrocínio continua a colocar nas edições seguintes a inscrição em primeira página: “Fundada por Ferreira de Menezes”, prestando-lhe homenagem.

Figura 5 – Detalhe do jornal *Gazeta da Tarde*.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O próprio Patrocínio relatou que conseguiu restabelecer e impulsionar o crescimento da *Gazeta da Tarde*:

Pedi logo no segundo dia da minha entrada para a *Gazeta da Tarde* três contos de réis emprestados, ao finado sócio comanditário da empresa Augusto Ribeiro, para reformar o material e custear a casa sem deveraos meus empregados. Com uma tiragem de 1.900 exemplares, como fazer face à despesa? Em dezembro o meu déficit era de 10 contos de réis e para maior desgraça o meu sócio comanditário, que possuía um quinhão de cinco contos, acabava de morrer. Meu sogro deu-me o necessário para pagar as minhas dívidas, fazendo transações com nosso amigo Galdino José de Bessa. Providencialmente a tiragem da *Gazeta* começava a subir. Fiado nesta ascensão gradual que em janeiro dava já o algarismo de 4.000 exemplares, eu comecei a querer dar maior desenvolvimento à folha. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00124, 29/05/1884, p.1).

Sob a liderança de Patrocínio, a *Gazeta da Tarde* se tornou o principal jornal abolicionista do período, passou a divulgar os eventos, denunciar os abusos cometidos por escravistas, as políticas e posturas dos parlamentares e trabalhar a opinião pública em prol da abolição.

Foi em uma de suas salas, na sede da *Gazeta da Tarde*, que nasceu a Confederação Abolicionista em maio de 1883. Claudia Santos fala que a Confederação Abolicionista foi um grande feito político, pois conseguiu agregar o desejo associativo dos anos 1870 com diferentes organizações e posicionamentos políticos (SANTOS, 2018, p. 297). De acordo com Alonso (2015), o objetivo era congregar os abolicionistas em uma única e grande associação civil nacional, pressionando o governo com atos simbólicos e impactantes. Patrocínio teve função preponderante na Confederação Abolicionista, fazendo parte da comissão executiva, ao lado de Rebouças (tesoureiro) e João Clapp (presidente), ficou responsável como propagador de seus ideais (ALONSO, 2015, p. 203), e com Rebouças, foi responsável pelo Manifesto da Confederação Abolicionista, conforme falamos anteriormente.

No final do ano de 1883, Patrocínio fez sua primeira viagem à Europa. Magalhães Junior destaca alguns fatores: o primeiro, ver uma documentação necessária para uma publicação em seu jornal; o segundo, uma indicação médica, por seu precário estado de saúde; e a terceira seria apressar a reforma de seu jornal. Nesse momento, deixa à frente da propaganda João Clapp, mas conta com o apoio de outros personagens ilustres como o Dr. José Agostinho dos Reis, outro personagem de destaque e que abordaremos mais adiante, Domingos Gomes dos Santos, Miguel Dias e seu sogro Emiliano Sena. Durante sua viagem, a Província do Ceará declara extinta a escravidão, em comemoração Patrocínio organiza um jantar com representantes do abolicionismo internacional. Foram cerca de trinta figuras do mundo político e jornalístico francês que se reuniram em banquete no Le Bradant, sob o comando de Victor Schoelcher, no dia 25 de março de 1884. Os discursos apresentados no jantar em Paris foram traduzidos e publicados na *Gazeta da Tarde*, grande júbilo e empolgação da primeira localidade totalmente livre no Brasil, o que fez Patrocínio admitir:

Ausente da pátria, sem poder compartilhar da alegria dos meus bons companheiros de luta, quer da Confederação Abolicionista, quer da Libertadora Cearense, cerrou-se-me o coração de tristeza e de saudade. Eu havia prometido na festa do Acarape, estar presente na Província do Ceará, no dia da sua emancipação total e, no entanto, nem ao menos podia, de longe, em terra pátria, saudar os heróis que, através de tantos sacrifícios, haviam conseguido levar a termo, pacificamente, honradamente, uma grande porção da obra que nosso tempo deve realizar. (PATROCÍNIO apud MAGALHÃES JUNIOR, 1972, p. 136).

A viagem à Europa foi de novembro de 1883 a maio de 1884, e seu retorno foi marcado por comemorações. Porém, essa viagem fez com que Patrocínio sofresse diversas acusações. Antes de sua volta, a *Gazeta da Tarde* já noticiava que a folha inglesa *Anglo Brazilian Times* publicou que Patrocínio recebia a quantia de mil réis por mês para permanecer na Europa (*Gazeta da Tarde*, ed. 00099, 29/04/1884, p.1). Nessa nota, a *Gazeta* informava que seus advogados já estavam providenciando as medidas necessárias. A resposta vem em dois posicionamentos através da Confederação Abolicionista e uma nota explicativa do próprio Patrocínio, ambas publicadas pela *Gazeta* em 29 de maio de 1884. Em “Uma Explicação”, Patrocínio relembra os principais aspectos da sua vida, mostrando como um filho de uma quitandeira conseguiu se tornar dono de um jornal e ainda fez viagens à Europa. Esse texto foi utilizado por vários de seus biógrafos, e ainda é tido como a principal referência sobre sua vida. Já a Confederação apresentou um relatório como se fosse uma prestação de contas do seu primeiro ano de existência, além de defender Patrocínio como um delegado da Confederação na Europa. Como veremos mais à frente, João Clapp, presidente dessa organização, também foi

investigado por essa acusação, de utilizar os recursos da causa em benefício próprio. Nesse momento de intensa luta entre abolicionistas e escravistas, diversos tipos de ataques foram realizados.

Não podemos esquecer, conforme nos lembra Pinto (2018), que um movimento que tinha por base a atuação de homens negros, como Patrocínio, Rebouças, Ferreira de Menezes e Vicente de Souza, fosse desacreditado. Mas que ganhou força com apoio popular e com a criação de diversas organizações abolicionistas por todo Império, Alonso resalta que “embora nem tudo se possa tributar à C.A. [Confederação Abolicionista], no ano de seu nascimento foram 87 associações – no ano anterior haviam surgido apenas vinte – em catorze províncias” (ALONSO, 2015, p. 209).

Para auxiliar no embate político, a Confederação resolveu lançar candidaturas, tendo em vista que o escravismo era politicamente organizado. Em 25 de setembro de 1884 foi lançada a candidatura de Patrocínio a deputado, na tentativa de apoiar o Ministério Dantas e aprovar a liberdade dos sexagenários. Pinto (2018) revela que não demorou muito, apenas quatro dias depois, para essa candidatura ser alvo de ataques ofensivos, tanto que um bilhete anônimo foi enviado: “Para feitor da fazenda do Desengano, o preto José do Patrocínio” (*Gazeta da Tarde*, 29/09/1884, ed. 0026, p.1). A carta foi enviada ainda a cobrar, e esse foi o principal argumento da resposta de Patrocínio que ainda ironiza:

Insisto pelo meu tostão.

Basta que eu pertença a uma raça que, no entender do digno anonymo, só serve para servir de escada a gente fina, a que seguramente pertence S.S. ou S. Ex.

Um tostão é o prêmio de um dia de trabalho ao soldado, que é em geral da minha cor.

Um tostão ganhou Marcilio Dias, no dia em que ensinou como se morre a brasileira.

Um tostão não ganha o escravo, o desgraçado da minha raça.

Não tem um vintém, diz se do homem de cor que aspira a qualquer cargo, ou que tem a ousadia de deixar bater o coração para algum rosto côr de rosa.

É, pois, uma falta de consciência roubar um tostão a um indivíduo dessa raça, um homem que se julga capaz de avaliar as habilitações de um outro, que tem por si o juízo do seu paiz inteiro, inclusive dos seus próprios adversários.

Aposto em como el rey Ramalho era incapaz de proceder assim.

Elle pagaria ao menos o porte da carta. (*Gazeta da Tarde*, 29/09/1884, ed. 0026, p.1)

Apesar da popularidade de Patrocínio, dois fatores dificultaram sua candidatura: a viagem à França e a Lei Saraiva. Como demonstramos anteriormente, sua viagem foi alvo de diversas acusações, sendo chamado de “papa-pecúlio” (SILVA, 2006). Além disso, parte da reforma eleitoral foi aprovada em 1881, o que dificultou o acesso da classe popular ao voto. Como um representante dessa classe, ele não consegue se eleger como deputado. Porém, em sua candidatura apresenta seu plano de governo no qual a educação e a ampliação do direito ao voto será sua principal meta de governo.

Já em 1886, Patrocínio se elege vereador no Município Neutro. Sua candidatura novamente apoiada pela Confederação Abolicionista foi anunciada na *Gazeta da Tarde* em 21 de junho, às pressas foram movidos esforços para que a eleição anunciada para o dia 1º de julho tivesse um resultado diferente das eleições de 1884. No dia 29 de junho encerrou-se a campanha com um grande comício no Teatro Politeana, onde discursavam grandes nomes da política como Nabuco, Quintino Bocaiúva, José Mariano, além do escritor argentino Hector Varela. Patrocínio convocou o povo para estar com ele em seu mandato: “Se for eleito, hei de convidar o povo a criar a vida municipal e mostrar ao governo como se encaminha um paiz à reivindicação dos seus direitos conculcados” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00146, 30/06/1886, p. 6).

Em 28 de setembro de 1887, Patrocínio se lança a um novo projeto, a um jornal moderno, a *Cidade do Rio*, e no qual argumentava no artigo inicial: “Não principiamos, continuamos” (PATROCÍNIO apud MORAES, 1972, p. 292). Segundo Moraes, o jornal, que teve a gerência de Serpa Junior, não deixou ninguém rico, vivia sempre com dificuldades, mas auxiliou ainda mais na divulgação da causa.

Foi nas páginas da *Cidade do Rio* que Patrocínio atacou a Família Real quando achou necessário, mas também se tornou devoto da “Princesa Redentora”. Sua aproximação, de acordo Magalhães Junior, aconteceu ao ir cobrir a festa de libertação total dos escravizados de Petrópolis (MAGALHÃES JR, 1972, p. 226). Na ocasião estava André Rebouças, seu amigo e compadre, que poderia ter aproximado a Princesa de Patrocínio.

Porém, mesmo depois do dia tão esperado, os ataques a Patrocínio não se findaram. Sua aproximação da família real gerou novas ofensas. Durante a missa campal, a Princesa Isabel teria se aproximado de José do Patrocínio Filho, tomou-o ao colo e o beijou, algo que poderia ter mexido com o coração impulsivo de Patrocínio. Mas, o fato principal foi o pedido de indenização por parte dos fazendeiros escravocratas, que insatisfeitos com a abolição se aproximaram dos republicanos. Contrário a isso, Patrocínio foi acusado de ser “o último negro vendido no Brasil”. E ele teria respondido: “sou negro, sim... Deus me deu a côr de Otelo, para que eu tenha ciúmes da minha pátria!” (MAGALHÃES JR, 1972, p. 241). Na *Revista Illustrada*, do dia 29 de setembro de 1888, saiu a seguinte nota sobre essa conferência:

Domingo, ultimo, realisou o nosso colega José do Patrocínio, uma conferencia politica no teatro Lucinda.

Correu a ouvil-o, numerosa e escolhida assistência, na qual se notava um grupo hostil, talvez, de umas cem pessoas.

A conferencia correu agitada e algum tanto tumultuosa pelo choque das opiniões.

A grande massa, do auditório, porém, mostrou-se disposta a sustentar o orador em todos os terrenos.

Pelas circunstancias especiais que se davam n'essa conferencia –trouxemos de lá a impressão de ter sido esse discurso o mais extraordinário que se tem pronunciado no Brazil.

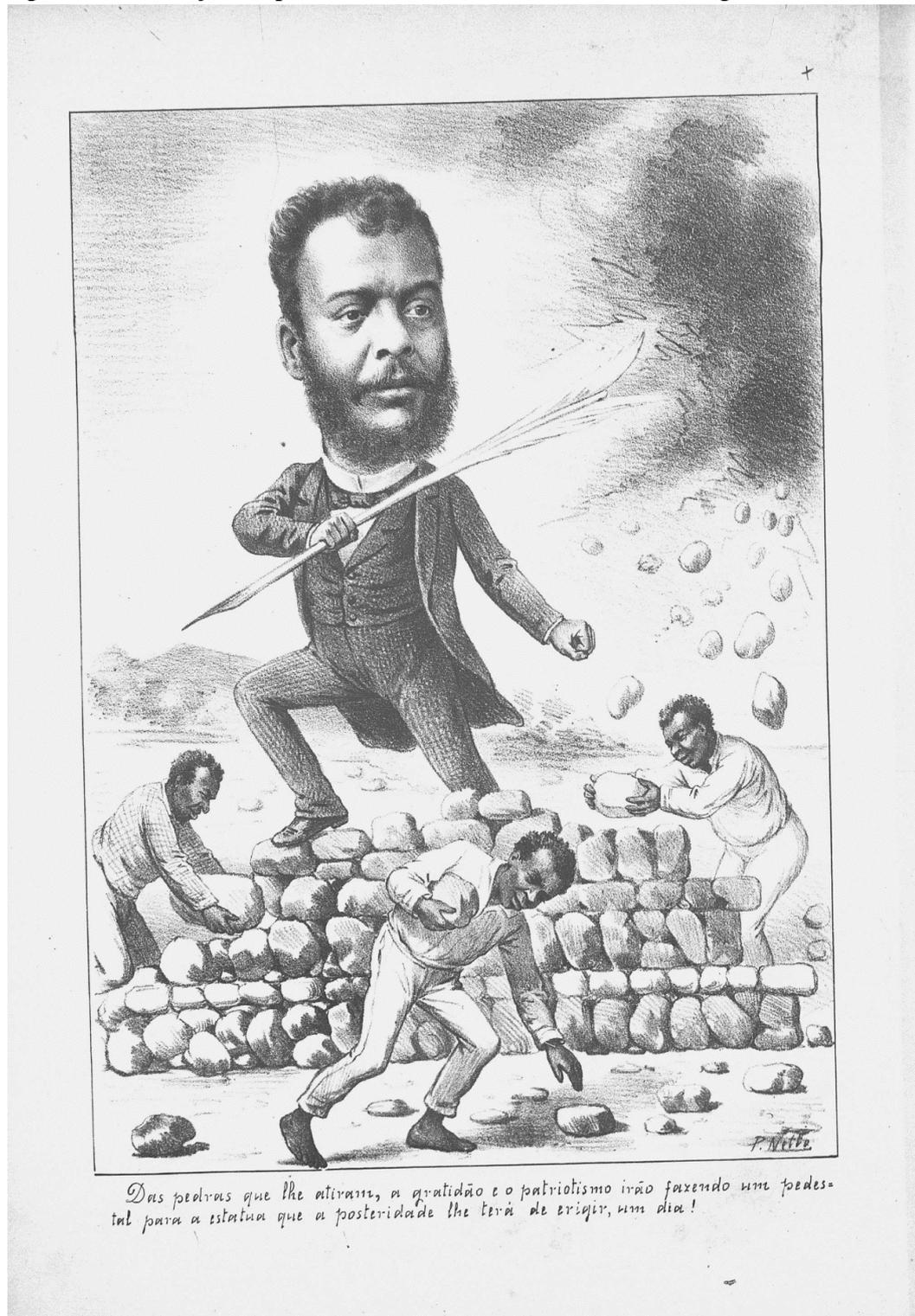
Por mais de uma vez, em nosso espirito esse grande quadro de um orador lutando com um auditório, em parte hostil, nos fez repetir essa frase, que condensava a nossa opinião: Gambetta e, Belleville!

Fulminou os seus adversários e reduziu a nada os seus detractores officiosos.

A sua conferencia foi um dos maiores triunfos oratórios a que temos assistido

Enviamos-lhe cordeaes parabéns. (*Revista Illustrada*, ed. 516, 29/09/1888, p. 2)

Figura 6 – Ilustração no periódico Revista Illustrada em homenagem a Patrocínio



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional – *Revista Illustrada*, ed. 516, 29/09/1888, p. 4

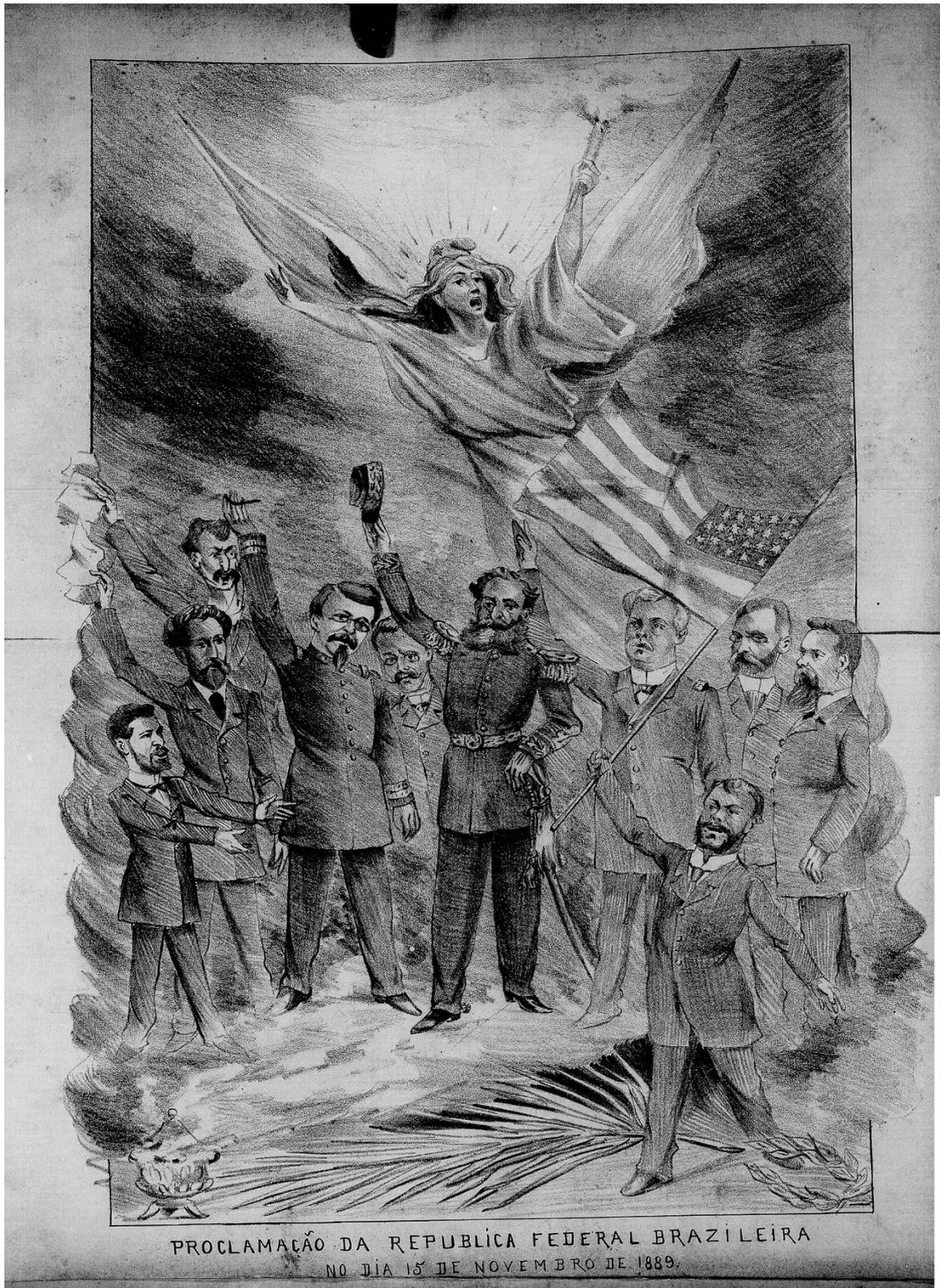
Patrocínio era destemido e se entregou para defender aquilo que acreditava, e foi assim que no princípio de outubro foi criada, na redação da *Cidade do Rio*, a Guarda Negra, formada por alguns ex-escravizados, para defesa pessoal da Princesa Isabel. Isso acirrou ainda mais os

ânimos de alguns republicanos. Na segunda conferência contra os “republicanos-escravocratas”, justificou-se a criação da Guarda Negra. Houve, também, um artigo da *Cidade do Rio* que defendeu a liberdade de opinião dos negros, “Restituídos aos seus direitos, em 13 de Maio, os negros pensaram que lhes estava garantida pela lei e pelos costumes a autonomia mental, que deve exercer todo cidadão” (*Cidade do Rio*, ed. 00013, 16/01/1889, p.1).

Patrocínio participou ativamente da revolução e proclamação da república. Desde muito jovem, como mencionado, se colocou contrário às estruturas sociais do governo imperial, participando do Clube Republicano e seu periódico. Mesmo reconhecendo o mérito e ajuda à causa da “Princesa Redentora”, seu coração sempre foi republicano. Porém, afirmava que para os republicanos o que vinha em primeiro lugar era a República; já para ele, independente do regime político, o que vinha em primeiro era a Abolição (CARVALHO, 1988, p. 92). Por isso que Carvalho defende que não houve incoerência em suas ações, Patrocínio lutou bravamente com todas as armas que tinha pela abolição e a favor dos escravizados, e após o 13 de maio foi contra a tentativa de indenização dos ex-proprietários de escravizados, pois acreditava na ilegalidade da escravidão. Da mesma forma que depois desse período voltou a sonhar e a se envolver com a revolução republicana, convidando o povo para com ele proclamar a República na Câmara Municipal:

Acaba de ser proposta ao povo, por vários cidadãos, a proclamação da República.
José do Patrocínio propõe que se abra o Paço Municipal para que o povo possa ali recolher, se for preciso.
Passaram pela Cidade do Rio cidadãos militares e paisanos, dando vivas á Republica.
(*Cidade do Rio*, ed. 00260, 15/11/1889, p.1).

Figura 7 – Ilustração no periódico O Mequetrefe



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O Mequetrefe, n.º 486, Novembro de 1889, p. 4

Insatisfeito com os rumos da política na República, Patrocínio viajou para a Europa, vivendo por um ano e meio fora do país. Ao voltar ao Brasil, é acusado de apoiar a Revolta Armada contra o governo. Nessa época, a *Cidade do Rio* e *O Combate* foram vistos como os

principais jornais agitadores de opinião contra o governo. Patrocínio foi detido e enviado para Cucuí, no estado do Amazonas. Ao retornar, os ânimos políticos ainda continuavam acirrados e o estado de sítio em vigor. Por publicar um manifesto de revoltosos contra o governo, a *Cidade do Rio* é suspensa definitivamente, enquanto Patrocínio foi perseguido e teve que se esconder em um pequeno quarto na casa de sua sogra em São Cristóvão (SENA, 1983, p. 305).

Patrocínio passou a ter uma vida simples, porém as letras nunca o deixaram e continuava a publicar em alguns jornais. Estava escrevendo uma crônica na noite de 30 de janeiro de 1905, quando veio a falecer vítima de uma hemoptise. Apesar da vida conflituosa desde infância, “turbulenta” como chamou Magalhães Junior, no final de sua vida Patrocínio se reconciliou com suas origens, por escolha própria utilizou o pseudônimo de Justino Monteiro, uma junção entre os nomes da mãe, Justina, e do pai, o vigário João Carlos Monteiro (ALONSO, 2015, p. 113).

1.2.2 A questão educacional na trajetória de Patrocínio

Compreendemos que essas poucas linhas não deram conta da complexidade da vida de Patrocínio, mas demos ênfase à sua formação e sua vivência, nos quais questões educacionais, sociais e raciais atravessaram seus embates. Tentamos demonstrar como ele reconheceu, em diferentes momentos, os escravizados e a população negra em geral como possuidora de direitos e lutando por suas liberdades. Já neste tópico, iremos nos dedicar sobre o seu posicionamento em relação à educação, através da análise de matérias jornalísticas e sua experiência enquanto docente.

Como já demonstrado, Patrocínio, assim como outros jovens negros e não negros que entravam para as academias do Império, exerciam a atividade docente como uma forma de subsistência. Durante o curso de Farmácia, ele dava aulas de primeiras letras, e quando terminou seu curso, na casa do capitão Emiliano Senna, se tornou professor dos seus filhos mais jovens. Essas práticas puderam trazer uma nova reflexão sobre a importância da educação para o processo de emancipação dos indivíduos.

Sob a proteção de Emiliano Senna e do Club Republicano, foi criada a Escola Noturna Gratuita da Cancellia, instituição educativa fundada por Patrocínio, na qual ele mesmo foi professor:

José do Patrocínio tem vencido muitas campanhas. Fez da abolição pela sua palavra e a paz pela sua pena; mas, de entre todos estes triumphos, um dos que mais o devem honrar conscienciosamente, é o de ter ensinado a ler aos que vieram do ventre escravo, abatendo com o doutrinamento e com o ensino a muralha da treva que os cercava n'esse tempo. (*Cidade do Rio*, 21/09/1895, ed.00221, p.1).

Os primeiros registros dessa escola são datados de 1879, o que nos leva a acreditar que esse foi o momento de sua fundação, período do qual falamos em que os debates acerca da Reforma Eleitoral, o aumento do vintém, o fechamento de escolas e outras iniciativas geraram um clima de descontentamento e preocupação com relação à educação e à cidadania. Trataremos com mais detalhes sobre a Escola da Cancellaria no terceiro capítulo, mas não podemos deixar de falar que essa instituição se constituiu como um espaço de mobilização e protagonismo negro, permitindo que escravizados, libertos e livres assumissem posição de destaque, liderança e prestígio, demonstrando que o pensamento de Patrocínio, defendido em seus discursos e matérias jornalísticas, se concretizava em práticas inclusivas na própria militância.

Outra organização que teve a atuação direta de Patrocínio foi o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes. Fundado pelos funcionários da *Gazeta da Tarde*, foi presidido por ele, tendo por objetivo a libertação e a educação de escravizados. Apesar de estar direcionado para o elemento servil, sua atuação não se limitava a ele, aceitando como sócios pessoas das mais diversas nacionalidades, como também pessoas “estranhas ao Centro” em suas escolas. Uma estratégia educativa usada por essa instituição foi a criação de um periódico: *O Libertador*, que trazia em cada número uma homenagem a um abolicionista, contando sua biografia, tal como no seu primeiro número em que foi dedicado à memória de Luiz Gama. Inferimos que isso era uma tática importante para o fortalecimento das identidades negras, de autoconfiança para escravizados e seus descendentes, que carregava em si um caráter educativo.

Tanto a Escola da Cancellaria quanto o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes desenvolveram práticas que iam além da alfabetização, do acesso à cultura letrada. Incluía outras dinâmicas nas quais a formação política e a valorização das identidades negras estavam inseridas. Elas representam as ações práticas de Patrocínio no campo educacional, que integravam o seu pensamento sobre o direito à liberdade e à cidadania.

Ainda como estudante, Patrocínio se pronunciava na imprensa sobre a escravidão e privação de direitos, como realizado no poema usado como epígrafe desse capítulo. A necessidade de instrução para o povo questionando o governo imperial foi levantada no jornal *O Lábaro Acadêmico*:

A instrucção popular, o commercio, a industria hão sido beneficiados si confrontarmos o procedimento do nosso governo com o de outras nações que além de muito menos favorecidas pela natureza, acham-se em peor estado moral?

Organizou o governo bibliotecas capazes de satisfazer as exigências do ensino, contractou corporações que derramassem as sciencias necessarias pelas camadas populares, decretou subsídios especiais para manutenção de brasileiros nos centros illustrados do mundo, comprou colleção de obras primas d’arte que fossem de incentivo ao espirito publico, organizou fabricas, tractou de garantir os capitaes fixando-lhes um valor real no exterior e resguardou a nossa moeda de continua falsificações?

Nada fez, nada faz, nada fará. (*O Lábaro Academico*, ed. 00005, 15/06/1874, p. 2)

Na continuação do artigo, entendemos que Patrocínio se dirigiu ao povo, fala de sua responsabilidade, do pequeno desenvolvimento intelectual e de seu desejo por educação, “por mais ignorantes que sejam, o aneio dos paes brasileiros, é ver os seus filhos instruídos” (*O Lábaro Academico*, ed. 00005, 15/06/1874, p. 3).

Através de outro jornal acadêmico, *Os Ferrões*, Patrocínio e Demerval da Fonseca acreditam que a educação, por meio da instrução primária, seria instrumento de transformação social, “braço que nivela os mais sortudos e trevosos abysmos sociaes” (*Os Ferrões*, ed. 0008, 15/09/1879, p. 18). Também fazem duras críticas à instrução pública e seu sistema de patronagem. Segundo eles:

A instrucção pública ridícula e gamenha, rica de preconceitos e mendiga de idéas nobres, ameaça envenenar tudo que a pouco actividade brasileira podia conseguir.

O mérito fugia espavorido das escolas, açoutado barbaramente pelo patronato indecoroso.

O estudante trocava o gabinete do estudo pelas salas das soirées porque ali encontrava a fadiga sem recompensa e aqui a amisade ostentosa de algum potentado que lhe garantia o exame. (*Os Ferrões*, ed. 0002, 06/07/1975, p. 21).

Em outro artigo no mesmo jornal acadêmico argumentava que o modelo americano era citado como exemplo para o Brasil, criticando que aqui “toda a instrucção e melhoramentos adstrictos a um pequeno círculo, e o seu interior sem estradas, sem escolas, sem liberdade, sem consciência” (*Os Ferrões*, ed. 0008, 15/09/1875, p. 18). De igual forma, questionava a reforma educacional de 1874 e as ações de João Alfredo Correia de Oliveira, considerado o “Apóstolo da Instrucção Pública”.

Esses posicionamentos estavam diretamente relacionados à sua experiência enquanto estudante de uma academia do Império. Na coluna Semana Política, da *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo Proudhomme, Patrocínio foi crítico com relação ao ensino de Farmácia dentro da Faculdade de Medicina, denunciando as precariedades e as formas desiguais com as quais eram atendidos os alunos desse curso, nos quais a maioria era de estudantes mais pobres, que precisavam trabalhar para sobreviver, advertindo sobre a necessidade da reforma dos regulamentos das faculdades de Medicina: “O fim d’esta observação é unicamente provar que

a reforma deveria começar pelo corpo docente, que se organizou em científica, prejudicial ao ensino, na sua eficácia e na sua dignidade” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00079, 21/03/1881, p. 1). Segundo ele, os alunos de farmácia, mesmo pagando a mesma taxa da matrícula, não tinham direito ao menos a uma cadeira para assistirem à aula, começaram os primeiros anos frequentando as aulas práticas em um prédio distante do prédio principal, e que as aulas eram ministradas das 4 às 6 horas da tarde, situações que prejudicavam diretamente os alunos mais pobres, que deveriam trabalhar para custear seus estudos. Também citou um grande número de reprovações no ano de 1870 e da parcialidade dos docentes: “O lente pôde ser parcial; implicar com a cara, com os modos dos alumnos, como muitas vezes acontece” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00079, 21/03/1881, p. 1). Terminou defendendo o caráter público da Faculdade, frente a uma proposta de uma senha acadêmica que, segundo ele, seria inconstitucional e fecharia as portas ao povo.

Sobre a questão educacional dos negros, sua preocupação poderia ter iniciado com as discussões sobre a Lei do Ventre Livre. Como expomos antes, segundo Magalhães Junior, Patrocínio se afastou da colaboração para o jornal *A República*, devido ao fato de o periódico ter se posicionado contrário à essa lei. Vários autores afirmam que a Lei do Ventre Livre teve relação direta com o desenvolvimento da educação pública, aparecendo não somente nos diversos projetos do Ministério do Império como em mobilizações da sociedade civil (FONSECA, 2006; SCHUELER, 2018; MARTINEZ, 1997). A vinculação da lei e a necessidade da educação para ingênuos foram revistas por Patrocínio em diversos momentos na imprensa. Como no jornal acadêmico *Os Ferrões*, criticando a falta de investimento governamental:

A 28 de setembro de 1871, a aurora da regeneração fundiu, com os próprios raios de sol, as cadeias que se fundiam nos ventres das mulheres escravas para logo apertarem os pulsos de seus filhos.

O governo formulou a lei de liberdade aos nascidos após esse benedito dia, e, pensando que nem só isto bastava, fallou em criação de hospícios, em remuneração aos senhores, em mil coisas, enfim.

Ora, lá vão quasi quatro annos e o governo ainda está de braços cruzados.

O que

quer? Quer que essa massa enorme de homens desabe com toda violência da ignorância por sobre nossos lares? Quer que esses redimidos venham desempenhar na sociedade, simplesmente, naturalmente, graciosamente, o papel de consumidores de aguardente, mascadores de fumo e irmãos do santo ócio?

Quebrar os grilhões do captivo nada é, ficando intactos os não menos grilhões da ignorância.

O escravo não se redimirá somente com liberdade; é complemento dessa redempção – o livro e a oficina.

Ou isto, ou o governo mandar fornecer queijo e garôpa e toda essa gente, quando chegada aos 21 annos. (*Os Ferrões*, ed. 0007, 2018, p. 16 e 17)

Sem o investimento necessário, Patrocínio e Rebouças declararam no Manifesto da Confederação Abolicionista que “a lei de 28 de Setembro, longe de ter sido uma aurora de esperança para os míseros espoliados da liberdade, foi pelo contrário um decreto de extermínio de crianças, de prostituição de mulheres, de hecatombe de uma raça” (Manifesto da Confederação Abolicionista, 1883, p. 16).

Ainda na coluna *Semana Política*, da *Gazeta de Notícias*, assinando como Proudhomme, Patrocínio se coloca contra a Lei Orçamentária, que incluía o imposto do vintém: “As queixas incluíam a reserva de verbas para o culto público, construções de palácios para presidentes de província, compra de mobílias, auxílio ao Instituto Histórico e ao Conselho de Estado, enquanto nada se investia na construção de escolas – muito pelo contrário” (PINTO, 2018, p. 188). Com um tom irônico, Patrocínio se dirigia ao “Zé-Povinho”:

No mais é fechar os cursos nocturnos para as classes pobres e ferir o analfabeto com o interdito político; é fechar oficinas e observar que a maior somma do imposto de profissões é paga pelos estrangeiros; é descontar nos vencimentos dos empregados pobres e dos officiaes pobres e dos officiaes desprotegidos e ao mesmo tempo dar ajuda de custo e gratificações sem lei, ou acumular em um só indivíduo vários empregos com prejuízo manifesto do serviço. (*Gazeta de Notícias*, ed. 0037, 08/12/1879, p. 1)

Patrocínio percebeu que o “Zé Povinho” estava disposto a ouvir e a lutar. Por isso, nesse mesmo editorial, Patrocínio narra a experiência de um homem negro, ex-combatente, que se dirige ao Imperador durante um exercício de armas da Escola Militar: “Senhor, vós deveis attender-me, eu sou do povo, fallo como o povo, e só digo a verdade. O cidadão deste paiz, senhor, está pelo vosso governo reduzido à barata em terra de galinhas. Digo-vos isso sem receio, podeis olhar o meu nome, eu sou o cabo Paulo” (*Gazeta de Notícias*, ed. 0037, 08/12/1879, p. 1). Mesmo que esse senhor fosse hostilizado pela população que estava nesse evento, Patrocínio sempre estava disposto a ouvir as solicitações do povo e utilizar sua pena para registrá-las. De acordo com Schueler:

Para ele, o senso econômico e a capacidade de ler e escrever eram questões que não tinham relação direta com competência e a qualificação de um cidadão para escolher seus representantes: “Se alguma coisa está provada entre nós é que as classes ilustradas e ricas são as mais anárquicas, as mais egoístas e as que menos têm desenvolvido o sentimento de pátria” (SCHUELER, 2018, p. 164).

Apesar da proposta de reforma eleitoral ter sido rejeitada a princípio, em janeiro de 1881, a alfabetização seria transformada em crivo para o exercício do direito ao voto. De acordo com Carvalho:

Patrocínio irritava-se profundamente com o parlamentarismo que era praticado na época, denunciando um aspecto que nunca me tinha sido revelado com tanta clareza. Sempre mencionou as estatísticas relativas à reforma eleitoral de 1881, que introduziu o voto direto. O voto era feito antes em dois turnos. Em 1881 foi introduzido por lei o voto direto. Esta lei, pretensamente democrática, reduziu o eleitorado de 1 milhão e poucos votantes para cerca de 120 mil eleitores. Quer dizer, os 13% da população votante até 1881 passaram a 0,8%. Patrocínio chamou a atenção para outra consequência da lei: ao reduzir o eleitorado, ela prejudicou os candidatos abolicionistas. Trata-se de depoimento muito interessante. Como consequência, cresceu o distanciamento entre o Congresso, sobretudo a Câmara dos Deputados, e a opinião pública. À medida que o movimento abolicionista crescia, mudando a opinião pública (ele foi o primeiro grande movimento de opinião pública do país), crescia também a resistência do Congresso. Aumentava assim a defasagem entre o país e sua representação. (CARVALHO, 1996, p. 95 e 96).

Em 1884, quando o movimento abolicionista lançou candidaturas aos diversos cargos governamentais, Patrocínio se candidatou para a Câmara dos Deputados, não conseguindo se eleger. Em 1886 foi eleito vereador pela Corte, com o apoio da Confederação Abolicionista. Ambas as campanhas foram pautadas em temas como a libertação dos escravos sem indenização para os senhores, o combate ao tráfico do Norte, questões agrárias, desenvolvimento industrial, ampliação do sistema eleitoral e uma reforma da instrução pública:

Empregarei o melhor das minhas forças para conseguir grandes leis: reforma da instrução publica e systema eleitoral.
 Iniciarei a reforma da instrução pública pela do professorado, a partir do primário, de cujo grêmio entendo que devam sahir, como os directores das academias dos próprios corpos docentes, os delegados e o inspector geral.
 Quanto ao systema eleitoral, demonstrarei a urgência de amplial-o, de modo que se dê ao povo o logar actualmente só occupado por algumas castas. (Gazeta de Notícias, 26/11/1884, ed. 00331, p.2)

Utilizando o caráter pedagógico da imprensa periódica, Patrocínio desenvolveu diversas ações em seus jornais, apresentava os horrores e a ilegalidade do regime, a experiência e a vivência de escravizados como sujeitos de direitos, publicava discursos das conferências abolicionistas e divulgava as trajetórias de grandes lideranças negras.

Um dos pontos que sempre tratava em seus artigos era a ilegalidade da escravidão:

Fundando-nos na lei de 1755, que aboliu a escravidão dos índios, e na lei de 1831, que aboliu o tráfico de africanos, desde 1817 equiparado à pirataria, negamos a legalidade da propriedade escrava e reclamamos a abolição dela, não como um acto humanitário, mas simplesmente como um dever de respeito à legislação nacional.
 Porque? Porque vemos que os escravos do norte, são, na sua maioria descendentes de indígenas; e os escravos actuaes do sul, têm, como os pais, os 536.000 africanos, criminosamente importados de 1833 a 1856.
 Para nós, o escravo não é um mendigo esmolando à caridade, mas uma victima de roubo, reclamando o que de direito lhe pertence.
 Estamos convencidos de que, apezar da sua humilhação actual, apezar da sua fraqueza de momento, o escravo, para afirmar a sua liberdade, não precisa de protecção estranha à da lei (Gazeta da Tarde, ed. 00110, 12/05/1884, p.1).

Os dados históricos e as conquistas legais eram utilizados para comprovar a ilegalidade do escravismo ainda existente no Brasil, exigindo o cumprimento pelo poder público da legislação nacional. Dessa forma, combatia o discurso escravista com base legal da defesa da propriedade escrava.

Também combateu os principais argumentos de inferioridade da raça negra, base de preconceitos e discriminações. Denunciou casos de escravização de livres ou de reescravização de libertos, muitos desses de pessoas que pediam ajuda na redação dos jornais, mostrava não somente as barbáries do regime como humanizava as escravizadas e escravizados, apresentando como pessoas ativas e não impotentes frente ao sistema de opressão (PINTO, 2015).

Toda a divergência com Silvio Romero foi exposta no seu periódico. Nos discursos de Patrocínio e Vicente de Souza podemos observar a defesa do movimento abolicionista, mas também uma postura antirracista, ao identificar que além de uma questão social, o escravismo era sim uma problemática racial. Ambos reconheceram e valorizaram seu pertencimento racial e defenderam a capacidade intelectual da raça negra.

A valorização das identidades negras também era utilizada na divulgação de trajetórias de figuras negras de destaque, como Henrique Dias, exemplo de bravura e heroísmo nacional, e Alexander Dumas e Toussaint Louverture como representantes internacionais. A publicação da autobiografia de Frederick Douglass na *Gazeta da Tarde*, homem negro que nasceu escravizado e conseguiu se tornar um dos grandes líderes abolicionistas estadunidenses, mobilizou alguns números do periódico em uma sequência de folhetins sob o título *Meus anos de cativo e liberdade*, em 1883. O objetivo desses folhetins foi revelado na própria *Gazeta*: “interessam por uma raça desprezada e diariamente insultada por energúmenos que trabalham por deitar por terra a propaganda em bem da causa dos oprimidos” (*Gazeta da Tarde*, 25 de abril de 1883, p. 1.).

A memória de outros homens negros que se destacaram na luta antiescravista também era lembrada constantemente, casos de Ferreira de Menezes e Luiz Gama. O periódico também usava os exemplos de outros ex-escravizados na luta abolicionista, como em uma festa da Caixa Emancipadora José do Patrocínio, organização ligada à Escola da Cancellaria, como forma de mostrar a importância da educação e o engajamento desses sujeitos na causa:

Ao salão principal da caixa ornamentada com a maior riqueza e sumptuosidade e em cujas paredes viam-se os escudos com os nomes dos escravizados de ontem e os redentores de hoje, como José de Magalhães, Israel Soares e Abel da Trindade, entrou com imponente préstito. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00143, 25/06/2885, p. 2)

No final simples de sua vida, após perder seu jornal, abriu uma escola primária para atender as crianças pobres no subúrbio carioca de Inhaúma. A docência sempre foi uma constante em seu percurso, se estendendo para o caráter pedagógico de seus jornais. Esses jornais auxiliaram na transformação da opinião, transmitindo modelos, valores e comportamentos que colocavam em xeque as bases da sociedade escravista, em combate não somente ao escravismo mas também ao racismo. Abria espaço para debates políticos mais amplos, como a defesa da democracia, porém soube respeitar e publicamente se posicionar a favor da liberdade de pensamento e escolha das classes populares e dos ex-escravizados/as, como no caso da Guarda Negra.

Se em Rebouças a questão da educação técnica estava ligada ao seu projeto de distribuição territorial para inserção política dos ex-escravizados, Patrocínio defendia o acesso das classes populares à educação, com tratamento igualitário e sem apadrinhamento. Por isso argumentou sobre a necessidade de uma reforma educacional articulada com uma ampliação do sistema eleitoral, maneira pela qual toda população socialmente explorada, como os escravizados e libertos, teria a oportunidade de exercer sua cidadania.

1.3 Vicente de Souza: por uma educação operária

Figura 8 – Vicente Ferreira de Souza



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
A Imprensa, 1º maio de 1911, p. 1

Em 16 de julho de 1882, inaugurou-se mais uma sociedade abolicionista, mas o diferencial entre as demais organizações abolicionistas do período estava no seu título: *Associação Operária Emancipadora Vicente de Souza*, não apenas por trazer como homenageado da causa um homem negro e abolicionista, já que isso era uma prática do movimento, mas principalmente por destacar a causa operária. A abolição e a defesa do trabalhador foram lutas travadas por Vicente Ferreira de Souza, e logo reconhecida por seus amigos.

Ao longo de sua trajetória, muitas foram as batalhas nas quais Vicente Ferreira de Souza militou. Foi abolicionista, republicano, um dos primeiros a defender os ideais socialistas em partidos operários, participou de revoltas populares como a Revolta do Vintém (1880) e posteriormente a Revolta das Vacinas (1904). Mas, se pensarmos o que haveria de comuns nesses engajamentos, o que poderia ser um elo de ligação entre eles, assim como Pinto (2017), me arrisco a falar que seria a defesa da classe trabalhadora, seja ela escravizada ou livre.

Mattos (2009), ao pensar sobre o surgimento das organizações de classe no Rio de Janeiro, argumenta que:

a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em uma cidade com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e “livres” partilharam também formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação de classe. (MATTOS, 2009, p. 51)

Vicente percebeu esse compartilhamento. Em seus primeiros discursos, ainda na década de 1870, já levantava a voz pela causa operária e contra a escravidão. Compreendeu a mão de obra escravizada como os primeiros operários rurais que eram explorados pela monarquia; pregou ideias republicanas e se decepcionou com os rumos da república brasileira; apresentou princípios socialistas e incentivou a mobilização trabalhadora. E ao reconhecer os escravizados e escravizadas como trabalhadores, defendeu sua humanidade frente a um processo de coisificação, tendo, desse modo, uma postura antirracista.

Como um homem negro, sofreu todas as dificuldades que assolavam o regime escravista e o pós-abolição. Foi atacado, sofreu discriminações e ofensas racistas, buscando formas de enfrentamento. Creio que a educação foi uma das principais delas, tanto a nível individual, na busca por formação e dedicação aos estudos, como enquanto docente, influenciando outros jovens em causas e ações políticas. Foi homem das letras (jornalista, poeta, escreveu ensaios dramáticos, livros...) e das ciências (farmacêutico e médico), e fez da docência uma dedicação de vida.

A defesa da educação dos trabalhadores (novamente reforço a ampliação do conceito de educação) não estava somente em suas palavras, mas em ações voltadas ao amparo e apoio de associações das classes operárias, tendo uma postura pedagógica em sua atuação que tentava instruir os trabalhadores e auxiliá-los em sua organização e mobilização.

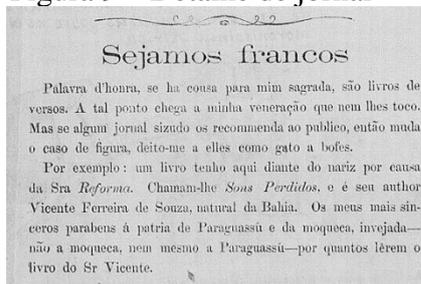
1.3.1 Formação, docência e militância

Não temos muitas informações sobre as origens de Vicente Ferreira de Souza, mas sabemos que nasceu na Bahia em 1852, “sem o influxo dos afortunados” e alcançando pelo seu próprio esforço os estudos (*O Século*, ed. 00633, 19/09/1908). Encontramos em uma lista de leitores do distrito da Corte em 1878, o nome de Vicente Ferreira de Souza, descrito como professor, com 25 anos, filho de Joaquim Theodoro de Santa Anna (*A Reforma*, ed. 00132, 1878, p.3). Com relação à data de seu nascimento, encontramos em jornais diversas felicitações por seu aniversário, o que nos faz supor que seu nascimento tenha sido em 4 de novembro de 1852 (*Gazeta de Notícias*, ed. 00277, 04/11/1889, p. 1).

Fez o ensino primário e parte dos preparatórios no *Ginásio Baiano* de Abílio Borges. É inegável a forte influência desse mestre em sua formação, não somente em sua graduação enquanto médico, como também na dedicação ao magistério. Aos 18 anos veio para a Corte, sob a proteção de Abílio iniciou no magistério para subsistir e continuar nos estudos, frequentando os preparativos para o ingresso nos cursos de Farmácia e Medicina no Colégio Abílio.

Dentro dos colégios de Abílio Borges havia um incentivo às letras, os alunos tinham a obrigação de produzirem textos literários em versos ou prosa que eram apresentados em dias festivos, chamados de *outeiros poéticos* ou *festins literários*, uma tática da pedagogia de Borges para estimular a dedicação aos estudos. Vicente de Souza não somente havia participado, como já havia recebido diversos prêmios (*O Século*, ed. 00633, 19/09/1908, p.1). Sua experiência com as letras lhe permitiu publicar seu primeiro livro em 1873, já na Corte, sob o título “*Sons Perdidos*” (*A Reforma*, 04/11/1873, ed. 252, p. 2), no qual, segundo a crítica, reuniu uma série de poemas amorosos e patriotas, que poderiam englobar sua experiência nos festins literários dos colégios de Abílio Borges.

Figura 9 – Detalhe de jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
O Mosquito, ed. 00217, 08/11/1873, p.2.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina e frequentou o curso de Farmácia em 1873, concluindo-o dois anos depois (*O Século*, ed. 00633, 19/09/1908). Diferente de Patrocínio, Vicente continuou os estudos para a formação em Medicina, sendo diplomado na Faculdade da Bahia em 1879²⁰.

Vicente de Souza conjugava as tarefas de estudante de cursos médicos e de docência. Ele conseguiu, pela diretoria da instrução pública, a autorização para ministrar várias disciplinas, entre elas, Francês, Filosofia e Português. Deu aulas particulares e também foi professor de diversos colégios particulares no Rio de Janeiro e na Bahia, entre eles, o Ginásio Baiano (Bahia) e o Colégio Abílio (Corte), ambos de propriedade de Abílio Borges, além de o Colégio Alberto Brandão (Vassouras-RJ), Colégio Victória, Ginásio Pio Americano, Novo Colégio Progresso, Externato Jasper, Colégio Pinheiro e Colégio Alfredo Flores, chegando a dirigir o Externato das Laranjeiras em 1876 (*O Século*, ed. 00633, 19/09/1908, p.1; *Gazeta de Notícias*, ed. 00101, 11/04/1876, p. 4).

Teve passagem significativa na Escola Normal Livre²¹, iniciativa dos professores públicos da Corte, pensando no aprimoramento e qualificação profissional para atuação nas escolas primárias. Vicente de Souza atuou como professor de português nos anos de 1874 e 1875. Também realizou diversos concursos públicos para o magistério. Conforme consta no

²⁰ Apesar da pesquisadora Ana Paula Magalhães Pinto (2017), texto que serve de base para nossas considerações, questionar a informação dada por Paulo Berger de sua formação pela Faculdade de Medicina da Bahia, apresentaremos comprovações que mesmo estudando pela Faculdade da Corte, sua tese e sua diplomação foram dadas pela instituição nordestina.

²¹ Segundo Lopes (2012), a Escola Normal livre foi criada em 1874 para iniciativa de professores públicos e com o apoio do Conselheiro Manoel Francisco Correia, que se tornou diretor do estabelecimento. Ela recebia alunos de ambos os sexos, de frequência e matrícula gratuitas, o curso compunha-se de três anos. Apesar de se tratar de uma iniciativa particular, a referida escola contou com recursos oriundos do governo imperial para contornar as despesas, das quais a mais urgente era manter o aluguel do prédio. A experiência durou pouco tempo, não chegando a completar dois anos de existência.

seu obituário, foram seis concursos públicos, incluindo para Escola Naval e Militar. Em 1879 foi aprovado para as cadeiras de Português e Literatura do Colégio Pedro II, sendo impedido pelo Imperador de assumir o cargo devido às suas ideias republicanas (*O Século*, ed. 00633, 19/09/1908, p.1). Ele só foi aprovado e assumindo definitivamente como lente de latim do Colégio Pedro II em 1885. Percebemos no caso de Vicente de Souza no Colégio Pedro II, assim como em Rebouças na Escola Politécnica, uma persistência para efetivação em cargos de docência em instituições escolares de formação da elite imperial. Como também o caso de José Rubino de Oliveira que prestou nove concursos para o cargo de professor da Academia de Direito do Largo de São Francisco. Não podemos afirmar que sua reprovação nos concursos esteja relacionada à questão racial, mas devemos destacar que no sexto concurso que prestou e no qual teve sua aprovação, o concurso foi anulado. Isso mostra a persistência e a autodeterminação que os indivíduos negros ostentaram para adentrar nessas organizações educativas.

Como estudante na Faculdade de Medicina, circulava em algumas associações estudantis e literárias como o *Atheneu Pedagógico*, o *Instituto dos Acadêmicos*, o *Alpha Literário* e o *Club Republicano*. Como integrante dessas organizações, participava ativamente, apresentando discursos, como o registrado em 1877, no qual abriu a série de Conferências Pedagógicas do Atheneu Pedagógico:

O Atheneu Pedagógico, sociedade que já tem alguns annos de existência e cujo principal fim é ministrar instrução aos aspirantes do magistério, instituiu suas conferencias mensais na nova escola do campo do Acclamação. Já se realizou a primeira orando o Sr. Vicente Ferreira de Souza, sobre a these – Educação da sensibilidade, e o segundo nos informam amanhã fará a segunda conferencia o professor Sr. Cony sob o motte – Organização escolar. (*A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino*, ed. 00001-00002)

Conforme a citação na *Revista A Escola*, o Atheneu Pedagógico tinha por objetivo principal auxiliar na formação de jovens no magistério. Como mencionamos, Vicente de Souza já havia atuado na proposta dos professores da Corte para instauração de uma Escola Normal Livre, que como uma iniciativa particular. De acordo com as nossas pesquisas, foi nessa época o seu encontro com Cacilda Francioni, sua esposa, ele enquanto professor e ela como aluna da Escola Normal Livre.

Ele fez parte da comissão responsável pela *Revista do Instituto dos Acadêmicos*, uma das primeiras experiências enquanto jornalista, e sendo um atuante representante discente do curso de Medicina:

Os alumnos do 4º anno médico realisam amanhã, às 11 horas, no theatro Gymnasio uma conferencia, cujo producto addiccionado ao de uma subscrição que corre entre

eles é destinado ás infelizes victimas da secca no norte. É orador o Sr. Vicente de Souza. É de crer que professores e alumnos da faculdade de medicina concorram a esse acto de caridade. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00136, 19/05/1877, p. 1)

Sua experiência com letras chegou ao teatro, em agosto de 1875, apresentou um drama intitulado “Os Horrores da Inquisição”. Segundo a crítica, o ensaio dramático tinha alguns defeitos que deveriam ser sanados, mas que seria uma grande promessa (*Gazeta de Notícias*, ed. 0030, 31/08/1875, p. 3; *Brazil Americano: Publicação Semanal*, ed. 0008, p. 3). O mesmo texto, foi apresentado em 26 de março de 1878, em uma leitura no Teatro Cassiano pelo próprio autor. Diante do relatado acima, podemos inferir que o texto foi reelaborado para novamente ser exposto. Segundo *O Cruzeiro*, “O Sr. Vicente de Souza foi bastante hábil para fugir à declamação commum e escrever um drama que, além de ser um protesto contra tantos crimes commettidos em nome da religião, tem incontestavel merecimento litterario” (*O Cruzeiro*, ed. 00145, 27/05/1878, p. 3). Tal evento despertou a crítica apenas pelo fato de estar escrito na divulgação da leitura o “Dr.” antes do nome de Vicente de Souza (*O Cruzeiro*, ed. 00148, 29/05/1878, p. 3). Nessa nota era questionado esse título que ainda não era efetivo, porém mesmo não tendo se formado em Medicina, ele já tinha o título de farmacêutico. Em uma sociedade marcada pelo escravismo, os feitos de um jovem negro, que se destacava nas áreas em que atuava, poderiam incomodar algumas pessoas.

Na conferência inaugural da *Liga Operária*, associação mutual voltada a trabalhadores (operários ou artistas), discursou sobre o tema “*O operário perante os séculos*”, em fevereiro de 1878 (PINTO, 2018, p. 6; *O Globo*, 9 de fevereiro de 1878, p. 3). De acordo com Mattos (2009, p. 57), a Liga Operária foi organizada em 1870, visando “proteção mútua, união, amor ao trabalho e instrução”. Chegou a ter mais de 1.500 associados com um perfil multiprofissional, que poderiam ser artistas ou operários, nacionais e estrangeiros. Destaco que nessa organização a preocupação com a educação como parte de seu lema; assim como a atuação de Vicente de Souza, sempre se envolvendo com organizações, realizando discursos e ações que tinham caráter educacional.

Vicente Ferreira de Souza esteve à frente de diversas conferências na posição de docente, mas também enquanto acadêmico de medicina, tratando de temáticas como antropologia e etnografia (*Gazeta de Notícias*, ed. 00165, 16/06/1877, p.1), sobre febre amarela, bem como temas polêmicos como na sessão do *Instituto Acadêmico* sobre “As raças humanas provém de uma só ou de diferentes especies?” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00209, 31/07/1878, p.1)

Em 23 de março de 1879, a *Gazeta de Notícias* anunciava: “o ilustrado amigo Dr. Vicente de Souza ocupa hoje a tribuna das conferências, a fim de tratar da seguinte e importante

these: *O Império e a Escravidão: o parlamento e a pena de morte*” (*Gazeta de Notícias*, 23/03/1879, ed. 00081, p.1). O evento foi realizado no teatro São Luiz, às 12 horas, em benefício da *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, outra organização voltada aos trabalhadores, que posteriormente publicou seu discurso e da qual Vicente se torna sócio honorário. Mesmo não sendo a primeira conferência desse homem negro, como mostrado anteriormente, suas palavras o marcaram como um abolicionista, chamando a atenção de outros negros livres do período.

Quando foi promulgado o decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, sobre a Reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e do ensino superior em todo o Império, os alunos da Faculdade de Medicina, junto com os alunos da Escola Politécnica, comemoraram pelas ruas da cidade. Nesse ato comemorativo temos a presença de dois estudantes negros, Vicente de Souza, pela Faculdade de Medicina, e José Agostinho Reis²², representando a Escola Politécnica, ambos celebrando a reformulação do ensino, o que poderia confirmar uma rede de apoio entre esses sujeitos que mais tarde se uniriam na luta abolicionista (*Gazeta de Notícias*, 23/03/1879, ed. 0081, p. 1).

Ressaltamos que entre 1872 e 1874 José do Patrocínio frequentava a cadeira de Farmácia da Faculdade de Medicina, o que poderia ter sido um ponto de encontro entre esses dois jovens, ainda mais por frequentarem uma importante instituição de ensino, responsável pela formação de sua elite imperial. É possível que dentro da Faculdade de Medicina, aquele jovem negro, mesmo mostrando grande destaque em seus discursos e teses, tenha atraído um olhar diferenciado. Até mesmo do corpo docente que, conforme a experiência de Patrocínio, poderia não ver com bons olhos jovens de outras classes sociais e raciais.

No mesmo ano, em 1º de agosto de 1879, no Teatro São Pedro, foi apresentado um espetáculo de sua autoria denominado “Ministros de Deus”, em homenagem ao Visconde de Rio Branco, responsável pela Lei do Ventre Livre. Um drama em cinco atos e nove quadros promovido pela *Escola Politécnica* com a Companhia Martins, no qual o valor líquido seria

²² Nascido no Pará em 11 de setembro de 1853 na condição de escravizado, fez o Seminário de Santo Antônio, em Belém, e o curso de Humanidades. Veio para a Corte em 1872, onde foi admitido na Escola Central, posteriormente Escola Politécnica, concluindo o curso de Engenharia. Foi admitido para o curso docente dessa instituição, na cadeira de Economia Política, chegando a assumir sua direção interina. Participou ativamente do movimento abolicionista na Corte e no Pará, foi candidato a deputado provincial por sua terra natal em 1884, momento no qual o movimento abolicionista buscou inserir seus representantes no poder parlamentar. Foi amigo de Rui Barbosa, exercendo cargos importantes no governo, com grande visibilidade na engenharia. Atuou em conferências públicas, participando e fundando diversas associações antiescravistas, e fez parte da Confederação Abolicionista.

revertido para libertação de escravizados (*Jornal do Comércio*, 01/08/1879, ed. 00212, p. 6; *O Século*, 13/05/1913, ed. 2067, p. 1).

Ainda nesse final de 1879, Vicente de Souza se envolveu em uma mobilização para a libertação de uma escravizada de nome Clara. Conforme os registros nos jornais, essa escravizada sabia ler e escrever, tendo a iniciativa de mandar cartas para algumas associações, como a *Sociedade Brasileira de Ensaaios Literários* e o *Clube Republicano*, convidando para que assistissem à conferência do Dr. Vicente de Souza, em favor do seu benefício (*Gazeta de Notícias*, ed. 00279, 10/10/1879, p.1; *Gazeta de Notícias*, ed. 00281, 12/10/1879, p. 3). Outros anúncios reforçam a cor da escravizada, “uma moça quasi branca”, que além de dominar a leitura e a escrita, era excelente costureira (*Gazeta de Notícias*, ed. 00282, 13/10/1879, p. 1). Destaco o empenho dessa mulher, que dirigiu ofício às associações convidando-as para que estivessem presentes na conferência para sua libertação, e sua busca por Vicente.

No final de sua graduação de Medicina, uma mobilização estudantil desafiou o corpo docente da Faculdade com participação efetiva de Vicente de Souza. Devido a uma desavença com o corpo docente da Faculdade do Rio de Janeiro, principalmente com o Dr. Souza Leite e Ezequiel C. dos Santos, todos os estudantes sextanistas de 1879 tiveram que concluir seu curso na Província da Bahia (*O Século*, 13 de maio de 1913). O acontecimento teve grande repercussão e foi registrado nos jornais da época. Em 2 de novembro de 1879, os alunos do sexto ano da Faculdade de Medicina publicaram um artigo no qual denunciavam a forma que eram tratados cheios de “insultos”, “indecências” e “desafios” (*Jornal do Comércio*, 02/11/1879, ed. 00305, p. 2). O impasse inicial se deu por conta de uma simples fotografia, na qual os alunos do sexto ano desejavam registrar seus laços de amizade no último ano de graduação, os professores se sentiram ofendidos e iniciaram uma série de acusações em uma aula, que foram rebatidas e expostas em diversos periódicos (*Jornal do Comércio*, 03/11/1879, ed. 307, p. 2). A resposta do corpo docente também foi apresentada na imprensa. E em 6 de novembro de 1879, foi apresentado um abaixo-assinado com 91 assinaturas, entre elas, as de Vicente Ferreira de Souza, com a recusa de fazer a prova escrita na Faculdade. Nele, os acadêmicos explicavam que os docentes do sexto ano não liberaram os pontos, ao contrário dos outros anos, mesmo com toda a dificuldade da criação de uma tese, exigência para formação (*Jornal do Comércio*, 06/11/1979, ed. 00309, p. 4). Com medo de represália, os estudantes entraram com uma petição ao Ministro do Império para que tivessem o direito de prestar os exames finais na Faculdade de Medicina da Bahia. Todos os fatos apresentados e debatidos pelo corpo discente, como pelo corpo docente da Faculdade, mobilizaram a opinião pública. A

petição foi concedida e os estudantes festejaram a conquista, pois “venceu a causa da dignidade e o brio, cumpriu-se a lei e triumphou a justiça” (*Gazeta de Notícias*, 12/11/1879, ed. 00311, p. 1). Os estudantes viajaram para Bahia e em 13 de dezembro de 1879 foram recebidos pelos alunos da faculdade daquela província como heróis, com festejos na chegada da embarcação e com jantar em comemoração. Nesses eventos, alguns estudantes tiveram a oportunidade de discursar, “seguiram-os na tribuna os distintos estudantes da nossa Faculdade, sexto-annista Jansen Ferreira e o terceiro-annista Assis Monteiro e os sextos-annistas da corte Vicente Ferreira de Souza e Julio Borges Diniz” (*Gazeta de Notícias*, 14/12/1879, ed. 00343, p. 3).

Assim, os alunos da Corte apresentaram suas teses e conseguiram sua formação pela Faculdade da Bahia, conforme a listagem abaixo:

Figura 10 – Detalhe do documento Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia: relativo ao anno de 1879

— 17 —

**Relação dos Estudantes vindos da Córte que se doutoraram nesta
Faculdade**

1 José Moreira Pacheco.	44 Martinho Alves da Silva.
2 Francisco Gomes de Carvalho Rocha.	45 Augusto Cezar de Oliveira e Silva.
3 Eugenio Toscano de Britto.	46 José Calistrato Carrilho de Vasconcellos.
4 Jacintho Hermogenes Dutra.	47 Miguel Adelino Thaumdo Lessa.
5 David Benedicto Olloni.	48 Avelino Candido de Andrade Peixoto.
6 Justino Midosi Novaes.	49 José Maria Moreira Senna.
7 Joaquim d' Almeida Vidal.	50 Gaspar José Ferreira Lopes.
8 Feliciano Coelho de Lima Duarte.	51 Franklin Cezar da Silva Lima.
9 Virgilio Fabiano Alves.	52 Vicente Ferreira de Souza.
10 Francisco da Cunha Souza.	53 José Joaquim Coelho de Freitas Henriques.
11 Joaquim Alves Pinto Guedes.	54 Ismael da Rocha.
12 Joaquim Candido Soares Melrettes.	55 Raulpho Margarido da Silva.
13 Viriato de Cerqueira Caldas.	56 Antonio Luiz de Magalhães Musqueira.
14 Francisco Ignacio de Moura Marcondes.	57 Vicente Ferreira d' Almeida Alves Cunha.
15 José Pereira Pinto.	58 Antonio Fortunato Saldanha da Gama.
16 Urbano Marcondes dos Santos Machado.	59 Luiz Rodolpho Duque Estrada Sayão.
17 Manoel Camillo de Oliveira Penna.	60 Alfredo Alberto Leal da Cunha.
18 Lourenço José Ribeiro da Cruz Rangel.	61 Augusto Cezar do Amaral.
19 José Antonio de Oliveira Marcondes.	62 Joaquim Antonio de Moraes Dantas.
20 Joaquim Cerqueira Leite.	63 Luiz da Silva Castro.
21 Dermeval José da Fonseca.	64 Paulo Cavalcante Pessoa de Lacerda.
22 Pedro Paulo de Carvalho.	65 Belizario Augusto Soares de Souza.
23 Luiz Carlos Montrober.	66 Henrique Thomaz Correia de Sá.
24 Venancio Nogueira da Silva.	67 João de Souza Soares.
25 João Baptista Monteiro de Miranda Ribeiro.	68 Eduardo Ernesto Mendes Calaza.
26 José Joaquim de Azevedo Brandão.	69 João Vicente Marcondes Rameiro.
27 José Pinto Ribeiro.	70 Antonio Alves de Souza.
28 Pedro Bandeira de Gouvêa.	71 José Caetano de Almeida Gomes.
29 José Augusto Lana.	72 Luiz Mattarsana.
30 Francisco de Paula Oliveira Coitinho.	73 Francisco de Castro.
31 José Raymundo Cabral de Mello.	74 João Damasceno Ferreira.
32 Bernardo José de Figueiredo.	75 José Hermenegildo Pereira Guimarães.
33 Arthur Maximiano da Rocha.	76 Vicente Borges de Vasconcellos Duarte.
34 José Alves Guimarães.	77 Fernando Antonio Ferraz Junior.
35 José Bonifacio de Medeiros.	78 Joaquim Saura de Oliveira.
36 Luiz Drummond Navarro.	79 Cezar Ferreira Pinto.
37 Antonio Marques da S. ^a Mariz.	80 José Ozorio Sampaio.
38 José Esteves de Andrade Botelho.	81 Alexandre Adolpho Mendes Calaza.
39 Julio Borges Diniz.	82 Americo Gomes Ribeiro da Luz.
40 Joaquim Lobo Leite Pereira.	83 Rodolpho Julio Xavier.
41 Francisco Alves Moreira da Rocha.	84 José de Carvalho Lobão.
42 Francisco Ferreira Pinto.	85 Francisco Manoel de Oliveira Buarque.
43 Guilherme Ribeiro Guimarães Peixoto.	86 Marcelino José de Souza.

I.—F. M. B. 3

Fonte: Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24405>.

Enquanto acadêmico ou professor, Vicente sempre esteve à frente de mobilizações estudantis ou de classes, e não foi diferente com uma questão social mais ampla, como o motim do vintém. Como já sinalizado, entre finais de 1879 e inícios de 1880, a participação popular mostrou sua força contra o chamado imposto do vintém. Segundo Claudia Santos, “Liderada por republicanos ditos radicais, sem nenhuma passagem pelas legislaturas imperiais, a Revolta do Vintém colocou em marcha um ativismo político que previa a articulação entre os “homens da imprensa” e a mobilização das ruas” (SANTOS, 2018, p. 297). A autora menciona a ligação de Lopes Trovão e Vicente, desde 1878, ao redor do jornal “O Socialista”, que em seu primeiro número já revelava a defesa da classe operária e a luta pelo socialismo. Também menciona a participação tanto de Vicente quanto de Lopes Trovão, no Club Republicano de São Cristóvão, liderado pelo capitão Emiliano Sena, e que do mesmo modo englobava nomes de destaque como Demerval da Fonseca, Pardal Mallet, João Clapp e José do Patrocínio.

Santos ressalta que o motim não foi produzido pelos centros de poderes políticos reconhecidos pela sociedade imperial e nem em conformidade com os interesses das elites conservadoras, confirmando sua ruptura com a estrutura social até então mantida (SANTOS, 2018, p. 298). E foi na ação desses homens, experimentadas na Revolta do Vintém, que se estabelecem, como falamos anteriormente, as bases para o movimento abolicionista a ser desenvolvido em toda década de 1880, com as conferências nos teatros, comícios em praça pública e passeatas pelas principais ruas da cidade.

A pouca visibilidade ou a superficialidade dada à essa personagem nos estudos sobre o abolicionismo contrasta com a significativa participação e até reconhecimento que Vicente de Souza teve na luta pela emancipação²³. A ele é atribuído o início das conferências emancipadoras realizadas na Província do Rio de Janeiro em 1879, quando foi um dos principais discursadores desses eventos, junto com Patrocínio, além de se envolver em um número impressionante de organizações associativas no período.

Ainda vivenciando as consequências da Revolta do Vintém, em 25 de julho de 1880, foi anunciado no jornal *O Fluminense*:

O talentoso Sr. Dr. Vicente de Souza realisa hoje uma conferencia no theatro S. Luiz. A these é “a emancipação dos escravos” e o producto applica-se a uma liberdade. O maestro Carlos Gomes assistirá a conferencia, visto ser feita em festejo a sua chegada. Ha cartões de entrada. (*O Fluminense*, 25 de julho de 1880, ed. 00344, p. 2).

²³ Pinto (2017) argumenta que é fácil encontrar o nome de Vicente de Souza em referências sobre o abolicionismo, lutas republicanas ou trabalhistas no final do século XIX ou inícios do século XX. Difícil é, a partir dessas referências esporádicas, compreender a complexidade da atuação de Vicente de Souza em suas diferentes frentes de atuação.

Esse evento foi promovido pela Escola Normal, e teria a participação de Lopes Trovão, que não participou, mas foi substituído por Patrocínio, sendo a primeira de uma série de sessões sob o título de *Conferências Emancipadoras*. Título este que, segundo Alonso, foi dado por Rebouças (ALONSO, 2015, p. 132).

O sucesso da primeira conferência, que contou com a figura ilustre de Carlos Gomes, incentivou a segunda, promovida em agosto pela *União Acadêmica*, organização ligada à Faculdade de Medicina, ocasião em que o maestro subiu ao palco para libertar uma escravizada de sua propriedade. É preciso destacar que tanto a primeira quanto a segunda conferência possuem as participações de instituições escolares (Escola Normal e União Acadêmica) na organização de tais eventos e na ligação com os intelectuais aqui apresentados.

Neste mesmo ano, foram fundadas duas importantes organizações abolicionistas. A primeira em julho de 1880, formada por grupo de parlamentares sob a liderança de Nabuco, a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, que dos dezesseis membros fundadores, seis participaram ativamente da Revolta do Vintém. E a segunda, em agosto, a *Associação Central Emancipadora*. Ambas as organizações compartilhavam sócios, como Rebouças e Souza, além de outros homens de prestígio para a época. Vicente de Souza fazia parte da diretoria executiva da *Associação Central Emancipadora*, como secretário, além de ser sócio fundador da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*. As conferências deram fôlego ao movimento, e o trio de homens negros, formado por Patrocínio, Souza e Rebouças, foi seu principal ator:

De 1880 a 1881, foram 44 sessões: em dezessete delas discursou Vicente de Souza, em dezoito Patrocínio. A pauta: a inefetividade da Lei do Ventre Livre, maus-tratos a escravos, ataques à religião de Estado. Falavam de abolição já e sem indenização. (ALONSO, 2015, p. 133)

Porém, a causa operária e educacional caminhava conjuntamente com seus propósitos abolicionistas. Em 1880 foi criado o *Corpo Coletivo União Operária*, ligado ao Liceu de Artes e Ofícios, uma organização muito similar à Liga Operária e com a participação de alguns militantes em comum, como Vicente de Souza e André Rebouças, na qual se destinava a “tratar dos interesses gerais da classe operária e das artes no país” (MATTOS, 2009, p. 57). Mesmo se dirigindo a artistas e operários, essa organização se abriu para a colaboração de elementos externos à classe, prevendo, além dos membros efetivos (que deviam ser “operário, artista ou ter um trabalho material definido”), a possibilidade de membros auxiliares, consultores, honorários e correspondentes. Isso poderia justificar, segundo o autor, a participação de nomes como os de Vicente de Souza, André Rebouças, Benjamim Constant e Saldanha Marinho no corpo consultivo, demonstrando a capacidade de articulação da classe trabalhadora.

Complementa-se que tanto Souza quanto Rebouças ficaram responsáveis pela seção de instrução dessa organização (*Gazeta de Notícias*, ed. 00248, 06/09/1880, p. 2).

Em 4 de setembro de 1880, Vicente de Souza casa-se com Cacilda Francioni, uma mulher negra, professora e abolicionista. Cacilda passou a frequentar com o esposo as conferências emancipadoras, sendo reconhecida pelo movimento como a primeira mulher a participar da causa (*Gazeta de Notícias*, 05/09/1880, ed. 00247, p.2; *Gazeta da Tarde*, 07/02/1881, ed. 00033, p. 1). Foram parceiros pelo resto da vida, não deixaram filhos, mas criaram uma história de cumplicidade, principalmente no meio educacional.

Por ser um homem negro e abolicionista, com ideias republicanas e socialistas, seu posicionamento pode ter gerado além de amigos, algumas desavenças. De acordo com o obituário, os colégios nos quais trabalhava, principalmente os internatos, recebiam grande parte dos filhos de fazendeiros, “pagas as mensalidades com o producto do suor do braço escravo”, e o envolvimento do professor negro com as conferências abolicionistas não agradaram esses senhores (*O Século*, ed. 00633, 19/09/1908, p.1). O texto diz que suas palavras “chegaram à senzala” trazendo abalos ao sistema escravista, e que por isso um grupo de pais foi até o diretor do colégio do qual era professor. Mas, segundo a matéria jornalística, foi exemplo ainda maior para a mocidade ao manter-se firme às suas convicções.

A sua cor também foi utilizada como uma forma de ofensa no embate no qual se envolveu com Silvio Romero, conforme descrevemos no tópico sobre José do Patrocínio, que foi rebatido por Vicente exaltando seu pertencimento racial:

Sylvio faz questão de côres: chama-nos de negro, faz bem.

Faz bem, porque entre taes avocações esquece que é preferivel descender das victimas a ser oriundo dos algozes; faz bem, porque, entre taes avocações, esquece a que raça pertenceram os infames mercadores de gado humano; a que nobreza filiam-se os barões feitos com o contrabando; os viscondes nomeados pela violação das leis, os condes reconhecidos por força do roubo, do assassinato, das bandeiras da escravisação de homens livres.

Sylvio é branco: é alemão, é puro puríssimo... pois bem, se Sylvio fosse escravo, mesmo sendo branco e atrevido, nós faríamos questão de dar-lhe a carta de liberdade... porque fazemos uma questão DE PRINCÍPIOS e não uma parvoíce de cores. (*Gazeta de Notícias*, 23/02/1881, ed. 00054, p.2).

Também contrapõe o argumento de Romero que apresenta a escravidão como um problema de cunho econômico, abarcando o político e o social, e que não é tratado pelos abolicionistas. Vicente de Souza menciona que em diversas conferências, assim como em matérias jornalísticas, são apresentados dados estatísticos e estudos variados que mostram a transformação do trabalho do elemento servil para o trabalho livre como algo benéfico ao desenvolvimento do país (*Gazeta de Notícias*, 25/02/1881, ed. 00056, p.2).

Como anunciamos no início deste texto, foi inaugurado em 1882 uma organização da qual foi patrono, a *Associação Operária Emancipadora Vicente de Souza*. Em um de seus discursos por essa organização, ele fala sobre “a atitude que os operários deveriam assumir em face d’aquelle que presidem os destinos do paiz” (*Gazeta de Notícias*, 11/09/1882, ed. 00253, p.1). Apesar de ser mais uma instituição associativa da qual Vicente de Souza fazia parte, essa homenagem reconhece a “sua capacidade de articular trabalhadores populares nas fileiras abolicionistas” (PINTO, 2019, p. 275). Dentre uma das sessões de inauguração dessa organização o pronunciamento de um popular é descrito como louvor:

Por último, quando o Sr. deputado Antônio Pinto veiu á tribuna para encerrar a solenidade, aproximou-se-lhe um homem de aspecto rude e de côr preta, pedindo-lhe para dizer algumas palavras. O Dr. Antônio Pinto accedeu, e aquelle ignorante e ignorado sahido talvez de alguma miserável senzala, prendeu por espaço de meia hora, nas cadeias de uma eloquencia natural e vigoroso o auditório enorme que enchia o teatro. Quando elle terminou depois de ter deslumbrado a todos com suas irradiações de seu talento poderoso, apesar de inculto, os aplausos relumbaram de uma maneira extraordinária e enthusiasmo quase focou o delírio. Foi esta chave de ouro d’aquella festa, que encheu de jubilo a todos quantos a assistiram. (*Gazeta de Notícias*, 22/07/1882, ed. 00201, p. 4)

Comparamos a citação acima com o narrado por Patrocínio sobre o ex-combatente que se dirigiu ao Imperador, mostrando que a população oprimida tinha oportunidade de se pronunciar e era ouvida nas atividades abolicionistas, valorizando e reconhecendo suas experiências e vivências.

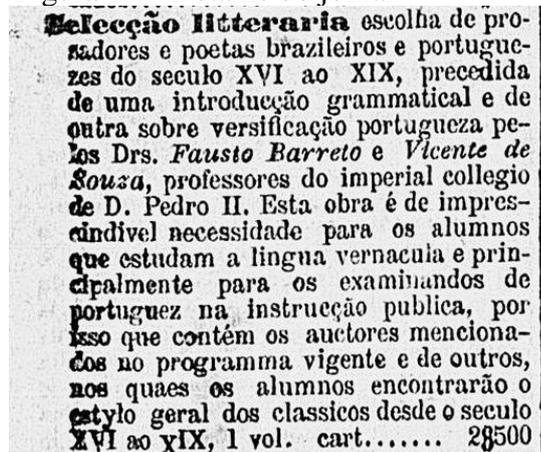
A preocupação com a causa operária se estende na sua atuação na Medicina ao participar do atendimento em saúde de classes operárias, como no atendimento aos associados da S. B. Empregados no Fumo e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (*Gazeta de Notícias*, ed. 00208, p. 2; ed. 00322, 19/11/1882, p. 1).

Sua participação em diversas associações durante a década de 1880 mostra seu prestígio, em que suas experiências docente e médica estão ligadas aos ideais abolicionistas, republicanos e defensores da causa operária. Souza participou da diretoria da *Sociedade Central de Imigração*, da qual Rebouças também fazia parte, mas que pediu desligamento em nota pública “por sentir feridas as opiniões políticas que professa”, por não compreender a aproximação da entidade com o governo imperial. Porém, foi convencido pelos líderes da organização, seus amigos, pelo argumento de que defesas maiores os aproximavam, decidindo permanecer em sua diretoria. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00330, 27/11/1883; PINTO, 2019, p. 217-218).

É preciso destacar a presença marcante em organizações escolares, como as aulas dadas de anatomia humana aplicada no *Lyceu de Artes e Ofícios*, nas quais seus conhecimentos

enquanto médico são utilizados (*Gazeta de Notícias*, ed. 00151, 30/05/1884, p. 2). Também organizou com Fausto Carlos Barreto, outro professor do Colégio Pedro II, um livro para ser utilizado pela *Escola Normal* denominado “Seleção Literária”.

Figura 11 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta de Notícias, ed. 00196, 15/07/1887, p. 4.

Vicente de Souza também se envolveu com a educação de mulheres. Além das experiências já narradas na Escola Livre Normal, ele era professor e secretário do curso feminino noturno do Colégio Pedro II, criado pelo conselheiro José Manuel Garcia, e do qual foi responsável pelo discurso para distribuição de prêmios às alunas e que contou com a presença da Princesa Regente (*Gazeta de Notícias*, ed. A00117, 26/04/1888, p.2). Em 1898, esteve à frente da criação de uma escola secundária e profissional para o sexo feminino, no qual sua esposa participou como docente (*O Paiz*, ed. 04904, 09/03/1898, p. 2; ed. 04930, 04/04/1898, p. 6).

Vicente de Souza foi incansável na luta antiescravista, sendo, ao lado de Patrocínio, um dos principais representantes da tribuna popular, chegando a afirmar que antes de ser republicano era abolicionista, por acreditar que um dos fundamentais princípios republicanos seria a liberdade para todos. Percebemos que nos momentos finais da campanha abolicionista, e principalmente nas comemorações da Lei Áurea, Vicente de Souza se manteve afastado. Supomos que esse afastamento se deu devido à proximidade do movimento com à família imperial, e toda ênfase dada à Princesa Regente no proclame legal. Vicente se mostrava totalmente fiel aos seus ideais e contrário à monarquia, fato este demonstrado diversas vezes, se pronunciando publicamente sobre seus posicionamentos, chegando a usar sua própria residência para ministrar aulas sobre democracia (*O País*, ed. 01964, 22/02/1890; PINTO, 2019, p. 278).

Logo após a proclamação da Lei Áurea, Vicente de Souza assumiu a presidência do *Club Tiradentes*, e foi por essa organização que iniciou a militância republicana. Com o advento da República, é nomeado para uma comissão que visava estudar e organizar um plano de reforma da instrução primária e um programa dos exames gerais preparatórios (*Gazeta de Notícias*, ed, 00334, 30/11/1889, p. 1).

Esteve à frente da direção do periódico *A Democracia*, que funcionou de 1890 a 1891, e pouco meses depois é nomeado como diretor do *Diário Oficial* (*Gazeta de Notícias*, ed. 00330, 28/11/1891, 12/06/1891, p. 1). Foi candidato ao cargo de deputado federal ao lado de Patrocínio em 1890, não sendo eleito. Em 1892, com a vaga aberta por Aristides Lobo, que foi eleito para o Senado, foi o mais votado para a câmara, mas não foi empossado. Foi uma eleição conturbada, na qual seus adversários já se pronunciavam na imprensa contrários à sua candidatura. Dois argumentos foram utilizados: o primeiro, de que o número de votos alcançados, 1.583, foi irrisório frente aos 30.000 eleitores; o segundo, em razão do seu cargo como diretor do *Diário Oficial*, como uma função de confiança do governo, usado pelo parlamentar Luiz Murat defendido perante a Comissão de Petição e Poderes da Câmara. Diante desses argumentos, Vicente se sentiu injustiçado e se pronunciou sobre esse fato no jornal *O Paiz*, rebatendo um por um os pontos apresentados pela comissão (*O Paiz*, ed. 03786, 12 de setembro de 1892, p. 3).

No início do século XX, esteve presente na criação do *Centro das Classes Operárias*, sendo eleito como seu orador oficial junto com Francisco de Salles. Essa organização foi atuante no apoio aos operários, agindo frente ao Congresso Nacional na elaboração de um Código Civil, no sentido de garantir os direitos do proletariado. Assumiu a presidência dessa organização em 1902, passando a negociar em diversas greves operárias. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00171, 20/06/1903, p. 2; ed. 00265, 22/09/1903, p.1; ed. 00365, 31/12/1903, p.2).

Foi na presidência dessa instituição que Vicente de Souza se envolveu em mais uma Revolta. Em 31 de outubro de 1904 foi aprovada uma lei que tornava obrigatória a vacinação, e contra as sanções penais, foi criada a *Liga Contra a Vacinação Obrigatória* no dia 05 de novembro de 1904, na sede do *Centro das Classes Operárias*. Segundo Benchimol (2003):

O movimento contava com a colaboração dos monarquistas que vinham se organizando em partidos e jornais. Paradoxalmente, aliavam-se aos inimigos encarniçados da véspera os militares que empunhavam a bandeira do republicanismo autêntico contra aquela República bastarda, dirigida por conselheiros e barões renegados do Império. Como membros do Exército, Lauro Sodré e Barbosa Lima mobilizaram oficiais e alunos das escolas militares contra a oligarquia cafeeira paulista, e como parlamentares lideravam a oposição no Congresso. (BENCHIMOL, 2003, p. 273).

Não podemos esquecer que esses descontentamentos foram somados à transformação da cidade em uma capital burguesa, com critérios repressivos direcionados às populações mais pobres: “aquele povo espezinhado via as concreções da modernidade burguesa como símbolos de um poder opressivo, e por isso foram alvos de sua fúria, tanto quanto a vacina” (BENCHIMOL, 2003, p. 276). A perseguição e repressão à população negra, sempre vistas como “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996), chegando até ao culto dos seus orixás e a prática de curandeiros, que fora proibida pelo código sanitário, reforçam a complexidade desse levante. Por isso, o autor considera que esse movimento foi realizado por forças sociais heterogêneas, uma revolta popular contra as medidas discricionárias e segregadoras, em nome de uma “racionalidade” e “embelezamento”, além de outra insurreição militar liderada por Lauro Sodré e Barbosa Lima com o objetivo de depor o presidente Rodrigues Alves. Os primeiros confrontos de populares com as forças policiais iniciaram no dia 10 de novembro, após serem publicadas na imprensa um esboço de um decreto para regulamentação da lei, mas houve uma crescente de insatisfação. O centro da cidade foi tomado pelo confronto, chegando a São Cristóvão, Vila Isabel e outros bairros, envolvendo militares revoltosos que exigiram a demissão do ministro da Justiça. Havia barricadas, 17 bondes foram tombados, além de perseguições, mortos, feridos e centenas de presos, dentre esses, Vicente de Souza.

Figura 12 – Detalhe do jornal



Fonte: Correio da Manhã, ed. 01248, 12/11/1904, p.1

Sua capacidade de mobilização popular mais uma vez pôde ser percebida, assim como sua ligação em defesa com a classe operária, que vai além de uma questão de cientificidade, que Vicente como médico com certeza conhecia, mas que englobava questões de liberdades individuais, além de questões sociais mais amplas, como demonstrado pelo jornal *Emancipação*, “órgão da Liga das Artes Gráficas e do proletariado em geral”:

sujeitando o operário aos processos da experiência científica em nome da presunçosa sabedoria oficial, muito zelosa pela saúde pública, quando se trata de epidemias que proporcionam altas transações com os dinheiros públicos, e tão indiferente aos males que mais nos afligem, quando pedimos proteção para o nosso trabalho, constantemente assaltado pelo capitalismo ganancioso e desumano, como está acontecendo agora com as obras do porto, da avenida e da prefeitura, onde o trabalhador percebe um ordenado que mal lhe chega para um pedaço de charque, intoxicado e mortífero. (*Emancipação*, 1905 apud CHALHOUB, 1996, p. 58)

Sua incansável dedicação ao trabalhador permaneceu com a criação do *Centro Humanitário Lauro Sodré* em 1905, e do qual se tornou presidente. A organização tinha por objetivo auxiliar seus sócios em caso de impossibilidade de manutenção dos seus sustentos, como enfermidade ou velhice, e auxiliar as suas famílias em caso de morte do associado.

Figura 13 – Diploma do Centro Humanitário Lauro Sodré com assinatura do presidente Vicente de Souza



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1336397/icon1336397.jpg

Quando Vicente de Souza veio a falecer em 18 de setembro de 1908, em decorrência de um epiteloma, com apenas 55 anos, ainda estava à frente dessa organização. Várias organizações e vários periódicos prestaram homenagens, sendo lembrado principalmente pela defesa da Abolição da Escravatura e da República, mas não se esquecendo de sua luta em favor dos trabalhadores.

1.3.2 O caráter educacional de seus discursos e de seu posicionamento

Assim como outros jovens negros do período, como os irmãos Rebouças, Vicente de Souza fez de sua formação, de seu desenvolvimento intelectual, uma forma de resistência e combate ao preconceito de cor. Ainda muito jovem, antes de completar 18 anos, Vicente de

Souza já trabalhava como docente no Ginásio Baiano. Quando chega à Corte, a docência foi seu principal meio de subsistência, conseguindo autorização para ministrar diferentes disciplinas (Francês, Filosofia e Português). Ele poderia ter se contentado, pois já tinha conquistado seu espaço profissional, atuando em diversas escolas privadas e acumulado prestígio enquanto educador, sendo convidado para discursar em diversos eventos. Mas seu desejo foi maior e decidiu continuar os estudos em uma das mais importantes instituições educativas da elite imperial, a Faculdade de Medicina, tendo duas diplomações, uma como farmacêutico, outra como médico.

Mesmo com essas formações, Vicente de Souza não largou a docência. Fez diversos concursos, escreveu livros didáticos, deu aula em sua própria residência sobre questões políticas e nas mais diversas organizações de ensino, como no Liceu de Artes e Ofícios, na qual conciliou sua formação enquanto médico e educador. Auxiliou na formação de outros docentes, fazendo parte da Escola Normal Livre e do Atheneu Pedagógico, além de participar em diversas organizações de classes. Como um hábil orador, a tribuna popular foi o local em que utilizou sua experiência enquanto educador, tendo um caráter educacional os seus pronunciamentos pela luta antiescravista e no trato com os trabalhadores. Ressaltamos que além de uma pessoa negra, sua posição enquanto educador de uma importante instituição educativa da elite imperial, como o Colégio Pedro II, era referência para outros jovens negros.

Fez parte, junto com Rebouças, da Sociedade Central de Imigração, a qual sinalizamos que desenvolveu uma proposta de reforma do ensino técnico em 1887. Já no governo republicano, em 1889, é nomeado para uma comissão que visava estudar e organizar um plano de reforma da instrução primária e um programa de exames gerais preparatórios.

A educação da classe operária seria sua defesa, que pode ser comprovada em sua participação em diferentes organizações de classes e na sua capacidade de articulação de bases populares. Ana Luiza Jesus da Costa, ao pesquisar sobre a educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, informa que “para captar as concepções educacionais próprias das classes trabalhadoras e suas ações educacionais, é necessário ir além da forma escolar” (COSTA, 2016, p. 138). Compreendendo que as práticas associativas das classes trabalhadoras desenvolviam estreitas relações com o mundo da escrita e da leitura, como seus estatutos, nas atas, nos relatórios e balancetes, entre outros, defendendo um ‘educar-se das classes trabalhadoras’, no qual os trabalhadores teriam papel ativo e seriam sujeitos na conquista desse direito. Desse modo, a atuação de Vicente de Souza caminharia por essa linha, auxiliando na organização e conscientização dos trabalhadores na busca por uma sociedade mais igualitária.

Iremos destacar neste tópico alguns pontos apresentados por Vicente de Souza, analisando alguns discursos, tentando demonstrar uma preocupação didática em seus pronunciamentos, que eram direcionados principalmente para os trabalhadores. Para isso, tomaremos como base a publicação *O Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte*, e alguns pronunciamentos divulgados na imprensa.

Nos finais da década de 1870, os discursos e conferências promovidas pelo professor e acadêmico de medicina Vicente Ferreira de Souza apresentaram a postura abolicionista desse intelectual, e essa foi sua principal luta na década seguinte. Envolvendo-se em causas sociais, como a seca no nordeste, na libertação de vários/as escravizados/as ou na Revolta do Vintém, Vicente direcionava declarações para as classes populares, e não podemos negar que essas ações e posicionamentos tinham um caráter militante e também educacional. Era preciso apresentar a essa população argumentos que comprovassem a ineficiência da sociedade imperial escravista em aspectos econômicos, políticos e sociais.

O discurso que marca a sua inclusão no debate antiescravista, como falamos anteriormente, foi realizado em 23 de março de 1879, em benefício da *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, da qual Vicente de Souza se torna sócio-honorário. Essa organização, a Tipográfica Fluminense²⁴, foi uma importante organização mútua, criada na Corte em dezembro de 1853, sua atuação foi além de serviços mutualistas, aproximando-se de uma postura de resistência e reivindicação para a classe que representava. Seu caráter educacional precisa ser destacado, pois realizou conferências, como também criou bibliotecas, revelando preocupação com o desenvolvimento intelectual e cultural. Segundo Vitorino (1999, p. 72), com seus fundos auxiliou naquela que é considerada por muitos a primeira greve nacional, a paralisação dos compositores tipográficos dos jornais diários da Corte em 1858.

No prefácio desta publicação, Vicente de Souza defende ideias democráticas e republicanas, e sua crença através de uma transformação popular: “A conferência que ahi tendes, leitores é o brado intimo das convicções seguras e imperterritas de quem, sob a pressão de poderosos e diante da exautoração de direitos, jamais retrahiu-se aos pesados deveres impostos pela causa da democracia pratica” (SOUZA, 1979, p. 3). É interessante observar a preocupação do discursador ao iniciar sua fala, ele conclamou os “cidadãos”, utilizando também

²⁴ Na época, a reprodução de um texto, ou original com tinta em papel, incluía o trabalho da composição, da impressão, da revisão e da estereotipia - era o setor tipográfico. No entanto, mesmo sendo denominada de Associação Tipográfica Fluminense, esta associação representava somente os compositores tipográficos. Os ofícios dos compositores tipográficos e os dos impressores tipográficos eram intimamente ligados entre si, mas representavam duas profissões distintas. Mesmo assim, a representação de classe do setor tipográfico recaía mais sobre os compositores, com os quais se confundia mesmo o conceito de tipógrafo e, mais tarde, o de gráfico.

o termo feminino “cidadãs”, incluindo as mulheres como importantes participantes para o entendimento e a luta política. Fez uma comparação entre o império com as trevas e a república como a luz, “como o imperio que é a negação de todos os bons principios e a republica, que é a affirmação plena dos principios redemptores da humanidade”, ligou a monarquia à escravidão. Império e escravidão se amparam, segundo o autor, pelo “direito da força”:

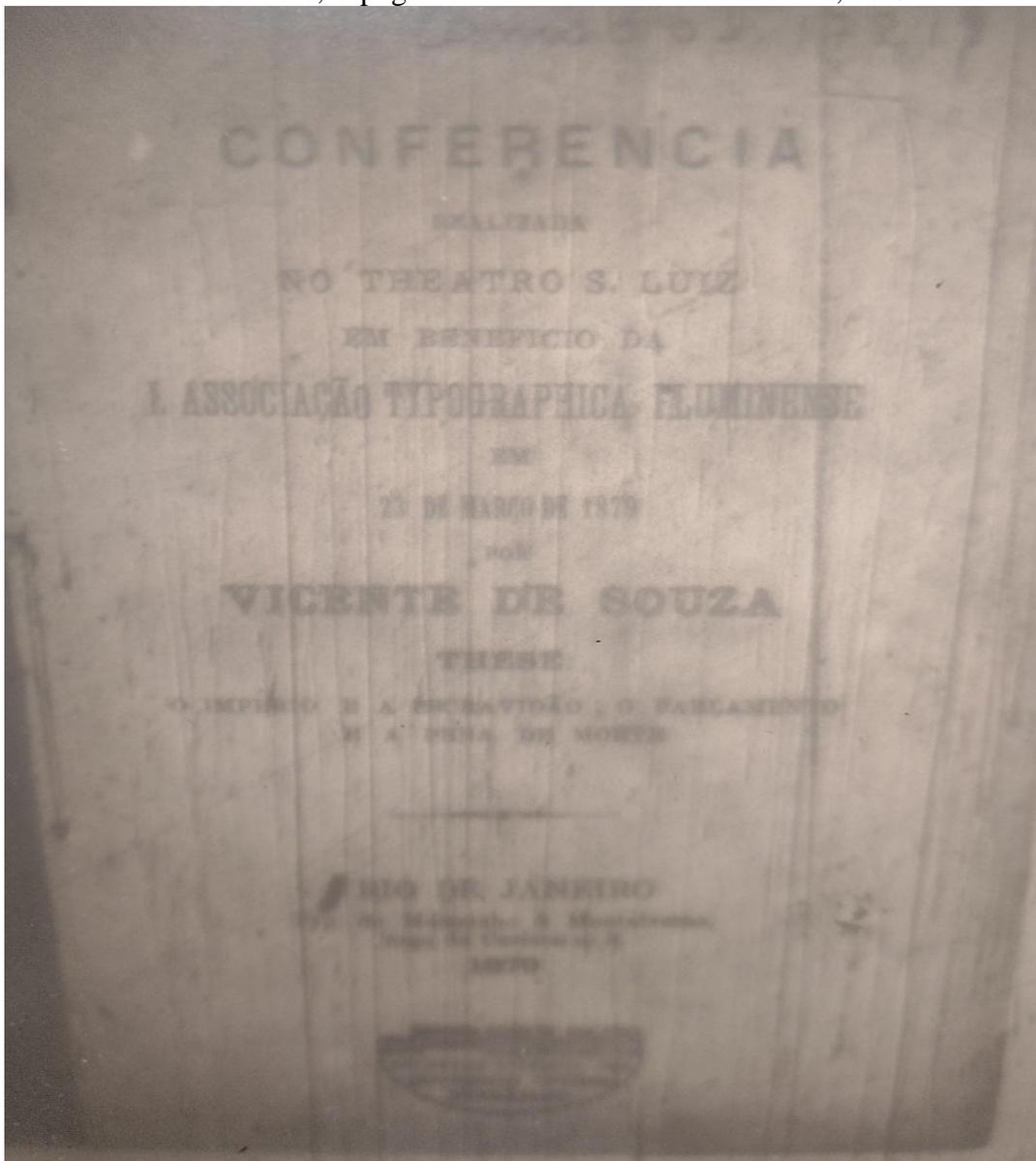
O império, cidadãos, vive, apoiando-se nas armas que oprimem, na opressão que abate, no abatimento que embrutece, no embrutecimento que mata, na morte que aniquila... e até o aquilamento moral que é peor do que a decomposição dos órgãos! A escravidão vive e alimenta-se na ignorância que deprime na depressão que rebaixa, no rebaixamento que avilta, no aviltamento que torna o homem repellente a seus próprios olhos. (SOUZA, 1879, p. 12)

Será a partir desses argumentos, ressaltando o escravizado como aquele “a quem roubaram a pátria, família, razão, liberdade, consciência” (SOUZA, 1879, p. 28), que nos conduz a refletir sobre a construção política e legal da sociedade imperial. Além disso, Souza critica a proposta do Deputado Martin Francisco:

sob o pretexto de evitar crimes de escravos, que atribuía a uma opção consciente destes pela pena de galés (trabalho forçado), propunha a adoção da pena de morte para assassinatos conduzidos por escravos. Embora definindo os africanos como “brutais como a selvageria do hipopótamo, selvagens como a brutalidade de suas guerras, Vicente de Souza atribuía os crimes praticados por escravos ao fato de não lhes ser aberto o caminho do recurso à Lei, sob um argumento de defesa do direito de propriedade dos senhores, que se pautava numa conquista, num roubo da própria humanidade dos cativos. (MATTOS, 2009, p. 59)

Vicente de Souza relatou o roubo dos direitos, expondo sua própria experiência, como vitimado pela realeza e seus direitos de cidadão esquecidos, que poderiam ser compreendidos pelos diversos concursos aprovados e que não foram efetivados. Nesse discurso, Vicente aponta para a causa operária, deixando evidente a falta de políticas econômicas que apoiem o trabalhador.

Figura 14 – Contra-capa da publicação O Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte. Rio de Janeiro, Tipografia De Molarinho e Montalverde, 1879.



Fonte: Rio de Janeiro, Tipografia De Molarinho e Montalverde, 1879. (AMORJ, microfilmes, catálogo 83, P1)

Na conferência realizada em 29 de agosto, depois de uma apresentação do Dr. Ubaldino Amaral que emocionou a plateia falando dos horrores da escravidão em razão da condenação à morte de um escravizado inocente no lugar de outra pessoa, Vicente de Souza foi à tribuna. Ele disse sobre o parlamento, principalmente sobre a atitude do Partido Liberal de não apoiar o projeto de Nabuco, além de apresentar dados recolhidos por Nicolau Moreira sobre a sociedade americana, que, depois de cinco anos de guerra, libertou 4.500 escravizados e ainda assim prosperava (*Gazeta da Tarde*, ed. 00045, 30/08/1880, p. 1). Desse modo, o autor, assim como todo o movimento, tinha o objetivo não apenas de sensibilizar os ouvintes, mas também de

apresentar argumentos políticos e econômicos que auxiliassem na desconstrução da mentalidade escravista.

Já na décima Conferência Emancipadora, Vicente fez um discurso que combateu a visão de inferioridade da raça africana, sendo predestinada à escravidão. Apresentando autores da época, demonstrava, ao contrário, sua superioridade, em sua frugalidade, na capacidade de executar os mais árduos serviços e de amor fraternal, entre os seus pares, mas também aos senhores na dedicação e devoção. Argumentou sobre sua competência e superioridade intelectual, exemplificando com o Egito africano e sua influência na formação de Sócrates, de Platão e de outros filósofos gregos. Em relação à moralidade, revelou dados estatísticos sobre os municípios escravistas e as capitais europeias, afirmando que o africano é muito menos propenso ao crime do que os europeus. Sem deixar de mencionar que o escravizado era levado ao crime pela própria barbárie do sistema escravista, lembrando de todas as atrocidades cometidas pelos senhores, o requinte de crueldades dos castigos físicos e os horrores dos navios negreiros (Gazeta da Tarde, 27/09/1880, ed. 00068, p. 1).

Em 20 de janeiro de 1881, na conferência de número 25, Vicente de Souza expôs a ilegalidade da escravidão com a tese “Não haveria mais escravizados no Brasil si tivessem sido, religiosa e escrupulosamente, cumpridos os inumeros Tratados, Álvaras, Cartas Régias, Leis, Avisos e Regulamentos, feitos desde os tempos coloniaes, para extinguir o hediondo cancro da escravidão” (Gazeta da Tarde, ed. 00018, 21/01/1881, p. 1). Nessa ocasião exibiu um levantamento histórico desde o período colonial com os diversos acordos e tratados feitos com a Inglaterra, em combate ao tráfico de escravizados e outras leis preventivas, demonstrando como a escravidão era uma prática ilegítima.

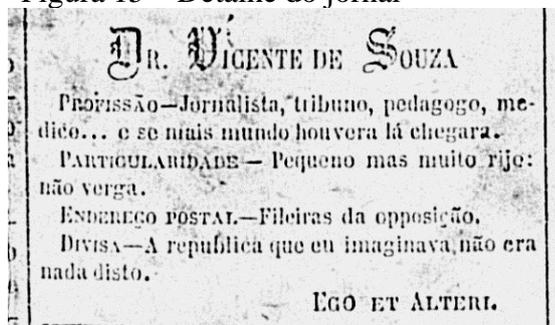
Apesar de não ser um discurso, em 1881 são publicadas as cartas a José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde*, nas quais destacou algumas questões políticas devido à proximidade das eleições. São seis cartas em que Vicente de Souza se coloca principalmente contrário à posição do Partido Republicano, que reconheceu o direito da propriedade escrava com a justificativa das “tradições históricas da constituição do país”. Dessa forma, o partido afirmou que não poderia desprezar todos os direitos e interesses anteriormente fundados, se posicionando contra a “propaganda agitadora”, modo no qual se referia à campanha abolicionista (Gazeta da Tarde, ed. 00237, 12/10/1881, p. 2). Souza, nessas publicações, se assume abolicionista antes de republicano, fato que, segundo ele, já havia revelado diversas vezes na tribuna popular, pois tinha convicção de ser o princípio republicano, “a pratica, a realização de todas as liberdades”. Ele reconheceu os pilares da sociedade escravista:

Penso, com todo fundamento, que, enquanto houver a grande propriedade, com seus escravos, os seus feitores, os seus senhores, os seus filhos, os seus netos, os seus sobrinhos que sahem das fazendas, continuam-se nas academias, projectam-se no parlamento, completam-se nos ministérios; enquanto houver n'esta desgraçada terra – de tradições históricas venerandas – senhores e escravos, a democracia pratica será o ideal de bons videntes; mas nunca a realidade de espíritos sãos. (Gazeta da Tarde, ed. 00244, 12/10/1881, p. 2)

Ao falar das academias, Vicente expôs como o poderio dos grandes proprietários se estendiam para as instituições educativas que eram responsáveis pela formação de uma elite política, gerando um ciclo para sua sustentação. As cartas também relatavam as questões econômicas, políticas, educacionais e sociais, rebatendo todos os argumentos do Partido Republicano para apoiar o sistema escravista. Conforme estamos investigando, a publicação dessas correspondências tinha por objetivo desconstruir os pontos do Partido Republicano para se manter distante dos ideais abolicionistas, alcançando, assim, a grande massa.

Durante a República, Vicente de Souza continuou participando e proferindo discursos e notas na imprensa. Um ano após a proclamação da república, de uma forma bem humorada, já se coloca decepcionado com seus rumos:

Figura 15 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *O Paiz*, ed. 003102, 22/10/1890, p.1

No seu pronunciamento durante o 1º de maio de 1898 fica evidente sua defesa do socialismo:

O socialismo no Brasil, perante a forma republicana, já agora iludida e falseada em todas as relações que serviram de base à propaganda e às promessas, recolhe no seu seio a grande multidão dos que esperam ainda a verdade do republicanismo radical. Não há, não pode haver antagonismo entre as duas denominações pois que o socialismo, em sua inteira e exata acepção é a forma social e política que realiza todas as promessas, todas as aspirações e todas as soluções do problema republicano. (SOUZA apud BATALHA, 1995, p. 29)

Dentro do Centro das Classes Operárias, Vicente de Souza defendeu o operariado brasileiro e seus direitos. Na eleição marcada para 1901, o Centro se pronunciou através de um

manifesto publicado em jornais, no qual criticava que a possibilidade do voto ainda não tinha alcançado grande parte dos brasileiros, e apresentava alguns conceitos do socialismo, segundo César de Paepe²⁵ (*O Paiz*, ed. 06288, 26/12/1901, p. 4). Na elaboração do Código Civil pelo Congresso Nacional, em seu discurso falou da necessidade de se “preponderar as modernas idéias da emancipação do proletariado, de todas as opressões dos sistemas tradicionais, subsistentes” (*Cidade do Rio*, ed. 00135, 10/03/1902, p. 1). E é interessante perceber que nessa conferência, essa organização já trazia como tema a questão feminina, pois foram nomeadas quatro comissões para estudar e apresentar propostas sobre algumas temáticas: relações entre operários e patrões; direitos e garantias dos operários na sociedade civil; direitos e garantias das operárias; direitos e garantias da mulher na sociedade civil.

No ano de 1902, esteve à frente da coluna “Questão social” na *Gazeta de Notícias*, na qual apresentava a doutrina socialista e defendia os interesses das classes operárias, “labuta em comum para os resultados econômicos em comum” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00216, 04/08/1902, p. 2). Foram encontrados onze artigos entre os meses de junho a agosto, e a primeira defesa de Vicente foi com relação a alguns autores que conectam problemáticas sociais e econômicas à questão moral, “dizer e aconselhar a famintos que atendam às preleções sobre moral individual, referentes a família, à sociedade civil e á política... enquanto o estomago exige pão” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00173, 22/06/1902, p.2). Questionou o termo “civilização”, dado às sociedades ocidentais que, através da força e da guerra, impuseram sistemas de dominação, “soberanos e de súbditos”, “capitalistas e assalariados”. Souza deixa claro que compreende o trabalhador escravizado como o primeiro operário rural, que foi trocado pela mão de obra branca, problematizando a questão territorial que há mais de vinte anos já havia sido denunciada pela Central de Imigração. Ele apresenta um olhar cauteloso sobre o trabalhador e suas necessidades, discursando sobre os baixos salários que produzem a fome, a dificuldade das famílias de manterem seus filhos na escola, devido à necessidade do trabalho infantil para complementar a renda, assim como questões de transporte e de habitação para os trabalhadores.

Esses só são alguns exemplos de pontos tratados por Souza em seus discursos e notas jornalísticas. A sua trajetória, assim como suas palavras, evidencia um pensamento em defesa dos trabalhadores e seus direitos, seja no Império ou na República, seja a mão de obra escravizada ou a classe operária assalariada. Em todos exemplos revistos, inferimos que Vicente

²⁵ César de Paepe nasceu na Bélgica em 1841 e morreu na França em 1890, foi médico, líder socialista, sindicalista e influente membro da Associação Internacional dos Trabalhadores. Ficou conhecido pelos contemporâneos como o defensor do “coletivismo”, justificou a propriedade social tanto na justiça social como na esfera econômica (WHITHAM, William. CÉSAR DE PAEPE E AS IDEIAS DA PRIMEIRA INTERNACIONAL. *Modern Intellectual History*, Volume 16 , Issue 3 , November 2019 , pp. 897-925).

de Souza não somente defendia seus ideais como tinha uma preocupação didática em apresentá-los na tribuna popular ou na sua divulgação na imprensa, e ao direcionar-se às classes mais carentes auxiliava na construção de consciência crítica em relação à forma que viviam.

A participação efetiva em diversas organizações de classes e de ensino, desde final da década 1870, demonstra essa preocupação com a educação das classes populares, principalmente de trabalhadores, uma preocupação que inclui questões políticas e sociais mais amplas. Dessa forma, o combate antirracista foi uma constante em suas ações, exaltando seu pertencimento racial e apresentando dados sobre a capacidade intelectual e moral dos africanos e seus descendentes, inclusive através de seu próprio exemplo. Seus atos e pronunciamentos estavam voltados para mobilizar trabalhadores populares e estimularam o engajamento político e educativo desses sujeitos.

1.4 Cacilda Francioni de Souza: por uma educação feminina

Figura 16 – Cacilda Francioni de Souza



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
O Século, ed. 1560, 2/11/1915, p. 1

Quando a verdadeira história da causa antiescravista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres.

Frederick Douglass

A Conferência Abolicionista realizada em 10 de agosto de 1886 no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, teve a participação da soprano russa Nadina Bulicioff apresentando a peça *Aída*, que trata da história da filha do rei da Etiópia que fora escravizada. Além da atração principal ser uma cantora e de contar a história de uma personagem feminina, na imagem representada pela *Revista Ilustrada* podemos observar um número considerável de mulheres por todo teatro. No palco, um grupo de senhoras e uma criança que segura um buquê de flores; no lado contrário, outro grupo representando as sete escravizadas que foram libertadas, uma delas sendo abraçada por Nadina, e ao centro, José do Patrocínio com as tão representativas cartas de liberdade.

O protagonismo de mulheres no movimento abolicionista, sinalizado na epígrafe deste tópico por um dos grandes abolicionistas norte-americanos, Frederick Douglass, trouxe outra compreensão do movimento. Apesar dos vários estudos que já trabalham essa temática, de acordo com Silva (2014, p. 33), “revisando a produção historiográfica que trata do movimento abolicionista, é possível perceber que existe um hiato historiográfico acerca da participação feminina num período tão importante da história do Brasil”. Alonso (2015), que não trata exclusivamente desse tema, mas pesquisa o movimento abolicionista como um movimento social, destaca três portas pelas quais as mulheres adentraram nesse movimento: a primeira, pela filantropia realizada por senhoras da alta extração social; a segunda, ao lado de alguém do seu seio familiar, como maridos, irmãos, pais, cunhados, entre outros; a terceira, pela arte, como cantoras, atrizes, instrumentistas, poetisas, entre outras profissões. Segundo esta autora:

Os abolicionistas chamaram as senhoras para proteger a campanha das ameaças escravistas de invadir seus eventos e para avolumá-los. Mas elas acharam outras ocupações para além de escudo. Indo às conferências-concerto como quem vai à ópera, muitas passaram de politicamente incapazes a cidadãs da política das ruas. (ALONSO, 2015, p. 147)

Seguindo essa linha investigativa, Wladimir Silva (2014), assim como os trabalhos de Eduardo Silva (2018) e Maria Helena P. T. Machado (2018), reconhecem o engajamento político feminino como algo fundamental ao movimento, e se referem à participação tanto de mulheres da elite como mulheres das classes populares, inclusive escravizadas.

É nítido que a vivência no cativeiro marcou homens negros e mulheres negras, porém não podemos deixar de pontuar que o regime teve formas de atuação, de subjugação e de

exploração que imprimiram traços diferenciados entre os corpos feminino e masculino. A mulher, para além de ter sua força de trabalho explorada, como qualquer trabalhador escravizado, sofreu com abusos sexuais, sofreu com sua capacidade genitora, sofreu enquanto mãe (DAVIS, 2016). Machado (2018) analisa como as mulheres escravizadas encontraram espaço de luta e resistência dentro do movimento abolicionista, utilizando-se da retórica da feminilidade maternal que lhes fora negada, alcançaram o campo jurídico, as associações e os livros de ouro, se tornando maioria nos processos de libertação. A autora destaca o trabalho de Camillia Cowling que analisa os processos jurídicos de libertação solicitados por escravizadas tanto para si como para seus filhos no Rio de Janeiro e em Havana, chamando a atenção para um dado até então desprezado pela historiografia do período, de que as mulheres foram presença marcante, e talvez até majoritária, no campo judicial, um meio no qual as escravizadas se apropriavam da representação da mãe de família para reivindicar e conquistar sua liberdade, dos seus maridos e filhos.

Figura 17 – Ilustração do periódico Revista Illustrada



Fonte: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Século, ed. 1560, 2/11/1915, p. 1

Os questionamentos apresentados até o momento nos fazem pensar sobre a atuação de uma mulher negra que, apesar de livre, tinha sob a pele evidências que poderiam demarcar ou limitar seu lugar em uma sociedade escravista e patriarcal. Cacilda Francioni de Souza viveu no período da escravidão e do pós-abolição, militou na causa abolicionista, fez do magistério sua carreira profissional e se sobressaiu na produção de livros didáticos sobre literatura. Sua vida chama a atenção para as táticas que diversos homens negros e mulheres negras utilizaram nesse período para superar as dificuldades, “muitas vezes convertendo-as em oportunidades para atingir seus objetivos, permitindo que alguns deles conquistassem um lugar e uma identidade reconhecidos naquela sociedade desigual” (VILLELA, 2018, p. 348).

Diferente das análises desenvolvidas na trajetória de Rebouças, Patrocínio e Souza, iremos nos concentrar mais na sua vivência, experiência e atuação profissional, do que em seus

discursos ou argumentações sobre a questão educacional. Penso que os modos e os meios de registros da História, os processos de seleção e preservação à ação do tempo, assim como a ênfase dada a determinados grupos sociais, demonstram as desigualdades socialmente estabelecidas que perpassam por aspectos de classe, gênero e raça. Apesar dos estudos referentes ao movimento abolicionista brasileiro, assim como sobre a intelectualidade do período, comecem a destacar diversos intelectuais negros que militaram pela causa, mas ainda carecem de pesquisas que deem visibilidade para as ações femininas, principalmente de mulheres negras. Para além de reconhecer essas personalidades como sujeitos históricos, é preciso criticar os modos de construção da memória coletiva que ainda menosprezam certos grupos.

1.4.1 Formação e militância na conquista pela intelectualidade feminina

Cacilda Rachel da Costa Francioni nasceu em 18 de junho de 1858 na cidade do Rio de Janeiro, filha de Leopoldina Augusta Francioni, passando a se chamar Cacilda Francioni de Souza a partir do casamento com Vicente de Souza em 1880 (*Jornal do Commercio*, 12/02/1879, ed. 00043, p. 3). Não temos muitos detalhes sobre seus pais e sua origem social, mas sabemos que era irmã de Carolina Alexina Francioni, que também se tornou professora na Corte.

Ambas estudaram no Collégio Espírito Santo, instituição de educação feminina dirigida pela Professora Luiza de Carvalho Barradas Alves. Naquele momento, grande parte da população livre das cidades brasileiras era composta por pessoas negras, mas como nos adverte Pinto, “numa sociedade escravista, por óbvio, não importava o caminho tomado, uma pessoa negra e livre sempre seria interpelada pelos assuntos e espaços do escravismo” (PINTO, 2018, p. 184). A formação primária em uma escola privada na Corte, que segundo o anúncio foi frequentado por distintas senhoras, mostra um diferencial. Não sabemos se foram apadrinhadas ou tinham boas condições financeiras, mas percebemos que tanto Cacilda como sua irmã foram aprovadas com distinção pela instituição em 1874.

Também fez parte de sua formação a educação musical realizada pelo Conservatório de Música, ainda na década de 1860, do qual Cacilda recebeu menção honrosa por seu desempenho

no canto e no piano. Foi por essa porta de entrada, pela arte musical, que essa jovem entrou no embate abolicionista.

Em sua formação secundária, Cacilda passou a frequentar a Escola Normal Livre da Corte. Conforme já comentamos, a Escola Normal Livre foi uma iniciativa particular de professores que desejavam investir em uma formação específica para o magistério, foi uma instituição privada que contou com recursos públicos, atendeu ambos os sexos, teve a frequência e matrículas gratuitas, e na qual Vicente de Souza trabalhou como professor de Português nos anos de seu funcionamento.

Na dedicatória de seu livro, *Resumo da História Literária*, Cacilda informa que trabalhava no magistério desde 1875, com apenas 17 anos. Ela ofereceu essa obra às suas alunas, afirmando que a docência seria a “carreira mais elevada e mais útil, a que se destina a mulher em qualquer nação cultivada pelo saber, pela moral e pelo civismo” (SOUZA, 1902, p. V). É interessante observar como usa essa parte de seu livro para incentivar e ressaltar a posição da mulher na busca por educação e por uma carreira profissional.

Em 1877 foi nomeada como professora adjunta interina, junto com sua irmã, pelo Ministério do Império para atuarem nas turmas do primeiro ano (*O Globo*, ed. 00050, 18/02/1877, p. 2). Já em 1879 passaram a atuar como professoras adjuntas efetivas (*Jornal do Commercio*, ed. 00006, 06/01/1879, p. 1). Em 1881, trabalhava como docente na Escola Pública da Freguesia da Candelária, e sua atuação já era noticiada em alguns periódicos, como no *Jornal do Comércio*, quando foi mencionado que as “Sras. DD. Cacilda de Souza e Carolina Franccioni, acompanhadas das alumnas da mesma escola, offerecerão hontem á professora Guilhermina de Azambuja Neves uma penna de ouro delicadamente lavrada” (*Jornal do Comércio*, 06/06/1881, ed. 00156, p.1). A referida professora Guilhermina²⁶ foi uma mulher de destaque no magistério público da época, escrevendo livros didáticos para serem usados na instrução primária do período, o que revela que Cacilda possuía e buscava o contato com outras mulheres de destaque na docência.

²⁶ Guilhermina de Azambuja Neves, natural do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira no magistério público em 1866, sendo nomeada professora da escola pública de meninas da Candelária. Nas décadas de 1870 e 1880, dirigiu o colégio particular para meninas Azambuja Neves. Casada com Arthur Franklin de Azambuja Neves, da Inspeção de Instrução Primária e Secundária da Corte, Guilhermina publicou alguns textos nos quais defendia a introdução de metodologias de ensino intuitivo, como as obras: *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercícios* (1881); *Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercícios e problemas sobre as quatro operações* (1882) e *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, colleccionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* (1875, 1883) (SCHUELER; TEIXEIRA, 2008).

Na década de 1880, Cacilda passa a frequentar a Escola Normal da Corte²⁷. Em um relatório apresentado pela Instrução Primária e Secundária ao Ministério do Império, Bandeira Filho, inspetor geral da instrução, argumenta:

Tenho empregado as medidas ao meu alcance para induzir os adjuntos a frequentarem as aulas da Escola Normal, a fim de habilitarem-se para os exames e aumentarem os seus conhecimentos em vantagem do ensino. Na primeira visita que fiz á escola Normal, verifiquei que bem poucos professores adjuntos aproveitavam-se do ensino gratuito fornecido naquela instituição, creado pelo Estado para auxiliar o preparo do professorado público. (Relatório do Estado da Instrução Primária e secundária, 15/02/1884)

No mesmo documento, o nome de Cacilda Francioni de Souza aparece como professora adjunta que assumiu a direção interina da 2ª. Escola Primária de Meninas da Freguesia de Santana, no curto período de 27 de agosto a 09 de setembro de 1883. A Escola Normal se tornou um espaço de formação para o magistério, e que foi frequentado por Cacilda enquanto aluna até aproximadamente 1887.

Ao lado de seu esposo, Cacilda passa a frequentar e a se apresentar nas *Conferências Emancipadoras*, que, conforme mencionamos, foi uma série de eventos importantes para a campanha abolicionista e realizados entre 1880 e 1881. Ela conjugava a luta abolicionista com a carreira docente, como professora adjunta da escola pública da freguesia de Candelária.

Ela foi reconhecida pelo movimento como a primeira mulher a participar da causa na conferência de número 28, idealizada para reconhecer e dar visibilidade à participação feminina na causa da abolição (Gazeta da Tarde, 07/02/1881, ed. 00033, p. 1). A conferência contou com grande público feminino, e, no mínimo, seis figuras femininas se apresentaram. O orador Vicente de Souza agradeceu o envolvimento de mães, esposas, irmãs e filhas que estavam na luta abolicionista, destacando a participação de sua senhora: “A Phantasia do Fausto para violino e piano pela Sra. D. Cacilda de Souza, a primeira do seu sexo a prestar auxilio á Santa Causa da Abolição, e pelo violinista Cantalice foi interrompida várias vezes por bravos e coroadas por flôres e geraes aplausos” (Gazeta da Tarde, 07/02/1881, ed. 00033, p. 1).

Assim como Cacilda, Guilherme Cantalice era um jovem negro que participou ativamente da parte musical desses eventos. Cantalice era violinista e sua primeira apresentação dentro das conferências foi ao lado de um menino branco chamado Alberto da Motta, desejando

²⁷ A Escola Normal da Corte foi criada pelo decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, que determinou novos rumos para a educação superior no Império e no ensino primário e secundário no município da Corte. Conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho, era uma iniciativa que visava a modernização do Estado, investindo e reformulando instituições educacionais. Para isso, seria necessário também um projeto de formação e profissionalização docente, nas quais a instalação de escolas normais seriam necessárias.

a sensibilização do público, apontando para a possibilidade de construção de uma nova era, onde todos os negros e não negros pudessem estar juntos (*Gazeta da Tarde*, 06/12/1880, ed. 00128, p. 1). Outro artista negro que se apresentou com Cacilda e Cantalice foi o professor Viriato. A experiência de Cacilda, Viriato e Cantalice nos permite pensar na participação de artistas negros nas conferências emancipadoras, revelando a inserção de uma camada profissional popular que encontrou no abolicionismo uma possibilidade de atuação profissional, política e social, meios de visibilidade, reconhecimento público e posicionamento político.

A partir de 1881, vários nomes femininos ganharam destaque nas apresentações artísticas do movimento. Podemos citar, além de Cacilda de Souza, Joronyma Moraes Sarmiento, D. Engelina Accioli, Alice Clapp, Eugenia Baldraco, Carlota Luiz, Luiza Regadas, Luiza Mallio, Esmeralda A. Marques, Honorina Rosa Ferreira, Joanna Midosi, entre outras. Porém, a participação feminina não ficou restrita à ornamentação, decoração e apresentações artísticas, mas também na fundação de organizações exclusivamente femininas²⁸.

Na *Gazeta da Tarde* foi divulgado: “No dia 14 de dezembro, às 7 horas da tarde, terá lugar a inauguração dessa auspiciosa Associação, fundada por illustres senhoras, dedicadas á Santa Causa da Abolição” (*Gazeta da Tarde*, 13/12/1880, ed. 00134, p. 2). De acordo com Eduardo Silva (2018), sob a proteção do Capitão Emiliano Senna, homenageando seu genro e abolicionista de destaque José do Patrocínio, surge essa organização totalmente feminina. Evaristo de Moraes descreve o seguinte:

Foram primeiras diretoras D. Virgínia Vila Nova, D. Adelina dos Santos, D. Henriqueta Senna. A comissão executiva ficou composta de D. Eponina Senna, Cacilda de Souza e Rosalina de Senna. A vida do clube não foi longa, mas seus serviços foram reais, e a sua influência, grande na modificação da atitude de muitas senhoras que, antes, temiam se manifestar acerca do assunto. (MORAES, 1986, p. 52)

Conforme pode-se verificar, o nome de Cacilda é descrito pelo autor na diretoria executiva dessa organização, que posteriormente foi presidida por Elisa Sarmiento, além da vice-presidente Virginia Villanova, da tesoureira Henriqueta de Senna e da secretária Carolina de Vasconcelos (*Almanak Laemmert*, ed. 0038, 1881, p. 629). Esta organização realizou eventos, esmolou pela causa e entregou cartas de liberdade. Dentro dessa associação, a figura feminina esteve à frente de cargos de liderança desenvolvendo habilidades políticas, como

²⁸ Lembramos que a inclusão de mulheres em organizações abolicionistas já acontecia desde a década de 1860, como na *Sociedade Libertadora 7 de Setembro* da Bahia, que aceitou mulheres em sua sociedade (em 1871 contava com 512 sócios, das quais 15 eram mulheres), além de adotar a política de libertação de mulheres escravizadas, principalmente as mais jovens. Compreendemos que tais ações não estabeleceram condições igualitárias de participação entre homens e mulheres, como podemos comprovar em sua diretoria totalmente masculina. Mas, abriu caminho para se pensar as diferenças entre as vivências e experiências femininas e masculinas dentro do processo de escravidão e do próprio abolicionismo.

mostrado por uma diretoria inteiramente feminina, e à frente dos discursos e em sessões solenes, da qual falaremos mais adiante.

É interessante observarmos sua ligação com a família de Emiliano Senna na região de São Cristóvão. Ali foi fundada a *Escola Nocturna e Gratuita da Cancellia*, da qual já mencionamos e que iremos nos concentrar em suas práticas no próximo capítulo. Algo que também chama a atenção é uma proposta da Escola da Cancellia em criar um curso para o sexo feminino:

A diretoria da escola nocturna e gratuita da Cancellia resolveu levar a effeito a criação de um curso para o sexo feminino, annexo ao seu importantíssimo estabelecimento de educação popular.

Idéa, ha muitos annos, concebida pelo digno fundador da escola da Cancellia, a criação de aulas para mulheres será mais um relevante serviço prestado ao bairro de S. Christovão. (Gazeta da Tarde, Ed. 00237, 16/10/1882, p. 1).

Ainda que esse desejo necessite de uma maior investigação para que comprove a sua efetivação, a própria intenção de criação nos faz indagar sobre as relações de gênero dentro do abolicionismo. Será que essa proposta partiu das senhoras dirigentes do Club Abolicionista José do Patrocínio? A atuação de Cacilda, enquanto educadora, teria influenciado uma visão da necessidade da educação para escravizadas e libertas?

O que sabemos é que Cacilda participou de outras sociedades mistas, sendo homenageada por algumas, como na inauguração do *Club Central dos Libertos*: “as senhoras Cacilda de Souza e Julia Regadas receberam o título de sócios benemérito, título este que demonstra reconhecimento por suas ações” (Gazeta de Notícias, 20/03/1882, ed. 778, p. 1).

Apesar de comprovarmos um incentivo dos abolicionistas para participação feminina no movimento, quando foi criada a Confederação Abolicionista, em 1883, nenhuma mulher foi convidada a fazer parte de sua diretoria, “fosse na ‘comissão deliberativa’, composta por três representantes de cada uma das 15 sociedades confederadas, fosse na ‘comissão executiva’” (SILVA, 2018, p. 347). Houve, de fato, uma ampliação da participação das mulheres na esfera pública e política, mas um longo caminho pela ocupação de espaços e direitos políticos e civis ainda estava se desenhando.

A participação efetiva de Cacilda Francioni no movimento abolicionista ocorreu não somente na parte musical, mas compondo diretorias de sociedade, ao mesmo tempo que exercia e investia na carreira docente, o que nos leva a questionar: qual o significado de ter como referência uma professora negra e abolicionista na formação de crianças em uma escola pública em plena sociedade escravista?

No período do pós-abolição, Cacilda continuou trabalhando no magistério, assumindo funções de destaque. Em 1890, Cacilda assumiu a diretoria da 2ª. escola feminina primária do

2º. Grau, e passa a fazer parte do Conselho Diretor de Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Já em 1892 assume as cadeiras de português e caligrafia, acumulando também o cargo na direção da escola para meninas (*Almanak Laemmert*, 1893, ed. A0050, p. 1330). A instituição dirigida por ela no Largo do Machado era vista como referência pelo número de alunas que a frequentavam, chegando a 120 alunas no ano de 1897 (*O País*, ed. 4901, 06/05/1898, p. 2).

Uma nota é bastante interessante para nossa pesquisa, pois descreve uma visita de sua escola a uma fábrica de estearina, na qual a diretora e o professor de química, física e história natural acompanharam as alunas, sendo resumido os objetivos da visita:

Com o intuito de firmar e ampliar os conhecimentos adquiridos nas aulas de physica e química, conduzi a essa fabrica algumas das alumnas da escola sob minha direcção. Aqui a vista dos processos industriais utilizados na economia publica e domestica, ellas poderão formar idéas claras e exatas do que têm aprendido n´esse ramo especial do ensino primário superior.

E, satisfeita por ter encontrado estabelecimento tão aperfeiçoado e notavelmente dirigido pelo Sr. Delforge, continuo a crêr que as officinas e as fabricas são o complemento indispensável das escolas.

Cacilda Francioni de Souza,
Diretora da 2ª Escola do 2º Gráo

Capital Federal, 16 de outubro de 1894 (*A Notícia*, ed. 0035, 22/10/1894, p. 3)

Ao levar o corpo discente para uma aula de campo, Cacilda demonstrava preocupação com a relação entre teoria e prática. Tratando-se de uma escola para meninas, essa preocupação mostra um ensino que pensava para além da formação de boa esposa ou dona do lar, comum ao período, mas que incluía um olhar crítico aos meios de produção. Apesar de a estearina ser utilizada na confecção de vela, sabão e sabonetes, produtos anteriormente delegados ao trabalho feminino, nesse período, principalmente nas grandes cidades, as fábricas e indústrias já se dedicavam a esse mercado. A professora ressaltava que esse aprendizado era importante na economia doméstica, como também na pública, o que podemos relacionar com o trabalho feminino operário. De igual forma, defendeu que a conexão entre os processos de produção e a escola eram fundamentais ao ensino.

Parece-nos que uma das funções que lhe deu mais prazer foi quando assumiu a cadeira de Português e Literatura, em 14 de abril de 1897, na Escola Normal da Corte, segundo suas palavras: “Na situação de lente da escola normal, acolhi, ensinei, distingui, justamente, a muitas discípulas, hoje, colegas, dignas de oferta e dedicatória semelhante” (SOUZA, 1902, V).

Sua nomeação aconteceu com a do professor negro Hemetério José dos Santos²⁹ no curso noturno (*Almanak Laemmert*, 1898, ed. A0055, p. 290). O professor Hemetério participou do movimento abolicionista, proferiu o discurso da 34ª Conferência Emancipadora, também doou livros de sua autoria para a Escola da Cancellaria, mas sua principal atuação estava no campo político-pedagógico. É interessante observarmos a participação de professores negros no curso noturno da Escola Normal do Distrito Federal. De acordo com Silva (2000), Coema Hemetério dos Santos Pacheco, filha do professor Hemetério Santos, entrou para o curso noturno dessa instituição em 1895, o que nos permite pensar na possibilidade dessa jovem ter sido aluna de Cacilda Francioni. Já em 1911, Coema assumiu como professora substituta a cadeira de português do curso noturno dessa instituição, presumimos que tenha assumido a vaga que era ocupada por Cacilda. Será coincidência a indicação de pessoas negras para o cargo docente do curso noturno? Quais sujeitos fariam parte do corpo docente do curso noturno nessa instituição? Como professora negra, Cacilda poderia ter influenciado positivamente outras jovens negras à carreira docente?

Sua dedicação aos estudos e à docência teve como consequência a escrita de três livros de sua autoria. A primeira publicação que conhecemos é de 1895, um relatório apresentado à diretoria geral da Instrução Municipal da Capital Federal, denominado *O ensino público primário na França e na Itália*, sendo assim apresentado pela *Revista Illustrada*, “um bom repositório de informações e de factos observados pela auctora, que com esse livro prestou um bom serviço ao ensino publico” (*Revista Illustrada*, 1895, ed. 00677, ano 20, p. 6). Outras duas publicações foram dedicadas ao ensino da literatura, *Noções de Litteratura Nacional* (1896) e *Resumo da História Literária* (1902). Sobre esses trabalhos, a autora afirma:

São dois livros, partes inseparáveis no curso do ensino das letras pátrias, estes confiados ao juízo dos capazes; são a prova do labor, do estudo, recorrendo às melhores fontes, comparando opiniões de projectos, respigando, recolhendo, compilando e, conseguindo, conforme a meu juízo e a meu empenho, doar aos letrados livro de codificação das produções da mente inspirada e esclarecida de meus compatriotas. (SOUZA, 1902, p. VII)

²⁹ Hemetério dos Santos nasceu em 1858 na cidade de Codó, no Maranhão, filho de uma escrava chamada Maria, foi registrado como livre. Chegou muito jovem na Corte (16 anos), onde conseguiu ser professor trabalhando em instituições reconhecidas como a Escola Normal do Distrito Federal e o Colégio Militar, sendo o primeiro professor negro dessa instituição. De acordo com Santos (2019), Hemetério fez do magistério sua carreira e espaço para luta contra o sistema escravista e racista. Apesar de não estar na linha de frente do movimento abolicionista, escreveu livros que falavam do sistema escravista e da necessidade de enfrentamento deste, fez alianças com abolicionistas, participou das conferências e se dedicou a um combate antirracista no campo político-pedagógico.

Naquele momento, a imprensa começou a relatar o trabalho bibliográfico de mulheres. Sobre o livro *Noções de Litteratura Nacional* e outras obras femininas, há um comentário em *O Paiz*:

Há dias a estimada professora publica D. Cacilda de Souza appareceu também com um livro didáctico, um simples livro de leitura em cujas as páginas os nossos prosadores e poetas, segundo me consta, são biographados, e commentados com singular intelligência.

Satisfazem-me todas essas manifestações da actividade litteraria de algumas senhoras brasileiras que não se limitam a desempenhar na sociedade o papel a que as mulheres se acham reduzidas pelo egoísmo dos homens, e reclamam dignamente o direito de pegar a penna para dizer o que pensam e o que sentem. (*O Paiz*, 05/07/1896, ed. 04294, p. 1)³⁰

A nota não somente traz boas recomendações do livro como destaca seu caráter didático e sua singularidade em trabalhar somente autores brasileiros. De igual forma, exalta o trabalho de escrita das senhoras brasileiras³¹, que naquele momento estavam ganhando espaço no campo intelectual.

De acordo com Guimarães (2011), esta publicação tinha por objetivo auxiliar suas alunas de acordo com o programa oficial da época, através do Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, que regulamentou a educação primária e secundária no Distrito Federal. O autor declara: “o compêndio da professora Cacilda F. de Souza foi publicado com o título igual a um dos pontos de estudos do segundo ano que aparece no Decreto Ministerial. Desta forma, podemos concluir que foi escrito para as aulas daquele ano” (GUIMARÃES, 2011, p. 4).

Trata-se de um trabalho extenso com 410 páginas, publicado por Laemmert & C. Editores, dividido em duas partes, contendo na primeira parte um resumo da história literária brasileira do século XVI ao século XIX e a biografia de autores contemporâneos, e trechos de obras literárias desses autores na segunda parte, destacando autores brasileiros. O que revela uma posição política, mas também uma estratégia para alcançar certa área ainda não explorada.

³⁰ Nesta matéria é comentado o trabalho de mais duas escritoras: Julia de Almeida, com o *Livro das Noivas*, e Ignez Sabino, com as obras *Mulheres Illustres do Brazil e Noites brasileiras*.

³¹ Outras professoras também se dedicaram à autoria de livros didáticos nos oitocentos, como a já citada Guilhermina de Azambuja Neves. Sobre a temática de professoras e autoras de livros didáticos, consultar Silva (2008) e Teixeira (2010).

Figura 18 – Detalhe do jornal

LAEMMERT & C. EDITORES
 ACABA DE SAHIR A' LUZ E ACHA-SE A' VENDA
NOÇÕES
 DE
LITTERATURA NACIONAL
 POR
D. CACILDA FRANCONI DE SOUZA
 Directora da 2ª escola primaria do 2º gráo
1 volume nitidamente impresso de 410 paginas Preço... 5\$000.

É a primeira vez que se publica uma obra genuinamente nacional, para o ensino da litteratura brasileira. É, pois, uma lacuna que vem de preencher a illustrada auctora, com a publicação do seu livro.

Por andar ao methodo didactico, a obra se acha dividida em duas partes: a primeira comprehendendo o resumo da historia patria, do seculo XVI ao XIX e a biographia dos escriptores contemporaneos; a segunda parte — trechos selectos d'esses escriptores.

Tendo por fim dar ás escolas primarias trabalho que lhes sirva de conhecimento da vida e obras de escriptores nacionaes, desde o descobrimento colonial até a proclamação da Republica, este livro encerra exclusivamente biographias e produções de escriptores nacionaes — dispostas de fórma que sirvam para leitura expressiva, exercicios de memoria e recitação.

Das mesmas editores:
 Estudos da litteratura contemporanea, por Sylvio Romero, 4 vol. enc. 1\$000
 Estudo sobre a poesia popular do Brazil, por Sylvio Romero, 1 grosso val. enc. 5\$000

Rio de Janeiro | S. Paulo
 66 RUA DO OUVIDOR 66 | 25 RUA DO COMMERCIO 25

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta da Tarde, 15/08/1896, ed. 00226, p.3

Os editores anunciaram o lançamento da obra em diversos jornais, sendo o livro vendido por 5\$000. Em alguns anúncios, o livro de Cacilda ganhava destaque, mas os editores aproveitavam para anunciar, em menor destaque, outras publicações sobre literatura como as obras de Silvio Romero. Esse fato nos permite comparar o valor cobrado pelas obras de Silvio Romero e a obra de Cacilda; o livro *Estudos da Literatura Contemporânea* do autor custava 4\$000, um pouco abaixo da obra da professora, já o livro *Estudo sobre a Poesia Popular no Brasil* custava 5\$000. Não podemos esquecer o embate estabelecido entre Silvio Romero, Vicente de Souza e Patrocínio, no qual Cacilda indiretamente participou. Ela estaria na parte musical da conferência da qual Silvio Romero não compareceu, e como uma pessoa negra que estava à frente das conferências, as palavras de Romero também lhe atacaram.

Apesar de um grande número de recomendações e críticas positivas, o livro não foi aceito pelo Conselho de Instrução Municipal:

As Noções de Litteratura Nacional, da distincta professora D. Cacilda de Souza, já foram adoptadas em diversos estabelecimentos de ensino e esperamos que algum dia o serão tambem nas escolas municipaes. O Conselho de Instrucção, louvando-se do parecer do Dr. Guimarães Rebello, o qual proclama convictamente <<zelador da

pureza do dizer vernáculo>> (sic), entendeu o livro deficiente da Sra. D. Cacilda, por não incluir trechos de autores portugueses clássicos.

Ora, nós pensamos que essa exclusão constitui justamente um dos seus títulos mais recomendáveis.

Trata-se de uma collectanea exclusivamente nacional, com o resumo da historia pátria, traços biographicos dos autores, e excerpts fáceis, tudo perfeitamente adaptado ás intelligencias infantis.

Nutro a convicção que seja um dos melhores livros do genero que possuímos. (*Jornal do Comércio*, ed. 00201, 19/07/1896, p. 1)

A nota acima traz informações relevantes: de que o livro já havia sido adotado por algumas escolas; por anunciar a recusa do Conselho de Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, que era o órgão responsável pela aprovação e aquisição de materiais didáticos para as escolas municipais; e, principalmente, por questionar o argumento da desaprovação. Dessa forma, acreditamos que a adoção da obra se daria na rede particular de ensino ou em outras redes públicas do país. O argumento apresentado pelo Conselho de não “possuir autores portugueses clássicos” foi contestado pelo autor da nota ao declarar que seria este o principal destaque da obra, já que era um livro dedicado à literatura nacional, associando essa escolha com a sua adaptação à faixa etária de alunos e alunas de escolas primárias.

Em outra análise intitulada *o Ensino Público*, publicada no jornal *O Fluminense* em 02 de setembro de 1898, Alberto de Oliveira defende a necessidade de se partir de conceitos mais simples para alcançar os mais complexos, do particular para o geral no ensino das crianças, exemplificando através de noções de geografia e do estudo da literatura. Por isso, o autor argumenta sobre a necessidade de se trabalhar com autores brasileiros no ensino primário, e, posteriormente, já no secundário, utilizar os clássicos estrangeiros como *Os Lusíadas*, de Camões, reforçando que esses livros “por não serem brasileiros, fallam menos ao alcance dos jovens patricios” (*O Fluminense*, 02/09/1898, ed. 3739, p. 1). O único livro citado por Oliveira, de acordo com o seu ponto de vista, é o trabalho de Cacilda, “poupe-se á alma infantil o supplicio de debatêr-se no cipoal dos antigos clássicos, não nossos, e alguns fastidiosamente perluxos e saporíferos” (*O Fluminense*, 02/09/1898, ed. 3739, p. 1).

Mas outras críticas negativas também foram publicadas na imprensa da época, como na *Revista Brasileira*:³²

As “noções” propriamente neste livro são poucas, tendo a A. preferido o systema biographico, que si nos informa da chronologia dos autores, pouco nos illustra sobre o seu valor e papel na nossa historia literária.

A “Segunda parte” do livro contém extractos de prosadores e poetas, nem todos aliás felizes. Numa segunda edição, que este livro deve necessariamente ter, conviria

³² A *Revista Brasileira* foi um importante periódico que circulou nos séculos XIX e XX. De acordo com Pereira e Neto (2012, p. 1), “em sua primeira fase, empregou um significativo programa editorial voltado para a edificação de projetos de modernização do Brasil no século XIX, como o desenvolvimento da imprensa, de um projeto liberal para a economia, de uma literatura que embora buscasse sua particularidade”.

expungir dessa recolta alguns trechos de duvidosa conveniencia para escolas primarias, bem como dar á parte doutrinaria um caracter mais pedagogico. O livro entretanto vem satisfazer uma necessidade. (Revista Brasileira, 1896: p. 331)

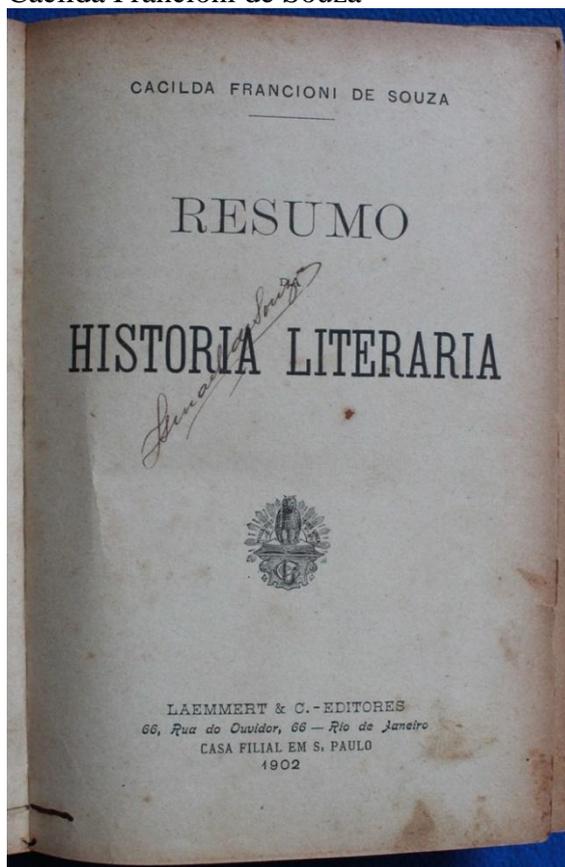
Mesmo questionando algumas partes da obra, ainda assim é mencionado sua necessidade e a carência desse tipo de material que se destina à literatura nacional.

O livro foi adotado pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1897, o que pode ter sido sinônimo de reconhecimento de sua qualidade, tendo em vista que as escolas militares eram consideradas como referência para o sistema educacional brasileiro (*O País*, 12/03/1897, ed. 4546, p. 5).

Essa publicação teve uma nova edição em 1902, com algumas alterações em seu formato e com uma série de comentários publicados sobre a primeira edição, na qual elogiavam a obra. Neste mesmo ano, a professora lançou outro livro, *Resumo da Historia Litteraria*, pela mesma editora, Laemmert & C. Editores. Porém, essa nova publicação se destinava aos alunos e alunas da Escola Normal, dessa forma, contemplava com seus livros didáticos tanto o ensino primário quanto o secundário. Eram 450 páginas, sendo anunciado juntamente com outros livros didáticos da editora e com a obra anterior, *Noções de Literatura Nacional*, cada uma com o valor de 5\$000.

A estratégia de publicar uma nova edição de um livro renomado e ao mesmo tempo uma nova obra deve ter sido pensada pelos editores, que, como já pontuamos, também publicaram obras de Silvio Romero sobre a literatura para dar visibilidade para esse campo. Em uma nota publicada pela *A Notícia*, assinada por J. Santos, traz informações sobre a obra, como também faz uma análise desse campo. O autor afirma que as obras de Silvio Romero, apesar de excelente qualidade, não eram didáticas. Continuando sua argumentação, aponta que José Veríssimo publica uma série de ensaios avulsos sobre escritores, mas nada como um compêndio; Araripe Junior faz algumas monografias sobre alguns literatos, porém nada sintético; e Valentim Magalhães apenas reuniu notícias sobre autores contemporâneos. Nenhum desses, segundo o autor, poderiam ser comparados à obra de Cacilda Francioni (*A Notícia*, 24 e 25 de dezembro de 1902, ed. 304, p. 3). Chama a atenção a autora ter sido a única mulher citada a se dedicar à literatura brasileira, ainda mais sendo uma negra atuando poucos anos após o fim da escravidão.

Figura 19 – Contra capa do livro *Resumo da História Literária*, de Cacilda Francioni de Souza



Fonte: Acervo pessoal.

De acordo com o autor, a obra iniciava com algumas noções sobre retórica, estilos, figuras de pensamento, prosa e verso, gênero literário, entre outros, todos tratados de uma forma simplificada; na segunda parte, apresenta informações sobre as divisões na história literária universal; e na última parte se dedica à história literária brasileira. Destacando o caráter didático da obra, destinado aos alunos e alunas da escola secundária (*A Notícia*, 24 e 25 de dezembro de 1902, ed. 304, p. 3). A obra também é divulgada com o trabalho de Vicente de Souza, *Curso de Lógica*, o que ajudou a dar visibilidade para esse casal de educadores negros (*Jornal do Commercio*, ed. 257, p.11).

O companheirismo entre Vicente e Cacilda nos faz indagar a atuação da professora em outras questões políticas de sua época, como na militância republicana ou socialista. Infelizmente, temos poucos registros sobre seu envolvimento nessas temáticas, documentos que possam ser usados para a análise do seu pensamento, assim como fizemos com os intelectuais masculinos. Isso nos faz refletir sobre os modos de preservação e permanência na História nas quais as relações de gênero se estabelecem. Mas que, através de um olhar minucioso das fontes, nos trazem novas pistas e entendimento da atuação de certas classes minoritárias.

Na Revolta da Vacina, a qual mencionamos anteriormente ao falarmos de Vicente de Souza, uma mobilização feminina de apoio ao senador Lauro Sodré mostra esse fato. Na noite do dia 06 de setembro de 1905, um grupo de senhoras e seus acompanhantes encheram dez bondes saindo da Candelária em direção à casa do senador, só que a reportagem não informa o número exato de pessoas, mas sim de uma multidão que acompanhava o préstito com aclamações e fogos de artifício. Coube à Cacilda de Souza ler uma mensagem a Lauro Sodré que falava sobre o momento vivido e as vitórias alcançadas:

sob a forma de uma medida de salvação publica, um projecto de lei sanitária tentou profanar mais do que nossos lares, os nossos próprios corpos. No dia em que sobre a nossa dignidade de mulher vimos cair todo aviltamento do mais inqualificavel despotismo, nesse dia nefasto, no recesso dos nossos lares, no intimo de nossas almas, sentimos de envolta com affronta que se nos ia infligir, a anciã ardente de uma resistência qualquer que puzesse terno à maior tyrannia que jamais ousaram praticar quantos têm dirigido os destinos políticos de nossa Pátria! (Gazeta de Notícias, 07/09/1905, p.2)

Ressaltamos o pudor daquela sociedade, desse modo, a medida era vista de forma desrespeitosa, que profanava a liberdade individual e sobretudo o corpo feminino. É interessante observar que Cacilda exalta a resistência feminina, principalmente da mulher proletária na reação popular. Assim, é possível perceber que a mobilização operária desse período, e que era representada por Vicente de Souza, também fazia parte da defesa de Cacilda.

Com suas publicações, Cacilda passou a ser vista como um exemplo da intelectualidade feminina no seu tempo. Em diferentes artigos jornalísticos, seu nome é citado como referência. Em uma nota que defende as capacidades intelectuais das mulheres no Brasil frente a um insulto realizado pela escritora argentina Conception Gimeno Del Flaquer, a autora, que não se identifica, mas que pela escrita pode ser identificada como uma mulher, afirma:

nós as intelectuaes dessa bella região, levamos travadas a forte campanha, campanha sem treguas, pelo levantamento da nossa educação (...) e na tribuna, e no magistério, e no jornalismo, e no livro, vamos estimulando nossas irmãs, o gosto da instrução, o esmero da educação, o amor pelo trabalho que ampara, o desejo pela independência que dignifica! (Jornal do Comércio - Edição da Tarde (RJ), 15/11/1911, ed. 00642, p. 2)

É interessante observar que a autora coloca três fatores importantes para as mulheres brasileiras: a educação, o trabalho e o desejo pela independência. E continua a mencionar que algumas mulheres, cheias de vaidade, ao invés de utilizar a educação que alcançaram de forma positiva, usam-na para atacar suas irmãs, como o insulto da escritora argentina. Afirma, também, o nome de várias mulheres que se destacaram em diversas áreas, por exemplo: em medicina, direito, jornalismo e literatura, e entre elas, Cacilda Francioni de Souza.

Seu nome também foi citado em uma nota que questiona a impossibilidade da participação de mulheres na Academia Brasileira de Letras. Publicada no *Jornal do Comércio*, em uma seção denominada *Apontamentos*, o autor que assina como *S. R.* menciona a vaga aberta na Academia Brasileira de Letras pela morte de Raymundo Correa, comentando o prestígio que essa instituição vem ganhando, o interesse e a curiosidade que essa lacuna tem causado, gerando um intenso debate e levantando uma séria questão: a participação de mulheres na Academia. Sobre este ponto, o autor declara:

Nesta época em que o elemento feminino está seriamente disposto a acabar com as prerrogativas e os privilégios que continuam inexplicavelmente monopolizados pelos homens, não é admirar que semelhante questão tenha sido trazida á baila, tanto mais quanto não se podem negar os valiosíssimos serviços prestados pela mulher á literatura nacional.

São serviços como esses que não se precisam encarecer porque não ha quem desconheça o valor dos nomes illustres de Adelina Lopes Vieira, Amelia de Freitas Bevilaqua, Aurea Pires, Auta de Souza, Cacilda Francioni de Souza, Carmem Dolores, Elvira Gomes, Francisca Julia, Ibrantina Cardona, Ignez Sabino, Julia Cezar, Julia Cortines, Julia Lopes de Almeida, Luiza Leonardo, Maria Clara da Cunha Santos, Narciza Amalia, Perciliana Duarte de Almeida e Zalina Rolim, escriptoras todas notabilíssimas e as quaes as poesias, o conto, a novella, o romance, o folhetim, a chronica e a critica devem páginas dignas dos maiores e mais sinceros applausos. (*Jornal do Commercio* - Edição da Tarde (RJ) – 15/11/1911, ed. 00642, p.2)

Até 1951 era prescrito que “brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário” poderiam concorrer a uma de suas cadeiras. Com a primeira candidatura feminina somente em 1930, de Amélia Bevilaqua, a Academia se pronunciou alegando que o termo “brasileiros” se referia apenas aos escritores do sexo masculino. Devemos notar que, apenas 14 anos após a fundação, essa instituição já era questionada quanto ao aceite de mulheres, mas somente em 1977 se concretizou a entrada feminina na Academia, com a aprovação de Rachel de Queiroz.

Sobre Cacilda e suas contribuições na literatura, 23 anos após sua morte encontramos uma nota jornalística com uma citação de seu livro. Nela, Paschoal Carlos Magno apresentou um livro de Alexandre Passos com a biografia de Agrário de Menezes, um escritor romântico do século XIX, e usou os argumentos da professora, que o considerava um dos mais importantes representantes do drama no Brasil, visão contrastante a de Silvio Romero e João Ribeiro, que menosprezavam o trabalho de Agrário (*Correio da Manhã*, 18/12/1956, ed. 19551, p. 19).

A relação e a comparação entre as obras de Silvio Romero e de Cacilda Francioni de Souza aparecem em diversas críticas e notas publicadas, visto que ambos se dedicaram ao estudo da Literatura. Embora a professora tenha ganhado reconhecimento por seus escritos,

tanto que a Laemmert & C. Editores investe em uma segunda edição, o espaço reservado pela História a ambos não é o mesmo. A memória de Silvio Romero é lembrada nas pesquisas sobre essa temática, e Cacilda, ainda que citada, pouco se conhece.

Cacilda Francioni de Souza faleceu no Rio de Janeiro em 22 de junho de 1933, sem deixar filhos, e com importantes contribuições. Seu exemplo como mulher negra na luta abolicionista, em um momento em que as diferenças de gênero afastavam o sexo feminino de determinados espaços públicos e de questões políticas, pode ter servido de exemplo, estímulo e inspiração. Sua dedicação aos estudos e ao desenvolvimento profissional deixaram frutos que foram reconhecidos na sociedade da época, como os vários anúncios que a apresentaram como uma docente dedicada, tratada carinhosamente por suas alunas e que demonstrava a qualidade da instituição dirigida por ela.

Os livros publicados por Cacilda dialogam com sua prática pedagógica, mostrando suas próprias reflexões sobre o campo da literatura, os conteúdos e os conceitos que acreditava como necessários para suas alunas, ressaltando os autores brasileiros em relação à produção estrangeira. Mesmo tendo livros didáticos que na época foram comparados ao trabalho de Silvio Romero, os dois autores não possuem o mesmo espaço na história e na memória da literatura brasileira. Além disso, sua história contribui para representar o trabalho intelectual de mulheres negras, apesar da invisibilidade historiográfica que tradicionalmente marcou e marca certos grupos sociais.

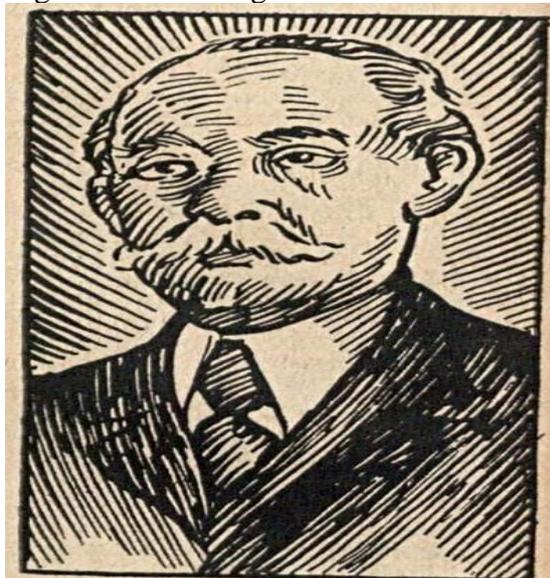
Apesar de possuímos poucas referências sobre o pensamento educacional de Cacilda Francioni, o que contrasta com o que observamos nos outros sujeitos analisados, Rebouças, Patrocínio e Souza, entendo que a busca por sua formação, sua prática docente, assim como sua atuação política no movimento abolicionista, podem ser compreendidas como formas de resistência e enfrentamento em uma sociedade escravista e patriarcal, que são atravessadas por questões educacionais. Com seus livros conquistou espaço no meio editorial e reconhecimento, sendo referência para suas alunas e outras mulheres negras. A questão operária, ou de educação dessa classe, pode ser percebida na preocupação em preparar suas alunas para os processos industriais utilizados na economia pública e doméstica, como também na Revolta da Vacina, na qual liderava uma mobilização feminina e afirmava: “na cooperação que a mulher proletária ofereceu aos nossos olhos a reação popular” (Gazeta de Notícias, 07/09/1905, p.2).

A trajetória de Cacilda Francioni de Souza nos auxilia a problematizar as questões de raça, classe e gênero, estabelecidas no período da abolição e do pós-abolição, a perceber os processos de seletividade produzidos e mantidos pela história através do tempo, e auxilia a

desconstrução de certos estereótipos e conceitos que foram estabelecidos por uma sociedade de mentalidade patriarcal e escravista. Isso nos permite pensar o lugar da educação na vida de uma mulher negra, que a utilizou como uma ferramenta para distinção e ascensão em uma sociedade extremamente desigual, seja na sua formação, mas também através de sua ação profissional, em modos de ação, luta e resistência para a conquista de liberdade e prestígio social.

1.5 José Agostinho dos Reis – pela ciência e pela educação popular

Figura 20 – José Agostinho dos Reis



Senhores, todos vós pedis a abolição para que não haja mais escravos: eu a peço igualmente, porque desejo que não haja mais senhores
 E sabeis por quê?
 Na minha physionomia, senhores, vós vedeis que eu descendo da
 raça escrava.
 Mas vós ainda não sabeis tudo, meus senhores.
 Vós, meus senhores /dirigindo-se aos lentes/ de quem eu tenho a
 honra de ser collega no magistério d'esta academia; vós, meus senhores
 /dirigindo-se aos alumnos / de quem eu tenho a honra de ser mestre; vós
 não sabeis que o nosso collega e o vosso lente nasceu escravo!
 (José Agostinho dos Reis)

As palavras proferidas por José Agostinho dos Reis, na sessão de abertura do *Centro Abolicionista da Escola Politécnica* em 1883, devem ter sido motivo de espanto para muitos. Surpresa, admiração, desprezo e aversão são alguns dos sentimentos que podem ter sido gerados

na plateia. Com certeza, o Dr. Reis teve coragem de admitir perante os seus colegas e discípulos não somente a sua ancestralidade escrava, mas a sua própria condição de nascença, sabendo de todas as máculas que a escravidão imprimia nas pessoas negras naquela época. Ele chegou a admitir que desejava que não existisse mais escravizados, mas, principalmente, que não houvesse mais senhores, refletindo sobre uma nova conjuntura social.

Nada melhor do que pensarmos na experiência de um sujeito que nasce na condição de escravizado para que possamos compreender o poder transformador da educação. Em sua dedicação aos estudos, na busca pelo desenvolvimento científico, no envolvimento com o magistério, na defesa por uma instrução popular, são todos exemplos da educação como prática de liberdade.

O Dr. Reis, como passou a ser chamado, nunca esqueceu suas raízes. Católico fervoroso, sempre pensou em sua terra natal, sendo motivo de orgulho para os paraenses de sua época. Pensou nos mais pobres, propondo experiências educativas e propostas de habitações populares. Também foi um defensor do Norte do país, estudando e estruturando propostas para o desenvolvimento da região amazônica.

Talvez uma das suas principais ousadias foi a de sair de uma posição de “não cidadão” para se tornar um candidato elegível em campanhas eleitorais. Mesmo sem o apoio dos partidos políticos, em uma província extremamente conservadora, assumiu sua condição de abolicionista e fez das conferências públicas sua principal forma de campanha eleitoral. Aproximou-se, desse modo, das classes populares, mesmo que essas não tivessem o direito ao voto. Participou de inúmeras organizações abolicionistas, acadêmicas, científicas e de classe, fazendo da tribuna e da imprensa seus principais meios de fala. Revelou, também, um lado empreendedor quando buscava parcerias com o poder público e tentava pôr em prática seus estudos para o desenvolvimento da região Norte. Ainda se destacou na direção e presidência do Clube de Engenharia, do Jockey Club e da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro.

Apesar de se destacar por suas atividades, Agostinho dos Reis é pouco mencionado nas diversas áreas em que se envolveu. Tal condição revela os meios e modos de seleção da nossa história tradicional, que não abriu espaços para formas diferenciadas de representação e identidades. Conforme nos lembra Salles (2011, p. 264), “não cabe dúvida que o escravo foi agente histórico, que contribuiu para moldar o mundo em que viveu e que participou ativamente de sua destruição”. A trajetória de vivência, lutas e conquistas de pessoas como José Agostinho dos Reis nos permite perceber as complexidades das relações estabelecidas entre escravidão e liberdade, e o papel da educação nessa configuração.

1.5.1 Formação, cidadania política e transformação social

José Agostinho dos Reis nasceu na Província do Pará em 11 de outubro de 1853. A maioria de pequenas biografias e os obituários publicados em diversos jornais na época de sua morte falam de sua origem humilde, sem mencionar sua condição de ex-escravizado³³. Em uma sessão solene do *Club dos Libertos de Niterói*³⁴ em homenagem a José do Patrocínio, Agostinho dos Reis reconhece que, graças a sua mãe, ele pôde sair da escravidão.

O carinho, cuidado e apreço que Agostinho dos Reis tem por sua genitora é demonstrado em outras referências, como na carta enviada ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919). Devido a sua condição de ex-escravizado, inferimos que sua mãe, Leonarda Maria de Jesus, foi escravizada, mas que, de alguma forma, conseguiu sua liberdade e a de seu filho. Na carta enviada ao conselheiro João Alfredo logo depois da Abolição, Agostinho dos Reis menciona que escreveu aquela carta na casa em que nasceu como escravizado, onde sua mãe trabalhava. Entendemos que foi sua labuta como quitandeira que possibilitou a compra da própria alforria e a de Agostinho. Ela trabalhou na quitanda por mais de vinte anos, tendo autorização da Câmara Municipal de Belém para exercer seu ofício (*O Liberal do Pará*, ed. 00033, 11/02/1872, p. 2; *O Liberal*, ed. 00023, 27/01/1889, p.3), lembrando que o comércio das quitadeiras, tradição de comércio de rua, foi exercido principalmente por mulheres escravizadas³⁵. Percebemos que D. Leonarda era uma mulher astuta, e quem sabe até soubesse ler e escrever, pois mantinha seu negócio legalizado e se pronunciava na imprensa para defender seus interesses. Em anúncio publicado duas vezes no *Jornal do Pará*, ela declara que a

³³ Temos a comprovações de três momentos em que José Agostinho dos Reis assume ter nascido como escravizado: em um evento organizado pelo Club dos Libertos de Niterói, na fundação do Centro Abolicionista da Escola Politécnica e em carta ao Conselheiro João Alfredo.

³⁴ Essa organização abolicionista será analisada no terceiro capítulo desta tese. Por hora, podemos afirmar que o Club dos Libertos foi criado na cidade de Niterói, tendo como um dos fundadores o senhor João Clapp, e teve como principais objetivos a libertação e a instrução dos escravizados e ex-escravizados.

³⁵ Segundo Freitas, no princípio do século XIX o cenário do comércio de rua começa a se alterar. Até então, era exercido por uma maioria de escravas de ganho, empregadas por seus senhores ou alugadas a terceiros, passando a ser dominado por mulheres forras. Esse comércio era incentivado também pelo Estado, pois esse arrecadava impostos e resolvia o problema do abastecimento básico. O autor argumenta, demonstrando com exemplos, que as quitadeiras, apesar de serem, muitas vezes, perseguidas por comerciantes, elite administrativa, irmandades religiosas e classe proprietária, não foram passivas aos conflitos e disputas no espaço público. Ao contrário, foram ativas e mobilizaram recursos para preservar seus interesses. (FREITAS, F. V. As negras quitadeiras no rio de janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua. *Tempos Históricos*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 189–217, 2016. DOI: 10.36449/rth.v20i1.13837. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13837>. Acesso em: 28 jan. 2022.)

residência de uma senhora falecida já havia sido hipotecada anteriormente por ela, por isso vinha prevenir o público para que não fizessem negócios com os herdeiros sobre esse imóvel (*Jornal do Pará*, ed. 00249, 01/11/1871, p. 3). Talvez fosse essa perspicácia que possibilitou que seu filho pudesse estudar o curso de Humanidades do Seminário Santo Antônio.

Sobre o pai de Agostinho dos Reis não encontramos grandes informações, a maioria dos registros de nascimento de seus filhos coloca D. Leonarda como a única representante dos avós paternos. Porém, em um dos registros de nascimento consta o nome de José Custódio Barata. Pelo que podemos observar, sua mãe casou novamente com Severino Dias Ferreira Portugal, passando a assinar Leonarda Maria de Jesus Portugal, e foi quem recebeu Agostinho dos Reis como filho adotivo (*A Constituição*, 10/06/1886, ed. 00131, p. 3 e 4).

Como falamos anteriormente, José Agostinho dos Reis se formou em Humanidades no Seminário Santo Antônio em Belém. Segundo descrito no jornal *O Paíz* foi sua dedicação aos estudos que fez com que conquistasse seus mestres, principalmente a D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará, que conseguiu que fosse aluno pensionista do Estado para estudar na Corte (*O Paíz* 13/09/1929, ed. 16399, p. 3). Assim, em 1873 ele se transferiu para a Corte, onde é matriculado na Escola Central, recebendo o diploma de bacharel em Ciências Físicas Naturais e Matemáticas em 1876. Mas, Agostinho dos Reis não parou, nos anos seguintes continuou seus estudos em engenharia, formou-se em engenheiro geógrafo e engenheiro civil pela Escola Politécnica.

Para complementar sua renda e se manter na Corte, José Agostinho dos Reis, assim como outros estudantes (casos de Rebouças, Patrocínio e Vicente de Souza), atuou como professor. Seu nome é descrito como um dos docentes do Externato Americano, instituição educativa que preparava jovens para admissão no Colégio Pedro II e na Escola Politécnica (*Gazeta de Notícias*, ed. 00081, 24/03/1878, p. 4).

Agostinho dos Reis foi um estudante ativo e dedicado ao desenvolvimento científico no Brasil, fez parte do *Instituto de Ciências Naturais*, esteve presente no aniversário da *União Politécnica*, como na instalação do *Instituto Acadêmico de Engenharia*, no qual foi um dos fundadores:

Installou-se hontem em uma das salas da Escola Polythénica, com o título Instituto Acadêmico de Engenharia, uma sociedade de moços d'esta escola, que se reúnem assim para estudarem essa sciencia. São sócios instaladores os Srs. Dr. André Rebouças, Carlos de Menezes, Augusto Telles, Arthur Getulio, Azevedo Sodré, Versiani, Oscar de Gouvêa, Carlos Guedes, Osorio de Almeida, Van Erven, Arthur Cezar, Oliveira Bello, Eduardo Cotrim, José Rebouças, Rufino de Almeida França e Agostinho Reis. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00110. 23/04/1877, p. 2)

Outro aspecto que podemos destacar, é a aproximação de Agostinho dos Reis com outras personalidades negras, como no caso de André Rebouças. André enquanto professor da escola e Agostinho dos Reis como aluno mostraram interesses em comum em apoio à ciência e acabaram estreitando os laços na luta antiescravista, que iniciou durante a formação deste.

Na atuação enquanto acadêmico, não se envolveu apenas no movimento científico e abolicionista, também lutou por aquilo que acreditava ser injusto, como no conflito entre a congregação da Escola Politécnica e os representantes do governo imperial. Quando o Dr. Ignacio da Cunha Galvão exercia o cargo de diretor interino da escola por ser o lente mais antigo, como regia os estatutos da instituição, o senhor ministro do Império Leôncio de Carvalho mandou cumprir alguns pontos estabelecidos pela Reforma do Ensino Primário e Secundário e do Ensino Superior (decreto governamental n. 7.247, de 19 de abril de 1879)³⁶. Agindo de acordo com os estatutos da instituição, submetendo o decreto à congregação, sua atitude foi vista como desrespeitosa, tendo como consequência a exoneração do diretor interino. Os alunos se mobilizaram contra sua exoneração, tendo a participação ativa de José Agostinho dos Reis em discursos, como também na elaboração um abaixo-assinado enviado ao parlamento explicando a situação e pedindo apoio. Foram vários momentos de protesto, chegando a um determinado momento em que as forças policiais foram convocadas. Como solução para o impasse, a instituição foi punida com 30 dias de fechamento, caiu o diretor efetivo, Visconde do Rio Branco, o governo imperial dispensou quatro professores (Saldanha da Gama, Joaquim Murtinho, Américo de Barros e Silva Telles), e contratou alguns professores para essas cadeiras. Mesmo assim, os estudantes continuaram a resistir. Segundo uma nota publicada em 19 de julho, os lentes indicados pelo governo iam ministrar suas aulas, mas as salas permaneciam vazias, pois os alunos preferiam participar dos cursos livres ministrados pelos antigos professores (*Gazeta de Notícias*, ed. A00330(A), 19/07/1879, p. 3).

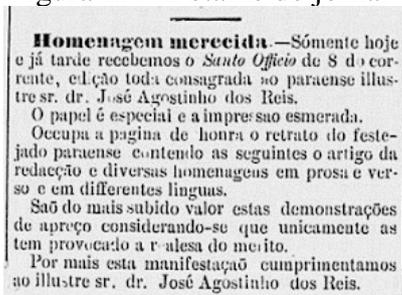
³⁶ O decreto governamental n. 7.247, de 19 de abril de 1879, estabeleceu a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e do ensino superior em todo o Império, e ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho ou Reforma do Ensino Livre. De uma forma ampla, sobre o ensino superior a reforma pode ser resumida em cinco pontos principais: autorizava a associação de particulares para o ensino de disciplinas ministradas nos cursos superiores oficiais; liberava a criação de faculdades livres, mantidas por associações de particulares, após sete anos consecutivos de funcionamento, a se regularizarem; suspendia a frequência obrigatória nos estabelecimentos de instrução superior dependentes do Ministério do Império; permitia exames livres para as matérias ensinadas na faculdade ou escolas dependentes do Ministério do Império; criava os cursos livres em faculdades do estado referentes às disciplinas ali oferecidas por professores particulares. Com relação aos estudantes, destacamos duas importantes modificações, a liberação do controle da frequência e dos exames parciais. Com o decreto, as ausências não seriam computadas e não precisaria submeter-se aos exames parciais, a todos era livre o acesso aos exames finais, considerando-se aprovados na disciplina todos aqueles que, mesmo sem terem frequentado as aulas, obtivessem nota satisfatória. Algo que foi visto com bons olhos pelos alunos.

É necessário pontuarmos nessa mobilização estudantil a liderança de um estudante negro que saiu da condição de escravizado. Conforme Alves e Silva (2022) mencionam, os estudantes negros alcançaram as instituições educacionais imperiais, como a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Normal, rompendo um sistema de exclusão e foram sujeitos ativos dentro dessas organizações. Não somente quebraram as barreiras que dificultavam seus ingressos, como tiveram visibilidade, levantando suas vozes para lutar por aquilo que acreditavam. Mas, por outro lado, essas atitudes revelam o apagamento da memória brasileira de certas personalidades negras. Para exemplificar, no livro *História da Engenharia no Brasil - século XVI a XIX*, de Pedro Carlos da Silva Telles (1994), esse conflito é relatado, mas o nome de José Agostinho dos Reis é ocultado. O autor também se refere ao envolvimento da Escola Politécnica no movimento abolicionista, destacando novamente a atuação de Paulo de Frontin e André Rebouças, porém não menciona nada sobre Agostinho dos Reis.

Para demonstrar sua importância no meio em que vivia, sua tese foi defendida na presença do Imperador (*Gazeta de Notícias*, 21/02/1979, ed. 00052, p.1). E pouco depois de conseguir ser diplomado em engenharia geógrafa e civil, Agostinho dos Reis fez concurso e passou a ser professor substituto na Escola Politécnica.

Em 1881 José Agostinho dos Reis voltou para o Pará, depois de 8 anos na Corte e com três títulos em sua bagagem. Recebido com entusiasmo por seus conterrâneos, diversas manifestações de apreço aconteceram nesse momento de retorno, como um baile em sua homenagem, uma manifestação popular e a exposição de sua tese no Centro Comercial Paraense (*A Constituição*, 03/02/1881, ed. 00027, p.2), chegando a ter todo um número do impresso *Santo Offício* dedicado a ele:

Figura 21 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
A Constituição 11/01/1881, ed. 00034, p.2 .

Nesse retorno, passou a ser convidado para iniciar as Conferências Populares que foram realizadas na Escola Prática, segundo suas próprias palavras, essas conferências tinham caráter pedagógico: “O que é preciso, senhores, é que todos concorram para esse monumento sublime,

para essa obra grandiosa, que deve progredir e que se resume n'estas palavras: educar e instruir o povo" (*A Constituição: órgão do Partido Conservador*, 17/01/1881, ed. 0013, p. 1). O tema da conferência seria a "Passagem de Vênus", e Agostinho dos Reis fazia parte na Corte de uma comissão de estudos sobre a passagem de Vênus no Brasil que ocorreria em 1882. Ele iniciou agradecendo seus mestres da infância, dos quais muitos se faziam presentes na conferência, e deu ênfase à importância do ensino superior. Seguiu sua apresentação trazendo informações sobre o nosso Sistema Solar, falou da importância de observar esse fenômeno para a ciência, demonstrou como seria feita a observação da passagem de Vênus, terminando a conferência conclamando aos seus concidadãos que seguissem seu exemplo dedicando-se aos estudos, aos interesses de sua província e da tribuna popular, "fallssem ao povo comunicando suas ideias e discutindo porque este é o melhor meio de conseguir-se a verdadeira felicidade para o povo" (Idem, p. 1). Aconteceram mais duas conferências sobre esse assunto realizadas por Agostinho dos Reis. Na segunda, em 23 de janeiro de 1881, finalizou a conferência engrandecendo sua terra natal e solicitando o auxílio de todos para a montagem de um observatório na capital paraense (*A Constituição*, ed. 00019, 24/01/1881, p. 1).

O desenvolvimento do Norte do país, principalmente nas províncias do Pará e do Amazonas, foi algo constante em sua vida. Mesmo vivendo na Corte, decidiu representar o Pará em sua vida política. Ainda em 1881, talvez animado com tantas demonstrações de admiração de sua província, Agostinho dos Reis se candidatou para uma vaga de deputado. Algo interessante para refletirmos sobre a representatividade do professor/engenheiro na inclusão da cidadania política de libertos a partir de 1881.

A Constituição de 1824 estabelecia que as eleições em todo território nacional seriam de forma indireta e em dois graus, composto pelos votantes, no primeiro grau, e os eleitores, no segundo grau. Neste sistema o votante elegia o eleitor, este elegia os deputados e os senadores, e somente quem fosse eleitor era elegível. Podiam qualificar-se como votante os maiores de vinte e cinco anos, com renda líquida anual de cem mil réis, e de duzentos mil réis para eleitor. Havia limite de idade imposto para o voto de 25 anos, com exceção de 21 anos, aos que fossem casados, bem como para militares e bacharéis formados. Ficavam excluídos do direito ao voto os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os índios e os filhos que viviam na companhia dos pais, isto é, dependentes economicamente. Os libertos, desde que nascidos no Brasil e obedecendo ao critério censitário, poderiam ser votantes, mas não seriam eleitores nem elegíveis. De acordo com Faria:

Para a sociedade oitocentista a escravidão não era um empecilho à existência do governo representativo, uma vez que o escravo pertencia ao mundo da propriedade e

sequer era contabilizado no cálculo da população que determinava o número de deputados que cada província devia dar. Dessa maneira, a representatividade dizia respeito ao universo dos homens livres e com renda determinada. Apesar disso, em relação ao liberto o Brasil inovou ao permitir a sua participação no processo político, mesmo que somente como votante de 1º grau. E inovação maior ainda deu-se em relação ao filho do liberto, que gozaria de direitos políticos plenos, desde que cumprisse as exigências legais. (FARIA, 2013, p. 2)

Algo que se ampliou ainda mais com a Reforma Eleitoral de 1881, pelo menos em termos formais. Entre outras alterações, as principais mudanças estavam no estabelecimento do voto direto e a interdição ao analfabeto, além de ampliar o direito de voto ao liberto. Na Lei Saraiva, como ficou conhecida por ser proposta pelo gabinete chefiado pelo Conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), era considerado eleitor todo cidadão brasileiro que tivesse renda líquida anual superior a duzentos mil réis, como também o cidadão deveria saber ler e escrever. Apesar de ter restringido ainda mais o voto das classes mais pobres, conforme verificamos no tópico sobre Patrocínio, a lei trazia mudanças para os ex-escravizados. Com o estabelecimento da eleição direta somente existiria a condição de eleitores, assim o liberto passaria a possuir cidadania política plena, podendo votar e ser votado, se assim atendesse aos demais requisitos. Hilton Costa (2015) analisa os debates dentro do parlamento sobre o direito de voto dos ex-escravizados, verificando que poucos parlamentares viam com preocupação essa medida. O autor percebe ao pesquisar os *Annaes do Parlamento* que, de uma forma ampla, a cidadania plena dos libertos não incomodava e, para alguns, era até elogiada, pois a maioria via que era um processo longo, que não deveria ser alcançado tão cedo. Segundo Costa:

a inclusão da figura do liberto como cidadão político pleno na letra da legislação seria minimizada por um rígido controle da verificação da renda e/ou pelo critério de alfabetização. Além disto, em uma série de especificações legais definidas pelo Decreto n.º 3.029 de 9 de janeiro de 1881 – a Reforma Eleitoral – e o Decreto n.º 7.981 de 29 de janeiro de 1881 para o alistamento eleitoral, a nova legislação ainda deixava muito poder decisório no que diz respeito ao alistamento eleitoral à localidade, portanto, a inclusão do liberto poderia ser “controlada” pelos interesses dos potentados locais, de modo a não ser algo digno de preocupação. Outra forma de compreender este processo, que não exclui as anteriores, versa sobre a hipótese de que do ponto de vista das elites políticas seria mais útil assumir, pública e politicamente, um discurso que pudesse propor a incorporação dos libertos, pois ele seria mais interessante à integração do país. (COSTA, 2015, p. 11)

Reconhecemos que a elite política imperial se utilizou de estratégias que lhe possibilitaram um maior controle sobre os eleitores, dificultando o acesso das camadas mais pobres. Mas, com a reforma eleitoral de 1881, Agostinho dos Reis teve a possibilidade de não somente tornar-se eleitor como elegível, concorrendo por seu estado a uma vaga como deputado. O professor/engenheiro, que já fazia parte do movimento abolicionista, era amigo de Patrocínio, e com certeza acompanhou os debates e projetos de reforma eleitoral propostos entre

os anos de 1879 e 1881, e não perdeu tempo. Sendo aprovada a lei em janeiro de 1881, candidatou-se pelo 1º distrito de Belém em setembro desse mesmo ano. Reis não obteve a proteção dos diretórios dos partidos, se apresentando livremente, como uma candidatura independente que estava pautada nas suas conferências populares. Antes do final da eleição, já se tinha consciência que a vitória seria praticamente impossível, mas o *Diário de Notícias*, ao apresentá-lo como candidato, não deixou de criticar a reforma e sua restrição aos eleitores:

S. s. tem, porém, conseguido penas arregimentar os *votantes* do antigo systema, esses a quem a reforma, com a sua exigência de títulos de idoneidade civil, tem afastado das urnas, desconhecendo-lhes capacidade moral para conferir-lhes entrada no registro dos eleitores.

Se sahir derrotado, o que não esperava talvez, porque nem todos poderão vencer, terá pelo menos o sr. Reis adquirido a experiência para não desesperar no futuro... (*Diário de Notícias*, 30/10/1881, ed. 00247, p. 2)

Mesmo não sendo eleito, teve apenas 40 votos, algo bem irrisório em comparação a mais de 1.000 votos do primeiro lugar, sua participação foi significativa, e conforme suas palavras, foi essa eleição que lhe incentivou a se candidatar novamente em 1884 (*Diário de Notícias*, ed. 00249, 29/10/1884, p. 2).

Em 1884 o movimento abolicionista já havia desabrochado, diversas organizações foram criadas e um contramovimento escravista também ganhava força. Agostinho dos Reis desempenhava um papel importante dentro da Confederação Abolicionista, sendo um dos principais oradores e representantes no norte do país. Conforme já relatado, neste momento a liderança abolicionista decidiu investir em candidaturas para que seus representantes pressionem o poder político, como sempre fez a elite escravista. No Pará, essa estratégia foi divulgada de forma clara no *Diário de Notícias*, argumentando sobre a necessidade de eleger naquela província candidatos que fossem a favor da causa abolicionista (*Diário de Notícias PA*, ed. 00274, 28/11/1884, p. 2).

A candidatura de Agostinho dos Reis foi apoiada por vários representantes abolicionistas residentes na Corte, mobilizando trabalhadores em um abaixo-assinado com mais de mil operários, que demonstraram apoio à sua eleição pelo Pará (*Gazeta de Notícias*, ed. 00345, 10/12/1884, p. 2). No Pará, também foi recebido pelos trabalhadores, pela classe artística, dos pedreiros e carpinteiros que prepararam uma ovação (*Gazeta de Notícias*, ed. 00236, 14/10/1884, p. 3). Mesmo assim, não conseguiu o apoio de nenhum partido político. Apesar das ideias radicais, seu catolicismo, além de sua formação primária em uma organização religiosa, possa nos auxiliar na compreensão de sua ligação com o Partido Conservador, pelo qual procurou apoio político. Por meio de uma carta enviada ao conselheiro João Alfredo, Agostinho

dos Reis explicou as dificuldades que encontrou para se candidatar por esse partido. O conselheiro João Alfredo era um dos principais líderes do Partido no país, já havia sido presidente da Província do Pará, e pelo tom das correspondências inferimos que era amigo do engenheiro. O conselheiro encaminhou uma carta de apresentação para que fosse entregue ao Cônego Siqueira, Manuel José de Siqueira Mendes (1825-1892), chefe do Partido Conservador na região. Apesar da indicação de João Alfredo, o Cônego nem levantou a possibilidade de levar o nome de Agostinho dos Reis perante o diretório do partido, afirmando que esse impedimento seria pelo único motivo de ser abolicionista. O professor/engenheiro comentou sobre os boatos de uma possível indicação pelo Partido Liberal, mas reafirmou sua postura, pois iria permanecer na disputa de forma independente (*Diário de Notícias*, ed. 00247, 26/10/1884, p. 3), e pela imprensa expôs o fato:

Ao eleitorado do 1º districto

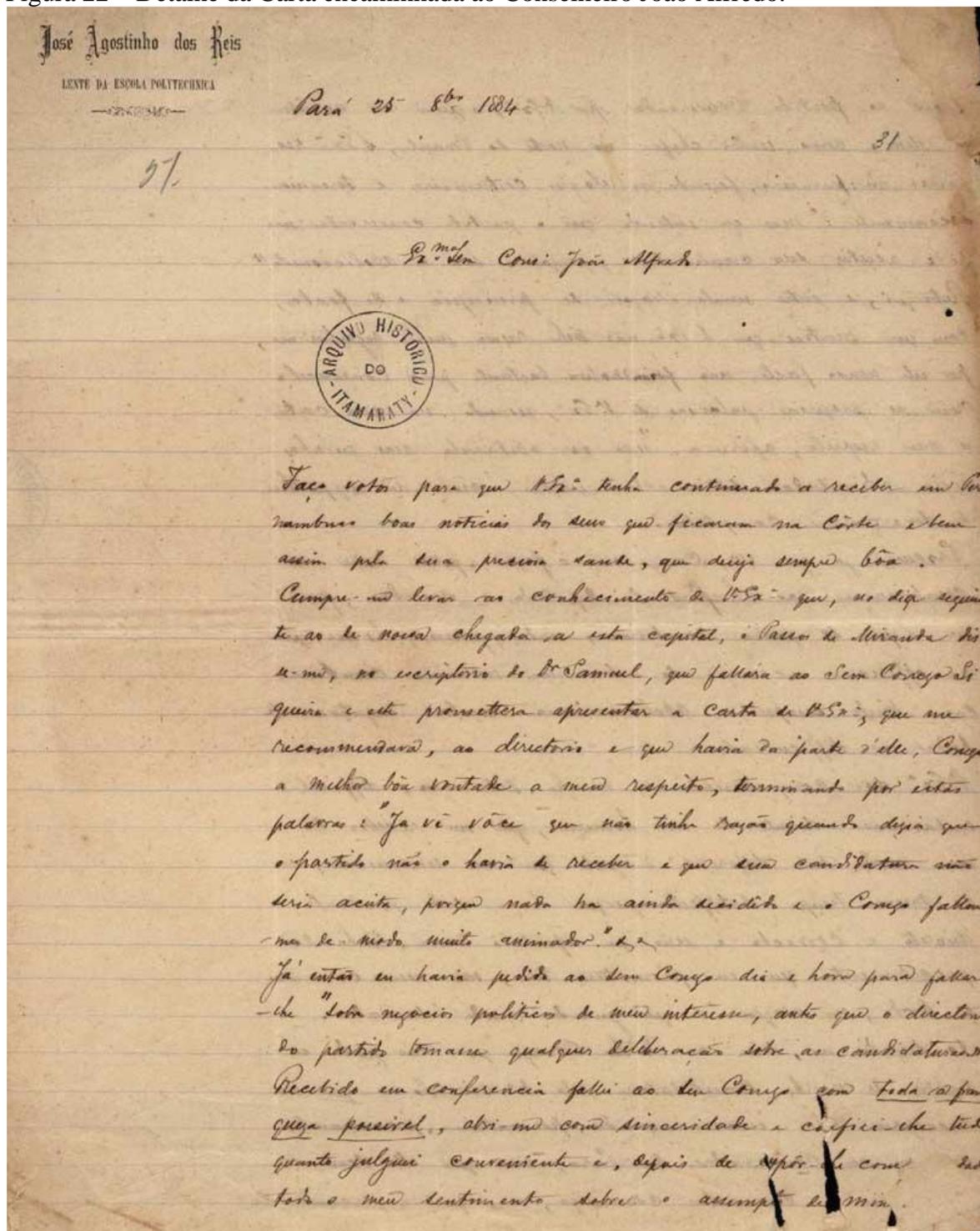
Não tendo sido aceita pelo chefe do partido conservador d'esta provincia a minha candidatura á deputação geral, e sendo *unico motivo d'esta decisão o facto de ser eu abolicionista*, o que motivou que nem sequer fosse o meu nome apresentado ao directorio, apesar da recomendação de um dos chefes do mesmo partido no paiz, julgo de meu dever, por consequencias logicas de factos relativos á minha candidatura actual, declarar ao corpo eleitoral do 1º districto d'esta provincia que continuo a ser candidato por este districto como foi em 1881, esperando com tranquillidade o juízo do eleitorado.

Logo que fôr possível, farei algumas conferencias politicas com o fim de justificar o meu procedimento e de apresentar ao publico minhas ideias sobre as questões mais palpitantes na presente occaseão e bem assim dizer como cumpri a minha palavra trabalhando, mesmo sem ser deputado, pelo engrandecimento e prosperidade de nossa provincia.

Pará, 18 de Outubro de 1884.

José Agostinho dos Reis (*Diário de Notícias*, ed. 00247, 26/10/1884, p. 3)

Figura 22 – Detalhe da Carta encaminhada ao Conselheiro João Alfredo.



Fonte: Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14672>.

A justificativa utilizada pelo Cônego pode ser questionada pela posição abolicionista do Conselheiro João Alfredo, importante líder do Partido Conservador. Não podemos esquecer que, além de abolicionista, José Agostinho dos Reis era um ex-escravizado, uma representação da população negra escravizada, e que questões de raça e racismo também pesariam nessa

decisão. Sua condição de liberto não foi usada na campanha, tendo em vista que o vínculo com a escravidão era algo utilizado para depreciar as pessoas negras, mas sim de abolicionista. Mas, o fato de pertencer à classe popular era visto por alguns como um impedimento à aceitação dos partidos políticos:

José Agostinho dos Reis é pobre, por isso não pôde impor aos partidos militantes a sua candidatura; mas em compensação possui o mais opulento cabedal de conhecimentos e é invejável – FORÇA DE VONTADE que jamais hão de possuir os abastados da fortuna e os já por demais gastos deputados dos partidos militantes. (*Diário de Belém*, ed. 00243, p.3)

Agostinho dos Reis teve coragem de novamente, de forma independente, lançar sua candidatura, apostando principalmente nas conferências como uma forma de propaganda política e de aproximação com a população mais carente. Sua campanha pautou-se principalmente nos ideais abolicionistas e de ser um representante do povo paraense que conseguiu com esforço próprio alcançar destaque e prestígio social. Percebemos que alguns representantes do Partido Conservador, como do Partido Liberal, apoiaram a sua candidatura, colocando-se na imprensa sobre esse fato. A crítica à reforma eleitoral, que impossibilitou grande parte da população de ter direito ao voto, também foi usada como propaganda política por seus aliados (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00277, 02/12/1884, p. 2). Mesmo com apoio de vários concidadãos, Agostinho dos Reis novamente é derrotado nas urnas, sendo derrotado pelo representante do Partido Conservador que continuou a defender os valores escravistas. Fato criticado por aqueles que desejavam uma mudança em seu estado, “que o interesse político annuo á conversão do Pará em succursal do predomínio negreiro dos homens do café do sul” (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00284, 12/12/1884, p. 2). Ainda assim, seu nome continuou sendo cogitado em outras eleições, sendo candidato durante o Império e também na República.

Em sua plataforma política, a defesa do Pará viria por diversas frentes, como mostrado através das conferências públicas quando se pronunciava sobre diferentes temas, como a que foi realizada no Teatro da Paz, na presença do Barão de Maracujá, presidente da Província, tratando dos seguintes temas:

- I. extração da borracha, a lavoura, as indústrias e o estado social;
- II. primeiras indústriais: a indústria saccharifera, resolução do governo sobre Engenhos Centrais;
- III. Plano geral do estabelecimento de industrias no Pará. (*Diário de Notícias*, ed. 00053, 11/03/1883, p. 3)

Ele ainda atuou como engenheiro nos Engenhos Centrais (*Diário de Notícias*, ed. 00105, 11/05/1883, p. 2), fez parte de uma comissão para examinar as propostas para calçamento e

planos de esgoto (*Diário de Notícias*, ed. 00051, 02/03/1884, p. 2), reforçou a necessidade de linhas férreas para o desenvolvimento da região (*Diário de Notícias*, ed. 00178, 09/08/1887, p.3). Também não mediu esforços para apoiar seu conterrâneo Julio Cezar, que criou um sistema aéreo, que, segundo suas alegações, foi plagiado por dois capitães franceses, mobilizando uma conferência na Escola Politécnica e pedindo ações das autoridades brasileiras (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00261, 17/11/1885, p. 2).

Dentro do movimento abolicionista, tanto na Corte como no Pará, Agostinho dos Reis, tornou-se um dos principais representantes. Participou da criação de diversas associações abolicionistas, discursou em inúmeras delas, como no Club dos Libertos de Niterói e no Club Alberto Victor, já na Corte. Esteve presente com Rebouças na fundação do *Centro Abolicionista da Escola Politécnica*, como falamos, sendo responsável com o Dr. Alvaro de Oliveira e Arlindo Fragozo de redigir o

apello aos poderes publicos para que sejam desde já declarados livre os escravos de súbditos de nações, cuja legislação não lhes permita possuil-os, para uma nova matricula de escravos, sendo declarados livres os que devam ser pelas leis videntes e para proibição da venda e doação *inter vivos* de escravos, e transmissão por legado e herança não directa. (*Gazeta de Notícias RJ*, ed. 00231, 19/08/1883, p.1, grifos do original)

No Pará, atuou ativamente na Sociedade Abolicionista 28 de Setembro (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00028, 02/02/1884, p. 2), realizou discursos sobre as leis abolicionistas no Club Abolicionista dos Patriotas (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00242, 21/10/1884, p. 2) e criou o Club dos Libertos de Belém (*Diário de Notícias - PA*, ed. 00171, 27/10/1885, p. 2).

Nas comemorações da libertação do Ceará, Agostinho dos Reis foi um dos principais oradores, tendo atuação importante na fundação da *Comissão Central de Emancipação de Belém*, cujo objetivo era libertar os cativos da capital paraense. Essa organização reuniu representantes de algumas organizações abolicionistas, como da imprensa paraense, sendo alguns liberais e outros conservadores. Alguns dos senhores que participaram dessa representação ainda possuíam escravizados e tinham um pensamento conservador sobre a propriedade escrava³⁷. Por isso mesmo que Agostinho dos Reis, considerado um radical, em meio a esses questionamentos fez uma conferência no Pavilhão Recreio: “O escravo constitue ou não um direito de propriedade” (*Diário de Notícias PA*, ed. 00124, 03/06/1993, p. 2). Mesmo não tendo alcançado os objetivos traçados, tendo em vista o grande número de escravizados e

³⁷ Para saber mais sobre as contradições da Comissão Central de Emancipação de Belém, consultar Bezerra Neto (2009).

alto valor dado a eles, essa organização mostrou não só o empenho do Dr. Reis como de outros abolicionistas da província, propiciando o aparecimento de diversas outras organizações.

Neste mesmo período, nos inícios de 1883, surge a *Liga Operária*, demonstrando a vontade de organização da classe trabalhadora. Bezerra Neto apresenta o pensamento de Salles: “achava-se o mesmo Dr. José Agostinho dos Reis, o que permite enfatizar que a causa abolicionista confundia-se com a causa dos trabalhadores” (SALLES apud BEZERRA NETO, 2009, p. 377). Tendo como finalidade a mobilização de classe para passeatas, greves e apoio ao movimento abolicionista, unindo os interesses de várias associações mutualistas, congregava artistas e operários. José Agostinho dos Reis foi condecorado como presidente honorário, mostrando que a luta abolicionista era também um dos pilares dessa organização. Além dessas organizações, o autor Bezerra Neto apresenta a grande atuação de Agostinho dos Reis no movimento abolicionista paraense, sem, no entanto, falar de sua origem escravizada.

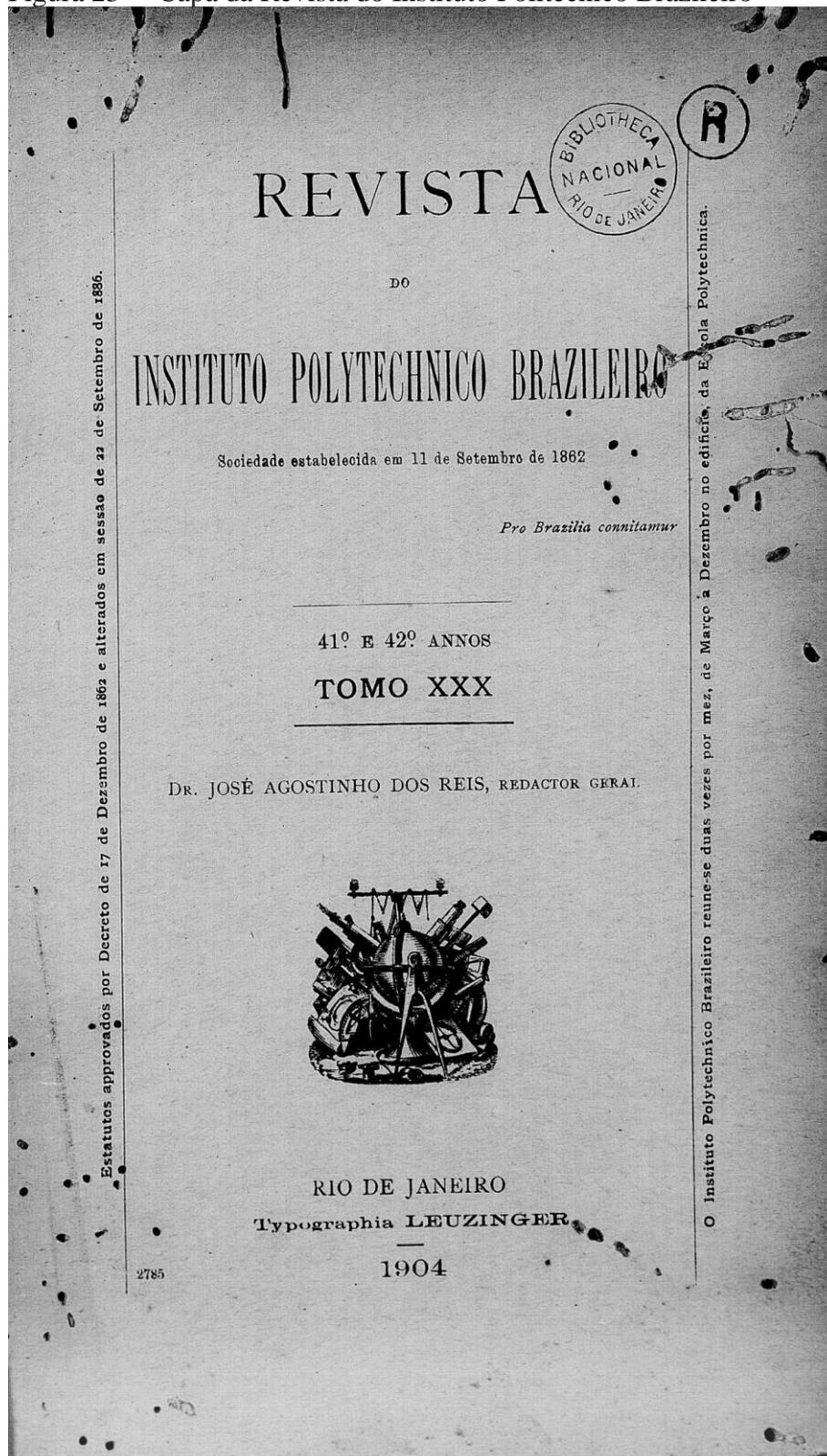
Na Corte, o Dr. Reis foi um dos principais oradores da Confederação Abolicionista, sendo um dos seus representantes no Norte do país. Por diversas vezes publicou os relatórios da Confederação Abolicionista, inclusive as prestações de contas nos periódicos do Pará. Tornou-se correspondente do *Diário de Notícias* do Pará sobre o movimento abolicionista em 1884 (*Diário de Notícias*, ed. 00171, 27/07/1884, p. 2). Em 1885, depois das eleições, Agostinho dos Reis retomou sua coluna, mas expandiu os assuntos tratados:

Verá pelo seu conteúdo que escrevo agora uma espécie de revista geral dos acontecimentos mais importantes, que por aqui se passam, e não somente sobre o movimento abolicionista, como anno passado: por isso mudei também o título d'essas correspondências o que não impede que a política geral seja o principal motivo e a base d'estas cartas, escriptas sempre com a maior imparcialidade. Como bem sabe, nenhum outro interesse tenho, escrevendo, senão dar aos meus comprovinciamos, principalmente ao povo pequenino, como vulgarmente se diz (e é que mais precisa) ideia justa do que fazem os nossos homens, aproveitando sempre a ocasião, que se oferece segundo os assumptos para advogar os verdadeiros interesses do povo e de nossa província em particular. (*Diário de Notícias*, ed. 00062, 18/03/1885, p. 2)

Para além do seu desempenho no movimento abolicionista, José Agostinho dos Reis atuava fortemente no desenvolvimento da engenharia. De acordo com Marinho, “A constituição da Engenharia Civil como um conjunto de saberes e de práticas científicas tornou conveniente e necessária a formação de espaços para debates e difusão de novas experiências e de aplicações” (MARINHO, 2020, p. 130). O Instituto Politécnico Brasileiro foi um desses primeiros espaços, criado em 11 de setembro de 1862, em uma sala da Escola Central, tendo “por objeto o estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos de engenharia e das ciências e artes acessórias”, essa instituição marca a primeira associação de

engenheiros do país. José Agostinho dos Reis foi sócio dessa organização, sendo indicado pelo Conde D'Eu para fazer parte de uma comissão que apresentou propostas de auxílio governamental para a engenharia nacional (*Revista do Instituto Politécnico*, 1889). Dr. Reis também foi nomeado para ser redator-geral da *Revista do Instituto Politécnico*, do final do século XIX até princípios do século XX.

Figura 23 – Capa da Revista do Instituto Politécnico Brasileiro



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Outra importante instituição de engenharia foi o Club de Engenharia. Em 24 de dezembro de 1880, na Corte, em um sobrado na rua do Ouvidor pertencente a Conrad Jacob Niemeyer, foi fundado o Club de Engenharia. De acordo com o seu fundador:

Esta sala será um ponto de reunião para os engenheiros, industriaes e fabricantes etc., e que é um excellente meio de facilitar os negocios e ao mesmo tempo fóco onde as questões technicas se discutirão resultando portanto o esclarecimento d'ellas, de todo conveniente principalmente quando submetidas a opinião pública. (NIEMEYER, 1880, retirado da página oficial do Club de Engenharia)

Segundo Rodrigues (2017), o Clube transcendeu os limites de uma organização profissional ao englobar engenheiros, industriais e empresários em um momento conturbado, após a Revolta do Vintém e em meio ao movimento abolicionista, em um contexto de modificações estruturais e culturais dentro do país, com uma extensa agenda de obras públicas, auxiliando a legitimação de uma categoria profissional e de um saber técnico. Essa organização passou a alcançar prestígio e reconhecimento por seus feitos, e nos finais de 1886 foi autorizada a criação da *Revista do Club de Engenharia* (*Revista de Engenharia*, 14/10/1886, ed. 00147, p. 12), sendo lançado o primeiro número em janeiro de 1887. Neste ano, José Agostinho dos Reis é indicado ao Club, sendo aceito como sócio no dia 17 de março. Seu nome foi apresentado pelo Conselho Diretor do Club a fazer parte de uma comissão para estudar o sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, “a fim de offerecer-se aos poderes publicos valioso subsidio para sua melhor e mais acertada solução” (*Revista do Club de Engenharia*, 1887, p. 5), tendo sido publicado o parecer dessa comissão na revista do Club, inclusive o discurso proferido por Agostinho dos Reis.

Antes de ser aceito como sócio do Club de Engenharia na Corte, Dr. Reis e outros concidadãos convocaram “engenheiros e demais interessados” para a criação de organização similar na capital paraense (*Diário de Notícias PA*, ed. 00057, 13/03/1886, p. 3). Assim, em 2 de maio de 1886, sob a presidência interina de José Agostinho dos Reis, foi inaugurado o Club de Engenharia e ele se tornou seu sócio benemérito. De acordo com Ribeiro (2013),

O Club instalado em 1886, contou com a participação de diversos engenheiros de destaque entre os quais podemos citar o seu presidente, o Eng^o José Agostinho Reis, e ganhou relevância e prestígio na província diante da discussão de um tema polêmico e importante do período: a Questão das Edificações de Belém. Neste momento, o club fora consultado para saber dos engenheiros aqueles que possuíam o conhecimento técnico e científico pertinente aos fatos, qual era a melhor opção para dirimir a discussão, o que nos revela a priori certa valorização da categoria. (RIBEIRO, 2013, p. 54)

O autor³⁸ coloca que, mesmo assim, o Club não recebeu o reconhecimento oficial, encerrando brevemente suas atividades. Porém, dentro do Club de Engenharia na Corte,

³⁸ Tanto Erick E. H. Ribeiro como Fernanda B. Rodrigues discutem a instalação do Club de Engenharia no Pará e na Corte, respectivamente, e trazem a figura de José Agostinho dos Reis, porém sem mencionar sua origem como escravizado.

Agostinho dos Reis permaneceu até o seu óbito. Foi o vice-presidente na gestão de Paulo de Frontin e chegou a assumir a presidência interina em diversos momentos, como também participou do Conselho Diretor de 1902 a 1904.

Assim como Rebouças, Agostinho dos Reis possuía um lado empreendedor. Ainda na década de 1880, mais especificamente em 29 de maio de 1883, com os engenheiros Lucini Chaves Barcelos e Luiz Raphael Vieira Souto, foi firmado o contrato para criação e exploração de três engenhos centrais. Ao se passar seis anos da liberação, como não houve início das obras, o presidente da Província deu por caduco o contrato estabelecido (*O Liberal do Pará*, ed. 00174, 04/08/1889, p. 1). Porém, a defesa dessa proposta em finais de 1882 foi publicada na forma de um artigo, no qual elencou os pontos principais sobre os quais sustentava seu requerimento ao governo provincial, e que demonstrava seu pensamento sobre diversas questões. Seriam estes: primeiro, que não excederiam o prazo de 24 anos do usufruto da concessão dos engenhos; segundo, que seriam empregados os processos mais modernos em todos os engenhos, defendendo os conhecimentos adquiridos pela Escola Politécnica; terceiro, que somente seria admitido os serviços nos engenhos de homens livres “libertando para isso os que forem necessários”, e assim auxiliaria não somente como solução dos problemas da indústria e da economia, mas no problema social da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pensando, para a sua concretização, na educação, pois iriam oferecer aos alunos das escolas agrícolas do Pará que utilizassem os estabelecimentos quer agrícolas, quer fabris, para as suas aulas e exercícios práticos; e, por último, defendiam uma companhia brasileira não cedida a estrangeiros, “esta clausula é de tal natureza, a sua importância e necessidade são tão evidentes, que excusa demonstração principalmente quando se trata de capitaes com juros garantidos pela provincia” (*Diário de Belém*, ed. 00286, 21/12/1886, p. 3). Trazendo questões amplas, com aspectos socioeconômicos, inclusive pensando em questões educacionais, o Dr. Reis defendia até o capital nacional frente aos interesses estrangeiros, postura adotada em outras províncias, como no Rio de Janeiro, onde companhias estrangeiras já tinham se organizado para explorar os engenhos (*Diário de Belém*, ed. 00292, 29/12/1882, p.3)

Devido à sua atuação no norte do país, o nome de Agostinho dos Reis é cogitado para ser presidente da Província do Amazonas (*Diário de Notícias PA*, ed. 00043, 24/02/1887, p. 2). Ele foi uma das lideranças dos festejos pela Lei Áurea no Pará, não só comemorou, como foi aclamado por sua militância. E mesmo após a Abolição, o Dr. Reis continuou sendo atuante politicamente, assumindo uma postura republicana, se candidatando para outros cargos públicos e buscando melhorias para sua região. Como a defesa de uma ligação mais próxima

entre a Corte e Manaus através dos navios da Companhia Brasileira de Navegação à vapor, expressa em um longo artigo publicado no Diário de Belém, que, além disso, tratava de outras conquistas dessa região (*Diário de Belém*, 08/08/1892, ed. 00176, p.3). Houve, também, a apresentação de um projeto apresentado na Câmara para a construção de vilas operárias (*A República*, ed. 00698, 19/10/1893, p. 2), o *Challet Reis*, como ficou conhecido o projeto coordenado por ele, que já havia sido exposto no ano de 1891 e um tipo de moradia que utilizava novas possibilidades de materiais e soluções para a engenharia (*Democrata*, Ed. 00182, 08/10/1891, p. 2).

Desde 1887, o Dr. Reis fez conferências sobre as estradas de ferro, como a realizada sobre estatística aplicada às estradas de ferro durante a *Exposição dos Caminhos do Ferro Brasileiros*, realizada pelo Club de Engenharia. Em 1915, conseguiu a concessão para a construção de uma estrada de ferro partindo de Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, cidade paraense. Agostinho dos Reis defendia esse projeto como sendo a ligação mais rápida e econômica da Bacia Amazônica à do Prata, segundo suas próprias palavras:

Penso nesta estrada e tenho-a estudado desde o tempo da monarchia e neste regimen há 25 annos que lucto por conseguil-a. Todos os engenheiros, que a estudam não podem ter outra opinião senão esta – que tal estrada é d’aquellas que devem ser consideradas “imprescindiveis” ao progresso do Brasil. (Estado do Pará, Ed.01735, 13/01/1916, p. 1)

De acordo com Telles (1994), os trabalhos de locação da linha começaram em 1922, e as obras no ano seguinte. Porém, pouco teria sido feito, pois dificuldades financeiras não permitiram dar prosseguimento à obra.

Outra paixão de José Agostinho dos Reis foi o Jockey Club. Em 1891 foi eleito para a diretoria dessa instituição, e em 1898 assumiu a presidência do Jockey. No ano do centenário desta instituição, o Jockey Club realizou um prêmio em sua homenagem, como reconhecimento por sua dedicação ao esporte.

Outro fato interessante foi a sua participação no concurso para o monumento ao Cristo Redentor, que se destinava às comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil. Pertencente ao Círculo Católico do Rio de Janeiro, responsável pela proposta e por angariar fundos para a construção do monumento, o Dr. Reis fez parte de uma comissão técnica e apresentou um projeto para a construção. Foram três projetos selecionados: do projetista do Museu de Belas Artes, Adolfo Morales de Los Rios, de José Agostinho dos Reis, e o terceiro e vencedor foi o de Heitor da Silva Costa (*Jornal do Commercio AM*, ed. 35117, 11/02/1990, p. 16).

José Agostinho dos Reis faleceu em 11 de setembro de 1929 em sua residência no Andaraí, Rio de Janeiro, deixando sua esposa Clara Isaac dos Reis e seus seis filhos: Aureliano Isaac dos Reis, Maria de Lourdes Isaac dos Reis, Leonarda Isaac dos Reis, Agostinho Isaac dos Reis, Tarcísio Isaac dos Reis e Amália Isaac dos Reis. Tinha 75 anos, ocupava a vice-presidência do Club de Engenharia e era professor catedrático da Escola Politécnica. Houve diversas manifestações na imprensa e até na Câmara dos Deputados ressaltando sua origem humilde, sua dedicação aos estudos, às causas abolicionista e republicana, e o auxílio aos mais pobres.

1.5.2 À ciência e a uma educação popular

A questão educacional esteve presente no pensamento de José Agostinho dos Reis desde a sua formação. Não podemos esquecer de sua participação nas comemorações pelo Ensino Livre, aprovada pela reforma educacional de Leôncio de Carvalho, no qual defendeu suas reformulações. Como outros jovens acadêmicos, trabalhou como professor preparador, e em sua tese para obtenção do título de engenheiro fez proposições sobre economia política, forma e remuneração do trabalho, além de defender a educação popular:

Dae liberdade ao operario, sejam garantidas as suas propriedades e principalmente o direito da herança; edue-se o povo, incuta-se no seu espírito o amor da virtude e do bem, compreenda o empresário que o segundo preceito do decálogo diz-nos: Amai-vos uns aos outros – e assim ter-se-há conseguido pelo melhor dos meios possíveis, por meio do amor e da liberdade, dar ao mundo a Paz Social. (*O Liberal do Pará*, ed. 00254, 09/11/1880, p.1)

Agostinho se dedicou às conferências públicas, principalmente na capital paraense, declarando que essas teriam um caráter educacional, tendo por finalidade maior “educar e instruir o povo” (*A Constituição: órgão do Partido Conservador*, 17/01/1881, ed. 0013, p. 1). Na Corte, ainda durante o ano de 1881, o Dr. Reis também foi convidado a participar das Conferências Populares da Glória³⁹.

³⁹ De acordo com Karula (2013), essas conferências criadas em 1873 pelo conselheiro Manoel Francisco Correia, aconteciam em uma escola pública da freguesia da Glória, daí seu nome, eram públicas e gratuitas e aconteciam inicialmente duas vezes por semana, posteriormente passando a ser realizada nos domingos. Não eram políticas, sem filiação partidária e falavam de temas diversos, tendo por frequente a instrução pública. As conferências, suas temáticas e seus convidados eram anunciados pela imprensa, e, em 1876, o conselheiro passou a publicar um

Ainda em 1881, foi aceito como sócio da *Associação Promotora da Instrução de Meninos* e discursou sobre a instrução e educação feminina no Colégio Santa Thereza, no Pará (*Gazeta de Notícias RJ*, ed. 00191, 18/07/1881, p. 2; *O Liberal do Pará*, 15/12/1881, ed. 00282, p. 1).

Outro ponto de destaque foi a defesa da educação em seu projeto para os Engenhos Centrais. Dentro de sua proposta, além de empregarem somente o trabalho livre, seus engenhos abririam espaço para a educação, “os alumnos de escolas agrícolas do Pará possam fazer seus estudos e os exercícios práticos nos estabelecimentos quer rurais, quer fabris” (*Diário de Belém*, ed. 00286, 21/12/1882, p. 3). Apesar das poucas informações coletadas sobre esse plano educacional a ser implantado nos engenhos, isto nos remete à proposta de educação técnica defendida por Rebouças, preparando os alunos para o trabalho técnico a ser desempenhado nesses estabelecimentos. Nesta proposta, Agostinho também reforça a importância do desenvolvimento científico brasileiro e, principalmente, da Escola Politécnica:

A indústria assucareira vae de dia para dia se aperfeiçoando, cumpre, pois, acompanhar o progresso. Para isso é preciso, é mesmo indispensável ter os conhecimentos technicos da Biologia Industrial, que por emquanto no Brazil ensina-se somente no curso de sciencias naturaes da Escola Polytechnica. (Idem, p. 3)

Agostinho dos Reis, como mencionado, acreditava no desenvolvimento do país e de sua região, defendendo a ciência e a educação, nos diversos institutos acadêmicos e profissionais que circulou, tais como *Instituto de Ciências Naturais*, *União Politécnica*, *Instituto Acadêmico de Engenharia*, *Club de Engenharia*, além de diversas outras sociedades de classe e abolicionistas no Rio e no Pará.

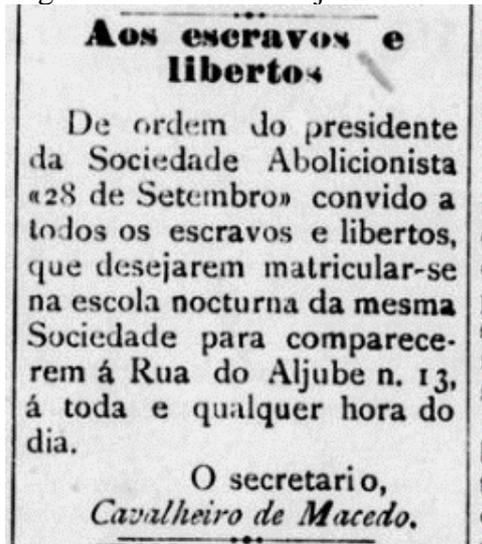
Na fundação do Centro Abolicionista da Escola Politécnica, momento em que Agostinho dos Reis fez aquele discurso emocionado apresentado no início deste tópico, o professor também expôs a proposta de que seja composta uma comissão para solicitar a adesão ao movimento abolicionista de todas as faculdades do Brasil. Algo que foi incorporado ao estatuto da instituição, o apelo a todas as instituições escolares para se tornarem abolicionistas (*Gazeta de Notícias*, 09/08/1883, ed. 0021, p.1).

Em Belém, como um correspondente da *Confederação Abolicionista* para o norte do país, Agostinho dos Reis levou para essa região a forma de militância que na capital do Império estava funcionando, como na *Sociedade Abolicionista 28 de Setembro*. Instalada em 30 de setembro de 1883, o Dr. Reis propôs em uma de suas reuniões a criação de uma associação

periódico denominado Conferências Populares, no qual foram apresentados discursos deste ano e alguns anteriores.

composta por libertos anexa à Sociedade 28 de Setembro, propondo até o nome *Club dos Libertos de Belém*, uma homenagem ao clube da Corte, e ainda sugerindo a fundação de uma Escola Noturna, “onde todos pudessem beber da instrução, tanto liberto, quanto escravos, a qual funcionará das 7 às 9 da noite e tomará o título de <<28 de setembro>>” (*Diário de Notícias*, 23/01/1884, p. 2). A sociedade acatou a proposta, mas a reformulou: decidiram criar uma organização feminina anexa à Sociedade que trabalharia juntamente pela causa, a Libertadora Visconde do Rio Branco, que seria responsável pela fundação de uma escola noturna “onde escravas, libertas e ingênuas possam ter instrução necessária” (*Diário de Notícias*, ed. 00033, 09/02/1884, p.3). Já em abril deste ano, os anúncios direcionados aos escravizados e libertos mostram que a escola foi fundada, mas não trazem informações sobre as classes femininas. Segundo Bezerra Neto (2009), a escola se abriu para escravizados e libertos de ambos os sexos, conforme o anúncio a seguir:

Figura 24 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Diário de Notícias, ed. 00091, 22/04/1884, p. 3

Como outros abolicionistas citados, José Agostinho dos Reis também foi homenageado com a instituição de uma organização abolicionista com seu nome. O Grêmio Abolicionista Agostinho dos Reis, “fundado aqui por alguns *homens das letras e estudantes*” (*Diário de Notícias*, 22/08/1884, ed. 00192, p. 2, grifos da autora), surgiu no momento em que a Confederação Abolicionista ampliou o número de associações e assumiu a disputa política, lançando suas candidaturas.

Figura 25 – Detalhe do jornal

Theatro Recreio Dramatico
GREMIO AGOSTINHO DOS REIS
GRANDE MATINÉE
 Amanhã domingo 20 de Julho Amanhã
 ORADOR OFFICIAL O ILLUSTRADO DR.
JOSÉ AGOSTINHO DOS REIS
 LENTE DA ESCOLA POLYTECHNICA

Programma
 Depois da abertura pela orchestra, occupará a tribuna o presidente e orador, Dr. Agostinho dos Reis, que em seu discurso fará uma importante revindicação historica em favor do immortal patriarcha da nossa independencia.

JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADE E SILVA
 e apreciará a grande victoria obtida a favor dos escravos, no parlamento, pelo benemerito Conselheiro Dantas

esplendido e variado concerto
 devido á nobre generosidade do Sr. Dias Braga e dos eximios artistas e amadores que para elle cooperam:

1.ª **Sertaneja de Hiberia**,—pelo Sr. Chapó Prevost. 2.ª **Uma grande aria de balso**, pelo distincto artista lyrico Giovanni Scolari. 3.ª **Grande phantasia para flauta**, pelo Sr. Motta Mallo. — Intervallo de 10 minutos. — 4.ª **Machos Carvalhos**, o distincto e festejado peiza popular recitará nos posses de sua lavra. 5.ª **Morceau dramatique**, pelo maestro Bernaradelli. 6.ª **Tremulo**, de Gottschalk, pelo eximio e inigual professor Cerqueira. — Acompanhamento a piano pelos distinctos artistas Arnald e Jorge Kler, que graciosamente se prestam a abrilhantar a festa. **Os camarotes são reservados para as familias.**

A entrada fica á generosidade do publico
 que com tanta distincção costuma corresponder nos apellidos de sua ordem

COMEÇARÁ AS 11 HORAS
 N. B. Os convites feitos ás familias e associações permanecem, e pedese o comparecimento das mesmas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta da Tarde, ed. 00165, 18/07/1884, p. 3

Ainda nas comemorações da Lei Áurea, a educação dos ex-escravizados mobilizou o debate entre as personalidades paraenses. A *Liga Redemptora*, que surgiu em abril de 1888, tendo o Dr. Reis como conselheiro, foi uma das organizações abolicionistas que se dedicaram a pensar a educação para os novos cidadãos:

Estão findas ou a findar as festas com que, por honra nossa, celebramos a Lei 13 de maio – a redempção de cerca de 800 mil captivos. Porque não crear um estabelecimento que não só commemore de uma maneira durável essa gloriosa data, como que seja o educador d’esses novos cidadãos, e, também d’aquelles que pela ignorância e falta de educação, mais pertos delles estão. Creio que a utilidade, como a oportunidade, de uma tal fundação não póde ser posta em dúvida e que por fallar na technologia parlamentar passaria sem discussão. Resta a questão prática, a questão importantíssima da exequibilidade do projeto, que tenho a honra propor a consideração da imprensa paraense, e, principalmente, dos meios de garantir ao futuro Lyceu de Artes e Officios “ 13 de Maio” – permita-me chamá-lo assim – duração e vida. (*Diário de Notícias PA*, 19/05/1888, ed. 00113, p. 2)

Apesar da ideia do Liceu ter ficado adormecida, a ideia da educação para os novos cidadãos e o nome “13 de Maio” foi posta em prática. Para se responsabilizar pela criação e manutenção da escola, foi fundado o *Club 13 de Maio*, que fazia suas reuniões nas dependências da *Liga Redemptora*, tendo por diretoria: presidente, Antonio José Pinho; secretário, 1º tenente da Armada Ignácio da Cunha; tesoureiro, Joaquim Travassos da Rosa; tendo entre seus demais membros, Dr. José Agostinho dos Reis, Dr. Augusto Santa Rosa, tenente Alfredo José Barbosa, Francisco Jose Monteiro, Cícero da Costa Aguiar, Octaviano Jose de Paiva, capitão-tenente José Antonio de Oliveira Freitas e Manuel Ignácio da Cunha. O senhor Antônio José Pinho, membro do clube, disponibilizou as lojas de seu prédio no Largo da Sé para funcionar a escola. Antes de ser inaugurada, os jornais já anunciavam:

Escola 13 de Maio

Abrindo o Club 13 de Maio, no dia 11 de junho, uma escola nocturna de primeiras letras, e aulas auxiliares de desenho, participa-se que as matrículas estão abertas, desde já, na sala do mesmo *Club*, no largo do Palácio, n.º.2

Roga-se ás pessoas que lerem este annuncio, de avisarem aos interessados. (Diário de Notícias PA, 05/06/1888, ed. 0126, p.1)

A *Escola 13 de Maio* foi inaugurada no dia 19 de junho em uma sessão solene no qual compareceram o presidente da província Miguel de Almeida Pernambuco, oficiais do exército e da armada, oficiais da polícia, professores do Lyceu Paraense e membros da Confederação Artística, tendo como orador da solenidade o Dr. Henrique Santa Rosa e a apresentação de duas bandas de música (*Jornal das Novidades*, 20/06/1888, ed. 00015, p. 2). A escola funcionava com aulas noturnas de primeiras letras, desenho linear, geometria prática e desenho de figura, chegando a ter 150 alunos matriculados no mês de agosto de 1888 (LOBO, 2020).

Em carta ao seu amigo, o conselheiro João Alfredo, Agostinho dos Reis falou sobre as comemorações da libertação na província do Pará e complementou:

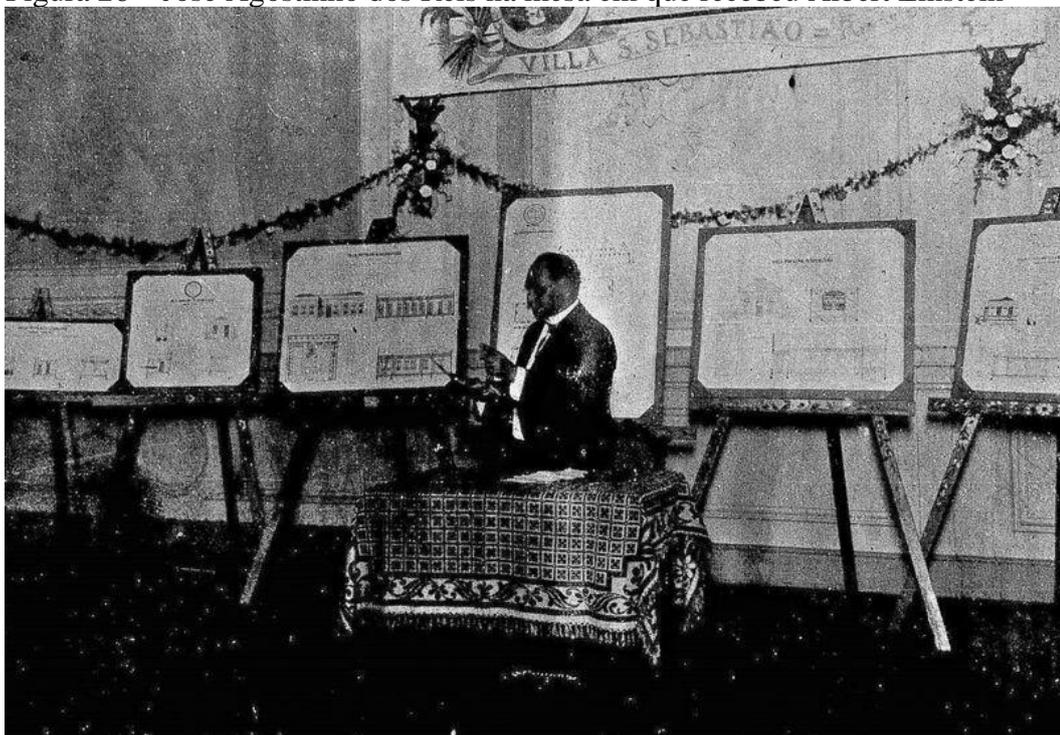
Criamos aqui o Club 13 de Maio – e a escola para os cidadãos da Lei de 13 de Maio já está funcionando, tendo disso inaugurada oficialmente pelo Dr. Pernambuco. O retrato da Princesa vai ser collocado na sala da escola e o nome de V. Exa., da Princesa, de José Patrocínio e outros figuram já ali em bonitos escudos. Tem a escola aula de primeiras letras – ensino completo – e vão se abrir classes de desenho; creio que podemos considerar a escola a gêmea do Lyceo 13 de Maio. (REIS, 1888, p.3)

Para essa escola foi doada uma máquina a vapor para seu curso profissional pelo diretor das oficinas do arsenal de marinha (*Diário de Notícias PA*, 18/11/1888, ed. 0258, p.2). Em abril de 1889, o presidente da província cedeu o espaço do prédio da Escola Prática para que o *Club 13 de Maio* transferisse a sua escola noturna, no mesmo prédio funcionava a junta de higiene e a escola durante a noite (LOBO, 2020). Alguns prêmios foram cedidos para os melhores desempenhos de alunos, e nas comemorações do aniversário da Lei Áurea, o *Club 13 de Maio* e sua escola eram lembrados como importantes organizações da instrução popular, recebendo “alunos de todas as condições, cores e classes” (*A Província do Pará* apud LOBO, 2020, p. 113).

Como tentamos demonstrar, grande parte da vida de José Agostinho dos Reis foi dentro da Escola Politécnica. Nesta instituição, ainda como acadêmico, se revoltou contra o sistema de poder monárquico exercido sobre as academias, encontrou respaldo para seus pensamentos abolicionistas, atuando nas diversas organizações que militavam pela causa, além de ter participado de diversas organizações científicas... Ele entrou como professor substituto e chegou a professor catedrático, assumindo a direção da instituição em diversos momentos.

Na comemoração do Jubileu da Escola Politécnica – 50 anos, em 1924, José Agostinho Reis ocupava o cargo de vice-diretor dessa organização, estando como diretor efetivo o Dr. Paulo de Frontin. Foi como diretor dessa organização que em 1925 recebeu Albert Einstein (1879-1955). O físico esteve no Brasil em dois momentos: em 21 de março, quando se dirigia para a Argentina, e entre 04 e 12 de maio de 1925, quando voltava para Europa. Einstein teve vários compromissos, estando em diversas instituições de pesquisa, como no Museu Nacional, no Instituto Oswaldo Cruz, na Academia Brasileira de Letras e no Observatório Nacional. Também proferiu três conferências: no Clube de Engenharia, no dia 6 de maio, falando sobre a Teoria da Relatividade Restrita; na Academia de Ciência, em 7 de maio, sobre a Teoria Quântica da Luz; e na Escola Politécnica, em 8 de maio, sobre a Teoria da Relatividade Geral. Presumimos que em duas dessas conferências Agostinho dos Reis esteve presente, pois no Club de Engenharia, ocupava a vice-presidência, e na Escola Politécnica estava à frente da direção. Essas duas conferências se articulavam e se complementavam, “para maior comodidade, o professor Einstein dividiu sua conferência sobre a Theoria da Relatividade, em duas partes: uma será realizada no Club de Engenharia e outra na Escola Polytechnica” (*O Jornal*, ed. 01955, 05/05/1925, p.1). José Agostinho dos Reis presidiu a mesa, fazendo um discurso de apresentação do físico e posteriormente passou a palavra para ele, que continuou sua apresentação sobre sua teoria.

Figura 26 – José Agostinho dos Reis na mesa em que recebeu Albert Einstein



Fonte: Imagem retirada da internet <https://dol.com.br/noticias/para/687339/os-negros-paraenses-que-lutaram-contra-a-escravidao?d=1>

Como homem da ciência, José Agostinho dos Reis estimulou e auxiliou no desenvolvimento de instituições acadêmicas e profissionais, e realizou estudos e projetos para o desenvolvimento do país. Como docente, acreditou na junção entre educação e abolição para transformação da realidade social vivida, se empenhando em propostas para educação popular, não esquecendo da educação técnica e dos operários. Como católico, defendeu sua crença, estimulando o pensamento nos mais vulneráveis. Como paraense, via com preocupação os interesses políticos que eram defendidos em sua região, pensando e propondo melhorias.

A trajetória de José Agostinho dos Reis é extremamente significativa, não somente por ser uma pessoa que nasceu como escravizado e conseguiu destaque e prestígio social, mas também pelo fato de ter sido esquecido pela história brasileira. Entendemos que as questões de raça e racismo presentes na vivência do Dr. Reis, e que muitas vezes foram dissimuladas pelos cargos e contatos sociais que alcançou, são evidenciadas no ocultamento de sua condição de escravizado, assim como no apagamento de sua importância histórica.

2 A MOCIDADE ACADÊMICA: ABOLICIONISMOS E ENFRENTAMENTOS NAS INSTITUIÇÕES IMPERIAIS DE EDUCAÇÃO

A mocidade brasileira vai felizmente compreendendo o importante papel que representa n'este torrão americano (...) Convictos que o homem somente se eleva pelo trabalho nos congregamos para trabalhar, nutrimos crenças políticas diversas, porém em nossos peitos pulsam corações americanos, adoramos a liberdade e temos bastante fé no futuro; o patriotismo e o amor ao trabalho são os laços indissolúveis que nos unem em amplexo fraternal. (...) não seremos indiferentes aos clamores do povo oprimido, e nos esforçaremos à antepor um paradeiro ao descabro da honra pública.
(Centro Acadêmico, ed. 0002, 14/07/1872, p. 1)

O termo “mocidade acadêmica” foi utilizado diversas vezes no século XIX para se referir aos estudantes das instituições superiores. Com a abertura das primeiras faculdades, os jovens alunos e alunas acreditavam ser os portadores de transformações, de modernização para nossa sociedade. Acadêmico, nesse caso, não se refere somente aos estudantes, mas a tudo que está relacionado à academia, por isso, apesar do termo ter sido empregado pelos e para os estudantes, este capítulo irá englobar também os docentes. Um grupo de professores que ousou junto com seus alunos e alunas, auxiliaram na estruturação do campo científico e da educação superior brasileira, além de pensar e propor ações para nossa sociedade.

Neste capítulo iremos nos debruçar sobre as instituições de ensino superior abertas pelo governo imperial no Rio de Janeiro como uma forma de compreender o posicionamento político dos acadêmicos, destacando os estudantes e professores negros dentro da luta antiescravista. Para isso, analisaremos a estruturação dessas escolas e faculdades, compreendendo que dentro do processo de colonização exercido por Portugal estava previsto o controle intelectual. De igual forma, a institucionalização e legitimação de várias carreiras, como a engenharia, o militarismo e a medicina no Brasil, passaram por processos de negociação e conquistas em que a mobilização de jovens estudantes foi essencial. Neste momento, uma boa parcela da população negra ainda estava nas senzalas, vivendo sob o jugo da escravidão, enquanto outra parcela de homens e mulheres, livres e de origem humilde, buscaram na educação uma forma de transformação e ascensão social, sendo importantes na estruturação dessas áreas e de seu ensino.

“Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior”, com essa frase José Murilo de Carvalho inicia seu argumento sobre a formação da camada

dirigente brasileira, “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, e o papel da educação como fator de coesão e treinamento (CARVALHO, 2008, p. 65). A dominação portuguesa sobre sua colônia passava pelo controle da estrutura econômica, como também da proibição de organizações que poderiam desenvolver transformações culturais, a universidade e a tipografia, “a imprensa e o livro” (TEIXEIRA, 1989). Assim, jovens eram enviados a Coimbra ou a outras universidades estrangeiras para obter sua formação, sendo o governo responsável por seu financiamento. Já em 1557, vão os primeiros estudantes nascidos neste solo buscar em Portugal uma formação em Letras. Algo que contrasta com as conquistas espanholas no solo americano que desde 1538 fundaram universidades, criando seus próprios centros de formação universitárias, chegando a totalizar 25 universidades em toda América espanhola. Como resultado dessa política, formaram elites intelectuais em praticamente todas as regiões administrativas que posteriormente se tornaram países independentes, e a educação superior chegou ao alcance de 150.000 pessoas até o final do período colonial, em comparação ao reduzido número estudantes brasileiros, inferior a 2.000, formados em Coimbra. Por outro lado, Portugal evitou a fragmentação de suas terras e alcançou o objetivo de unificação do território.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, e principalmente com a independência, houve a necessidade de melhorar a estrutura local. Foram pensados espaços para formação de uma elite que atendia a rígidos critérios de seleção e controle, estabelecendo uma camada socialmente coesa. Desses espaços saíam uma camada dirigente altamente educada, assumindo postos administrativos e principalmente políticos.

Dessa forma, a educação foi utilizada como uma maneira de assegurar os privilégios de uma ordem social que se pretendia “fechada, imóvel e rígida” (TEIXEIRA, 1989, p.58) Porém, como vimos nas trajetórias biográficas do capítulo anterior, essa estrutura foi contestada por dentro. Jovens negros, de ascendência escrava, utilizando um misto de dedicação aos estudos e meios de apadrinhamentos, se inseriam nas instituições de ensino superior, local de formação da elite brasileira. Muitos conseguiram romper as barreiras impostas se graduando nessas organizações e alcançaram postos de docentes, passando por rigorosos concursos. Como pudemos demonstrar capítulo anterior, eles sofreram discriminações e preconceitos, elementos estruturantes de uma sociedade escravista, que tentavam menosprezar a capacidade intelectual desses indivíduos. Mas, esses obstáculos não foram suficientes para impedir o reconhecimento e o prestígio alcançado dentro de suas carreiras.

Se pensarmos nos centros de formação superior no Brasil, podemos destacar que apesar do isolamento e da independência de cada instituição, havia um desejo de compartilhar, de

trocar experiências e de se posicionar perante algumas questões sociais. Esses docentes tinham consciência do papel que desempenhavam enquanto acadêmicos e utilizaram a imprensa para se manifestar, criando uma série de periódicos, alguns reuniam representantes de diversas escolas de ensino superior, como o *Centro Acadêmico* ou *União Acadêmica*, os quais conheceremos mais à frente. Neles, diversos temas sociais eram tratados, como a educação do povo, o ensino superior e a abolição da escravatura.

De igual forma, a associação estudantil permitiu diversos modos de mobilização, exigindo direitos, lutando contra os privilégios de algumas categorias, se colocando a favor da liberdade, do desenvolvimento e progresso da nação.

Nesse sentido, apresentaremos as mobilizações em cinco instituições educativas abertas pelo governo imperial no Rio de Janeiro: a Escola Politécnica, a Escola Militar, a Faculdade de Medicina, o Conservatório de Música e a Academia Imperial de Belas Artes. Em alguns momentos, faremos o diálogo com outras organizações, como a Faculdade de Medicina na Bahia, por compreender a necessidade de uma visão mais ampla do que estaremos trabalhando e defendendo.

2.1 Escola Politécnica – entre o parlamento e a mobilização popular

Entre as instituições imperiais de educação envolvidas no movimento abolicionista, a Escola Politécnica, sem dúvida, está entre as mais importantes. Além de ter a participação efetiva de André Rebouças e José Agostinho dos Reis, dois importantes professores dessa instituição que militaram na causa, essa organização fez protestos, passeatas, propôs reformulações ao Parlamento e sofreu perseguição.

Figura 27 – Leuzinger, Georges. Escola Central (1866) – Largo do Francisco – Rio de Janeiro



Fonte: Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/8530>.

Para pensarmos a importância da Escola Politécnica dentro da estrutura imperial, vamos apresentar o início do ensino da engenharia no Brasil, assim como a formação e atuação de engenheiros negros em prol da consolidação desse campo do saber. Isso nos dará base para compreendermos a importância dessa organização na campanha abolicionista, no envolvimento do corpo discente e docente na pressão à representação legislativa e mobilização popular.

2.1.1 A consolidação da Engenharia no Brasil e a atuação de engenheiros negros

Na edição 113 do jornal *O Globo* de 1877 descreve-se os nomes das pessoas que completaram o curso de engenharia civil na Escola Politécnica, dentre os 36 formandos temos três homens negros: Teodoro Fernandes de Sampaio, José Pereira Rebouças e Carlos Alberto (*O Globo*, ed. 000113, 07 e 08/05/1877, p. 2). Em meio à lógica escravocrata, a consolidação dessa área foi reconhecida como um campo de oportunidades para alguns jovens negros, alguns de famílias que ascenderam socialmente, outros de origem humilde e escravizada.

Como mencionamos, Rebouças pai compreendeu sua importância e visualizou as possibilidades de negócios para os irmãos mais velhos, André e Antônio, ingressantes com 15 e 16 anos na Escola Militar e depois se tornaram engenheiros consagrados. Já José Agostinho dos Reis ingressou na Escola Central em 1873, assim como os irmãos Rebouças, conquista respeito e prestígio profissional. Mas, como demonstra a supracitada edição do jornal, eles não foram os únicos.

As necessidades de infraestrutura, construção de estradas, pontes e obras hidráulicas, importantes ao processo de modernização do Império, exigiram um grande número de engenheiros civis para atender a essas demandas. Dessa forma, a engenharia passou a se estabelecer como uma área de conhecimento científico, mas não podemos deixar de reconhecer que seus profissionais:

Nascidos no seio da monarquia escravista e agrária, instrumentalizam-se e capilarizam-se em espaços de poder, consolidando seu papel de técnico-intelectuais em uma conjuntura pautada pelo esforço de viabilização das condições políticas e materiais de reordenamento da infraestrutura e espaço urbanos, necessários à expansão e otimização da produção e circulação de mercadorias. (RODRIGUES, 2017, p. 11).

Por isso, a formação de engenheiros negros nesse período é significativa. Eles representavam a transformação e modernização de que o país necessitava, se colocando em defesa de um conhecimento técnico-científico, como a engenharia, e de valores políticos e sociais mais amplos, como a abolição e a república.

José Pereira Rebouças herdou o nome do tio que era músico, mas, como os irmãos, decidiu também se formar em engenharia. Apesar de não ter o mesmo reconhecimento dos irmãos mais velhos, José Rebouças é patrono na Academia Nacional de Engenharia, trabalhou na Estrada de Ferro Ituana, na criação do Serviço de Abastecimento de Água em São Paulo, além de projetar a nova estação da Companhia Ituana (posteriormente Sorocabana) no Bairro Alto.

Figura 28 – Ferrez, Marc. Obras do abastecimento d’agua do Rio de Janeiro: encanamento geral: repuxo, junto à Ponte da Pavuna. [1876-1882].



Legenda: Em primeiro plano, à esquerda, possivelmente os irmãos engenheiros André Rebouças e Antônio Rebouças

Fonte: Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/208>. Acesso em: 20 dez 2022

Carlos Alberto era filho de Phillippe José Alberto Junior, professor negro formado pela Escola Normal da Bahia que dirigiu a escola de Niterói entre os anos de 1862 e 1868. Com apenas 20 anos e acadêmico de engenharia, Carlos Alberto foi um dos fundadores do *Instituto Philologico Nicherioyense*, que em 1871 tinha como lema propagar a instrução do povo e abrir uma biblioteca. No ano seguinte foi inaugurada uma escola noturna, o *Liceu Operário*, a primeira escola operária da cidade de Niterói que teve um caráter profissionalizante e popular, “oferecia aulas noturnas para formar técnicos que seriam depois aproveitados na indústria particular e nas oficinas da Marinha” (VILLELA, 2018, p. 356).

Já Teodoro Sampaio tem uma história peculiar. Nascido no Engenho Canabrava, Freguesia de N. S. da Ajuda de Bom Jardim na Província da Bahia, em 07 de janeiro de 1855,

filho da escravizada ou liberta Domingas⁴⁰. Com relação a sua paternidade, alguns autores falam que estaria ligada à família Costa Pinto, dona do Engenho no qual nascera, e de grande importância no Recôncavo Baiano, já outros afirmam ter sido filho do sacerdote Manuel Fernandes Sampaio. Segundo suas próprias palavras: “O meu progenitor era branco, homem culto de uma família de lavradores, senhores de engenho do Recôncavo de S. Amaro” (SAMPAIO apud PIERSON, 1945, p. 425). Até os dez anos viveu em Santo Amaro, vendo as desigualdades existentes no próprio seio familiar, pois seus irmãos mais velhos, Martinho, Ezequiel e Matias, permaneceram escravizados. Em 1865, passou a residir na Corte onde concluiu as primeiras letras e fez o preparatório no Colégio de S. Salvador. Aos dezessete anos entrou para o curso de engenharia civil na Escola Central, sendo aluno de André Rebouças, do qual, dentre outros professores, citou em seu texto autobiográfico⁴¹ sendo de grande relevo para a ciência. Como outros homens negros no período, para se manter passou a dar aulas em colégios particulares, entre eles, o Colégio Abílio⁴², trabalhando também como desenhista no Museu Nacional (*Jornal do Comércio*, ed. 00012, 12/01/1877, p. 8). Segundo seu registro, o início da carreira ocorreu dois anos depois de formado, quando foi indicado para a Comissão Hidráulica, responsável por um estudo sobre os portos e rios do interior brasileiro, e nessa ocasião experimentou o que chamou de “preconceito social”. Mesmo sendo convidado para fazer parte da comissão e ter comparecido na apresentação ao Ministro, seu nome foi cortado da nomeação em Diário Oficial:

É que eu era o único homem de côr na luzida comitiva e ao espirito do Oficial de Gabinete do Ministro o fato parecera-lhe muito chocante, tanto mais quanto se tratava de pessoal a servir com técnicos americanos, os quais, ao que se dizia, não apreciavam a companhia dos homens de côr. Foi assim eliminado e experimentou então o primeiro espinho de preconceito entre nós. (SAMPAIO apud PIERSON, 1945, p. 426)

Por intermédio do Senador Viriato de Medeiros, que lhe fez o convite, tudo ficou resolvido e Teodoro Sampaio fez parte da Comissão, inclusive pôde “conquistar a estima e

⁴⁰ Ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre a libertação de sua mãe, e sobre sua possível nascença de Teodoro como cativo. De acordo com Wlamira Albuquerque (2015), os documentos sobre o forro de Domingas da Paixão do Carmo não foram encontrados, permanecendo uma dúvida sobre o nascimento de Teodoro Sampaio pelo ventre livre ou ainda na condição de escravizado, que devido ao prestígio social alcançado tenha sido silenciado.

⁴¹ Texto solicitado por Donald Pierson para sua pesquisa sobre as relações raciais na Bahia, quando permaneceu nesse estado entre 1935 e 1937. Como resultado, publicou o livro *Negroes in Brazil, a Study of Race Contact at Bahia*, em 1942, traduzido para *Branços e pretos na Bahia - estudo de contato racial*, na edição brasileira.

⁴² Como mencionamos, o Colégio Abílio pertencia ao professor e abolicionista Abílio Borges. Os colégios desse professor foram importantes centros de formação de uma elite intelectual abolicionista (SOUZA, 2015), inclusive com a atuação de professores negros como Vicente de Souza e Teodoro Sampaio.

amizade” daqueles que lhe foram inicialmente contrários. Mesmo com esse “incidente”, ele conseguiu despontar na carreira, porém, sendo mais discreto com relação ao abolicionismo do que outros homens negros. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que Sampaio se envolveu na luta pela causa. Na Conferência Emancipadora realizada em 26 de dezembro de 1880, temos a confirmação de sua participação e a descrição de que era um dos sócios fundadores da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão* (*Gazeta da Tarde*, ed. 00146, 27/12/1880, p.1). Em sua vida privada, seus irmãos continuaram escravizados na Bahia, revelando os entraves do escravismo na sua vida pessoal. Em razão disso, Teodoro Sampaio não esqueceu suas origens e sua família, e empenhou-se na alforria dos seus irmãos. Em 1878, no mesmo ano que fez parte da Comissão Hidráulica, comprou a alforria de Martinho. Já em 1882, negociou a compra da alforria de Ezequiel com o auxílio de sua mãe, a liberta Domingas, utilizando-se da aproximação e cordialidade mantida com a família Costa Pinto. Dois anos depois, em 1884, Matias foi libertado: “A alforria do crioulo Matias, sem qualquer custo, foi justificada como deferência às boas qualidades dos seus parentes” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 91). Com isso, bem próximo à abolição, toda a família estava fora do cativeiro. Teodoro manteve os laços familiares por toda vida, e Matias morou em sua residência até sua morte em 1911.

Apesar de André, Antônio, José Agostinho, José Rebouças, Carlos Alberto e Teodoro terem reagido de formas diferenciadas às questões raciais de seu tempo, é preciso pontuar que uma pessoa negra no século XIX, como nos lembra Pinto (2018), sempre teria que lidar com assuntos e espaços escravistas. E esses não estariam distante de uma instituição educativa como a Escola Politécnica, mas o ingresso desses homens negros pode ter favorecido a um novo entendimento dessa lógica, e assim contribuído para a desconstrução de estereótipos, estimulando a militância abolicionista dentro dessa instituição educativa.

Todos eles também se mostraram engajados no processo de reconhecimento e valorização da engenharia, participando de algumas organizações acadêmicas e científicas, como o *Instituto Acadêmico de Engenharia*, no qual participaram André, José Rebouças e Agostinho do Reis, já no *Instituto Politécnico Brasileiro*, temos a indicação de que todos eles participaram, assim como no *Clube de Engenharia*.

Os engenheiros, dentro de um importante conjunto de saberes e práticas, adquiriram papel cada vez mais relevante no âmbito político do país. Muitos já acumulavam experiência na sociedade política. Todavia, seria a partir da fundação de associações, tais como o IPB e o Clube de Engenharia, que essa parcela dos intelectuais brasileiros se mobilizaria efetivamente para instituir um fórum de debates e um veículo para disseminação de novos conhecimentos ligados às atividades profissionais da

Engenharia civil, sempre em relação dialética com a sociedade política, particularmente em agências como a Diretoria de Obras Públicas, Inspetorias de Estradas de Ferro, mas também na Escola Central/Politécnica e na direção da maior “indústria” ativa: a Estrada de Ferro D. Pedro II, recém-encampada. (MARINHO, 2008, p. 67, grifos do autor)

É importante situarmos a presença de engenheiros negros nesse processo, pois eles não somente entraram em espaços de formação, como auxiliaram no movimento de consolidação de um campo científico, escrevendo artigos e livros, construindo mapas, trabalhando e debatendo grandes obras públicas, participando dessas importantes instituições. Eles ainda realizaram contribuições relevantes para a transmissão do saber desse campo, tais como, Rebouças, na Escola Central e Politécnica; Agostinho dos Reis, na Politécnica; e Teodoro Sampaio, no auxílio ao governo de Bernardino de Campos na instalação da Escola Politécnica de São Paulo em 1893.

Essas trajetórias e suas vivências dentro da Escola Militar, Escola Central e Politécnica, podem auxiliar na compreensão dos posicionamentos do corpo discente e docente com as questões raciais mais amplas, como os significados de ter um professor negro na formação de futuros profissionais, alunos negros e brancos, principalmente nesse momento em que aumentava a pressão pública em prol da abolição.

2.1.2 Mobilizações estudantis

O acesso de alunos que não pertenciam à classe alta, de grandes proprietários de terras/escravizados e de dirigentes políticos, pode ser um diferencial para os embates contra a estrutura estabelecida pelo governo imperial. Dentro da Politécnica, o envolvimento e a mobilização dos estudantes com questões mais amplas ocorriam desde a década de sua fundação.

Nas comemorações para receber o General Osório⁴³, uma comissão de alunos da Politécnica foi eleita para homenageá-lo, o que revelaria uma postura abolicionista. Nessa

⁴³ Manuel Luís Osório (1808-1879) foi marechal e político brasileiro, considerado um dos heróis da Guerra do Paraguai. Nasceu no Rio Grande do Sul, de praça do Exército Imperial galgou todos os postos da hierarquia militar de sua época, participou dos principais eventos militares do século XIX, como na Cisplatina, na Guerra dos Farrapos e na já citada Guerra do Paraguai. Ao longo de sua vida, recebeu os títulos de barão do Herval (1866) e de marquês do Herval (1869). Com o fim da Guerra do Paraguai, foi eleito Senador pela Província do Rio Grande do Sul e, posteriormente, nomeado Ministro da Guerra, tornando-se Marechal de Exército em 1877.

ocasião, Francisco Picanço como orador oficial menciona: “Os alumnos da Escola Polytechnica manifestam seu rigosijo pondo em pratica a seguinte legenda: Rende-se homenagem a um heroe libertando-se um escravo” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00116, 29/04/1877, p.1). Assim, foi passada uma carta de alforria para que o general libertasse um escravizado.

No mesmo ano, os alunos se organizaram para ajudar as vítimas da seca do Nordeste, recebendo, inclusive, ajuda da Regente Imperial ao pedir a uma companhia dramática que o sarau em prol das vítimas da seca fosse repassado à comissão dos estudantes da Politécnica (*Gazeta de Notícias*, ed. 00123, 06/05/1877, p.1).

Em 1879, mais uma vez, foi eleita uma comissão para auxiliar a viúva de um professor da escola que havia falecido, deixando a família em situação precária. Realizaram um espetáculo, cujo produto foi destinado à viúva e aos filhos do finado professor. Nesse fato, destacamos a participação de Antônio Feliciano de Castilho,, presidente, no ano seguinte, da organização abolicionista criada pelo corpo discente (*Gazeta de Notícias*, ed.00105, 17/04/1879, p. 10).

Quando falamos sobre Agostinho dos Reis, destacamos um caso especial ocorrido em 1879, no qual o movimento estudantil se levantou em prol da defesa dos estatutos da Politécnica e da saída indevida de seu diretor interino. Como explicamos, o professor Galvão estava na direção interina, no lugar do Visconde do Rio Branco, por ser o lente mais antigo da Escola, como regia os seus estatutos. Por uma ordem do Ministro do Império para que se cumprisse a Reforma da Instrução, o professor Galvão submeteu à aprovação da Congregação, procurando seguir o que apontava seus estatutos. Porém, essa medida foi vista com maus olhos pelo ministro, sendo decretada a saída da direção do docente. Os estudantes se mobilizaram, realizaram protestos à frente do Imperador, se colocaram através de notas na imprensa e foram até o Parlamento. A Congregação apoiou os estudantes, não aceitando um diretor interino externo que não fazia parte de seu corpo docente. Como resultado, aconteceu o afastamento de Visconde do Rio Branco da direção geral, trinta dias de fechamento da Escola e a substituição de alguns lentes interinos, e punições para o corpo docente e discente. Mesmo assim, os estudantes permaneciam resistentes, não frequentando as aulas propostas pelos professores indicados pelo governo. Diante de toda essa conjuntura, podemos reconhecer a liderança de José Agostinho dos Reis, um estudante negro que discursou e participou da elaboração de um abaixo-assinado enviado ao parlamento.

O clima de descontentamento não se instalou somente na Escola Politécnica, mas em outras instituições educativas imperiais com mobilizações importantes do corpo discente, como

na Faculdade de Medicina e até na Academia de Belas Artes em 1879. Também não podemos deixar de mencionar a Revolta do Vintém, da qual falamos no capítulo anterior, quando a participação popular foi intensa, e que a questão educativa também se inseria. Foi nesse momento de confronto com as decisões e a própria estrutura do governo imperial, no qual as instituições educativas tiveram protagonismo, que se iniciaram as conferências abolicionistas. Toda essa onda de questionamento influenciou os pensamentos e o direcionamento do movimento abolicionista que estava se configurando, e as instituições educativas foram vistas como um lugar estratégico, pelo desejo de mudança e transformação social da mocidade.

Nesse contexto surge a *Associação Emancipadora da Escola Politécnica*, uma organização criada por alunos com os princípios da causa emancipadora e de acordo com os questionamentos do período. Conforme o movimento se direcionava, suas estratégias e formas de ações se transformavam, e dentre essas mudanças foi fundado o *Centro Abolicionista da Escola Politécnica*. Diante desse contexto, a seguir iremos nos debruçar sobre a organização e a atuação dessas sociedades abolicionistas, e pensar em seus significados na estruturação de um novo campo do saber, a engenharia.

2.1.3 Associação Emancipadora da Escola Politécnica

Às 2 horas da tarde no Teatro São Luiz, de 29 de setembro de 1880, um grupo de alunos da Politécnica marcou o início de sua militância em prol da causa.

Figura 29 – Detalhe do jornal

Reuniram-se no theatro S. Luiz alguns alumnos da Escola Polytechnica, sob a presidencia do Sr. Antonio de Castilho, e installaram a *Associação Emancipadora da Escola Polytechnica*, cuja directoria ficou composta do seguinte modo :

Presidente, Antonio Feliciano de Castilho ; 1º secretario, Carlos Pimentel Junior ; 2º secretario, Silva Leão ; thesoureiro, Francisco Monlevade ; conselho fiscal: Francisco do Rego Barros, Augusto Maximo Baptista Junior, Pedro Luiz Soares de Souza .

Commissão de estatutos: Edmundo Busch Varella, Frederico Carlos da Costa Brito, Samuel Gomes Pereira e Luiz Ayres Junqueira de Almeida .

O nome dessa organização estava de acordo com o direcionamento do movimento, por isso a escolha de emancipadora, ao invés do termo abolicionista. Conforme os anúncios, a iniciativa de constituição dessa organização foi dos estudantes, tendo à frente o engenheiro Antônio Feliciano de Castilho⁴⁴, mas o corpo docente não permaneceu distante. Poucos dias depois, no dia 1º de outubro de 1880, na *Gazeta da Tarde* é anunciado: “Temos a satisfação de publicar que o digno director interino dessa escola o conselheiro I. da C. Galvão e a mór parte dos lentes cathedraicos dessa escola inscreveram-se como sócios dessa auspiciosa associação” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00072, 01/10/1880, p. 2). É interessante observarmos o nome do professor Galvão, pelo qual os alunos se mobilizaram em sua defesa no ano anterior, novamente à frente da direção interina da escola, assim como seu apoio ao grupo de estudantes nessa organização.

Em um artigo publicado na *Gazeta da Tarde*, sobre a organização dessa associação, menciona o desejo de “trabalhar na construção de uma nova Patria, patria de homens livres e não de senhores e de escravos (...) de landocratas parasytas insaciaveis e de miserrimos proletarios sem terra nem salario!” (*Gazeta da Tarde*, 30/09/1880, p. 1, ed. 00071). Importante pontuarmos que desde a sua organização, a questão territorial é pensada pelos jovens engenheiros e percebida como essencial para uma mudança social, assim como compreendiam os escravizados como proletários dignos de ter acesso à terra e renumeração. Na Conferência N. 15 na qual Antônio de Castilho representava a associação, o Dr. Nicolau Moreira defendeu os princípios de André Rebouças sobre agricultura nacional, publicados no *Jornal do Comércio* em 1874 e 1875, que viria a se tornar seu livro, sendo uma das suas principais reivindicações.

Nessa nota também revela o número de associados: em torno de cem. Entre esses, “há muitos filhos de fazendeiros, que assim rompem com o atroz e negro passado” (*Gazeta da Tarde*, 30/09/1880, p. 1, ed. 00071), destacando a mudança de mentalidade dos estudantes, mesmo os criados sob os privilégios da exploração escravista.

Nas palavras do jornalista português Ramalho Ortigão⁴⁵ (1836-1915), fica clara a estratégia da liderança do movimento abolicionista em criar novas associações, buscar apoio internacional e desenvolver propostas educacionais para a população negra. Ele destacou o papel das organizações abolicionistas ligadas à educação, como a *Emancipadora da Escola Politécnica*:

⁴⁴ Não temos muitas informações sobre o engenheiro Antônio Feliciano de Castilho, somente a de que era filho de um dos auxiliares do Visconde do Rio Branco.

⁴⁵ José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) foi um escritor e jornalista português, ficou conhecido por ter editado junto com Eça de Queiroz a revista de crônicas "As Farpas", a primeira publicação do gênero em Portugal.

A <<Sociedade Brasileira contra a escravidão>> e a <<Associação Central Emancipadora>> fundarão um jornal e um boletim para vulgarização das idéas anti-escravistas, promoverão varias séries de conferências publicas com o mesmo fim, creárão fontes de receita applicada à emancipação e a educação dos crioulos; alliarão-se com a <<Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional>>, com a <<Anti Slavery Society>> de Londres, e com todas as sociedades congêneres nos Estados-Unidos, em Hespanha e em França; e promoverão no Brazil a fundação de muitos outros institutos semelhantes, como são a <<Nova Emancipadora>>, a <<Sociedade Abolicionista Academica>>, a <<Associação Emancipadora da Escola Polytechnica>>, o <<Club Abolicionista>>, etc. (*Jornal do Commercio*, ed. 00138, 19/05/1881, p. 1)

Esta correspondência do jornalista português é publicada também no *O Abolicionista*, jornal da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, para divulgar suas ações. A Emancipadora da Escola Politécnica não é a única instituição que está ligada à educação, a Sociedade Abolicionista Acadêmica, da qual abordaremos no próximo tópico, também consta como uma organização que reuniu estudantes em prol da causa antiescravista.

A sociedade passa a apoiar as conferências realizadas pelo movimento abolicionista comparecendo aos eventos, principalmente nos anos de 1880 e 1881. Porém, percebemos uma diminuição da atuação dessa organização. Dentro do *Almanaque Laemmert* temos informações sobre a Emancipadora da Politécnica até 1885, mas sem grandes detalhes de suas ações. Quando o movimento começa a solicitar abolição imediata, houve uma mudança de estratégia na forma de propagar seus ideais. Algumas associações que anteriormente tinham em sua nomenclatura a palavra “emancipadora”, são transformadas em “abolicionistas”. Assim, em 1883, mesmo ano em que surge a *Confederação Abolicionista* e divulgado algumas publicações em defesa da abolição imediata, é fundado o *Centro Abolicionista da Escola Politécnica*.

2.1.4 Centro Abolicionista da Escola Politécnica

O ano de 1883 foi repleto de mobilizações antiescravistas: passou a ser desenvolvida a ideia de libertação dos territórios⁴⁶; Nabuco e Rebouças intensificaram o apoio internacional⁴⁷; foi fundada a Confederação Abolicionista; e lançadas três importantes publicações que tratavam

⁴⁶ Patrocínio viajou para o Ceará nos finais de 1882, transpondo a estratégia de libertação de territórios em províncias em que tivessem alta chance de certificação, com o apoio de autoridades políticas e sociais ao movimento abolicionista e com baixa chance de repressão policial. Com um abolicionista à frente do governo cearense, Sancho de Barros Pimentel, membro da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, as condições para libertação de territórios nessa província se tornaram ideais (ALONSO, 2015).

⁴⁷ Em setembro de 1882, Rebouças viajou para Londres e lá encontrou Nabuco, que ampliava o contato com os abolicionistas internacionais (ALONSO, 2015).

da questão escravista, a saber, *Manifesto da Confederação Abolicionista, O abolicionismo*, de Nabuco, e *Agricultura Nacional*, de André Rebouças.

Em retorno de viagem à Europa, André Rebouças foi recebido com festa pelos alunos e professores da Politécnica (*Gazeta da Tarde*, ed. 00049, 03/03/1883, p. 1). Chegou a tempo de participar da fundação da Confederação, e esta intensificou a campanha para o fim do escravismo, exigindo o fim imediato desse sistema, também passou a combater a ideia dos senhores de escravizados que desejavam indenizações, publicando seu posicionamento no “Abolição imediata e sem indenização”, declarando que negavam absolutamente o direito à indenização, e ainda:

<<A conversão das sociedades Emancipadoras em Clubs Abolicionistas, confederados é um grande passo, reputo-o decisivo para chegarmos ao fim da Propaganda.

<< Convém agitar a questão de um modo temeroso para os escravocratas, e acabar com esse esvasiar de dinheiro nas bolsas dos seculares expoliadores da raça africana.

<< Passou o período sentimental; cumpre entrarmos no período executivo. Nada conseguiremos por meio de resgates parciais com o sacrifício de um pequeno numero de Abolicionistas devotados e só proveito daqueles que se locupletam, expoliando o producto do trabalho de seus semelhantes.

<<O crime da escravidão é um crime nacional: a penitencia e reparação devem ser feitas por todos, tendo à sua frente essa collectividade, chamada o *Estado*, e que tem o *Governo* como gerente. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00113, 18/05/1883, p. 1)

Os tópicos elencados pela Confederação Abolicionista foram efetivados com a reconfiguração da sociedade libertadora da Escola Politécnica, não somente na transformação de Emancipadora em Abolicionista, como também na pressão realizada por ela aos poderes públicos, poucos dias depois de sua fundação.

“A Escola Polytechnica, representada por seus alumnos e lentes aqui reunidos, entendeu que é tempo de intervir na questão declarando-se francamente abolicionista”, essas foram as palavras de Álvaro de Oliveira proferidas na cerimônia de inauguração do *Centro Abolicionista da Escola Politécnica* (*Libertador*, ed. 00193, 04/09/1883, p. 3). Foi às 11h30 da manhã de 31 de julho de 1883 no anfiteatro da Escola Politécnica, no qual se ministravam as aulas de química e física lotados por alunos e professores, entre eles, André Rebouças, Paulo de Frontin, Agostinho dos Reis e Ennes de Souza. Nesse evento, a Associação Emancipadora não foi esquecida, o discurso de Timótheo da Costa lembrou que como aluno auxiliou na fundação e em algumas manumissões, reforçando a necessidade de mudança na busca pela abolição o mais rápido possível. Também propôs que o Centro se associasse à Confederação Abolicionista, caso os sócios assim aprovassem.

Dentre os que discursavam, com certeza as palavras mais emocionantes vieram da confissão de José Agostinho dos Reis ao mencionar ter nascido na condição de escravizado, conforme já havíamos comentado. Agostinho dos Reis não traz uma simples confissão, mas demonstra a relação entre raça e classe como fatores de exploração na sociedade escravista: “o orador almeja ver extinta a escravidão no menor prazo possível, quer ver acabada esta divisão de um povo em raças, em classes, umas que pode tudo, outras espoliadas de todos os seus direitos” (*Libertador*, ed. 00194, 05/09/1883, p. 2). Foi dele a ideia de compor uma comissão para que se solicitasse a adesão de todas as faculdades brasileiras ao movimento abolicionista, e que fosse redigido de acordo com todas essas instituições de ensino superior um manifesto para ser encaminhado à Câmara, proposta essa que passou a compor seus estatutos (art. 2º, § 1º).

De igual forma, um participante, que não foi lente nem aluno, pede a palavra e menciona que se pudesse propor algo seria “que os alunos se obrigassem a levar as suas famílias á convicção de que a escravidão é um mal para o país” (*Libertador*, ed. 00194, 05/09/1883, p. 3). Essas pequenas falas e posicionamentos na cerimônia de inauguração, nos permitem compreender os princípios que norteavam a fundação dessa organização dentro da Escola Politécnica, percebendo os sentidos e significados da instituição de uma sociedade abolicionista dentro de uma instituição educativa.

O Centro passou a funcionar dentro da própria Escola no Largo de S. Francisco, e sua diretoria ficou composta pelos seguintes cavalheiros: Alvaro Joaquim de Oliveira, presidência; Arthur Getúlio das Neves, vice-presidência; Arlindo Fragoso, 1º secretário; Roberto Lutz, 2º secretário; Luiz Marques de Albuquerque Maranhã, tesoureiro. E na comissão de redação: André Rebouças, Paulo de Frontin, Carlos Cesar Sampaio, Agostinho dos Reis e Eugênio de Barros Raja Gabaglia. De acordo com nossa investigação, inferimos que essa comissão ficou responsável por redigir os estatutos do Centro Abolicionista, o qual descrevemos a seguir.

Estatutos do Centro Abolicionista da Escola Polytechnica

Art. 1.º A Escola Polytechnica representada pelo pessoal docente, academico e administrativo, constitui-se em sociedade abolicionista, com o nome de - CENTRO ABOLICIONISTA VISTA DA ESCOLA POLYTECHNICA -, tendo por fim a acelerar a abolição da escravidão não por todos os meios legais.

Art. 2.º Além dos meios que as circunstâncias forem aconselhando serão empregados os seguintes.

1.º Appello a todas as Instituições Escolares do Brazil para se organizarem em sociedades abolicionistas.

2.º Appello às Nações estrangeiras para que seus subditos não possam possuir escravos no Brazil.

3.º Appello aos Poderes Públicos para que sejam desde já declarados livres os escravos de subditos de nações, cuja legislação não lhes permittam possuí-los.

4.º Appello aos Poderes Públicos para uma nova matrícula de escravos sendo declarados livres os que o devem ser pelas leis vigentes e bem assim todos aquelles que não foram incluídos na nova matrícula.

5.º Appello aos Poderes Públicos para a prohibição da venda e doação *inter vivos* de escravos.

6.º Appello aos Poderes Públicos para a libertação dos escravos que forem transmittidos por legado ou herança não directa.

7.º Appello aos Poderes Públicos para a confecção de uma lei de locação de serviços tendo por fim fixar os libertos aos estabelecimentos rurais e industriaes.

8.º Appello aos Poderes Públicos para o estabelecimento de imposto territorial sobre os terrenos não cultivados ou não aproveitados industrialmente, situados à distância inferior a 20 km das vias de comunicação 2 estradas de ferro, de rodagem, e vias fluviaes.

9.º Appello aos Poderes Públicos para a confecção de uma lei que impeça a vagabundagem.

10.º Appello aos Poderes Públicos para que as libertações pelo fundo de emancipação não sejam feitos pelo preço superior a 600\$000.

11.º Appello aos Poderes Públicos para o estabelecimento de um imposto annual sobre os escravos, destinado ao fundo de emancipação; sendo de 20\$000 sobre os que empregam em trabalhos de lavoura e criação, de 30\$000 sobre os que empregam em trabalhos diversos d'estes nas povoações e villas, de 50\$000 a 80\$000 sobre as das cidades e de 100\$000 sobre os da Côrte.

12.º Appello aos Poderes Públicos para o estabelecimento de um imposto sobre a transmissão de propriedades de qualquer natureza, sobre os prédios urbanos e outras fontes de renda, com a applicação especial ao augmento do fundo de emancipação.

13.º Manifesto aos agricultores demonstrando a necessidade da modificação no seu próprio interesse dos métodos e processos de trabalhos actuaes, transformando os seus estabelecimentos em engenhos centraes e a cultura extensiva e intensiva.

14.º Propaganda pela imprensa em artigos assignados.

A comissão

Álvaro de Oliveira

Arlindo Fragoso

Carlos Sampaio

Paulo de Frontin

Rasa Gabaglia

(*Libertador*, ed. 00194, 05/09/1883, p. 3)

Apesar dos nomes de Rebouças e Agostinho dos Reis não estejam nessa publicação dos Estatutos, o pensamento desses homens negros e suas propostas estão presentes e serão postas em prática por essa organização.

Nesse Estatuto, o seu primeiro artigo traz uma importante transformação, a organização, que envolveu os esforços do corpo acadêmico, discente e docente, assim como a equipe administrativa, que teve por objetivo “acelerar a abolição por todos os meios legais”. Com essa finalidade, o segundo artigo se desdobra em 14 parágrafos, mas sem restringir e deixando em aberto para outras ações.

O primeiro parágrafo apresenta a proposta de Agostinho dos Reis para que fosse encaminhado a todas as instituições de ensino superior um apelo para a transformação em abolicionistas. De acordo com os Estatutos, isso seria direcionado “a todas as Instituições Escolares do Brasil”, não se restringindo ao ensino superior, que nesse momento eram pouquíssimas faculdades, e, como veremos, irá incluir escolas secundaristas e técnicas.

O segundo parágrafo é direcionado aos países estrangeiros, solicitando que seus representantes não pudessem possuir escravizados no Brasil, um contrassenso para a maioria dos países, pois, se pensarmos que em seu território a escravidão não era permitida, como seus súditos poderiam possuir escravizados em território brasileiro? A mesma lógica estava no terceiro parágrafo, que se voltava aos poderes públicos para libertar escravizados dos súditos estrangeiros, cujo país de origem a escravidão fosse ilegal.

Também foi solicitado aos poderes públicos uma nova matrícula de escravizados, com o fim de reconhecer os indivíduos que estivessem ilegalmente sob o jugo da escravidão. Caso os senhores de escravizados não realizassem a nova matrícula, os escravizados seriam alforriados (art. 2.º, § 4.º). A comissão tentava pensar em todas as possibilidades para diminuir a doação ou comércio de escravizados, solicitando a proibição de venda e doação intervivos (art. 2.º, § 5.º), assim como a libertação de escravizados que fossem transmitidos por legado ou herança não direta (art. 2.º, § 6.º).

Outro parágrafo, que atualmente é pouco compreendido, se refere à fixação dos libertos em estabelecimentos rurais ou industriais. Iremos nos debruçar sobre esse ponto mais para frente, mas esclarecemos que esse parágrafo solicitava a criação de uma lei que pudesse garantir a permanência de trabalhadores em estabelecimentos rurais ou industriais (art. 2.º, § 7.º).

O oitavo parágrafo trazia novamente algo debatido e solicitado pelos abolicionistas, o imposto territorial sobre terras improdutivas. O nono parágrafo trazia uma questão polêmica, a proibição à vagabundagem. Apesar de em vários momentos, como demonstramos com o discurso de Vicente de Souza, o movimento abolicionista combatesse os estigmas do escravismo, o preconceito e a discriminação racial embasavam o sistema (SANTOS, 2014). Não podemos esquecer que esses estatutos foram escritos levando em consideração os discursos e debates da época, o argumento dos escravistas contra a abolição imediata também foram ouvidos e, de certa forma, houve uma tentativa de conciliação entre os argumentos e os contra-argumentos.

Um teto máximo também foi solicitado para que as alforrias compradas pelo fundo de emancipação não ultrapassassem 600\$000 (art. 2.º, § 10.º), prevenindo uma exploração comercial para a fase final do período escravocrata.

Além do imposto territorial, foi sugerido mais dois impostos destinados ao fundo de emancipação. O primeiro taxando o trabalho escravo, tendo por objetivo torná-lo dispendioso e pouco atrativo, com variação sobre o emprego da força escravizada e sua localização, 20\$000 para lavoura e criação, 30\$000 em trabalhos diversos nas povoações e vilas, 50\$000 a 80\$000

sobre as cidades e de 100\$000 sobre os serviços na Corte (art. 2.º, § 11.º). O segundo sobre a transmissão de propriedades de qualquer natureza, mas que cita os prédios urbanos e outras fontes de renda (art. 2.º, § 12.º).

O décimo-terceiro parágrafo visava criar um manifesto aos agricultores explicando as vantagens da transformação dos métodos e processos de trabalho, o estabelecimento de engenhos centrais e a cultura extensiva e intensiva. E, por último, se comprometiam a fazer a propaganda em artigos na imprensa (art. 2.º, § 14.º).

Por esses compromissos, a instituição buscou não somente pressionar o governo através do parlamento, como também envolver toda a sociedade. É significativa que sua primeira solicitação se volte para a educação, para instituições responsáveis pela formação das novas gerações. Incluía também países estrangeiros e setores como o comércio e a lavoura, além de defender sua posição através da imprensa.

A seguir, detalharemos algumas ações que se voltam para o cumprimento de seus Estatutos.

Em assembleia realizada em 24 de outubro de 1883, além de outras questões, foi lida a correspondência a ser encaminhada às instituições escolares, tanto superiores como técnicas e secundaristas, para que se tornassem abolicionistas. Na sessão, foi aprovada e autorizada a impressão, e de igual forma Rebouças, Ennes de Souza e Gabaglia apresentam o trabalho sobre imposto territorial, mas que não foi debatido por avanço do horário (*Jornal do Commercio*, 25/10/1883, ed. 00297, p. 1).

O imposto territorial foi uma das suas primeiras defesas dentro do Parlamento, ainda em outubro de 1883 foi redigido uma representação pedindo sua criação, aproveitando o reconhecimento e prestígio que os componentes do Centro haviam conquistado socialmente. Nesse mesmo ano, ano de sua fundação, a questão territorial e abolicionista defendida por essa organização foi mencionada nas Conferências da Escola da Glória (*Gazeta da Tarde*, 25/11/1883, ed. 276, p. 2). Não era qualquer defesa, mas de um corpo técnico, com conhecimentos científicos que atestavam a necessidade daquele imposto e seus benefícios econômicos aliado à abolição da escravatura, atestando que:

Convem debater estas grandes questões que entendem com o futuro do paiz, e é desejal-o prospero e desassombrado, collocar ao lado do problema abolicionista o outro não menos importante da possibilidade de fundação da pequena propriedade, que só poderá existir quando ninguém mais possuir terras, só para que outrem as não possúa. (*Gazeta da Tarde*, ed. 300, 17/10/1883, p.1).

Esse projeto além de ser encaminhado ao Parlamento também foi publicado na imprensa, o *Jornal do Comércio* do dia 14 de novembro de 1883 trouxe o texto completo em sua primeira página. Um texto longo no qual o Centro apresentou a falta do imposto como uma das maiores “anomalias economicas e financeiras deste Imperio”. Argumentaram que não há explicação para o fato de “não pagar imposto algum a terra, a riqueza máxima da nacionalidade brasileira”. Mostraram que desde os tempos do Brasil Colônia não faltaram projetos, apresentando a defesa do senador Candido Baptista que, em 1842, elencou argumentos a favor do imposto territorial e contra as concessões gratuitas de sesmarias, as quais sem restrições, formaram grandes latifúndios. Segundo o documento, o conselheiro Henrique de Baurepaire Rohan também defendeu a necessidade de divisão territorial e término do monopólio em um artigo publicado em 1882 no qual falava sobre a necessidade de extinção da escravidão, da divisão da grande propriedade territorial e da criação de escolas agrícolas. Os associados do Centro tentavam demonstrar que essa solicitação foi debatida por outras personalidades. Também mencionaram a necessidade de dar trabalho digno aos brasileiros, que, segundo eles, se achavam entre a miséria e a ignorância, como das condições para sua implantação e os benefícios em outros países. Esse texto foi assinado por Paulo de Frontin, André Rebouças, Agostinho dos Reis, Galdino Pimentel, Raja Gabaglia e Ennes de Souza (*Jornal do Commercio*, ed. 00317, 14/11/1883, p.1).

Não tendo o resultado esperado, em 1884 o Centro passou a publicar no *Jornal do Comércio* uma série de artigos em defesa do imposto territorial assinados por André Rebouças. A escolha desse periódico não é aleatória, tentavam ter o maior alcance dentro dos diversos setores sociais, por isso não escolheram um órgão de imprensa claramente abolicionista. O primeiro, de mais de dezoito artigos, foi publicado em 13 de março de 1884, tendo por título “*Nacionalização do solo pelo imposto territorial geometricamente progressivo – documentos contra o monopólio territorial no Império do Brasil*”. Neles, Rebouças apresentava alguns argumentos já utilizados em outros momentos, mas sempre reforçando a necessidade de reformas sociais que combatessem as desigualdades, a começar pela distribuição e exploração da terra:

O espirito democratico tem por escôpo dá aos povos a maior somma de bem-estar possível.

Para conseguil-o cumplicesse combater todas as injustiças, todas as iniquidades, todos os monopolios, que constituem a exploração do homem pelo homem. (*Jornal do Commércio*, ed. 00167, 16/06/1884, p. 1)

Rebouças trazia novamente a questão de como as reformas sociais deveriam iniciar pela abolição, continuar pela redistribuição territorial, e como a educação teria papel preponderante

nesse processo. Essa questão permaneceu gerando debates, o imposto territorial e a proposta do Centro Abolicionista da Escola Politécnica continuava a entrar na pauta do governo em 1887, o que nos dá a noção da pressão do movimento escravista contra as políticas abolicionistas defendidas na causa (*Jornal do Commercio*, 23/08/1887, ed. 00235, p. 2). A articulação com alguns parlamentares, entre os principais estão José Mariano e Christiano Ottoni, permitiu que os apelos do Centro fossem debatidos na câmara e no senado. Mas toda essa movimentação por parte dessa organização também gerou algumas perseguições.

Outra tática que não foi descrita em seus estatutos, mas posta em prática foi a de libertação de territórios. Antes mesmo do nascimento da Confederação Abolicionista, a liderança buscava resultados mais assertivos e contundentes, se inspirando na experiência estadunidense, como a *underground railroad*⁴⁸:

A CCE decidiu criar essa área geográfica sem escravidão, que desafiava a institucionalidade escravista e fosse refúgio de fugitivos (com ou sem ajuda dos abolicionistas) e emblema da possibilidade de ordem civil pós-escravista, em desmentido factual à retórica escravista da ameaça (a abolição como anarquia). Assim nasceu a campanha de libertação de territórios. (ALONSO, 2015, p. 193)

A proposta foi idealizada em 1882, mas só posta em prática em inícios de 1883. Ainda utilizando a retórica da compaixão, escolhiam um território, uma rua, montavam uma comissão que batia de porta em porta convencendo aos senhores que libertassem de forma voluntária e sem compensação financeira todos os escravizados de casa ou de seu comércio. Depois redigiam um termo de compromisso pelo qual essas pessoas se comprometiam a não mais admitir o trabalho escravo em suas residências ou estabelecimentos. A imprensa auxiliava divulgando os nomes dos senhores, casas e comércios que haviam aderidos à proposta. Para comemorar a libertação de certas localidades, solicitavam aos moradores que iluminassem suas residências como anúncio de um novo tempo, tempo de luz se opondo às trevas representadas pela escravidão. Tentaram, assim, libertar a Corte, a capital do império, conseguindo alguns resultados positivos nos arredores das faculdades, da imprensa abolicionista e da residência de alguns militantes. O primeiro quarteirão limpo foi o da rua Uruguaiana, onde ficava estabelecida a *Gazeta da Tarde*, depois, a rua Nova do Ouvidor.

Em 1884 a Escola Politécnica completou dez anos de fundação, e como uma forma de comemoração o *Centro Abolicionista* aderiu à proposta de libertar o Largo de São Francisco. Elegeram uma comissão, Paulo de Frontin, André Rebouças, Miguel Guimarães, Theodorico

⁴⁸ *Underground railroad* foi o nome empregado a um conjunto de caminhos e esconderijos que serviram de rotas de fuga para escravizados das plantações e fazendas do sul para o norte dos Estados Unidos da América.

da Costa Filho e Araujo Feio, que ficou responsável por promover a libertação nas vizinhanças da Escola. Mesmo tendo o nome de alguns professores à frente da comissão, temos indícios de que foi a mobilização estudantil que aderiu à ideia, fazendo o trabalho de convencimento de casa em casa, de rua em rua, possibilitando o êxito ao que se propunham, conforme o anunciado, “graças ao trabalho porfiado e ao extraordinario de um grupo de professores e alumnos, que tomou a peito festejar o decimo anniversário desse estabelecimento scientifico riscando a escravatura de suas proximidades” (*Gazeta da Tarde*, 23/04/1884, ed. 0094, p. 1).

E no dia 25 de abril de 1884, em sessão solene pelo decenário da Politécnica, foi declarada livre a zona que circunda o edifício. Nas palavras do orador:

O Centro Abolicionista da Escola Politécnica não poderia escolher o melhor meio comemorar o decennario d'este estabelecimento, do que lançado uma pedra de tão alto valor no alicerce do grande movimento da propaganda scientifica da abolição, promovendo a libertação da area em que se acham os quarteirões que cercam a Escola Polytechnica. (*Gazeta de Notícias*, 29/04/1884, ed. 0099, p. 1)

Figura 30 – Ferrez, Marc. Escola Politécnica e estátua de José Bonifácio (1885).



Fonte: Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/6685>. Acesso em: 20 dez 2022.

O corpo discente da escola se empenhou em abrilhantar o evento, o Largo de S. Francisco estava todo enfeitado, o edifício da Escola Politécnica estava iluminado por luz elétrica e outros prédios, de acordo com a solicitação da comissão, também se iluminaram. Nos limites da área foram fixadas placas comemorativas com a seguinte inscrição: *Livre, 25 de Abril de 1884*. No total, foram libertadas dezenove pessoas, treze por seus senhores e seis por quantias doadas por seus apoiadores.

Toda essa agitação no ano de 1884 fez com que o *Centro Abolicionista da Escola Politécnica* fosse perseguido. Ainda na cerimônia em comemoração do decenário da Escola, Paulo de Frontin respondeu “às censuras feitas à criação do Centro Abolicionista na escola” (*Jornal do Recife*, 06/05/1884, ed. 00104, p. 1). O Ministro do Império, sob pressão do Senado, proibiu que o Centro funcionasse dentro da Escola Politécnica. Diante disso, o senador Cristiano Ottoni defendeu a instituição:

Lê o orador e detidamente commenta diversos artigos dos estatutos da mencionada associação, e faz ver que nenhum dos fins a que ella se propõe pôdem ser considerados anarchicos ou subversivos, e muitas das providencias que reclamão ligão-se até às que

fórmão parte do programma do actual gabinete, ao qual o nobre senador por Minas-Geraes não recusa o seu valioso apoio. E quanto a ter dito o nobre senador por Minas que os lentes addictos a causa abolicionista são máos professores não passa isso de outra injustiça, pois esses membros do magistério, sem já fallar dos moços a quem pessoalmente não conhece, alguns ha provecos e antigos, mui vantajosamente conhecidos por sua illustração e carácter. (*Jornal do Commércio*, 02/07/1884, ed. 0183, p.1)

Pelo registrado na sessão do Senado, o Centro não somente foi proibido de funcionar em uma das salas da Escola, como seus membros, principalmente os lentes, foram difamados. De acordo com Alonso, Andrade Figueira exigiu à Câmara a demissão de funcionários públicos abolicionistas, e providências contra Rebouças, que, segundo ele, era “o agitador da Politécnica” (ALONSO, 2015, p. 254). A partir daí, o senador debateu alguns pontos e continuou a defender os estatutos. Em outra sessão do Senado, o senador destacou o primeiro artigo, “tendo por fim acelerar a abolição da escravidão não por todos os meios legaes”, expondo seus apelos e analisando um a um, contestando a proibição do senado:

Se o governo não approva aquella fundação, já foi até aonde poderia ir, prohibindo as reuniões nas salas da escola polytechnica; não vai além do seu direito.

O que forma a escola polytechnica não é as pedras e as taboas de que é construido o edificio, que já foi emprestado para uma exposição, que nada tem a ver com a engenharia; já foi emprestado até para um baile.

Que importa, pois, que n'uma sala, quando está ociosa, cidadãos se reunão em sociedade publica, para estudar a verdadeira necessidade publica? Não vejo inconveniente.

Entretanto, não negarei o governo o poder de lavar essa prohibição; e que já os membros da associação della não se queixam, não serei mais realista do que o rei.

Mas quem pôde tirar o direito de estudar essas questões, de que futuro nosso paiz está essencialmente dependente?

Disserão em apartes de diversos bancos e da mesa: o direito de petição não é da escola, é do indivíduo.

Pois bem: não se trata da escola, mas de uma associação formada de pessoas que a ella pertencem, e com ella relacionada. (*Jornal do Commercio*, 05/04/1884, ed. 00185B, p. 1)

Como uma forma de agradecimento ao posicionamento no Senado de Cristiano Ottoni, o Centro conferiu a ele o título de sócio benemérito. O parlamentar agradeceu e aceitou o título, destacando que esse era o seu dever, uma das responsabilidades do cargo que ocupou na representação nacional (*Gazeta da Tarde*, ed. 00108, 12/05/1885, p. 2). Antes dele, o conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas já havia recebido o título de sócio honorário em apoio ao seu projeto sobre o elemento servil (*Jornal do Comercio* (SC), ed. 00175, 30/07/1884, p. 3). Além desses, foram aclamados sócios honorários o senador José Bonifácio e o deputado Joaquim Nabuco (*Gazeta da Tarde*, ed. 00137, 17/06/1885, p. 2).

Não somente no Senado, mas também na Câmara, os apelos e projetos do Centro foram revistos e debatidos. O Projeto n. 48, formulado por comissão de orçamento e justiça civil

acerca de emancipação dos escravizados, apresentado por Rui Barbosa na sessão do dia 4 de agosto de 1884, consta a proposta do Centro Abolicionista para criação de uma lei de “localização de serviços” fixando os libertos em estabelecimentos rurais ou industriais (art. 2º, § 7º). Conforme já havíamos demonstrado, a princípio essa proposta do Centro causa certo espanto, pois compreendemos que seria uma restrição à liberdade, pois os libertos ficariam fixados por um período ao estabelecimento em que foram escravizados. Porém, analisando o projeto apresentado à Câmara, supomos que seria uma tentativa de acelerar a abolição, combatendo alguns preceitos que eram publicamente defendidos pelos escravistas, como a falta de mão de obra para a lavoura ou para a indústria e o medo da vagabundagem, que poderia gerar criminalidade. Além de um cuidado com os libertos, para que não fossem explorados de forma desmedida pelos ex-senhores.

De acordo com descrito no projeto, esse teria uma maior abertura aos libertos do que a proposta do Centro, pois ao invés dos libertos permanecerem ligados aos estabelecimentos dos quais serviram, propunha uma localização municipal dos serviços pelo prazo de cinco anos, tendo o ex-escravizado a possibilidade de escolher para quem trabalhar dentro do perímetro municipal. A discussão se estabelece em saber se “essa restrição prática não importa um elemento de contradição na essência da liberdade, reconhecida aos emancipados” (SENADO FEDERAL, 2012, p. 141). Segundo o projeto, não, pois “é senão um meio de educar, nela, por ela e para ela, uma classe de indivíduos absolutamente despreparada para a sua fruição racional e profícua” (SENADO FEDERAL, 2012, p. 141). Acreditavam que os ex-escravizados necessitavam de uma “mão amparadora”, “fixado, por um período restrito, a uma região dada, o manumitido experimentará naturalmente, mais ou menos, a necessidade do trabalho, estenderá a ele pela ação múltipla das influências que o circundam” (SENADO FEDERAL, 2012, p. 141). Também pensava em defender o liberto da exploração dos ex-senhores, propondo criar:

o projeto uma entidade administrativa e tutelar, incumbida especialmente de fixar ao salário um limite mínimo, coercitivo para os locatários de serviços, em benefício dos libertos, quando estes, trabalhando por conta própria, ou de outrem, não, encontrarem melhores vantagens. (SENADO FEDERAL, 2012, p. 143)

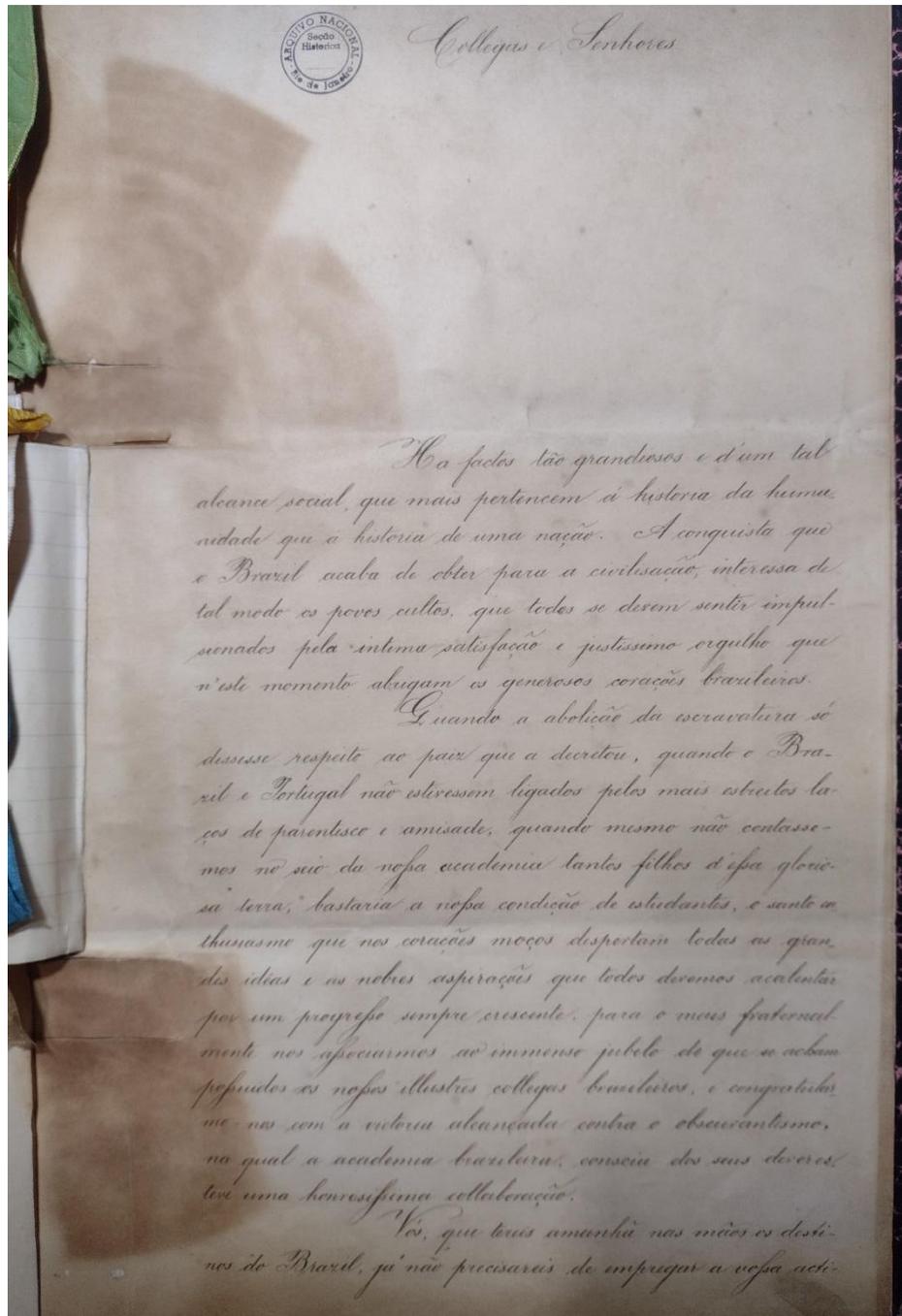
Todo esse debate era divulgado na imprensa (*Jornal do Commercio*, 13/09/1884, ed. 00256, p. 3). Apesar de nossa análise ter como base o Projeto 48, apresentado à Câmara por Rui Barbosa, o próprio menciona que teve por base um requerimento do *Centro Abolicionista da Escola Politécnica*. Isso reforça nosso argumento de que essa organização foi extremamente ativa, desempenhando papel importantíssimo na desconstrução do sistema escravista, influenciando jovens acadêmicos e suas famílias, inclusive com a formação e atuação de

engenheiros e professores negros; na preparação de um corpo técnico e profissional que reconhecia a necessidade do trabalho livre para o desenvolvimento social e econômico; na pressão aos poderes públicos, utilizando o prestígio e reconhecimento alcançado por seus sócios; e na opinião pública, através dos seus artigos publicados na imprensa.

Tentamos demonstrar a importância da mobilização estudantil da Escola Politécnica para o movimento abolicionista. Antes da criação da *Associação Emancipadora da Escola Politécnica*, os estudantes já apresentavam preceitos abolicionistas quando na homenagem ao General Osório libertaram um escravizado. Compreendemos que a Associação teve uma atuação determinante na compra de cartas de alforrias e apoio às conferências emancipadoras. Já o Centro Abolicionista da Escola Politécnica se volta para o parlamento e para a opinião pública, utilizando todo o prestígio social que seus sócios e a engenharia alcançaram naquele período⁴⁹.

⁴⁹ Ressaltamos os grandes nomes da engenharia que fizeram parte do *Centro Abolicionista da Escola Politécnica*, como Paulo de Frontin e Benjamin Constant (*Diário de Notícias*, 14/12/1889, ed. 1643, p. 1).

Figura 31 – Detalhe da carta dirigida aos estudantes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro pelos seus colegas da cidade do Porto, felicitando-os pela abolição da escravatura.



Fonte: Documento disponível no Arquivo Nacional

Até a abolição, os estudantes da Politécnica continuaram apoiando o movimento abolicionista. Durante os festejos pela promulgação da Lei Áurea, os estudantes reverenciavam André Rebouças e toda sua dedicação à causa.

Em junho de 1888, foi dirigida e encaminhada uma felicitação dos estudantes da escola do Porto aos alunos da Escola Politécnica por ocasião da abolição da escravatura, reconhecendo o esforço dos alunos na campanha. Na carta é possível destacar o uso de determinados termos,

como “architectar”, “edifício”, “pórtico”, palavras que podem se relacionar à engenharia, campo que supomos ser dos estudantes da cidade do Porto. Eles também reconheceram que a escravidão foi um legado português:

Há mais de meio século que o Brazil adquiriu a sua autonomia, mas só hoje é que se tornou completamente livre, despedaçando heroicamente a cadêa vergonhosa que ainda manietava os pulsos de alguns filhos da livre América e que não menos pesava sobre Portugal que lh’a tinha legado. (Estudantes da Escola do Porto [Correspondência], destinatário colegas da Escola Politécnica. Porto, 16 de junho de 1888).

Apelando para a condição de estudantes, algo que aproximava esses jovens, destacavam a solidariedade acadêmica e a relação de cordialidade entre alunos portugueses e brasileiros. Essa felicitação reuniu 165 assinaturas, sendo uma comprovação de como os estudantes do período desejavam uma nova ordem social e tiveram uma atuação marcante no movimento.

2.2 O Tabernáculo da Ciência: profissionalização, intelectualidade e abolicionismo na formação militar

Figura 32 – Ferrez, Marc. Escola Militar na Urca (1885 circa).



Fonte: Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/9591>. Acesso em: 4 jan. 2023.

Não há entre o povo e o soldado outra diferença além da farda. Na mocidade militar o espírito é puramente liberal; o

*que ella ama na sua classe e a santa e mobilíssima tendência
patriótica, e a solidariedade que há nella para a defesa dos
direitos populares.
(Cidade do Rio, ed. 0249, 06/11/1888, p. 2)*

O século XIX foi um período de institucionalização do Exército nacional, e nesse processo a consolidação de um ensino militar voltado para a formação profissional de seu corpo de oficiais teve grande importância. Segundo Alves (2006), a industrialização e o avanço tecnológico no período exigiram um conhecimento técnico e profissional, fazendo com que o exército brasileiro, apesar dos entraves de uma sociedade escravista e retrógrada, buscasse a modernização. Lembrando ainda que “ser militar implicava uma ação no território, fazendo emergir um pensamento sobre o país” (ALVES, 2006, p. 8). Será sob esse prisma que iremos compreender a atuação dos alunos da Escola Militar na causa antiescravista.

Tratar sobre o abolicionismo dentro das forças militares é algo complexo, que exige um grande estudo sobre a temática. O Exército foi considerado por alguns autores como essencial para a desconstrução do escravismo⁵⁰. Teve em seu contingente um grande número de homens negros, libertos e até escravizados, que viram a oportunidade de liberdade através do serviço militar, como também um local de formação e ascensão social para jovens negros de origens humildes⁵¹. Não temos a pretensão de dar conta de todo esse desafio, mas levantaremos alguns pontos que entendemos ser importantes para pensarmos as questões raciais dentro do serviço militar e a criação de organizações abolicionistas em espaços de formação de sua liderança.

O serviço militar era visto de forma negativa pela sociedade brasileira. No início, pelo recrutamento forçado dos soldados e as dificuldades da vida na caserna, mas também pela

⁵⁰ Hendrik Kraay (1996) sinaliza em seu artigo "*O ABRIGO DA FARDA: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 -1881*", uma série de autores que defendem uma postura abolicionista do Exército brasileiro. Discordando destes, o autor mostra que essa instituição militar apresentou uma atitude complexa e até contraditória com relação aos escravos fugidos. Na maioria das vezes os oficiais, para se cumprir a lei, devolviam os escravizados, o que deixa dúvida sobre o seu caráter abolicionista. Até a década de 1880, o governo e o exército defenderam o direito à propriedade. Porém, a exigência burocrática dessa instituição produziu alguns benefícios aos fugitivos, alguns dos quais ganharam o direito à liberdade através do alistamento. Também questionando o caráter abolicionista do Exército brasileiro no século XIX, Soares (2020) compreende que o envolvimento do movimento abolicionista se justificaria mais através do desejo de maior poder político, com o enfraquecimento das tradicionais elites dirigentes aristocráticas e escravistas.

⁵¹ Segundo Marques, “O negro e mulato, por sua vez, encontraram no exército um meio de “driblar” a situação em que se encontravam, podendo até mesmo vislumbrar uma melhor condição social” (MARQUES, 2013, p. 10-11). A autora argumenta que essas oportunidades estavam pautadas nos valores sociais do período, que muitas vezes poderiam dificultar algumas promoções, mas que existiram e foram utilizadas por pessoas negras. Trazendo o exemplo de José Marianno de Mattos, que integrou o grupo dos líderes farroupilhas, ingressando na carreira militar como soldado e chegando a postos de destaque na política, como Deputado da Província, Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em Substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de 1839 a 1841.

equivalência a serviços não intelectuais que marcariam as camadas mais baixas da sociedade, como os realizados por escravizados e negros libertos. De igual forma, a carreira militar não contava, a princípio, com uma tradição educacional. Quando a instituição começa a estabelecer princípios estruturantes que passam pelo desenvolvimento escolar, valorização do status social e aproximação com outras carreiras intelectuais, a organização passou a atrair jovens que não conseguiriam adentrar em outras instituições de ensino superior.

Para Carvalho (2008), no final do Império a Escola Militar teria se transformado em um centro de oposição da monarquia, em razão do público que recebia não pertencer às famílias abastadas, como também pelo tipo de ensino que ministrava, técnico e positivista,⁵² fazendo com que a mocidade estudantil se reconhecesse como representantes do progresso. Assim, compreendemos que no interior das escolas de formação militar, seu corpo docente e, principalmente, seu corpo discente passam a ter um posicionamento político-ideológico distante dos princípios da tradicional elite imperial, e se voltam para a abolição da escravatura e para a defesa do regime republicano.

2.2.1 Questões raciais dentro do serviço militar

Desde o início da colonização, a instituição militar fazia parte do aparato político-administrativo do governo, essencial para as estratégias de fortificação e de defesa do território. Mas, devido à extensão das terras coloniais, essa estrutura foi remodelada e redistribuídas responsabilidades. Segundo Seidl (2010, p. 74): “A impossibilidade de cobrir áreas muito grandes de terras fez com que as atividades militares das quais eram encarregados o exército e demais corpos portugueses recaíssem nas mãos de proprietários de terras locais”. Assim, dentro do corpo militar existiam militares profissionais portugueses, proprietários privados, mercenários e ordenanças (milícias estabelecidas pelas câmaras locais). Essa composição tão heterogênea, fez com que houvesse uma grande dificuldade para implementar os princípios estruturantes do militarismo.

De acordo com Fausto (1995, p. 163), “O Exército era uma instituição mal organizada, vista pelo governo com muita suspeita (...) A maior preocupação vinha, porém, da base do

⁵² Segundo o autor, seria o positivismo como perspectiva filosófica que permitiu aos militares se posicionar intelectualmente sobre as questões políticas frente à elite civil.

Exército, formada por gente mal paga, insatisfeita e propensa a aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas”. As revoltas do período regencial e a desconfiança com o Exército faz surgir a Guarda Nacional em agosto de 1831, com o propósito de defender a integridade, a liberdade e a independência do Império, assim como zelar pela tranquilidade e ordem pública. Formada por pessoas com direito ao voto, ou seja, por uma determinada elite que estaria dispensada do serviço do Exército. A Guarda Nacional estaria ligada ao poder local, expressando os interesses particulares e na formulação das políticas nacionais. Já o Exército representava o poder central imperial, mesmo que fosse desvalorizado por ele (ALVES, 2006).

A marginalização e o desprestígio político do Exército no Império [...] são motivados pela instauração de um aparato militar de defesa formado por uma estrutura dual. Instaurado pela composição entre a Guarda Nacional (1831) a qual servia diretamente ao Estado monárquico-escravista nas questões internas, e pelas tropas do Exército que cabiam, exclusivamente, a defesa externa. À Guarda Nacional competia o padrão político social privilegiado, enquanto que ao Exército era reservada uma tropa de excluídos sociais. (LUCETTI, 2006, p. 79).

Dentro das forças armadas, o corpo de soldados era formado por dois tipos de ingresso, a dos recrutados e a dos voluntários. Segundo a lei, o recrutamento só seria realizado quando o número determinado pelo governo não fosse alcançado através do ingresso voluntário. Para Faria (2017, p. 6): “Na prática, como o serviço militar no Exército e na Marinha era repudiado e temido, o recrutamento era a forma corriqueira de suprir de homens essas duas forças armadas, sendo executado de maneira arbitrária, penalizando os pobres livres e libertos”.

Aos escravizados era proibido o alistamento militar, assim como o seu recrutamento. Apesar de não existir nenhuma lei explícita sobre o assunto, o alistamento era previsto para cidadãos brasileiros, e os escravizados não eram considerados cidadãos perante a Constituição, por isso não poderiam se alistar. De igual forma, o recrutamento de escravizados violava o direito de propriedade e por isso não era legal. Em dois momentos o Brasil utilizou os escravizados no combate, na *Guerra da Independência da Bahia* (1822-1823) e na *Guerra do Paraguai* (1864-1870), mas o governo buscava uma forma compensatória para os senhores de escravos. Mesmo a lei mostrando as diferenças entre os homens livres e os escravizados, entretanto, dentro da prática militar o estatuto militar e os princípios do recrutamento combinavam-se para confundir essa distinção (KRAAY, 1999). Dessa maneira, os soldados estavam sob sua jurisdição, sendo obrigados a cumprir entre seis a oito anos de serviço, e somente poderiam ser dispensados por ordem exclusiva do presidente da província. Assim, mesmo em caso de alistamento irregular de escravizados, que tornava nulo as ações legais subsequentes a ela, como a deserção, os militares defendiam que esses homens não deveriam

voltar à escravidão antes de pagar as sentenças dentro da corporação, reiterando sua autoridade legal sobre os recrutas. Não era rara a busca de escravizados pelos seus senhores dentro do corpo de soldados do Exército, mas a dificuldade burocrática e a defesa de sua autoridade frente aos seus subordinados, dificultava o processo.

O estudo de Hendrik Kraay (1999) mostra que alguns escravizados se alistaram no serviço militar como um modo de fugir do cativo. Apesar da dura vida da caserna, essas pessoas assumiram outras identidades e usaram o Exército como um aliado nas lutas contra os seus senhores. Dentre vários exemplos destacados pelo autor, ele cita Luiz Gama, que nasceu livre, foi vendido como escravo pelo próprio pai, aprendeu a ler e escrever, reuniu provas de sua condição de homem livre, e alistou-se como voluntário no serviço militar, onde passou seis anos, conseguindo apoio e proteção de um oficial.

Já Letícia Rosa Marques (2013) destaca a carreira militar como um espaço de ascensão e circulação de mulatos⁵³ no século XIX, focalizando principalmente a entrada desses sujeitos dentro da Academia Militar. A autora cita o exemplo de José Marianno de Mattos, ingressante como soldado voluntário na Academia Militar em 1819, adquiriu formação e conhecimento que lhe permitiram chegar aos altos postos. Mattos se envolveu na causa Farroupilha, ocupou os cargos de Deputado da Província, Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em Substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de 1839 a 1841. Mesmo alcançando esses postos, José Marianno de Mattos sofreu dificuldades por ser um homem negro, reveladas através de seu próprio relato nas correspondências da época.

De igual forma, lembramos da trajetória dos irmãos Rebouças, André e Antônio entraram na Academia Militar, se tornaram oficiais, foram à Guerra do Paraguai, foram engenheiros reconhecidos na época, mas que sofreram discriminação e preconceito racial. Dessa forma, apesar das poucas referências sobre oficiais negros dentro do Exército, pelo silêncio historiográfico e documental, principalmente dos sujeitos que ascenderam socialmente, corroboramos com o pensamento de vários autores, entre eles, Carvalho (2008) e Marques (2013), que apresentam a carreira e a formação militar como um espaço desejado e frequentado por jovens negros.

⁵³ Termo utilizado pela autora, segundo os termos da época, que abarcava não somente os filhos de pessoas brancas e negras, como também indivíduos que conseguiram alguma inserção social e que ao atingir alguma ascensão eram considerados de forma diferenciada dos indivíduos tidos como negros/as. Apesar de compreendermos essas diferenças, em nossa pesquisa essas pessoas serão entendidas como pertencentes à população negra.

2.2.2 O Tabernáculo da Ciência

Ao trazermos informações sobre a Escola Militar, é necessário compreendemos sua posição dentro da própria institucionalização do Exército brasileiro no século XIX, destacando sua diferenciação da instituição que se tornou nos dias atuais. Até meados dos oitocentos, pautados nos valores tradicionais da sociedade aristocrata escravista, os postos de oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel) eram destinados aos indivíduos da nobreza ou apadrinhados pela elite imperial. Para os oficiais inferiores (furriel, segundo-tenente, primeiro-tenente e capitão), destinavam-se os filhos de servidores civis que não tinham distinção. Segundo Silva (2020, p. 46): “Ser oficial do Exército, era mais que uma profissão. Ser oficial do Exército brasileiro até 1850 era uma honraria”.

Segundo Daniela Marques da Silva (2020), a formação da oficialidade do Exército passou a ser debatida ao mesmo tempo em que se buscava a ordem no Império e a consolidação de um Estado imperial. A profissionalização do seu corpo de oficiais passou por regulamentações que a afastava de uma tradição aristocrática e incluía a formação escolar.

Diversas transformações foram realizadas desde a fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho em 1792, até a separação total entre a formação da engenharia civil e da engenharia militar. É necessário pontuarmos que as disciplinas científicas entram na formação militar devido a uma necessidade bélica (ALVES, 2006), a industrialização e o avanço tecnológico aceleraram as transformações nos equipamentos, nas táticas de batalhas, como também na aquisição de transmissão de novos conhecimentos, aliada a um período de valorização dos saberes científicos, do qual as academias tiveram grande importância. Segundo Seidl:

A introdução e ênfase estrita dadas às ciências exatas implicaram o surgimento de uma realidade nova e ambígua no interior do Exército. De um lado, surgia uma linha “teórica”, centrada no estudo acadêmico de disciplinas “científicas” baseadas na matemática, desconectada de uma aplicação propriamente militar do conhecimento e em contraposição a uma tradição humanístico-literária muito sedimentada. De outro, colocava-se a realidade das experiências de guerra, em especial no Rio Grande do Sul, e a necessidade de aplicação prática de princípios militares em situações que demandavam ações concretas. Em suma, a “vida acadêmica” e a “vida militar” andavam em linhas paralelas, característica que permaneceria intacta pelo menos até meados do século. (SEIDL, 2010, p. 75, grifos do autor)

Também ressaltamos que a partir da década 1840 foram debatidas novas diretrizes e foram estabelecidas para regular a promoção aos postos de oficiais de diferentes armas, trazendo a importância dos estudos para a graduação na carreira militar. De acordo com a lei

publicada em 1850, e de sua regulamentação de 1851 em seus artigos 7º, 8º e 9º, o curso de uma das armas era condição indispensável para as promoções de Tenente e Primeiro-Tenente, de Capitão e de Major (BRASIL, Decreto nº 772, de 31 de março de 1851). Sendo um marco, uma ruptura com a tradição de baixa profissionalização na carreira de oficial e de critérios de favorecimento pessoais, que passava pela origem nobre ou o contato com poder central, regionais, locais, como relações de parentesco, compadrio, amizade, partidárias, ocorrida até o momento. Sendo o início de uma progressiva busca por critérios formais atrelados à formação escolar como necessária para o avanço na carreira militar.

As consequências da reforma de 1850 foi a divisão da Escola Militar em duas instituições, uma que iria permanecer no Largo de São Francisco e outra na Fortaleza de São João, e posteriormente para a Praia Vermelha (1857), com a criação da Escola Central do Exército. Outras consequências da reforma: a criação do curso de cavalaria em Porto Alegre (1851), a fundação de uma Escola de Tiro em Campo Grande (1859) e a inclusão de estudos preparatórios no currículo da escola militar em 1858. Evidenciava-se o investimento na educação para a preparação da carreira, tendo os oficiais de engenharia, estado-maior e artilharia obrigatoriamente passar pela escola militar.

De acordo com um relatório do Ministro de Guerra⁵⁴, Jerônimo Francisco Coelho:

A criação de um curso preparatório na escola central franqueou as portas acadêmicas a todas as classes, e especialmente as classes pobres, e mais que todos os provincianos. A exigência dos preparatórios estudados externamente arriscava, a que um pai, para preparar seu filho, recorresse nas províncias ou a maus colégios, ou a curiosos, e depois de despesas, sacrifícios e perda de tempo, corria o risco de o ver reprovado na corte, e assim perdidos os seus esforços, frustradas suas esperanças. Estas vantagens serão ainda mais profícuas em relação aos alunos militares, quando para o futuro estabelecer-se o internato (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA (1855) apud SILVA, 2020, p. 52)

A Guerra do Paraguai (1864-1870) reforçou a necessidade de separação entre o ensino da engenharia civil e a preparação militar. Sendo um consenso entre os generais que os cadetes precisavam de uma formação militar mais rigorosa, algo que a escola civil não poderia dar (ALVES, 2016; SIQUEIRA E MORMÊLLO, 2011). Assim, em 1873, ocorre a desvinculação do comando militar na formação de engenheiros civis, quando a Escola Central do Largo de São Francisco saiu da pasta da Secretaria da Guerra e passou para a pasta do Império.

Essa separação foi fundamentada pelo Regulamento para Escolas do Exército, pelo decreto número 5.529, de 17 de janeiro de 1874, que reforçou as disciplinas científicas no

⁵⁴ Esses relatórios eram documentos assinados por ministros de Estado e apresentados na Assembleia Geral, se referindo às ações realizadas no ano anterior.

currículo da Escola Militar, reforçando o ideário positivista dentro dessa instituição. Lembrando que as ciências matemáticas e naturais estavam na formação dos militares desde a primeira década do século XIX, o que constituiu uma identidade dentro da formação militar amparada nas disciplinas científicas, transformando a Escola Militar, nas palavras dos seus alunos, no *Tabernáculo da Ciência* (ALVES, 2016).

Além disso, o aquartelamento reforçará, entre outras coisas, a construção da cultura militar e um espírito corporativo entre os estudantes. Também se faz necessário pontuar que o Exército, devido a sua função essencial de defesa do território, sua instalação em diversas províncias, exigiu um conhecimento geográfico e histórico viabilizando uma visão, um ideário de nação, como falamos anteriormente.

Assim, nas décadas finais do Império, a Escola Militar se tornou um espaço de formação e socialização dos jovens que permitiram mobilizações políticas. Rapazes de diversas províncias vinham frequentar seu curso preparatório e superior, filhos de militares, de pequenos comerciantes e proprietários, funcionários públicos, e de segmentos médios, a maioria de origem social modesta, embasados por ideias científicas e por um ideário de nação, formaram um grupo intelectual disposto a romper com compromissos e valores da aristocracia escravista imperial.

2.2.3 A Mocidade Acadêmica Brasileira

Escola Militar - A terminação da guerra do Paraguay vae acordando em nossa sociedade interesse de ordem diversas daquelles que então a preocupavam. E nem póde ser de outra fôrma, pois que na luta que fomos obrigados a travar com o ex-presidente do Paraguay fizemos esforços inauditos para cumprir o dever de filhos da nação briosa. Estes sacrifícios foram tanto mais notaveis quanto longa foi a sua duração, e por isso o paiz tem necessidade e sente palpitantemente que é preciso não perder tempo. É por isso que muitos paes nos pedem para que interponhamos nossas rogativas em bem dos desejos que nutrem de não verem atrasada a carreira escolastica de seus filhos, alumnos da Escola Militar, por mais um anno. Julgamos tão justa a pretensão, e mesmo de tanta utilidade que a nação ha de auferir, se se attender aos desejos destes cidadãos, que de bom grado nos associamos á sua causa, e pedimos ao Sr. ministro da guerra que attenda, com aquelle amor á causa da justiça, que tanto o distingue na sua vida pública, á benefica pretensão dos alumnos da escola militar. (Diário do Rio de Janeiro, 21/03/1870, ed. 00079, p. 1)

O empenho e a vitória na Guerra do Paraguai fizeram com que a sociedade desenvolvesse uma visão diferenciada do Exército brasileiro. Como demonstra a citação acima, “interesse de ordem diversas daqueles que então a preocupavam” trouxe um questionamento sobre a formação de sua oficialidade. A Reforma de 1874, que distanciou definitivamente o ensino civil do militar, foi apenas uma delas. Antes disso ocorreu uma pressão social para o retorno das atividades dentro da Escola Militar. De acordo com o periódico *A Reforma*, quase toda a imprensa da Corte, depois de aproximadamente cinco anos fechada para cursos superiores, solicitava a reabertura da instituição (*A Reforma: Órgão Democrático*, ed. 0079, 09/04/1870).

Em 20 junho de 1870, uma celebração com a presença do Imperador homenageou os alunos que combateram na guerra, oficializando o início das aulas do curso superior (*A Reforma: Órgão Democrático (RJ)*, ed. 00137, 21/06/1870). Mas, toda a comemoração durou pouco tempo, já em 1871 uma série de artigos dirigidos ao Ministro da Guerra e publicados no periódico *A Reforma*, sob o pseudônimo de “Pixe”, faz duras críticas à direção da Escola Militar⁵⁵.

Foi no ano seguinte, em 1872, que os próprios alunos da Escola Militar se colocaram na imprensa denunciando o que estavam passando dentro da instituição. Nesse artigo lembraram que deixaram a academia para combater na guerra e, quando retornaram, pelo menos cem oficiais, antes mesmo de encontrarem suas famílias, resolveram se matricular na Escola, acreditando nas promessas realizadas na frente de batalha. Argumentaram que mesmo se dedicando aos estudos, com diversas distinções, foram retirados direitos alcançados, como os passeios aos arredores da Escola e noites com a família. O artigo questiona o motivo dessas alterações, chegando a levantar a hipótese de proximidade das eleições (*A Reforma: Órgão Democrático (RJ)*, ed. 00149, 05/06/1872). O interessante é a forma como os alunos da Escola Militar se mobilizaram e encontravam meios e modos de denunciar alguns abusos que acreditavam sofrer, utilizando a imprensa de forma autônoma para se colocar frente a determinados ataques, como reforçar sua liberdade nas eleições:

Eleições.

Sr. Redactor.: -- Rogamos a V., que sirva desmentir, pela sua conceituada folha a calúnia que nos tem assacado algumas folhas *menos escrupulosas* d’esta côrte, dando a entender que o nosso procedimento nas eleições a que se acaba de proceder, teve por fim *desfeitar* a quem quer seja.

Os authores d’esses artigos não podem comprehender que o homem livre vote livremente, segundo suas convicções.

⁵⁵ Os artigos foram publicados no mês de setembro de 1871, nas edições 209, 211, 212, 216 e 219.

Entendem que o militar só por despeito pôde deixar de votar com seus chefes! O pensamento é *baixo e pequenino*, nós o desprezamos.
Os alumnos da Escola Militar
 (Jornal do Comércio, ed. 00236,24/08/1872, p. 2)

Neste mesmo ano, surgiu um jornal denominado “Centro Acadêmico”, redigido por doze alunos da Faculdade de Medicina e doze alunos da Escola Central, lembrando que até esse momento não havia ocorrido a separação entre o ensino civil e militar, por isso alunos da formação militar frequentavam turmas no Largo de São Francisco. Segundo os editores, o periódico tinha por objetivo reunir a mocidade acadêmica, tendo por fim “não pôde ser outro, que o espírito sedento de progresso e de glória” (*Centro Acadêmico*, ed. 0001, 06/07/1872, p. 1). Era um periódico aberto à participação de outros alunos da Faculdade de Medicina e Escola Central, cada um se responsabilizando por suas palavras. No primeiro número, na coluna “Instrucção”, sob o título de “Mais uma Escola de engenharia”, traz uma crítica à desigualdade de acesso ao ensino superior. Defendem a liberdade para o ensino particular, relatam a falta de estrutura e recursos nas academias, como bibliotecas e laboratórios, questionam a gestão da Escola Central que ainda estava ligada ao Ministério da Guerra, mas a grande questão é a proposta de criação de uma Universidade na Corte. O colunista menciona a dificuldade de algumas províncias em enviar seus filhos para a Academia, tendo em vista que todas as escolas de ensino superior são mais acessíveis às províncias do Sul, ficando em desvantagem as do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Goiás.

“Não somos adversários das Universidades, e se fosse possível fundal-as em numero tal que ficassem ao alcance de toda mocidade brasileira, nada teríamos a objectar”, porém defendem que antes de pensar em uma universidade, seja criada mais uma escola de engenharia que pudesse atender as referidas províncias (*Centro Acadêmico*, ed. 0001, 06/07/1872, p. 3).

Sugerem, ainda, que seja construída no Maranhão, justificando a escolha pela proximidade com províncias do norte e do centro do país. Dessa forma, os jovens estudantes se mostravam críticos ao governo e sensíveis aos problemas sociais.

Esse clima de contestação esteve presente no Exército Brasileiro entre os praças até o alto escalão. Não é à toa que Patrocínio, na coluna *Semana Política*, conforme mostramos, narra a experiência do cabo Paulo, homem negro que em um exercício da Escola Militar, diante do Imperador, fala de sua experiência na guerra e questiona o papel do governo imperial frente às carências da população, comparando o povo “a baratas em terra de galinhas” (*Gazeta de Notícias*, ed. 0037, 08/12/1879, p.1). Os alunos presentes na instrução ouviram as palavras do cabo e o vínculo que os uniam.

Como tentamos demonstrar com esses exemplos, essa mocidade foi formada por um ensino teórico e técnico direcionado à formação militar, que privilegiava o pensamento e o posicionamento científico e racional, princípios considerados modernizadores. Esses incluíam desde a construção de ferrovias, portos e sistemas para abastecimento de água até a abolição do trabalho escravo e a transformação do regime e das elites políticas brasileiras, desejando uma certa moralização da sociedade com o fim dos privilégios pessoais e nepotismo (SEILD, 2011).

Na chegada de Carlos Gomes ao Brasil, os alunos resolveram homenagear o maestro libertando uma escravizada. Uma comissão foi eleita para ir ao seu encontro e entregar-lhe uma carta de liberdade, sendo a primeira movimentação declaradamente abolicionista que temos registro dentro da Escola Militar (*Jornal da Tarde*, ed. 00180, 05/05/1880, p.2). No final desse mês foi fundada a *Sociedade Acadêmica da Emancipação da Escola Militar*, tendo por liderança alguns dos jovens nomeados para prestigiar Carlos Gomes. Ela não foi a única, e será sobre a atuação dessas organizações que nos deteremos nos próximos tópicos.

2.2.4 Uma sociedade acadêmica

No dia 28 de maio de 1880, dentro da Escola Militar ocorreu a fundação da *Sociedade Acadêmica da Emancipação*, ficando como presidente provisório Frederico Augusto Cesar de Mattos⁵⁶, alferes aluno da Escola Militar. A escolha de um nome para uma organização abolicionista não é neutra. No primeiro capítulo, mostramos que muitas associações foram abertas prestigiando seus líderes ou datas marcantes na luta antiescravista. Quando os alunos da Escola Militar, pouco depois de homenagear Carlos Gomes, resolveram fundar uma organização abolicionista e decidiram empregar o termo acadêmico reforçando a imagem dos jovens que se dedicavam ao estudo e ao progresso.

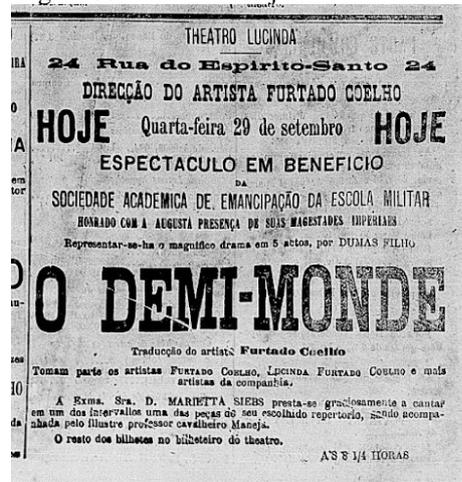
É preciso destacar que a criação dessa instituição pelo corpo discente da Escola Militar foi anterior à primeira conferência emancipadora na qual discursou Vicente de Souza, com a presença de Carlos Gomes, em 25 de julho de 1880, e da estruturação do movimento com a criação da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* e da *Associação Central Emancipadora*.

⁵⁶ Frederico Augusto Cesar de Mattos nasceu em 28 de julho de 1858, em São Paulo. Entrou como praça voluntário em 1874, foi admitido como aluno do curso preparatório em 1875, sendo admitido no curso superior em 1877 e se formando em bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas e em Engenharia militar.

No mês de agosto desse mesmo ano foi realizada a primeira assembleia da instituição, sendo eleita sua diretoria: Frederico Augusto Cezar de Mattos, presidente; Antônio José de Siqueira, vice-presidente; Joaquim Justiniano da Silva Carvalho, primeiro-secretário; Luiz Furtado de Oliveira Cabral, segundo-secretário; e Alfredo de Almeida, tesoureiro⁵⁷, todos alunos do curso superior da Escola Militar. Além desses postos, a instituição contava com uma equipe de procuradores e membros do conselho (*Gazeta de Notícias*, ed. 00233, 22/08/1880, p. 2).

Na Sociedade Acadêmica havia estatutos que regulamentavam suas ações, contudo, infelizmente, não encontramos essa documentação. Mas, segundo publicação no *Gazeta de Notícias*, seu 13º artigo versava sobre a promoção de eventos para angariar recursos para o fundo de emancipação (*Gazeta de Notícias*, ed. 00233, 22/08/1880, p. 2). Com esse intuito, organizaram um espetáculo realizado em 29 de setembro de 1880, data significativa para o movimento, pois se comemorava a Lei do Ventre Livre.

Figura 33 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta de Notícias, ed. 00268, 29/09/1880, p. 6.

O anúncio destacava a presença das majestades imperiais, porém não temos informações de que elas realmente compareceram ao espetáculo, mas revela que essa organização procurou aproximações com o poder imperial e parcerias com outras áreas, como a dos artistas, casos de Furtado Coelho, Maritta Siebs e professor Maneja. Outro ponto que podemos destacar é que a organização tinha como objetivo a criação de fundo para compra de alforrias, e para isso

⁵⁷ De acordo com a fé de ofício desses militares, podemos perceber que todos eram alunos dos cursos superiores da Escola Militar no ano de organização da Sociedade, procedentes de diferentes províncias e se tornaram oficiais dentro do Exército, exceto Luiz Furtado de Oliveira Cabral, que foi afastado do Exército por tuberculose, e Alfredo de Almeida, do qual não conseguimos registro. Buscamos nessas documentações informações sobre a cor/raça desses indivíduos, porém não havia nenhuma sinalização.

procurou a Caixa Econômica da Associação Perseverança Brasileira, instituição de João Clapp, que mais à frente falaremos sobre ela (*Gazeta da Tarde*, ed. 0009, 11/01/1881, p. 2).

Sobre a manutenção desse fundo, uma matéria no *Cabornario: órgão do povo* nos fornece alguns detalhes. O artigo comenta como os estudantes associados à Acadêmica da Emancipação contribuía com o valor de 1\$000 mensais, a cada mês arrecadavam entre 900\$ e 1:000\$, totalizando aproximadamente 12:000\$ anualmente, e que deveriam ser aplicados para compra de alforrias. A matéria menciona como muitos desses moços ainda contribuía para outras organizações emancipadoras (*Carbonario: órgão do povo*, 03/11/1882, ed. 134, p. 2).

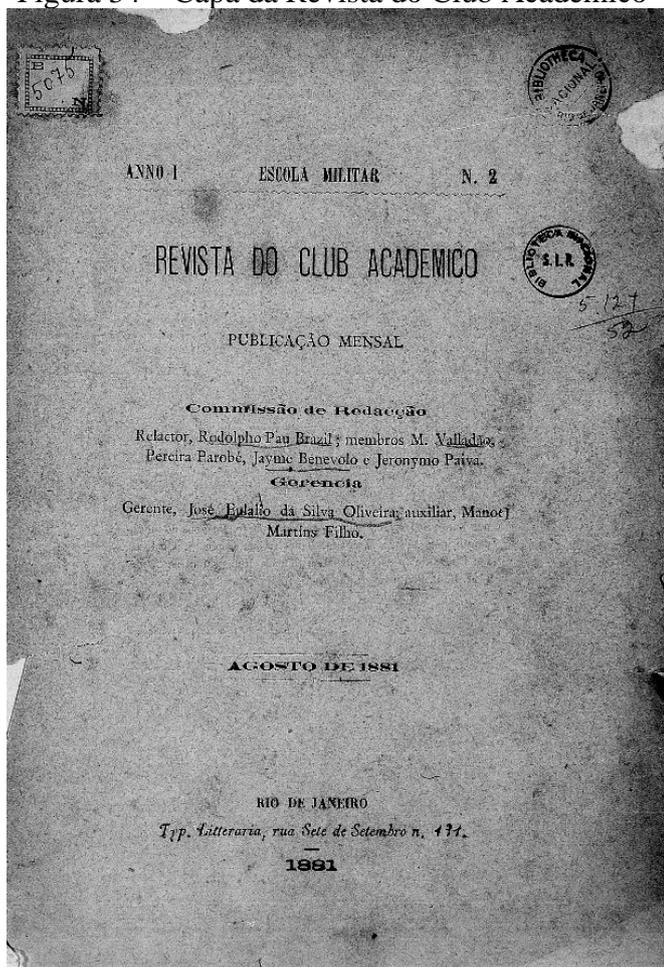
Assim, em 23 de janeiro de 1881, a sociedade realizou a primeira sessão para entrega de cartas de liberdade (*Gazeta da Tarde*, ed. 166, 19/01/1881, p. 2). Outras celebrações aconteceram para entrega de alforrias e algumas dentro da Escola Militar (*Jornal da Tarde SP*, ed. 249, 11/07/1881, p. 2). Em uma delas, narradas pelo *Jornal da Tarde* (SP), mostra o envolvimento de outras organizações, no caso o *Recreio Literário* esteve juntamente com a *Sociedade Acadêmica da Emancipação* na aquisição das cartas, e o evento foi prestigiado por outras sociedades abolicionistas, destacando a ornamentação do espaço, a apresentação de duas bandas de música, discursos e a presença feminina (*Jornal da Tarde SP*, ed. 252, 25/07/1881, p. 2).

Em 1881 foi fundado o *Clube Acadêmico da Escola Militar* (*Gazeta de Notícias*, ed. 00109, 24/04/1881, p. 1). De acordo com Abreu (2006), o clube

além de promover sessões comemorativas de fatos e vultos nacionais e estrangeiros, organizava debates com alunos e com a sociedade carioca sobre teses mais palpitantes da época, bem como se orientava no sentido de aperfeiçoamento intelectual do seu público, na medida em que era mais científica, mais didática. (ABREU, 2006, p. 85)

Temos consciência de que o movimento abolicionista era um dos mais importantes temas na época, por isso não deve ter passado despercebido por essa organização. Para divulgar seus estudos e trabalhos, foi criada a *Revista do Club Acadêmico* em agosto desse mesmo ano. Em seu primeiro número, do qual só temos informações por uma nota na *Gazeta da Tarde*, tratou de assuntos variados como um tratado de geometria, positivismo, abolição, além de uma seção literária (*Gazeta da Tarde*, ed. 00180, 04/08/1881, p. 2).

Figura 34 – Capa da Revista do Club Acadêmico



Fonte: Hemeroteca digital – Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=737879&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1>.

Dentre seus representantes, destaca-se o aluno Servílio Gonçalves, integrante das duas organizações e autor de algumas poesias abolicionistas, como o *Tráfico de escravos* e *Os Escravos*, apresentada em uma sessão solene do *Club dos Libertos de Niterói* e publicado na *Tribuna Militar*.

Figura 35 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Tribuna Militar, ed. 0017, 28/02/1881, p. 2-3.

Na colação de grau em ciências físicas e matemáticas da turma de 1882, a organização utilizou a cerimônia para entregar alforrias:

Apresentadas pelos Srs. tenente Siqueira, cadete Calheiros, tenente Cavalcanti e cadete J. B. do Rego Barros quatro cartas de liberdade em nome da S. A. de Emancipação da Escola Militar, pediu e obteve a palavra o Dr. Antônio Gomes da Silva Chaves, o qual, fazendo notar que aquellas cartas de liberdade eram outros tantos louros que se iam accumular aos já colhidos pela sociedade Acadêmica de Emancipação, agradeceu em nome dos seus collegas e fez votos pela prosperidade de tão philantrópica da sociedade.

Entregue as cartas de liberdade pelo general diretor, declarou encerrada a sessão. (*Gazeta de notícias*, ed. 0018, 18/01/1883, p. 2)

Fora da instituição, a sociedade se mobilizou para participar dos eventos fúnebres do Visconde do Rio Branco, de Ferreira de Menezes e de Luiz Gama, personalidades de destaque na luta antiescravista (*O Monitor*, ed. 0133, 14/11/1880, p. 1; *Gazeta da Tarde*, ed. 138, 13/01/1881, p.1; *Gazeta da Tarde*, ed. 200, 01/09/1882, p.2). Também participava das

conferências emancipadoras e outros eventos do movimento, como a encenação de “O Doutor Negro” de Dumanoir. A peça contava a história de amor proibido de um jovem médico negro e uma moça da alta classe. Mas é importante sinalizar que essa história mostra um homem negro que conseguiu ascender socialmente, alcançando uma profissão que até então era direcionada para certas camadas sociais, e que com essa apresentação o objetivo não era somente a arrecadação de recursos, assim como auxiliar na propagação de outros valores.

Figura 36 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Jornal do Commercio, ed. 00195, 13/07/1881, p. 6.

Apesar das poucas informações sobre suas atividades no período de 1883 a 1887, temos indícios de que a organização continuou atuando na luta antiescravista. Inferimos que devido à reconfiguração do movimento com a criação da Confederação Abolicionista, ela pode ter assumido também a nomenclatura de *Sociedade Abolicionista da Escola Militar*. Ainda observamos uma agitação e até perseguição aos alunos da Escola Militar.

Em meio a duras críticas e denúncias de extravagância no governo, um artigo de 1883 traz um questionamento sobre o que estaria acontecendo dentro da Escola Militar:

Não sei o que há no exército, que conspiração receia o sr. ministro da guerra, o que é certo – é que vários alumnos da Escola Militar foram privados de estudar, e desterrados para guarnições do Amazonas e Goyas, e com os alumnos desterrados também alguns professores. (*A Constituição PA*, 02/03/1883, ed. 00051, p.1)

Essas ações seriam punições dadas a alguns alunos e lentes da Escola Militar por acreditarem, mesmo sem provas, que era deles a autoria de uma série de textos publicados em diversos jornais contra o Ministro da Guerra. Assim como essa, houve outras tentativas de conter a ação política desses alunos, como na proibição de entrarem nas galerias da Câmara dos Deputados: “Finalmente, não podendo domar a independência da mocidade militar premedita, os mais escandalosos acintes para ferir-a nos seus brios. É este o intuito da proibição da entrada dos alumnos da Escola Militar nas galerias da câmara dos Srs. deputados” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00109, 14/05/1883, p.1).

Nesse mesmo ano, os alunos se envolveram em outro debate sobre o montepio obrigatório. O projeto do Visconde de Paranaguá levantou reclamações, principalmente sobre o artigo 12: “não será permitido ao governo d’ora em diante, conceder aposentadorias, reformas, jubilações, ou quaesquer outras mercês pecuniarias aos empregados; quando o bem do serviço publico o exigir, serão eles postos em disponibilidade, ou demittidos” (*Revista do Exército Brasileiro*, ed. 0002, 1883, p. 325). A mobilização dos estudantes contra esse projeto dentro da Escola Militar gerou repreensões:

Os officiaes alumnos da escola militar reuniram-se em uma das salas do estabelecimento, afim de tratarem do projecto apresentado pelo Sr. Visconde de Paranaguá ao senado; mas o Sr. Coronel Amaral, comandante do corpo de alumnos, obstou a realisação do acto.

Tiveram, pois, os alumnos de continuar a sua sessão fora da escola, elegendo mesa para dirigir os trabalhos, e uma comissão para tratar do que convier com referênciã ao projecto. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00138, 16/06/1883, p.1).

É preciso pontuar que esses jovens alunos do curso superior da Escola Militar, tinham coragem para se posicionar contrariamente ao governo imperial e à estrutura social a qual estavam submetidos, mas sofreram diversas formas de perseguição, inclusive em sua atuação abolicionista na proibição de participações em eventos, sendo suas ações apoiadas por seus superiores como veremos mais à frente.

A última menção registrada dessa organização foi uma publicação que aborda a sua reestruturação em 1887. De acordo com o artigo, os alunos decidiram reformar os estatutos da *Sociedade Acadêmica da Emancipação* para adequar ao novo momento de luta, renomeando a organização para *Abolicionista da Escola Militar* (*Gazeta da Tarde*, ed. B00119, 02/09/1887, p. 2). Nesse momento foi eleita uma nova diretoria, que ficou composta por Lauro Severiano Muller, presidência; José da Cunha Pires, vice-presidência; Manoel Joaquim Machado, primeiro-secretário; Arthur Eduardo Pereira, segundo-secretário; Amphiloquio de Azevedo, tesoureiro; Antônio Felix de S. Amorim, José J. Firmino, Joaquim Barboza Seiva, João de Souza Franco e Joaquim Barboza Cordeiro de Faria, procuradores. Conforme o anunciado, essa alteração foi informada à Confederação Abolicionista.

Não podemos afirmar que a Sociedade Acadêmica e posteriormente Abolicionista da Escola Militar foram os únicos núcleos de militância dentro da instituição⁵⁸. Há algumas referências sobre a Libertadora da Escola Militar, assim como menções sobre a Emancipadora

⁵⁸ O trabalho de pesquisa de Angela Alonso, que resultou no livro *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*, cita a Sociedade para Libertação dos Escravos da Escola Militar do Rio de Janeiro (1880) e a Sociedade Abolicionista dos Alunos da Escola Militar (1881). Porém, não encontramos nos jornais indícios de funcionamento das organizações com essas nomenclaturas.

da Escola Militar. Supomos que a Emancipadora da Escola Militar, seja a Sociedade Acadêmica Emancipadora da Escola Militar, mas não podemos confirmar o mesmo sobre a Libertadora da Escola Militar. A principal diferença está nos seus representantes que possuem títulos de tenente como também de doutor. Como mencionamos anteriormente, a diretoria da Acadêmica Emancipadora era formada por alunos, por isso não há indicações das graduações dentro da hierarquia militar.

2.2.5 O envolvimento dos oficiais

Na primeira reunião que deu origem à Confederação Abolicionista consta entre as sociedades presentes o nome da *Emancipadora da Escola Militar*, porém não descreve os seus representantes (*Gazeta da Tarde*, ed. 00106, 03/05/1883, p. 1). Mas, quem assina o Manifesto da Confederação Abolicionista é a *Libertadora da Escola Militar*, tendo como representantes o Tenente Manoel J. Pereira, o alferes João P. Junqueira Nabuco e o Dr. Luiz Valentim da Costa.

Precisamos lembrar que nesse momento, no ano de 1883, os alunos da Escola Militar estavam sofrendo perseguições. Talvez a criação da *Libertadora da Escola Militar*, que teve atuação importante junto à Confederação, com a liderança de alguns oficiais fosse algo estratégico para o movimento, assim como a estruturação da *Associação Emancipadora da Escola Politécnica*, com a inclusão de engenheiros que haviam alcançado prestígio social.

Temos como exemplo o caso ocorrido na escola de Porto Alegre, quando alguns alunos foram punidos por transmitirem felicitações a Joaquim Nabuco: “Dos 15 alumnos da escola militar que soffreram prisão por terem passado um telegrama de felicitação ao Dr. Joaquim Nabuco, foram excluídos como incursos no art. 46 do regulamento (...) (*Dezenove de Dezembro*, ed.00153, 13/11/1883, p. 2). Ou seja, o apoio ao movimento estava causando alguns incômodos dentro da instituição.

Em ofício encaminhado ao presidente da Libertadora da Escola Militar, a Confederação Abolicionista explica uma solicitação e negativa do ministro da Guerra:

Illm. Sr. – Temos a honra de comunicar-lhe, que indo hoje, em comissão ao Exm. Sr. ministro da guerra, os abaixo assignados e mais o Sr. Dr. Barros Barreto, presidente do Centro Pernambucano, para que os nossos bons amigos e distinctos alumnos da Escola Militar, tomassem parte na marcha cívica que vae saudar, amanhã,

o jangadeiro respondeu-nos S. Ex. por uma formal negativa, não nos concedendo, sequer, uma ou outra banda marcial.

Julgamos que esta reacção do governo devemos responder com um acto de moderação e de cordura, compreendendo que a situação se tornaria grave se a Confederação Abolicionista e a Gazeta da Tarde se decidissem a seguir esse exemplo de intolerância dado pelo próprio governo.

Sentindo immenso, que a briosa mocidade da Escola Militar, não possa, por ordem superior, estar conosco amanhã, na manifestação ao jangadeiro abolicionista que fechou os portos de uma província ao infame tráfico, não nos esqueceremos de saudar entusiasticamente esse heróe, em nome da mocidade da Escola Militar.

Com os nossos protestos de profunda sympathia, subscrevemo-nos – De V. S. atentos venerados e creados – João Clapp, presidente – Luiz de Andrade – vice-presidente. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00078, 03/04/1884, p. 1).

O jangadeiro o qual o texto se refere é Francisco José do Nascimento, conhecido como Chico da Matilde, homem negro que auxiliou os abolicionistas a fecharam o porto de Fortaleza em 1881 para o transporte de escravizados, se tornando um ícone na luta antiescravista. Na estratégia de libertação dos territórios e comemoração à libertação do Ceará, Chico e sua jangada estiveram na Corte. Porém, como vimos, os alunos da Escola Militar foram proibidos de comparecerem para recebê-lo. Mas, o tenente-coronel Antônio Sena Madureira, que já havia apoiado os alunos nas questões sobre montepio, diretor da Escola de Tiro de Campo Grande, recebeu o jangadeiro com honrarias, e ainda se pronunciou publicamente contrário ao regime escravista. Como represália o tenente-coronel foi demitido do cargo, reforçando uma crise entre o Exército e o governo imperial:

O actual ministro do império, que fez parte da canóia cujo patrão se dizia escravocrata da gemma, e que com a sua entrada no strabico ministério Lafayette, deu nova feição ao movimento abolicionista, prohibindo de bandas de música militares de figurarem nas kermeses, trancando matriculas de alumnos da escola militar, demitindo o diretor da escola de tiro e fazendo demitir os presidentes do Ceará e Amazonas, não faz parte do actual ministro cuja bandeira, desfraldada aos quatro ventos, é a abolição, apesar de se ter proclamado alto e bom que o ministério era continuador do seu antecessor, que quando não por mais, pela entrada do ex-ministro da guerra (O Paiz (MA), ed. 00082, 09/10/1884, p. 2)

Mesmo assim, a organização esteve presente nas comemorações à Libertação da Província do Ceará, província do tenente Manoel J. Pereira, representante da instituição dentro da Confederação Abolicionista.

Outros acontecimentos envolvendo oficiais, como o próprio Sena Madureira, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, general e senador liberal pelo Rio Grande do Sul, Visconde de Pelotas e Deodoro da Fonseca, mostram um período de instabilidade entre o governo e as forças militares. Confrontos que compuseram a “Questão Militar⁵⁹”, marcados pela indisciplina e pela quebra de hierarquia, pois “[t]rata-se não apenas de uma questão, mas de uma série de

⁵⁹ Para maiores informações sobre a Questão Militar ver Castro (1995).

episódios, denominados como tal à época e pela historiografia e que opuseram setores militares e o governo durante a década que antecedeu a proclamação da república” (NASCIMENTO, 2009, p. 12).

Em 1887, com a criação do Clube Militar, veio a declaração oficial de que os militares não desejavam mais contribuir para o escravismo. O Clube Militar foi fundado em 2 de junho de 1887, reunindo representantes da Marinha e do Exército, que desejaram a criação de uma organização representativa de seus interesses em face ao governo imperial e todo o desgaste que se mantinha. A organização foi contrária às punições dadas a Sena Madureira, e em outubro de 1887 realizou a petição na qual pedia à Alteza Imperial para não tratar o Exército como “capitão do mato”:

Senhora,
Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênia para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica...
... a liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem para reconquistá-la é capaz de tudo; de um momento para outro ele, que antes era um covarde, torna-se um herói...
... em todos os tempos os meios violentos de perseguição não produziram nunca o desejado efeito.
É impossível, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.
Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade... esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados de sua nobre missão. Se se tratasse de uma sublevação de escravos que ameaçasse a tranquilidade das famílias, que trouxessem a desordem, acreditai que o Exército havia de manter a ordem. Mas diante de homens que fogem, calmos, sem ruído, evitando tanto a escravidão como a luta e dando ao atravessar cidades exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército brasileiro espera que o Governo Imperial lhe concederá o que respeitosa e modestamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende... (Clube Militar, 2010).

Segundo Nascimento (2009), com esse posicionamento os militares se colocaram contrários à classe dominante dos proprietários de terra escravistas, se recusando a empregar sua força coercitiva para os interesses de uma elite. Porém, a autora menciona que uma parte dessa camada social já empregava outros métodos de trabalho, o que não teve um impacto tão grande em toda a classe dominante, mas principalmente na parcela escravista.

Para além desse fato, compreendemos que a própria formação intelectual desenvolvida na Escola Militar, *O Tabernáculo da Ciência*, quebrava com a perpetuação do domínio ideológico que mantinha a estrutura da sociedade escravista. Seus estudantes, assim como os oficiais formados por ela, desejavam reconhecimento e mudanças, por isso se manifestaram e se mobilizaram durante todo período imperial.

2.3 Faculdade de Medicina: a atuação abolicionista de negros e mulheres na formação médica, farmacêutica e de partos

Figura 37 – Hospital da Misericórdia



Legenda: Abrigou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica a partir de 1813, em aquarela de Thomas Ender.

Fonte: Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/171-escola-anatomica-cirurgica-e-medica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 06 jan. 2023.

O movimento abolicionista atraiu de forma singular a mocidade acadêmica, e não é por acaso que a primeira passeata abolicionista no Brasil tenha sido realizada por um grupo de estudantes da Faculdade de Medicina na Bahia, ainda na década de 1850. Reforçamos que a carreira médica ao lado do Direito eram as áreas com maior status social, eram as profissões dos filhos da elite dentro e fora do país. Mesmo assim, vários indivíduos negros romperam barreiras sociais e ingressaram nessas faculdades obtendo a formação em Medicina, Farmácia ou em Partos, auxiliando na consolidação do campo no Brasil e até se dedicando ao seu ensino. Destacamos, ainda, que essas instituições também recebiam mulheres, e enfatizaremos o posicionamento de duas delas na luta antiescravista.

2.3.1 Os primórdios da Faculdade de Medicina

Antes da autorização para a abertura de faculdades de Medicina no Brasil, os cuidados com a saúde ficavam a cargo dos físicos, cirurgiões, barbeiros, sangradores, parteiras e seus aprendizes. Havia a assistência prestada nas enfermarias jesuíticas, nos hospitais da Misericórdia e hospitais militares, que, na maioria das vezes, eram a única fonte de assistência médica e fornecimento de medicamentos. Para Carvalho (2010), a solicitação para criação de

faculdades de medicina já havia sido realizada em 1768 pela capitania de Minas Gerais, mas negado devido ao monopólio formativo que se fazia necessário para fortalecer o vínculo entre a colônia e a metrópole, sendo enviados os estudantes da elite brasileira para se formarem na Europa, principalmente em Coimbra.

Será na articulação política das elites brasileiras no pós-independência, objetivando fortalecimento e valorização intelectual, que foi criada a Sociedade de Medicina em 30 de junho de 1829 na Corte, organização que tinha por objetivo contribuir para o estudo e o desenvolvimento das práticas da medicina nos princípios organizativos dos médicos brasileiros e em sua atuação junto ao governo imperial para o direcionamento de políticas públicas. Em ofício encaminhado ao Ministro do Império, a instituição apresentava seus argumentos e solicitava autorização para funcionamento:

Desde muito tempo a organização de huma Sociedade de Medicina era vivamente desejada pelos homens d'Arte desta Capital, que sem lastimar tinham visto baquear o monopólio da Medicina entregue a alguns privilegiados em detrimento da Sciencia, e dos que a cultivão. A Medicina esperava huma reforma para se pôr em harmonia com as instituições constitucionaes do Brasil, esta reforma, que devia elevar-se das bases do edificio médico até ao apice, comprehendia ao mesmo tempo as escolas e as sociedades. A organização das primeiras pertencendo á Assembléa Legislativa, ficava reservada aos Médicos e Cirurgiões a fundação das segundas; por isso eles, por hum impulso spóntaneo, se reúnem hoje, pondo em comum suas forças isoladas, para representar dignamente a sciencia, que exercem, para socorrer por actos de hum zelo desinteressado a humanidade soffredora, e sobre tudo a classe indigente e para fornecer ao Governo hum salutar apoio em todas as circunstancias, que ameaçam a saude publica. (*Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ)*, ed. 00014, 22/08/1829, p. 1)

Quem assina essa petição é Joaquim Cândido Soares de Meirelles, primeiro presidente da instituição e homem negro. Ele é o patrono da Academia Nacional de Medicina, como é reconhecida nos dias de hoje a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, ocupando a cadeira número 1. Soares de Meireles, juntamente com os médicos José Francisco Xavier Sigaud, José Martins da Cruz Jobim, Jean Maurice Faivre e Luiz Vicente De Simon, realizou reuniões em sua própria residência com o intuito de criar uma organização que pudesse defender os interesses da medicina, desenvolver estudos e auxiliar o poder governamental sobre questões de saúde pública.⁶⁰

⁶⁰ Apesar de ser um dos fundadores da Academia Nacional de Medicina (ANM), em seus dados biográficos expostos no site da instituição não falam nada sobre sua origem negra. De igual forma o *Dicionário Bibliográfico*, de Sacramento Blake, uma obra de referência, nada menciona sobre isso. Através do olhar de um militante negro, Nei Lopes, que percebemos as estratégias de branqueamento e invisibilização da intelectualidade negra no período, pois, em sua *Enciclopédia da Diáspora Africana*, tivemos acesso a uma litografia de Luís Aleixo Boularger que contrasta com a exibida pela ANM, na qual os traços negros são atenuados.

Figura 38 – Joaquim Candido Soares de Meirelles



Legenda: Litogravura de L. A. Boularger
 Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 39 – Joaquim Candido Soares de Meirelles



Legenda: Jordão de Oliveira, óleo sobre tela, 1960.
 Fonte: Academia Nacional de Medicina

De família de cirurgiões, Joaquim Cândido Soares de Meirelles nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 5 de novembro de 1797, filho de Manoel Soares de Meirelles e de Anna Joaquina de São José Meirelles. Seu pai e seu avô eram cirurgiões e seu bisavô era médico na cidade do Porto, apesar de reconhecidos em sua localidade, segundo Lima (2020), eram de posição social modesta. Iniciou seus estudos no Seminário São José, no Rio de Janeiro, aos cuidados de um tio religioso. Ingressou na Academia Médico-Cirúrgico do Rio de Janeiro aos 20 anos, “seu cotidiano como estudante girava em torno do aprendizado teórico e prático, somado ao trabalho como ajudante de cirurgia e ainda os serviços no Hospital Real Militar, que também era sua residência” (LIMA, 2020, p. 324). Depois de formado, Meirelles solicitou a vaga de Cirurgião-Mor no Hospital Real Militar, do qual substituíra há seis meses o cirurgião responsável, porém não foi atendido. Ele questionou, encontrou apoio de seu comandante, mandando uma petição direta ao imperador. Aliás, Meirelles esteve envolvido com a Independência ao avisar ao príncipe regente que as tropas portuguesas lideradas por Avilez estavam a caminho com o intuito de forçá-lo a ir para Lisboa. Em 1823 conseguiu sua promoção, mas ela não veio na Corte, e foi transferido para Minas. Lá, organizou o Hospital Militar de Ouro Preto e auxiliou no combate de epidemias que assolavam a província no período. Foi enviado para complementar seus estudos na Europa e foi um dos quinze oficiais militares pensionistas do Estado.

Reforçamos que neste momento histórico todos os que desejavam ter a formação em Medicina deveriam estudar fora do país. Meirelles foi estudar em Paris, onde se formou simultaneamente em apenas dois anos em cirurgia e medicina, defendendo a tese sobre Elefantíase dos Gregos, doença que

acometia principalmente a população de escravizados e pretos/pardos livres, para a área clínica, e sobre ferimentos de armas de fogo para cirurgia, tema de interesse dos militares. Ele próprio descreveu sua vida acadêmica no exterior como muito sacrificante, tendo em vista que já possuía família e mandava metade de seus recursos para esses no Brasil, com o restante investia na sua formação e ficava muito pouco para sua alimentação (LIMA, 2020). Ao retornar, solicitou a nomeação para inspetor dos hospitais militares, mas foi novamente negada a sua solicitação. Então, largou o Exército, alegando ser o soldo insuficiente para sustentar sua família, dedicou-se, assim, à clínica particular e ao atendimento na Santa Casa da Misericórdia.

Lá aconteceu um caso particular que envolveu a questão racial e o debate público. Na enfermaria do Dr. Meirelles, os doentes foram separados por cor, brancos de um lado da enfermaria e negros, de outro lado. Esse caso foi exposto na imprensa por um paciente negro livre, acreditando ter sido desrespeitado, tendo em vista que a Constituição do Império não estabelecia distinções entre cidadãos a não ser por virtudes e talentos, e fazendo duras críticas a Meirelles. O médico se defendeu na imprensa, afirmando que foi contrário à decisão, mas que essa veio da diretoria da instituição:

eu estou ali para curar, ou administrar? Trato eu com o mesmo disveio e caridade todos os doentes quer sejam brancos, ou pretos, ou mulatos livres ou escravos? (...) Eu repliquei, dizendo que era uma divisão odiosa, e que iamos alterar a Constituição, que não reconhece cores, mas sim direitos (Aurea, ed. 00457, 24/09/1829, p. 2).

Meses depois, ele pediu demissão da Santa Casa, e seu posicionamento no periódico criou uma imagem de defensor das igualdades entre negros e brancos.

Porém, foi dentro da Santa Casa juntamente com o Dr. Luis Vicente de Simoni, que deram início as conversas sobre a criação de uma entidade que estimulasse estudos médicos e o progresso da ciência. Contagiando o médico Dr. José Martins da Cruz Jobim, formado juntamente com Meirelles em Paris, e os médicos franceses Jean François Xavier Sigaud e Jean Maurice Faivre.

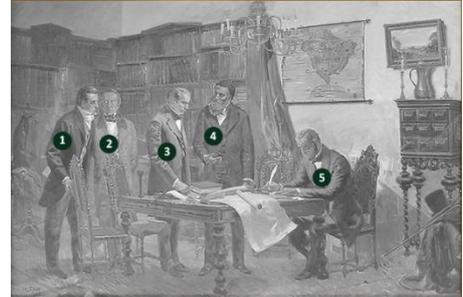
Figura 40 – PAINEL II – Fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro



Legenda: Pintura de Arlindo Castellani de Carli – óleo sobre tela, 1976.

Fonte: Galeria da ANM

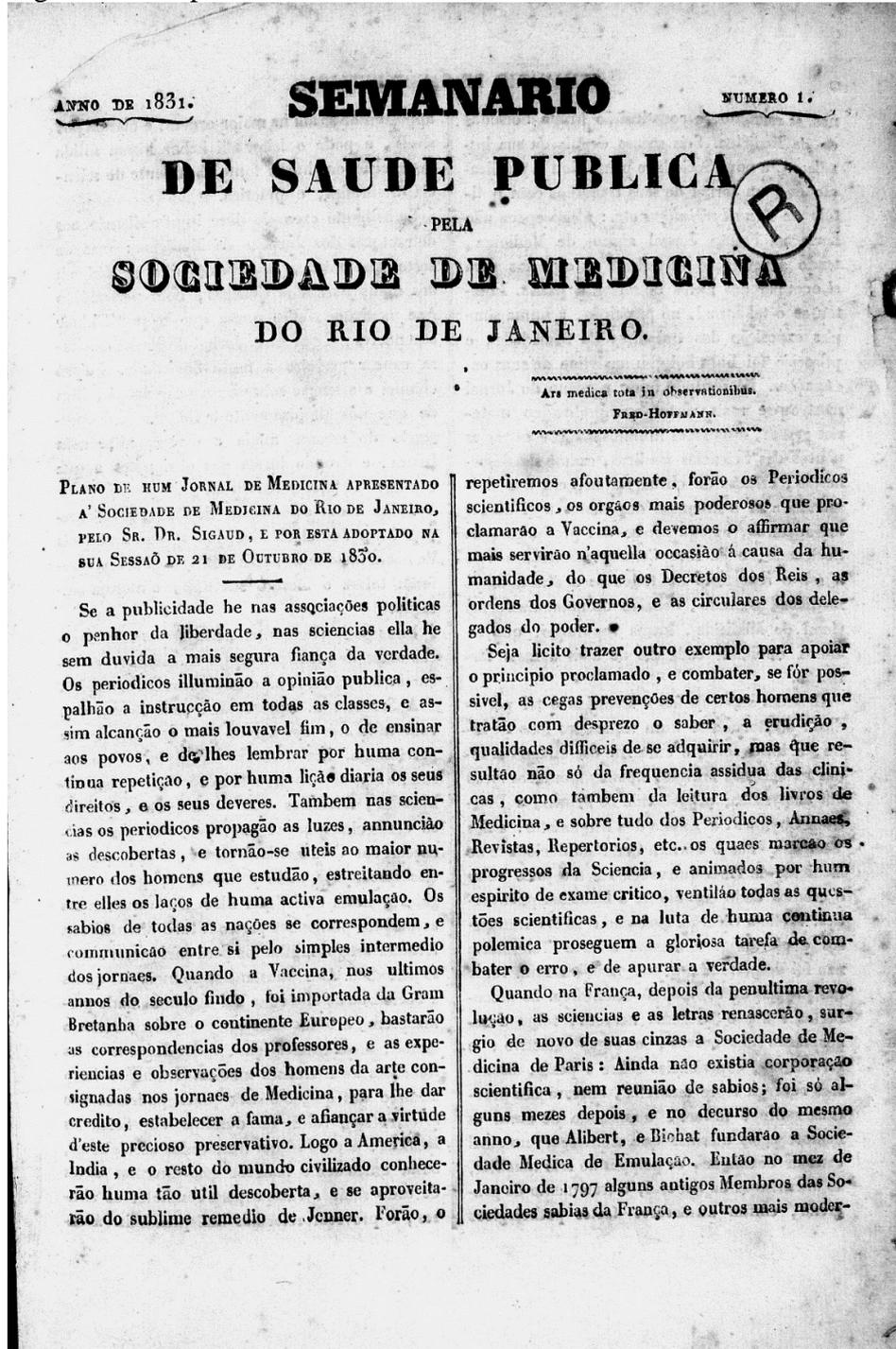
- 1 - José Martins da Cruz Jobim
- 2 - Jean Maurice Faivre
- 3 - José Francisco Xavier Sigaud
- 4 - Joaquim Cândido Soares de Meirelles
- 5 - Luiz Vicente De-Simoni



Tendo sido aprovado seu funcionamento por decreto em 15 de fevereiro de 1830, em solenidade que contou com a presença ilustre do Imperador, reconhecendo a importância da organização. Como membros honorários, convidaram José Bonifácio Andrada e Silva, que apesar de não ser médico, tinha grande influência no governo imperial e buscava instituir o ensino superior no Brasil, ainda mais que seus fundadores eram médicos recém-formados sem grande prestígio social. Em pouco tempo a Sociedade passou a ser órgão consultivo do governo imperial, “o processo de formação do Estado Imperial e as disputas por fortalecimento das instituições herdadas na transferência da Corte, culminariam em um reconhecimento dessa associação médica” (DORNELAS, 2019, p. 280). Segundo a autora, as elites desejam poder político, historicamente solicitavam locais para construção de conhecimentos sobre o Brasil, debates sobre sua população, seus problemas nacionais, como as faculdades, clubes e livrarias.

Aos moldes da sociedade de Paris, a organização publicou o primeiro periódico da instituição, o *Semanário de Saúde Pública*, em 1831, do qual o Dr. Meirelles foi editor, e que popularizava os saberes médicos e auxiliava na profissionalização da área. Em 1835, sob a influência de Meirelles, a Sociedade foi transformada em Academia Imperial de Medicina, reunindo os principais nomes da medicina nacional.

Figura 41 – Capa do *Semanário de Saúde Pública*



Por solicitação do Congresso Imperial, a Sociedade ficou responsável pela elaboração do plano de reformulação das Escolas Médicas. Ele foi apresentado à Câmara e virou lei em 03 de outubro de 1832, segundo a qual as Academias (do Rio de Janeiro e da Bahia) passavam a ser designadas como Faculdades de Medicina, sendo reguladas seguindo o modelo dos estatutos e regulamentos da Faculdade de Medicina de Paris. As faculdades passaram a diplomar em medicina, farmácia e parto. O curso médico-cirúrgico tendo seis anos, o curso de farmácia, três anos, e um ano para o de partos.

Apesar da história de fundação da Faculdade de Medicina estar relacionada ao empenho de Meirelles, ao ser fundada, mesmo com seu pedido e com todo reconhecimento e prestígio que alcançara, ele não foi aceito como lente da instituição, o que fala com tristeza, em um relato ao final de sua vida. Mas a docência esteve presente em sua vida, foi o professor particular de Madame Durocher, a primeira e uma das poucas mulheres a se matricular no curso de parteira da Faculdade de Medicina e da qual iremos falar mais adiante. E ainda foi professor na Academia Imperial de Belas Artes, uma instituição de menor prestígio social, no período de 1836 a 1856, na cadeira de Anatomia e Fisiologia das Paixões.

Apesar da sua cor não ser usada explicitamente como um elemento de preconceito ou discriminação racial, nas promoções ou pedidos que lhes foram negados, percebemos que isso está como pano de fundo em algumas situações vividas, como o caso da enfermaria da Santa Casa ao perceberem que aquilo acontecia na enfermaria de um homem de cor, como também em acusações de haitianismo. Depois da abdicação de D. Pedro I, o período regencial foi marcado por políticas arriscadas e rebeliões populares, configurando-se um momento político conturbado. O medo de revolução nos padrões haitianos assolou a elite escravista brasileira, e o Dr. Meirelles foi acusado de fundar um clube secreto que tinha por objetivo realizar uma revolução de escravos e negros livres como realizada no Haiti (LIMA, 2020). O caso marcou a carreira de Meirelles e foi parar na justiça, mas, mesmo inocentado, os inimigos políticos do médico sempre utilizavam esse caso em seus ataques.

Meirelles continuou sua boa reputação com a família imperial, cuidava da saúde do jovem imperador e até participou da decisão que culminou com sua maioria penal. Foi eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro e deputado geral pela Província de Minas Gerais. Ainda sofreu ataques dentro do parlamento e proferiu defesas sobre a cidadania de pessoas negras, livres ou libertas. Nomeado cirurgião-mor da Armada Nacional e Imperial, hoje é patrono do Corpo de Saúde da Marinha de Guerra. Mesmo assim, ao final de sua vida, ainda se queixava de ter sido preterido em diversos momentos.

É interessante constatar como uma figura importante no processo de implantação da formação médica no Brasil, de valorização e reconhecimento dos saberes científicos, de implementação da Faculdade de Medicina, ter tido o protagonismo de um homem negro que vivenciou e militou pela igualdade na cidadania entre negros e brancos.⁶¹

O Dr. Meirelles não foi o único médico negro a alcançar prestígio social no Império. Além de Vicente de Souza, do qual falamos anteriormente, podemos citar a trajetória de Manuel Maurício Rebouças, tio de André Rebouças, e Luís Anselmo da Fonseca como exemplos de médicos negros que atuaram ativamente na área de Medicina e foram responsáveis pelo reconhecimento dessa carreira. Segundo Dornelas (2019, p. 289), “[a] pretensão de uma medicina atuante na sociedade enfrentava na prática a falta de prestígio social e a penúria de suas instituições”, pois os médicos precisavam ganhar a confiança da população, o reconhecimento e investimentos do Estado imperial. Já para o governo, que desejava ser reconhecido como uma nação moderna, era importante fortalecer as instituições científicas.

2.3.2 A participação acadêmica, enfrentamentos e abolicionismos

É importante destacar que o pensamento sobre a questão racial e o abolicionismo estava presente no interior das faculdades de medicina desde as primeiras décadas de seu funcionamento. O médico e professor da Faculdade de Medicina na Bahia, Antônio Ferreira França, como parlamentar apresentou um projeto à Câmara em 15 de junho de 1837, no qual pretendia declarar livre todos os que nascessem de ventre escravo, lei que somente foi efetivada 34 anos depois com a Lei do Ventre Livre. Antes disso, em 1831, é dedicado ao médico o primeiro projeto para extinção da escravidão no Brasil, algo que não foi nem julgado e nem objeto de deliberação (JACOBINA, 2013). Ambos os projetos devem ter suscitado debates dentro e fora dos limites da Faculdade de Medicina.

O debate sobre o escravismo e a abolição também foi estabelecido nos trabalhos de conclusão de curso dos estudantes. Jacobina (2013) cita algumas teses em especial que

⁶¹ Na própria galeria da ANB há uma outra imagem do mesmo artista, que mostramos anteriormente, com a diferença de dez anos, mais próxima da litogravura de Boularger. De igual forma, existe um painel sobre a fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, do artista Arlindo Castellani de Carli, no qual Joaquim Cândido Soares de Meirelles aparece com o tom de pele mais escuro do que o dos demais médicos representados na cena. O que me faz presumir que a ascendência negra do Dr. Soares de Meirelles era reconhecida, mas que foi silenciada em seus dados biográficos, e, de certa forma, camuflada na representação oficial dessa organização.

defenderam o fim da escravidão dentro da Faculdade de Medicina da Bahia. Iremos destacar a primeira, de 1848, de Tiburtino Moreira Prates⁶², intitulada “*Identidade da Espécie Humana*”, na qual se posiciona desde o início contrário ao escravismo, defende que “como cristãos não podemos duvidar da unidade da espécie humana, como médico cremos ter demonstrado sua identidade”, além de combater preconceitos utilizando para isso dados da própria instituição:

mais de cem estudantes frequentam a Escola de Medicina desta cidade [Salvador]; metade são incontestavelmente mulatos; dos outros sabemos, que muitos são quintões, ou desertores (brancos da terra); e assim os que são incontestavelmente da raça caucásea pura não passam de vinte. (PRATES apud JACOBINA, p.411)

A tese de Joaquim Antônio de Oliveira Botelho⁶³, “A Escravidão que condenou perante a *Sciencia Medica*”, de 1850, foi um manifesto contra o escravismo, mencionando a origem da escravidão, os diferentes tipos de escravismo e os perigos desse sistema perante a medicina, “firmado na autoridade da observação médica e manifestando possuir a intuição da medicina social, condenou a instituição servil por sua influência nefasta na educação da criança, na moralidade da família, nos costumes nacionais e na saúde da raça” (MOURA apud JACOBINA, 2013, p. 407).

A outra tese do formando Manoel Victorino Pereira⁶⁴, “*Molestias parasitárias mais frequentes nos climas intertropicaes*”, de 1876, tem como base o trabalho de Botelho, do qual utilizou critérios científicos para falar dos males do escravismo, destacando argumentos sanitários e médico-sociais, como a importância da qualidade tanto da água quanto da alimentação.

Outro fato interessante dentro dessa instituição educativa era a libertação de escravizados em comemoração à formatura dos estudantes. Somente ao final do ano de 1875, temos o registro de cinco alforrias:

⁶² Tiburtino Moreira Prates nasceu em Monte Alto, Bahia, fez o curso médico se formando em 1846. Lutou pelo fim do escravismo ainda enquanto estudante. Participou do Instituto Literário do qual foi redator do seu periódico, *O Crepúsculo* (JACOBINA, 20113; BLAKE, 1970).

⁶³ Joaquim Antônio de Oliveira Botelho (1827-1869) se formou em 1850 e se destacou no combate à epidemia de cólera, como também na Guerra do Paraguai. Foi um dos precursores na luta contra a escravidão na instituição desde estudante e se tornou professor de Matéria Médica e Terapêutica na Faculdade de Medicina da Bahia (JACOBINA, 2013).

⁶⁴ Manoel Vitorino Pereira (1853-1902) se formou em 1876, foi liberal e abolicionista no período monárquico e, na república, foi vice-presidente de Rodrigues Alves. Tornou-se lente de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Bahia, sendo um dos primeiros médicos no Brasil a aplicar o método de antisepsia no país (JACOBINA, 2013).

Para mais solemnizar o acto do doutoramento, os diversos doutorandos alforriaram o menor de nome Claudio, de sete anos, cuja a carta foi lhe entregue pelo Sr. conselheiro diretor da faculdade, para esse fim nomeado pela comissão incumbida da alforria. Na mesma ocasião o doutoramento João Marcellino da Silva Carneiro concedeu carta de liberdade ao seu escravo Dyonisio, de 16 annos de idade (...)

O Dr. Manoel Bernardino da Costa Rodrigues, em commemoração do dia em que recebeu o grão de doutor em medicina, concedeu liberdade ao seu escravo Sabino.

O Dr. Demetrio Cyriaco Tourinho solemnizou a formatura de seu filho Dr. Manoel Maria Tourinho, libertando sua escrava Fabiana.

“A Sra. D. Faustina Guedes Cabral, também em regozijo pela formatura de seu filho, o Sr. Dr. Domingos Guedes Cabral, libertou sua escrava Carolina. (*Diário de Pernambuco*, ed. 00297, 28/12/1875, p. 3)

A mobilização dos acadêmicos da Faculdade de Medicina na Bahia se consolida com a criação da Sociedade 2 de Julho. Fundada em 1852 pelos estudantes, essa organização é considerada um dos embriões do movimento estudantil brasileiro (JACOBINA, 2013). Associando o abolicionismo à celebração do 2 de Julho, comemoração pela independência local, foi essa instituição que realizou em 1862 a primeira passeata abolicionista no Brasil. Foi seu primeiro presidente José Luís de Almeida Couto, aluno do segundo ano do curso, assim como Virgílio Clímaco Damazio e Cincinato Pinto da Silva. Além desses fundadores, foi sócio da organização Jerônimo Sodré Pereira⁶⁵ enquanto aluno, que anos mais tarde se pronunciou diante do parlamento:

(...) eu peço aos poderes publicos que olhem para condição de cerca de 1.000.000 de brasileiros, que jazem ainda no captiveiro! Procuremos libertal-os do mesmo modo por que queremos emancipar o cidadão pelo voto livre! E não tenhamos duvida: no dia em que o sol da America dourar as nossas montanhas e allumiar também as nossas fertes planícies não se ouvindo mais o grito do afflictivo do misero escravo, nessa hora, senhores, nós com todo o orgulho nos poderemos assentar, cheios do quanto valem nos grandiosos e lautos banquetes da civilisação moderna. (PEREIRA, 1879).

Em seu discurso abordou três temas: educação, religião e elemento servil. Nabuco considerou que através desse discurso em 05 de março de 1879, Sodré foi o precursor do movimento abolicionista parlamentar. Mas, antes desse fato, sua atuação enquanto estudante e docente dentro da formação médica pode ter influenciado muitos de seus contemporâneos.

Outra organização aberta na Faculdade de Medicina da Bahia e importante em sua atuação foi a *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*, que teve como fundadores e sócios pessoas ligadas à Faculdade de Medicina da Bahia, dentre outros, o médico e educador Abílio Borges, liderança abolicionista que auxiliou na formação de importantes figuras para o movimento, do qual falamos no primeiro capítulo, além do professor negro Salustiano Ferreira Souto e Luís Anselmo da Fonseca, estudante negro.

⁶⁵ Jerônimo Sodré Pereira (1839-1909) se formou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1861, se tornou lente em 1865 e foi vice-diretor da instituição de 1882 a 1883. Foi deputado provincial e geral, assumiu a presidência da Província de Sergipe em 1889 (JACOBINA, 2013; BLAKE, 1898).

Salustiano Ferreira Souto (1814-1887) se formou nessa universidade em 1840, filho do sargento-mór Antônio F. Souto e Maria Joaquina de São José, uma negra de origem muçulmana. Tornou-se lente de química e de medicina legal, participou da Guerra do Paraguai, foi deputado parlamentar, geral e pela província, além de conselheiro de Estado. Cuidou da saúde do amigo Castro Alves, o poeta abolicionista e que o pai, Antônio José Alves, catedrático de Cirurgia, também tinha vínculo com a instituição. Pela influência materna, é apontado como uma liderança cripto-islâmica que teria participado na Revolta dos Malês.

Luís Anselmo de Fonseca, outro estudante e posteriormente professor da Faculdade de Medicina da Bahia, teve atuação importante dentro e fora da organização. Nasceu em Santo Amaro da Purificação, entrando para Faculdade de Medicina da Bahia em 1870 e se formando em 1875. O contato com outros professores negros e abolicionistas e as organizações antiescravistas ligadas à Faculdade estiveram presentes em sua formação. Por isso, antes do término do regime escravista, em 1887, Anselmo da Fonseca publicou o livro *Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*, abordando uma temática polêmica sobre a participação da Igreja Católica para manutenção do sistema, além de contribuir para preservação de uma memória sobre o processo abolicionista. O trabalho do médico ainda é referência para os estudos sobre o movimento de libertação da escravatura, inclusive sendo utilizado como fonte primária nesta pesquisa. Assim, é importante destacar a produção de uma intelectualidade negra em defesa do abolicionismo, como a obra de Anselmo da Fonseca e as publicações de André Rebouças.

De acordo com Miranda (2019), o trabalho do médico auxiliou nas discussões e debates desenvolvidos sobre o fim do escravismo, sobre a emancipação dos escravizados e o papel da Igreja nesse processo. De igual forma, endossou a necessidade de separação do Estado e da Igreja, em um Estado moderno que não poderia estar amparado pela escravidão, sinônimo de atraso e degradação. A autora pesquisou a repercussão da obra em jornais paraenses, principalmente a partir de dois periódicos, *Diário de Notícias* e *Diário do Grão-Pará*, o primeiro abolicionista e o outro conservador. No debate gerado, o *Diário de Grão-Pará*, por ter uma representação do clero, faz uma série de ataques ao trabalho de Anselmo da Fonseca, chegando a utilizar sua cor como critérios de desmerecimento, como menciona o *Diário de Notícias*:

Fazendo, por mais d'uma vez, os mais justos e merecidos encômios ao distinto escritor, não fomos a isso induzido, senão depois de termos lido a sua excelente obra sobre o abolicionismo; e não procuramos indagar onde morava, qual foi o seu passado, se é preto ou branco, etc., etc.

Tratamos do homem de letras não da sua individualidade particular, com que nada temos que vêr.

Não seguiremos, pois o infame exemplo (...) que na impossibilidade de sustentar uma sabia discussão, atenta a sua palmar ignorância, cospem insultos d'este jaez:

<< Mora a notabilidade (!) na capital da província da Bahia.
Quanto a sua genealogia é de raça africana, retinto como os naturaes da Lybia.>>
(Diário de Notícias (PA), ed. 00082, 11/04/1888, p. 2)

É importante pontuarmos que o jornal conservador defendia a abolição da escravatura, mas de uma forma mais gradual. Nosso objetivo com essa colocação não é apoiar um ou outro periódico, mas sim pontuar como as questões de raça entram em cena nos embates com os abolicionistas e intelectuais negros/as. Também destacamos que após formado, Anselmo da Fonseca necessitou prestar três concursos para se tornar professor efetivo dentro da Faculdade de Medicina, em que a cor pode ter sido usada como uma barreira para esse ingresso (SANTANA, 2019).

Em sua obra, Anselmo da Fonseca discorre que para o progresso do país são necessárias três coisas: liberdade para os cativos, nobreza para o trabalho e instrução para o povo. A todo momento, o autor ressalta a importância da instrução trazendo o exemplo dos Estados Unidos e de nomes de pessoas negras que através da educação ajudavam ao desenvolvimento da pátria, como Henrique Dias, Antônio Pereira Rebouças e Luiz Gama. Menciona que a escravidão não deve ser o único objetivo dos abolicionistas, pois eles devem lutar também pela instrução e a propaganda deve atingir não somente homens livres, mas os próprios escravizados, e ainda questiona a falta de participação política de homens negros entre os candidatos ao parlamento. Além disso, registra a participação de sociedades abolicionistas na Faculdade de Medicina e na sociedade baiana, relacionando os nomes de seus fundadores e demais participantes que militaram pela causa abolicionista. Dessa forma, o livro de Anselmo da Fonseca, assim como de outros abolicionistas, se torna um referencial que preserva a memória do movimento e possibilita compreender o pensamento da intelectualidade negra e militante no período.

A terceira organização abolicionista a ter atuação ligada à Faculdade de Medicina da Bahia foi a Sociedade Libertadora Baiana. Criada em 1883, logo após a visita de Patrocínio à capital baiana no momento em que a campanha abolicionista começava a ganhar grandes proporções, funcionando na sede da *Gazeta da Tarde*, homônimo do jornal da Corte, englobando grande número de acadêmicos da faculdade, como Luís Anselmo da Fonseca, Luís Álvares dos Santos⁶⁶ e o estudante Sérgio Cardozo. Essa organização tinha como marca a diversidade étnica e social de seus sócios, dos quais pertenciam médicos, jornalistas, artistas, engenheiros, advogados, professores, sapateiros, entre outros. Sendo também diversa a sua

⁶⁶ Luis Álvares dos Santos (1829-1886) foi formado pela FMB em 1849, e se tornou docente de Matéria Médica e Terapêutica em 1871. Condecorado na Guerra do Paraguai (OLIVEIRA, 1992, p.181-182), foi membro fundador da Sociedade Libertadora Bahiana (RIBEIRO, 1997), uma organização abolicionista criada na década de 1880, como será visto a seguir.

forma de ação na luta antiescravista, que buscava formas legais, através de conferências, bailes, leilões e ações judiciais, como também atuava na clandestinidade, na organização de fugas e acoitamento de escravizados.

Dentro da Libertadora Baiana, além da militância dos intelectuais negros Anselmo da Fonseca e Teodoro Sampaio, o primeiro médico e o segundo, engenheiro, como já apresentamos, temos, ainda, a participação do estudante Sérgio Cardozo. De uma família de Santo Amaro da Purificação, Bahia, Cardozo assumiu sua ascendência negra herdada de sua avó paterna. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1876 e tendo contato com a militância abolicionista dessa instituição assumiu uma postura mais radical, divulgando o lema de Luiz Gama, “*Todo escravo tem direito de matar o seu senhor e aquele que não o faz é miserável*”, em seu jornal *O Mefisto* (JACOBINA, 2008). Mas o episódio que mais marcou sua atuação abolicionista, juntamente com a Libertadora Baiana, foi o impedimento de embarque de um escravizado do Barão de Cotegipe, homem forte do governo imperial.

Um jovem escravizado chamado Lino Caboto estava sendo embarcado junto com outros escravizados em um vapor inglês para a Corte, quando um grupo de abolicionista foi até o capitão apelando para que não levasse essas pessoas, mas foi em vão. No trajeto de volta, os abolicionistas passaram pela embarcação onde estava Lino Caboto, gritaram para que o jovem se jogasse ao mar. Sem hesitar, o jovem foi ao encontro dos abolicionistas que o levaram para a sede da *Gazeta da Tarde* (BA). Mas a polícia foi chamada e o jovem entregue às autoridades. Porém, o episódio ganhou a imprensa nacional, recebendo críticas da imprensa abolicionista (ALONSO, 2015; *Gazeta da Tarde*, ed. 00099, 02/05/1883, p. 2). Alguns pesquisadores atribuem a esse acontecimento o abandono de Sérgio Cardozo da Faculdade de Medicina, argumentando que o Barão de Cotegipe dificultou, através de sua influência, a vida acadêmica do jovem estudante. O fato é que como estudante, Sérgio Cardozo, um jovem negro, militou pela causa em conferências, em sociedades abolicionistas ou através dos jornais.

Na Faculdade de Medicina da Corte não foi diferente, encontramos três teses com a questão escravista⁶⁷ e a presença de uma militância negra, assim como feminina. É preciso lembrar que Vicente de Souza, enquanto estudante de medicina, levantava questões raciais, como na sessão do *Instituto Acadêmico* sobre *As raças humanas provém de uma só ou de*

⁶⁷ A pesquisadora Ângela Pôrto pesquisou sobre a saúde dos escravizados durante o século XIX, levantando três teses que abordavam essa temática dentro da Faculdade de Medicina da Corte. São elas: David Gomes Jardim, *A higiene dos escravos* (1847); José Rodrigues Duarte, *Ensaio sobre a higiene da escravatura no Brasil* (1849); e Antônio José de Souza, *Do regimen das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em seus alimentos e bebidas: qual a influência sobre a saúde* (1851). Mesmo não combatendo o escravismo, esses estudos traziam essa temática para o debate dentro de uma instituição educativa.

diferentes especies?, ou na conferência que discursou sobre *O Império e a Escravidão: o parlamento e a pena de morte*, ou participando de ações para libertação de escravizados e escravizadas.

A segunda Conferência Emancipadora realizada na Corte, em agosto de 1880, foi organizada pela *União Acadêmica*, associação de alunos da Faculdade de Medicina que homenageou Carlos Gomes, e na qual o maestro subiu ao palco para libertar uma escravizada. O periódico dessa organização ainda em 1879 deixava claro seus ideais abolicionistas, que não se distanciavam da educação: “Sim, como positivista que sou, não quero reformas políticas sem as sociaes, e destas as que mais precisamos é, em primeiro lugar, a abolição da escravatura, depois a instrucção” (*União Acadêmica*, ed. 0007, 16/06/1879, p.7).

De igual forma, vemos a mobilização de alunos como noticiado pela *Gazeta de Notícias* que realizaram uma homenagem ao Visconde do Rio Branco, revertendo o resultado para a liberdade de escravizados:

Figura 42 – Detalhe do jornal

THEATRO PHENIX DRAMATICA
EMPREZA
no
ARTISTA HELLER
HOJE
SEXTA-FEIRA 26 DO CORRENTE
RECITA EXTRAORDINARIA
promovida pelos alumnos da faculdade de
medicina, em homenagem ao Exm.
Sr. Visconde do Rio Branco, para
liberdade de um escravo, com a opereta
comica, musica do maestro Mesquita
UMA NOITE
NO
CASTELLO
e o episodio mythologico
O JOVEN TELEMACO
em que toma parte o sympathico e espi-
rituoso ACTOR VASQUES.
A banda de musica do 10º batalhão
tocará nos intervallos escolhidas peças.
N. B.—Os bilhetes dos camarotes ns. 5
e 6 da esquerda não darão ingresso, visto
se terem extraviado,

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta de Notícias, ed. 00265, 26/09/1879, p. 4

Dentro da Faculdade de Medicina da Corte foi aberta uma organização abolicionista. Apesar das poucas referências que encontramos sobre a *Sociedade Libertadora da Escola de Medicina*, percebemos que essa organização teve função importante dentro do movimento abolicionista, pois participaram da formação da Confederação Abolicionista. O Manifesto da Confederação Abolicionista foi assinado por diversas associações, inclusive pela *Libertadora da Escola de Medicina*, por seus representantes José Onofre Muniz Ribeiro, Medeiros Mallet e Amaro C. Roiz Cintra.

A Libertadora da Escola de Medicina influenciou a postura abolicionista dos alunos da instituição, como vemos no exemplo do farmacêutico Honório Luiz de Vargas, estudante do terceiro ano médico, que libertou seu único escravizado em homenagem à instituição (*Gazeta de Notícias*, ed. 00085, 25/03/1884, p. 3).

O escravismo e a militância abolicionista penetrou as instituições formativas de médicos, farmacêuticos e parteiros, e não se restringiu a homens, mas a mulheres que alcançaram esses espaços nesse período e também tiveram a oportunidade de se colocar e auxiliar na luta antiescravista.

2.3.3 Abolicionismo feminino: atuações e contradições

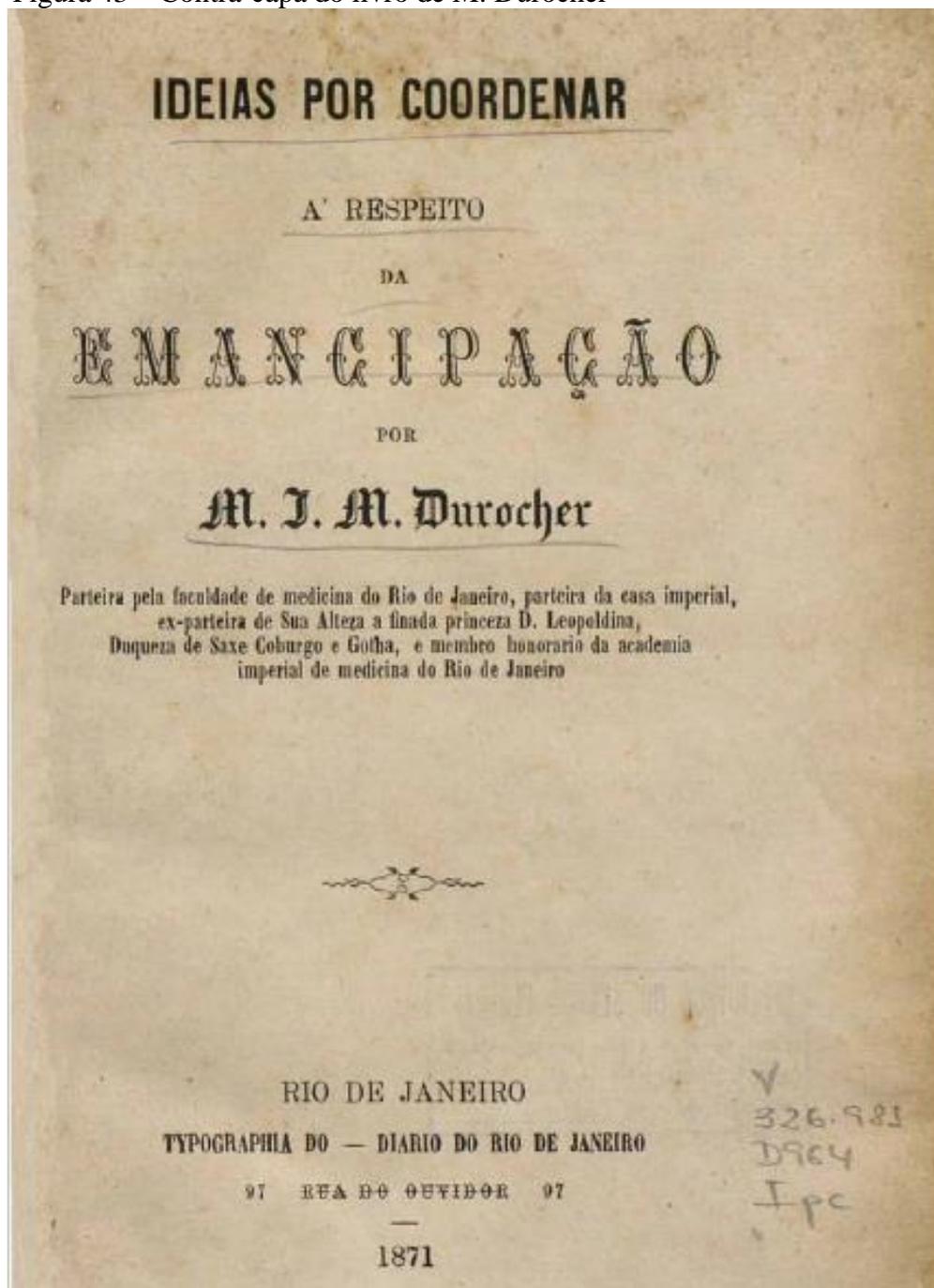
Tradicionalmente, as mulheres estavam presentes na área médica no atendimento e auxílio aos partos: “Elas detinham um saber empírico e assistiram domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério (como também os cuidados com o recém-nascido)” (BRENES, 1991, p. 135). Um saber feminino que, ao longo da história, foi exercido pelo setor popular, principalmente escravizadas, negras livres e suas descendentes, sendo, com o tempo, incorporado pelo saber científico e dominado pelos homens.

No debate estabelecido pela reforma do ensino das Academias Médico-Cirúrgicas em 1827, Joaquim Candido de Meirelles defendeu a formação das parteiras dentro da Academia. Assim, a Sociedade de Medicina em seu projeto para o estabelecimento das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, possibilitou a formação de médicos e farmacêuticos exclusivamente para homens, e o curso de partos, para mulheres que desejassem a diplomação em parteiras.

Uma das primeiras mulheres a se inscrever nesse curso foi Marie Josephine Mathilde Durocher, uma francesa que veio para o Brasil com a mãe e trabalhou como modista na Rua dos Ourives. Após a morte de sua mãe, abandonou a profissão de modista e investiu na carreira de parteira. Segundo Maria Lucia Mott, um dos seus professores particulares foi Joaquim Candido Soares de Meirelles, e Durocher procurou o curso formal da Faculdade de Medicina, se tornando a primeira aluna matriculada nessa instituição. Ela concluiu o curso em 1834, mas complementou sua formação com aulas particulares. Nesse período decidiu se naturalizar, adotando a nacionalidade brasileira. Apesar de a Faculdade ter se aberto para a entrada de mulheres no curso de parteiras, poucas se formaram nas primeiras décadas de funcionamento. Madame Durocher defendeu, em 1871, a tese “*Deve ou não haver parteiras?*” para ingresso na Academia Nacional de Medicina, na qual defendia o exercício da profissão feminina, um curso mais longo e de melhor preparação profissional. Com isso, se tornou a primeira mulher a ser admitida na Academia. O contato com o Dr. Meirelles pode ter auxiliado nessa aceitação, publicando textos na *Revista Academia Nacional de Medicina*, ganhando reconhecimento e garantindo que fosse a parteira da casa imperial. Outro fato interessante sobre essa mulher era o uso de trajes mais masculinizados, mas reconhecendo que eram mais confortáveis e característicos de sua profissão.

Em 1871, Madame Durocher escreve uma publicação e encaminha ao parlamento “*Ideias por coordenar a respeito da emancipação*”. Mesmo tendo uma visão preconceituosa com relação à pessoa escravizada, a qual entendia como “indolente e preguiçosa” (DUROCHER, p.13), a parteira defende a emancipação de forma gradual, expondo a contradição entre a escravidão e a monarquia constitucional. Ressaltamos que já havia um discurso de combate ao preconceito racial, e o movimento abolicionista poucos anos depois incorporou a sua militância a apresentação de pessoas negras e até escravizadas como líderes de diversas organizações. Ainda assim, deve-se admitir como significativo o fato de uma mulher, que foi mãe solteira e investiu na educação como uma forma de ascensão social, ter tido a ousadia de mandar ao parlamento suas considerações sobre o elemento servil. A presença de pessoas negras e o debate sobre o escravismo na Faculdade de Medicina podem ter sido um diferencial em sua formação.

Figura 43 – Contra-capa do livro de M. Durocher



Fonte: Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174468> . Acesso em: 4 nov. 2022.

Como já sinalizamos, a participação de mulheres nas conferências abolicionistas foi marcante, principalmente na parte artística. Em 21 de março de 1884 foi divulgado que: “D. Candida Barta Ribeiro, filha do lente catedrático da Faculdade de Medicina, recita nas comemorações do Ceará no Rio de Janeiro” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00081, 21/03/1884, p. 3).

As mulheres também assumiram a palavra, como o discurso realizado por Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, uma das primeiras figuras femininas a entrar para o curso de medicina. Com a reforma de 1879, idealizada por Leôncio de Carvalho, as portas do ensino superior foram abertas para o sexo feminino, e as mulheres ganharam o direito de se formar também na área médica. Para efetivação dessa lei, foi essencial o exemplo de Maria Augusta Generosa Estrela, obrigada a viajar aos Estados Unidos para obter sua graduação, contando com a ajuda de D. Pedro II, e formou-se em 1881. Com Josefa Mercedes de Oliveira não foi diferente, em 1879 seu pai solicitou ajuda à Assembleia Provincial de Pernambuco para que a filha fosse estudar medicina nos Estados Unidos. O pedido foi recusado pelo Dr. Malaquias Gonçalves, médico e cirurgião, totalmente contrário ao ensino superior feminino, justificando a incapacidade intelectual das mulheres (RAGO, 2000). Mesmo assim, ela embarcou e lá conheceu Maria Augusta Generosa Estrela, tornando-se amigas. Juntas lançaram o jornal literário e artístico *A Mulher* (1881), no qual defendiam a capacidade intelectual feminina. Apesar de Schumanher e Brazil (2000) afirmarem que a moça tenha se formado em 1881, no mesmo ano que Generosa Estrela, através dos jornais da época temos a informação de que ela retornou ao Brasil para cuidar de sua saúde sem terminar seus estudos.

Figura 44 – Detalhe do jornal

POLYTHEAMA FLUMINENSE

AMANHÃ DOMINGO 27 DE JANEIRO DE 1884 AMANHÃ

GRANDE MATINÉE

Promovida pela Exma. Sra. D. Luiza Regadas e o jornalista Julio de Lemos

Orador : A Ex. Sra. D. Mercedes de Oliveira (alumna da Escola de Medicina), o illustre actor e escriptor Brasileiro Francisco Corrêa Vasques, recitará uma poesia

PRIMEIRA PARTE

Discursos, pela Exma. Sra. D. Mercedes de Oliveira e Cerrôa Vasques.
Abertura, pela banda de musica da policia da corte.
ELABANY - Quartetto, Beethoven, no Op. 18 n. 1. Al'opporio, Adagio e Scherzo, para dois violinos, alto e violoncello, pelos professores Srs. J. G. Furtado, Domestico d'Alexandre, João B. Martin e José Martin.
Aria dell'Opera Linda, del maestro Donizetti, para soprano, por Mme. Eugenia Parodi.
Variacoes para Ruiss, pelos professores Theodoro Teixeira e Maurício Brotero.
Roberto do Diabo, para soprano, por D. Luiza Regadas.

SEGUNDA PARTE

Atta, pela banda de corpo de policia da corte.
Fantasia, para violino, por J. G. Fôlletto, acompanhado ao piano pelo mestre cavalheiro C. Cavalier.
Duetto, Rêve d'Amour, por Mme. Eugenia Parodi e Perzi.
L'Amié, fantasia para dois violinos, pelos concertistas Troubat Max.

Aria Salvator Rosa, pelo tenor Pedro Cunha.
Pavane, pelo actor Eugenio de Magalhães.
Vorrei Morrer, por Luiza Regadas.

Todos os concertistas serão acompanhados ao piano pelos distintos mestros Srs. Francesco e o cavalheiro C. Cavalier.

Pelo muito digno commandante Exm. Sr. Andrade Pinto, foi generosamente cedida a banda de musica do mesmo corpo.

Luiza Regadas ainda uma vez agradece aos Srs. artistas que nesta festa de caridade tomam parte.

Os camarotes serão reservados para as Exmas. familias.

A entrada fica á generosidade do publico.

Principiará ao meio dia em ponto

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta da Tarde, ed. 00022, 26/02/1882, p. 2.

Foi em janeiro de 1884, como estudante de Medicina, que ela discursou em uma conferência sob o título “A mulher brasileira é escravocrata?”. Na *Gazeta da Tarde* do dia 28 de janeiro de 1884, publicou “Pela primeira vez a mulher, por meio da palavra, e diante de um auditório enorme e escolhido, ia dizer o que pensava a respeito da escravidão em nossa pátria” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00023, 28/01/1884, p. 2). Se Cacilda de Souza foi a primeira mulher a participar das conferências, Josefa Mercedes de Oliveira discursou nelas. Mesmo com a saúde debilitada, a estudante iniciou seu discurso se referindo às senhoras e em seguida aos senhores,

falou do espanto que era ainda no Brasil a mulher se dedicar às questões sociais, à emancipação feminina e aos escravizados. Chamou a atenção para o uso do termo “escravizados” ao invés de “escravos” já destacados por alguns abolicionistas, como também de “senhoras e senhores”. Com seu discurso, respondeu a pergunta inicial de que a mulher brasileira não era escravocrata, mas tratava de questões sociais importantes no seu tempo, como a emancipação feminina e a abolição da escravatura.

Ela também dividiu seu saber. Em um anúncio no *Jornal do Recife*, ela se coloca à disposição para ministrar aulas particulares, sempre defendendo a educação feminina: “Terei muito gosto se puder ser útil ao meu sexo, nas matérias mencionadas ou em outros ramos de instrução superior. É tempo da mulher brasileira instruir-se elevando seu espírito às regiões superiores do saber” (*Jornal de Recife*, ed. 00009, 12/01/1883, p. 2).

Infelizmente, a doença que se estabeleceu sobre essa estudante fez com que ela não completasse sua tão sonhada formação. Ela faleceu em São José do Rio Pardo, São Paulo, com apenas 21 anos. Ela não estudou em uma instituição brasileira, mas seu posicionamento abolicionista e em defesa da capacidade intelectual feminina alcançou homens e mulheres do seu tempo.

Como a Escola Politécnica e a Escola Militar, as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia se tornaram espaços de divulgação de ideais abolicionistas, assim como de organização acadêmica em prol da luta antiescravista. Como os homens negros, as mulheres fizeram da educação ferramenta para emancipação, através dela alcançaram certo reconhecimento social que lhes permitiu defender suas profissões, o ensino superior feminino, seus pensamentos e ideais.

2.4 Academia Imperial de Belas Artes e o Conservatório de Música: a militância através da arte

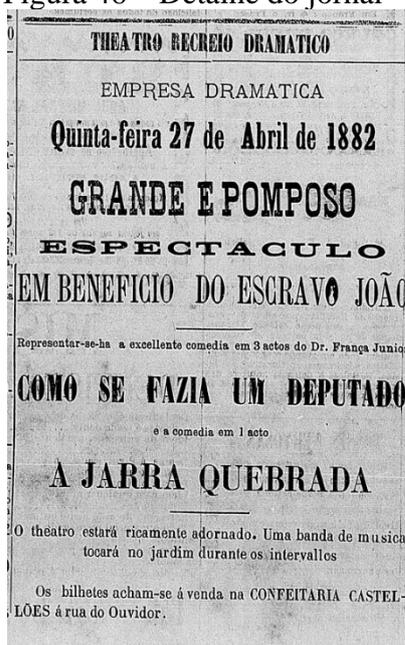
Figura 45 – Fachada da Academia Imperial de Belas Artes e o Conservatório de Música (sede própria, 1872)



Fonte: Imagens disponíveis em:
https://musica.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=64

Em 27 de abril de 1882 foi apresentado um espetáculo teatral em benefício do escravizado João, duas comédias foram encenadas e ainda uma banda de música tocava nos intervalos. Dentro do movimento abolicionista as artes tiveram papel relevante, nas conferências eram usadas para sensibilizar o público: declamava-se poesias, encenava-se peças teatrais e ainda havia um momento musical. E fora delas, obras e apresentações artísticas foram direcionadas para arrecadação de fundos para libertação de escravizados, conforme o exemplo a seguir.

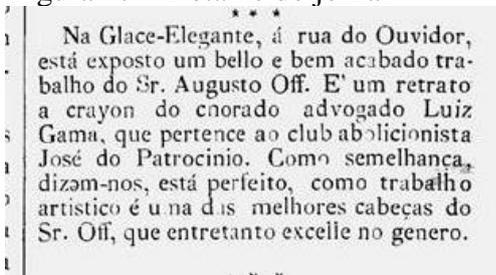
Figura 46 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta da Tarde, 22/04/1882, ed. 00090, p. 4

O exemplo citado é um de diversas peças que foram apresentadas em prol da libertação e tiveram a participação de cantores, músicos, atrizes e atores negros/as. De igual forma, as artes visuais também contribuíram. Vários pintores e escultores doavam obras para arrecadar fundos para a campanha. Josefa Mercedes de Oliveira, estudante de medicina e abolicionista já mencionada nesta tese, doou uma obra artística à Confederação Abolicionista (*Gazeta da Tarde*, 01/03/1884, ed. 00050, p. 2). Outras obras que representavam figuras importantes da liderança abolicionista brasileira foram expostas e exaltadas pelo movimento abolicionista, como um quadro de Luiz Gama que pertencia ao Clube Abolicionista José do Patrocínio.

Figura 47 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Revista Illustrada, ed. 316, p. 2.

Um artista negro que teve grande importância dentro do movimento abolicionista foi Xisto Bahia (1842-1894), além de ator, foi compositor e cantor, apresentando diversas encenações para favorecer libertações. Em 28 de abril de 1882, o ator foi homenageado pelo

Clube dos Libertos de Niterói, pela Associação Central Emancipadora, Clube Abolicionista Nicolau Moreira e pelo Clube Central dos Libertos. Essas instituições ofereceram “um mimo, como prova de reconhecimento pelo muito do que elle tem feito em prol da ideia abolicionista” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00095, 28/04/1882, p. 2). Ele participou da abertura do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes juntamente com outros artistas negros, como o professor Viriato. Bahia foi autodidata, mas seu envolvimento com a arte lhe permitiu ter sua própria escola de teatro e o reconhecimento do público.

Outros jovens negros/as viram no campo artístico uma possibilidade de desenvolvimento profissional e buscaram formação nas escolas imperiais. Muitos desses, não somente tiveram um papel relevante dentro da militância antiescravista, como também no ensino da Arte, atuando nos principais centros de formação artística imperial.

Durante o século XIX, houve a necessidade de um aparato simbólico que refletisse uma imagem do Império, um projeto de nação que se estruturava a partir de uma base europeia, pois esse era o sinônimo de “civilização” desejado pela elite brasileira. Para essa construção, as artes tiveram um papel essencial, por isso a criação de centros de formação e difusão artísticas foram pensados e estruturados, onde a estética negra e sua herança africana não eram desejadas.

Os principais centros de formação artística nacional eram o Conservatório de Música e a Academia Nacional de Belas Artes. A presença de estudantes e professores negros nessas instituições foi pequena, mas significativa. Nesses espaços, eles assumiram papéis de destaques diante de algumas questões, fazendo discursos e apresentando obras com problemáticas sociais mais amplas. Não temos informações sobre organizações abolicionistas ligadas à Academia ou ao Conservatório, mas entendemos que a presença de artistas negros e negras, sua corporeidade dentro de uma instituição na qual sua estética não era bem vinda afrontava os padrões desejados e sinalizava outras necessidades. Do mesmo modo, a presença de pessoas negras na estruturação dessas escolas e academias demarcava o protagonismo negro/a dentro do regime escravista.

2.4.1 A presença da arte na formação de jovens negros/as e a consolidação de seu ensino

As artes eram marcantes na formação/educação dos jovens no século XIX. Cacilda Francioni frequentou o Conservatório de Música, do qual temos registro de 1869 a 1874. Isso lhe permitiu participar efetivamente dos eventos abolicionistas na década de 1880, por esse

caminho adentrou no mais importante debate político de sua época. Outra atividade artística desenvolvida por jovens negros e já destacados no primeiro capítulo foi a arte literária, Patrocínio, assim como Vicente de Souza, desenvolveram experiências poéticas publicando pequenos livros com suas obras. Vicente de Souza se aventurou também sobre as artes dramáticas, escrevendo peças teatrais. Compreendemos que a experiência cultural e artística era compreendida como uma ferramenta complementar de acesso e formação com as letras. De modo geral, as artes se tornaram a área profissional para alguns jovens negros e negras que puderam ingressar na Academia Imperial de Belas Artes ou conseguir destaque com a música.

No artigo *O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888)*, Alexandra Lima da Silva (2019) analisa anúncios sobre os escravizados que dominavam a leitura e a escrita. A autora destaca o envolvimento de muitos escravizados com a música, afirmando que esse era um saber dominado pelos cativos desde o período colonial, o que foi explorado, de forma rentável, por alguns senhores de escravos, existindo até uma Escola de Música para escravizados na Real Fazenda Santa Cruz – Rio de Janeiro. É possível que esse conhecimento tenha sido transmitido para muitos descendentes de escravizados, homens e mulheres livres durante todo século XIX, encontrando na música uma forma de sustento e inclusão social.

A Academia Imperial de Belas Artes foi estruturada em 1826, sendo o centro de produção artística, com exposições, prêmios, encomendas, e tendo como principal objetivo a formação de uma elite de artistas que transmitisse os valores do império sob os moldes europeus (SILVEIRA, 2019). Já para a música houve a iniciativa de oficializar o seu ensino em 1833, através do senador Antonio Pinto Chichorro da Gama (1800-1887), que desejava criar aulas de música dentro da Academia de Belas Artes. Somente em 1841, um grupo de músicos que representava a Sociedade Beneficência Musical requereu ao governo imperial duas loterias para instalação do Conservatório de Música. Apesar do pedido ter sido atendido pelo poder legislativo, apenas em 1847 teria sido realizada a primeira loteria e em 1848 foi inaugurada em uma das salas do Museu Nacional, sob um discurso com bases morais no qual estabelecia uma ligação direta entre música e nação (AUGUSTO, 2010).

Em 1855, o Conservatório passou a funcionar na Academia de Belas Artes, mas com administração e direção distintas. Tudo relacionado à estruturação do Conservatório foi lento, se passaram vinte anos para a reformulação de seus Estatutos, sendo criada uma junta de professores para desenvolver essa tarefa entre 1875 e 1876. Um dos escolhidos foi o professor negro Joaquim Antônio da Silva Callado (1848-1880), juntamente com Hugo Bussmeyer

(1842-1912) e Carlos Severiano Cavalier Darbilly (1846-1914), que teria sido o relator do projeto aprovado no Parlamento em 1878.

Joaquim Antônio da Silva Callado nasceu no Rio de Janeiro em 1848, filho de músico, estudou composição e regência, se tornando um flautista de destaque. Em 1871 foi nomeado professor de flauta do Conservatório Imperial de Música; em 1879 recebeu a condecoração no grau de Comendador da *Ordem da Rosa*. Compôs em diversos gêneros, como uma quadrilha chamada *Carnaval* (1867), uma polca, *Querida por todos* (1869), *Lundu Característico* (1871), entre outros. Morreu muito jovem em 1880, com apenas 32 anos e vítima de meningite. Hoje é reconhecido como pai do choro e é patrono da cadeira n.22 da Academia Brasileira de Música. Apesar de não termos informações sobre seu engajamento com o movimento abolicionista, fez a diferença ao compor uma junta para estruturar os estatutos do Conservatório, além de conquistar reconhecimento como instrumentista, compositor e professor negro, deixando um legado até os dias atuais.

Callado era muito amigo de outro músico negro, Viriato Ferreira da Silva, esse sim abolicionista convicto, participante efetivo das Conferências Emancipadoras ao lado de Cacilda de Souza. Nasceu em Macaé em 1851, sendo filho de escravizados, chegou à Corte e estudou com Joaquim A. Callado, daí a grande amizade e cumplicidade. De acordo com a *Revista Tagarella*, trabalhava profissionalmente com quase todos os instrumentos de sopro e dava aulas em diversas instituições de ensino na Corte. Foi diretor de harmonia da Sociedade Filarmônica Niteroiense em 1880, compositor de diversas obras entoadas nas conferências, como a polca *Macia*, dedicada a Patrocínio, *Carnaval do Brasil*, *Guarany*, *Saudação*, entre outras. Chegou a reger duzentos professores numa conferência abolicionista em homenagem a Joaquim Nabuco:

Figura 48 – Detalhe do jornal

THEATRO S. PEDRO DE ALCANTARA

HOJE SABBADO 21 DE MAIO HOJE

GRANDE FESTIVAL ABOLICIONISTA
EM HONRA AO DEPUTADO
JOAQUIM NABUCO

PRIMEIRA PARTE

Quvertura - **Márcos Spada**,
1.º Grande marcha **Santificação Abolicionista**, composta e regida pelo professor Viriato, executada pela grande Banda Marcial.
2.º **Ovo Liberdade e Patria**, por H. Giraud, pela sociedade Choral Franceza.
3.º Hymno **Liberte**, composto e regido pelo professor Viriato, pela sociedade Choral Franceza e a Banda Marcial.

SEGUNDA PARTE

Quvertura - **École du Héro**, composição do maestro H. Mesquita.
1.º Grande hymno **Liberdade**, composição de professor Luiz Peirona, por Exma. Srs. alunas do Conservatório, distintas amadoras, cavalheiros e orchestra.
2.º **Polca**, para piano, de Weber, pelo maestro Guzman.
3.º Aria de soprano, **Roberto H Diavolo**, de Meyerbeer, pela Exma. Sra. R. Luiza Regalada.
4.º Fantasia sobre a opera **Martha**, por Smitz, pelo professor Frederico Mallo e o talentoso meiano Alberto Moita.
5.º Grande fantasia da **Afrezzana**, de Lista, pelo professor Queiroz.

TERCEIRA PARTE

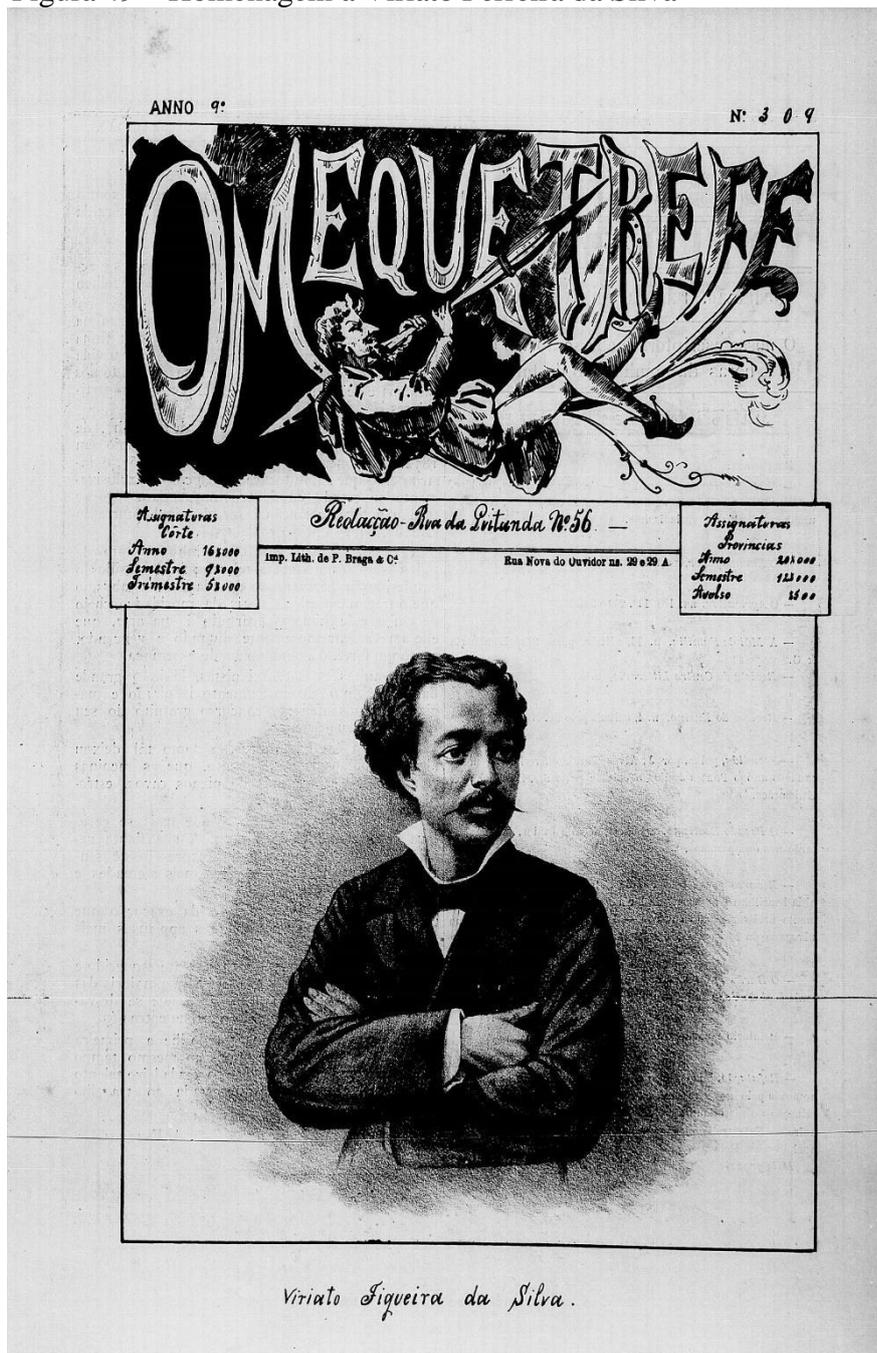
Quvertura pela orchestra.
1.º Marcha e ballado da opera **Alfa**, pela grande Banda Marcial.
2.º Fantasia org. al. para violão, pelo professor Gerlach.
3.º **Meca Les Deux Jours Paroles**, composta e executada pelo professor H. acio Flamenco, e dedicada à memória do Visconde do Rio Branco.
4.º Fantasia original, de Bolza para flauta, pelo professor Viriato.
5.º **Polca** da opera **Guarany**, pelo professor F. Martins e executada pela banda do Regio dos Músicos e Desvaidos.

Comencará ás 8 horas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta de Notícias 21/05/1881, ed. 00136, p. 4.

Viriato morreu de tuberculose com apenas 32 anos em 24 de abril de 1883, momento em que o movimento abolicionista estava em pleno vapor. A Caixa Emancipatória José do Patrocínio, liderada por um homem negro, Israel Soares, lhe prestou homenagens. Não há nenhuma indicação sobre a cor de Viriato nos anúncios desses eventos, mas é possível perceber que as conferências foram espaços de visibilidade profissional e posicionamento político para músicos negros.

Figura 49 – Homenagem a Viriato Ferreira da Silva



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *O Mequetrefe*, ed. 00309, 10/05/1883, p. 1.

Ao contrário de Viriato, do qual não encontramos indicações de sua cor de pele, num noticiário sobre a Conferência N. 20 realizada em 05 de dezembro de 1880, publicado no dia seguinte pela *Gazeta da Tarde*, temos a seguinte descrição:

É indiscriptível a emoção, que produziu a entrada do lindo menino ALBERTO DA MOTTA e do violinista preto GUILHERME PROENÇA CANTALICE – Dir-se-hia que todos compreenderam que estavam na gente de uma dessas antítheses sublimes, que só Deus pôde crear. (*Gazeta da Tarde*, 06/12/1880, ed. 00128, p. 1)

O número desejava sensibilizar o público ao apresentar um musical por uma criança juntamente com um instrumentista negro, desejava-se alcançar esses objetivos, apontando para a possibilidade de construção de uma nova era, onde todos negros e não negros pudessem estar juntos. Em uma outra publicação de 1949, temos alguns detalhes desse dia, segundo descrito na *Revista Cena Muda*, Alberto Motta tinha apenas cinco anos, sendo levado pelo seu tio Antônio Gonçalves Coelho. Foi sua estreia musical ao apresentar-se ao piano acompanhando o violinista Guilherme Cantalice (*Cena Muda*, ed. 011, 15/03/1949, p. 23 e 24).

Pouco sabemos sobre a vida de Cantalice, suas principais informações são encontradas nas enciclopédias sobre música brasileira. Sabemos que era contemporâneo de Viriato, ambos conseguiram certo reconhecimento na época, e hoje são reconhecidos ao lado de Joaquim Antônio Callado como os precursores do choro. Assim como Viriato aparece em diversas conferências, muitas vezes Cantalice, o professor Viriato e o menino Alberto da Motta se apresentaram juntos (*Gazeta da Tarde*, 08/01/1881, Ed. 00007, p. 2).

2.4.2 A experiência negra acadêmica na formação das Belas Artes

Como na música, as atividades plásticas tiveram presença marcante de negros no período colonial, alguns senhores também utilizavam esse saber como uma forma de ganho, colocando os escravizados para aprender e explorar seus serviços (BONET, 2009). Ainda no período colonial:

a arte entendida como uma atividade manual, conseqüentemente era uma prática inferiorizada pelos portugueses, pois o bom homem branco era também aquele que nunca tivera de lidar com ofícios vis do qual dependesse seu sustento. Assim sendo esta atividade era predominantemente desempenhada pelos africanos e seus descendentes. (DOSSIN, 2008, p. 246).

O aprendizado se dava na frequência dos jovens às corporações de ofício, que se mantinham através das encomendas pelas confrarias ou irmandades religiosas.

Com a instituição da Academia Imperial de Belas Artes se inicia um novo período para os artistas trabalhadores negros, “com a progressiva institucionalização da arte, a inclusão do artista de origem africana tornou-se mais difícil, o que não quer dizer que ele estivesse ausente” (DOSSIN, 2008, p. 247). As elites dirigentes conservavam o pensamento colonial de que o trabalho manual representava distinção social, preferindo carreiras como medicina, direito e engenharia militar. Além do mais, para adentrar na Academia era necessário somente saber ler, escrever, e fazer contas, algo que atraiu alunos com origens humildes. Porém, o ingresso de jovens negros na Academia de Belas Artes não foi tão intenso. De acordo com Marques (1988, p. 136), a condição de artista que esta instituição estava habilitada a conferir, juntamente com uma vocação palaciana, funcionou como barreira aos estudantes negros.

Em contrapartida, os jovens que se formavam nessa Academia conseguiam prestígio intelectual e social, pois “[e]ssa nova dignidade conferida aos artistas negros egressos da Academia, em uma sociedade ainda fortemente estratificada do ponto de vista racial, ajuda a explicar a fidelidade de muitos deles aos modelos da arte acadêmica” (MUSEU AFRO BRASIL). Entretanto, esses artistas tiveram outras formas de resistência e posicionamento, para além do estilo acadêmico. Em uma sociedade escravista, na qual a questão racial e seu preconceito se apresentavam de diversas formas, os estudantes e professores negros de Belas Artes tiveram seus enfrentamentos e não deixaram de se colocar.

Como falamos anteriormente, o Dr. Candido de Meirelles não foi aceito como professor na Faculdade de Medicina, mas foi docente na Academia Imperial de Belas Artes na cadeira de Anatomia e Fisiologia das Paixões, de 1836 a 1856, uma instituição de menor prestígio social, mas de grande importância para sustentação da imagem e dos valores imperiais. O médico que, como mostramos, se posicionou a favor da cidadania das pessoas negras, foi por vinte anos uma referência na formação de artistas que, como ele, traziam na pele uma distinção social, em um ambiente hostil para sua corporeidade e estética negra.

A aceitação de pessoas negras na Academia já havia sido questionada desde a década de 1830, quando João Maximiano Mafra, aluno da instituição, tentou organizar uma associação para que fossem trazidos modelos europeus a fim de servirem de modelos-vivos para os artistas. Devido às suas condições subalternas na sociedade oitocentista e a baixa remuneração, as pessoas negras ocupavam essa tarefa. Dessa forma, Mafra argumentava que as pessoas negras

não possuíam o padrão de beleza estética necessária, pois a referência era a Grécia clássica (SILVEIRA, 2019, p. 5).

Dentro da instituição, a trajetória de Estevão Roberto da Silva é muito significativa. Nascido em 26 de dezembro de 1845, de origem “africana”, como registrado em seu batismo⁶⁸, entrou na Academia em 1863, tendo uma permanência longa nessa instituição até aproximadamente 1880, ano de sua suspensão. Para se manter na Academia, Estevão realizava suas pinturas, principalmente de retratos e de naturezas-mortas, utilizadas na época como objetos de decoração. Talvez por essa necessidade de sobrevivência, tenha se destacado nesse gênero de pintura.

Os estatutos da Academia previam uma série de premiações, através de concursos particulares e públicos, nos quais Estevão, desde o segundo ano de estudo, era condecorado: em 1864, com a medalha de prata na categoria desenho figurado; em 1865, a pequena medalha de ouro em desenho figurado; em 1866, a menção em desenho figurado; em 1868, a menção em pintura histórica; em 1869, a medalha de prata em pintura histórica; em 1872, a medalha de prata em pintura histórica e menção em modelo vivo; em 1876, a medalha de prata em paisagem; em 1877, a medalha de prata em paisagem; em 1878, a medalha de prata em pintura histórica (GALVÃO apud PESSÔA, 2002, p. 96).

A Academia também promoveu uma série de Exposições Gerais de Belas Artes, que eram previstas em seus estatutos, desde a década de 1840. Estevão participou das exposições, principalmente na década de 1870, das cinco realizadas nessa década, esteve presente em três delas. A XXV Exposição, em 1879, foi marcada pelo debate em torno das obras de Vitor Meireles e Pedro Américo, nela Estevão expôs seis telas na seção pintura, e teve um posicionamento significativo ao perceber que foi prejudicado devido à sua cor e protestou publicamente por discordar da premiação destinada a ele diante do Imperador D. Pedro II. De acordo com o relato de Antônio Parreiras, pintor e seu amigo, todos os alunos acreditavam que Estevão seria o vencedor, pois, com certeza, seu trabalho era o melhor. Segundo suas palavras:

Foi com a mais absoluta confiança que Estevão esperou o dia da distribuição de prêmios, certo de que seria dele o maior.
Essa solenidade era presidida por Pedro II.
Realizava-se num grande salão onde, em uma espécie de palanque, se sentava em uma rica cadeira o Imperador, rodeado pela Congregação.

⁶⁸ Seu registro de batismo não registra o local de seu nascimento, mas somente a cidade do sacramento em Niterói, Rio de Janeiro. Pessôa identifica que esse documento menciona sua origem étnica como “africana”, ficando a dúvida se era filho de escravizados ou ex-escravizados, ou se nasceu sob essa condição e conseguiu sua libertação ainda jovem, tendo em vista que tal documento é datado em 1862, período em que se especula ter tentado vaga na Academia (PESSÔA, 2002, p. 90).

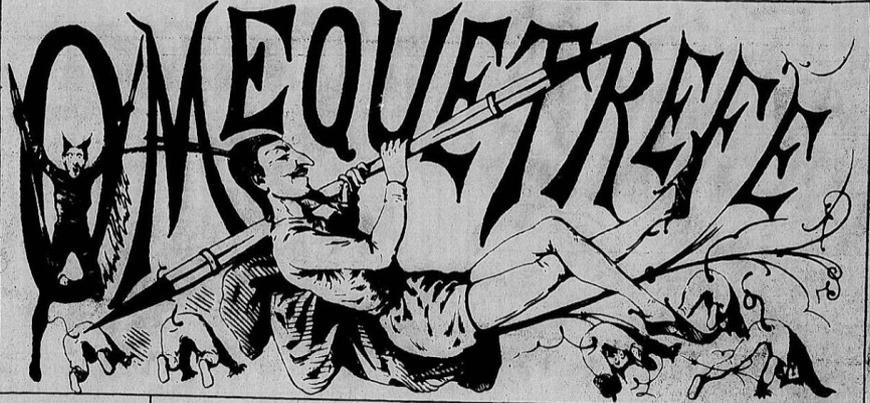
O salão em geral ficava repleto.
 Os alunos tinham nele um lugar determinado.
 Depois do agradecimento do Diretor ao Imperador, pela sua presença, começava a chamada dos alunos que iam ser premiados.
 Estávamos convencidos de que o primeiro prêmio seria conferido a Estevão Silva.
 Ele, trémulo, comovido, esperava. Mas foi outro o distinguido pela Congregação.
 Estevão ficou como aniquilado. A sua cabeça pendeu, seus olhos se encheram de lágrimas.
 Recuou, e foi ficar atrás de todos, íamos nos revoltar.
 — Silêncio! Eu sei o que devo fazer.
 Tão imperiosamente foram ditas estas palavras, por aquele homem que chorava, que obedecemos.
 Um por um foram sendo chamados outros premiados.
 Finalmente, o nome de Estevão Silva ecoou na sala.
 Calmo, passou entre nós. A passos lentos atravessou o salão. Aproximou-se do estrado onde estava o Imperador.
 Depois, belo, oh! muito belo aquele negro ergueu arrogantemente a cabeça, e forte gritou:
 — Recuso!... (PARREIAS apud PESSÔA, 2002, p. 103 e 104)

Foi instituída uma comissão para apurar o fato e definir uma punição ao estudante. Somente no ano seguinte, em 1880, foi liberado um parecer, em que a comissão reconheceu o desacato do aluno frente à Congregação e a quebra de disciplina escolar. Segundo Leite (1988, p. 63), para salvá-lo de punição mais severa, a comissão relata que o “delinquente” agia por “acanhamento de inteligência” e “curtesa de entendimento”, aplicando como punição a suspensão de um ano dos estudos na academia. Uma punição que atacava a capacidade intelectual do artista, em um momento em que a liderança negra do movimento abolicionista em suas conferências discursava e combatia esses preconceitos.

Já em 1884, a única exposição dessa década e a última do Segundo Reinado, e no momento em que o debate abolicionista já estava caloroso, Estevão apresenta 24 obras. Além dos retratos tradicionais (seis trabalhos), exhibe uma obra histórica, uma alegórica, naturezas-mortas (catorze estudos de frutas e um de flores), e uma paisagem. Nessa exposição, Estevão ganhou a segunda medalha de ouro por suas naturezas-mortas. A obra histórica teve como tema a lei do Ventre Livre, denominada *A lei de 28 de setembro de 1871, esboço*, mostrando que Estevão não estava alheio aos debates sobre a escravidão que estavam acontecendo. Esse fato foi importante para demonstrar, de forma diferenciada, como os artistas negros também se posicionaram e auxiliaram na militância abolicionista.

Figura 50 – Homenagem a Estevão da Silva

ANNO 17. Nº 531



<p>ASSIGNATURAS CAPITAL FEDERAL <i>Anno</i> 16\$000 <i>Semestre</i> 9\$000 <i>Trimestre</i> 5\$000</p>	<p>PROPRIEDADE DA VIUVA DE EDUARDO JOAQUIM CORREA Redacção, Rua da Quitanda n. 7. Sobrado.</p>	<p>ASSIGNATURAS ESTADOS <i>Anno</i> 20\$000 <i>Semestre</i> 12\$000 <i>Avulso</i> \$500</p>
---	---	--



*O falecido Pintor
Estevão Silva.*

Entre as premiações que eram distribuídas pela Academia, a mais cobiçada era o prêmio de viagem ao exterior, que financiava os estudos do vencedor, principalmente nas Academias de Belas Artes da França e da Itália. Além do prêmio oficial da Academia, o próprio Imperador subvencionava a viagem de alguns artistas através de um fundo particular. Estevão não conseguiu se aprimorar fora do país, mesmo com os prêmios conquistados. Na realidade, poucos foram os artistas negros que conseguiram viajar para o exterior, por exemplo, Antônio Firmino Monteiro, o esposo de Izabel Alberto, professora e filha do professor negro Phillipe José Alberto Junior e irmã do engenheiro Carlos Alberto, uma família que militou pela causa.

Antônio Firmino Monteiro nasceu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1855 e faleceu muito precocemente em 1888, com apenas 33 anos. De família humilde, Firmino Monteiro trabalhou como encadernador de uma oficina, do qual se tornou encarregado aos vinte anos, sempre acreditando na educação. Tornou-se aluno do Instituto Comercial, do Instituto Farmacêutico e do Conservatório de Música até que entrou para a Academia Imperial de Belas Artes (*Revista Illustrada*, ed. 00297, p. 2). Participou de várias exposições, não somente dentro da Academia como em outros espaços expositivos. Firmino Monteiro viajou algumas vezes pela Europa, a primeira vez indo à Itália em 1880 (*O Fluminense*, 23/07/1880, ed. 00343, p. 2). Em 15 de agosto de 1882 partiu novamente para a Itália, ficando por volta de um ano e meio e retornando no dia 8 de fevereiro de 1884. Neste mesmo ano fez uma exposição individual na Academia, recebendo diversas críticas, tendo a presença ilustre do Imperador. Também participou da Exposição Geral da Academia, recebendo o grau de cavaleiro imperial da Ordem da Rosa. No ano seguinte, viajou novamente para a Europa, e sua última viagem foi realizada em março de 1887. Mesmo com tantas passagens pela Europa, Firmino Monteiro não recebeu prêmio de viagem pela Academia, sendo responsável com esforços próprios, segundo os periódicos da época, por todas as suas estadias (MOREIRA, 2016; *O Fluminense*, 04/07/1888). Como mencionado, antes de falecer foi contratado pela cidade de Niterói para realizar uma tela em comemoração à abolição da escravatura. Sua última ligação com a Academia foi em 1887, como integrante de uma comissão da Exposição Geral, outro evento em que os estudantes negros foram destaque.

Figura 51 – Homenagem a Antônio Firmino Monteiro



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *O Mequetrefe*, ed. 00457, julho de 1888, p. 1.

Para Elizabeth Leal, “o inconformismo e desejo de reforma da Academia Imperial vinha se mostrando desde meados da década de 1880, exemplificado na Exposição Livre de alunos em 1886 e 87” (LEAL, 2008, p. 199). Esses eventos foram uma mobilização estudantil em resposta à falta de Exposições Gerais que, conforme falamos, eram previstas em seus estatutos e das quais saíram algumas premiações, como o prêmio de viagem. A iniciativa foi apoiada pela imprensa que questionava a falta de investimento nas artes do governo imperial. Assim, em 1º de agosto de 1886 inaugurou a exposição organizada pelos alunos, tendo direito à festa de inauguração e discurso:

Em nome da comissão orou o alumno Pinto Bandeira, que encarecendo a vantagem das exposições dos trabalhos da academia, disse que a que se inaugurava era devida exclusivamente aos esforços dos expositores e aos dos Srs. Conselheiro Nicolau Tolentino e commendador Francisco de Sá, que, vendo a indiferença dos poderes públicos, que mais deviam concorrer para aquelles certameus, auxiliaram-os, afim de que se pudesse este anno fazer uma exposição digna dos alumnos e dos créditos da academia.

Terminou pedindo não só a animação do publico como a sua benevolência, e critica severa para incentivo de novos e mais proveitosos commettimentos artísticos. (Gazeta de Notícias, 2 de agosto de 1886, p. 1, ed. 00214).

Já Antônio Rafael Pinto Bandeira nasceu na cidade de Niterói em 1863, também de origem humilde e de ascendência escrava. Ingressou na academia em 1879, e como Estevão Silva e Firmino Monteiro, também recebeu premiações, como a menção honrosa em modelo vivo em 1883, a grande medalha de ouro em pintura histórica em 1884, e no ano seguinte o prêmio Imperatriz do Brasil (MUSEU AFRO BRASIL, 2021). Não encontramos nenhuma informação sobre premiação de viagens ao exterior, mas é significativo que um aluno negro seja o representante do corpo discente para abrir a exposição que questionava a falta de investimentos para as Exposições Gerais previstas em seus estatutos.

A falta de exposições públicas facilitava os favorecimentos pessoais em detrimento da qualidade técnica, tanto nas premiações dos alunos como para contratação de professores, aquisição de obras e concessão de bolsas para viagens à Europa (LEAL, 2008). No início de 1887, o Ministro do Império já havia se pronunciado sobre o cancelamento dos prêmios de viagens, por falta de orçamento (*A Semana*, ed. 00126, 28/05/1887, p.1). Talvez por pressão pública, no final desse mesmo ano houve o concurso, assim como um grande escândalo de favorecimento: “Ainda uma outra prova de que o Brazil é uma grande paiz a gloriosos destinos fadado, está no resultado do concurso da academia de Bellas Artes” (*Cidade do Rio*, 19/11/1887, ed. 00052, p. 1). O professor Rodolpho Bernardelli se colocara como defensor dos alunos, contra a premiação dada a um aluno, criticando a capacidade da comissão da Academia Imperial em avaliar trabalhos em pintura histórica, realizando com Zeferino da Costa um

recurso que foi publicado na imprensa (*Gazeta de Notícias*, 13/11/1887, ed. 00317, p. 2). Mesmo não tendo o resultado esperado, a bolsa de viagem foi concedida para o determinado aluno, tal ato serviu para pressionar o governo imperial e o sistema de apadrinhamento. É interessante pontuarmos que a mobilização estudantil em 1886 continuou por todo ano de 1887, e nos dias 20, 21 e 22 de dezembro foi realizada mais uma exposição dos alunos da Academia (*Gazeta de Notícias*, ed. 354, 20/12/1887, p. 2).

Esses artistas, além de consolidarem uma sólida formação, também dividiram seu saber, atuando na docência. Estevão Silva não foi professor na Academia de Belas Artes, mas trabalhou no Liceu de Artes e Ofícios e teve alunos particulares (PÊSSOA, 2002). Já Firmino Monteiro, depois de realizar viagens de estudos pela Europa, lecionou pintura na Escola de Belas Artes na Bahia, assim como perspectiva no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, ele também realizou concurso para a Academia, mas acabou ficando em segundo lugar. Pinto Bandeira, por indicação de Firmino Monteiro, também lecionou no Liceu de Artes e Ofícios. Dentro da Academia Imperial de Belas Artes, outros homens negros foram professores, como Chaves Pinheiro e Leôncio Vieira.

Francisco Manoel Chaves Pinheiro (1822-1884) foi um dos poucos artistas negros do período a se dedicar à escultura. Ainda muito jovem, em 1835 e com apenas treze anos, ingressou na Academia de Belas Artes. No seu longo percurso enquanto aluno conquistou prêmios como os demais artistas mencionados. Conquistou a medalha de ouro em 1845 com a obra *Alegoria à Libertação do Brasil*, sendo agraciado com o prêmio de viagem, mas por algum motivo não declarado, recusou. Alfredo (2010) menciona a sua capacidade de representação realista, ressaltando seu conhecimento em anatomia e as aulas de “Fisiologia das Paixões”, que, conforme mencionamos, era ministrada pelo Dr. Candido de Meirelles, materializando a marca de um homem negro na formação de seus pares dentro da instituição. Em 1850, ingressou como professor substituto na cadeira de escultura, da qual se tornou titular, com a morte do professor Francisco Elídio Pânfiro (1823-1851) em 1851. Chaves Pinheiro permaneceu como lente na instituição por um período de 33 anos, até sua morte. Como era subvencionada pelo governo imperial, as obras dos alunos e professores da Academia seguiam uma rígida disciplina e um determinado padrão estético, que corroborava com os princípios neoclássicos, porém suas temáticas tinham uma inclinação romântica. Em *Alegoria do Império Brasileiro* (1871), representa o Brasil como um cabloco, já sobre o processo de abolição da escravatura produz um grupo alegórico em *A emancipação do elemento servil*, assim descrita:

como sendo uma mulher escrava, de mãos cruzadas, voltando os olhos para a estátua da religião, que, por sua vez empunha uma cruz e procura cobrir com seu manto a escrava e os três filhos libertados pela Lei de 28 de setembro de 1871. Esta Lei é representada por uma moça, que apresenta em uma das mãos o grupo acima descrito e na outra um pedaço dos grilhões que conseguiu despedaçar. (ALFREDO, 2010, s/p)

Figura 52 – Alegoria do Império Brasileiro



CHAVES PINHEIRO: *Alegoria do Império Brasileiro*, 1871.
Terracota, 192 x 75 x 31 cm.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Fonte: Museu Nacional de Belas Artes.

Já Leôncio da Costa Vieira (1852-1881), de origem humilde, órfão de pai, se formou na Academia, e temos seus primeiros registros como aluno desde 1867. Participou das exposições gerais de 1875, 1876 e 1877. Foi premiado com a grande medalha de ouro na categoria Paisagem em 1876, no mesmo concurso em que Estevão Silva recebeu a medalha de prata nessa categoria, e em 1877 com a pequena medalha de ouro em Pintura Histórica (*Diário do Rio de Janeiro*, ed. 00350, 30/12/1876, p. 2; *Diário do Rio de Janeiro*, ed. 00346, 25/12/1877, p. 1). Vieira passou a dar aulas no Liceu de Artes e Ofícios, chegando a participar da sua diretoria no cargo de segundo-secretário em 1881, no mesmo ano em que foi aprovado no concurso para a Academia de Belas Artes. Utilizando um pseudônimo de “Ego sum qui sum”, que significa *Eu sou o que sou*, Leôncio Vieira conseguiu o primeiro lugar para a cadeira de Pintura de Paisagens, Flores e Animais na Academia, ficando Firmino Monteiro em segundo. A felicidade de um jovem humilde que conquistou o tão sonhado cargo de professor da Academia Imperial

de Belas Artes durou pouco, meses depois Leôncio morreu vítima de tuberculose com apenas 29 anos. Seus amigos da instituição organizaram um concerto pelo Conservatório de Música em prol de sua mãe, que contaria com a presença das Majestades Imperiais.

Esses artistas foram contemporâneos, conviveram entre si e não foram os únicos, pois outras pessoas negras ocuparam esses espaços de formação. Apesar de poucos, os artistas negros/as da Academia Imperial de Belas Artes e do Conservatório de Música, durante o século XIX, tiveram destaque, auxiliaram na estruturação dessas áreas, protagonizaram momentos de enfrentamentos ao status quo da época. Eles conquistaram espaços, premiações e viagens, se posicionaram sobre questões importantes como a falta de investimentos nas instituições, exigiram o cumprimento dos estatutos, denunciaram o favorecimento pessoal, sofreram por sua cor/raça, além de abordarem questões abolicionistas em suas artes.

Mesmo tendo uma atuação mais contida frente a outras instituições de ensino superior que se posicionaram efetivamente, fundando organizações abolicionistas, utilizando a imprensa, pressionando o poder público, tentamos demonstrar que o campo artístico e suas instituições formativas não estavam neutras. Os artistas acadêmicos, principalmente os artistas negros/as, tiveram que sobreviver em um campo no qual o poder governamental era o principal financiador e controlador, em uma sociedade escravocrata e desigual e em um local totalmente estratificado e elitizado. Um ambiente no qual a estética, as formas e padrões comunicam por si só, seus corpos e exemplos acadêmicos, na formação de uma elite cultural, são exemplos de luta e resistência. Seus trabalhos artísticos, mesmo obedecendo às normas acadêmicas, ao estilo em vigor, traziam em suas temáticas questões sociais mais amplas, como o abolicionismo, expressando outras lógicas e estabelecendo diálogos através do sensível.

Reconhecendo essa importância, finalizamos este capítulo reforçando que a mocidade acadêmica, estudantes e professores, principalmente negros/as, tiveram um papel preponderante na luta abolicionista. Foram responsáveis pela estruturação e consolidação de carreiras como engenharia, medicina e serviço militar, auxiliando na fundação e reconhecimento de instituições educativas, sociedades profissionais e periódicos, que tinham por objetivo estimular e difundir conhecimentos específicos. No campo cultural e artístico, mesmo com o rígido controle estatal, se inseriram em um círculo extremamente fechado, criaram obras que dialogavam de forma sensível com questões sociais, e auxiliaram, por meios diversos, para arrecadação de fundos destinados à libertação de escravizados/as. Dessa forma, as instituições formativas se tornaram um espaço de divulgação, proliferação e mobilização pelos ideais abolicionistas, de emancipação social e projeção pessoal.

No próximo capítulo, faremos um levantamento de algumas organizações abolicionistas que desenvolveram experiências pedagógicas voltadas para escravizados/as, libertas e libertos, e outras camadas populares. Enfatizando que a educação dessa parcela da população foi pensada e estruturada pelo movimento abolicionista, um campo de ação do qual apresentaremos suas estratégias, métodos de ensino, público a ser atingido e alguns dos seus resultados alcançados.

3 ESCOLAS ABOLICIONISTAS: POR ONDE COMEÇA A LIBERDADE

Unam-se as associações abolicionistas, fundem escolas e a regeneração da pátria será tanto mais rápida quanto maior for a educação do povo. A preferência de alumnos nessas escolas é a grande prova de que o escravo restituído à sociedade, nao sahiu do abysmo do captiveiro para atirar-se em um outra - a ignorância. Eles querem a luz.
(*Gazeta da Tarde*, ed. 00086, 17/04/1883, p. 1).

A defesa de que o movimento abolicionista esteve atrelado a projetos sociais mais amplos, que refletissem sobre processos de integração do ex-escravizado ou ex-escravizada na sociedade brasileira vem sendo debatido e sinalizado por alguns autores. Claudia Santos (2013), por exemplo, pensando nas desigualdades existentes no Brasil do século XXI, que ainda caracterizam nossa sociedade como violenta e de condições díspares, voltou seu olhar para as propostas da Confederação Abolicionista, que mesmo após o 13 de maio continuou seu trabalho em prol de reformas para inserção social dos libertos, nas quais sinalizava a ampliação da instrução pública, a expansão do direito ao voto e a democratização da terra.

No primeiro capítulo, analisamos os discursos e práticas de uma liderança abolicionista negra em defesa da educação. No segundo capítulo, apresentamos a militância de jovens discentes e docentes no interior das academias imperiais, mostrando seu descontentamento pela estrutura social vigente e o desejo de mudança. Conforme sinalizamos na epígrafe deste capítulo, o nosso foco neste momento estará voltado para as experiências educativas desenvolvidas pelo movimento abolicionista no interior de suas associações, voltadas para atender escravizados/as, libertos/as e que acabou englobando outros setores populares.

O envolvimento de associações abolicionistas com experiências pedagógicas para educação popular foi diagnosticado por outros pesquisadores (SILVA, 2021; LOPES, 2020; VILLELA, 2013; TORRES; SOUZA, 2013). Porém, tentaremos traçar uma visão ampla que, além de mapear, identificando essas propostas, se volte para suas concepções de educação, métodos de ensino, práticas educativas desenvolvidas, professores e direção atuantes, livros adotados, números de alunos atendidos, resultados esperados e alcançados. Temos consciência de que se trata de uma proposta ousada para práticas desenvolvidas no século XIX fora do âmbito governamental, por organizações que, em sua maioria, caminhavam contra os interesses de camadas dominantes, e cujos registros tradicionais da história não caminham a seu favor. Reconhecemos nossos limites, alguns dados não foram encontrados, mas acreditamos que o levantamento realizado trará novas concepções sobre a importância da educação dentro do

movimento abolicionista, sobre o desejo por educação e para transformação social da população negra, escravizada, livre e liberta, e a busca por uma democratização da educação através de experiências populares. Assim, as iniciativas para criação das mesmas, e/ou a seleção dos conteúdos a serem ensinados, e/ou a definição do grupo a ser atendido, podem contribuir para a geração de novas perspectivas e questionamentos para a História da Educação.

Não podemos esquecer, como nos lembra Maciel (2014, p. 206), que nesse momento: “Restringir o acesso à instrução primária constituía, portanto, um instrumento poderoso para manter o exercício dos direitos políticos como privilégio de poucos e reduzir a opinião pública”. No sentido contrário, as associações e suas lideranças entenderam que esse deveria ser um campo de atuação a ser explorado.

Somente na década de 1880, momento de acirramento do movimento abolicionista, segundo Alonso (2016), foram fundadas na Província do Rio de Janeiro 42 organizações abolicionistas. Instituições com características diversas, sociedades de trabalhadores, como o Centro Abolicionista Comercial e o Clube Abolicionista dos Cozinheiros e Copeiros Confederados; de libertos e escravizados, como o Club dos Libertos, a Caixa José do Patrocínio e o Club Abolicionista Dr. José Mariano; de estudantes, como a Sociedade Acadêmica da Escolar Militar e a Associação Emancipadora da Escola Política; de senhoras, como o Club José do Patrocínio e a Associação de Senhoras Abolicionistas; e até infantis, casos do Clube Infantil Libertador e da Confederação Infantil Abolicionista.

Comprendemos que a própria experiência associativa carrega em si um caráter formativo e educador. Já mencionamos que a formação política dos estudantes pertencentes às academias se complementava com a prática associativa em clubes literários, republicanos, científicos e abolicionistas (SCHUELER, 2016). Para as camadas sociais que tinham poucas oportunidades de aproximação com a cultura escolar, como a população escravizada e liberta, as assembleias, reuniões, elaboração e aprovação de estatutos, registros de atas, eleições de diretoria, prestações de contas, entre outros aspectos próprios da experiência associativa, possibilitavam não somente uma participação social e política como um contato com a cultura letrada. Mesmo para os que não sabiam ler, escrever ou calcular, eram momentos de aproximação, pois presenciavam e escutavam a leitura de documentos, relatórios e prestação de contas. Um exemplo de documento escrito com valor inestimável para a população escravizada ou liberta, e valorizada por essas organizações, era a carta de alforria. De igual forma, o próprio ingresso em uma das organizações exigia um conhecimento de seus estatutos, as leis escritas regulamentadoras da sociedade e que anunciavam seus direitos e deveres enquanto sócios,

inclusive com responsabilidade financeira, como pagamento de mensalidades, permitindo vivências e formações mais amplas (COSTA, 2016).

Apesar desse aspecto, a convocação publicada na *Gazeta da Tarde* exaltando a experiência do Club dos Libertos de Niterói, mostrou a necessidade de se pensar as práticas escolares voltadas para a instrução primária dentro do próprio movimento abolicionista. Assim, realizamos um mapeamento dentro da Província do Rio de Janeiro de instituições abolicionistas que desenvolveram ou planejaram práticas educativas na década de 1880, como aberturas de escolas, cursos noturnos, bibliotecas, entre outras dinâmicas formativas para a aquisição da leitura e da escrita (TABELA 1).

Conseguimos identificar catorze organizações com perfis variados, nascidas em locais e momentos distintos e com diferentes propostas. Todas refletem e compreendem a importância da educação no projeto de reforma social que militavam, e trazem uma nova perspectiva sobre a atuação da população escravizada e liberta no movimento abolicionista e em seu processo educacional.

Tabela 1 – ORGANIZAÇÕES ABOLICIONISTAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Clube ou Associação	Diretoria	Fundação	Endereço	Ações educativas	Método de ensino	Livros doados	Professores	Média de alunos atendidos	Observações
Escola Noturna e Gratuita da Cancellaria	Diretor: Emiliano Rosa de Senna Vice-diretor: João Rodrigues Pacheco Villanova Professores: José Rodrigues Pacheco Villanova; João de Bulhões Mattos Maciel; Gustavo Pacheco Villanova; José Rodrigues de Barros	21/09/1879	São Luiz Gonzaga N. 39, sobrado, São Cristóvão	Escola gratuita e noturna, curso de catecismo, criação de curso feminino, militância através de duas organizações, um Clube abolicionista e uma caixa.	Cartilha João de Deus	Palestra com os meus e Silabário, de José Joaquim de Carvalho; O livro dos Meninos, de Hemetério José dos Santos.	José Rodrigues Pacheco Villanova, João de Bulhões Mattos Marcial, Gustavo Rodrigues Pacheco Villanova, José Rodrigues de Barros, José do Patrocínio e Abel da Trindade	70 alunos em 1881	Através dessa instituição escolar, deu origem a outras organizações abolicionistas, como Clube Abolicionista a José do Patrocínio e Caixa Emancipadora José do Patrocínio.
Club Abolicionista José do Patrocínio (*)	Presidente: Elisa Sarmiento Vice-presidente: Virginia Villa Nova Tesoureira: Henriqueta de Senna Secretária: Carolina de Vasconcelos	14/12/1880	Rua Imperial da Quinta, 17, Chácara	Através de ações formativas próprias da estruturação da organização abolicionista; Inserção política; Realização de prendas;	-	-	-	-	Protagonismo feminino

					Eventos artísticos; Esmolar; Conferências .					
	Caixa Emancipadora José do Patrocínio (*)	Presidente: Israel Antônio Soares (escravizado) Vice-presidente: Abel da Trindade (liberto) Secretário: Emiliano Rosa de Senna Tesoureiro: João Rodrigues Pacheco Villa-Nova	24/06/1881	No edifício da Escola Cancellata, rua São Luiz Gonzaga, 39	Na administração associativa; na inserção política de libertos/as e escravizados /as; eventos e conferências	-	-	-	-	Protagonismo de negros, escravizados e libertos
	Clube Abolicionista Riachuelo	Presidente: João Antônio de Barros Jr. Presidente: Dr. José Baptista de Azevedo Vice-presidente: Dr. Tristão Franklin de Alencar Lima 1º sec.: Manoel Ernesto de Campos Porto 2º sec.: José Nogueira Jaguaribe Tesoureiro: Manoel Machado Valladão	26/06/1880	Rua 24 de Maio, 44	Aulas gratuitas/escola noturna e gratuita; Bibliotecas; Apresentação e defesas de teses; Sessão literária.	Utilização do Silabário Ilustrado, de Dias da Silva Junior	Silabário Ilustrado de Dias da Silva Junior; Doutrina de Barker; A arte de formar homens de bens, de Domingos José Nogueira Jaguaribe; A Escravidão dos Negros: reflexões, de Nicolas Condorcet,	-	Pelas doações, aproximadamente 25 alunos.	09/10/1880 - apresentação da tese: Qual a influência do cristianismo na civilização moderna? 10/02/1881 - Qual o papel reservado no futuro à mulher? 26/03/1881 - É ou não é útil a sociedade do divórcio?

		Procurador: Joaquim Fortunato de Britto Bibliotecário: Francisco Batista de Azevedo Junior Orador: Julio Lemos Advogado: Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura					tradução de Aarão Reis			
Club dos Libertos contra a Escravidão		Presidente: Marcolino Carvalho de Queiroz Vice-presidente: Manoel Antônio Pientezenauer Secretário: Luiz Joaquim Pereira Tesoureiro: Porphirio André Peçanha Procurador: Affonso Lopes Couto	28/03/1881	Rua Guarany n. 11 - São Domingos, Niterói	Escolas noturna e gratuita; Produção de impressos; Criação de oficina para ensino de ofícios; Intenção de criação de uma creche para os filhos dos libertos; Conferências pedagógicas;	Método intuitivo para leitura	Livros de autoria de Abílio Borges; Palestra com os meus e Silabário, de José Joaquim de Carvalho; Catecismo do Bom Republicano, de Alice Clapp (?)	João Augusto Pinho, Pedro Pinto, Paulo José Rosa, Jeronymo Marques Motta, Antônio Joaquim de Araújo, Abel da Fonseca, Ataliba Clapp	Entre 80 a 100 dependendo do período	Instituição que se tornou referência dentro do movimento
	Club Abolicionista Escolar (*)	Presidente: Izaias F. das Chagas; Vice-presidente: João J. Vieira; Secretários: Abel C. da Fonseca e Miguel F. Bessa;	Mai de 1883	Vinculado ao Club dos Libertos	-	-	-	-	-	Clube escolar, formado por alunos do Club dos Libertos de Niterói.

		Tesoureiro: Vicente Gomes; Procurador: Guilherme J. Ferreira								
	Club Abolicionista Dr. José Mariano (*)	-	Junho de 1885	Niterói	Seus sócios deveriam frequentar a Escola do Club dos Libertos.	-	-	-	-	Clube de escravizados Seus sócios deveriam frequentar a Escola do Club dos Libertos.
	Club Central dos Libertos	Presidente: Nicolau Moreira Vice-presidente: André Rebouças Secretários: Vicente de Souza e José do Patrocínio Tesoureiros: João Clapp e Miguel Antônio Dias Procuradores: João Ferreira Serpa Junior	09/02/1882	Corte	Criação de escolas noturnas	-	-	-	-	Fundado a partir da experiência do Club dos Libertos
	Centro Abolicionista Ferreira de Menezes	Presidente: José Carlos do Patrocínio Vice-presidente: Tristão de Alencar Araripe Junior 1º Secretário: M. E. Campos Porto 2º Secretário: A. Teixeira	22/04/1882	Rua Uruguaiã a, 43 - Corte	Criação de escola primária noturna; Publicação do periódico O Libertador;	-	-	-	-	Fundado pelos funcionários da <i>Gazeta da Tarde</i>

	<p>Tesoureiro: João Ferreira Serpa Junior Orador: Julio de Lemos Sócios beneméritos: S. M. Imperador D. Pedro II; desembargador Caetano José de Andrade Pinto</p>								
Club Abolicionista Gutemberg	<p>Presidente: Alberto Victor Gonçalves da Fonseca 1º secretário: Luiz Pires da Costa 2º secretário: Joaquim Augusto de Castro Miranda Procurador: João Baptista Torquato</p>	24/06/1882	Rua das Flores, 97	Escola gratuita e noturna; Criação do periódico <i>Lincoln</i>	-	-	-	104 alunos no primeiro ano de funcionamento.	Clube de profissionais tipógrafos
Club Abolicionista Bittencourt Sampaio	<p>Presidente: Dr. Francisco Siqueira Dias Sobrinho Vice-presidente: Zeferino Gonçalves de Campos 1º secretário: Frederico Pereira da Silva Junior 2º secretário: José Pinto Machado Junior</p>	26/03/1883	Associação Memória ao Visconde do Rio Branco - Praça 11 de junho, n. 15	Criação de escolas	-	-	-	-	Questão religiosa, grupo espírita

	Tesoureiro: Antônio José Bastos Procurador: José Dias de Carvalho Neto								
América Livre - Sociedade Abolicionista de Senhoras	-	23/05/1883	Reuniões no Club Mozart	Criação de escolas e institutos para educação de libertos;	-	-	-	-	Clube feminino
Centro Abolicionista João Clapp	1º Secretário: Joaquim Barbosa Tesoureiro: Alberto Baptista de Castro Orador: Bernardo Gomes	Aproximadamente 1882	Rua do Rosário 134	Criação de cursos noturnos	-	-	Alfredo Nazareth; Bernardo Gomes; Ernesto Leão de Brito; José Caetano Alvarenga da Fonseca; Fortes Teixeira; Virgolino Francisco Fontoura;	-	Aula de caligrafia e de aritmética elementar

(*) Organizações vinculadas a outras associações.

3.1 A Escola Noturna e Gratuita da Cancell, o Club Abolicionista José do Patrocínio e a Caixa Emancipadora

Ante-hontem, pelas 8 1/2 horas da noite, a patrulha que rondou a Cancell, em S. Christovão, commeteu uma das suas habituais arbitrariedades.

Estando sentado em uma porta um homem de cor, a patrulha passando por elle intimou-o a levantar-se, e como este dissesse que estava em sua casa, foi-lhe dada a voz de prisão. O homem tentou fugir para dentro, mas um dos permanentes segurou-o e o commandante da patrulha descarregou -lhe o sabre no pescoço.

O homem entregou-se a prisão dizendo que queria ser levado a presença da autoridade para que este desse providências. Isto enfureceu a patrulha, que continuou a matral-o.

A arbitrariedade commetida contra um homem trabalhador e honesto, um ex-soldado que serviu na Guerra do Paraguay, levantou protestos de algumas pessoas, os quase foram respondidos por prisões.

Um dos presos, porém, conseguiu evadir-se e a patrulha apitando veio um reforço do destacamento, que prendendo a torto e direito, homens que sahiam da escola noturna gratuita da Cancell, ameaçava-os com exercícios de capoeiragem, mostrando canivetes e navalhas.

Levados os presos a presença do subdelegado, este mandou soltar, limitando-se a reprehender os soldados pelo ferimento arbitrariamente feito!

O povo dizia então:

– Elles estão ensaiando-se para o imposto do vintém.

Mas outras pessoas lembrando que estes arbitrios reproduzem-se continuamente no logar, pediam que fosse seriamente chamada a attenção de quem competir.

É o que fazemos.

(*Gazeta de Notícias*, 19/12/1879, ed. 00348, p. 1)

Começar o texto sobre uma escola popular com essa reportagem é extremamente significativo. Primeiro, porque destaca uma abordagem policial violenta contra pessoas negras, fato este que continua a se reproduzir na atualidade e ainda gera vítimas fatais, como o exemplo do negro George Floyd e tantos outros⁶⁹. E também reforçar a experiência escolar singular que funcionou naquela região e atendeu as classes populares de sua proximidade, área na qual residiam trabalhadores/as negros/as, a *Escola Noturna e Gratuita da Cancell*. Dessa instituição, surgiram outras experiências associativas, o Club Abolicionista José do Patrocínio

⁶⁹ O estadunidense George Floyd foi morto em 2020, quando um policial ajoelhou-se em seu pescoço por mais de oito minutos, mesmo com suas súplicas. Ele se tornou ícone no combate ao racismo e à violência policial, vários protestos ocorreram dentro dos Estados Unidos e pelo mundo. No Brasil, uma pesquisa feita pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e o data_labe, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mostrou que oito em cada dez pessoas negras já foram abordadas pela polícia, e entre as brancas apenas duas em dez se lembram de ter passado pelo procedimento. Para além do marcador racial, pessoas residentes em bairros habitados, em sua maioria, por pessoas de renda média e baixa foram abordadas com maior frequência. Dessa forma, os institutos concluírem que há indícios de haver um duplo protocolo no cotidiano do policiamento ostensivo, que implica introeção de parâmetros distintos para lidar com diferentes grupos raciais.

e a Caixa Emancipadora José do Patrocínio, duas organizações abolicionistas com funções diferenciadas, uma sociedade feminina e uma caixa libertadora, transformando aquela região no Quilombo Senna, fazendo de São Cristóvão um lugar estratégico no embate antiescravista:

QUILOMBO SENNA

Situado em S. Christovão, nos limites da Quinta Imperial.

Era mantido pelo denodado Capitão Senna, e dirigido com carinho por sua digna esposa a Sra. D. Henriqueta de Senna. Esse quilombo foi honrado por vezes com protegidos do imperador.

Soffreu vários ataques da policia escravista, e os repeliu heroicamente. (*Cidade do Rio*, 08/07/1889, ed. 00150, p.2)

Voltando o olhar para a reportagem inicial, pudemos perceber pela atitude do homem abordado, que esse tipo de ação policial naquela região era constante. Mesmo estando à frente de sua casa, o homem é abordado e repreendido. Outras pessoas foram em defesa do homem, inclusive estudantes que saíam de suas aulas na Escola da Cancellia. Eles, segundo o descrito, estariam ensaiando para o “imposto do Vintém” com rodas de capoeira. Lembramos que no capítulo I, quando falamos sobre a Revolta do Vintém, mencionamos a forma como a imprensa denunciava a repressão policial sobre a população mais pobre, sendo esse um dos motivos do descontentamento popular. Isto sinaliza duas questões importantes: a primeira, esta organização trabalhou com seus alunos a respeito do aumento do imposto e tudo o que ela englobava, como a violência nas abordagens policiais e o fechamento de escolas ou aulas noturnas, e, possivelmente, estariam se organizando para participar dos protestos contra o imposto capaz de mobilizar a cidade⁷⁰; a segunda, como recebia um público de maioria negra em suas aulas, escravizados e libertos, a escola respeitava a cultura negra, os conhecimentos e saberes da capoeira não foram desprezados e estariam presentes no seu dia a dia. Talvez a defesa dos alunos pela direção da escola, homens influentes socialmente, pudesse ter auxiliado na conclusão dessa história, pois, ao final, a reportagem afirma que todos foram liberados e os policiais repreendidos.

Segundo Silva (2021), a Escola Noturna e Gratuita da Cancellia, mantida pelo Clube Republicano de São Cristóvão e dirigida por Emiliano Senna, foi uma iniciativa de Patrocínio, onde atuou como professor. Essa informação pode ser comprovada pelo jornal *A Cidade do Rio*, em comemoração aos 15 anos de fundação da escola:

(...) como os mil braços de um negro carcomido tronco, fez a glória individualidade do nosso chefe, fundador da Escola da Cancellia em São Cristóvão, para libertos e que

⁷⁰ Lembramos que a Revolta do Vintém teve a atuação de grandes abolicionistas como Vicente de Souza, Patrocínio, Emiliano Sena, entre outros.

o levou a ensinar-lhes, ele mesmo, o ABC salvador dos homens e dos caracteres, na paciência religiosa de um doutrinador. José do Patrocínio tem vencido muitas campanhas (...) (*Cidade do Rio de Janeiro*, 21/09/1895, ed.00221, p.1)

A escola funcionava na rua São Luiz Gonzaga, nº 39, sobrado, São Cristóvão. Foi dirigida pelo Capitão E. Rosa de Senna, tendo como vice-diretor João Rodrigues Pacheco Villanova, enteado de Senna e amigo particular de Patrocínio⁷¹, e atuavam como docentes José Rodrigues Pacheco Villanova, João de Bulhões Mattos Marcial, Gustavo Rodrigues Pacheco Villanova e José Rodrigues de Barros⁷² (*Almanak Laemmert*, 1882, ed. 00039, p. 27).

Nas comemorações do seu segundo aniversário, é revelado que a escola chegou a atingir o número médio de setenta alunos, mas, no momento da comemoração, atendia em média cinquenta e poucos alunos. Deixando a entender que seus professores eram voluntários, “não têm eles nenhuma esperança de recompensa”, somente a gratidão dos estudantes (*Gazeta da Tarde*, ed. 00220, 22/09/1882, p. 1). A escola teve uma duração longa, temos registros de comemoração do seu 5º aniversário, e quinze anos depois de sua fundação o jornal *Cidade do Rio* homenageou a iniciativa de Patrocínio (*Cidade do Rio*, 21/09/1895, ed.00221, p.1).

A escola foi inaugurada em 21 de setembro de 1879, em uma cerimônia que contou com a presença de várias comissões, entre elas a da classe operária da qual o Sr. J. P. Pimentel⁷³ saudou a direção da escola com algumas frases:

A classe operaria, representada pela comissão presente, da qual tenho a honra de fazer humilima parte, manifesta o seu jubilo e gratidão por ver realizada uma idea útil em seu favor: em seu favor, digo, porque é ella que mais precisa de instrucção que está ligado o seu futuro!

Oxalá esse horizonte, que desponta agora no firmamento da civilização moderna, venha derramar raios de luz brilhante por sobre nós! Que vem delles carecemos. (*O Trabalho* – ed. 0005, 28/09/1879, p. 3)

O envolvimento com a classe operária é reforçado em seu horário de funcionamento, pois o turno da noite permitia a frequência de trabalhadores, inclusive escravizados, que, como vimos no capítulo anterior, eram assim considerados pelo movimento abolicionista. Em um momento em que ainda havia restrições legais ao atendimento de escravizados em escolas

⁷¹ Através de Villanova que Patrocínio teve contato com a família do Capitão Senna, residindo em sua moradia e se tornando preceptor dos filhos mais novos do capitão. (*Gazeta da Tarde*, 29/05/1884, e. 00124, p. 1)

⁷² José Rodrigues Pacheco Villanova era servidor público, sendo pagador na Contadoria Geral da Guerra; João Bulhões de Mattos Marcial era médico de formação; José Rodrigues de Barros trabalhou como compositor na Tipografia Imparcial da Marques & Irmão, na qual Luiz Gama atuou como compositor.

⁷³ Não temos informações sobre quem foi J. P. Pimentel, porém deduzimos que foi um líder da classe operária que prestigiou a iniciativa.

públicas por diversas Províncias⁷⁴, a Escola da Cancellia como uma instituição privada estava aberta para esse público. A frequência de negros, e de escravos fugidos, nesta escola é reforçada por alguns trabalhos (SILVA, 2021; SCHUELER, 2016; SALLES, 2011). Silva (2021) adverte que a educação aos escravizados não foi uma iniciativa exclusiva de associações abolicionistas, citando o trabalho da Escola Imperial da Quinta da Boa Vista e a Escola Mista da Fazenda Imperial de Santa Cruz, mas diferente dessas, a Escola da Cancellia, assim como outras instituições escolares abolicionistas, se mantinha através de doações, sem qualquer subvenção pública.

A experiência marcante de um escravizado dentro da instituição é narrada pela imprensa:

O diretor da Escola Nocturna Gratuita da Cancellia entregou ante hontem ao alumno Abel da Trindade a carta de liberdade que lhe foi dado pelo Corpo Acadêmico, auxiliado por uma subscrição promovido entre vários cavalheiros.

A entrega da carta effectuou-se em plena aula e fallaram os Sr. Capitão E. Rosa de Senna, Dr. Almeida Pernambuco e José do Patrocínio: o primeiro como diretor da escola, agradecendo ao Corpo Acadêmico; o segundo assignalando os meritos do alumno, que, em um anno de estudo passou de analfabeto a adjunto do professor nas classes atrasadas; o terceiro entregando a carta ao diretor da escola em nome do Corpo. Em seguida os alumnos, entre lágrimas, abraçaram o novo cidadão, e suspenderam-se as aulas. (*Gazeta da Tarde*, 30/09/1880, ed. 00269, p. 1).

Mesmo acreditando que a iniciativa de Patrocínio estava direcionada ao escravizado, a Escola da Cancellia se abriu para outras categorias populares, aceitando sujeitos de diferentes condições sociais, nacionalidades, e atuando como um espaço de combate aos preconceitos:

Esta escola conta mais de dous annos de existência. Tem o caráter inteiramente popular, pois que ensina ás classes da freguezia mais desprovidas da fortuna. Em seu meio admite pessoas de todas as nacionalidade e condições. Ensina pelo methodo de leitura da cartilha maternal João de Deus, e tem preparado por esse methodo grande numero de alumnos. Ensina as materias elementares de instrucção primaria mais necessarias ás classes proletárias. No seio da escola são banidos todos os tipos de preconceitos, e só tem importancia o merecimento do alumno, quer no aproveitamento, quer na conducta moral. (*Almanak Laemmert* 1882, E. A00040, p. 207 e 208).

⁷⁴ Barros (2016) discute a relação entre a legislação educacional e a população negra como um elemento relevante para a História da Educação, questionando o discurso predominante de que os negros foram proibidos de frequentar a escola pública no século XIX. Tomando como base Thompson (1987), que compreende a lei como resultado de disputas de diferentes grupos, e não a simples imposição de uma classe social dominante, a autora traz a complexidade de termos empregados para designar a condição jurídica e racial da população negra (escravos, libertos, livres, africanos livres, não livres, pretos e ingênuos), chegando à conclusão de que não é possível afirmar que os negros eram proibidos de frequentar a escola pública nesse período. Há um grande número de restrições a escravizados, tanto quanto à matrícula como à frequência, nas legislações pesquisadas. Porém, devem ser problematizadas até suas motivações, suas nomenclaturas, suas ausências e permissões, entendendo que podem ser cumpridas, alteradas ou burladas.

O anúncio destaca o método de ensino empregado na instituição, a Cartilha Maternal⁷⁵ ou arte de leitura de João de Deus, no qual se caracteriza pelo uso do abecedário ao invés de um silabário, usado “de modo a formar palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se explicam” (OLIVEIRA apud SILVA; MIGNOT, 2017, p. 252). Dessa forma, a escola atendeu e auxiliou a um grande número de pessoas que procuraram aprender a ler e a escrever, como escravizados em busca de auxílio para sua libertação e transformação social dada pela educação.

O combate a toda forma de preconceitos deveria ser algo trabalhado em sala de aula, e, como veremos, a escola dava ênfase a personalidades negras, sendo um modo peculiar de confronto de estereótipos e lugares destinados aos escravizados/as e libertos/as, levando em consideração o aproveitamento do aluno, quer escolar ou moral. Assim, suas aulas se destinavam aos menos favorecidos, escravizados, livres e libertos, das mais diversas nacionalidades e idades.

Mesmo desejando ser uma instituição com essas características, repelindo toda forma de preconceito, a questão do gênero era algo demarcado socialmente. A maioria das escolas abolicionistas era destinada aos homens. Havia distinção muito clara, inclusive com diferenças curriculares do que era necessária à educação masculina e feminina. Porém, a Escola da Cancellia também deu destaque à militância feminina.

A experiência com Abel da Trindade pode ter induzido a necessidade da criação de uma instituição que auxiliasse na libertação de outros escravizados. Sob a proteção do Capitão Emiliano Senna, no ano seguinte de fundação da escola, nasceu uma organização exclusivamente feminina, que homenageou Patrocínio. Fundado em 14 de dezembro de 1880, o *Club Abolicionista José do Patrocínio* prestou vários serviços em prol da libertação de escravizados/as.

No primeiro capítulo, quando falamos sobre Cacilda Francioni, comentamos sobre esse clube que contou com uma diretoria exclusivamente feminina. Cacilda fez parte de sua diretoria executiva, e, como falamos, foi a primeira mulher a se dedicar à luta abolicionista, tendo maior representatividade por ser uma mulher negra.

A diretoria efetiva foi formada por Elisa Sarmiento (presidente), Virginia Villa Nova (vice-presidente), Henriqueta de Senna (tesoureira) e Carolina de Vasconcelos (secretária). De acordo com a suposição de Silva (2014), Henriqueta seria a esposa de Emiliano Senna, e

⁷⁵ O nome de “Cartilha Maternal” foi adotado por ter sido idealizado para o uso das mães por João de Deus, pedagogo e poeta português. Tornou-se o método oficial de aprendizagem de leitura pelas cortes portuguesas no final do século XIX, e foi considerado inovador para a alfabetização naquele período (LOPES, 2020).

Virginia Villanova teria alguma ligação com João Francisco Rodrigues Villanova, pois o sobrenome “Villanova” está associado a vários professores da Escola da Cancellaria. Alguns anúncios da instituição convocam para reuniões na Rua da Imperial Quinta, nº 17, endereço associado a João Villa Nova. Outro fato relevante, que comprova a ligação do Club com a escola, foi a utilização de suas dependências em um evento realizado no Largo da Cancellaria, e que devido às chuvas acabou dentro da escola (*Gazeta da Tarde*, 03/06/1882, ed. 149, p. 2).

Figura 53 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Jornal de Comércio, ed. 00293, 21/10/1881, p. 6.

O clube atuou de formas diversas, organizou eventos, conferências, bazares, recebeu doações, esmolou pela causa e entregou cartas de alforria. Deu espaços para outras mulheres e envolveu crianças em seus eventos, como da pequena Gemma Cuniberti (1872-1940), a atriz italiana que fez sucesso ainda menina. Em sua turnê internacional, com apenas 9 anos, se apresentou no Brasil, e como despedida da capital brasileira fez um espetáculo no Teatro Sant’Anna em benefício do Club Abolicionista José do Patrocínio (*Gazeta da Tarde*, ed. 00242, 18/10/1881, p. 1).

O envolvimento do Club com as artes, principalmente com os espetáculos, era constante. A apresentação da peça teatral *O Doutor Negro*, o qual foi mencionada neste trabalho, apresentava um amor proibido entre um jovem médico negro e uma moça da alta classe, e contou com a presença de senhoras do clube que ofertaram à atriz Ismênia um pequeno mimo (*Gazeta de Notícias*, ed. 00189, 16/09/1881, p. 2). A temática da peça é significativa, principalmente para essa instituição na qual a família de Emiliano de Senna estava envolvida, e que, conforme mencionamos, o casamento de Patrocínio com Maria Henriqueta gerou críticas e ofensas racistas, se aproximando da representação. Assim, a arte questionava as convenções sociais e eram apoiadas por essas organizações. Mas, a principal contribuição dessa instituição foi a presença feminina em espaços de liderança. Elas dirigiam suas sessões, realizando todos os trâmites burocráticos e administrativos de uma sociedade (eleições de diretoria, prestação de

contas, elaboração de atas e estatutos, entre outras), como também estavam à frente dos discursos, por exemplo, o realizado por Adelina Santos em 29 de dezembro de 1881 (*Diário do Brasil*, ed. 00178, 31/12/1881, p. 2). Segundo Evaristo de Moraes:

A vida do Clube não foi longa, mas seus serviços foram reais e a sua influência grande na modificação da atitude de muitas senhoras que, antes, temiam se manifestar acerca do assunto. Notou-se, em pouco tempo, maior número de famílias nas festas abolicionistas, aliás atraídas pelo concurso das belas letras e das belas-artes. (MORAES, 1986, p. 52)

Voltando a pensar sobre a Escola da Cancellia, constatamos que ela se abriu para outras temáticas e atividades, em 1880 suas dependências foram usadas para a explicação pública do Catecismo Positivista, de seus dogmas gerais pelo Sr. Raymundo Teixeira Mendes (*Gazeta de Notícias*, ed.00128, 09/05/1880, p. 2.). Inferimos que a questão abolicionista e social era tratada de forma crítica em suas aulas, não somente pelo envolvimento na Revolta do Vintém como pela homenagem de seus alunos ao Clube Republicano, ao qual ofereceram uma caneta com pena de outro (*Gazeta da Tarde*, 23/11/1880, ed. 00117, p. 3). Além disso, participaram dos festejos fúnebres de algumas personalidades, como do General Osório em 1879 e de Ferreira de Menezes (*Gazeta de Notícias*, ed. 00159, 14/06/1881, p. 1), e um quadro de Luiz Gama era exposto em um dos seus salões junto com escudos de nomes dos principais abolicionistas brasileiros (*Gazeta da Tarde*, ed. 00045, 27/02/1883, p. 2).

Ainda em 1881, temos a informação da entrega de cinquenta exemplares da obra *O livro dos Meninos*, do professor negro Hemetério José dos Santos, sendo que o próprio autor fez a doação para a Escola da Cancellia (*Gazeta da Tarde*, ed. 00268, 17/11/1881, p. 2). O professor Hemetério, conforme mostramos anteriormente, atuava em escolas públicas da cidade, deu aula ao lado de Cacilda Francioni na Escola Normal, e esteve à frente do discurso em uma conferência emancipadora (*Jornal do Comércio*, 03/04/1881, ed. 0093, p. 2). A obra doada reúne 38 pequenos textos de temas diversos acompanhados de uma ilustração, totalizando 95 páginas. Dedicado a meninos e meninas, as temáticas trabalhadas englobam “episódios históricos, temáticas morais, científicas e religiosas, assim como temas voltados para a questão da mulher, do trabalho, da escravidão e da questão racial” (SANTOS, 2019, p. 122). A diversidade brasileira é sinalizada por Hemetério em sua obra, segundo Santos:

No “Prólogo” do livro, o autor já anuncia uma determinada preocupação com as questões raciais da época. Depois de fazer comentários críticos sobre o modo como o ensino do Português era realizado na “Instrução Pública” primária e secundária, Hemetério sinalizou para o uso inadequado aos estudantes, segundo ele, de determinada literatura: “Os livros em que principia a ler não estão de acordo com a idade, nem em linguagem nem em assunto”. No que diz respeito aos conteúdos, a

inadequação se traduz no fato de que “não combatem as superstições, os preconceitos e os prejuízos tão numerosos em um país como o nosso, onde é palpável a heterogeneidade das raças (...)”. (SANTOS, 2019, p. 123)

Dessa forma, acreditamos que não somente os textos da obra, que traziam posicionamentos variados, inclusive sobre a mulher, mas também o exemplo de uma autoria negra que tentava “combater preconceitos” e falava sobre “heterogeneidade das raças”, fosse expressiva para os estudantes da Escola da Cancellia.

O trabalho desenvolvido pela instituição escolar é apoiado por sua comunidade. Assim como o professor Hemetério reconheceu a importância dessa instituição doando exemplares de seu livro, outras pessoas contribuíram para o funcionamento da Escola. O comendador A. J. Gomes Brandão entregou ao diretor algumas canetas, algumas caixas de penas e dois frascos de tinta para ser usado pelos alunos da Escola (*Gazeta da Tarde*, ed. 00138, 16/06/1883, p. 2). Essa nota jornalística registrou que a escola sobrevivia com poucos recursos, com poucos contribuintes, mas principalmente com a força de vontade de seus fundadores.

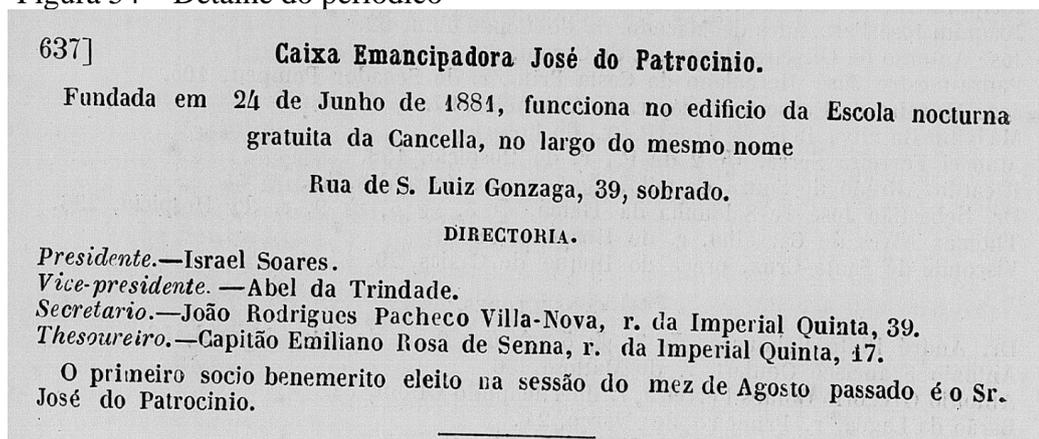
Dentro dessa instituição escolar, os estudantes eram estimulados a ter uma visão crítica da sua realidade e de assumir protagonismos, principalmente os escravizados e libertos. O anúncio sobre a alforria de Abel da Trindade mencionava que o mesmo cumpriu papel de adjunto do professor, auxiliando-o nas classes atrasadas. Esse desempenho se estendeu na criação de uma organização voltada para a libertação de escravizados/as, *Caixa Emancipadora José do Patrocínio*.

De acordo com a *Gazeta de Notícias*, “a associação foi fundada por iniciativa de libertos e de alguns escravos d’aquelle arrabalde” (*Gazeta de Notícias*, 29/06/1881, p. 1), uma singularidade que evidencia a participação de escravizados e libertos no processo abolicionista. Para Alonso:

As caixas, nascidas sob auspícios do Fundo de Emancipação da Lei Rio Branco, coletavam subscrições e promoviam loterias para um fundo comum. Escrevia-se um grupo de escravos como membros e, conforme os recursos eram suficientes, sorteavam-se cartas de liberdade entre eles (ALONSO, 2015, p. 392).

Com o objetivo de angariar fundos para compra de cartas de alforria, ela foi fundada em 24 de junho de 1881, homenageando um dos fundadores da Escola da Cancellia e tornando José do Patrocínio como primeiro sócio benemérito. Ela funcionava em uma das salas da Escola da Cancellia, tendo o apoio de seus diretores e professores.

Figura 54 – Detalhe do periódico



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Alamak Laemmert*, ed. 00039, 1882, p. 637.

A atuação de Abel da Trindade marca essa organização. Ele aparece na presidência de sua diretoria provisória, destacando que essa organização tinha por base o protagonismo de libertos e escravizados. Fica explícito o fato de a primeira diretoria eleita ter sido presidida por um escravizado, Israel Soares, tendo como vice-presidente Abel da Trindade (liberto), João Rodrigues Pacheco Villanova, como secretário, e capitão Emiliano R. de Senna, como tesoureiro. A atuação de Senna e de Villanova, responsáveis pela Escola da Cancellla, é verificada também na Caixa, mas a presidência e a vice-presidência foram atribuídas a Israel e Abel, personalidades negras que passaram pela experiência do cativo.

Abel da Trindade foi um militante ativo dentro do movimento, participou do Conselho Deliberativo da Confederação Abolicionista, sendo seu nome citado em vários momentos. Foi lembrado e homenageado pela própria instituição em uma cerimônia de libertação da Caixa, nos salões da Escola da Cancellla, quando o presidente Israel Soares colocou um escudo com o nome de Abel abaixo do retrato de Luiz Gama: “Romperam palmas, choveram aclamações de toda parte, porque Abel da Trindade, o negro – o vice-presidente da Caixa é a encarnação da abolição, é a alma da associação em todos os seus commentimentos” (*Gazeta da Tarde*, ed.00143, 26/06/1883, p. 1). A amizade e a proximidade com outros abolicionistas foi demonstrada em outros momentos, na morte de Justina Maria do Espírito Santo, mãe de Patrocínio, e Abel foi uma das pessoas que segurava as alças de seu caixão (*O Paiz*, ed. 00230, 20/08/1885, p. 1). Mais uma das maiores homenagens foi feita nove anos depois da abolição, quando na *Cidade do Rio* foi apresentada uma lista com o nome de grandes abolicionistas, entre eles, a Princesa Isabel, André Rebouças, Ângelo Agostini, Joaquim Nabuco, Ernesto Senna, Visconde do Rio Branco, Luiz Gama, José Bonifácio, Israel Soares e Abel da Trindade; ou seja, ex-escravizados ao lado de grandes vultos do cenário nacional (*Cidade do Rio*, ed. 00125, 12/05/1897, p. 1).

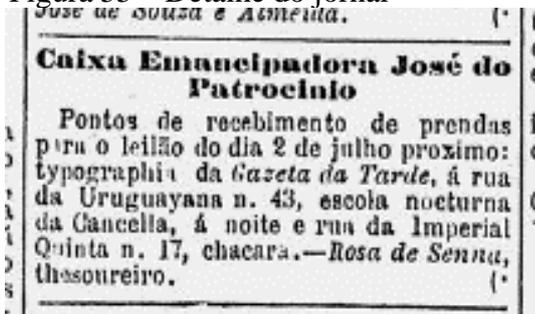
Já Israel Antônio Soares foi autodidata, aprendeu a ler sozinho num canto da cozinha com jornais velhos, tendo proximidade com diversas outras histórias de negros que através do autodidatismo “não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural” (SILVA, 2017, p. 5). Nasceu em 19 de agosto de 1843, filho dos escravizados Rufino e Luiza, teve na figura materna o exemplo de luta contra a condição social em que vivia. Como um escravo que dominava a leitura e a escrita, abriu um curso noturno na casa de sua mãe, onde dividiu o seu saber com os seus pares, a maioria de seus alunos eram escravizados ou ex-escravizados, acreditando que o domínio da leitura e da escrita, da educação de uma forma ampla poderia ser instrumento para transformação da condição de submissão tão forte na sociedade escravista. No relato de Israel a Ernesto Sena, aquele menciona o nome de Abel da Trindade como um dos seus alunos, entre outros nomes, dos quais destacamos seis mulheres, com registro apenas do primeiro nome, revelando a condição de escravizadas (SILVA, 2017, p. 5). Através de seu empenho na presidência da Caixa, Israel consegue a libertação de sua esposa, Antonia Botelho Soares, contando, para isso, com o auxílio de Patrocínio, do qual Israel demonstrava grande afeição e admiração (SILVA, 2017, p. 7). Não temos indícios de como se deu a aproximação de Israel com a Escola da Cancellaria, mas podemos supor que a experiência pedagógica ou educacional com a população negra naquela região, independente de sua condição social, possa ter sido um meio contato. Algo que chama a atenção é o endereço de Abel e Israel declarado no Almanak Laemmert em 1883, ambos residiam na Rua Aurora, nº 2⁷⁶.

A ação da Caixa se diferenciava do Club Abolicionista, composto pelas senhoras, pois na Caixa inscrevia-se um número de escravizados que poderiam entrar com suas economias, seus pecúlios, para auxiliar em suas libertações. Porém, ambas organizações receberam doações, organizaram eventos, estabeleceram parcerias para a arrecadação de fundos para alforrias. Trabalharam em conjunto, como na homenagem realizada ao deputado português Luciano Cordeiro, o qual é dado o título de sócio benemérito por diversas sociedades abolicionistas, entre elas, o Club Abolicionista José do Patrocínio e a Caixa Emancipadora José do Patrocínio (*Commercio de Portugal*, 24/03/1882, ed. 00823, p. 2). A ligação entre as organizações, a Escola da Cancellaria, o Clube e a Caixa Abolicionista pode ser observada pelo

⁷⁶ Luara dos Santos Silva (2022), ao defender sua tese “Histórias de professoras negras no Rio de Janeiro: experiências e tensões de classe, raça e gênero (1870-1920)”, menciona que algumas famílias de educadoras negras no século XIX dividiam a mesma residência, compartilhando necessidades materiais, aspectos simbólicos e apoio afetivo.

pedido de doação de prendas realizado pela Caixa, pois nele é fornecido três endereços, na própria escola, na *Gazeta da Tarde*, reduto de Patrocínio, e na residência de Emiliano Senna, na qual eram realizadas as sessões do Club.

Figura 55 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta da Tarde, ed. 00157, 07/06/1882, p. 3

A Caixa Emancipadora José do Patrocínio tinha a pretensão de ser uma organização mista, aceitando homens e mulheres em sua relação de sócios: “Assembléa geral hoje ás 8 horas da noite. Leitura do parecer da comissão de contas, proposta de admissão de mulheres no quadro social – O secretario Rosa de Senna” (*Gazeta de Notícias*, 10/09/1882, ed. 00252, p. 3)

Não temos informações sobre o resultado dessa assembleia, porém destacamos que a Caixa aceitou a inclusão de mulheres em sua sociedade. Durante uma sessão em 1883, foram aceitos de uma só vez 27 sócios, sendo 18 homens e 9 mulheres (*Gazeta da Tarde*, 12/03/1883, ed. 00056, p.1). Também atuou na justiça para libertação de escravizadas, como de Francisca de Ayres Baptista da Cunha Silveira Machado, que possuía dois filhos ingênuos (*Diário Fluminense*, ed.00053, 08/10/1884, p. 1). Teve um número expressivo de alforrias, em um período de um ano, são libertadas 50 pessoas, das quais 25 eram homens e 25 mulheres, sendo utilizado para tal fim a quantia média de 210\$000 por libertando (*Vinte e cinco de março*, ed. 0020, 06/07/1884, p. 2).

A educação feminina, principalmente das escravizadas e libertas, também foi debatida na Escola da Cancellia, que, como pudemos observar quando falamos sobre Cacilda, tinha o desejo de criar um curso para o sexo feminino:

A directoria da escola nocturna e gratuita da Cancellia resolveu levar a effeito a creação de um curso para o sexo feminino, annexo ao seu importantíssimo estabelecimento de educação popular.

Idéa, ha muitos annos, concebida pelo digno fundador da escola da Cancellia, a creação de aulas para mulheres será mais um relevante serviço prestado ao bairro de S. Christovão. (*Gazeta da Tarde*, Ed. 00237, 16/10/1882, p. 1).

Repetimos o anúncio que trazia o intuito da escola em abrir um curso feminino, pois reforça nossa tese inicial de que o movimento abolicionista não somente teve um caráter instrutivo como reformador. A nota jornalística destaca que essa era a vontade do fundador da escola, José do Patrocínio, algo que já teria passado por debates entre a diretoria da instituição. Não temos a comprovação de efetivação desse curso, mas a própria intenção de criação destaca os princípios e modos de trabalho em busca de uma educação mais acessível a todos/todas.

A Caixa também estabeleceu parcerias, artistas auxiliaram com apresentações nos festivais (*Gazeta de Notícias*, ed. 00201, 22/07/1882, p.4) e doavam obras, como o tango feito por Elpidio da Trindade (*Gazeta da Tarde*, ed. 00109, 14/05/1883, p. 2). Como a Escola da Cancellaria recebia diferentes doações, a Caixa recebeu diversos donativos de instituições como da Loja Maçônica Luiz de Camões e de pessoas comuns que contribuíam com quantias variadas (*Gazeta de Tarde*, ed. 0133, 12/06/1882, p. 3; *Gazeta da Tarde*, ed. 224, 30/09/1882, p. 2).

No ano de 1883, a Caixa passou a adotar o nome de “Caixa Libertadora José do Patrocínio” em homenagem à Libertadora Cearense, organização abolicionista que teve grande atuação na libertação da Província do Ceará e grande vinculação com os abolicionistas na Corte (*Gazeta da Tarde*, ed. 00056, 12/03/1883, p. 1). A postura mais radical do movimento que começou a exigir a abolição imediata, também justificou essa mudança. A instituição se fez representar na reunião que deu origem à Confederação Abolicionista em 10 de maio de 1883, assim como seus representantes, casos de Abel da Trindade e Emiliano de Senna que assumiram papéis importantes na Confederação (*Gazeta da Tarde*, 10/05/1883, ed. 106, p. 1).

Além de Abel da Trindade e Israel Soares, outro nome negro de destaque dentro da Caixa foi o do seu orador oficial, Domingos Gomes dos Santos. De ascendência negra, filho de fazendeiros, nasceu em Campos dos Goytacazes em 20 de janeiro de 1846, estudou engenharia na Escola Central, e foi colaborador da *Gazeta da Tarde*, de Patrocínio. Ele atuou como solicitador, que seria um auxiliar de advogado, e conseguiu a libertação de vários escravizados/as pelo meio judicial, pelo arbitramento e depósito de pecúlio, sendo um representante da Caixa nesses processos (*Gazeta da Tarde*, ed. 00142, 23/06/1885, p. 2). Por seu posicionamento, ficou conhecido como “O Radical”, sofrendo algumas acusações e perseguições que tinham conotações racistas, reforçando sua ascendência negra. O jornal *Corsário*, defensor dos valores escravistas, escreveu uma nota contra uma atitude, segundo eles, agressiva de Domingos Gomes. A matéria o chamou de “mulato sem eira e nem beira”, “ignorante, burro, grosseiro, canalha por índole, devasso por estupidez”, incluindo a Caixa em suas declarações: “os senhores abolicionistas, principalmente os sócios da *caixa emancipadora*

José do Patrocínio, receba os nossos parabéns pelo collega que os representa nas festas abolicionistas: o Gomes (radical)” (*Corsário*, ed. 0086, 26/04/1883, p. 2).

Não somente Domingos Gomes foi alvo de críticas, em outros momentos a própria Caixa foi questionada pelos jornais. Em 16 de março de 1883, sob o título de “Pobres Escravos!”, o *Corsário* também criticava a atitude da Caixa em tirar do rol de sócios os escravizados que não estivessem quites com a tesouraria até dezembro do ano anterior, avisando também que não entrariam no próximo sorteio, os sócios cujas mensalidades não estivessem em dia. Lembramos que as Caixas funcionavam com uma certa mensalidade e com os pecúlios de seus sócios, e entre esses eram realizados sorteios para libertações. Assim, o jornal questionava a postura da organização interrogando sobre suas reais intenções (*Corsário*, ed. 00107, 19/06/1883, p. 3).

Esse olhar desconfiado sobre as ações dos abolicionistas na região de São Cristóvão se estendia para os alunos da Escola da Cancellia. Mostramos esse fato na nota da Gazeta de Notícias de 1879 que falava sobre a abordagem policial a um homem negro, feito capaz de mobilizar alguns alunos da escola. Em outra notícia de 1884, descrevia novamente a postura dos agentes com dois alunos menores:

O direito de negociar, cremos, ainda não foi prohibido, mas isso a que vulgarmente se chama – a luta pela vida, é cousa que desconhece a polícia em S. Christovão. É assim que hontem á noite fora presos, no largo da Cancellia, por quererem cobrar o que se lhes devia dous menores italianos de nomes Agostini Palmieri e Salvador Palmieri, vendedores desta folha. Esses pequenos têm um vício (na opinião da polícia, bem entendido): trabalham e estudam. Durante o dia mascateiam, á tarde fazem circular esta Gazeta e á noite entretêm-se em estudar na escola nocturna e gratuita, alli existente. A prisão deles, deu-se quando sahiam da referida escola por denuncia do máu pagador, que lhes deve pequena quantia desde Novembro ultimo. Sahiam da luz e ficaram nas trevas do xadrez toda a noite. Quem vem da escola não pode ter por premio a prisão. Acreditamos que o Sr. subdelegado Dr. Pereira da Silva não teve sciencia do facto. Recto como tem sido havia de fazer justiça aos inocentes. Enfim, como tudo vai á vela, talvez queira S. S. seguir outra rota abandonando a antiga. (*Gazeta da Tarde*, ed. 0027, 01/02/1884, p. 2)

Percebemos com essa reportagem que a escola realmente se abriu para outras nacionalidades, como também atendia a menores em suas aulas noturnas. Os meninos eram italianos, trabalharam como mascates e, segundo a *Gazeta da Tarde*, à noite eram alunos da escola, e foi quando saíam das aulas que foram presos. A matéria não fala sobre qual acusação, somente se posiciona em defesa dos rapazes. Mas, é interessante reforçar o atendimento à classe

popular trabalhadora, sem distinção de idade, nacionalidade, cor ou condições, como afirmava seu anúncio.

A participação negra e a experiência com o cativo por parte de sua diretoria e de seus sócios era um diferencial. Destacamos o envolvimento dos sócios libertados com a militância abolicionista. Em uma sessão realizada em 25 de fevereiro de 1883 é anunciada a libertação de dois associados, Cyriaco Maranhão e Josino do Patrocínio Senna, ambos receberam suas cartas de alforria das mãos de Patrocínio e posteriormente fizeram parte de comissões dentro da Caixa (*Gazeta da Tarde*, ed. 00045, 27/02/1883, p. 2). A gratidão de um dos ex-escravizados pode ser percebida em seu sobrenome, pois “Patrocínio Senna” foi adotado. Muitos desses, depois de libertos continuavam a contribuir para a Caixa, auxiliando na libertação de outros escravizados/as, como José de Magalhães, que se tornou sócio benemérito (*Gazeta da Tarde*, ed. 00287, 10/12/1883, p. 3).

O empenho e a dedicação de José de Magalhães dentro da Caixa Emancipadora, com sucessivas doações, fez com que lhe fosse conferido o título de sócio honorário. Segundo a instituição: “esta distinção só a Caixa confere áqueles que, efetivamente prestam seus serviços á associação. O sócio honorário foi victoriado e abraçado pela assembléa que o recebeu como uma estrondosa salva de palmas” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00134, 10/06/1884).

Houve diversas solenidades em seus aniversários de fundação, na comemoração do seu quarto ano de existência foi dado destaque aos nomes dos libertos que se dedicam à militância abolicionista:

Ao salão principal da caixa ornamentado com a maior riqueza e sumptuosidade e em cujas paredes viam-se os escudos com os nomes dos escravizados de hontem e os redemptores de hoje, como José de Magalhães, Israel Soares e Abel da Trindade” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00143, 25/06/1885, p. 2)

Reforçando a transformação na condição social desses indivíduos, de sujeitos sem direitos a cidadãos que lutavam por um ideal. Nesse evento foi divulgado a libertação de 31 sócios em um período de um ano (25/06/1884 a 24/06/1885), um grande número de indivíduos que saíam do cativo e poderiam adentrar no movimento.

Essa atuação saiu dos limites da organização e chegou à pressão política por parte dos novos cidadãos:

Caixa Libertadora José do Patrocínio

Esta associação realizou, hontem, às 8 horas da noite, uma grande reunião, a qual teve por objeto a nomeação de uma comissão de associados libertos pela mesma associação, e incumbida de apresentar ao Senado brasileiro uma petição, reclamando a integridade da lei de 28 de Setembro de 1871. A comissão nomeada pelo presidente, o liberto Israel Soares, compõe-se dos seguintes libertos da Caixa: Josuíno do Patrocínio Senna, Isaías Sabina Bezerra, Cyriaco Maranhão, Abel da Trindade, Felisberto João da Costa, Augusto Velloso, José Antonio Carvalho de Moura,

Bartholomeu Paes Leme Garcia e Benedicto Gomes Teixeira. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00189, 19/08/1885, p. 2)

A comissão formada somente por libertos tinha por tarefa a criação de uma petição a ser encaminhada ao Senado brasileiro. Fica a interrogação de quantos sujeitos, como Abel da Trindade, passaram pela Escola da Cancela, adquirindo conhecimentos sobre os códigos da escrita e da leitura, lhes permitindo maior participação política e social. A elaboração e a apresentação desse documento exigiram um determinado saber, um saber específico que dialoga com os padrões formais da linguagem, um saber escolar. Para além desse fato, a petição formulada por libertos tinha um valor simbólico, mostra como os ex-escravizados se tornaram cidadãos que conheciam e cobravam por direitos. Isto auxiliava o combate a preconceitos, como a teoria sobre a inferioridade moral e intelectual de escravizados e libertos.

O trabalho da Caixa Emancipadora, como da Escola da Cancela e do Club Abolicionista José do Patrocínio, teve grande apoio da população, mobilizando diversos setores como artistas, políticos, estudantes, entre outras categorias, assim como agrupando diferentes condições sociais em prol da causa. De acordo com o depoimento de Israel Soares a Ernesto Senna em 1900, as associações foram procuradas por escravos fugidos que davam auxílio e proteção, e muitas vezes embarcavam para o Norte do país (SOARES apud SENA, 1983).

Essas organizações nascem do desejo de transformação através da educação. Seus fundadores, Patrocínio, Emiliano de Senna, João e José Villanova, acreditaram que poderiam combater os valores escravistas através de um ensino que envolvesse os sujeitos socialmente oprimidos. Formaram leitores que dominaram os códigos da linguagem escrita e também um olhar crítico sobre sua realidade, trazendo questões sociais mais amplas. O trabalho pedagógico com escravizados pode ter estimulado a criação do Club Abolicionista José do Patrocínio, que envolveu uma liderança feminina na causa, sendo um lugar de representação e organização política de mulheres. A Caixa Emancipadora completou o trabalho, dando espaço para os sujeitos que viveram a experiência do cativeiro pudessem exercer cargos de liderança. Reforçamos que as três organizações desenvolveram aprendizagens para além da leitura e da escrita, incluindo práticas formativas e políticas da própria militância. De igual forma, a atuação desses sujeitos, as ações de mulheres, escravizados/as e libertos/as, por si só era um questionamento à própria estrutura social estabelecida, às bases da sociedade patriarcal escravista, na qual esses atores/as eram menosprezados/as.

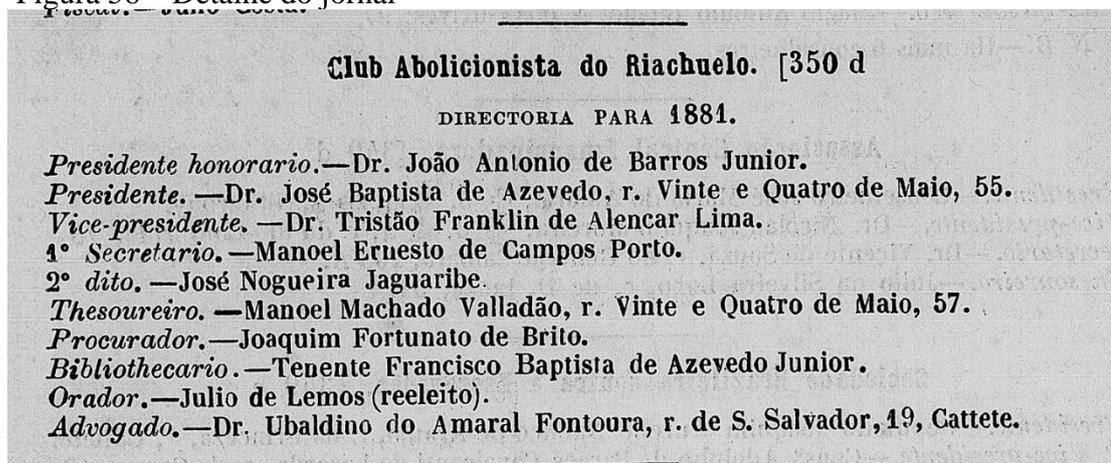
3.2 Clube Abolicionista de Riachuelo

Um dos primeiros clubes em apoio à causa a ser aberto na década de 1880 foi o Clube Abolicionista Riachuelo. Em anúncio de comemoração de seu primeiro ano de funcionamento, temos a data de sua fundação em 27 de junho de 1880, destacando-se como a primeira associação abolicionista que trabalhou sem o auxílio da Coroa (*Gazeta da Tarde*, 27/06/1881, ed. 00148, p. 2). Em manifesto encaminhado à Sociedade Cearense Libertadora, o Club declarou a liberdade como um direito a todos os cidadãos e como anunciadores do progresso:

O Club Abolicionista de Riachuelo, convicto de que a extinção completa da escravidão no Brazil, é uma das principais fontes do progresso deste paiz, o qual com justiça, pelos nobres sentimentos que inspirão seus extremados filhos, visão os mais dilatados horisontes do progresso e que o *direito do senhor* possuir escravos e um direito absurdo, originado na conquista dos povos e portanto uma usurpação do sentimento mais nobre que aninha o coração (...) (*Libertador*, 23/05/1881 ed. 0008, p. 2 e 3)

É interessante observar o uso do termo abolicionista em seu título, em um momento em que a maioria das organizações utilizavam o título de emancipadora ou libertadora, mostrando o posicionamento mais radical dos seus sócios, colocando-se como abolicionistas não monárquicos. Sua localização no bairro do Riachuelo, à rua 24 de Maio, nº 63, mostra sua atuação em uma região mais periférica da cidade. Inclusive realizou conferências no Grêmio Dramático São João Batista, localizado nas suas proximidades, no Engenho Novo (*Gazeta de Notícias*, ed. 00168, 23/06/1881, p. 2). Sua diretoria contava dez pessoas, além dos tradicionais cargos (presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário e tesoureiro), tiveram destaque o trabalho de um procurador, um advogado, um bibliotecário e um orador. Assim, inferimos que a organização tinha por objetivo auxiliar na libertação dos escravizados, agindo inclusive através da justiça, mas também realizavam uma atuação instrutiva destacada por uma biblioteca, ou seja, um espaço de acesso à leitura e ao conhecimento.

Figura 56 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Almanaque Lamert*, ed. 00039, 1882, p. 2.

O Clube manteve diálogo com o parlamento, em diversos momentos elogiou a postura e a defesa da abolição pelo Senador Candido Mendes (1818-1881), sócio da instituição, assim como parabenizou e apoiou o projeto de Joaquim Nabuco na Câmara, inserindo um voto de louvor aos dezoito deputados que votaram a favor da urgência do projeto (*Gazeta de Joinville*, ed. 00053, 28/09/1880, p. 3). A participação e o contato com parlamentares fez com que seus sócios decidissem formular um projeto para emancipação, mas, infelizmente, não temos como afirmar a sua conclusão e envio ao debate parlamentar (*Gazeta de Notícias*, ed. 0053, 22/02/1881, p. 1). Também buscou estreitar os laços internacionais, deu título de sócio honorário ao ministro dos Estados Unidos, como também enviou notas de pesar para o cônsul geral desse país (*Gazeta de Notícias*, ed. 0018, 18/01/1881, p. 1; *Gazeta da Tarde*, 26/09/1881, ed.00223, p.2).

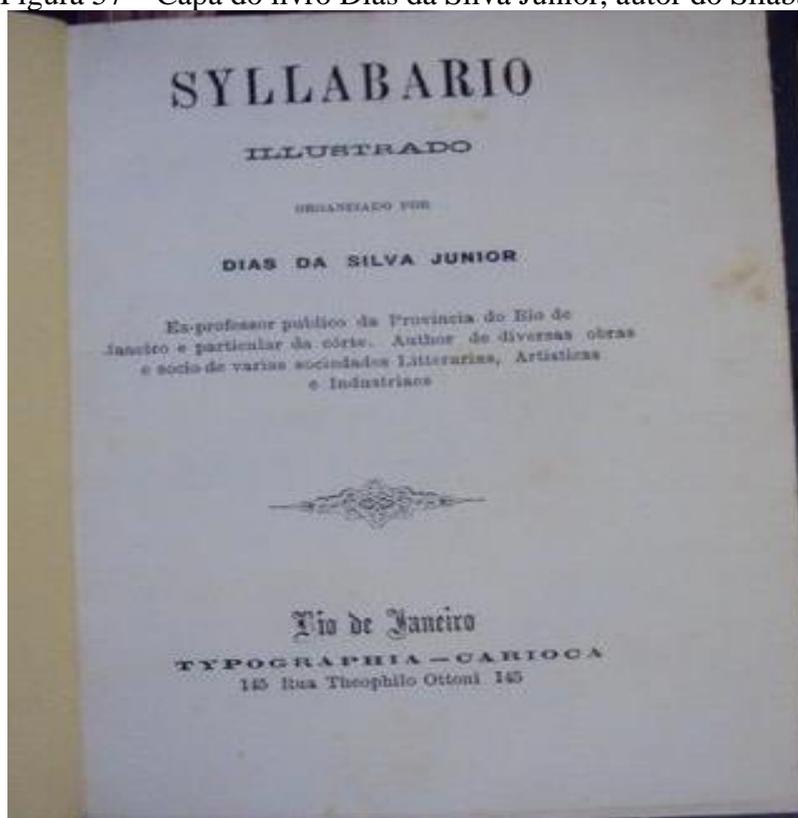
O Club utilizou a imprensa divulgando suas ações e para manifestar a desaprovação à atuação de deputados escravistas (*Gazeta de Joinville*, ed. 00053, 28/09/1880, p. 3). Também se manifestou na imprensa para denunciar barbaridades cometidas pelo sistema, relatando casos de violência de senhores contra seus escravizados em diversas partes do país. Considerando os escravizados como vítimas, a organização protestou e cobrou do governo um posicionamento contra essas injustiças (*Libertador*, 08/08/1881 ed. 0016, p. 4).

O Club realizou conferências, as quais concluímos que se destinavam à arrecadação de fundos para compra de alforrias, e realizaram parceria com outros abolicionistas e instituições. Em 1881, a pedido do Club, Luiz Gama fez uma subscrição em favor de um escravizado arrecadando o total de 50\$000 (*Gazeta da Tarde*, 17/01/1881, ed. 00014, p. 1). José do Patrocínio também discursou em suas conferências e o professor Viriato atuou nas partes musicais (*Gazeta da Tarde*, 23/03/1881, ed. 00070, p. 1). Quando algum sócio ou abolicionista

falecia, a instituição participava de seu cerimonial fúnebre e prestava homenagens, como foi com Candido Mendes, seu sócio, Ferreira de Menezes, e o Visconde de Rio Branco.

Ressaltamos o seu caráter educacional, pois o Clube abriu uma escola noturna com aulas gratuitas, tinha uma biblioteca, realizava sessões literárias e de apresentação de teses. Reunindo os poucos anúncios sobre essa escola, concluímos que fora aberta em 1881, funcionava no turno da noite, era gratuita e direcionada aos mais pobres. Apesar de não termos muitas informações sobre as aulas ministradas, o público atendido ou os professores envolvidos, sabemos que foi apoiada socialmente. Recebeu doações, principalmente de livros, como as obras doadas pelo professor Dias da Silva Junior, autor do *Silabário Ilustrado*. Além de cem exemplares de sua obra, o professor mandou entregar cem aritméticas e cem exemplares da doutrina de Barker, o qual deduzimos ser uma publicação com preceitos religiosos ou morais, e que esses livros foram empregados em sua escola.

Figura 57 – Capa do livro Dias da Silva Junior, autor do Silabário Ilustrado

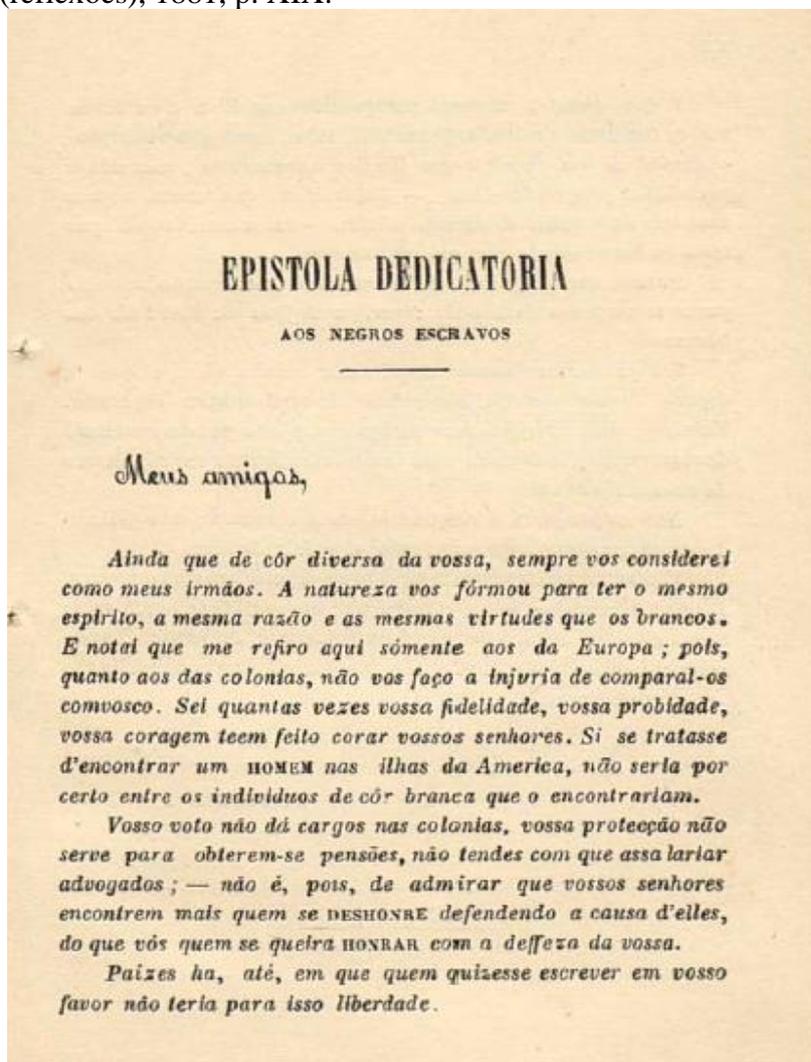


Fonte: Imagem retirada do site Mercado Livre.

Essa não foi a única doação, em março de 1881, o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe enviou 25 exemplares de seu livro *A arte de formar homens de bens* (Gazeta de Notícias, ed. 0062, 04/03/1881, p. 1). O mais interessante foi a doação realizada pelo engenheiro

Aarão Leal de Carvalho Reis, da obra *A Escravidão dos Negros: reflexões* (1781), de Nicolas Condorcet⁷⁷ (1743-1894). Aarão Reis foi contemporâneo de Rebouças e Agostino Reis, foi o tradutor dessa obra que ainda na atualidade é vista como uma referência (*Gazeta de Notícias*, ed. 00179, 04/07/1881, p. 1). Ele dedicou esta tradução aos abolicionistas brasileiros, e enviou 25 exemplares ao Club Abolicionista Riachuelo. É interessante pontuar que na publicação, disponível no site da Biblioteca do Senado Federal, há uma dedicatória aos escravizados, aos quais chama de “*Meus amigos*”. Apesar de não termos a indicação de que a escola noturna dessa organização atendeu aos escravizados, é significativo o recebimento dessa obra para uma organização abolicionista.

Figura 58 – Páginas do livro CONDOCERT, *A escravidão dos negros (reflexões)*, 1881, p. XIX.



Fonte: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222296>.

⁷⁷ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet, foi um pensador, matemático e revolucionário francês. Destacou-se nas ciências exatas e aderiu à Revolução Francesa. Sendo a favor de certas reformas legais e educacionais, da tolerância religiosa, contra a escravatura e a favor da educação e do voto feminino.

O número de obras doadas à escola, sendo o menor número de 25 exemplares, dá indícios de que esta organização recebeu um quantitativo considerável de alunos.

Além disso, a abertura de uma biblioteca demonstrou a preocupação em criar um ambiente que valorizava e dava acesso ao conhecimento. Mesmo tendo poucas referências sobre as obras que pertenciam ao seu acervo, essa era uma das especificidades dessa organização, tendo em vista que o bibliotecário fazia parte de sua diretoria.

Outro caráter instrutivo dessa organização era o debate e a apresentação de teses realizadas em suas sessões, e que ressaltavam o caráter reformador do movimento. Ele não era direcionado somente à classe popular como as aulas noturnas, seus sócios, muitos com condições sociais privilegiadas, participavam desse momento, inclusive sendo debatedores. Ainda em 1880, mais especificamente em 8 de outubro, foi apresentada a tese “*Qual a influência do cristianismo na civilização moderna?*”, que contou com a participação de vários oradores (*Gazeta da Tarde*, 08/10/1880, ed. 00078, p. 2). Pela temática, pode se perceber como os sócios do clube tinham uma visão peculiar sobre a participação social da igreja ou da religião, em um contexto em que a laicidade do Estado começava a ser exigida. Mas esse não foi o único tema polêmico tratado nas sessões do clube, há pelo menos o registro de mais dois: “*É ou não é útil a sociedade do divórcio?*”, discutida em 26 de março de 1881, e “*Qual o papel reservado no futuro à mulher?*”, debatida em 02 de outubro de 1881. As temáticas trabalhadas nas sessões revelam questões sociais amplas, a escravidão nem era debatida, sendo já considerada como algo a ser ultrapassado. Com a temática sobre o papel da mulher dentro dessa sociedade, pode se deduzir que fora incluído sua função como “dona do lar”, sua responsabilidade como mãe, a educação feminina, sua capacidade intelectual e até a sua inclusão no ensino superior. Algo que como demonstramos no capítulo sobre a Faculdade de Medicina já havia movimentado vários setores sociais, como o parlamento e a imprensa. No debate sobre o divórcio, a questão feminina e o poder da igreja estão envolvidos, visto que a Igreja condenava essa prática e que socialmente compreendiam a mulher como dependente do homem.

Encontramos indícios do funcionamento dessa organização até 1885, mas supomos que pode ter sido mais duradora, devido à expansão do movimento. O que percebemos é que a organização atuou em diversos meios, como na imprensa, no contato com o parlamento, na promoção de debates, palestras e reuniões, ou seja, era uma divulgadora de conhecimentos contrários às estruturas sociais vigentes.

3.3 Club dos Libertos Contra a Escravidão de Niterói

Uma sociedade de libertos de S. Domingos de Nitheroy, intitulada Club dos Libertos de Nitheroy, usando do direito que tem todo cidadão brasileiro de representar ao corpo legislativo a respeito de leis que estão em elaboração ou por ventura necessárias, pede-me para apresentar no senado esta representação contra o projecto que está em discussão e pendente da aprovação do senado, a respeito do elemento servil. (Anais do Senado Brasileiro, 1885, livro 6, p. 58).

No dia 5 de setembro de 1885, o Senador Silveira da Motta em sessão no parlamento faz a leitura de um requerimento assinado por um grupo de ex-escravizados. É simbólico e significativo perceber um documento elaborado e assinado por indivíduos que nasceram sob o jugo da escravidão, lutaram por sua libertação e, naquele momento, como cidadãos, se posicionavam perante seus representantes políticos.

O Club dos Libertos Contra a Escravidão de Niterói trabalhou conjuntamente em prol da libertação e da educação, articulando o acesso e a inserção na cultura letrada, nos domínios da leitura e da escrita, utilizando-as como ferramentas de integração social e política dos ex-escravizados. O Club criou sua escola noturna, que permitia a frequência de libertos e escravos, produziu publicações, desejava instituir uma oficina para o ensino de encadernação e pautaço, além de ter possuído uma proposta de instalação de uma creche.

A estratégia de anunciar suas ações nos jornais da época e impressos, como boletins e regulamentações, nos permite montar um mosaico de informações que podem revelar desde o público alvo, os métodos de ensino, até a concepção de educação expressa por seus líderes em seus discursos.

O clube foi fundado em 28 de março de 1881 “com o fim de libertar escravos, instruir analfabetos” (Boletim N. 1 – Club dos Libertos contra a Escravidão. O Globo, ed. 18/03/1882, p. 4). A iniciativa de sua fundação foi de João Fernandes Clapp, sendo esse considerado presidente honorário, responsável por envolver toda sua família com a militância e com o trabalho dentro dessa organização. Sua primeira diretoria eleita foi composta por: Marcolino Carvalho de Queiroz, presidência; Manoel Antônio Pientzenauer, vice-presidente; Luiz Joaquim Pereira, primeiro secretário; Porphirio André Peçanha, tesoureiro; e Affonso Lopes Couto, procurador (*Gazeta da Tarde*, ed. 0076, 30/03/1881, p. 1). Um procurador em sua diretoria, assim como de outras associações, mostra o empenho para a libertação dos cativos,

muitos através de processos litigiosos. A educação também foi uma prioridade e os primeiros anúncios mencionavam a abertura de uma escola.

Figura 59 – Detalhe do jornal

HOMENAGEM À LIBERDADE
Festival em comemoração da Independência dos Estados Unidos e celebração da 1ª sessão solenne do CLUB DOS LIBERTOS CONTRA A ESCRAVIDÃO
 NO
THEATRO PHENIX NYCTHEROYENSE
PROGRAMMA
 1ª PARTE
 O hymno nacional brasileiro pela banda da Sociedade B. M. Recreio de S. Domingos.
 —
 Leitura da acta da sessão de instalação do Club.
 —
 Inauguração da escola nocturna e gratuita do Club.
 —
 Entrega de cartas de liberdade a dez de seus socios.
 —
 Poesia abolicionista por uma distincta ioven.
 —
 2ª PARTE
 O Dr. Vicente de Souza fallará por parte do Club dos Libertos Contra a Escravidão.
 —
 Em seguida será dada a palavra aos oradores populares que queiram honrar a festa americana.
 —
 Os camarotes serão occupados pelas auctoridades, familias e commissões das sociedades convidadas.
 —
 A directoria do Club pede a todos os generosos cavalheiros que comparecerem á festa a bondade de depositarem á entrada o pequeno donativo de um mil réis, em beneficio da caixa de liberdades dos seus consócios escravos.
 —
 O theatro, cedido generosamente pelo distincto cavalheiro empresario, está luxuosamente adornado com bandeiras e escudos historicos, trabalho e offerta de um distincto e modesto abolicionista, que pede para occultar o seu nome.
 A festa principiará ás 8 horas da noite do dia 4 de julho.
 Nictheroy, 2 de julho de 1881.— *Marcolino C. de Queiroz*, presidente.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Gazeta de Notícias*, ed. 00178, 03/07/1881, p. 3.

Para angariar fundos para compra de cartas de alforria, o Club realizava conferências e festivais. O primeiro a ser realizado foi em 4 de julho de 1881, a data não era neutra, pois era uma homenagem à república norte-americana, que era reverenciada em outros eventos e discursos da organização. O cônsul-geral dos Estados Unidos, convidado pela organização, mandou uma carta lida por João Clapp, na qual felicitou o Club e manifestou-se adepto às suas ideias. A figura acima mostra todo o programa do evento, iniciado pela leitura da ata de

instalação do clube, menciona a escola noturna, e, apesar do pouco tempo de funcionamento, apenas um mês e alguns dias, entregaram 10 cartas de liberdade aos seus sócios. Na segunda parte é relatada a participação de Vicente de Souza no discurso, e na parte musical participaram o professor Viriato e Cantalice.

No mesmo ano de fundação do Club dos Libertos aconteceu a abertura de sua escola. Ainda que os anúncios sobre a escola noturna e gratuita sejam colocados desde a fundação do Club, sua abertura solene ocorreu em 28 de setembro de 1881, outra data especial para o movimento, em comemoração ao decenário da Lei do Ventre Livre. A sessão foi realizada em uma sala da escola, localizada na Rua General Osório, nº 17, bairro São Domingos⁷⁸, descrita como:

modestamente ornada, tendo bancos e cadeiras de pinho de Riga, envernizados de amarelo, uma taboa de calculo, um armário para livros e mais alguns acessórios. Ornavam as paredes dois quadros grandes – um com o retrato de Washington e outro de Victor Hugo. (*O Fluminense*, ed. 0528, 30/09/1881, p. 1)

O evento foi presidido pelo Dr. Nicolau Moreira, tendo ao seu lado direito o presidente do Club, Sr. Marcolino de Queiroz, e ao seu lado esquerdo o diretor da escola, Sr. João Clapp. No discurso de inauguração da escola noturna pelo Sr. Dr. Nicolau Moreira, algumas questões podem ser levantadas:

O orador externa o que é a escravidão e diz que o trabalho que faz, é o cumprimento de um dever: **ama a liberdade e deseja que vá por terra a barreira do forte contra o fraco.**

Orgulha-se de presidir a sessão solemne, porque há factos que altamente agradam; este é um delles – mostra que os pequenos se elevam.

A criação da escola é uma necessidade; não homens que se mostrem adiantados no physico e atrasados no intellectual. O facto de hoje prova que o homem que deixa o captivo, quer a luz.

Refere que Washington e Chateaubriand diziam: instrui o povo, derramai a instrução!

Convém que todas as classes se ergam e trabalhem, porque na sociedade só se deve reconhecer duas diferenças: a do talento e da virtude. (*O Fluminense*, 30 de setembro de 1881, n. 491, p. 1, grifos da autora)

Segundo o publicado, no evento algumas cartas de alforria foram entregues e outros oradores, como João Clapp, diretor da escola noturna, e Marcolino de Queiroz, presidente do Club, proferiram discursos. Mas, foi nas palavras do presidente da sessão, como descrito anteriormente, que reconhecemos como visões importantes para se compreender os objetivos traçados com a criação da escola. Foi um discurso pautado nos valores morais e cristãos da época, trazendo questões de civilidade e moralidade, mas que iam além, mostrando que a

⁷⁸ Em 1884, o Club e sua Escola Noturna passam a funcionar na Rua Presidente Domiciano, nº 6, São Domingos, Niterói (*Gazeta da Tarde*, ed. 00300, 26/12/1883, p.3).

educação faria parte de um projeto mais amplo para libertação, não compreendendo somente a alforria do cativo. No encerramento da sessão, a palavra volta ao presidente que complementa seu pensamento:

Por último, o Sr. Dr. Nicoláo Moreira de novo tomou a palavra e agradecendo ás pessoas presentes o seu concurso, pediu aos membros do Club que fossem por adiante, porque, além da liberdade do corpo, era preciso a do espírito, e ainda mais que o homem livre precisa de saber alguma cousa afim de que **os seus direitos não sejam extorquidos e a industria beneficiada.** (*O Fluminense*, 30 de setembro de 1881, n. 491, p. 1, grifos da autora).

Palavras sobre “direitos extorquidos” e “barreira do forte contra o fraco”, destacadas no texto, nos permite questionar os objetivos políticos do trabalho educativo dessa associação, quando complementados por outras ações do clube e o posicionamento social e político dos estudantes de sua escola noturna. Com isso, podemos concluir que essa organização tinha por objetivo formar cidadãos conscientes do seu lugar e papel social e comprometidos com a transformação da sociedade.

Nessa cerimônia, os seus dirigentes tiveram a preocupação de apresentar o método de ensino a ser aplicado na instituição:

o Sr. Pedro Pinto Baptista, para expor o método de ensino de leitura que está adoptado na escola nocturna; denominado *Methodo intuitivo*, e é de autoria cremos, que do Sr. Dr. José Manoel Garcia.

O Sr. Pinto Baptista com uma dicção clara, expôz o methodo e chamando um analphabeto, ensinou alli á vista do publico e em poucos minutos, a primeira e a segunda licções, que constam das letras i, u, o, a, e, c, x, s, n, m, notando que o c, se pronunciava k, o x, xê, o n, nê e o m, mêm.

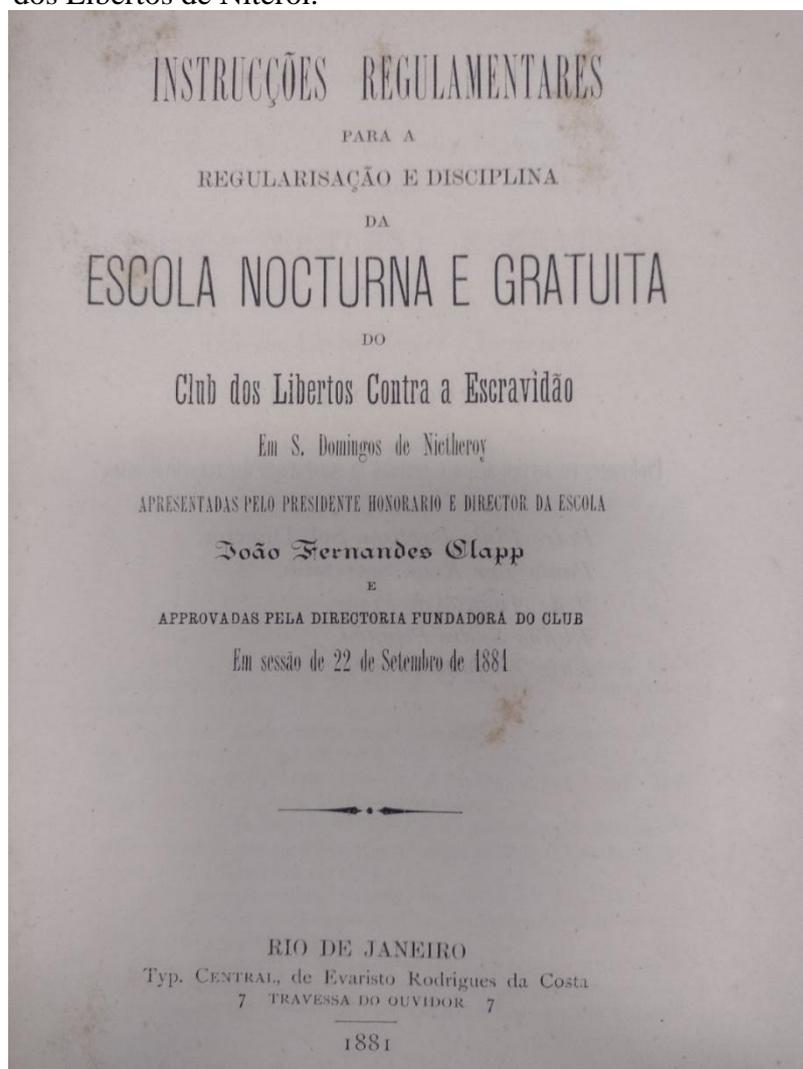
Com esses elementos, fez o alumno ler alguns nomes, taes como cama e outros. (*O Fluminense*, 30 de setembro de 1881, n. 491, p. 1, grifos da autora).

Como exposto, ocorreu uma apresentação do método e demonstração daquilo que seria empregado didaticamente na instituição escolar. O método intuitivo, de acordo com Fernandes (2016), como o próprio diz, estaria voltado para a intuição, uma intuição sensível, ligada aos sentidos e ao intelecto. Surgiu na Alemanha durante o século XVIII, se popularizando no decorrer do século XIX nos Estados Unidos e na Europa, ficou conhecido pela expressão “lições de coisas”, e no Brasil foi empregado e debatido nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Por se basear na construção do conhecimento a partir da observação e sensações geradas pelos sentidos, o uso de vários materiais didáticos, como globos terrestres, experimentações químicas, assim como a recitação nas aulas de idiomas, seriam fundamentais para esse método. Partindo dos saberes que se tinham sobre o mundo para se construir novos

conhecimentos, sempre respeitando o ritmo e as fases de aprendizagem de cada aluno. Ainda segundo o autor, esse método ganhou destaque em um contexto histórico de ampliação da escolarização, no qual se desejava imbuir na educação um caráter científico. Foi sugerido para adoção nas escolas públicas normais pela Reforma da Instrução proposta por Leôncio de Carvalho (1879). Também é interessante observar que foi considerado inovador pelos educadores da época, especialmente para educação primária, pois tinha uma perspectiva objetiva, pragmática e funcional, em oposição ao ensino tradicional, visto como abstrato, livresco e conteudista. É importante destacarmos que o Club dos Libertos não somente abria uma escola noturna, como procurava os métodos atuais e práticos para auxiliar na alfabetização de seus alunos, pensando na realidade de seu público, a maioria de trabalhadores.

A escola foi pensada e estruturada com todo cuidado e atenção, seus regimentos foram debatidos e aprovados pela diretoria do clube na sessão de 22 de setembro de 1881, e publicados pela Tipografia Central, de Evaristo Rodrigues da Costa, do qual falamos anteriormente. Nele é descrito o nome dos professores que se dedicavam ao ensino de forma gratuita: Pedro Pinto Batista, Paulo José Rosa, João Augusto de Pinho, Rufino Sodré Peçanha e Luiz Joaquim Pereira. Dividido em capítulos, o regulamento apresentava o plano de estudo, falava sobre a admissão dos alunos, sobre a frequência e disciplina escolar, dos exames, prêmios, da administração da escola e disposições gerais.

Figura 60 – Capa das Instruções Regulamentares da Escola Noturna do Club dos Libertos de Niterói.



Fonte: Biblioteca Nacional.

O regulamento previa a admissão de alunos em dois momentos distintos, no princípio do ano (de 2 a 7 de janeiro) e no meio do ano (de 1 a 8 de julho) de cada ano letivo. Para matricular-se, os pretendentes, seus pais ou tutores, no caso de menores, deveriam se dirigir ao diretor da escola (nesse momento ainda não se pensava sobre a matrícula de escravizados). Para matrícula em classes mais adiantadas, que não a primeira classe, os estudantes deveriam realizar um exame de admissão sobre as matérias das classes anteriores, regido pelas normas dos exames finais, a ser descrito a seguir.

Sobre a frequência e disciplina, o regulamento trazia recomendações sobre a assiduidade e pontualidade, assim como vestimentas e ordem nas aulas. Demarcando ponderações sobre a ordem e comportamentos dentro como fora da instituição, nos arredores do estabelecimento, prevendo punições aos alunos infratores que variavam desde uma simples advertência até uma

expulsão. Julgamos que a disciplina era de suma importância para essa organização escolar, pois nesse capítulo são estabelecidos 34 artigos. A Escola Noturna pretendia ser um exemplo de educação popular, e assim combatendo os preconceitos existentes, principalmente em relação aos alunos escravizados. Os artigos 42, 43 e 44 tratavam dos visitantes, deixando claro que as aulas poderiam ser assistidas por pessoas que não estivessem matriculadas, inclusive podendo tirar suas dúvidas com os professores. Quem seriam esses visitantes e por que regulamentar sua presença? Fazemos esse questionamento tendo em vista que a escola se mostrava aberta, independente de idade, nacionalidade, condição social, cor ou religião.

Sobre os exames, o regulamento demonstra o mesmo rigor com que trata a disciplina. Eles eram divididos em dois tipos: Exames de Habilitação e Exames Finais. Os Exames de Habilitação eram realizados em trimestres, no início dos meses de abril, julho e outubro, e os exames finais somente no dia 16 de dezembro. Para realização desses, eram nomeados pela diretoria da escola um “Jury de Exames, composto pelo Director como Presidente, dos respectivos Professores e um Membro do Club como examinadores” (*Club dos Libertos contra a Escravidão*, 1881, p. 7).

Os pontos para os exames eram matérias estudadas no período e poderiam ser realizados em um ou mais dias, conforme a necessidade. Os exames finais seriam realizados por provas orais e escritas a partir da segunda classe, ficando a primeira classe composta somente por exames orais. As provas orais seriam públicas e as provas escritas fechadas, realizadas sob a supervisão de examinador.

Seriam privados dos exames os alunos que tivessem quinze faltas durante um semestre. Como também seriam retidos na mesma classe, os alunos que faltassem aos exames de habilitação sem justificativa. Os alunos que não pudessem comparecer aos exames deveriam justificar sua falta, sendo aplicados em outro momento, mas dentro do período destinado a eles. Caso ficasse comprovado a impossibilidade de comparecimento aos exames finais, a diretoria poderia aplicar um novo exame antes do início de um novo ano letivo. Se não houvesse justificativa por parte do aluno, esse deveria repetir o ano.

Os exames de habilitação eram avaliados por uma votação, segundo esferas (brancas e pretas). Para isso, eram levados em consideração as provas orais e escritas, como também notas de aplicação e comportamento, eram os *bancos de honra*, descritos pelos professores das classes. O aluno que obtinha todas as esferas brancas era classificado como *Bom*; em caso de uma esfera preta, como *Sofrível*; e mais de uma esfera preta como *Mau*. Recebendo a classificação *Bom*, o aluno era *Aprovado com Louvor* para a próxima classe; em caso de ser

classificado como *Sofrível*, era *Aprovado com Distinção*; e sendo classificado como *Mau*, ainda que fosse em apenas uma matéria, permanecia retido na mesma classe.

Os exames finais eram realizados em duas etapas: a primeira votação decidia a aprovação dos alunos em cada matéria que fora examinado, e na segunda etapa a graduação dos que tivessem sido aprovados. Na primeira votação, tendo a maioria das esferas brancas, era considerado *Aprovado*, caso contrário era *Reprovado*, e em caso de empate, o aluno era considerado *Aprovado*. Na segunda etapa, somente para os alunos aprovados, a graduação era definida da seguinte forma: a maioria de esferas pretas significava *Aprovado*; a maioria branca, *Aprovado com Distinção*; e a totalidade de esferas brancas, *Aprovado com Louvor*.

O plano de estudos da escola foi apresentado em seu primeiro capítulo. Estabelecido em quatro anos, e cada ano dividido em classes num total de 12 classes, o primeiro e segundo anos em 4 classes, o terceiro e o quarto em duas classes cada. As matérias e lições a serem dadas em cada classe foram organizadas e exibidas ao final das Instruções Regulamentares, porém o terceiro e quarto ano, que iriam se referir da 9^a à 12^a classes, não foram definidas. Isto se explica devido ao fato de a Escola Noturna ter iniciado suas atividades com as aulas do 1^o e 2^o ano, e que esse programa de ensino poderia ser revisto e alterado ao final de cada semestre.

Para melhor visualização, construímos a tabela com as matérias e lições a serem transmitidas em cada classe.

PROGRAMA DE ENSINO		
ANO	CLASSES	DESCRIÇÃO
1 ^o ano	1 ^a Classe Leitura, escrita, aritmética e moral.	Leitura – análise dos sons da linguagem portuguesa e conhecimentos dos sinais gráficos respectivos. Leitura de palavras destacadas.
		Escrita – Formação das diversas espécies de caracteres. Escrita de palavras por cópia e sob ditado.
		Aritmética – Ideia dos números. Sua nomenclatura e seus sinais. Cálculo mental dos números inteiros.
		Moral – Preleções sobre os deveres do homem, feitas pelo professor.
	2 ^a Classe Leitura, escrita, aritmética e moral.	Leitura – Leitura de períodos fáceis. Conhecimentos dos sinais ortográficos e sua rigorosa observância na expressão dos períodos.
		Escrita – Cópia dos períodos lidos. Escrita de outros sob ditado.
		Aritmética – Cálculo mental das frações ordinárias.
		Moral – Recitação de máximas, sobre a economia doméstica e de aforismo de higiene prática.
	3 ^a Classe Leitura, escrita, aritmética e moral.	Leitura – Leitura de noções gerais sobre o homem, a sociedade, as ciências, letras e artes, e sobre o sistema administrativo do Brasil desde seu descobrimento até nossos dias.
		Escrita – Cópia dos trechos lidos e escrita de outros sob ditado.
		Aritmética – Cálculo mental de frações decimais.

		Moral – Recitação de máximas sobre a moral social e a civilidade.
	4ª Classe Leitura, escrita, aritmética e moral.	Leitura – Leitura de noções gerais sobre o universo, a indústria, invenções e descobertas, de traços biográficos de artesãos mais célebres e fisiografia do Brasil. Escrita – Cópia de trechos e escrita de outros sob ditado. Aritmética – Cálculo mental das mais simples aplicações das quatro operações das quatro espécies. Noções práticas do sistema métrico decimal. Moral – Recitação de máximas e de brocados dos direitos e deveres do cidadão brasileiro e do estrangeiro no Brasil.
2º ano	5ª Classe Língua nacional, aritmética e moral	Língua Nacional – Lexicologia e ortoépia. Análise gramatical. Leitura, recitação, cópia e escrita sob ditado de excertos de prosadores.
		Aritmética – Numeração falada e escrita. Teoria e prática dos números inteiros. Resolução de problemas.
		Moral – Noções de moral individual, de economia doméstica e de higiene privada.
	6ª Classe Língua nacional, aritmética e moral	Língua Nacional – Ortologia e ortografia. Leitura e recitação, cópia e escrita sob ditado de excertos de poetas clássicos. Análise lógica.
		Aritmética – Numeração, teoria e prática de frações ordinárias. Resoluções de problemas.
		Moral – Noções de moral individual, de economia doméstica e de higiene privada.
	7ª Classe Língua nacional, aritmética e moral	Língua Nacional – Princípios de composição portuguesa. Recitação de trechos clássicos de prosadores e poetas. Análise das virtudes e vícios de elocução contidos nos trechos recitados.
		Aritmética – Numeração, teoria e prática de frações decimais. Resoluções de problemas.
		Moral – Noções dos deveres para com outros. Regras de civilidade. Sinopse do Código Criminal do Império.
	8ª Classe Língua nacional, aritmética e moral	Língua Nacional – Exercícios de redação verbal e escrita sobre assuntos escolhidos pelo professor, mas adequados às artes ou ofícios exercidos pelos alunos.
		Aritmética – Aplicações aritméticas. História, nomenclatura, teoria e prática do sistema métrico decimal brasileiro e sua composição com os sistemas de pesos, medidas e moedas dos países que têm relações comerciais com o Brasil.
		Moral – Noções sobre os direitos e deveres do cidadão brasileiro e do estrangeiro no Brasil.
3º ano	9ª Classe	
	10ª Classe	
4º ano	11ª Classe	
	12ª Classe	

Fonte: A autora, 2023.

Ao observar os conteúdos e matérias a serem ensinadas, percebemos a preocupação com o ensino da leitura e da escrita de forma contextualizada. Consideramos que a 1ª e 2ª classes se dedicavam ao ensino dos sinais gráficos, à fonética e à estruturação das palavras, mas a partir da 3ª classe o ensino da leitura e da escrita eram dinamizados por noções sobre o homem, a sociedade, ciências, artes, indústria, noções sobre a história e geografia brasileira, entre outros.

Além de alfabetizar, essas temáticas auxiliavam na formação geral desses indivíduos, estimulando uma visão mais crítica da própria realidade social. A partir do segundo ano (5ª classe), percebe-se uma atenção ao estudo da ortografia e pronúncia das palavras de forma culta, envolvendo clássicos, prosadores e poetas, estimulando o domínio dos alunos, pertencentes da classe popular, uma aproximação com as normas cultas da linguagem.

Outro ponto a ser destacado no programa de ensino são os conteúdos pertencentes à Moral. De acordo com Souza e Torres (2013), o programa do Club dos Libertos seguia o padrão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, se diferenciando somente na inexistência das matérias correspondentes à Religião, que estariam inseridas na disciplina Moral pela Sociedade. No Club, conteúdos sobre o homem, sociedade, higiene, economia e civilidade foram priorizados, e sinalizamos a ênfase aos direitos dos cidadãos brasileiros e estrangeiros, como a sinopse do Código Criminal do Império. Assim, os estudos sobre o cristianismo e referências bíblicas foram retirados do seu ensino. Concluímos, através dessa análise, que a laicidade do ensino era algo desejado pelo grupo, e servia para o combate de preconceitos religiosos que o ensino de uma única religião poderia favorecer. De igual forma, as referências sobre os direitos de cidadãos brasileiros e estrangeiros poderiam auxiliar no convívio de pessoas de nacionalidades diferentes.

O regulamento também previa prêmios para os melhores resultados. Os alunos que se dedicassem aos estudos e tivessem bons comportamentos recebiam, ao final de cada mês, um *bilhete de satisfação*. Ao final do trimestre, os alunos que tivessem resultado *Bom* nos exames de habilitação e em todas as matérias, receberiam lugares de honra nos bancos das classes. Para aqueles que conservassem seus lugares de honra no próximo trimestre, teriam seus nomes inscritos no *quadro de honra*. O júri de exames também concedia prêmios em livros para os alunos que fossem aprovados com distinção e ocupassem em todos os trimestres os lugares de honra na classe. De igual forma, eram concedidos prêmios pecuniários aos alunos aprovados com louvor e que tivessem permanecidos nos lugares de honra em todos os trimestres. O valor dos prêmios pecuniários era estabelecido pela diretoria e depositado em uma caderneta da Caixa Econômica. O regulamento também previa sessões solenes para distribuição dos prêmios a ser presidida pelo presidente do Club.

No jornal *O Fluminense*, do dia 13 de dezembro de 1882, descreve-se a cerimônia de encerramento das aulas com a premiação de alunos da sua escola noturna. A cerimônia ocorreu no dia 10 de dezembro, tendo início às 8 horas e terminando às 10 horas da noite, no edifício da escola, e, segundo a descrição, contou com um grande público que lotou as estruturas do

prédio, e tendo a participação de diversas associações abolicionistas e artísticas, além das redações de diversos jornais (*Jornal do Comércio, Globo, Revista Ilustrada, Folha Nova e Gazeta da Tarde*). Dentre as premiações, chama a atenção quatro alunos na condição de escravizados, a saber: Gentil, Balbino, Henrique e Abel da Conceição. O anúncio deixa claro essa condição, mostrando que mesmo em situação social desprivilegiada tiveram bons resultados em seus estudos e foram dignos de premiação. Uma ocorrência em particular foi apresentada:

O caso que entusiasmou mais o auditorio foi uma carta de liberdade, passada pelo Sr. Dr. Manoel Vieira da Fonseca ao seu escravo Abel (...)

Eis a carta do Sr. Dr. Vieira da Fonseca ao Sr. Clapp:

<< Patilhando e applaudindo a emoção produzida na festa do *Club dos Libertos* de Nictheroy, do dia 08 do corrente, no theatro *Recreio Dramático*, quando V. S., digno presidente d'este *Club*, ao entregar a carta á libertanda Idalyne assignalou a acção meritória do alumno Abel, de sua escola nocturna, o qual tendo de mim promessa de liberdade preferio que essa liberdade se dessa logo á mesma Idalyne – sua mai, communico a V. S. que considerando que homem de tão louváveis sentimentos não deve continuar na deprimente condição do captiveiro, cujos os grilhões, aliás este nunca sentio, senão pelas duras contingências da lei, que infelizmente faz parte do nosso direito, jamais de facto, pois sempre tratado na razão de seu bom comportamento e qualidades, declaro livre desde já. E também posto que não disponha de fortuna e tenha já alforriado gratuitamente seis escravos, inclusive a avó do dito alumno, desejando distinguir exemplo tão edificante, como praticou Abel, peço a V. S. que o apresente á escola nocturna como homem livre, que hoje tenho o prazer de fazer entrar no grêmio dos cidadãos brasileiros com o nome honrado e estremecido pelos sinceros operarios da emancipação, pharoi brilhante, norte almejado da patria, que tem por orgãos os inspirados filhos da liberdade !... (*O Fluminense*, 13 de dezembro de 1882, n. 714, p. 2)

O discurso empolgado apresentou Abel não somente como um ser agraciado pela bondade alheia, mas como sujeito que, apesar das condições adversas, abriu mão de sua liberdade em prol de sua mãe. Ele frequentava a escola noturna, tendo reconhecido seus esforços educacionais e foi um dos alunos premiados na cerimônia. Isto mostra que além dos discursos das lideranças, havia indivíduos que empregavam de sentido e significados as ações do grupo: “Mulheres e homens, negros e mestiços, que ao contrário de serem “anômicos” ou “vítimas” do sistema, participaram ativamente dele, e nele se constituíram enquanto sujeitos individuais e coletivos” (VILELLA, 2013 p. 2). Isto revela o quanto essas pessoas devem ser reconhecidas como sujeitos sociais articulados em torno dessas organizações, e que essas poderiam ser espaços de identificação e visibilidade.

Diante dessa premiação, observamos que a organização passou a nomear as premiações com os nomes das lideranças abolicionistas. Entre as personalidades homenageadas pelos prêmios dessa sessão, destacamos: Ubaldino do Amaral, Nicolau Moreira, Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, André Rebouças, Alberto Victor, General Osório, Visconde do Rio Branco e uma mulher, Alice Clapp. Ela era filha de João Clapp, e se destacava na luta

abolicionista da época ainda que muito nova, com apenas 11 anos, traduziu o *Catecismo do Bom Republicano* e participava ativamente dos eventos e festivais abolicionistas. Ter o nome de Alice Clapp, junto com esses homens que militavam pela causa é expressivo, corroborando para a reflexão do papel social e político das mulheres dentro das organizações abolicionistas e o papel reformador do movimento.

Em pouco tempo de funcionamento o Club dos Libertos conquistou um grande número de sócios, de ambos os sexos e nacionalidades, chegando ao número de 464 em menos de um ano de funcionamento. Desses, 26 sócios e sócias foram libertados em sua primeira sessão solene. Havia uma caixa para depósito dos pecúlios de seus sócios escravizados, a Caixa Econômica Perseverança Brasileira⁷⁹, tendo João Clapp como diretor e que contava com representantes do governo para atestar sua idoneidade. A organização realizava eventos, recebia doações e esmolava para arrecadação de fundos a serem aplicados para libertação dos escravizados, auxílio aos sócios doentes e manutenção da Escola Noturna.

Todas essas informações foram divulgadas pela imprensa no primeiro boletim realizado pelo Club. Nele temos acesso ao número de sócios, valores depositados na Caixa Econômica Perseverança Brasileira, o valor gasto com cada libertação realizada, nomes dos escravizados/as e seus respectivos senhores/as, processos de libertação em litígio (nomes de escravizados/as e seus senhores/as), um balancete com toda movimentação financeira e ainda dados sobre a escola noturna.

Na escola, o boletim informa a existência de 84 alunos que pertenciam a diversas classes, condições e nacionalidades, recebiam escravizados, libertos e livres independente da origem. Sua diretoria era formada por João Clapp, diretor; Pedro Pinto Baptista na vice-direção; e Paulo José Rosa como secretário. Contava com o auxílio de seis professores de forma voluntária: João Augusto Pinho, Pedro Pinto e Paulo José Rosa como efetivos, e os adjuntos Jeronymo Marques Motta, Antônio Joaquim de Araújo e Abel da Fonseca⁸⁰.

⁷⁹ A Caixa Econômica Perseverança Brasileira funcionava na Rua do Ouvidor, nº 81, administrando recursos do clube e de outras organizações. A Caixa tinha uma comissão com representantes do governo para apreciar suas atividades, sendo testemunha de suas operações e defendendo os interesses de seus associados e o cumprimento de seus estatutos, mesmo que isso não tivesse uma obrigatoriedade legal, nomeado pelo Barão de Paranapiacada, João Cardoso de Meneses e Sousa. Isso permitia que seus anúncios mencionassem a garantia do governo imperial, mas não os afastou de sofrerem ataques e denúncias pela imprensa, o que gerou uma investigação.

⁸⁰ Supomos que Abel da Fonseca seria o escravizado Abel da Conceição, libertado na sessão de premiação em dezembro de 1882, o qual passaria a adotar o sobrenome “Fonseca” de seu senhor.

um resumo sobre o perfil dos seus alunos. Apesar do número de alunos ser igual ao mencionado no Boletim, entendemos que não é o mesmo, tendo em vista a divergência com relação aos totais de livres, escravizados e libertandos. Esse registro era feito em uma tabela que continha os seguintes campos: número de matrícula, nome, nacionalidade, idade, profissão, classe e condição.

O padrão de campos para registro dos alunos é praticamente o mesmo entre o Club dos Libertos e uma escola pública do período, que nesta tese tomamos por base a Escola Municipal de São Sebastião, que também possuía um curso noturno, cujo documento se encontra disponível para consulta no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Tendo no campo nacionalidade a informação sobre a origem dos alunos, e a confirmação de que a instituição pública também atendia estrangeiros, incluindo africanos.

É interessante observamos que apesar do clube ter libertado um número expressivo de escravizadas, algumas junto com seus filhos (das 26 libertações descritas em seu primeiro boletim, pelo menos quinze eram mulheres). A instituição estava aberta a receber sócios de ambos os sexos, porém sua escola estava destinada aos homens. Como pudemos observar anteriormente, a educação feminina ainda gerava debates, assim como seus programas de ensino que traziam conteúdos específicos para o ensino de mulheres.

No campo nacionalidade era registrado o local de origem, como Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia, Portugal, África, entre outros. Verifica-se uma predominância de pessoas do Rio de Janeiro (53 indivíduos), com um número relevante de estrangeiros (16). O campo idade nos permite verificar os atendimentos a crianças a partir dos 7 anos, e o aluno mais velho com 53 anos. Quem eram essas crianças e quais as necessidades que a faziam estudar numa escola noturna? Essa é uma questão que se aplica também às escolas públicas, visto que crianças também frequentaram essas instituições, conforme verificado no mapa de matrícula do curso da Escola Municipal São Sebastião, em que consta as matrículas a partir de 16 de setembro de 1884 até 1888. Ambas contrariam a Regulamentação da Instrução de 1876, ao declarar que as escolas diurnas estariam voltadas para o atendimento de alunos entre 7 e 12 anos, já as escolas noturnas ficava vedado o acesso aos alunos menores de 15 anos, “salvo autorização concebida pelo diretor da instrução e solicitada pelo respectivo inspector do districto” (RIO DE JANEIRO (Província), 1877b, p. 301). Esse instrumento legal deixava uma lacuna para o atendimento dos indivíduos entre 12 e 15 anos, que estariam fora da idade compreendida como ideal.

Figura 62 – Mapa de matrícula do Club dos Libertos Niterói.

Nº	Nome	Data	Outros
1	Antonio de Jesus	12.01.1808	
2	Antonio de Jesus	12.01.1808	
3	Antonio de Jesus	12.01.1808	
4	Antonio de Jesus	12.01.1808	
5	Antonio de Jesus	12.01.1808	
6	Antonio de Jesus	12.01.1808	
7	Antonio de Jesus	12.01.1808	
8	Antonio de Jesus	12.01.1808	
9	Antonio de Jesus	12.01.1808	
10	Antonio de Jesus	12.01.1808	
11	Antonio de Jesus	12.01.1808	
12	Antonio de Jesus	12.01.1808	
13	Antonio de Jesus	12.01.1808	
14	Antonio de Jesus	12.01.1808	
15	Antonio de Jesus	12.01.1808	
16	Antonio de Jesus	12.01.1808	
17	Antonio de Jesus	12.01.1808	
18	Antonio de Jesus	12.01.1808	
19	Antonio de Jesus	12.01.1808	
20	Antonio de Jesus	12.01.1808	
21	Antonio de Jesus	12.01.1808	
22	Antonio de Jesus	12.01.1808	
23	Antonio de Jesus	12.01.1808	
24	Antonio de Jesus	12.01.1808	
25	Antonio de Jesus	12.01.1808	
26	Antonio de Jesus	12.01.1808	
27	Antonio de Jesus	12.01.1808	
28	Antonio de Jesus	12.01.1808	
29	Antonio de Jesus	12.01.1808	
30	Antonio de Jesus	12.01.1808	
31	Antonio de Jesus	12.01.1808	
32	Antonio de Jesus	12.01.1808	
33	Antonio de Jesus	12.01.1808	
34	Antonio de Jesus	12.01.1808	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 63 – Continuação do mapa de matrícula do Club dos Libertos Niterói.

The image shows a handwritten document with a grid structure, likely a school enrollment map. The text is written in cursive and is organized into several columns and rows. The document is aged and has some damage, including a large tear in the center. The text is organized into several columns and rows, with some numbers and names visible. The document is titled 'Continuação do mapa de matrícula do Club dos Libertos Niterói'.

Alunos		Professores	
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto relevante dentro do mapa de matrículas do Club dos Libertos é a condição. Nesse campo é descrito se os alunos matriculados eram livres, escravos ou libertandos, categoria esta que acreditamos ser de escravo em processo de libertação. Desses, temos 62 livres, 21 escravos e 1 libertando. Esse campo é um diferencial se compararmos ao livro de matrículas da Escola Municipal de São Sebastião, em que a condição social não é

mencionada, nem há menção sobre cor/raça dos alunos. Se pensarmos numa escola abolicionista, voltada à instrução de negros livres e libertos, talvez a informação mais relevante seria a condição de livres ou escravos. Mas, dentro de uma escola pública, as informações sobre cor/raça ou condição social teriam outros significados. De acordo com a pesquisa realizada por Mattos (2013), houve um silêncio em relação às cores do povo brasileiro em documentos oficiais na segunda metade do século XIX. Se na primeira metade desse século, a liberdade era um atributo somente de homens brancos, na segunda metade há modificação desse cenário. O crescente número de negros e mestiços, libertos e seus descendentes livres, principalmente no sudeste brasileiro, muda a perspectiva de homens livres, associada a homens brancos. Afirmando que em 1872, em certas localidades do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o número de negros e mestiços era superior ao número de escravos e até à população branca recenseada (Idem, p.45), o que foi silenciado em documentos públicos oficiais, gerando um embranquecimento, visto que a referência à liberdade no período era a branca.

Esta visão também é reforçada por Santos, ao observar os relatórios da Instrução da Província do Rio de Janeiro:

Os Relatórios, ao remeterem sempre a expressões genéricas como “popular” ou “todas as classes”, acabavam por tornar invisível e silenciar essa parte significativa da população que frequentava – ou deveria frequentar – a escola elementar: os libertos pardos e pretos.

Ainda assim, é possível supor, a despeito desse “silêncio embranquecedor”, que a população livre afrodescendente estava presente nas escolas públicas mantidas pelos cofres da Província do Rio de Janeiro nas décadas oitocentistas, o que implica a possibilidade de desnaturalizar a visão dominante que, ao igualar essa população de pardos e pretos como escravos, procede em seu deslocamento do espaço escolar público, vedado aos cativos pelos Regulamentos da Instrução do século XIX. E, ao fazer tal movimento, não permite compreender, de forma mais substantiva, inclusive, o projeto das elites dirigentes na Província do Rio de Janeiro: disciplinar, moralizar e controlar as classes populares por intermédio da instrução nas escolas públicas. (SANTOS, 2017, p. 254, grifos do autor).

E essa invisibilidade ou silenciamento é contrastado ao olharmos o documento produzido por esta organização escolar abolicionista, voltada prioritariamente para a instrução de negros, livres, libertos ou escravos, e se mostrava aberta a outras nacionalidades, não fazendo distinções entre cor ou religiões.

Em seu segundo boletim, referente ao período de 01/03/1882 a 30/09/1882, foram libertadas doze pessoas, as quais o Clube fazia questão de mencionar seus nomes e seus senhores, e ainda a informação sobre as cartas de liberdade em litígio (cinco escravizados/escravizadas). A instituição ressaltava a humanidade desses indivíduos ao mencionar seus nomes, e ainda destacava os seus respectivos senhores e a quantia paga a cada

um desses, demonstrando que houve uma transação financeira, e era uma conquista dos/as escravizados/as auxiliada pela organização.

Através da análise de seu boletim, verificamos que sua principal fonte de receitas era dada por seus sócios, através de donativos e de pagamentos de mensalidades, e a principal despesa era com as cartas de liberdade. Percebemos também que a organização auxiliava financeiramente não somente seus sócios como outros abolicionistas, conforme descrito em seu boletim n. 2, quando houve uma doação para o túmulo de Fagundes Varella, a compra de uma coroa de flores para Ferreira de Menezes e uma ajuda financeira à família de Luiz Gama (*Club dos Libertos*, Boletim N° 2, 1882).

Sobre o amparo do Club aos seus sócios e sócias, foi oferecida toda a assistência que conseguiu no período. Um médico, o Dr. Continentino Junior, diretor do Hospital São João Batista de Niterói, ofereceu aos sócios e alunos da Escola Noturna atendimento gratuito. Por isso, um grupo de alunos da escola ofereceu um “mimo” em sinal de gratidão ao profissional (*Gazeta da Tarde*, ed. 00171, 28/07/1882, p. 2).

O número de alunos matriculados na escola subiu para 114, reforçando que atendia a escravizados, libertos e livres, descritos como “em geral, bem morigerados e inteligentes”, com um pequeno número de professores que lecionavam de forma gratuita. De acordo com seu boletim: “O club tem conseguido (fora da política) arredar da vadiagem, e talvez da prática do crime, um grande número de homens e crianças que frequentam a sua escola e a restituição da liberdade a 34 criaturas que viviam na hedionda escravidão” (*Club dos Libertos*, Boletim N° 2, 1882).

O Boletim nº 3, publicado pelo Club dos Libertos na *Gazeta da Tarde*, traz seu balancete do período de 30 de setembro de 1882 a 30 de setembro de 1883, e não apresentou informações sobre sua escola noturna. A centralidade desse Boletim está em quarenta cartas de liberdade entregues pelo Club em um período de um ano, porém a diferença dos demais boletins é a descrição dos nomes de juizes e escrivães envolvidos nas liberdades, destacando seus serviços e agradecendo a atuação de magistrados, que “não tocaram a candidez de suas togas, pelo mesquinho interesse das posições commodas” (*Gazeta da Tarde*, 06/10/1883, p. 2). Essa era uma forma de incentivar um posicionamento mais favorável aos escravizados por parte do poder judiciário, como também questionaram o governo sobre o fundo de emancipação e os valores das negociações:

O termo médio de cada uma destas cartas obtidas e juízo e fora d'elle, foi de 300\$00. O pessoal destes escravos que vemos de resgatar da pirataria, é notável pela robutez, e aptidão para o trabalho.

Chamamos a atenção publica para esse facto.

O governo que tem á sua disposição prestígio official, deve volver as suas vistas para este quadro, e obrigar os seus auxiliares a não fazerem do fundo de emancipação o capital de uma casa de comissão para compra de escravos velhos e imprestáveis, por preços fabulosos. Nós os perseguidos, os calumniados, que conseguimos pela pressão moral reduzir consideravelmente o preço da mercadoria humana, temos o direito de exigir que se faça justiça e cumpra a lei. (*Gazeta da Tarde*, 06/10/1883, p. 2).

Em outro momento, a questão dos valores pagos pelo governo por alforrias já havia sido levantada, e a comparação e o exemplo do Club dos Libertos citado. A relação de mais 32 processos de liberdades em litígio, ressaltando o empenho do Club nas libertações, assim como a divulgação desses boletins, davam credibilidade ao trabalho desenvolvido pelo Club dos Libertos.

A educação para o trabalho foi outro campo de atuação do Club dos Libertos. Em 31 de maio de 1882, no referido jornal, temos um anúncio solicitando doações para a criação de uma oficina de trabalho destinada aos ingênuos para ensinar encadernação e pautação. O texto destaca a atuação dessa organização e seu compromisso com a instrução, citando a escola primária gratuita onde eram atendidos mais de cem alunos. Além disso, coloca a alforria, a educação e a capacitação para o trabalho com um tripé em prol da plena emancipação:

Libertar dos escravos, é uma acção digna de freqüentes applausos; instruilos, depois de libertados, é continuar heroicamente a obra começada, pois a nova acção representa o facto do emancipar o espírito após a libertação physico; dar uma profissão honrosa e útil, é coroar dignamente o sacratíssimo empreendimento. (*O Fluminense*, 31 de maio de 1882, n. 631, p. 2).

Já em 2 de junho de 1882, na seção Kaleidoscopio do mesmo jornal, houve menção honrosa pelo intuito de criação da oficina mencionada, para atendimento de “ingênuos e libertos desprovidos pela lei”, enfatizando sua atuação na libertação, educação e inserção social:

O Club dos Libertos vae inaugurar uma officina de encadernação e pautação e admittirá n'ella os ingênuos e libertos, desprovidos pela lei.
Essa nobre instituição, elevada a esforço individual, tem conquistado geraes syimpathia e vae progredindo diareamente.
Depois da installação da sociedade, tratou-se de ensinar a ler aos libertos ; agora trata-se de dar-lhes um meio de conquistar o pão quotidiano.
Depois da liberdade – a escola!
Depois da instrucção – a officina!
Libertar, instruir e dar trabalho – eis o programa do Club dos Libertos.
Abraçar o captivo, aviltado e cego; libertal-o e instruil-o ; ensinar-lhe um officio e entegal-o a pátria, útil, honesto e intelligente. (*O Fluminense*, 2 de junho de 1882, n. 632, p. 1)

O interesse pedagógico dessa instituição também é demonstrado através da Conferência Pública sobre o método Froebel, para educação da infância:

Conferencia publica
No domingo dia 16 do corrente, ao meio dia, no salão da escola Club dos Libertos, á rua Guarany n. 11, o illustrado médico Dr. Domingos de Almeida, fará uma conferencia sobre o methodo intuitivo de Froebel, para a infancia, dos jardins das crianças, exhibindo os brinquedos de que servia o mesmo Froebel.
O illustrado e humanitário conferente, honrando o Club com sua visita, pede a todas as pessoas que se dignarem ouvil-o de, depositarem nas mãos da commissão de crianças que estará á porta do edificio, qualquer esportula, para auxilio da liberdade dos escravos e da inscctrução dos ingênuos. – O secretario do Club, *Pedro P. Baptista*. (*O Fluminense*, 12 de julho de 1882)

A palestra tinha por objetivo apresentar a metodologia froebeliana e também foi utilizada como uma forma de arrecadação de fundos para causa abolicionista. Um grande

número de participantes é mencionado no artigo publicado em 19 de julho de 1882, no qual a referida conferência é descrita: “A concorrência foi numerosa não só de cavalheiros, como também de senhoras e crianças” (*O Fluminense*, 19/07/1882, n. 651. p. 2) A adesão ao evento poder ser analisada por dois ângulos: o primeiro, de que a causa abolicionista, mais precisamente dessa associação, pudesse ter impulsionado o comparecimento para ajuda financeira à causa, o que poderia ser realizado por outros meios, não necessariamente através da presença na conferência; e o segundo, o interesse pelo tema educacional e a educação na infância. Não podemos esquecer que esse é um momento singular de efetivação do espaço escolar, como um lugar para o desenvolvimento da educação frente a outros modelos.

Havia, ainda, a possibilidade da implantação desse método, em uma creche que o Club dos Libertos pretendia fundar, para atender os filhos de escravos e libertos pensando na necessidade do trabalho pós-libertação, como também no desenvolvimento das crianças. Fato este verificado nas palavras do Dr. Domingos e publicado no jornal:

(...) Saúdamo o Club, fez vótos para que seja a sua Escola a primeira a crear n'esta capital um Jardim da Infancia.

(...) Froebel formou um método para guiar o homem da infância a virilidade.

Para isso estudou a criança desde o berço: notou que a atividade era a primeira manifestação.

Os órgãos dos sentidos não escaparam a sua atenção considerando que era necessário educá-los.

Nos primeiros anos, é a mãe que se encarrega de tudo isso. (...) O ensino por esse sistema é dado nos Jardins da Infância.

As pessoas pobres, pelos labores da vida, não podem cuidar da educação dos filhos: então criaram estes lugares para crianças de dois a sete anos, para permanecerem da manhã até a tarde. (*O Fluminense*, 19 de julho de 1882, n. 651, p. 2).

No decorrer da explanação, o conferencista esclarece alguns pontos relevantes sobre essa metodologia, apresentando o espaço físico do Jardim de Infância, com suas salas, seus móveis e utensílios, espaços para ginástica e natação, chegando até a indicar a decoração das paredes com estampas e objetos que auxiliassem na educação. Os brinquedos usados no método utilizaram texturas, cores e formas variadas a fim de trazer ludicidade ao processo educacional e auxiliar no desenvolvimento sensorial e cognitivo.

Percebemos uma iniciativa de investimento na educação da população negra desde a primeira infância, e um esforço da instituição em buscar um embasamento didático para suas ações educativas. De acordo com Villela, essa conferência é algo inovador, visto que:

A primeira referência que consta na historiografia da educação sobre a utilização do método Froebel em jardins de infância, no Brasil, data de 1896, por ocasião da fundação do primeiro Jardim de Infância na cidade de São Paulo, anexo à Escola

Normal Caetano de Campos. Entre a palestra do Dr. Domingos no Club dos Libertos e a implantação do método de Froebel no jardim de infância paulistano passaram-se exatamente 14 anos, ou seja, pode-se dizer que o grupo abolicionista niteroiense representava uma vanguarda em vários sentidos, inclusive em relação ao pensamento e propostas educacionais. Esse envolvimento com a causa educacional, voltada para escravos e alforriados, também representou a abertura de um espaço singular para o questionamento das práticas pedagógicas, dos processos de aprendizagem no Brasil, sobretudo no século XIX.

De acordo com a autora, não foi possível comprovar a efetivação do método no atendimento de crianças negras, mas sim um grande interesse pela temática.

Com todas essas ações, a atuação do Club dos Libertos era respeitada e contava com a colaboração de outras organizações associativas, como o *Congresso Litterario Guarany*, instituição que sempre apoiava seus eventos. Isso através de contribuições financeiras, de doações, mas também na participação de palestras e eventos sociais, tendo inclusive o apoio de agremiações carnavalesca (*Gazeta de Notícias*, ed. 0050, 19/02/1882, p. 4). Era uma rede de sociabilidade que contava com o apoio de diversos abolicionistas da época, principalmente os contatos de João Clapp, diretor da escola, José do Patrocínio, André Rebouças e Joaquim Nabuco.

A escola do Club ganhou reconhecimento social, chamando a atenção do poder público. Uma comissão da sociedade esteve diante do imperador e entregou seus estatutos. No mesmo da sua fundação, foi criado o projeto 2.930 pelo Deputado Luiz Carlos Fróes da Cruz a fim de conceder à escola do Club a subvenção anual de 600\$000, e entrando em debate na Câmara. De igual forma, antes de completar um ano de funcionamento o Ministro do Império ordenou ao inspetor geral da instrução primária e secundária do município da Corte que enviasse à escola do Club objetos retirados das escolas públicas, além de móveis e duzentos compêndios (*Gazeta de Notícias*, ed. 00015, 15/01/1882, p. 2; Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1881, p. 39).

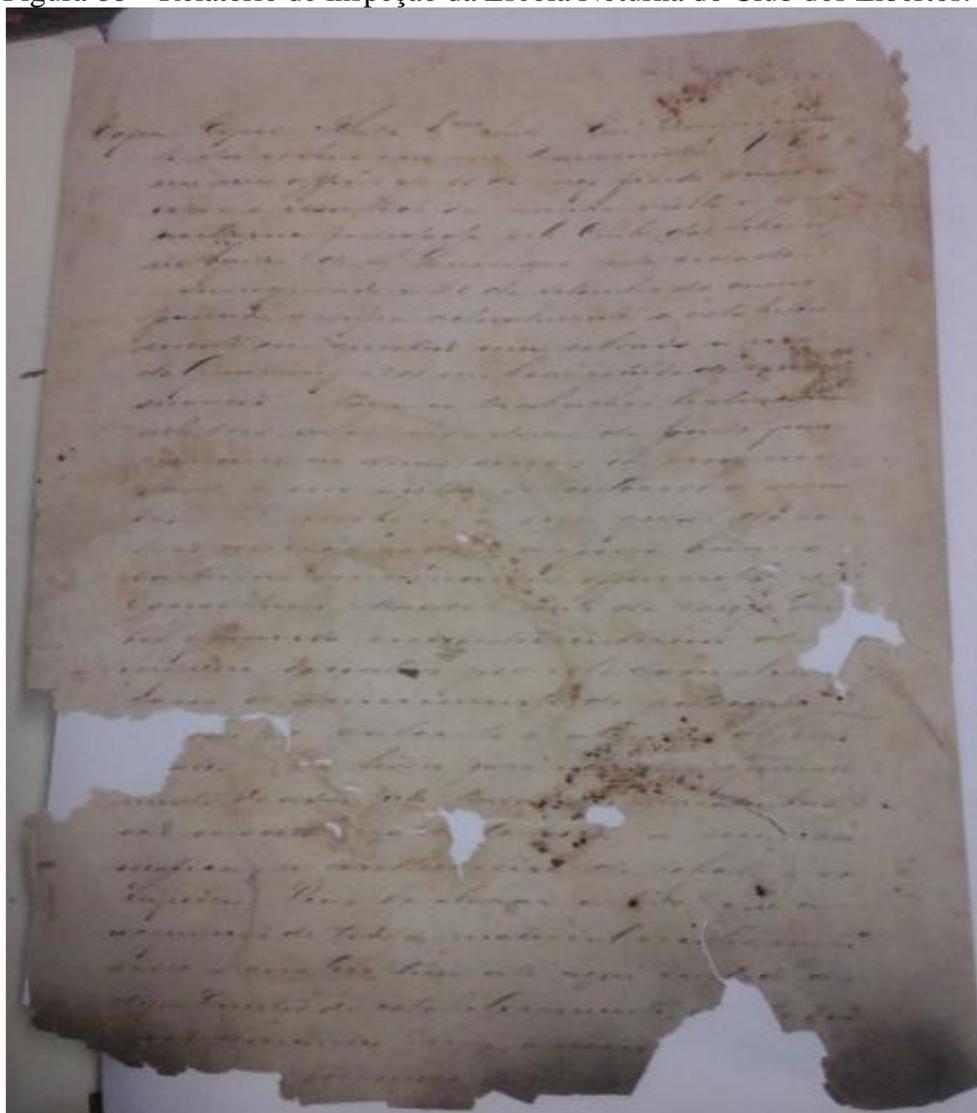
Outro fato relevante é a visita de um inspetor da instrução à escola, relatada em um relatório sobre essa visita. Deduzimos que tal fato foi em decorrência do debate estabelecido na Câmara dos Deputados para subvenção da escola, pois os deputados solicitaram à diretoria de instrução pública e da fazenda que se posicionassem sobre o projeto. Segundo o estudo de Santos (2017), a Inspeção da Instrução na Província do Rio de Janeiro estava voltada para fiscalização das escolas públicas e das escolas subvencionadas⁸¹, enquanto as escolas particulares tinham uma atenção diferenciada e um menor controle e fiscalização do Estado.

⁸¹ As subvencionadas eram escolas particulares que recebiam um auxílio do poder governamental para atender alunos carentes. Dessa forma, mereciam fiscalização dos órgãos públicos.

Visto que, como descrito pelo autor, o número de inspetores não daria conta de fiscalizar todos os estabelecimentos públicos de ensino, os subvencionados, no qual o dinheiro público era destinado, e ainda as escolas particulares. Nesse relatório, a instituição foi elogiada e seu trabalho reconhecido como importante para o desenvolvimento da instrução de todas as classes, se colocando favorável ao projeto:

Com o officio de secretário do governo datado de 30 de Dezembro de 1881 e lido a 17 do corrente, veio a informação pedida sobre esse projecto, e dada pelo director da instrucção em officio de 26 daquelle mez, na qual se lê: << Parece-me que, por interesse da instrucção de todas as classes da sociedade, será de vantagem a disposição legislativa, não imperativa, mas facultativa, autorizando o governo para conceder a subvenção e consignando logo os meios para fazê-la effectiva.>>
<<Em vistas destas informações são as comissões da fazenda provincial e da instrucção publica de parecer que o projecto n. 2.930 entre na ordem dos trabalhos. (Annaes da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, 1882, p. 83).

Figura 66 – Relatório de inspeção da Escola Noturna do Club dos Libertos.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Não temos como afirmar a aprovação desse projeto. Mas, sabemos que essa instituição não teve somente elogios e reconhecimentos, seu funcionamento também gerava críticas e questionamentos.

Logo após a fundação da organização, seus estatutos foram criados e encaminhados para aprovação do governo imperial. Em 9 de abril de 1881, a *Gazeta da Tarde*, na seção “Livros e Impressos”, mencionava os *Estatutos do Club dos Libertos contra a Escravização de Niterói*, porém, infelizmente, não encontramos nos arquivos pesquisados essa publicação. A organização continuou seus trabalhos normalmente até que em junho de 1882, o presidente da Província do Rio de Janeiro não aprovou seus estatutos e seu funcionamento, conforme o despacho a seguir:

Club dos Libertos Contra a Escravidão, submettendo á aprovação os seus estatutos e regulamento da escola gratuita que mantem. – Não autoriso a funcionar a associação – Club dos Libertos Contra Escravidão – em face de sua própria organização. Considerando que escravos não podem fazer parte da sociedade, pactuando como se libertos fossem, com representação jurídica ante o publico e os poderes do Estado, com direitos e obrigações definidas na lei organica da sociedade; que não adquirem peculio senão nos termos do art. 4.º da lei de 28 de Setembro de 1871 e com o destino e sob as clausulas da própria lei, como largamente dispõe o regulamento de 13 de Novembro de 1872, no capitulo 3.º, nada podendo adquirir por seu trabalho e economias sem o consentimento do senhor; que as doações, legados, heranças e economias constituem a origem do peculio, ficando este sob a immediata do juizo de órfãos, na forma dos arts. 48 e 53 do já citado regulamento; que as sociedades emancipadoras, como preceituam o art. 5.º da já referida lei, e 69 e 70 do seu regulamento, gozam de privilégios, contrahem obrigações e ficam também sujeitas ao juízo de órfãos; nego a minha aprovação aos estatutos em suas disposições fundamentaes contrarias á lei e ao direito. (*Diário do Brazil*, ed. 00134, 15/06/1882, p. 2)

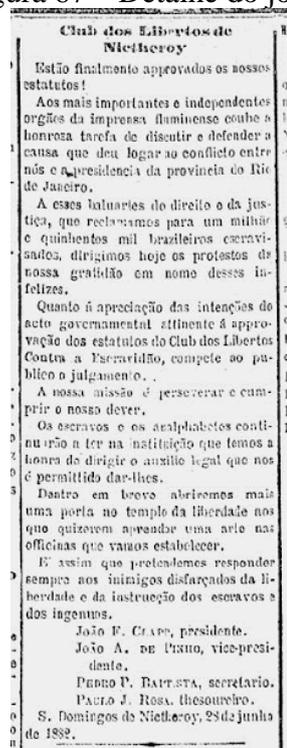
A argumentação principal do governo para indeferir a petição do Club era a impossibilidade de escravos participarem da sociedade sem o consentimento de seus senhores, “como se libertos fossem”, além de questionar o depósito de seus pecúlios. Os veículos de imprensa se levantaram em defesa do Club, principalmente a *Gazeta de Notícias*, pontuando alguns argumentos sobre o despacho do Presidente da Província. O primeiro tópico foi a postura severa negando sua aprovação e o funcionamento do Club, sem antes solicitar a reforma dos estatutos em atendimento aos critérios legais levantados. Em segundo lugar, o próprio embasamento legal utilizado é interpretado de outra forma:

Antes de tudo, convém estabelecer o seguinte: que o regulamento de 13 de novembro no seu capítulo III, o citado pelo Sr. presidente da província, não preceitua que o escravo poderia adquirir (por seu trabalho e economias) desde que o seu senhor n’isso não consentisse; e contra tal interpretação levantar-se-hia o próprio regulamento no art. 56, quando diz que <<o escravo que, por meio de seu pecúlio, puder idemnisar o seu valor, tem direito á sua alforria>> e portanto mesmo contra a vontade de seu senhor.

O que se lê no art. 48 do cap. 3 do regulamento em questão, é o seguinte: << É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações legados e heranças, e com o que por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economia>>. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00165, 15/06/1882, p. 1).

Porém, a alegação apresentada pelo jornal continua declarando que bastaria uma modificação no primeiro artigo, que para filiação de escravizados fosse “necessário consentimento de seus senhores”, e finaliza argumentando que essa ação servia para “provar mais uma vez que a lei de 28 de setembro precisa ser retocada, para que não seja ella mesmo um obstáculo ás sociedades que procuram interpetal-a e pól-a em prática – as associações emancipadoras” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00165, 15/06/1882, p. 1). O Club se manifestou, desmentindo os boatos que não continuaria a funcionar e admitindo que iria recorrer da decisão (*Gazeta da Tarde*, ed. 00137, 16/06/1882, p. 1). A repercussão dessa questão fez com que o presidente da Província justificasse seu ato perante a imprensa. Ao recorrer, a instituição fez algumas alterações em seus estatutos, e em 26 de junho de 1882 seus estatutos e seu funcionamento foram aprovados pelo Governo da Província.

Figura 67 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta de Notícias, ed. 00178, 29/06/1881, p. 2

Torres e Souza (2013) descrevem parte dos estatutos do Club, nos quais a libertação e instrução estavam como seus principais objetivos:

Art. 1º. O Clube dos Libertos Contra a Escravidão, fundado em S. Domingos Niterói em 28 de março de 1881 tem por fim:

§ 1º. Libertar o maior número possível de escravos.

§ 2º. Socorrer os sócios em caso de moléstia ou perseguição.

§ 3º. Criar escolas primárias noturnas e gratuitas, oficinas de trabalho para receber os sócios ou pessoas estranhas ao clube, devendo os escravos que a frequentam apresentar consentimento expresse de seus senhores.

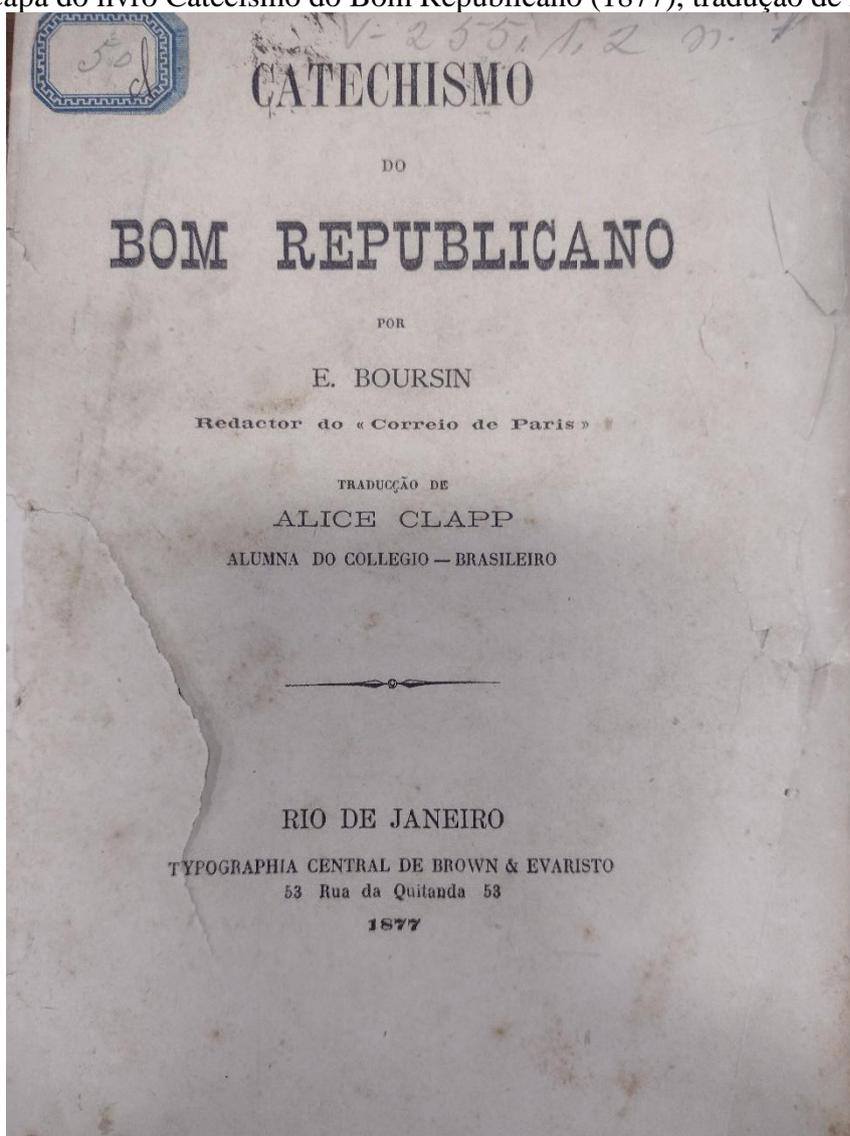
§ 4º. Promover concertos, conferências e quaisquer festas em benefício da caixa social, obtida previamente licença da polícia ou como tal considerado de direito.

Art. 2º. O clube admite sócios de qualquer sexo, nacionalidade e religião tendo capacidade jurídica e só lhes impõe o dever de colaborarem ativa e jurídica e só lhes impõe o dever de colaborarem ativa e sinceramente na grande obra da abolição do elemento servil. (Estatutos do Club dos Libertos contra a Escravidão, 1882 apud TORRES; SOUZA, 2013, p. 71)

Compreendemos ter um caráter instrutivo na vivência de todo esse processo para aprovação dos estatutos, que mobilizou a diretoria e a imprensa, mas também seus alunos e sócios, entre eles escravizados e escravizadas. No debate sobre os parâmetros legais de 1871, na burocracia do Estado, na interpretação das leis, no acompanhamento de despachos e recursos, os alunos da escola noturna, como sócios/as escravizados/as, puderam aprender questões sobre direitos políticos e cidadania.

Através das doações ao Club publicadas na imprensa, elas nos dão uma noção dos livros que poderiam ser utilizados nas aulas da Escola Noturna. Apesar de não estar descrito como um livro utilizado ou doado à escola, a tradução de o *Catecismo do Bom Republicano de Elphège Boursin*, traduzido por Alice Clapp em 1877, contribuiu para a criação dos regulamentos da Escola Noturna, e poderia fazer parte dos livros disponibilizados pela instituição para consulta ou trabalho com os alunos. Até porque o nome de Alice era homenageado nas premiações da escola, conforme sinalizamos. O livro apresenta as bases dos princípios republicanos, como sendo a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos e a soberania do povo. Defende que a república significa “Liberdade, Igualdade, Instrução, Propriedade, Ordem e Economia” (BOURSIN, 1877, p. 9), mencionando a liberdade religiosa e de culto, a liberdade de imprensa, liberdade de reunião e associação, o sufrágio universal, sem restrição entre ricos e pobres, mas que a tributação deveria ser maior para os que possuísem maiores riquezas, se opondo completamente à pena de morte. Compreendemos que o regulamento da escola do Club segue esses princípios, ao admitir adultos e menores, livres, escravos e ingênuos, de qualquer nacionalidade, cor ou religião, e que em seu programa de estudos fora desvinculado o ensino religioso, dando ênfase aos direitos e deveres do cidadão.

Figura 68 – Capa do livro *Catecismo do Bom Republicano* (1877), tradução de Alice Clapp.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Logo no início das atividades escolares em 1881, foram doadas por Abílio Borges duzentos exemplares de obras publicadas por ele (*Gazeta da Tarde*, ed. 00242, 18/10/1881, p. 2). Conforme mencionamos no primeiro capítulo, ao falar de Vicente de Souza, Abílio, o Barão de Macaúba, largou a medicina e se dedicou à docência, era abolicionista, e em seus colégios não aceitava o trabalho escravo, empregava professores negros, sendo responsável pela formação de uma elite abolicionista no século XIX. De acordo com Valdez (2006), sua produção para a escola foi influenciada pelo Método Castilho, um método que partiria do simples para o complexo, como também no método intuitivo, adotado pela escola. Dentro das obras de autoria de Abílio Borges relacionadas pela autora, destacamos algumas que poderiam ser empregadas no ensino dentro do Club, por exemplo: *Livro do povo ou silabário brasileiro* (1859/1860); *Resumo da gramática portuguesa* (1860); *Epítome da Geografia Física* (1863);

Primeiro Livro de Leitura para o uso da infância brasileira (1866); *Segundo Livro de Leitura para o uso da infância brasileira* (1866); *Terceiro Livro de Leitura para o uso da infância brasileira* (1871); *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e de outros meios aviltantes ao ensino da mocidade* (1875); *Geometria prática popular* (1879); *Edição Escolar dos Lusíadas* (1879); *Pequeno Tratado de leitura em alta voz* (1879); *Vinte e dois anos em prol da elevação do ensino no Brasil* (1880). Não sabemos quais obras de Abílio foram encaminhadas para a escola, mas entendemos que eram produções com uma visão do autor contra o sistema escravista, e que pregava uma relação diferenciada entre o professor e o aluno, mais próxima e pautada no companheirismo.

Em 1883, a comemoração de aniversário de Combinha de Amorim Carvalho, professora primária, diretora, junto com seu esposo, do Colégio Amorim de Carvalho, foi anunciada a doação de obras e a reserva de três vagas para alunos pobres. Essa instituição oferecia ensino primário e secundário, além de cursos preparatórios para os exames de ingresso nas Faculdades do Império. Seriam doadas duzentas obras de autoria do médico e professor público José Joaquim de Carvalho, cem exemplares do *Palestra com os meus* e cem do seu *Syllabario*, a ser dividido entre a Escola Noturna da Cancellaria, e cem para a Escola Noturna do Club dos Libertos. De acordo com Schueler (2007), suas obras revelam as propostas educativas desse Colégio, enquanto *Palestra com os meus*, a qual foi oferecida à sua filha, apresenta reflexões sobre moral, história, física, geografia, astronomia, fenômenos atmosféricos, entre outros temas que seriam trabalhados no ensino primário por seus alunos.

Os ensinamentos da Escola Noturna do Club dos Libertos iam além da leitura e da escrita, incluindo a participação social e política de seus alunos. No jornal *O Fluminense* foi noticiado que uma comissão representando a escola esteve presente no Congresso Literário Guarany ofertando “um donativo de 20\$200 agenciado entre os alumnos da mesma escola e destinado ao mausoléu do desditoso e sempre lembrado poeta Fagundes Varella” (*O Fluminense*, ed. 633, 04/06/1882, p. 1). A organização também apoiou a autonomia dos estudantes, e eles organizaram e fundaram uma outra organização abolicionista:

Os alumnos da escola do Club dos Libertos de Nictheroy fundaram entre si uma sociedade com o título – Club Abolicionista Escolar, que tem por fim pugnar pela abolição dos escravos, conforme indica seu título.

A sua directoria provisoria ficou composta dos Srs. Izaias F. Chagas, presidente; João J. Vieira, vice-presidente; Abel C. da Fonseca e Miguel F. Bessa, secretários; Vicente Gomes, thesoureiro; Guilherme J. Ferreira, procurador.

A assembléa geral dos socios instaladores, por votação unanime aderiu ao movimento, e ás ideás, da Confederação Abolicionista e nomeou uma commissão composta dos Srs. Jorge A. de A. Fontura, Abel C. da Fonseca, e Miguel F. Bessa para representar o Club junto á Confederação. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00122, 29/05/1883, p. 1)

Como uma organização discente, é possível que toda sua diretoria fosse formada somente por alunos. Destacamos o nome de Abel C. da Fonseca, inferimos que os alunos que se destacavam e estivessem mais adiantados pudessem auxiliar nas classes anteriores. Dessa forma, nos questionamos se o Abel mencionado como secretário do Club recém-fundado, pudesse ser o mesmo aluno que fora libertado na premiação realizada em 10 de dezembro de 1882, e que atuava como professor adjunto.

A ajuda e o amparo a outros escravizados e escravizadas que buscavam auxílio para sua libertação e frequentaram sua escola, era divulgada nos jornais como forma de sensibilização da opinião pública. Como o caso de Manoel Benecido, que procurou João Clapp (*Gazeta da Tarde*, ed. 0091, 24/04/1882, p. 1), e de uma família de escravizados que clamaram por socorro da população e foram conduzidos às autoridades (*Gazeta da Tarde*, ed. 0048, 02/03/1883, p. 1).

Outra instituição que ressalta a autonomia e o protagonismo de escravizados e que se vinculou ao Club dos Libertos foi divulgada pela *Gazeta da Tarde* em 1885:

Um grupo de escravizados, residente na cidade de Nictheroy, não podendo constituir-se regularmente em uma sociedade, por lhes ser isso vedado por lei, deliberou organizar um club, de caráter privado, com o fim de propagar a liberdade d'elles, e de todos os que soffrem a brutal violencia da escravidão,
 Todos os que se filiarem a este club são obrigados a frequentar a escola nocturna e gratuita do Club dos Libertos, que funciona na mesma cidade.
 Como tributo de sincera homenagem ao patriótico deputado pernambucano, o Dr. José Mariano, tomou o referido Club o nome do legendário chefe abolicionista.
 Parabéns aos fundadores do grupo e ao popular representante do direito e da justiça.
 (*Gazeta da Tarde*, ed. 00144, 26/06/1885, p. 1)

Pelo que entendemos da reportagem, o clube era formado por escravizados e organizado por eles. A obrigatoriedade para que seus membros frequentassem a escola noturna do Club dos Libertos revela a importância da educação para esse grupo e toda a credibilidade alcançada por essa instituição escolar. Algo destacado nesse anúncio, também observado em outros momentos, é o uso da palavra “escravizados” ao invés de escravos. O movimento abolicionista já utilizava o termo, pois compreendia o direito de liberdade para todas as pessoas, e que essas foram escravizadas.

A atuação política dos alunos do Club dos Libertos foi intensa, eles estavam presentes em diversas conferências, passeatas, e eventos do movimento abolicionista. Lembramos que fazia parte do programa de estudos da Escola Noturna do Club dos Libertos conteúdos sobre direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e estrangeiros. Sua escola não tinha por finalidade somente alfabetizar, mas a inclusão social desses sujeitos através de uma postura crítica do seu

papel na sociedade e seus direitos políticos. Lembramos, com esse fim, do requerimento lido pelo Senador Silveira da Motta, apresentado no início desse capítulo.

Nesse mesmo mês, setembro de 1885, os sócios libertos da Caixa Emancipatória José do Patrocínio, da qual falamos anteriormente, junto com representantes do Club dos Libertos, elaboraram uma correspondência a ser encaminhada ao Parlamento. Nela, os libertos de ambas as associações argumentavam que alguns avanços alcançados pela Lei do Ventre Livre, que permitiram o pecúlio e a libertação de muitos desses, estavam sob risco. Dessa forma, nada melhor do que os libertos, os beneficiados por essa lei, para pressionar o Senado em sua defesa:

Augustos e Dignissimos Srs. Senadores, -- Perante o Augusto Senado Brasileiro, vem a comissão abaixo assignado, composta de libertos e representantes dos que foram amparados em sua liberdade pelo Club dos Libertos de Nictheroy e Caixa Libertadora José do Patrocínio, impetrar a graça de ser mantida em sua integridade a gloriosa lei de 28 de setembro de 1871.

Convencidos de que o Senado Nacional deseja fazer alguma cousa em benefício dos infelizes escravizados, essas sociedades que alcançaram a nossa liberdade em virtude dos resultados obtidos pelos favores da referida lei, que instituiu o pecúlio, a avaliação e outras sábias providencias no interesse dos que partilham do infortunio de que se acham livres, vem solicitar a mercê do não ser pelo Augusto Senado Brasileiro desvirtuada a lei aurea, annullando-se, por medidas novas, as suas melhores disposições.

Neste sentido, e considerando que o Senado reformará o projecto votado na Camara dos srs. deputados, pedimos a protecção da veneranda corporação citalícia, que tão patrioticamente preponderará na confecção das leis.

E assim – E. R. M.

Seguem-se as assignaturas (Pacotilha, ed. 00224, 25/09/1885, p. 2)

O ano de 1885 foi caloroso em relação aos debates sobre a lei dos Sexagenários dentro do parlamento, e as petições e requerimentos apresentados comprovam a participação política dos libertos nesse contexto, e não um distanciamento ou uma imparcialidade desses sujeitos.

No período de acirramento da luta abolicionista (1885-1888) diminuíram as informações sobre a atuação do Club dos Libertos publicadas na imprensa, porém temos indícios de sua atuação até 1891, nas comemorações pelo 13 de Maio.

O Club dos Libertos também fez alguns impressos, como a publicação de seus estatutos, anunciado pela *Gazeta da Tarde* em 09 de abril de 1881, as *Instruções Regulamentares para regulação e disciplina da Escola Noturna e Gratuita do Club dos Libertos contra a Escravidão e Homenagem a José do Patrocínio, redator chefe e proprietário da Gazeta da Tarde*, na qual narravam um evento de libertação de 40 escravizados e faziam um tributo à Patrocínio.

Devido aos seus feitos, a organização se tornou exemplo para a criação de outras organizações abolicionistas pelas províncias do Império: o Club Central dos Libertos foi criado na Corte, no Ceará e outro no Pará, o *Club dos Libertos de Belém*. Essa última organização,

como mencionamos no primeiro capítulo, foi proposta por José Agostinho dos Reis, e seu ideal para libertação e instrução foi ampliado, passando a englobar a educação feminina, e ainda criariam uma escola noturna “onde escravas, libertas e ingênuas possam ter instrução necessária” (*Diário de Notícias*, ed. 00033, 09/02/1884, p.3).

O Club dos Libertos contra a Escravidão de Niterói plantou diversas sementes, outras organizações nasceram com o intuito de libertar e instruir escravizados. O trabalho educacional desenvolvido chama a atenção pelo cuidado com que as metodologias são empregadas, pela busca por métodos inovadores, apresentação pública de suas ações e pela grande adesão do público. Esta associação estava inserida numa rede de sociabilidade, contando com o auxílio de outras organizações, de cunho político, artístico ou social, conseguindo apoio, prestígio, respeito e admiração de diferentes grupos da sociedade privada e do poder público. E que ganharam sentido na atuação de escravizados e escravizadas que buscavam auxílio em processos para além das alforrias, e na atuação de libertos/libertas no embate político, encontrando outros significados para a liberdade.

3.4 Club Central dos Libertos

Inspirados nos resultados alcançados em Niterói, nasceu o Club Central dos Libertos na Corte. Essa organização teve o envolvimento de pessoas renomadas no abolicionismo, principalmente de pessoas negras, como André Rebouças, Patrocínio, Vicente de Souza, Cacilda Francioni de Souza, Xisto Bahia, entre outros.

O Club Central dos Libertos foi fundado no dia 09 de fevereiro de 1882, tendo como finalidade “a emancipação dos escravos, educar, instruir e proteger libertos” (*Gazeta de Notícias*, ed. 00042, 11/02/1882, p. 1). Sua diretoria era formada por: Nicolau Moreira (presidente), André Rebouças (vice-presidente), Vicente de Souza e José do Patrocínio (secretários), João Clapp e Miguel Antônio Dias (tesoureiros) e João Ferreira Serpa Junior (procurador), homens que já atuavam em outras organizações abolicionistas, mas que devido à importância da causa (libertação e educação) se envolveram também nesse clube. Não conseguimos informações sobre sua sede, sobre a inauguração de escola ou curso noturno, ou detalhes de sua prática educativa. Somente temos indicações, assim como notícias sobre essa organização no ano de 1882, e a partir delas teceremos algumas considerações.

Na sessão de instalação do Club realizada no Teatro Recreio Dramático às 12 horas, participaram homens da política como o senador Silveira Martins e Silveira da Motta, o deputado por Ceará, Antônio Pinto, além de outros deputados e um desembargador. Segundo a matéria, a plateia estava lotada, houve a entrega de cartas de liberdade e discursos do presidente e de outros convidados. Vicente de Souza fez a leitura da ata de inauguração e entregou diplomas de sócios beneméritos. Como sinalizamos no primeiro capítulo, é nesse momento que Cacilda Francioni e Julia Regadas receberam essa titulação, mulheres que já tinham prestados serviços à causa e foram escolhidas para serem sócias beneméritas em sua inauguração (*Gazeta de Notícias*, ed. 00078, 20/03/1882, p.1).

O senador Silveira da Motta mostra sua satisfação pela fundação do clube, justificando sua necessidade:

Um dos grandes argumentos contra a abolição é que os libertos não podem, depois da emancipação, exercer empregos políticos, pelo perigo de sua ignorância e más tendências.

Se o perigo é a ignorância, responde o Club Central dos Libertos, dando-lhes os meios de serem profícuos á sociedade. Lembra que o último presidente dos Estados Unidos, Mr. Garfield, em sua mensagem política ao Congresso Americano, dizia que sua maior preocupação era a respeito dos escravos, que até então eram ainda considerados um perigo como função política nos Estados Unidos. Essa falta de instrução arguida pelos adversários da emancipação está vencida no programma do Club dos Libertos. O orador não concluirá sem dizer que pediu ao senado a opinião do Sr. presidente do Conselho acerca desse assumpto, e Sr. Ex. responde mais do que o Sr. presidente do ministério de 28 de março exclamando que nada quer além da lei de 28 de setembro. Não há posição mais commoda e mais agradável para o governo do que dizer que não cogita de uma questão que interessa diretamente com o paiz. Apesar d'isso não diminuiu o fervor do orador pela questão, apesar da S. Ex. dizer que era escravocrata da gemma. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00078, 20/03/1882, p.1).

Não podemos esquecer que esse senador em 1885 apresentou o requerimento dos escravizados do Club dos Libertos no Senado Federal, reconhecendo esse fato como um direito dos cidadãos brasileiros. O argumento apresentado na cerimônia de inauguração do Club Central evidencia a preocupação da liderança do movimento com a educação de escravizados e libertos, sendo compreendida como indispensável para o processo de emancipação e necessária para plenos direitos políticos.

A instituição também participou de tributos aos abolicionistas falecidos, como Ferreira de Menezes e Luís Gama (*Gazeta da Tarde*, ed. 00128, 06/06/1882, p. 1; *Gazeta da Tarde*, ed. 00217, 22/09/1882, p. 3). Ainda ofereceu homenagens a personalidades importantes na militância, como o deputado cearense Antônio Pinto, ao qual ofereceu uma medalha, e presentes aos artistas Vasques e Xisto Bahia (*Gazeta da Tarde*, ed. 00082, 13/04/1882, p. 1; *Gazeta da Tarde*, ed. 00089, 21/04/1882, p. 2; *Gazeta da Tarde*, ed. 00095, 28/04/1882).

Com essa instituição, podemos observar que o movimento abolicionista se aproximou e pressionou os poderes governamentais através dos seus representantes, para que a pauta da educação dos escravizados e libertos entrasse na agenda política. Havia a necessidade de se pensar para além da abolição, para que essa população tivesse garantida a verdadeira cidadania.

3.5 Club Abolicionista Guttemberg

Uma das associações abolicionistas de trabalhadores que relacionou a educação ao combate antiescravista foi o Club Abolicionista Guttemberg. Essa organização reuniu os profissionais da imprensa conjugando a arte gráfica e sua relação com as letras com a militância abolicionista. Esse grupo profissional acreditava que seu ofício era uma atividade intelectual e no poder transformador da imprensa.

Ao falarmos de Vicente de Souza e sua palestra *O Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte*, mencionamos a *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*. Organizada em 1853, era uma mutualidade responsável por auxiliar seus associados em caso de desemprego, doença ou invalidez, e ainda custeava enterros e dava pensão às famílias dos que faleciam na indigência. Esse tipo de organização foi a primeira forma de organização de trabalhadores assalariados urbanos. Apesar da Tipográfica Fluminense ter tido a função beneficente, ela atuou em lutas reivindicatórias, como a greve dos compositores tipográficos, compreendida como uma das primeiras greves de trabalhadores no Brasil (VITORINO, 1999). Em 8 de janeiro de 1858, 32 compositores tipográficos do *Jornal do Commercio*, mais 26 do *Correio Mercantil* e mais 22 do *Diário do Rio de Janeiro* simultaneamente paralisaram as suas atividades nas oficinas destes três jornais diários na Corte do Rio de Janeiro, exigindo um aumento salarial de 1 mil-réis por dia. As folhas, que normalmente tinham quatro páginas de tamanho standard, saíram só com duas, quando saíram. Para não deixar a população sem informações, alguns tipógrafos fundaram um jornal alternativo, o *Jornal dos Typographos*, financiado pela Tipográfica Fluminense e que trouxe à sociedade a perspectiva dos profissionais frente ao posicionamento dos proprietários de periódicos. Era uma pequena folha diária, quatro páginas em cada número, possuindo todas as seções clássicas da época, circulou no período de 10 de janeiro de 1858 (apenas dois dias depois de iniciar a greve) até 12 de março do mesmo ano. Tanto a greve quanto essa publicação tinham por objetivo a valorização do trabalho dessa

classe profissional frente a uma sociedade escravista e a desqualificação do trabalho manual. Dentro do jornal também circulavam diversas opiniões contrárias ao sistema escravista, chegando a anunciar a criação de uma sociedade que auxiliasse na libertação de escravizados:

Mas para que os sacrifícios não sejam em demasia excessivos, poder-se-hia formar uma associação, cujos capitães fossem empregados na libertação de escravos que devessem ir á praça, mediante estipuladas condições.

Assim, em vez de estar, como em um poste, o misero escravo exposto á vista e exame de todos para ser arrematado, podia ser ele avaliado por peritos, e mediante a importancia do seu valor ser libertado pelos capitaes da associação, e para que não fosse onerosos os encargos sociaes ficaria o libertado sujeito a prestar seus serviços á associação filantrópica portanto tempo, quanto chegasse para pagar um premio modico e amortizar o empréstimo da quantia de sua emancipação. (...)

Outras vantagens que ganhar-se-hião era o estímulo do trabalho aos novos libertos, e o desaparecimento lento, e quasi insensível dessa lepra, que nos consome, chamada escravidão. (*Jornal dos Typographos*, 28/01/1858, ed. 00019, p. 3)

Ainda na década de 1860, outro periódico passou a defender os interesses da classe tipográfica, além de reafirmar a posição contrária ao sistema escravista, comparando suas condições de trabalho a uma escravidão moral:

(...) é o oásis de salvação que enche de esperança o espírito do homem embrutecido pelo servilismo do captiveiro, a quem Deus creára livre e em quem lançaram as algemas da escravidão. (...) Queremos alongar a vista e esmerilhar o que de estranho vai pela sociedade sobre thema escravidão.

Não existe elle unicamente no principio de pear, em faze do mundo, as ações do homem que nascêra livre e que dele se fez um objecto de propriedade. Existe outro ponto culminante que temos de ferir, da maneira a mais positiva por ser de summa importância a sua discussão.

É o captiveiro moral do homem livre (...)

A criação do Typographo, devida a uma infinidade de homens que moralmente vivem escravizados, não tem outro fim além do de demonstrar com toda a evidencia os factos de riquintada iniquidade que se repetem incessantemente no recinto do edificio das folhas diárias, cujo trabalho, pessimamente dirigido, vai encurtando os dias de existência de muitos empregados dessas casas. (*O Typographo*, ed. 0002, 04/11/1867, p. 2)

Com esses exemplos, percebemos que havia aproximação com a causa abolicionista pelos trabalhadores livres, como também a construção de uma consciência de classe que unia a experiência de vida e luta por sobrevivência dentro do contexto urbano (COSTA, 2012).

O desejo anunciado em 1858, no contexto de uma reivindicação de classe, ganha contornos mais precisos com a fundação do Club Abolicionista Guttemberg. A inauguração desse Club foi realizada na Phenix Dramática em 24 de junho de 1882, contando com o discurso do Dr. Nicolau Moreira, com um hino do clube composto e doado pelo professor Cezario Vilela, a flauta do professor Viriato Figueira da Silva, além de poesias e a libertação de uma escravizada.

O título da organização trouxe o nome de João Guttemberg, o inventor da tipografia, “o nome do homem que pela sua invenção conseguiu livrar a humanidade do estado cahótico em que vivia, para pela reprodução fácil e progressiva do seu desenvolvimento intellectual, chegasse ao estado productivo em que na actualidade nos achamos” (*Revista Tipográfica*, ed. 0001, 12/01/1888, p. 4). Além disso, demarcava que a classe tipográfica “vem hoje fixar distincção entre o homem de trabalho puramente braçal e aquelle que concorre não só material, mas intellectual” (*Revista Tipográfica*, ed. 0001, 12/01/1888, p. 4).

A presidência aclamada ficou com Nicolau Moreira, mas a diretoria eleita em 27 de setembro de 1882 ficou formada por Alberto Victor Gonçalves da Fonseca, presidência; Ernesto Rodrigues da Costa, vice-presidente; Luiz Pires da Costa, primeiro secretário, João Rodrigues Pinheiro, segundo secretário; Joaquim Augusto de Castro Miranda, primeiro tesoureiro; Francisco de P. T. Marinho, segundo tesoureiro; e João Baptista Torquato, procurador (*Gazeta da Tarde*, ed. 00222, 28/09/1882, p. 2). A posse da nova direção foi realizada com uma sessão solene no salão da Associação de Beneficência Marquês de Pombal em homenagem ao Visconde do Rio Branco, contando com a participação do Club Musical Guttemberg. Na ocasião, o estandarte do Club foi exibido e nele continha a frase “Libertas quæ sera tamen” (Liberdade ainda que tardia), usada pela Inconfidência Mineira (*O Globo*, ed. 00326, 29/09/1882, p. 4). Em outro momento, seu estandarte é descrito como na cor verde, tendo ao centro o retrato de Guttemberg (*Gazeta da Tarde*, ed. 00079, 04/04/1884, p. 1).

O nome de Vicente de Souza também aparece na instituição. Em um anúncio sobre a homenagem realizado ao seu presidente Alberto Victor, o médico negro é caracterizado como orador oficial da instituição. Uma organização de operários, essa era mais uma associação abolicionista da qual Vicente de Souza era sócio. Nesse evento, quatro cartas de liberdade foram entregues, com a presença de outras organizações e seus representantes, como José Agostinho dos Reis, representando duas agremiações e que também se associou ao clube supracitado (*O Bond*, ed. 0002, 19/11/1882, p. 2).

Uma das primeiras estratégias utilizada pelo Club foi a criação de um periódico, o *Lincoln*, surgido em novembro de 1882 “com o fim de concorrer para abolir a escravidão no mais breve prazo” (*O Fluminense*, ed. 0712, 08/11/1882, p. 1). No anúncio também falam sobre o empenho de Alberto Victor, o tratando como operário, assim como outros companheiros dedicados nessa empreitada. O editor era o tipógrafo Evaristo Rodrigues da Costa, proprietário da Tipografia Central, localizada na travessa do Ouvidor, que “acolhia os egressos do cativoiro”

(MOARES, 1986, p. 48). Estamos diante de um conjunto de trabalhadores que utilizaram ferramentas diversas para pregar um novo contexto social:

Nós os abolicionistas somos taxados pelos nossos concidadãos, que só olham para o presente, de anarquistas e revolucionários (...), nós não somos o que pensais, anarquistas e revolucionários. Mas sim cidadãos que querem a ordem porque a ordem é a liberdade, que querem a revolução, mas a revolução das ideias, que é a instrução, porque é com aquela e esta que se pode conseguir a realização das três grandes ideias de que, segundo a frase eloquente do Sr. Visconde do Rio Branco, tem a necessidade a nossa pátria: Paz, luz e trabalho (...) Concidadãos, serão revolucionários e anarquistas os homens que trabalham para que se realize a transformação do trabalho escravo pelo trabalho livre? (LINCOLN apud COSTA, 2012, p. 167)

O jornal se torna um espaço de propaganda abolicionista, tendo textos de grandes nomes, como Vicente de Souza, Nicolau Moreira, Ubaldino do Amaral e João Clapp. Encontramos o anúncio de três números do jornal *Lincoln*, um no final de 1882, o segundo número em 2 de janeiro de 1883, e o terceiro em 24 de fevereiro de 1883 em homenagem a Guttemberg.

No mesmo ano de sua fundação, o Club começou a estruturar sua escola noturna. Nos últimos dias de 1882, iniciou-se a divulgação da inauguração dessa instituição escolar:

Em honra ao 20º aniversario da abolição da escravidão nos Estados Unidos, o Club Abolicionista Guttemberg inaugura amanhã, 1 de janeiro, ás 6 horas da noite, uma escola nocturna gratuita pra instrucção de menores e adultos nacionaes e estrangeiros, livres, libertos ou escravos, no predio n. 97 da rua das Flores.

Inaugurando a escola, o club transfere a sede para o mesmo predio, sahindo incorporado e precedido da musica dos menores do arsenal de marinha, ás 10 horas da manhã do mesmo dia, afim de conduzir o seu estandarte e distribuir o segundo número do *Lincoln*.

Depois da inauguração, a noite haverá um leilão de prendas, tocando durante e depois do acto a musica dos menores do arsenal de guerra.

Está aberta a matricula, e para a admissão nada se exige além da apresentação de pretendente ao secretário da escola todas as noites, das 7 ás 9 horas.

Não pode haver melhores festas para a população d'está capital.

(Gazeta de Notícias, ed. 00364, 31/12/1882, p. 1).

Vale destacar que as organizações abolicionistas davam ênfase às datas significativas para o processo abolicionista, a comemoração de 20 anos da abolição dos Estados Unidos reforça o atraso social que a escravidão representava para o Brasil frente a outras nações. Outra informação importante é o direcionamento para a educação popular, funcionando no horário noturno para se tornar mais acessível aos trabalhadores, atendendo a adultos e menores, livres, libertos e escravizados, “sem distincção de côr, nacionalidade ou religião” (*O Fluminense*, ed. 00721, 29/12/1882, p. 2), e assim auxiliava no combate aos preconceitos existentes, não somente raciais como os religiosos. A questão religiosa aparece também nos anúncios da Escola

da Cancellaria e do Club dos Libertos, assim como nos debates do Club Abolicionista Riachuelo, mostrando que já era algo socialmente debatido.

O fato de não exigirem grandes burocracias para matrícula revela que seu maior objetivo estava na transmissão do conhecimento aos alunos, com o intuito de que a educação popular ajudaria na transformação social para a qual militavam, sendo reforçada pela transferência da sede do clube para o prédio da escola.

As aulas iniciaram em 15 de janeiro de 1883 e, de acordo com o anúncio, contavam com mais de trinta alunos matriculados e convidando mais pessoas para se inscreverem (*Carbonario*, ed. 00156, 19/01/1883, p. 1). O número do jornal *Lincoln* foi distribuído na inauguração. Urge o questionamento: Será que esse periódico era utilizado em suas aulas? Quais as consequências da fundação de uma escola por trabalhadores da escrita, em uma sociedade em que o número de analfabetos era enorme? Ficaremos sem algumas respostas, mas consideramos significativo o fato de essa organização operária ter se dedicado à instrução popular.

Segundo Lopes (2020), no primeiro ano de funcionamento a escola registrou o número de 104 alunos de diversas nacionalidade e profissões, atendendo seu público todos os dias das 18 às 21 horas. Os alunos realizavam exames de suficiências, contando com provas de Leitura, Gramática e Aritmética, e que para isso contava com a participação de professores de outras instituições escolares, como Joaquim Alves Ferreira da Gama, professor e diretor da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista, e outros dois convidados (*Gazeta da Tarde*, 13/12/1883, ed. 0290, p. 2).

Como as demais associações abolicionistas, o Club realizava eventos para arrecadação de fundos para a compra de cartas de alforria e pedia auxílio a outras organizações. Chama a atenção que em um grande evento realizado em comemoração ao 415º aniversário da morte de Guttemberg, o número de representantes da imprensa, como a Corporação das Oficinas Laemmert, a Associação dos Compositores do Jornal do Comércio, Imperial Associação Tipográfica, Associação Tipográfica Alagoana, além de representação do campo literário, Congresso Guarany, Ensaio Literários, Instituto dos Bacharéis de Letras e Grêmio Literário Castro Alves. Toda essa articulação nos faz refletir que essa instituição auxiliou na construção de uma identidade de classe que passava pela valorização das letras e de sua intelectualidade.

Figura 69 – Detalhe do jornal

THEATRO S. PEDRO DE ALCANTARA

COMMEMORAÇÃO DO 415º ANIVERSÁRIO DA MORTE DO BENEFICENTE INVENTOR DA IMPRENSA

JOÃO DE GUTTENBERG

HOJE SABBADO 24 DE FEVEREIRO DE 1883 HOJE SABBADO 24 DE FEVEREIRO DE 1883 HOJE

FESTIVAL ARTISTICO E LITTERARIO

PROMOVIDO E DIRIGIDO PELO CLUB ABOLICIONISTA GUTTENBERG PARA AUXILIAR A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS

—Programa—

PRIMEIRA PARTE
História historica de Guttenberg—discurso de honra pelo socio honorario, o illustre cidadão—Dr. Luciano de Azevedo.
A Imprensa—notavel produção do immortal GASTRO ALVES, recitada pelo fidedigno artista EUGENIO DE MACHADO.
ROMANCEM A' GUTTENBERG—marcha concertante de grande effeito, composta expressamente pelo talentoso poeta amador e poeta do theatro S. Pedro de Alcantara. A direcção da grande orchestra achou-se confiada á benta magistratid do mestre Car. J. R. CURTIS. Os cavalheiros que não temem do usar de palavras em nome de corporações representadas oficialmente, deverão inscrever-se no livro existente no camarão da direcção. O festival de graduação pelo illustre chefe abolicionista conselheiro Dr. NODIAU J. MOREIRA. O theatro estará arreado com brilhantismo e no saguão haverá a banda de musica do Clube de Musica, Club Alberto Victor, Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco, Club dos Libertos Contra a Escravidão, corporação typographica das officinas Leuzner, Associação dos Compositores do Jornal do Commercio, Imprensa Typographica Alagoana, Congresso Litterario Granbury, Escolas Litterarias, Instituto dos Bacharéis em Letras, Gremio Litterario Castro Alves, Centro Positivista, Loja Macônica Visconde de Rio Branco, Escola Militar, S. P. M. Recanto de Santo Antonio, União Pedagogica Republicana. No intervallo da 1ª para a 2ª parte a commissão terá a graciosidade de apresentar aos seus convidados de canções.
PROCESSION GYMNICA—As 8 horas da tarde, aggregram-se as corporações que adheriram ao comite felle pelo comitê, desfilará o preito melhoramento realista no saguão do theatro S. Pedro de Alcantara. Durante o trajeto será distribuido ao publico um numero especial do organ do Club Abolicionista Guttenberg, recebendo-se em troca de cada exemplar um donativo espontaneo, que revertirá em beneficio do fundo emancipador do mesmo club.

SEGUNDA PARTE
INTERMEDIO DE CONCERTO
MURMURES SOLIENS—de Goretzki.
ROMANCEM A' GUTTENBERG—marcha concertante de grande effeito, composta expressamente pelo talentoso poeta amador e poeta do theatro S. Pedro de Alcantara. A direcção da grande orchestra achou-se confiada á benta magistratid do mestre Car. J. R. CURTIS. Os cavalheiros que não temem do usar de palavras em nome de corporações representadas oficialmente, deverão inscrever-se no livro existente no camarão da direcção. O festival de graduação pelo illustre chefe abolicionista conselheiro Dr. NODIAU J. MOREIRA. O theatro estará arreado com brilhantismo e no saguão haverá a banda de musica do Clube de Musica, Club Alberto Victor, Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco, Club dos Libertos Contra a Escravidão, corporação typographica das officinas Leuzner, Associação dos Compositores do Jornal do Commercio, Imprensa Typographica Alagoana, Congresso Litterario Granbury, Escolas Litterarias, Instituto dos Bacharéis em Letras, Gremio Litterario Castro Alves, Centro Positivista, Loja Macônica Visconde de Rio Branco, Escola Militar, S. P. M. Recanto de Santo Antonio, União Pedagogica Republicana. No intervallo da 1ª para a 2ª parte a commissão terá a graciosidade de apresentar aos seus convidados de canções.
PROCESSION GYMNICA—As 8 horas da tarde, aggregram-se as corporações que adheriram ao comite felle pelo comitê, desfilará o preito melhoramento realista no saguão do theatro S. Pedro de Alcantara. Durante o trajeto será distribuido ao publico um numero especial do organ do Club Abolicionista Guttenberg, recebendo-se em troca de cada exemplar um donativo espontaneo, que revertirá em beneficio do fundo emancipador do mesmo club.

TERCEIRA PARTE
Libertação e Luz—poesia allegorica composta e recitada pelo socio amador PANIZZI.
GUTTENBERG—poesia de Ernesto Sena e por elle interpretada.
Grande Marcha Triunphal—composta expressamente pelo estimado amador Dr. A. Gannon no theatro S. Pedro de Alcantara.

QUARTA PARTE
APOTHEOSE—na qual o benemerito Club dos Libertos contra a escravidão entregará diversas cartas de liberdade executadas a grande orchestra por sua occasião, o **HYMN DO CLUB ABOLICIONISTA GUTTENBERG**—composição do socio honorario professor amador Dr. A. Gannon no theatro S. Pedro de Alcantara.

As horas do costume
 Os cavalheiros que não temem do usar de palavras em nome de corporações representadas oficialmente, deverão inscrever-se no livro existente no camarão da direcção. O festival de graduação pelo illustre chefe abolicionista conselheiro Dr. NODIAU J. MOREIRA. O theatro estará arreado com brilhantismo e no saguão haverá a banda de musica do Clube de Musica, Club Alberto Victor, Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco, Club dos Libertos Contra a Escravidão, corporação typographica das officinas Leuzner, Associação dos Compositores do Jornal do Commercio, Imprensa Typographica Alagoana, Congresso Litterario Granbury, Escolas Litterarias, Instituto dos Bacharéis em Letras, Gremio Litterario Castro Alves, Centro Positivista, Loja Macônica Visconde de Rio Branco, Escola Militar, S. P. M. Recanto de Santo Antonio, União Pedagogica Republicana. No intervallo da 1ª para a 2ª parte a commissão terá a graciosidade de apresentar aos seus convidados de canções.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Gazeta de Noticias*, ed. 0055, 24/02/1883, p. 4.

Nesses eventos, os alunos da escola noturna do Club Abolicionista Guttenberg eram convidados a apoiar, mostrando uma relação entre os estudantes e o próprio movimento abolicionista.

A organização também participou da fundação da Confederação Abolicionista, da qual Alberto Victor, presidente do Club, foi eleito como primeiro secretário (*Revista Typográfica*, ed. 0023, 11/08/1888, p. 5). Na leitura do Manifesto Abolicionista, elaborado pela Confederação, foi enviado um representante ao Congresso dos Deputados (*Anais do Parlamento Brasileiro*, ed. 0004, 1883).

A atuação educacional do Club não durou muito tempo. Não temos muitas informações sobre o fechamento da escola noturna, só que ela foi interrompida devido ao acirramento da militância abolicionista: “para dar maior incremento à causa da liberdade dos infelizes cativos” (*Revista Typográfica*, 12/05/1888, ed. 0010, p. 3). Em 1888, perto do final da escravidão, a organização decidiu retomar as aulas noturnas, nomeando uma comissão para angariar donativos. Nessa ocasião, o Sr. Raymundo Pereira e Souza, reconhecido como aquele que teria prestado os mais relevantes serviços aos escravos fugidos (LOPES, 2020), ofereceu-se para lecionar as aulas.

Com a abolição da escravidão no Brasil, os tipógrafos, em nome da Associação Imperial Typográfica Fluminense, encaminharam uma felicitação à Princesa Isabel, na qual mencionaram o apoio dessa classe ao movimento abolicionista, seja pela Typográfica Fluminense como pelo Club Abolicionista Fluminense (*Revista Typográfica*, 02/06/1888, ed. 0013, p. 5).

A organização percebeu a necessidade de reformular sua nomenclatura e seus estatutos. Assim, passou a se denominar “Club Guttenberg”, com a epígrafe *Independentia Labore*, com

novos estatutos que permitiam a admissão de sócios de todas as nacionalidades e de ambos os sexos, tendo a educação um papel preponderante: “O Club propõe-se a proteger por todos os meios legais os artistas e operários quando injustamente presos e perseguidos; tratará de empregar os sócios que estiverem desempregados e manterá escola de instrução elementar” (*Revista Typográfica*, 21/07/1888, ed. 00020, p. 6).

3.6 Centro Abolicionista Ferreira de Menezes

João Clapp e José do Patrocínio se tornaram amigos próximos e compartilharam o sonho da emancipação pela educação. Já sinalizamos que Patrocínio foi um dos fundadores da Escola da Cancellaria e esteve o tempo todo envolvido nos seus desdobramentos (o Club José do Patrocínio e a Caixa Emancipadora José do Patrocínio), e João Clapp se destacou na atuação do Club dos Libertos. Ambos visitaram juntos a Escola Mista da Imperial Quinta da Boa Vista, uma escola que se tornou modelo para a educação popular, fato que mostra o interesse dessa liderança abolicionista pela educação. O *Centro Abolicionista Ferreira de Menezes*, fundado pelos funcionários da *Gazeta da Tarde*, jornal de Patrocínio, abraçou essa ideia, e seu objetivo principal era “abolir a escravidão e educar o maior número possível de escravos” (*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, e. A00040, 1883, p. 1387).

Nada mais justo do que a homenagem a Ferreira de Menezes, fundador da *Gazeta da Tarde*, por uma organização formada por seus funcionários. José Ferreira de Menezes, o filho do “preto” José Joaquim Ferreira de Menezes, de origem humilde e ascendência escrava, nasceu no Rio de Janeiro entre 1841 e 1846. Formou-se em Direito em uma das principais academias do Império, a Academia de Direito do Largo de São Francisco. Mas foi no jornalismo que conseguiu prestígio, trabalhou na *Gazeta de Notícias*, e neste se colocou contrário à reforma eleitoral do gabinete Sinimbu, o que causou sua saída do periódico e da fundação da *Gazeta da Tarde*. Tinha ligação e amizade com outros intelectuais negros, como José do Patrocínio e Vicente de Souza. Ferreira de Menezes morreu jovem, com menos de 40 anos, mas deixou uma inegável contribuição com a fundação do principal jornal abolicionista de sua época. Assim foi descrito pela *Gazetinha*: “Dar a uma associação desta natureza o nome de Ferreira de Menezes não é simplesmente realizar uma ideia feliz e fecunda, é também pagar uma dívida de gratidão

á memória de um dos abolicionistas mais incondicionalmente dedicados que tem tido o Brasil (*Gazetinha*, ed. 00119, 27/05/1882, p. 1).

A *Gazetinha* foi fundada em 22 de abril de 1882 nas dependências da *Gazeta da Tarde*, sendo concedida licença provisória para funcionamento pela secretaria de polícia da Corte em 09 de maio de 1882. Sua primeira diretoria foi composta por José do Patrocínio como presidente, Tristão de Alencar Araripe Junior como vice-presidente, M. E. Campos Porto como primeiro secretário, A. Teixeira como segundo secretário, João Ferreira Serpa Junior como tesoureiro, e Julio de Lemos como orador.

Sua sessão solene de instalação aconteceu no Teatro Recreio Dramático, tendo início às 11 horas da manhã do dia 21 de maio de 1882. Contou com a presença de outras organizações, como “as sociedades abolicionistas José do Patrocínio”, que supomos ser o Club e a Caixa, o Club dos Libertos, o Club Guttemberg, um grande número de artistas, e ainda teve em sua programação musical, declamação de poesia e a apresentação de um equilibrista, o francês Sr. Léonde Werly.

Dentro da cerimônia, várias mulheres se apresentaram na parte artística, e um escravizado foi libertado pelas mãos das filhas de Ferreira de Menezes. Além disso, as moças ao lado de uma escravizada de nome Izaura, sócia do Centro, recolheram donativos para a libertação (*Gazeta da Tarde*, ed. 00115, 22/05/1882, p. 1).

Seus estatutos foram formulados por sua diretoria e divulgados nos órgãos de imprensa:

(...)

Art. 1º Libertar e educar o maior numero de socios de condição servil, de ambos os sexos, a que a elle se filiem.

§ 1º Socorrer esses mesmos socios em caso de perseguição.

§ 2º Crear uma ou mais escolas primarias nocturnas e gratuitas para os socios ou pessoas estranhas ao CENTRO.

§ 3º Promover festas, espectaculos, concertos, conferencias, etc., etc., em beneficio da caixa social.

Art. 2º O CENTRO admite socios de qualquer nacionalidade, impondo-lhes apenas o dever de coadjuvarem sinceramente a abolição do elemento servil e a educação de escravos e libertos. (*Gazeta da Tarde*, ed. 106, 11/05/1882, p. 3)

Os estatutos trazem informações importantes sobre o seu funcionamento. Em primeiro lugar, reafirmando o compromisso com a libertação e educação de sócios “na condição servil”, ao apoio e socorro aos seus sócios e a criação de escolas primárias. A organização esteve aberta a sócios de qualquer nacionalidade, tendo esses o dever de auxiliar no processo de abolição e educação de escravizados e libertos. Apesar de não mencionar nada sobre gênero, verificamos que mulheres escravizadas se associaram à organização, tendo seu apoio para adquirir sua liberdade, como a escravizada Izaura na solenidade de instalação. Sobre os tipos de sócios

(fundadores, contribuintes, remidos, honorários e beneméritos), destacamos que todos os funcionários da *Gazeta da Tarde*, no momento de sua instalação, foram considerados como sócios fundadores. Os estatutos ainda registram questões sobre sua organização (assembleia e diretoria), sobre sua administração, finanças e disposições gerais.

Para angariar fundos, o Centro estava envolvido em diversas atividades culturais como matinês, palestras, apresentações teatrais e artísticas. Assim como doações, o próprio Imperador D. Pedro II, no ano de sua fundação, contribuiu financeiramente para o Centro, se tornando, juntamente com o desembargador Caetano José de Andrade Pinto, sócios beneméritos (*Pharol*, ed. 00063, 15/07/1882, p. 2).

Figura 70 – Estandarte do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes



Fonte: Arquivo Central do IPHAN.

Segundo Alonso (2015), no movimento abolicionista, Patrocínio e sua vida boemia facilitaram a aproximação com o meio artístico, e como presidente dessa organização essa categoria teve grande atuação dentro do C. A. Ferreira de Menezes. Já na sua cerimônia de

instalação é descrita a apresentação da polca *Carinhosa*, composta e ofertada ao Centro por Arthur Napoleão, assim como uma poesia de A. Cabral dedicado à organização, além da apresentação de diversos artistas, como Xisto Bahia, Vasquez e Mattos (*Gazeta de Notícias*, ed. 00140, 21/05/1882, p. 3). O escultor Almeida Reis ofereceu ao Centro um busto de Ferreira de Menezes (*Diário do Brazil*, ed. 00129, 08/06/1882, p. 1), assim como o pintor Emílio Konede ofereceu uma marinha ao Centro, para que sua venda fosse revertida à liberdade de escravizados (*Gazeta da Tarde*, ed. 00117, 24/05/1882, p. 2). Vemos também a participação de artistas na confecção de seu estandarte, que ficou exposto em uma loja na rua do Ouvidor. Ele foi confeccionado com veludo e cetim verde, bordado com fios de outros por senhoras, tendo um anjo pintado pelo artista José Victorino da Silva, e haste e travessão de prata confeccionado por Arnaldo Ferreira (*Gazeta da Tarde*, ed. -128, 06/06/2882, p. 3).

O Centro também reafirmava sua homenagem à memória de Ferreira de Menezes ao mandar celebrar uma missa, na qual tiveram a participação de várias associações científicas, literárias e abolicionistas.

Figura 71 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta da Tarde, ed. -127, 05/06/2882, p. 2.

Uma das primeiras ações do Centro foi estabelecer uma comissão de advogados responsável por estudar meios que possibilitariam à instituição recorrer judicialmente pela libertação de todos cativos que tivessem a seu favor a “presunção de haverem sido introduzidos no paiz depois de promulgada a Lei de 7 de novembro de 1831”, e de punirem seus senhores (*Gazeta da Tarde*, ed. 00106, 11/05/1882, p. 1). Também propuseram constituir comissões

filiais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que se encarregariam de estatísticas relativas aos escravizados que pudessem se beneficiar desta lei. A diretoria da instituição era composta por pessoas influentes socialmente e que poderiam auxiliar nas trocas de informações e efetivação dessa comissão. Infelizmente, não temos indicativos de que essa proposta prosseguiu tendo o resultado esperado. Mas, podemos afirmar que a exigência do cumprimento da Lei de 1831 foi constante no movimento abolicionista.

Ferreira de Menezes era amigo pessoal de Luiz Gama, e o contato desse abolicionista com o Centro é evidenciado em um caso particular. A denúncia de um menor, de nome Severino, que supostamente poderia estar sendo reduzido à escravidão, fez com que a organização enviasse uma carta a Luiz Gama, e este prontamente respondeu afirmando que o menor gozava de sua liberdade em São Paulo, em companhia do seu tutor legal (*Gazeta da Tarde*, ed. –127, 05/06/2882, p. 2).

Quando a organização lançou o seu jornal, o primeiro número homenageou Luiz Gama. O *Libertador*, órgão do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, foi publicado em setembro de 1882, trazendo uma fotografia de Luiz Gama. Segundo o anunciado, o jornal traria a cada número retratos de abolicionistas falecidos e sua biografia. O número dedicado a Luiz Gama foi lançado pouco mais de um mês depois de seu falecimento. A *Revista Illustrada*, por sua vez, trazia o pensamento apresentado por Magalhães e exposto no periódico: “Matei um homem para salvar cem mil, disse Carlota Codoy, no tribunal revolucionário. Libertei-me a mim para libertar, para libertar centenas de escravos, podia dizer Luiz Gama” (*Revista Illustrada*, ed. 00318, 07/10/1882, p. 7). De igual forma, o jornal *Gazeta do Povo* de São Paulo publica:

<<O Libertador é o que se poderia chamar um congresso de grandes corações e de alevantadas intelligencias, agitadas todos pelo habito vital e generosa da liberdade.

<< A’ luz de suas nobres palavras inspiradas na justiça, na altivez e na honra, a sepultura do esforçado cidadão abolicionista como que despede-se da sombria tristeza da morte, para ataviar-se com as galas radiosas de um portico aberto para o pantheon dos immortaes.

<< Além dos muitos e sentidos artigos e poesias que traz, firmados por alguns dos nossos mais illustres escriptores, o Libertador dá uma magnifica photographia de Luís Gama.

<< Honra ao morto, que por suas virtudes e feitos tanto mereceu honra igualmente aos vivos que tão dignamente reverenciam uma grande memória. (*Gazeta da Tarde*, ed. 00227, 04/10/1882, p. 3).

Não encontramos informações sobre a abertura ou funcionamento de sua escola primária, para além do que foi descrito em seus estatutos. Mas destacamos que no primeiro ano de funcionamento do Centro Abolicionista foram feitas 26 libertações que poderiam estar vinculadas aos estudos, tendo em vista que esse seria seu maior objetivo. Porém, seu caráter

educativo também pode estar vinculado à própria militância, ao reconhecimento e valorização de abolicionistas negros e à publicação de seu periódico, demonstrando ter sido uma educação que passava pela palavra e tendo um valor expressivo por ser estruturada, desenvolvida e financiada por seus trabalhadores.

3.7 Club Abolicionista Bittencourt Sampaio

O *Club Abolicionista Bittencourt Sampaio* foi fundado em 1883, tendo por finalidade “a liberdade dos escravos e a criação de escolas para pessoas livres e escravas” (*O Fluminense*, ed. 0087, 29/03/1883, p. 1). A organização homenageou Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, advogado nascido no Sergipe, que estudou nas Academias de Direito de Recife e São Paulo, e se tornou político, jornalista e escritor.

Antes de sua instalação, o clube passou a noticiar e a convidar a todas as pessoas, independentes de sexo, nacionalidade, cor ou religião, a se associarem. Essas seriam reconhecidas como sócios fundadores, e poderiam procurar seus representantes todos os dias das 17 às 19 horas na sala da Associação Memória ao Visconde do Rio Branco – Praça 11 de junho, nº 15, ou na própria sessão de instalação, realizada em 26 de março de 1883 no mesmo local (*Gazeta de Notícias*, ed. 00082, 23/05/1883, p. 3).

Figura 72 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
Gazeta de Notícias, ed. 00082, 23/05/1883, p. 3.

Ao aceitar sócios, independente de sexo, nacionalidade, cor, raça ou religião, compreendemos que contribuiu para quebra de alguns preconceitos existentes. Sobre a religião, destacamos que Bittencourt Sampaio foi médium, sendo um líder espírita, fundador da Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade em 1876, mais tarde denominada Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade (1879). Segundo Valle (2010), desde a década de 1860 os periódicos espíritas, além de apresentar questões doutrinárias, traziam temas como “a separação entre o Estado e a Igreja, as garantias às liberdades individuais, a ampliação dos direitos civis, a secularização dos cemitérios, a abolição da escravidão e a imigração” (VALLE, 2010, p. 183). Ainda segundo este autor, quando a campanha se intensifica, na década de 1880, as instituições espíritas participaram do movimento ao entregar cartas de alforria em eventos públicos, ao arrecadar donativos e na divulgação desses ideais na imprensa.

Na sessão de instalação realizada em 26 de março de 1883, o Dr. Bittencourt Sampaio pediu a palavra e solicitou à assembleia que mudasse o nome do clube, pois, a partir do momento que uma ideia fosse compartilhada, deveria desaparecer as individualidades. Porém, o pedido foi rejeitado unanimemente, Bittencourt Sampaio então ofereceu seus serviços de advogado ao Club, prometendo “não descansar a pena e a palavra enquanto existisse um só escravo no Brazil” (*O Fluminense*, ed. 0087, 29/03/1883, p. 1).

A diretoria dessa organização foi assim composta: Dr. Francisco Siqueira Dias Sobrinho (presidente), Zeferino Gonçalves de Campos (vice-presidente), Frederico Pereira da Silva Junior (primeiro secretário), José Pinto Machado Junior (segundo secretário), Antônio José Bastos (tesoureiro), José Dias de Carvalho Neto (procurador). Tanto o presidente, Francisco Siqueira Dias Sobrinho, quanto Frederico Pereira da Silva, primeiro secretário, foram lideranças no círculo espírita, se tornando referências.

No dia 9 de maio de 1883, reunião que deu origem à Confederação Abolicionista, a direção do Club Bittencourt Sampaio se fez representar. Bittencourt Sampaio participou de sua comissão executiva ao lado de Patrocínio, Rebouças, João Clapp, entre outros (*Gazeta de Notícias*, ed. 00136, 16/05/1883, p.1).

Em 1884, Bittencourt Sampaio traduziu e publicou *Poemas da Escravidão*, de Henry W. Longfellow⁸², contribuindo com poesias para auxiliar na desconstrução de um esquema de exploração que ainda permanecia em nosso país.

⁸² Henry Wadsworth Longfellow (1807 - 1882) foi um professor e poeta norte-americano. Escreveu em 1842 *Poems on Slavery (Poemas sobre a escravidão)*.

Assim, percebemos as múltiplas formas de combate ao sistema escravista conciliando educação e abolição. Envolviam questões religiosas, combate a preconceitos, acesso à leitura e obras que valorizavam a palavra escrita, envolvendo, por fim, uma reforma social ampla.

3.8 América Livre – Sociedade Abolicionista de Senhoras

Podemos observar que a questão feminina se incluiu no debate abolicionista de diversas formas. Antes da Lei do Ventre Livre, a prioridade de libertação de escravizadas foi realizada na Sociedade Sete de Setembro, da Bahia, outras eram mistas, recebiam em seu rol de sócios homens e mulheres, e ainda tivemos sociedades exclusivamente femininas, como o Club José do Patrocínio, com diretoria feminina e mulheres à frente de seus discursos, além de uma proposta para curso noturno feminino na Escola da Cancellaria e, como veremos, sociedades femininas com propostas educativas.

Em 4 de junho de 1883, foi divulgado na *Gazeta da Tarde*, sob o título “Novas Libertadoras”, uma reunião de senhoras que tinham por objetivo a criação de uma organização abolicionista com a finalidade de “promover a prompta resolução do problema servil, e a organização de institutos e escolas para receber os libertos em virtude da lei” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00127, 04/06/1883, p. 3)⁸³. A reunião foi realizada no Club Mozart, e a matéria ainda indicou o número de 49 sócias e da eleição de uma comissão para preparação de seus estatutos.

A comissão responsável pela organização dos estatutos foi formada pelas senhoras Maria Nabuco, Clodes Jaguaribe, Corina Gaberel, Flavia Maciel, Josephina Castagnier, Bertha Koeller, Emilia Bastos, Davina Fróes e Antônia Araripe. Temos poucas informações sobre as mulheres responsáveis por essa produção, apesar dos sobrenomes destas senhoras serem reconhecidos entre uma liderança masculina do movimento abolicionista (Nabuco, Araripe, Jaguaribe...). Maria Nabuco, por exemplo, encontramos seu nome relacionado a outras apresentações artísticas no movimento abolicionista, porém não conseguimos relacioná-la a algum parentesco com Joaquim Nabuco. Isto nos faz indagar sobre as relações entre os gêneros e a seleção e os registros históricos que invisibilizaram as personalidades femininas.

⁸³ Silva (2014) faz uma ligação dessa organização com a *Libertadora Cearense*, devido a uma provável relação de parentesco de uma integrante da comissão, Clodes Jaguaribe e Leonal Jaguaribe. Supomos que o autor também faz essa referência devido ao nome “Libertadoras”, já que a Sociedade Libertadora Cearense foi referência para outras. Mas, segundo as informações que conseguimos verificar, não temos nenhuma indicação de que essa organização tinha alguma relação com a *Libertadora Cearense*.

A comissão esclareceu que o grupo apresentado como Novas Libertadoras iria se constituir como sociedade filantrópica, denominada AMÉRICA LIVRE – Sociedade Abolicionista de Senhoras, apresentando o projeto para seus estatutos:

CAPÍTULO I – Objecto da sociedade

Art. 1º. A sociedade AMERICA LIVRE, iniciada n'esta côrte a 23 de maio e fundada a 3 de junho de 1883, tem por fins:

§ 1º. Apressar por todos os meios a seu alcance a solução do problema da abolição;

§ 2º. Promover o estabelecimento de escolas e institutos para educação dos libertos;

§ 3º. Realisar uma grande festa e exposição annual de productos artísticos, a 28 de setembro, em benefício do fundo particular applicavel á manutenção das escolas do § anterior. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00179, 28/06/1883, p. 2)

Os estatutos estabelecidos pela comissão mostram um planejamento que incluía a educação em seu plano de reforma social (ANEXO). Um plano longo, que apresenta os fins da sociedade, sua organzição e administração, a captação e uso de recursos, mas que vai além. Pelo que pudemos entender, seus compromissos se distanciavam do objetivo de uma caixa, que estaria voltada para a libertação de um rol de sócios/as escravizados/as que iriam contribuir e ter auxílio em seu processo de libertação, mas, assim como o Centro Abolicionista da Escola Politécnica, iriam abranger outras iniciativas que estabelecessem diálogos com outros setores da sociedade, através de seções auxiliares da diretoria:

Art. 15 – As seções auxiliares da diretoria serão em número de dez e terão as seguintes denominações: dos concertos, bellas artes, imprensa, parlamento, commercio e industria, tribunaes, provincias, estrangeiros, escolas e institutos e exposições. § 1º cada uma d'estas seções trabalhará para seu fim especial, promovendo entre as classes com que entendam, todas adhesões possíveis, obtendo o apoio para festas e movimentos que organisarem: §2º. Compor-se-hão de três sócias eleitas na fórmula do art. 2º. sendo uma presidente, outra relatora e a terceira relatora; § 3º. Serão amplas as suas atribuições para realizações de seus fins particulares, desde não saiam da orbita dos donativos que obtiverem para formação de sua quota e prestem contas mensalmente á caixa geral, de onde só retirarão os dinheiros na fórmula do art. 14 § 2º. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00179, 28/06/1883, p. 2)

Essas mulheres compreenderam que para a abolição da escravatura no Brasil diversas áreas, como as artes, a imprensa, o parlamento, o tribunal, o comércio e a indústria, a imigração, as diversas províncias e a educação deveriam estar envolvidas. Dessa forma, expressaram a complexidade de se pensar algumas estruturas sociais que foram firmadas em um projeto de sociedade que tinha a escravidão como base. Por isso, em seu projeto de estatutos esses setores sociais não foram esquecidos e teriam uma comissão responsável por cada um deles, formadas por sócias eleitas que iriam estruturar ações, festas e arrecadação de donativos.

Pela imprensa, a organização convocava outras senhoras para se engajarem na causa, apresentando seus nomes em dois endereços distintos. Também convidava a todas as sócias e senhoras que desejassem aderir à sociedade, que participassem da assembleia do dia 5 de julho de 1883, para aprovação dos estatutos e eleição da diretoria (*Jornal do Comércio*, ed. 00185, 05/07/1883, p. 2).

Conforme o anúncio, seria feita a aprovação dos estatutos e a eleição da diretoria que seria empossada. Entretanto, não encontramos informações sobre as ações realizadas pela diretoria e por suas comissões especiais, algo que poderia enriquecer nossa pesquisa.

Apesar disso, seus estatutos revelam uma produção intelectual de um grupo de mulheres, compreendendo a complexidade do escravismo brasileiro e estruturando formas de reflexão e ação para o seu combate. É importante frisar o papel da educação nesse processo, tendo como um dos fins principais da sociedade apressar a abolição no Brasil e a criação e manutenção de escolas e institutos para libertos. Dessa forma, essa sociedade, assim como outras organizações abolicionistas femininas, demonstram a capacidade feminina de articulação e envolvimento político e social no período.

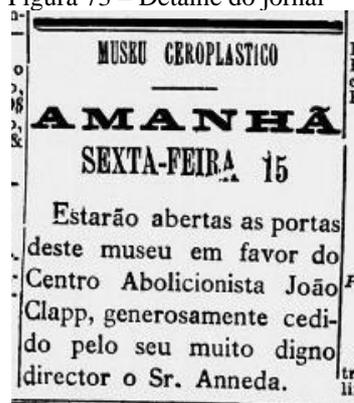
3.9 Centro Abolicionista João Clapp

O trabalho de João Clapp chamou a atenção e acabou sendo homenageado com a nomeação de um Centro Abolicionista. Não encontramos muitas informações sobre essa organização e seu trabalho educacional, mas não podemos deixar de sinalizar sua criação e seus esforços em prol da educação dos cativos.

As primeiras notícias dessa instituição são de princípio de 1884, quando a organização se associa à Confederação Abolicionista, junto com o Centro Abolicionista Forense e o Club Abolicionista Abrahão Lincoln (*Gazeta da Tarde*, ed. 00025, 30/01/1884, p. 1). João Clapp agradeceu e disse que estava honrado, se colocando ao lado da organização para suas necessidades.

O nome de Clapp abriu oportunidades para o centro, como o produto de uma exposição do Museu Ceroplástico, localizado na rua do Ouvidor, e seria revertido em benefício da organização.

Figura 73 – Detalhe do jornal



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Gazeta da Tarde*, ed. 0037, 14/02/1884, p. 4.

O centro passou a funcionar na Rua do Rosário, nº 134, tendo alguns anúncios de convocação para assembleias. Apesar de não termos contato com seus estatutos, um anúncio deixa claro o seu envolvimento com a educação:

Em cumprimento do que se acha determinado nos estatutos do Centro Abolicionista João Clapp, foi nomeada a seguinte comissão encarregada de dirigir os trabalhos do curso noturno creado pelo club:

Aula complementar. – Bernardo Gomes e Ernesto Leão de Brito.

Aula elementar. – Fortes Teixeira e Francisco Teixeira.

Aula calligraphia. – José Caetano Alvarenga Fonseca e Virgollino Fontoura.

Aula de arithmetica elementar. – Alfredo Nazareth.

Para organizar o regimento interno do club foram nomeados os Srs. Bernardo Gomes, Alvarenga Fonseca e Alfredo Nazareth. (*Gazeta de Notícias*, ed. 00148, 27/05/1884, p. 2)

Dessa forma, temos algumas informações sobre os conteúdos e aulas dadas pelo curso noturno criado pela instituição, assim como o nome dos seus professores. Isso atestava que as aulas e o programa de ensino foram pensados, organizados e estruturados em prol da instrução popular. Em outro momento, sinalizam a criação de curso noturno prático, no qual seriam docentes: “Nazareth, Gomes, Alvarenga, Brito, Fortes, Teixeira e Fontoura. Parabéns aos que restituem a liberdade escravizados e abrem o livro para educar os que querem instruir” (*Gazeta da Tarde*, ed. 00129, 04/06/1884, p. 1). Sinalizamos o uso do termo escravizados e os sobrenomes destacados nesse anúncio são os mesmos da comissão designada pelo Centro.

A associação passou a estar presente em outros eventos de suas coirmãs, na recepção e marcha em homenagem ao jangadeiro Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, assim como nas decisões e eventos da Confederação Abolicionista, e apoio à candidatura de algumas lideranças contra a escravidão. José do Patrocínio também foi homenageado pela organização quando retornou de sua viagem à Europa, e foi condecorado com o título de sócio benemérito (*Gazeta da Tarde*, ed. 00143, 25/06/1885, p. 2).

Assim, o *Centro Abolicionista João Clapp* reforçava o compromisso do movimento abolicionista de contribuir para libertação dos cativos e no auxílio educacional.

Neste capítulo, analisamos o trabalho educativo desenvolvido por algumas organizações abolicionistas, pois essas não estavam afastadas dos compromissos educativos com os seus associados, reconhecendo que o movimento abolicionista atuou na educação de camadas populares. E ainda compreendendo que a educação se estabeleceu em questões mais amplas, para além da formação escolar, e que dentro das organizações abolicionistas estariam relacionados ao próprio fazer associativo, através de práticas que envolveriam a leitura, a escrita e princípios matemáticos, como produção de estatutos, eleições de diretoria, pagamentos de mensalidades, prestação de contas etc.

Constatamos também que essas instituições buscaram princípios pedagógicos que pudessem auxiliar na estruturação de suas escolas e cursos noturnos, e métodos de ensino e abordagens teóricas foram empregados e debatidos. Utilizaram livros didáticos, abriram bibliotecas, se envolveram com a produção de periódicos e impressos, abriram espaços para discussão e apresentações de teses sobre questões sociais, políticas e religiosas. Além de tudo isso, reestruturaram currículos dando ênfase às necessidades de seu público, e não aos conteúdos tradicionalmente estabelecidos.

Também percebemos o papel ativo dos escravizados e libertos na busca por educação. Mostramos que alguns buscaram apoio dessas organizações para sua libertação, frequentaram suas escolas e ainda desempenharam funções de professores adjuntos, auxiliando outras classes. Depois de libertos, se tornaram atuantes no movimento, continuaram a contribuir financeiramente para libertação de seus pares, assumiram cargos na diretoria de associações, elaboraram requerimentos para pressionar o poder público e exerceram seus direitos de cidadãos. Toda essa ação indagou as estruturas estabelecidas, combateu preconceitos existentes, permitiu as construções de outros conhecimentos e outras práticas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou construir uma outra narrativa para o movimento abolicionista destacando o papel da educação nesse processo. Indo além dos debates estabelecidos no parlamento brasileiro, marcado historicamente por personalidades consideradas como ícones do movimento, procurou contribuir com pesquisas que trazem novas significações para os processos históricos, destacando perspectivas e grupos sociais anteriormente ignorados. De igual forma, esta tese possibilita refletir sobre a História da Educação brasileira, reforçando o desejo, a busca e a valorização de camadas populares por educação, incluindo escravizados e escravizadas, e o protagonismo negro em diferentes práticas formativas e escolares.

Como já sinalizamos, a discussão em torno do abolicionismo não é nova, assim como suas formas de registro. Durante o processo de abolição, o próprio movimento e seus militantes tentaram construir uma memória coletiva de luta, que além de homenagear seus líderes, combatiam os preconceitos e discriminações que embasavam o escravismo, contestando estruturas sociais existentes. Porém, com o passar dos anos, certas narrativas ganharam fôlego se sobrepondo, ocultando, invisibilizando ou menosprezando determinadas experiências, modos de militância e personalidades. A caracterização do abolicionismo como um movimento social é significativo, pois tira do foco o embate dentro da câmara e do senado e ressalta a participação popular, saindo do parlamento, ganhando a opinião pública e as ruas (ALONSO, 2015; SANTOS, 2018). De igual forma, nossa pesquisa visou destacar o envolvimento e o protagonismo de pessoas negras, inclusive escravizadas e libertas, como essencial para percebemos esse processo como uma conquista da população negra e não um ato de benevolência de um grupo social dominante (SILVA, 2021, MACIEL, 2006).

Apesar de esse fato já ter sido denunciado de diversas formas ao longo dos anos, ainda se faz necessário demarcá-lo. Ainda permanecem em nosso meio social estruturas que embasavam a exploração racial e que se expressam, ainda hoje, através do racismo. O abolicionismo tinha consciência de seu caráter instrutivo naquele momento social e buscou, de diversas formas, com diferentes ações, combater as discriminações e preconceitos existentes, dos quais tentamos especificar nos capítulos trabalhados e destacaremos nessas considerações finais.

A crença de inferioridade dos povos africanos foi usada para justificar o tráfico e a exploração racial. Contestando essa visão, o movimento deu visibilidade a uma intelectualidade negra, casos de André Rebouças, José do Patrocínio, Vicente de Souza, Cacilda Francioni de Souza e José Agostinho dos Reis, personalidades utilizadas no primeiro capítulo desta tese como exemplos de lideranças que refletiram sobre a abolição da escravatura, inserindo e englobando aspectos sociais mais amplos, como a economia, a agricultura, a educação, a laicidade do Estado, o lugar e a educação feminina. Uma intelectualidade negra que pensou o Brasil de uma forma ampla, sua formação, suas regiões, seu sistema econômico e político. Eles conheceram a realidade brasileira através de viagens pelo interior ou por pertencerem a outras províncias, observaram a dificuldade do povo, suas mazelas e estiveram atentos às suas necessidades.

Esses intelectuais refletiram, questionaram e se posicionaram, propondo soluções e reformulações. Intelectuais comprometidos com suas origens e raízes, que olharam e se identificaram com o povo negro do cativo, assumindo responsabilidades e dispostos a ser agentes de transformação.

Uma intelectualidade que investiu na educação como meio de desenvolvimento pessoal, ascensão social e busca por direitos políticos, mas também de enfrentamento das desigualdades e preconceitos raciais existentes. Dedicaram-se ao trabalho docente, fizeram da educação um meio de subsistência, mesmo tendo outras profissões. Trabalharam em instituições educativas no momento de maior acirramento do embate abolicionista durante a década de 1880, assumiram cargos de professores, diretores de instituições escolares e escreveram livros didáticos. Enfim, estiveram envolvidos em funções pedagógicas, sendo referência e auxiliando na formação de jovens estudantes, pessoas negras e brancas, dentro desses espaços educativos.

Dessa forma, as produções intelectuais desses sujeitos trouxeram importantes contribuições para educação do período. Ao valorizar e incentivar a educação técnica, que junto com a abolição do trabalho escravo e redistribuição territorial seriam os pilares de uma reformulação econômica e social (André Rebouças). Ou entendendo a educação como necessária para a plena cidadania, a ser articulada por uma reforma educacional e com a ampliação do direito ao voto (Patrocínio); ou ainda na compreensão dos/as escravizados/as como trabalhadores, estimulando-os à mobilização e ao engajamento político e educativo (Vicente de Souza). Através de sua música, docência e vivência de mulheres, possibilitando uma reflexão sobre a participação feminina nas questões políticas e educacionais (Cacilda de

Souza). Por fim, no apoio ao desenvolvimento científico e à educação popular (José Agostinho dos Reis).

Esses intelectuais formularam artigos na imprensa, realizaram conferências, projetos de lei, organizaram associações abolicionistas e operárias, criaram escolas e escreveram livros. Ações que envolviam conhecimentos técnicos, científicos e literários, eles colocaram seus saberes e suas áreas de formação em prol da luta abolicionista. Utilizando meios diversos para comprovar a ineficiência de um sistema de exploração desumano, considerado arcaico e que não permitiria o desenvolvimento da nação.

Ao propor essas reformas, a implementação do trabalho livre, a redistribuição territorial, a ampliação da instrução popular e técnica, do direito ao voto, a educação feminina e a separação do Estado da Igreja, esses intelectuais atacavam as formas de manutenção do *status quo* das elites brasileiras que estruturavam a sociedade agrária, patriarcal e escravista. Eles tinham consciência desse fato, mesmo assim continuavam defendendo e divulgando seus pensamentos reformistas. O fato de essas propostas virem de uma intelectualidade negra, que havia rompido com os limites sociais claramente estabelecidos, trazia incômodos para uma estrutura social baseada na estratificação e na racialização.

No segundo capítulo, demos ênfase ao trabalho abolicionista desenvolvido por uma mocidade acadêmica sedenta por transformações sociais dentro das instituições imperiais de ensino superior. Mencionamos que dentro do processo de colonização exercido por Portugal estava previsto o controle intelectual, enquanto a educação superior e a imprensa eram proibidas. O ensino em nível superior foi compreendido como um fator fundamental para formação ideológica de uma elite dominante e de seu ciclo de sustentação. Quando foram criadas as primeiras faculdades ou escolas superiores, a seleção de seu alunado seguia rígidos critérios de seleção e controle, baseados em dependências e apadrinhamentos, com poucas possibilidades para os grupos populares. Mesmo com as barreiras sociais, jovens de origens humilde e negros adentraram nesses espaços, sendo sua própria presença e permanência um meio de contestação, desafiando e incomodando a estrutura de poder vigente.

Tentamos deixar claro que o século XIX foi um momento de estruturação, profissionalização, valorização e consolidação de algumas carreiras, como a engenharia, a carreira militar e a própria medicina. Dentre as áreas trabalhadas, a única que, de certa forma, já havia conquistado um prestígio social era a medicina, mesmo assim era vista com desconfiança por certas parcelas da população. A engenharia, a carreira militar, a música e as artes visuais foram percebidas como oportunidades para formação e profissionalização para

jovens de origem modesta, inclusive com ascendência escravizada. Pequenos proprietários, comerciantes, funcionários públicos e professores de diversas províncias do Império encaminhavam seus filhos para as academias imperiais na Corte. E esses formaram um grupo intelectual afastado dos compromissos e valores da tradicional aristocracia escravista.

Esses jovens, alunos e professores negros, foram responsáveis pela legitimação e reconhecimento desses campos, auxiliando na fundação de instituições educativas e sociedades profissionais, além de periódicos que cumpriam a finalidade de construir e dividir saberes específicos. Mesmo dentro do âmbito cultural e artístico, marcado pelo financiamento e controle estatal, um ambiente extremamente estratificado e elitizado, no qual a corporeidade e a estética negra eram símbolos de “incivilidade” e contrários aos ideários e valores imperiais, a existência de alunos e professores negros era significativa e pode ser entendida como movimento de resistência, revelando potências através da própria visualidade dos corpos negros.

Percebemos em todas as instituições de ensino superior estudadas a mobilização estudantil que questionava e pressionava os poderes públicos. Esses casos relataram a falta de estrutura e recursos dentro das academias, denunciaram abusos de ministros e lentes, cobraram o cumprimento dos estatutos, contestaram concursos e premiações, exigiram direitos e eram críticos diante de experiências formativas nesses espaços. Manifestaram-se através da imprensa, de passeatas, de discursos e de requerimentos, conquistando, em diversos momentos, o apoio popular.

A criação de organizações abolicionistas ligadas a essas instituições educativas por si só pode ser considerada uma maneira de enfrentamento diante de uma estrutura social baseada na dominação, exploração e exclusão. As diversas associações abolicionistas atuaram na libertação de escravizados/as, arrecadando fundos para libertações, apoiaram eventos e conferências, procuraram alianças com representantes do poder legislativo e conquistaram a opinião pública. Porém, entendemos que nesses espaços educativos a militância abolicionista se configurou de formas diversas, que iam além da fundação de sociedades. Manifestou-se através de teses que contestavam argumentos escravistas, utilizando, para isso, seus conhecimentos técnicos e científicos, como também em obras e apresentações artísticas que trabalhavam e dialogavam de forma sensível com essas temáticas.

Nesse momento, tivemos a oportunidade de apresentar duas mulheres brancas, enquanto estudantes da área médica, tiveram a oportunidade de expressar suas falas e convicções sobre o elemento servil. Apesar de darmos visibilidade ao protagonismo negro nessa pesquisa, não

poderíamos deixar de mencionar a participação feminina que também rompeu os lugares sociais estabelecidos. Elas estiveram em espaços e áreas de formação que contestavam suas capacidades intelectuais simplesmente por serem mulheres.

No terceiro capítulo, analisamos a abertura de escolas e cursos noturnos de ensino primário ligados a sociedades abolicionistas. Essas iniciativas direcionadas à população negra, seja ela escravizada, liberta ou livre, abriram-se para outros segmentos populares. Dentro dessas organizações podemos observar uma participação ativa desses sujeitos, não somente na busca por matrícula ou ao dividirem seu saber como professores adjuntos, mas também na conquista e compreensão da educação como um direito.

Destacamos que a própria experiência associativa carrega um caráter educativo e formativo. A participação em assembleias e reuniões, confecção de estatutos e atas, eleições de diretoria, pagamentos de mensalidades e tributos, prestações de contas, entre outros, permitiram uma aproximação com letras e números para todos os associados ou associadas, mesmo para aqueles/as que ainda não dominassem esses códigos da cultura letrada. Algo que não estava distante do cotidiano de um trabalhador na cidade, mas que toma formas específicas na experiência associativa, em que exigiam certas concordâncias, avaliações e aprovações de seus sócios/sócias (COSTA, 2016). Porém, nossa análise ficou restrita às sociedades que desenvolveram ou estruturaram práticas escolares, como aberturas de escolas, cursos, aulas noturnas, bibliotecas, entre outras dinâmicas que tinham como base a palavra escrita.

Dessa forma, apresentamos algumas experiências significativas como a Escola da Cancellia, o Club dos Libertos, o Club Abolicionista Guttemberg e o Club Abolicionista do Riachuelo, entre outras, que inspiraram e traziam o lema da “liberdade e instrução”. É interessante perceber a diversidade de ações envolvidas, os projetos educacionais e políticos dessas organizações eram amplos e diversos, sendo constituídos por diversos tipos de ações, como a criação de periódicos e publicações, apresentação de teses, sessões literárias, conferências pedagógicas, e dinamizada por grupos com características e formações diferentes, de trabalhadores, escravizados e libertos, feminino e de lideranças religiosas.

Numa sociedade tão demarcada em sua estrutura, as propostas educacionais tinham um caráter popular, plural e pretendiam extinguir preconceitos. Diversos anúncios das escolas, cursos ou aulas noturnas mencionavam que admitiam adultos e crianças, escravizados, livres e ingênuos, independente de cor, nacionalidade e religião, e combatiam qualquer forma de preconceitos. Para isso, utilizavam como estratégia o exemplo de outros homens negros, alguns que passaram pela experiência do cativo, como Luiz Gama, Abel da Conceição e Abel

Trindade; abandonaram o tradicional ensino religioso, passando a discutir sobre direitos dos cidadãos nacionais e estrangeiros, como descrito nos regulamentos da Escola Noturna do Club dos Libertos; estabeleceram outras relações com as heranças negras, como a capoeira na Escola da Cancellia.

As experiências buscaram e difundiram princípios pedagógicos através da utilização e debate sobre métodos, silabários e cartilhas. Mostraram empenho ao organizar seus regulamentos, estruturando conteúdos, aulas e formas de ação didática, respeitando o perfil do seu alunado e buscando metodologias inovadoras que auxiliassem a aquisição da leitura, da escrita, do contar para um grupo específico. Construíram um aprendizado contextualizado, que auxiliasse na leitura do mundo, voltado para um desenvolvimento crítico sobre a realidade, pensando o homem, a sociedade, as artes, a indústria, as questões de higiene e a cidadania.

Nesse contexto a questão feminina se fez presente. Conferências e sessões discutiam o lugar da mulher na sociedade, escravizadas foram aceitas no rol social das organizações e desenvolveram propostas para a educação feminina, inclusive para as que viviam no cativeiro. As sociedades femininas tiveram autonomia e trouxeram contribuições nas maneiras de se combater o escravismo.

Comprovamos a participação de escravizados e libertos nos bancos escolares, mas também no ensino auxiliando as classes menos adiantadas, assim como de trabalhadores estrangeiros. Esses sujeitos tiveram protagonismo, ocuparam cargos de liderança, utilizando os conhecimentos adquiridos para dialogar com os poderes governamentais e cobrar seus direitos enquanto cidadãos, participando do debate político sobre a escravidão e processos legais para sua extinção.

Além do ensino da leitura e da escrita, as propostas educativas foram utilizadas como estratégia de conscientização política, tendo como resultado a formação de uma militância comprometida com a causa da abolição da escravatura. Mas também revelam a compreensão e o desejo de transformação social através da educação.

O percurso da própria militância fez com que o movimento elaborasse conhecimentos, argumentos e contra-argumentos que se opunham às estruturas, crenças e conceitos socialmente reconhecidos, problematizando a questão racial no Brasil. Algo que se aproxima ao pensamento de Gomes (2017) ao destacar o aspecto educativo do Movimento Negro, ao sinalizar a construção de saberes dentro da própria militância. Entretanto, o objetivo desta pesquisa não é defender o abolicionismo como movimento negro, pois esta seria uma outra questão. Ressaltamos que o movimento envolveu pessoas de diferentes cores, classes, posicionamentos

políticos e ideológicos, e muitos dos militantes do movimento, que tiveram papel preponderante na junção educação e abolição, como João Clapp, eram pessoas brancas. Nesta tese, o foco principal foi a atuação de pessoas negras, por entendermos que suas vivências e experiências em uma sociedade escravista, mesmo para aqueles que nasceram livres, trazem especificidades. E assim puderam gerar novas perspectivas sobre o âmbito social, educacional e racial.

Mas, diante do exposto, consideramos como movimento social que se colocava contrário a certas hegemonias. O abolicionismo indagou saberes científicos, problematizou conceitos, fez emergir novas temáticas, combateu práticas que ampararam os preconceitos e discriminações raciais, produzindo, assim, novos conhecimentos. Por isso, demonstramos estratégias utilizadas, termos e conceitos defendidos, compreendendo o papel educativo e reformador do movimento abolicionista.

Dar oportunidade para que pessoas negras apresentassem seus discursos foi uma delas. Vicente de Souza, José do Patrocínio, Hemetério dos Santos, Teodoro Sampaio e José Agostinho dos Reis foram algumas das personalidades que alcançaram prestígio social ao investirem na educação formal, se tornando médicos, professores e engenheiros, e tiveram a oportunidade de apresentar e compartilhar seus posicionamentos e visões sobre a escravidão e a abolição. A posição social alcançada por esses homens, por si só, foi um contra-argumento à inferioridade da raça negra. Porém, outros saberes foram desenvolvidos na luta antiescravista e foram divulgados, compartilhados e se fizeram presentes nas ações dos seus representantes.

Seus pronunciamentos traziam informações sobre a África como um lugar de conhecimento e de influência sobre a cultura ocidental, através da defesa de um Egito negro. Foram usados autores e estatísticas sobre criminalidade entre cidades escravistas e europeias para defender a capacidade intelectual e moral dos africanos e seus descendentes escravizados. Em outros momentos, debateram sobre a ilegalidade do sistema escravista, apresentando um apanhado de leis desde o Brasil colônia que comprovariam judicialmente que o sistema escravista não deveria mais existir, e assim exigiam do poder público o cumprimento da legislação nacional. Dessa forma, se posicionavam contrários à legalidade da propriedade escrava, para além de um ato humanitário, do qual também discursavam, mas apresentando fundamentos jurídicos. Números e exemplos de países estrangeiros foram usados para comprovar que a transformação do trabalho escravo para o trabalho livre seria benéfica ao desenvolvimento do país. Impostos e projetos de leis foram sugeridos refletindo sobre a agricultura e o poderio territorial, entre outros aspectos. Saberes que estiveram na pauta política e influenciaram propostas legislativas, pressionando o Estado imperial.

Nessa perspectiva, passaram a valorizar uma produção intelectual negra, sendo essa publicada, divulgada e usada como base pelo movimento. O discurso de Vicente de Souza, *O Império e a Escravidão: o parlamento e a pena de morte (1879)*, foi publicado e divulgado na imprensa. Os argumentos apresentados por André Rebouças, iniciados na década 1870, foram reunidos no livro *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Econômica (1883)*, e suas primeiras edições doadas para Confederação Abolicionista. Já Luís Anselmo da Fonseca escreveu a *Escravidão, o Clero e o Abolicionismo (1887)*, em que divulgou seus pensamentos e auxiliou na construção de uma memória do movimento.

Independente de terem conquistado uma posição social elevada e mantido relações com membros das elites imperiais, suas características fenotípicas, sua cor de pele e suas origens eram utilizadas como marcadores. Quando desejavam atacar, menosprezar, diminuir as produções dessa intelectualidade negra, seus opositores utilizavam características fenotípicas ou suas heranças ancestrais. Assim, os irmãos Rebouças foram insultados na imprensa através dos quartetos *Pae Feitiço e Pae Quimbombo*, Patrocínio e sua futura esposa Maria Henriqueta por seu casamento interracial, o livro de Anselmo da Fonseca tratado com desdenha, além da punição dada a Estevão Silva.

O próprio movimento abolicionista sofreu perseguições por dar visibilidade a uma liderança negra, não somente nos discursos, como falamos, mas nas apresentações musicais de Cacilda de Souza, do Professor Viriato, de Guilherme Cantalice e nas encenações do ator Xisto Bahia. Silvio Romero admitiu que não compareceu a uma Conferência por essa estar repleta de gente da cor negra, como “Vicentes e Patrocínios”, afirmando que o movimento transformava um problema social em uma questão de raças.

Mesmo que o termo “racismo” não fosse utilizado nessa época, o termo “raça” esteve presente em diversos momentos e em contextos variados. O conceito de raça, a partir de uma junção de aspectos físicos, cognitivos, padrões culturais e traços psicológicos que circulam no imaginário popular para diferenciar pessoas, ampara práticas e atitudes racistas (MUNANGA, 2010). Assim, o termo foi empregado em ofensas fenotípicas, ou como forma de descrédito ou desmerecimento de suas produções, pautados na crença de inferioridade. Ao utilizar expressões como “preconceito de cor” ou “preconceito social”, para sinalizar as discriminações sofridas, revela a construção histórico-social do racismo.

Mas, o termo “raça” também foi empregado e ressignificado pelo movimento abolicionista em diversos discursos e momentos. Por exemplo, nas respostas dadas por Vicente de Souza e José do Patrocínio a Silvio Romero, em que exaltavam seu pertencimento ancestral

e que deixavam claro que as questões raciais vão além da simples coloração da pele; ou quando José Agostinho dos Reis, na sessão solene de inauguração do Centro Abolicionista da Escola Politécnica, falou de seu pertencimento e de seu nascimento na condição de escravizado. Como também na valorização da “raça africana”, através de informações do Egito negro, da capacidade de realizar os mais árduos serviços, e do amor fraternal expresso por escravizados/as aos seus pares, inclusive por seus senhores.

Outro exemplo de conhecimento gerado na luta antiescravista foi o uso da palavra “escravizado”. Em diversos contextos, o movimento abolicionista já utilizava o termo “escravizado” ao invés de “escravo”. Apesar de não ter encontrado uma discussão sobre o emprego dessa terminologia por sua liderança, a utilização desse termo era empregada e representa uma transformação conceitual. Compreendemos que no período a principal batalha a ser vencida era realmente a abolição da escravatura, porém outras questões se agregavam, fazendo repensar as estruturas de dominação e exploração que viviam. Por isso não compreendemos que essa foi uma simples colocação de termos similares, e sim um posicionamento crítico em relação ao uso da linguagem.

Outro termo apropriado e ressignificado pelo próprio movimento foi “quilombo”. O periódico *Cidade do Rio*, de propriedade de Patrocínio, fez em 1890 uma série de matérias sobre o movimento abolicionista, nele são destacados alguns lugares que recebem o título de Quilombo. Locais como os escritórios da *Gazeta da Tarde*, da *Cidade do Rio* ou da Confederação Abolicionista, assim como residências de sua liderança, como de João Clapp, Emiliano Senna, José Seixas Magalhães, José de Patrocínio, Raimundo Pereira e Souza, entre outros, foram denominados como quilombos. Um conceito que no século XX ganha amplitude ao ser trabalhado pelo Movimento Negro, especialmente por Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, ao pensar no espaço de luta e resistência da população negra.

A matéria que apresentou os “quilombos” estava direcionada não apenas aos leitores, mas também “ao futuro historiador da abolição dos escravizados do Brasil” (*Cidade do Rio*, ed. 00150, 08/07/1890, p. 2), expondo o compromisso do movimento em preservar sua história. Nessa perspectiva, iremos perceber que os líderes abolicionistas eram reverenciados pelo próprio movimento, em títulos, prêmios, homenagens etc., construindo uma memória que deu destaque a sujeitos historicamente conhecidos, como Rio Branco, General Osório, Joaquim Nabuco, e outros esquecidos ou não enaltecidos no processo histórico, como Cacilda Francioni de Souza, Alice Clapp e Julia Regadas, mulheres que se dedicaram à causa, assim como a escravizados, casos de Israel Soares, Abel da Trindade e José Magalhães, que tiveram seus

nomes expostos em estandartes e foram lembrados no pós-abolição ao lado de abolicionistas consagrados.

Também não é neutra a nomeação de suas associações e clubes: *Centro Abolicionista Ferreira de Menezes*, a *Associação Operária Emancipadora Vicente de Souza*, o *Club e a Caixa José do Patrocínio*, o *Grêmio Abolicionista Agostinho dos Reis*, ou a publicação de periódicos e reportagens que traziam fotografias e biografias de seus mártires (Luiz Gama em *O Libertador* e Ferreira de Menezes na *Gazeta da Tarde*).

Essa liderança questiona a falta de participação política de homens negros entre os candidatos ao parlamento. Rebouças deixou claro sua insatisfação em 1882, Anselmo da Fonseca inseriu essa problemática em seu livro e Agostinho dos Reis se candidatou mesmo sem apoio partidário, sinalizando importantes questões que foram incorporadas às pautas do Movimento Negro do século XX.

De igual forma, trouxeram reflexões importantes para se pensar a própria prática pedagógica. Suas ações não ficaram restritas à aquisição da escrita, da leitura e de contas, estavam entrelaçadas por questões políticas e sociais amplas, sinalizando um ensino contextualizado, que respeitava a bagagem cultural de seus alunos e estimulava um olhar crítico sobre a realidade. Declaravam combater práticas preconceituosas e discriminatórias, tendo uma postura antirracista e laica. Buscaram, debateram e divulgaram métodos de ensino, fizeram adaptações e reformulações curriculares que confrontavam o ensino tradicional. Permitiram e incentivaram a participação ativa dos seus alunos no processo educacional, desempenhando papéis de liderança, auxiliando no ensino, na reivindicação por cidadania, igualdade e liberdade.

Todas essas ações reforçam a tese do movimento abolicionista *para além da liberdade*. Desejavam combater o lugar socialmente reservado para a população negra, construindo uma consciência racial afirmativa, valorizando o trabalho intelectual, artístico e operário das pessoas negras (escravizadas, libertas e livres), criando espaços de identificação, e preservando e construindo uma memória em que fosse reconhecida a participação ativa de sujeitos e grupos socialmente excluídos. Cumprindo, assim, um papel instrutivo e reformador.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para a promoção de uma reparação histórica, que combata determinados estereótipos, restituindo às pessoas negras o seu lugar de produtoras de conhecimento, negado pela construção social do racismo. As existências de tais sujeitos, suas lutas contra a desigualdade social e por direitos educacionais e políticos, revelam

os sentidos e significados da liberdade como um projeto amplo de emancipação, mas que ainda hoje permanece em disputa.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 69, p.83-99, 2015.

ALMEIDA NOGUEIRA, J. L. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências: estudantes, estudantões, estudantadas*. São Paulo: [Typ. Vanorden], 1912.

ALVES, Claudia M. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (60). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-60.htm>>. Acesso em: 02 jan 2022 [ISSN: 1138-9788]

ALVES, Sirlene Ribeiro. Música, docência e letras: no caminho de liberdade de Cacilda Francioni de Souza. *Revista TransVersos*, [S.l.], n. 20, p. 175-196, dez. 2020. ISSN 2179-7528. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/55243>>. Acesso em: 12 maio 2021.

_____. LIBERDADE E INSTRUÇÃO: O trabalho de João Clapp na luta abolicionista. *Anais do 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/9encontro/textos/sirlene_alves.pdf Acesso em: 03 jan 2020.

_____. Educação e Libertação: O Club dos Libertos Contra a Escravidão de Niterói. FELIPE, D.; OLIVEIRA, O.; ESCOBAR, G. (Orgs.). *Patrimônio e cultura afro-brasileira: memória, identidade e reconhecimento*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018.

_____ e SILVA, Alexandra Lima. O voo das graúnas: estudantes negras/os como intelectuais. *Revista Brasileira de História da Educação*. (no prelo)

BARRETO, Maria. R.; CARDOSO, Tereza F.; SILVA, Wladimir B. . Educação e Inclusão Social: O Projeto Educacional de André Rebouças. *Tecnologia & Cultura (CEFET/RJ)*, v. 26, p. 54-61, 2015.

BRENES, Anayansi Correa. História da Parturição no Brasil, Século XIX. *Cadernos de Saúde Pública*. RJ, 7 (2): 135-149, abr./jun,1991.

BATALHA, Claudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. MORAES, João Quartim (org.). *História do Marxismo no Brasil. vol. II*. Campinas: EdUnicamp, 1995.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: volume 1: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERNARDES, Maria T. C. C. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro - Século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios Legais e Legítimos: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. PUC-SP, 2009. (Tese de doutoramento).

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARULA, Karoline. Conferências populares da Glória (1873-1889): Preleções para a discussão do cotidiano na Corte Imperial, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 174, v. 458, p. 291-318, jan./mar. 2013

CARVALHO, José Murilo. José do Patrocínio: A Monarquia e a Abolição. In: Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996, p. 9-22.

_____. Com o coração nos lábios. In: PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996.

_____. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: _____. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a Construção*. Rio de Janeiro, Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

_____. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 6-22, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/9V6qKsbVrSQ5jbCNhLpNb8f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 2002

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELAS, Isabela de Oliveira. Criação das faculdades de medicina no período imperial brasileiro. *Sillogés*, v. 2, n. 2, p. 272-292, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/72>. Acesso em: 22 set. 2021.

DUROCHER, Maria Josephina Matilde. *Ideias por coordenar á respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Enilda. O método intuitivo nos séculos XIX e XX: duas balizas para o trabalho didático. *X Seminário Nacional HISTEDBR*. Campinas: Unicamp, 2016. Disponível: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1061-2820-1-pb.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FIGUERÔA, Meirevandira S. “Matéria livre... espírito livre para pensar”: um estudo sobre das práticas abolicionistas em prol da instrução e educação de ingênuos na capital da província sergipana (1881-1884). Dissertação de Mestrado em Educação. São Crristovão SE: UFS, 2007.

FONSECA, M. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira da História da Educação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, n. 13, p. 11-50, jan-abr, 2007.

_____. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FREDO, Fátima. Francisco Manuel Chaves Pinheiro e sua contribuição à imaginária carioca oitocentista. *19&20*, Rio de Janeiro, v. V, n. 2, abr. 2010. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/artistas/fmcp_fa.htm Acesso em 20/01/2023>. Acesso em: 19 ago. 2021.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Nilma L. O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis RJ: Vozes, 2017.

_____. Intelectuais Negros e a Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

GRAHAM, Sandra L. O Motim do Vintém e a Cultura Política do Rio de Janeiro 1880, *Revista Brasileira de História*, v. 10, n. 20, p. 211-232, mar.-ago. de 1991.

GUIMARÃES, Anselmo. Culturas escolares nas escolas primárias na segunda metade do século XIX: o livro *Noções de Literatura Nacional*. V Colóquio Internacional Educação e Liberdade. São Cristóvão, SE: 2011.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *Memória histórica do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia* (2008): os professores encantados, a visibilidade dos servidores e o protagonismo dos estudantes da FAMEB. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia/UFBA, 2013

_____. Sérgio Cardozo (1858-1933): um acadêmico de medicina abolicionista e republicano. *Gazeta Médica da Bahia*. Bahia: 2008;78 (2):94-103. Disponível em: <<http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/972/951>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

JINZENJI, Mônica Yumi. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 150-166, jan./jun. 2012.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 3 n. 2, p. 464 – 478, 1995.

_____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, Arnaldo do Rosário. *Teodoro Sampaio: sua vida e sua obra*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: UFBA, 1981.

LOBO, Marcelo Ferreira. “Futuros operários do progresso”: Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890), *História, histórias*, v. 8, n. 16, p. 92-121, jul./ dez. 2020.

_____. *Liberdade Tutelada: Ingênuos e órfãos no Pará (1871 -1893)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2015.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. “*Dai lhes mestres e dai lhes oficinas*”: O acesso de negros livres, libertos e “sujeitos de pés descalços” à cultura letrada no Rio de Janeiro oitocentista. Tese (Doutorado em Educação) PropedUERJ, 2020.

LOPES, Sonia de Castro. Um ensaio de formação docente no Rio de Janeiro: A Escola Normal Livre do Município da Corte (1874-1875), *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 37, p. 107-124, mai-ago de 2012.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MACHADO, Humberto F. José do Patrocínio: O Paternalismo na Campanha abolicionista. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1996, p. 9-22

MACHADO, Maria Helena P. T. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade? In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Instituições nefandas [recurso eletrônico]: o fim da escravidão*

e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 327-338.

MACIEL, Laura. Antunes. De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra. In: MACIEL, Laura antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; Khoury, Yara. Aun. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: Lisa; Rio de Janeiro: INL, 1972.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O “areópago brasileiro”: o Instituto Politécnico Brasileiro e a formação do campo da engenharia civil, *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 181, v. 482, p. 129-160, jan./abr. 2020.

MARQUES, Letícia Rosa. Entre cor e hierarquia: apontamentos sobre ascensão social de mulatos e a carreira militar no Brasil da primeira metade do século XIX. *Estudios Historicos*. Uruguai: CDHRPyB- ano V, n. 11, 2013.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Campinas: Editora Unicamp, 2013..

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 51-64, jan.-jun. de 2009

MELLO, José Alves de. *Memoria historica da Faculdade de Medicina da Bahia: relativa ao anno de 1879*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24405>. Acesso em: 28 maio 2021.

MIRANDA, Jerusa Barros. A crítica liberal de Anselmo da Fonseca e os Jornais do Pará. *Revista Sentidos da Cultura*, v. 6, n. 10, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/sentidos/issue/view/154>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MORAES, Evaristo. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. 2a. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

MOTTA, Felipe R. P. I. *Literatura, Fatalidade e História: o jornalismo engajado de José do Patrocínio 1877-1905* (tese de doutorado). São Paulo: PUC SP, 2008.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998

PATROCÍNIO, José do. *Campanha Abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996.

PEREIRA, Jerônimo Sodré. Discurso na Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp#>. Acesso em: 3 dez. 2022.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia - estudos de contacto racial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

PINA, Carolina Biasi. *A educação dos negros no discurso abolicionista de André Rebouças (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado Ensino e Formação docente. Paranaíba: UEP, 2017.

PINTO, Ana Flávia M. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo, e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

_____. Vicente de souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 268-286, janeiro-abril 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000100267 Acesso em: 27 abr. 2020.

PÔRTO, Angela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu* (15) 2000: p.199-225. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2000\(15\)/Rago.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/2000(15)/Rago.pdf). Acesso em: 04 jan. 2022.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos econômicos; propaganda abolicionista e democrática*. Recife: Massangana, 1988.

_____. *Diário e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

REIS, José Agostinho dos. *Carta enviada ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, 06/07/1888, Belém, Pará*. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14200>. Acesso em: 04 mai 2019.

_____. *Carta enviada ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, 25/08/1884, Belém, Pará*. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14672>. Acesso em: 04 mai 2019.

RIBEIRO, Erick E. H. *As condições de emergência da Escola de Engenharia do Pará (1870-1931)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Instituto de Educação Matemática e Científica, 2013.

RODRIGUES, Fernanda B. dos Reis. *Os engenheiros tomam partido: trajetórias e transformações no Clube de Engenharia (1874-1910)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2017.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: Resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888), *Revista de Índias*, 2011, v. LXXI, n. 251, p. 259-284.

SANTOS, Aderaldo Pereira. *Arma da Educação: Cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870 – 1930)*. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

SANTOS, Claudia. O ativismo político da Confederação Abolicionista antes e depois do 13 de maio de 1888. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Instituições nefandas [recurso eletrônico]: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/eBooks/instituicoes_Nefandas.pdf Acesso em: 01 maio 2020.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Educação: um pensamento negro contemporâneo*. Jundiá: Paço Editorial, 2014.

SANTOS, Vinicius Texeira. *O Olho e a Mão da Autoridade: a inspeção da instrução na província do Rio de Janeiro (1850-1889)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

SCHUELER, Alessandra F. M. de. Educação e abolição como projetos de reforma social: trajetória intelectual e propostas educacional de José do Patrocínio. In: SECRETO, V. S.; VENÂNCIO, G.; VIANNA, L. (orgs). *Sujeitos na história: perspectivas e abordagens*. Niterói: Eduff, 2018.

_____. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

_____.; TEIXEIRA, Giselle Baptista. Educar os pobres e os negros: representações, práticas, proposta de educação na imprensa periódica na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889), *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. v. 15, n. 1 (set 2015). Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009.

_____.; PINTO, Rebeca N. de O. Intelectuais Negros e Reformas Sociais: pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto. Anais Eletrônicos IX Seminário Nacional de Estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa PA: UFPB, 2012.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SEIDL, Ernesto. A formação de um Exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional. *História* (São Paulo), vol. 29, n. 2, 2010, pp. 71-94. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/2210/Resumenes/Resumo_221019007005_5.pdf. Acesso em: 04 jan. 2022.

SENADO FEDERAL. *A abolição no parlamento: 65 anos de luta, (1823-1888) /-* 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. BURKE, Peter (org.). *A Escrita a história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Alexandra L. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888), *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, v. 18, n. 3 (48), p. 1-29, 2018.

_____. *O Jardim Secreto: A Educação como desejo de liberdade na diáspora africana*. Rio de Janeiro: Maud, 2021.

_____. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Mato Grosso: UFMT, v. 21, n. 1, p.1 -17, 2017. Disponível em: <<http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-21.pdf>>. Acesso em: 28 abr 2018

_____. Escolas Abolicionistas, Escolas da Liberdade: educação e escravidão na historiografia da educação brasileira. *Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação*. João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível: <<http://www.ixcbhe.com/anais.php>>. Acesso em: 03 jul 2018

SILVA, Eduardo. Sinhás e sinhazinhas avançadas no tempo: a participação de mulheres brancas e negras no underground abolicionistas. In: LIMA, Ivana Stolze; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Instituições nefandas [recurso eletrônico]: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 338 a 360.

SILVA, Luara dos S. Coema. Hemetério dos Santos: a “flor de beleza” e “luz de amor”. Trajetória de uma intelectual negra no pós-abolição carioca, *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*. Manaus-AM, v. 6, n. 2, out./dez. 2019.

SILVA, Wladimir Barbosa da. *Reformismo social e ação política de André Rebouças: ensino técnico no Brasil em finais do séc. XIX*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Cefet-RJ, 2020.

_____. *Escravidão, imprensa e sociedade: o protagonismo feminino na campanha abolicionista*. Dissertação de Mestrado – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2014.

_____; CARDOSO, Tereza Fachada. A intelectualidade de André Rebouças: ação política, reformismo social e ensino técnico em finais do séc. XIX. *Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-268.

SOUZA, Cacilda Francioni. *Resumo de Literatura Nacional*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1902.

SOUZA, Vicente Ferreira de. *O Império e a escravidão, o parlamento e a pena de morte*. Rio de Janeiro, Tipografia De Molarinho e Montalverde, 1879.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*, volume 1: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1994.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil*, volume 1: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1994.

_____. *História da engenharia no Brasil*, volume 2: séculos XX. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1994.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TORRES, R.; SOUZA, F. Liberdade e Instrução: projetos e iniciativas abolicionistas para a educação popular (Rio de Janeiro, década de 1880). In: CARULA, K.; ENGEL, M.; CORRÊA, M. L. (Org.). *Os intelectuais e a Nação. Educação, Saúde e a construção de um Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, v. 1, p. 49-84.

VALDEZ, Diane. A representação da infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o barão de Macahubas (1856-1891). Tese (Doutorado em Educação). Campinas, S.P: 2006.

VERÍSSIMO, Ana Flora; VERÍSSIMO, José Inácio. André Rebouças: *Diários e notas autobiográficas. Coleção Documentos Brasileiros*, v. 12. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VITORINO, A. J. R. Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL*, 6(10/11). Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2479>. Acesso em: 04 dez 2021.

VILLELA, Heloísa de O. S. Uma família de educadores “de cor”: magistério, redes de sociabilidade e projetos abolicionistas na capital fluminense (1860-1910) In: SECRETO, V. S.; VENÂNCIO, G.; VIANNA, L. (orgs). *Sujeitos na história: perspectivas e abordagens*. Niterói: Eduff, 2018.

ANEXO A - Estatutos do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes

Capítulo I

O Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, fundado na sala principal da Gazeta da Tarde, aos 22 dias do mez de Abril de 1822, tem por fim o seguinte:

Art. 1º Libertar e educar o maior numero de socios de condição servil, de ambos os sexos, a que a elle se filiem.

§ 1º Socorrer esses mesmos socios em caso de perseguição.

§ 2º Criar uma ou mais escolas primarias nocturnas e gratuitas para os socios ou pessoas estranhas ao CENTRO.

§ 3º Promover festas, espectaculos, concertos, conferencias, etc., etc., em beneficio da caixa social.

Art. 2º O CENTRO admite socios de qualquer nacionalidade, impondo-lhes apenas o dever de coadjuvarem sinceramente a abolição do elemento servil e a educação de escravos e libertos.

§ 1º O CENTRO compõe-se de 5 differentes classes de socios, a saber:

Fundadores, contribuintes, remidos, honorarios e beneméritos.

§ 2º Serão considerados socios fundadores os empregados da Gazeta da Tarde ao tempo da instalação deste CENTRO e como taes pagarão apenas a quantia de mil réis mensais.

§ 3º Socios contribuintes, pagarão em uma só prestação a quantia de cem mil réis.

§ 4º Socios remidos, pagarão em uma só prestação a quantia de cem mil réis.

§ 5º Socios honorários. A directoria reserva-se o direito de conferir este título áquelle a que entenda dever assim distinguir em attenção a qualquer serviço humanitário.

§ 6º Socios benemeritos. Serão considerados assim todos aquelles que pelo concurso de quantias avultadas, ou serviços assignalados, conquistem essa distincção.

CAPITULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CENTRO

Art. 3º O CENTRO tirará sua administração do seio da <<Assembléa Geral>> dos seus socios, que reunirá ao 22 de Abril de cada anno, para eleição da <<Directoria que deva funcionar durante o anno e tornar as contas da transacta>>.

§ Unico. A Assembléa Geral poderá funcionar com 20 socios que estejam quites.

CAPITULO III

ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º O CENTRO será administrado por uma Directoria, á qual devolver-se-hão durante o anno administrativo, todos os poderes necessários ao preenchimento dos fins sociaes.

A Directoria compor-se-há durante o anno administrativo, todos os poderes necessários ao preenchimento dos fins sociaes.

A Directoria compor-se-há de um presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, thesoureiro e orador.

CAPITULO IV

FINANÇAS

Art. 5º O fundo social será composto das joias, mensalidades e mais donativos feitos ao <<CENTRO>>.

§ 1º Ao thesoureiro incumbe arrecadar todas essas quantias que depositará em um estabelecimento de credito por indicação da Directoria, cobrando delas as competentes recibos que, juntos ás suas contas.

§ 2º O pecúlio dos socios escravos será recebido a título de - Deposito e como tal inscripto no livro de entradas.

§ 3º O <<CENTRO>> auxiliará cada liberdade com a quantia de 200\$000 dos seus fundos, preferindo, porém, aquelles que tenham algum pecúlio, seguindo-se a estes os socios mais antigos do <<CENTRO>>.

§ 4º Pela verba Donativos a sociedade dará em cada um dos seus aniversários, tantas liberdades quantas esta verba permita aos socios que, por velhoce, doença, invalidez, não possam por si obtel-a.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 6º O CENTRO preferindo resolver amigavelmente todos os seus negócios, evitará com todo o escrupulo as questões judiciais em que só em último caso se envolverá.

Art. 7º O CENTRO confraternizará com todas as sociedade abolicionistas nacionais e estrangeiras.
(*Gazeta da Tarde*, ed. 106, 11/05/1882, p. 3)

ANEXO B - Estatutos América Livre – Sociedade Abolicionista de Senhoras

CAPÍTULO I – Objecto da sociedade

Art. 1º. A sociedade AMERICA LIVRE, iniciada n'esta côrte a 23 de maio e fundada a 3 de junho de 1883, tem por fins:

§ 1º. Apressar por todos os meios a seu alcance a solução do problema da abolição;

§ 2º. Promover o estabelecimento de escolas e institutos para educação dos libertos;

§ 3º. Realisar uma grande festa e exposição annual de productos artísticos, a 28 de setembro, em benefício do fundo particular applicavel á manutenção das escolas do § anterior.

Capítulo II – Organização da sociedade

SECCÃO 1º - Das socias

Art. 2º. São consideradas socias todas aquellas senhoras que houverem assignado a acta da installação, e que, propostas e acceitas em sessão, pagarem a contribuição social.

Art. 3º. Não haverá distincção entre estrangeiras e nacionaes, nem outra categoria além das socias effectivas.

Art. 4º. Perderão esse direito as que não satisfizerem a contribuição por mais de seis mezes, ou contrariarem as disposições do art. 1º.

SECCÃO 2º. – Da assembléa geral

Art. 5º. Todos annos a 23 de maio se reunirão as sócias em assembléa geral para elegerem a directoria, que houver de funcionar durante o anno, para aprovarem o relatório e as contas.

Art. 6º. Fôra d'esta reunião será a presidência obrigada a convocar a mesma assembléa, desde que qualquer socia o requeira, allegando necessidade deliberar-se sobre o assumpto, sobre o qual a directoria em sessão não possa resolver.

SECCÃO 3º. – Da directoria

Art. 7º. A directoria compor-se-há da presidente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes, 1º e 2º secretarias e thesoureiras.

Art. 8º. Compete-lhe: § 1º, representar a sociedade perante os poderes públicos; § 2º executar o que for determinado em sessão e prover a tudo quanto esteja com a boa fiscalisação dos fundos sociaes e preenchimento dos fins da sociedade (arts. 1º e 5º); § 3º. conferir ás pessoas que tenham prestados serviços á sociedade, o título benemerencia; § 4º. nomear as commissões não previstas para os casos que não possam ter solução sem ellas; § 5º. só em assemblea geral se reconhecerá serviços á causa da abolição, podendo a sociedade conferir aos que o houverem prestado, o título de proctetores.

Art. 9º. Sobre assumptos que não forem meramente administrativos e não tiverem sido resolvidos em sessão, havendo urgência, a directoria poderá resolver sobre elles com a assistêcia dos vices-presidentes de secções.

SECCÃO IV. Da presidente, vice-presidentes, secretárias e thesoureira

Art. 10. A presidência incumbe: § 1º Convocar as sessões ordinarias, assemblea geral sessões nos termos do art. 6º e os conselhos do art. 7º e presidi-las; § 2º. Dirigir e receber a correspondencia official; § 3º. authenticar a escripturação.

Art. 11. A's vice-presidentes compete: substituir a presidente pela ordem da votação.

Art. 12. A' 1º secretaria incube: § 1º. Escrever todo o expediente da sociedade; § 2º. preceder á leitura das actas e mais expedientes em sessão; § 3º. communicar-se com a imprensa no que respeitar aos actos geraes da sociedade, e com as sociedades congeneres.

Art. 13. A 2º secretaria compete: § 1º lançar as notas da sessões; § 2º. auxiliar a primeira secretaria; § 3º. substituí-la nos impedimentos.

Art. 14. A thesoureira compete: § 1º arrecadar e por em ordem mercantil o fundo social; § 2º. satisfazer as despesas gerais ordenadas pela directoria; e nas particulares pelas secções auxiliares, dentro de sua quota respectiva, desde que tenha o visto da presidente da sociedade; § 3º. Prestar contas trimestralmente da receita e despesa e depositar o liquido no banco da caixa economica que for designado pela directoria.

SECÇÃO 5º - Das secções auxiliares

Art. 15 – As secções auxiliares da directoria serão em número de dez e terão as seguintes denominações: dos concertos, bellas artes, imprensa, parlamento, comercio e industria, tribunaes, provinias, estrangeiros, escolas e institutos e exposições. § 1º cada uma d'estas secções trabalhará para seu fim especial, promovendo entre as classes com que entendam, todas adhesões possíveis, obtendo o apoio para festas e movimentos que organisarem: §2º. Compôr-se-hão de três sócias eleitas na fórma do art. 2º. sendo uma presidente, outra relatora e a terceira relatora; § 3º. Serão amplas as suas atribuições para realizações de seus fins particulares, desde não saiam da orbita dos donativos que obtiverem para formação de sua quota e prestem contas mensalmente á caixa geral, de onde só retirarão os dinheiros na fórma do art. 14 § 2º.

Art. 16. Essas secções poderão escolher fóra da sociedade os auxiliares technicos que entenderem necessários para o bom desempenho de suas funcções.

Art. 17. Suas contas finaes serão prestadas na fórma do art. 14 § 3º.

CAPÍTULO III. Das sessões.

Art. 18. As sessões ordinarias não funcionarão com menos de 16 socias.

Art. 19. As deliberações serão tomadas por maioria absoluta.

CAPÍTULO IV. Dos fundos sociaes

Art. 20. Os fundos sociaes serão constituídos pela contribuição mensal de 1\$, pelos donativos espontâneos ou agenciados, sem determinação especial attinente ao fim de alguma das secções auxiliares e pelo producto líquido obtido pela secção de concertos.

Art. 21. – As quotas recolhidas á caixa geral pelas secções respectivas não terão applicação aos fins geraes, senão por necessidade reconhecida pela assembléa geral.

CAPÍTULO V – Disposições geraes

Art. 22. – Estes estatutos não poderão ser alterados depois de approvados, senão em assembléa expressamente convocada.

A comissão

Maria Nabuco. – Clodes Jaguaribe. – Corina Gaberel. – Flavia Maciel – Josephina Castagnier. – Bertha Koeller. – Emilia Bastos. – Davina Fróes. – Antônia Araripe.

Rio, 18 de junho de 1883. (Gazeta de Notícias, ed. 00179, 28/06/1883, p. 2)